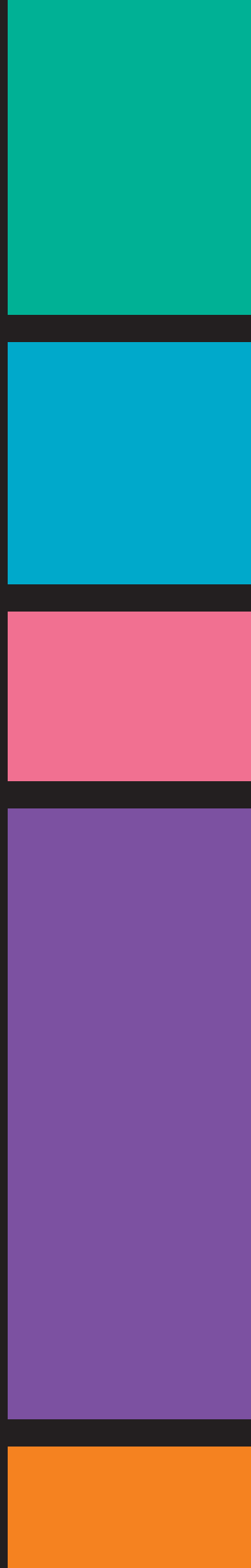


SÃO PAULO 2022



SÃO PAULO 2022

São Paulo, julho de 2011.

REALIZAÇÃO



REALIZAÇÃO

Escola da Cidade
Instituto Arapyáú
Instituto Ethos
Instituto Socioambiental
Rede Nossa São Paulo

CONSELHO INSTITUCIONAL

Anália Amorim, Anamaria Schindler, Beto Ricardo, Ciro Pirondi, Andrea Buoro, Emílio Martos, Maurício Broinizi, Oded Grajew, Paulo Itacarambi e Sérgio Mauro Santos Filho (Sema).

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Silas Redondo

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Cicero Liberal Yagi

CONSULTOR CIENTÍFICO

Ladislau Dowbor

EQUIPE DE REDAÇÃO

Ana Carolina M. Ayres
Aline Cavalcante
Cicero Liberal Yagi
Evelyn Araripe
Juliana Simões Speranza

EQUIPE DE PESQUISA E INFORMAÇÕES

Ana Luiza Mazetti David
Caio Neumann
Camila Salles
Lina Maeoca
Luisa Vellutini
Paula Campos Dell’Omo
Pedro Aguerre
Tomás Cortez Wissembach

APOIO

Angela Mie Nakamura
Renan Fattori
Renata Crivoi de Castro

EDITORA EXECUTIVA

Maura Campanili

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ana Cristina Silveira

É permitida a reprodução desta publicação desde que citada como fonte as organizações parceiras responsáveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7	
APRESENTAÇÃO	9	
1	CIDADE DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E DESCENTRALIZADA	15
2	CIDADE SAUDÁVEL, CUIDADORA DOS BENS NATURAIS E CONSUMIDORA RESPONSÁVEL	73
3	CIDADE COMPACTA, ÁGIL E POLICÊNTRICA	133
4	CIDADE INCLUSIVA, SEGURA E PRÓSPERA	193
5	CIDADE EDUCADORA, CRIATIVA E CONECTADA	283
32 INDICADORES PARA SÃO PAULO	333	



ASSOCIAÇÃO ESCOLA DA CIDADE

É uma instituição sem fins lucrativos de ensino e pesquisa na área de arquitetura e urbanismo, gerida por uma associação de professores e profissionais, oferecendo curso de graduação e pós-graduação. Reedita e atualiza o Estúdio Vertical, que integra alunos, de vários anos que, juntamente com os professores trabalham temas urbanos e arquitetônicos pré-selecionados, com um olhar multidisciplinar. Possui uma programação de viagens didáticas ao longo dos seus seis anos de curso e conta com a participação de seu corpo discente e docente nos Núcleos de Aplicação, de Pesquisa e de Tecnologia.



INSTITUTO ARAPYAÚ DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É uma organização da sociedade civil, que objetiva contribuir para o futuro da sociedade brasileira por meio do apoio a projetos de educação e desenvolvimento sustentável. Prioriza iniciativas localizadas em territórios estratégicos da sociobiodiversidade, executadas por redes temáticas de conhecimento e aprendizagem.



INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

É uma organização sem fins lucrativos, com missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. É um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA

É uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994 por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do País.



REDE NOSSA SÃO PAULO

É uma rede que congrega mais de 600 organizações da sociedade civil que pretende construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas a fim de oferecer melhor qualidade de vida para todos os habitantes e todas as pessoas que usufruem os benefícios oferecidos pela cidade. O propósito é transformar São Paulo em uma cidade segura, saudável, bonita, solidária e realmente democrática, enfim, uma cidade justa e sustentável.

INTRODUÇÃO

São Paulo 2022 é uma iniciativa de cinco organizações não governamentais que se preocupam com os destinos da Cidade de São Paulo e de sua Região Metropolitana. São elas: Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura, Instituto Arapyau, Instituto Ethos, Instituto Socioambiental e Rede Nossa São Paulo. Cada uma com seu foco e especialidade, essas ONGs têm colaborado para uma São Paulo melhor. Suas ações têm se traduzido na produção de informações e mobilizações da sociedade civil para disseminar conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável, preservação e conservação do meio ambiente, projetos e programas de educação e conscientização para a cidadania e também medidas que propiciem melhorias na qualidade da gestão e na governança do setor público.

No final de 2009, em vários encontros de estudiosos e interessados na discussão do futuro da Cidade de São Paulo, instituições participantes chegaram à conclusão de que a população paulistana deveria discutir, de modo participativo e organizado, propostas, principalmente as de alcance de médio e longo prazos, de melhoria da cidade e da qualidade de vida dos paulistanos. A partir dessa constatação, estas cinco entidades conceberam o São Paulo 2022, que surge com uma estratégia permanente de desenvolver e disseminar a cultura de pensar o futuro da cidade, o planejamento urbano de longo prazo e a promoção da cidadania.

Por que 2022? Trata-se de data simbólica. Nesse ano, comemoram-se: 200 anos da independência do Brasil (identidade do brasileiro e do paulistano), 100 anos da Semana de Arte Moderna (protagonismo cultural de São Paulo), 50 anos da Conferência de Estocolmo da ONU – primeira vez que se coloca a importância da questão ambiental nas políticas públicas.

Assim sendo, essas entidades contrataram uma equipe de profissionais para que, no prazo de um ano e meio, iniciado em janeiro de 2010, produzisse um documento com propostas para melhoria da Cidade. O objetivo deste trabalho é o de apresentar para a

população paulistana um conjunto de informações que auxilie o processo de reflexão e mobilização para pensar em rumos adequados para a capital paulista. Esse grupo de pessoas realizou, durante esse período, inúmeras atividades para identificar propostas que os cidadãos paulistanos possam tomar como referência e ajudá-los a pensar e tornar São Paulo uma cidade mais amigável, mais cidadã, enfim, uma Cidade Sustentável.

As diretrizes passadas pelas cinco instituições à equipe de profissionais foi a de que se compilassem propostas já existentes (e principalmente funcionando), tanto em São Paulo quanto em outras cidades ou países, que pudessem colaborar para a discussão de uma São Paulo melhor. Assim, optou-se por “não inventar a roda”, procurando identificar medidas e boas práticas de gestão pública que pudessem ser adaptadas à realidade paulistana.

Foram organizados também encontros e seminários com especialistas e estudiosos de diversos temas de políticas públicas para ouvir propostas e medidas que poderiam ser aplicadas na Cidade de São Paulo. Foram convidadas a colaborar pessoas nas áreas de planejamento urbano, segurança cidadã, meio ambiente e resíduos sólidos, inclusão social e digital, dentre outras. Também foram realizados encontros regionais com presença de cidadãos e de lideranças comunitárias e locais para ouvir, nesse primeiro momento, o que a população das cinco regiões da cidade (Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste) pensa sobre os problemas da cidade e de sua região, apresentando propostas básicas para diversas áreas das políticas públicas.

Todo esse material foi analisado e organizado pela equipe contratada, na forma de um documento com propostas para uma São Paulo melhor, com horizonte para o ano de 2022, que está agora sendo apresentado à população paulistana. Espera-se que a iniciativa ajude as pessoas a pensar e realizar propostas para uma Cidade mais justa e sustentável.

Um momento interessante se aproxima para que os sonhos de uma capital paulista melhor possam iniciar sua concretização. Trata-se da discussão do “novo” Plano Diretor, que vigorará no período de 2013 a 2022. Espera-se que esta publicação ajude os cidadãos a discutir com bases fundamentadas propostas de uma cidade melhor e que possam ser incorporadas no Plano Diretor que entra em discussão já neste início do segundo semestre de 2011. O futuro aqui referenciado é 2022, último ano de vigência desse Plano Diretor, outro marco simbólico do São Paulo 2022. O momento para interferir no que estará escrito nessa lei já se iniciou. Trata-se de uma oportunidade em que o paulistano pode ajudar a escrever as leis que devem definir e melhorar a vida na cidade na próxima década.

O São Paulo 2022 apresenta-se como uma das fontes desse processo. Ter informações, conhecer, mobilizar, mudar a gestão da cidade, tendo em mente que, depois de aprovada a lei, precisa-se cumpri-la. Monitoramento e fiscalização das ações das autoridades públicas é a palavra de ordem. O que se espera para o ano de 2022 para a Cidade de São Paulo pode começar a ser pensado, planejado e tornado realidade hoje!

**Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura
Instituto Arapyau
Instituto Ethos
Instituto Socioambiental
Rede Nossa São Paulo**

APRESENTAÇÃO

Quem mora em São Paulo vive sobressaltado. Locomover-se é um sacrifício. Perde-se muito tempo esperando o trânsito andar. Isso vale para os que moram na periferia e que atravessam a cidade de ônibus, sempre cheios, e também para os que andam de automóvel. Em 2010, o tempo médio do paulistano em deslocamentos diários foi de 2 horas e 42 minutos!

E quando chove? O trânsito para. Mas o pior são as enchentes, quando muita gente fica com as casas alagadas, alguns perdem tudo! Isso acontece todo o ano e, conforme informações dos especialistas em mudanças climáticas, as chuvas na capital paulista devem aumentar em intensidade. Como resultado: mais enchentes e mais transtornos para a população.

Mas será que esse cotidiano do paulistano é normal? Seria o custo do progresso, do acesso aos benefícios da “cidade grande”, do Brasil que só cresce? As cidades representam uma das melhores coisas que a humanidade produziu. Elas possibilitam a convivência e o aumento das potencialidades dos homens, pois oferecem infraestrutura e criam um ambiente social e cultural propício para o desenvolvimento das pessoas. As cidades criam riquezas e patrimônios culturais para a humanidade. Mas também trazem problemas, que precisam ser equacionados.

Um dos mais contundentes refere-se a como as cidades se relacionam com a natureza. Quais impactos causam com suas construções, ruas e viadutos, com as águas que represam e tratam para bebermos, com as poluições que causam? As cidades são grandes consumidoras de matérias-primas, de recursos naturais como minérios, produtos das florestas e alimentos produzidos no campo.

Até 40 anos atrás, pouco se dava importância para as questões ambientais. Isso mudou com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, em 1972, que

virou um marco inicial da Organização das Nações Unidas (ONU), em relação à importância do meio ambiente para os seres humanos. De lá para cá, o conhecimento do homem sobre si mesmo e sobre a natureza tem aumentado muito. Mas ainda não sabemos tudo.

Nossos conhecimentos, que achávamos adequados, às vezes se revelam insuficientes. Um bom exemplo é o que aconteceu na região serrana do Rio de Janeiro no início de 2011. Essa área foi ocupada seguindo parâmetros técnicos de profissionais das áreas de geologia e engenharia, que fixaram critérios de segurança para ocupação de encostas e morros – válidos tanto para moradias e construções da população carente que ocupavam as encostas, de forma legal ou informalmente, como para as famílias de classe média e alta que constroem legalmente e atendendo aos requisitos “técnicos”.

O que acontece é que o foco dessas análises era o impacto da construção sobre o meio ambiente. O que essa triste experiência mostrou, porém, é que também devemos nos preocupar com os impactos da natureza sobre as nossas construções, sobre nossas cidades. Desconhecemos as forças das águas na natureza e seus impactos sobre os ambientes criados pelos seres humanos. O homem ainda está aprendendo a conhecer o meio ambiente e isto é um processo.

Isso mostra que o planejamento é muito mais importante do que pensávamos. O acompanhamento de iniciativas de outros países e outras cidades, de como estão capacitados para enfrentar grandes desastres ou como estão conseguindo realizar transformações necessárias para melhorar a qualidade de vida da população, é primordial para o desenvolvimento de São Paulo.

Quando há planejamento, pode-se orientar as pessoas para enfrentar eventos naturais extremos quando acontecem. E isso pode significar poupar muitas vidas. Exemplos não faltam: o recente terremoto do Chile foi muito mais forte do que o do Haiti, mas, no entanto, o número de vítimas foi muito maior no segundo país do que no primeiro. Quais foram os diferenciais? Qualidade da infraestrutura urbana e educação de um povo são essenciais. Também devemos ter planejamento para enfrentar questões de segurança urbana, que envolvem outras ameaças como as pandemias. A gripe espanhola no começo do século XX provocou a morte de cerca de 15 milhões de pessoas. Será que a população paulistana e brasileira estaria preparada para uma pandemia como, por exemplo, da gripe aviária? Teríamos dados sobre de onde vem e onde ficam os pássaros migratórios na capital paulista? Temos conhecimento das correntes de ar que circulam sobre e ao redor de São Paulo que poderiam carregar os pássaros e os vírus? A população tem informações sobre como se comportar em situações como essa?

Eventos desse gênero poderiam gerar impactos negativos menores, com menos mortes, se a atividade de planejamento estiver dentro da cultura do paulistano e na cabeça dos gestores públicos. São Paulo precisa ter uma ótima Central de Monitoramento de Emergências, que acompanha situações que afetam as condições ambientais do que está acontecendo agora ou pode acontecer daqui a pouco. Também acompanhariam os movimentos de pessoas dentro da mancha urbana e dos grandes aglomerados urbanos. São Paulo precisa produzir informações para subsidiar ações imediatas e aprender a fazer previsões de longo prazo.

Não precisamos inventar nada ou quase nada. Podemos aprender com os outros povos que enfrentaram as crises com soluções adequadas e conhecer as experiências de planejamento de outras cidades, de outros países. Até mesmo dentro do país há iniciativas que podem ser inspiradoras para fazer a cidade de São Paulo se tornar uma cidade justa e sustentável.

Experiências recentes na área de planejamento, em especial, os processos decisórios participativos, ouvindo a população, parecem ser mais eficientes nos resultados sociais dentro de um quadro de regimes democráticos. É preciso ouvir a população, trazer as contribuições do setor privado, do terceiro setor, enfim, de todos os segmentos da sociedade, dialogando para busca de soluções para resolver e atender as necessidades apontadas pela população.

Também devem nortear os planejadores urbanos da capital paulista diretrizes para uma oferta adequada de infraestrutura e serviços para a população, privilegiando o desenvolvimento local, o bairro. Planejar para que as pessoas tenham tudo perto, diminuindo a necessidade de mobilidade. É a lógica de algumas cidades europeias de planejar equipamentos públicos e privados de forma a estarem disponíveis a uma distância média de 300 metros das moradias das pessoas.

Um preceito que pode ser introduzido abordar alguns problemas sociais através da adoção de procedimentos padrões da área de saúde pública. Tratar essas situações como se estivéssemos atacando ou combatendo uma epidemia. Quando aparece um doente em um hospital com uma doença contagiosa ou considerada muito grave em termos de disseminação, os profissionais de saúde são obrigados a informar as autoridades. Todos os órgãos públicos relacionados são informados e mobilizados, se cria uma central de decisões e se tomam providências imediatas, já programadas, para que a situação seja controlada e resolvida.

Por outro lado, a questão ambiental trouxe à tona a discussão sobre a sustentabilidade das sociedades modernas. Já se sabe que sustentabilidade tem que ser conseguida conjuntamente aos seus três aspectos constituintes: precisa atender aos objetivos e às necessidades sociais; os aspectos econômicos devem ser considerados; e tudo isso, respeitando o meio ambiente, visto que a casa do bicho homem é o planeta terra.

Discutir sustentabilidade, porém, traz embutida a questão de como medi-la. Antes, se media a economia com indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), que mostra o fluxo monetário de bens e serviços produzidos por um país ou por uma cidade. Mas será que um PIB alto significa que seu povo está bem?

Estudos norte-americanos mostraram que o nível de satisfação das pessoas em relação às suas vidas cresce à medida que a atividade econômica do país se dinamiza. Mas há um valor limite, que varia conforme as características da sociedade, a partir do qual o aumento do PIB não se traduz, na mesma proporção, em melhora na vida das pessoas.

Baseado na necessidade de indicadores, a Rede Nossa São Paulo desenvolveu os Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município (IRBEM), uma pesquisa que levantou dados sobre o grau de satisfação que os moradores da capital paulista têm em relação à

sua qualidade de vida, como avalia os serviços prestados pelo setor público e pelas diversas instituições que fornecem a base para o funcionamento da sociedade.

A pesquisa indicou que a vida pessoal dos paulistanos está melhor do que a visão que tem sobre os serviços públicos oferecidos. Para as relações humanas (com família, amigos, comunidade) a nota média foi de 6,9, mas as questões de trânsito e transportes tiveram nota 4, um dos piores aspectos avaliados na qualidade de vida na capital paulista.

Como melhorar essa situação? É necessário conscientizar a população e, para isso, a sociedade civil precisa participar mais efetivamente da vida da cidade, conhecer e ser protagonista nas decisões políticas, que têm reflexos sociais, econômicos e que afetam o meio ambiente do município. O IRBEM apontou que o item com a pior avaliação foi a Transparência e Participação Política, com nota 3,5. Portanto, o paulistano está ciente de que está participando pouco e precisa fazer mais.

Todos sonham com uma São Paulo melhor. Mas é preciso fazer com que esses desejos, anseios se transformem em realidade. Como fazer isso?

É preciso ter propostas e planos de curto, médio e longo prazos para que essas diretrizes se concretizem. O ideal é que o governo trabalhe junto com a sociedade, pois todos estão no mesmo barco. É isso que o São Paulo 2022 almeja: ajudar a sociedade paulistana a pensar o futuro da nossa cidade, refletir sobre sonhos de uma São Paulo melhor, através de propostas que, se implementadas, podem melhorar a qualidade de vida. A ideia é mobilizar as pessoas com informações, criando cultura e educação para a cidadania: começar a pensar hoje como a nossa cidade pode estar em 2022.

Algumas tendências estão sendo identificadas. A população no ano de 2010 era de 11,24 milhões, e está crescendo menos se comparada com 20 ou 30 anos atrás. O número de pessoas morando aqui cresceu a 0,76% ao ano na última década. Se continuar assim, seremos 12,3 milhões de habitantes em 2022.

Mas como esta população estará distribuída dentro da cidade em 2022? As pessoas, em virtude da dinâmica urbana das últimas décadas, estão indo morar cada vez mais longe da área central. As franjas de São Paulo estão “inchando” de gente. E a mobilidade interna é um grande problema, oculto se olharmos apenas para os números globais de crescimento populacional.

Se o comportamento da última década tiver continuidade, observa-se que mais da metade dos distritos perde população e outra parte ganha. Parece que há duas São Paulo: na região central há cada vez menos gente e nas periferias, principalmente nas zonas leste, sul e noroeste, a população cresce cada vez mais. Os 49 distritos que tiveram acréscimos populacionais nos últimos 10 anos ganharam 980 mil pessoas, enquanto 47 distritos perderam 163 mil habitantes.

O processo migratório dentro da cidade, com pessoas mudando e caminhando de bairro em bairro, para cada vez mais longe do centro, cria um grande problema para o governo e para a cidade. É necessário levar cada vez mais longe a infraestrutura para

os novos locais que ganham mais famílias e mais crianças, que necessitam de escolas, creches, postos de saúdes, bibliotecas, centros culturais e tudo o mais.

Além disso, São Paulo deve ter, num futuro próximo, mais idosos que crianças. Por isso, seria interessante aumentar a oferta de serviços para a população da terceira idade, tal qual já acontece nos países desenvolvidos. Em alguns bairros ou distritos da capital paulista, já sobram vagas nas escolas, visto que o número de crianças está diminuindo.

Outra medida que pode já ser pensada é planejar os equipamentos públicos para serem multiusos. Devidamente planejados, os prédios que hoje atendem crianças, podem ser adaptados para atender a terceira idade. A população paulistana precisa estar preparada essas e outras mudanças e começar a identificar seus anseios e necessidades.

Quais mudanças poderiam ocorrer na dinâmica de ocupação dos espaços da cidade? Nas regiões onde normalmente os produtores de imóveis novos têm atuado, há pouca oferta de terrenos e se observa tendência de alta no preço da terra – há poucas perspectivas de aumento da oferta de novas moradias para atender às necessidades da classe média na capital paulista.

Uma solução seriam as operações urbanas, que parecem induzir a ocupação do solo para aproveitar áreas dentro da mancha urbana com infraestrutura consolidada, como as áreas em torno da antiga orla ferroviária, que passam por bairros da região sul limítrofe do ABCD, como Ipiranga, passando por bairros como Mooca, Brás, até chegar à Lapa.

Parece que esses locais receberão a atenção dos empreendedores imobiliários num futuro próximo. Muitos desses bairros, porém, já possuem terrenos muito valorizados e, caso os mecanismos de mercado prevaleçam como norteadores únicos da seleção da demanda imobiliária, corre-se o risco de atender somente os segmentos de maior renda, o que não é bom para a cidade. Os planos habitacionais precisam considerar que a oferta imobiliária deve suprir as necessidades de moradia de todas as classes sociais.

São Paulo pode, ainda, ser amiga do meio ambiente. Hoje, rios e córregos estão poluídos, mal cheirosos, fazem mal para a saúde e para os olhos. Precisa-se resgatar a natureza na capital paulista para que os rios voltem a fazer parte da vida da cidade, resgatá-los para a vida, à semelhança da iniciativa de experiências como do rio Cheonggyecheon em Seul, na Coreia do Sul, que foi recuperado.

São Paulo pode caminhar para o consumo sustentável, aproveitar melhor os recursos naturais, aprender a não desperdiçar. Tratar seus resíduos sólidos de modo adequado, sem poluição do solo e das águas, com coleta seletiva por toda a cidade, propiciando trabalho e renda, dignidade para os catadores, profissionais que exercem funções ambientais de coleta e reciclagem.

São Paulo pode se preparar para enfrentar os desafios que as mudanças climáticas acarretam. Estudiosos apontam que as chuvas aumentarão em intensidade na cidade, com mais chuvas em menos tempo, o que significa mais enchentes. Precisa-se aprimorar o funcionamento do Centro de Emergências e da Defesa Civil, para avisar, mobilizar e pre-

parar a cidade para enfrentá-las, com mais tecnologia e planos de contingências e de ação programados, com participação da sociedade civil.

São Paulo pode ser uma cidade ágil, com a população tendo condições de locomoção de qualidade e com rapidez. Precisa-se repensar a mobilidade urbana de modo sustentável. Ter mais metrô, mais corredores de ônibus, mais infraestrutura para as bicicletas.

São Paulo precisa de moradia digna, sem favelas, cortiços, imóveis em condições precárias nas regiões de mananciais, sem infraestrutura e saneamento básico, que envergonha a cidade. As pessoas moram longe do trabalho, precisam atravessar a cidade. Os planos habitacionais precisam contemplar todas as partes da cidade, para oferecer moradias para os segmentos mais vulneráveis e para a classe média.

A capital paulista precisa estudar os conceitos de cidade compacta e não deixar a cidade ficar se espalhando ainda mais para a periferia, aproveitar melhor seus espaços já ocupados e as suas infraestruturas urbanas construídas, ocupar os vazios urbanos, concentrar habitações e serviços ao redor de polos de transportes e mobilidade.

Precisa-se incentivar a vida nos bairros, fazendo leis e planos regionais para sua dinamização. É preciso também ligar o bairro à cidade - ter acesso às outras partes do município, pois nem tudo tem no bairro (não dá para ter um Pacaembu em cada local, por exemplo).

São Paulo tem que ser inclusiva e diversa. Para tanto, precisa melhorar a situação educacional daqueles que ainda não possuem boa escolaridade, o que ajuda a melhorar a renda, auxiliando o combate à pobreza. Para os segmentos mais vulneráveis, aperfeiçoar os programas de transferência de renda e de apoio à formação profissional.

Também é preciso melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos, principalmente nos extremos da periferia. Não se pode ter desigualdade: serviço público deve ter a mesma qualidade em toda a cidade, com bom atendimento para quem o procure.

Cidades do século XXI valorizam as ideias, a cultura, o conhecimento. A educação passa a ser o fator crítico e sua transformação é essencial para que a capital paulista caminhe para que o conhecimento seja gerado e desenvolvido aqui. Estamos na era do aprendizado contínuo e permanente. Nesse sentido, a disponibilização da internet de banda larga por toda a cidade, nas escolas, nas casas dos alunos, é uma condição *sine qua non* para que a cidade esteja inserida na Era do Conhecimento.

Se antes valorizava-se a economia baseada em matérias-primas, no século XXI, a economia criativa assume um papel preponderante como criador de riquezas, como gerador de trabalho, renda, benefícios para a sociedade. São Paulo é uma referência nessa área, mas pode melhorar.

Desenvolver atividades da economia criativa deve ser prioridade, pois não necessitam grandes investimentos em infraestrutura. Incentivos para a criação de pólos de economia criativa em várias partes da capital paulista, preferencialmente nos distritos mais vulneráveis, com foco em design, produção de *softwares*, produtos culturais e desenvolvimento

tecnológico, são exemplos de áreas em que São Paulo pode se tornar importante ator dentro do cenário nacional e internacional.

Mas como conseguir que essas visões de São Paulo se concretizem? A palavra de ordem é governança, isto é, a cidade precisa ter regras para que seja bem administrada, com critérios claros para que os governantes usem bem e eficientemente os recursos dos impostos, prestem contas e atendam aos reais interesses da população.

A primeira coisa a fazer é ouvir a população – é ela que sabe o que precisa. Processos participativos devem ser fazer parte dos procedimentos de gestão da cidade. A prefeitura deve ter ações transparentes, tomar decisões a partir de sistema de informações e indicadores, com metas claras, para que a população saiba o que o governo está fazendo e aonde quer chegar.

O governo da capital paulista também precisa melhorar a velocidade de atendimento e de eficiência. Perde-se muito tempo para marcar consulta nos serviços médicos, marcar os exames e assim vai. Exemplos de cidades digitais existem por todo o mundo. O governo eletrônico, em que a administração pública está toda interligada em rede, são experiências que os governantes paulistanos devem considerar.

São Paulo 2022 busca sensibilizar a sociedade paulistana para pensar a cidade no futuro, através do resgate do planejamento. Pensar mais do que um período de um mandato de um político. Ter um plano formal de longo prazo para a cidade, como fazem muitas cidades pelo mundo e que têm planos formalizados, tirados dos anseios da população: Sydney 2030, Chicago 2040, são exemplos.

Por que 2022 como meta? É um número simbólico para os paulistanos, para os paulistas e para os brasileiros. Deve ser inspirador pelas seguintes razões: 2022 é o bicentenário da independência do Brasil, que ocorreu às margens do rio Ipiranga na capital paulista; é o centenário da Semana de Arte Moderna; é o aniversário de 50 anos da Conferência de Estocolmo. Também é o último ano de vigência do novo Plano Diretor, que deverá vigorar durante o período de 2013 a 2022.

O Plano Diretor é uma ferramenta para definir diretrizes e propostas para o período de 10 anos e que é o orientador do planejamento de longo prazo que a cidade possui. Como ainda não se iniciou o processo de elaboração do novo Plano Diretor, pode-se propor diretrizes para que insira instrumentos de planejamento adequados para a realidade paulistana e a operacionalização desses processos com participação da sociedade civil.

Com as informações que o São Paulo 2022 está disponibilizando, as sugestões de propostas e diretrizes para uma capital paulista mais justa e sustentável, com os indicadores e metas, e as sistemáticas apresentadas para o acompanhamento por parte dos cidadãos do que está acontecendo com a nossa cidade, são os primeiros passos para que São Paulo caminhe para que seus sonhos sejam concretizados.


Participar, com informações e propostas, da construção do novo Plano Diretor que deve nortear os rumos de São Paulo no período 2013-2022 é, hoje e no próximo ano, o imperativo para o exercício da cidadania da população paulistana.



SÃO PAULO

1 CIDADE
DEMOCRÁTICA
DESCENTRALIZADA
PARTICIPATIVA

Diário de um paulistano 16 e 71 | Introdução 19 |
Participação e Democracia 23 | Gestão e Planejamento 35 |
Descentralização 57 | Quadro-resumo 69



Diário de um paulistano

25

Janeiro de 2011

Hoje, as tecnologias vão muito bem. Celulares, carros potentes, viadutos elegantes, aparências externas de progresso. O problema está no fato que somos inteligentes para criar, mas não para organizar o uso do que inventamos. Quando olhamos esta cidade onde a cada ano milhares ficam debaixo d'água, onde estamos nos paralisando por falta de meios de transportes, onde estamos rodeados de esgoto a céu aberto, onde as infraestruturas são excessivas de um lado, insuficientes de outro, só podemos pensar, afinal, quem é o encarregado? Qualquer empresa investe pesadamente na sua capacidade de gestão, na organização do seu processo decisório, no uso racional dos recursos. E a cidade? Como pode a capital paulista de tamanho porte e da riqueza de São Paulo não ter sequer um modelo de organização e planejamento de longo prazo, sequer um sistema ordenado de informações sobre o município ou de articulação do conjunto da área metropolitana?

É tão fácil voltar as costas para a política. O problema é que a política não volta as costas para nós. Ela deita suas costas sobre nós, nos oprimindo, não deixando a gente respirar. Elegemos um prefeito e vereadores. Isso é suficiente para administrar 11 milhões de habitantes e seus imensos problemas estruturais? Até uma coisa tão simples como não se eleger pessoas condenadas pela justiça, a tal Ficha Limpa, é um sofrimento fazer funcionar. Notícias recentes mostram que essa lei só será aplicada na área eleitoral a partir de 2012 - até parece que honestidade e decência na política têm data de início de validade. No Brasil, está difícil fazer os políticos e a política melhorarem - muito discurso e poucas ações em benefício da população.

Só agora começa-se a pensar que o programa de um candidato que vence uma eleição não é "do prefeito" e sim da cidade, e que tem de ser apresentado por um conjunto de metas, para que a população paulistana saiba o que está se fazendo.

Os políticos e os grandes grupos de interesses adoram comunidades passivas. “Deixa comigo” é o credo do político espertalhão que herdamos. Essa crença evita a tarefa trabalhosa de identificar quais são as reais necessidades da cidade, de enfrentar as pressões de grupos de interesses, de assegurar a priorização do mais necessário, de submeter de maneira organizada o que vai ser feito, de prestar contas do que se fez. Ou seja, gestão democrática, por parte de quem administra uma cidade, onde os cidadãos, afinal, são os donos da instituição. Prestar contas a quem te paga não faz mal a ninguém.

A realidade é que os nossos simpáticos eleitos são financiados principalmente por grandes grupos ligados aos negócios que se faz na cidade. Para essas empresas, servir-se pode ser mais interessante do que prestar serviços. E enquanto for o dinheiro delas que elege os candidatos, o que predominará é o servir-se. E o cidadão vai continuar a respirar fumaça em ponto de ônibus, sentir o cheiro e pisar em esgotos.

Como sair dessa situação em que a população precisa de tanta coisa e a cidade parece não propiciar as condições para que a nossa qualidade de vida tenha um mínimo de dignidade? Causas que geraram isso já são bem conhecidas: políticos eleitos que parecem se importar pouco com o que a população pensa e precisa, pessoas indicadas para ocupar a direção dos órgãos públicos que se mostram insensíveis às melhores práticas de gestão, de eficiência, de atendimento das necessidades dos paulistanos. Enfim, falta de espírito público e da verdadeira sensibilidade que têm os grandes estadistas.

Nós paulistanos estamos muito preocupados com isso. A Cidade de São Paulo não pode continuar do jeito que está. Será que ficar mudando nossos governantes a cada eleição é suficiente para que a capital paulista melhore? Ou precisamos fazer outras coisas? Será que precisamos começar a pensar em modificar como a nossa cidade está sendo governada e não pensar somente em não reeleger políticos ruins? Ou fazer tudo isso junto?

Ou vamos ter que aceitar aqui em São Paulo o que dizia Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, prosperar a desonra, crescer a injustiça, agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.” Precisamos fazer alguma coisa!

INTRODUÇÃO

Quem já teve o mínimo de experiência ou contato com o ramo empresarial sabe como a gestão funciona: há um grupo de diretores, chefes e executivos, que comanda equipes de dezenas, centenas ou, até mesmo, milhares de pessoas. Tudo precisa funcionar direito para se chegar ao objetivo final: gerar lucros. No meio do caminho, as equipes precisam estar preparadas para administrar imprevistos, além de estar sempre com um pé no presente e outro no futuro, afinal, é bom estar preparado para as mudanças naturais que ocorrem com o tempo.

Mas é bom também destacar que as empresas que têm o melhor desempenho no tempo, as que duram mais, as que distribuem os maiores dividendos para seus proprietários ou acionistas, são as que também possuem planos de contingência formalizados para enfrentar fenômenos anômalos, crises inesperadas como “pacotes econômicos de governos” ou grandes quebras de caráter internacional, como aconteceu em 2008. São as empresas que têm planos estratégicos como instrumentos de gestão: além de se preparar para eventos futuros, pensaram como enfrentar os problemas quando eles aparecem.

Longe de esgotar a complexidade da gestão corporativa, pode-se chegar a uma simples conclusão: as organizações são feitas por pessoas. Não se trata apenas dos funcionários, que vão desde o faxineiro até o diretor geral, mas também dos clientes. As empresas vivem dos seus clientes e a eles precisam agradar. Com consumidores cada vez mais exigentes, elas precisam se adequar a todo instante ao mercado consumidor para não ficar para trás.

E quando se trata de governo? Como funciona a gestão? Assim como nas corporações, os governos, sejam municipais, estaduais ou federal, são formados por funcionários públicos que têm como “clientes” as pessoas, seus cidadãos, enfim toda a população, e deveriam trabalhar constantemente para agradar e satisfazer os anseios dessa sociedade a qual prestam serviços. Por isso as pessoas contratadas para ajudar a cuidar da cidade são chamadas corretamente de servidores.

Claro que não é tão simples assim, mas já se pode perceber que a gestão pública, em especial na cidade de São Paulo, não é muito satisfatória e isso decorre de um longo processo histórico, político e social que exige ampla discussão. Mas, é nítido que o paulistano não está contente com a qualidade de vida que a capital paulista proporciona. Prova disso está nos Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município (IRBEM), indicador lançado pela Rede Nossa São Paulo em 2009 e com sua segunda edição em 2010. O documento é uma síntese da visão dos cidadãos paulistanos sobre diversos serviços públicos, que passam pelas áreas de saúde, educação, mobilidade, moradia, acessibilidade etc. Com notas que variam de 1 a 10, o grau de insatisfação da população é notório: nota 5 em 2010.

Agora, resta saber o que o governo da cidade de São Paulo vai fazer com tais informações. Como consumidores e cidadãos, os paulistanos estão cada vez mais exigentes e querem, como mostram o IRBEM e outras pesquisas, um novo modelo de governança.

Defende-se que a cidade de São Paulo tenha um mecanismo para “ouvir” periodicamente (anual ou bianualmente) a população, através de processos de consultas públi-

cas, formalmente planejadas e divulgadas, com ampla participação popular, para que os gestores e autoridades municipais conheçam o que a população deseja para a cidade,

DEFENDE-SE QUE A CIDADE DE SÃO PAULO TENHA UM MECANISMO PARA “OUVIR” PERIODICAMENTE (ANUAL OU BIANUALMENTE) A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE PROCESSOS DE CONSULTAS PÚBLICAS, FORMALMENTE PLANEJADAS E DIVULGADAS, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR

suas necessidades, suas prioridades em termos de ações, que influam diretamente nas orientações que devem ser dadas nos orçamentos municipais.

Cada vez mais se discute, no Brasil e no mundo, o surgimento de um novo modelo de atuação dos governos. É o chamado “estado inteligente”, com políticas estratégicas, proativas e onde o Estado tem papel de agente coordenador e articulador. As

lideranças são as pessoas e cabe a elas participar das tomadas de decisões. Pessoas, aqui, é o que chamamos de “sociedade civil organizada”.

O novo e moderno modelo de governança é aquele que trabalha com políticas voltadas para atender exclusivamente aos interesses do cidadão, mas com resultados. Trata-se de agregar valor à participação cidadã, de combinar valores tradicionais com as novas exigências da sociedade.

Com o novo Plano Diretor da cidade de São Paulo, que será discutido principalmente a partir do meio do ano de 2011 e durante todo o ano de 2012 e permanecerá em vigência entre os anos de 2013 e 2022, a capital paulista terá a oportunidade de rever e aperfeiçoar seu modelo de gestão e passar a atuar com a governança do século XXI, onde predomina a participação social, a transparência e o acesso às informações e aos serviços públicos por todos os cidadãos.

Espera-se que a cidade de São Paulo desenvolva seu próximo Plano Diretor através de processos participativos efetivos, em que a população tenha canais formais para expressão de seus desejos e que esse processo consultivo e de mobilização popular tenha uma divulgação obrigatória através das principais mídias e veículos de comunicação.

Precisa-se melhorar a qualidade dos gastos públicos, torná-los mais eficientes e transparentes e disponibilizar meios para que a sociedade possa opinar onde o dinheiro público será aplicado. Os governos trabalham para as pessoas e a elas devem prestar contas. Voltando ao exemplo das empresas de capital aberto (sociedades anônimas), de tempos em tempos, todas prestam contas aos seus acionistas e clientes, através de seus demonstrativos contábeis e financeiros transparentes e algumas já têm balanços de sustentabilidade incorporados aos seus modelos de gestão. Por que nos governos essa obrigação não é satisfatoriamente atendida?

ESPERA-SE QUE A CIDADE DESENVOLVA SEU PRÓXIMO PLANO DIRETOR ATRAVÉS DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS, EM QUE A POPULAÇÃO TENHA CANAIS FORMAIS PARA EXPRESSÃO DE SEUS DESEJOS E QUE ESSE PROCESSO CONSULTIVO E DE MOBILIZAÇÃO TENHA DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA

Falar em transparência, portanto, significa proporcionar acesso às informações e também quer dizer formar uma comunidade digital e conectada, curiosa, bem informada e ligada nas questões sociais. Dar informação aos cidadãos, além de respeitar seu senso crítico e de cidadania, é uma maneira de educá-los para a conquista de melhorias concretas e ganhar sua confiança. Afinal, “quem não deve, não teme”. Os governos do século XXI não podem temer a população. Ela é e será cada vez mais um dos atores principais nas tomadas de decisões.

Cabe a São Paulo se adequar a esse modelo antes de ser cobrada de formas mais duras e traumáticas. Para isso, é preciso encontrar equilíbrio na gestão entre as funções de planejamento, execução e controle. A definição de prioridades e o cumprimento de metas são imprescindíveis para se chegar a São Paulo que os paulistanos sonham.

GOVERNANÇA

Certamente são muitos os desafios, que exigem visão global e integrada, simplificada, com convergência de esforços, atuação em redes, transversalidade, fortalecimento social e parcerias com os municípios do entorno. É imprescindível, por exemplo, que o governo da cidade de São Paulo trabalhe com ações integradas com os demais municípios da região metropolitana, que direta ou indiretamente participam do dia a dia paulistano. Cada vez mais a governança, ou a capacidade de ação dos gestores do setor público da capital paulista, será colocada à prova e o seu sucesso dependerá muito da maneira como os diferentes atores sociais serão integrados para articular políticas públicas e trabalhar nessa rica e complexa rede. De iniciativa da esfera estadual, a discussão sobre a efetivação da Região Metropolitana de São Paulo, para seguir nesse exemplo, demandará do governo municipal a capacidade de dialogar institucionalmente com 38 municípios da Grande São Paulo.

Defende-se que a Prefeitura paulistana apresente sua prestação de contas anualmente, em reunião pública com ampla participação popular, para mostrar o quanto se atingiu das metas estipuladas do governo para o ano, apresentação de indicadores de gestão e relatórios de gestão orçamentária da cidade. Em decorrência da Emenda 30 à Lei Orgânica do município, o prefeito já tem a obrigação de prestar contas anualmente. Essa proposta, em termos operacionais, deve ser inspirada na prática de Bogotá, em que o prefeito e todos os secretários e responsáveis pelos principais órgãos públicos prestam contas pessoalmente, num grande evento público, com transparência, para apresentar o desempenho do governo no último exercício.

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA PAULISTANA APRESENTE SUA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUALMENTE, EM REUNIÃO PÚBLICA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR, PARA MOSTRAR O QUANTO SE ATINGIU DAS METAS ESTIPULADAS DO GOVERNO PARA O ANO, APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO E RELATÓRIOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA CIDADE



ISTOCK PHOTOS



PARTICIPAÇÃO E DEMOCRÁCIA

Somente uma comunidade organizada, que conte com transparência de seus governante e acesso à informação pode exercer plenamente a cidadania.

COMUNIDADE ORGANIZADA

Quando se discute problemas de governança na cidade é muito comum alguém soltar a frase: “mas a culpa é dos governantes, que não resolvem a situação”. Sim, a culpa também é dos governantes quando uma cidade como São Paulo, por exemplo, se vê à beira do caos, no trânsito ou na falta de vaga de creches. Mas a culpa também é dos cidadãos, eleitores e responsáveis pelas escolhas dos que vão governar a cidade.

Depois de anos de luta pela democracia no Brasil, é muito comum cidadãos que sequer se lembram em quem votaram. Pesquisa feita em 2006¹ apontou que 71% dos eleitores esquecem em quem votaram depois de dois meses do pleito. O dado preocupante mostra um cenário que vai além do fato da população não ter ferramentas para cobrar melhores políticas públicas, mas demonstra que, mesmo com todo o histórico de busca pela democracia, os brasileiros parecem sequer entender o seu significado e suas potencialidades.

¹“SETE EM DEZ ELEITORES NÃO LEMBRAM O VOTO”, JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 07/05/2006, ACESSADO EM 15/04/2011, [HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA/BRASIL/ULT96U78293.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78293.shtml).

Existem variadas vertentes para se definir o conceito de democracia. Universal e historicamente, porém, democracia subentende “formas de governo do povo, de soberania popular e de divisão de poderes”.² Ou seja, a participação social é fundamental para o exercício da democracia. Eleger e depois jogar toda a responsabilidade no governo é fugir do papel do cidadão dentro de um governo democrático.

Com o crescimento desordenado da cidade de São Paulo, na maioria dos casos, as pessoas formaram suas comunidades e bairros muito antes das infraestruturas básicas estarem instaladas. As pessoas chegaram lá antes da “cidade”. A partir daí, o que se observa é um processo de longa reivindicação e luta, à espera de atendimento do governo para as necessidades básicas da população, ficando a comunidade refém de políticas assistencialistas e clientelísticas. Mas isso somente reforça a importância de canais que valorizem a organização social no nível local, de onde seja possível reivindicar os direitos básicos das comunidades e dos cidadãos.

Renato Cymbalista³ ilustra com clareza essa situação, ao discutir como se constituiu a ideia de bairro e, conseqüentemente, de cidade em São Paulo, resgatando as primeiras urbanizações desenvolvidas na capital paulista, de Campos Elíseos e Higienópolis – que “tem esse nome por ter sido o primeiro bairro urbanizado com sistema de saneamento” – e a contribuição decisiva para o imaginário coletivo da Companhia City, responsável pela implantação dos bairros Jardim América, Pacaembu, Sumaré, City Pinheiros, City Lapa e City Butantã:

“Além desses loteamentos acolherem a elite da cidade, consolidaram no imaginário da população a ideia, que permanece até os dias de hoje, do que seria um “bairro bom”: aquele onde se sucedem, mais ou menos nessa ordem, o plano urbanístico, o arruamento, o provimento de infraestrutura (redes de água, iluminação e gás), calçamento, construção de espaços públicos, venda de lotes e, finalmente, a edificação privada, quase sempre de residências unifamiliares. Esse tipo de urbanização perpassou todo o século XX como uma das maneiras de crescimento da cidade, principalmente no cone sudoeste, onde se vêm acomodando as classes alta e média-alta da cidade”.

No entanto, sabe-se que em muitos casos não é nesse processo de “bairro bom” que se originam os bairros. De acordo com o Censo das Favelas,⁴ realizado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo em 1999, a capital paulista

2 TARREGA, MARIA CRISTINA VIDOTTE BLANCO, “DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NOS DIFERENTES CONTEXTOS DA AMÉRICA LATINA”, IN ANAIS DO IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, MADRI, ESPANHA, 2 A 5/11/2004.

3 CYMBALISTA, RENATO A PERIFERIA DE SÃO PAULO: O LUGAR AONDE AS PESSOAS CHEGAM ANTES DA CIDADE. IN: 30 ANOS DE LUTA POR DIREITOS HUMANOS PUPPIM, ANA SILVIA. CYMBALISTA, CÉLIA. BOONEN, PETRONELLA MARIA (ORGS). SÃO PAULO, CDHEP – CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR, 2011.

4 ATLAS AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – ACESSADO EM 15/04/2011 ([HTTP://ATLASAMBIENTAL.PREFEITURA.SP.GOV.BR/PAGINA.PHP?ID=28](http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/pagina.php?id=28)).

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS FAVELAS
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais, 2008

UNIDADES TERRITORIAIS	NÚMERO DE FAVELAS	% DE FAVELAS	UNIDADES TERRITORIAIS	NÚMERO DE FAVELAS	% DE FAVELAS
MSP	1,565	100.00	Freguesia/Brasilândia	82	5.24
Aricanduva/Formosa/Carrão	16	1.02	Brasilândia	66	4.22
Aricanduva	6	0.38	Freguesia do Ó	16	1.02
Carrão	7	0.45	Guaianases	44	2.81
Vila Formosa	3	0.19	Guaianases	17	1.09
Butantã	66	4.22	Lajeado	27	1.73
Butantã	3	0.19	Ipiranga	36	2.30
Morumbi	4	0.26	Cursino	11	0.70
Raposo Tavares	22	1.41	Ipiranga	1	0.06
Rio Pequeno	23	1.47	Sacomã	24	1.53
Vila Sônia	14	0.89	Itaim Paulista	34	2.17
Campo Limpo	188	12.01	Itaim Paulista	24	1.53
Campo Limpo	79	5.05	Vila Curuçá	10	0.64
Capão Redondo	93	5.94	Itaquera	55	3.51
Vila Andrade	16	1.02	Cidade Líder	17	1.09
Capela do Socorro	116	7.41	Itaquera	14	0.89
Cidade Dutra	36	2.30	José Bonifácio	7	0.45
Grajaú	73	4.66	Pq. do Carmo	17	1.09
Socorro	7	0.45	Jabaquara	62	3.96
Casa Verde/Cachoeirinha	42	2.68	Jabaquara	62	3.96
Cachoeirinha	32	2.04	Jaçanã/Tremembé	42	2.68
Casa Verde	1	0.06	Jaçanã	13	0.83
Limão	9	0.58	Tremembé	29	1.85
Cidade Ademar	129	8.24	Lapa	22	1.41
Cidade Ademar	88	5.62	Barra Funda	2	0.13
Pedreira	41	2.62	Jaguara	2	0.13
Cidade Tiradentes	16	1.02	Jaguaré	11	0.70
Cidade Tiradentes	16	1.02	Lapa	3	0.19
Ermelino Matarazzo	29	1.85	Perdizes	0	0.00
Ermelino Matarazzo	18	1.15	Vila Leopoldina	4	0.26
Ponte Rasa	11	0.70	M'Boi Mirim	168	10.73
			Jardim Ângela	85	5.43
			Jardim São Luís	83	5.30
			Mooca	5	0.32
			Água Rasa	0	0.00

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo – SEHAB/ HABI 2008.
Elaboração: Sempla/Dipro 08.

CONTINUA >>

>> CONTINUAÇÃO

UNIDADES TERRITORIAIS	NÚMERO DE FAVELAS	% DE FAVELAS	UNIDADES TERRITORIAIS	NÚMERO DE FAVELAS	% DE FAVELAS
Belém	1	0.06	Campo Grande	18	1.15
Brás	1	0.06	Santo Amaro	1	0.06
Moóca	1	0.06	São Mateus	40	2.56
Pari	1	0.06	Iguatemi	11	0.70
Tatuapé	1	0.06	São Mateus	17	1.09
Parelheiros	37	2.36	São Rafael	12	0.77
Marsilac	2	0.13	São Miguel	36	2.30
Parelheiros	35	2.24	Jardim Helena	17	1.09
Penha	35	2.24	São Miguel	6	0.38
Artur Alvim	7	0.45	Vila Jacuí	13	0.83
Cangaíba	15	0.96	Sé	2	0.13
Penha	8	0.51	Bela Vista	0	0.00
Vila Matilde	5	0.32	Bom Retiro	0	0.00
Perus	28	1.79	Cambuci	0	0.00
Anhanguera	9	0.58	Consolação	0	0.00
Perus	19	1.21	Liberdade	1	0.06
Pinheiros	5	0.32	República	0	0.00
Alto de Pinheiros	0	0.00	Santa Cecília	1	0.06
Itaim Bibi	3	0.19	Sé	0	0.00
Jardim Paulista	0	0.00	Vila Maria/Vila Guilherme	35	2.24
Pinheiros	2	0.13	Vila Guilherme	1	0.06
Pirituba	91	5.81	Vila Maria	16	1.02
Jaraguá	37	2.36	Vila Medeiros	18	1.15
Pirituba	36	2.30	Vila Mariana	6	0.38
São Domingos	18	1.15	Moema	0	0.00
Santana/Tucuruvi	13	0.83	Saúde	2	0.13
Mandaqui	7	0.45	Vila Mariana	4	0.26
Santana	3	0.19	Vila Prudente/Sapopemba	46	2.94
Tucuruvi	3	0.19	São Lucas	9	0.58
Santo Amaro	39	2.49	Sapopemba	32	2.04
Campo Belo	20	1.28	Vila Prudente	5	0.32

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo – SEHAB/ HABI 2008.
Elaboração: Sempla/Dipro 08.

tinha 1.855 favelas. São áreas geralmente ocupadas irregularmente e que exigem atenção especial do governo. Mas o que se vê são os moradores dessas regiões vivendo em situações precárias, sem saneamento e sem acesso a serviços básicos como transmissão regular de energia, comunicação, meios de transporte, postos de saúde, creches, escolas etc. As necessidades básicas dessas famílias costumam ser atendidas de forma parcial e em períodos eleitorais e, como já se mostrou, a tendência da população de esquecer em quem votou e, logo, esquecer as promessas feitas no pleito, fazem com que pouca coisa mude.

Daí a necessidade da organização social para o desenvolvimento local. O processo de urbanização adequado e inteligente da cidade de São Paulo que se espera daqui para frente requer mais cobranças por parte da população, principalmente dos seus eleitores. Portanto, existe todo um processo que envolve aspectos históricos, educação, acesso à informação e muitos outros elementos.

Defende-se que São Paulo desenvolva um Plano de Bairros, com definição legal de bairros, para que possam ser efetivados planos regionais de desenvolvimento local, com esses locais transformados em unidades administrativas, espaços formais de reivindicações e mobilizações populares e que possam ser passíveis de ter dotações orçamentárias específicas para que as diretrizes propostas possam se concretizar em ações em prol da população. De preferência, que esses bairros tenham limites e recortes geográficos que respeitem as identidades locais e as características socioeconômicas e ambientais.

INSTRUMENTOS

A cidade de São Paulo do século XXI precisa fornecer instrumentos de participação social nas tomadas de decisões. Trata-se de procedimentos efetivos de gestão que priorizem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e explorem as possibilidades abertas pela grandiosidade da cidade, sem deixar de enfrentar as mazelas acumuladas ao longo de sua formação. Para além da crise fiscal que marcou o final dos anos 1980 até início dos anos 2000, os enormes déficits de infraestrutura e a precariedade urbana, além dos enormes déficits sociais, não foram vigorosamente enfrentados pelas gestões políticas que se sucederam. Quando foram enfrentados, o estrangulamento financeiro e a alternância no poder reduziram sua efetividade. Há claros indícios de uma cultura política avessa à continuidade administrativa, dada a interrupção de programas e a desconstrução de avanços obtidos em gestões anteriores. É como se os gestores da capital paulista fizessem constante jus à expressão “não querer colocar a cereja no bolo do outro!”

Além do mais, são comuns situações de governos cujos interesses econômicos se sobrepõem às demandas da população. Ao lado da possibilidade de diluição de compromissos programáticos em função da construção de maiorias parlamentares – a chamada governabilidade –, não são poucos os casos em que as prioridades estão em desacordo com as rei-

DEFENDE-SE QUE SÃO PAULO DESENVOLVA UM PLANO DE BAIRROS, COM DEFINIÇÃO LEGAL DE BAIRROS, PARA QUE POSSAM SER EFETIVADOS PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM ESSES LOCAIS TRANSFORMADOS EM UNIDADES ADMINISTRATIVAS, ESPAÇOS FORMAIS DE REIVINDICAÇÕES E MOBILIZAÇÕES POPULARES E QUE POSSAM SER PASSÍVEIS DE TER DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS

vindicações da sociedade, o que contribui para desgastar a credibilidade das instituições do executivo e do legislativo municipais. Conquistas do povo paulistano, votadas e inscritas na Lei Orgânica e no Plano Diretor - como o projeto de descentralização, por meio das subprefeituras -, e a exigência de instituir Conselhos de Representantes, por exemplo, foram anuladas, desconsideradas ou alteradas pelo poder de plantão - no caso pelo judiciário, acionado pelo Executivo Municipal.

Nesse cenário político, os avanços não serão consistentes sem uma efetiva democratização da gestão da cidade. Uma cidade democrática, participativa, com mecanismos para que as decisões atendam necessidades e prioridades efetivas, permite que as intervenções sejam sentidas como propriedade pelas pessoas, nos seus locais de vida, nos bairros e nos âmbitos de mobilidade, nos espaços de lazer e no trabalho.

CONTROLE SOCIAL

Sem controle social, o gasto público, até em situações em que é apresentado como fruto de legítimas reivindicações, dificilmente atende ao desejo da população. Geralmente sua finalidade e aplicação ficam distorcidas devido a interesses particulares, típicos das decisões de gabinete. Ademais, em muitos casos, quando a decisão sobre a aplicação de recursos não envolve a população e seus anseios, ela tende a não reconhecê-las e valorizá-las - não há a sensação de serem proprietário e zelador daquele bem público.

No contexto da perversa urbanização brasileira, a falta de controle e participação sociais impede a provisão de bem estar pelo Estado. A forma como se processaram as conquistas dos movimentos sociais, a partir dos anos 1970 e 1980, por meio da organização e da reivindicação sistemáticas, necessárias para furar o bloqueio do clientelismo e do descompromisso do Estado, mostrou que não são os governos quem outorgam benfeitorias. Ao analisar como se processaram melhorias em questões básicas, como o saneamento básico ou o sistema de ônibus coletivo, se constata a enorme dificuldade do Estado comandar processos de qualificação urbana, no sentido republicano e democrático requerido pelas populações, nas regiões onde reside a grande maioria da população.

JÁ FOI FEITO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE

A capital gaúcha foi um dos primeiros municípios brasileiros a adotar o Orçamento Participativo (OP), onde a sociedade civil participa na tomada de decisões sobre os investimentos públicos nos bairros. Há mais de 10 anos, representantes do governo municipal realizam encontros em diversas comunidades. A população aparece em peso. Lá é apresentado o montante de dinheiro disponível para investir naquela região e as opções de obras ou benfeitorias a serem realizadas. Juntos, poder público e sociedade decidem o melhor para os cidadãos. Desde que o OP foi implantado na capital gaúcha, o número de creches foi triplicado e a satisfação da população com o transporte público aumentou consideravelmente. A iniciativa também contribuiu para diminuir a corrupção, aproximar governo e sociedade e garantir mais transparência na administração do dinheiro público.

JÁ FOI FEITO**CONTROLE SOCIAL DOS RECURSOS**

Uma experiência interessante de participação popular no controle do uso dos recursos públicos é a cidade de Maringá, no Paraná. A ONG Sociedade Eticamente Responsável (SER), criada em 2004, fiscaliza as contas públicas, acompanha editais e licitações e procura identificar as boas e más práticas de contratação de serviços públicos e aquisição de produtos pela prefeitura. No primeiro ano de funcionamento da ONG, estima-se que, em virtude dessa fiscalização, houve uma “economia” de R\$ 10 milhões nos cofres da prefeitura. Outra iniciativa importante e inspiradora é a ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo),

cidade do interior paulista, que desenvolveu metodologia de acompanhamento dos gastos públicos, que funciona como uma medida anticorrupção. Destaca-se que esses procedimentos de acompanhamento e fiscalização desenvolvidos estão disseminados em muitas cidades, em todas as partes do país, utilizados pelas entidades comunitárias e sociais locais e isso têm permitido a melhoria da qualidade dos gastos públicos, bem como a punição de pessoas que ocupam cargos públicos que tiveram comprovadamente ações e comportamento antiéticos e que redundaram em práticas de mau uso do dinheiro público.

O que se percebe é que não tem havido na Cidade de São Paulo uma política de Estado, com “E” maiúsculo, que olha para o município no longo prazo, pensando o futuro da cidade. O que tem havido nos sucessivos governos que a capital paulista teve nas últimas décadas são políticas de Governo, mas de governos de “plantão”, que olharam somente seus interesses no período em que exerceram suas representatividades populares.

EFICIÊNCIA

Uma sociedade civil organizada é de extrema importância para garantir a realização e eficiência dos serviços públicos. Os resultados de uma pesquisa coordenada por Leonardo Avritzer, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizada em 36 das 72 maiores cidades do Brasil, mostrou que o nível de organização da sociedade, em termos de pressão e mobilização social, tem grande influência no grau de organização do próprio poder público. Em cidades em que a sociedade é mais articulada e participativa, a administração pública é mais organizada e eficiente.

O estudo⁵ aponta que a participação dos brasileiros nas decisões públicas tem aumentado significativamente e que essa atitude influi nas ações do poder público em favor de políticas mais inclusivas e no controle da corrupção. A sociedade no país atua em amplas frentes de parceria com o Estado (principalmente quando comparado aos outros países da América do Sul). Ainda que o autor entenda que a atuação não seja muito expressiva com relação às mobilizações independentes, também não deixa de ser verdade que, em situações críticas, a população se faz presente na cena pública de forma contundente.

5 A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO LOCAL NO BRASIL, LEONARDO AVRITZER (ORG.). SÃO PAULO, CORTEZ, 2010.

Os conselhos municipais, estaduais e federais são apontados como o principal meio de participação civil em parceria com o Estado. Segundo Avritzer, existem atualmente mais de 10 mil conselhos e cerca de mil planos diretores participativos, além de outras formas de participação em nível nacional, como as Conferências, que nos últimos anos envolveram alguns milhões de cidadãos.⁶

CARÁTER DELIBERATIVO

Ainda que os números da participação cidadã nos conselhos sejam significativos, o que pesa é uma peculiaridade brasileira que veio com a Constituição de 1988: os conselhos são institucionalizados e têm caráter deliberativo. Nos conselhos que se organizam através de comissões temáticas, sobretudo, observa-se outro nível de efetividade, pois há um maior acompanhamento por parte da sociedade quanto às questões de ordem técnica e orçamentária, já que os integrantes podem se familiarizar e aprofundar mais nos assuntos a partir de informações técnicas oficiais. Segundo Avritzer, "(...) quem está nos conselhos normalmente obedece aos ciclos (mandatos) da gestão pública.". E esse é um dos pontos que poderia ser revisado, pois os conselhos deveriam ter a possibilidade de incidir numa perspectiva de médio prazo e não somente de curto prazo, como é o período de uma gestão.

A pesquisa também constatou que essa participação de fato agrega eficiência administrativa na alocação dos recursos públicos, que acabam sendo melhor aproveitados ao serem direcionados de fato às prioridades identificadas. Outro resultado do estudo foi a elaboração de um Índice Municipal de Participação (IMP) entre os municípios pesquisados.

São Paulo foi classificado no grau de participação média, juntamente com municípios como Campinas, Volta Redonda, Goiânia, Belém, Petrópolis e Anápolis. Foram classificados com alto índice de participação municípios como Belo Horizonte, Porto Alegre, Chapecó, Blumenau, Juiz de Fora, São Leopoldo e Poços de Caldas.

JÁ FOI FEITO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM NEIVA

Na Colômbia, a cidade de Neiva é um excelente exemplo de participação social na tomada de decisões. No assentamento Distrito 10, desde a década de 1990, os moradores participam das discussões sobre orçamentos e obras públicas no local e no entorno. Além da melhoria na qualidade de vida da população, percebeu-se o aumento no sentido de pertencimento dos moradores, que passaram a usufruir os equipamentos públicos instalados na comunidade e por ela escolhidos. A violência urbana e doméstica nessa área também caiu drasticamente, transformando uma antiga favela em exemplo de convivência civil.

⁶ ENTREVISTA À REVISTA CARTA CAPITAL, 2 DE MARÇO DE 2011.

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Em tempos de *Twitter, Facebook, Google, Wikileaks* e outros infinitos meios de acesso à informação, o Brasil é uma das poucas democracias no planeta que sequer possui um instrumento legal que garanta esse direito fundamental aos seus cidadãos. Ainda que o acesso à informação seja um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e também tenha sido citado no Artigo 5º da Constituição Federal, nada ainda foi feito para que a medida seja regulamentada. A Lei de Acesso à Informação⁷ tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado e não tem previsão para ser votada.⁸

Para se avaliar a importância dessa questão, segundo o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o direito de acesso à informação não só é um direito, mas um mecanismo para exercício de outros direitos. Aí se percebe seu caráter irradiador de cidadania e de aumento das potencialidades humanas.

Falar em acesso à informação é muito mais do que garantir que a população esteja ligada às tendências de comunicação e informação, mas também que tenha acesso à máquina pública e a sua prestação de contas. Os cidadãos têm o direito de saber onde o dinheiro público está sendo gasto e isso só é possível com amplo acesso à informação.

Como foi dito, atualmente nenhuma empresa de capital aberto vive sem prestar contas aos seus acionistas e clientes. Como fazem isso? É muito comum a divulgação dos relatórios anuais, que nada mais são do que uma publicação detalhada sobre os gastos

JÁ FOI FEITO	AMÉRICA LATINA COM ACESSO À INFORMAÇÃO
<p>O México é considerado um dos países com melhor modelo de transparências nas informações públicas no mundo. Lá existe o Instituto Federal de Acesso à Informação Pública (IFAI), um órgão independente que trabalha para as pessoas, ou seja, fiscaliza e acompanha as requisições feitas pelos cidadãos. O IFAI pode pressionar os órgãos públicos, cobrar respostas e garantir a divulgação de informações importantes para a vida da população mexicana. Outra experiência significativa vem do Uruguai,</p>	<p>que tem uma lei de direito de acesso à informação que obriga todos os órgãos estatais a publicarem em suas páginas na internet informações sobre os trabalhos desenvolvidos, orçamentos, gastos, além de fazer consultas públicas online para a participação dos cidadãos. Para a fiscalização do cumprimento da lei foi criada a Unidade de Acesso à Informação Pública, responsável por garantir que a população tenha, realmente, acesso às informações públicas.</p>

⁷ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 41/2010.

⁸ REVISTA PÁGINA 22, ABRIL DE 2011, MATÉRIA “POR UM POUCO DE LUZ”:

[HTTP://PAGINA22.COM.BR/INDEX.PHP/2011/04/POR-UM-POUCO-DE-LUZ/](http://pagina22.com.br/index.php/2011/04/por-um-pouco-de-luz/), ACESSADO EM 16/04/2011.

JÁ FOI FEITO	FLORESTA DIGITAL NO ACRE
<p>Imagine um lugar onde até mesmo as comunidades indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros tenham acesso gratuito à internet. No Acre, isso já é possível com o programa Floresta Digital, uma rede de internet sem fio disponível gratuitamente para toda a população do Estado. Com o Floresta Digital, o acesso dos acreanos à internet aumentou consideravelmente, garantindo que a população ficasse mais</p>	<p>informada e conectada com o mundo. As bibliotecas públicas das cidades e pontos de acesso à internet também oferecem acesso gratuito. Hoje é muito comum ver jovens saindo da escola e indo para as bibliotecas, para navegarem na rede e, ao mesmo tempo, estarem bem informado dos acontecimentos no Brasil e no mundo, fazendo deles cidadãos mais críticos e formadores de opinião.</p>

efetuados naquele ano. Ou seja, se até mesmo o mundo corporativo já incorporou a prática da prestação de contas, porque os órgãos públicos ainda não o adotaram, quando se trata de um direito do cidadão?

A falta de proatividade do governo em prestar contas levou pessoas físicas e organizações não governamentais (ONGs) a tomarem iniciativas que ofereçam maior transparência quanto aos gastos públicos. Um exemplo são os sites Vote na Web⁹ e Cidade Democrática,¹⁰ que disponibilizam para os internautas os mais variados projetos de lei municipais, estaduais e federais que estão em votação ou parados nas respectivas câmaras. Mais do que informar, a proposta dessas redes é mobilizar as pessoas e fazer com que se sintam parte da cidade e agentes de cobrança e mobilização. Outro fator interessante é que a maioria dos leitores dessas páginas da web é formada por jovens entre 16 e 30 anos, ou seja, uma geração que tem grande potencial para transformar o cenário atual.

Outro bom exemplo de cidadãos se mobilizando pela transparência e acesso à informação é o Urbanias,¹¹ um canal onde as pessoas podem pedir informações e orientações sobre serviços públicos que não são tão fáceis de ser acessados em canais dos governos. O site acaba funcionando como uma espécie de ouvidoria voluntária. As ouvidorias, por sinal, são um canal com o cidadão cada vez mais importante que deveria ser valorizado e ampliado. Por meio das ouvidorias públicas, o cidadão deveria fazer reclamações, sugestões e pedir orientações e ter garantido um prazo para resposta. Já existem experiências bem sucedidas de ouvidorias em todo o Brasil, inclusive no âmbito do governo do estado de São Paulo ou na Defensoria Pública do Estado. Por isso, uma das propostas que se defende para melhoria da Cidade de São Paulo é que a prefeitura amplie o seu canal de comunicação com os cidadãos por meio de ouvidorias municipais instaladas nas secretarias e autarquias do município, com mecanismos mais efetivos de transparência, investigação

⁹ WWW.VOTENAWEB.COM.BR

¹⁰ WWW.CIDADEDEMOCRATICA.ORG.BR

¹¹ WWW.URBANIAS.COM.BR

de denúncias e cobrança de melhorias, bem como de publicização periódica das situações apuradas. A população quer e tem o direito de participar da vida pública da cidade e canais para essa participação precisam ser disponibilizados.

É fundamental que o Brasil e a cidade de São Paulo decidam o quanto antes como funcionará o sistema de acesso à informação, lembrando sempre que ele deve valorizar e priorizar o poder dos cidadãos enquanto agentes mobilizadores e transformadores. Às vésperas de sediar a Copa do Mundo e com todas as discussões do pré-sal, é fundamental o acesso e acompanhamento da população nas tomadas de decisões e dinheiro público investido em grandiosas obras. Se o Brasil quer se mostrar para o mundo como uma verdadeira democracia, é de extrema urgência aprovar uma lei de acesso à informação que ofereça uma espécie de “Portal da Transparência” para os cidadãos.

Isso também significa a formação de Cidades Digitais e São Paulo pode ser uma das pioneiras nesse tema, garantindo que a população esteja conectada à rede de informações e serviços públicos online. Para isso, é preciso melhorar a oferta de computadores nas escolas e nos bairros, com pontos de acesso gratuito à internet. Nessa linha, uma das diretivas para melhoria da Cidade de São Paulo é que nos próximos três anos todos os distritos tenham pontos de acesso gratuito à internet e Wi-Fi pública, na mesma linha do programa Acessa São Paulo, do governo estadual.

**PREFEITURA AMPLIE O SEU
CANAL DE COMUNICAÇÃO
COM OS CIDADÃOS POR MEIO
DE OUVIDORIAS MUNICIPAIS
INSTALADAS NAS SECRETARIAS
E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO**



ISTOCK PHOTOS



GESTÃO E PLANEJAMENTO

Um governo participativo e planos de longo prazo são o caminho para uma gestão democrática e focada nas reais necessidades da cidade e seus cidadãos.

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Ainda que o conceito básico de governança seja “formas de governar o povo”, sabe-se que há diversas complexidades no entendimento do termo. Ao longo dos séculos e das décadas, a sociedade passou por diferentes modelos de governos, mas os anseios da população, principalmente nas últimas décadas, caminharam para escolhas que dessem mais voz e espaço aos cidadãos. Os próprios acontecimentos no início de 2011 em alguns países do Oriente Médio são exemplos de como as pessoas desejam ser escutadas e começam a pedir satisfações sobre medidas adotadas por regimes considerados não democráticos.

No Brasil e em São Paulo, particularmente, pode-se dizer que os cidadãos vivem sob um modelo democrático, mas com falhas. Uma análise do sistema da governança alemã cita exemplos que se encaixam perfeitamente à capital paulista. Um dos termos usados pelos autores¹ é a “modernização dos serviços públicos”, os quais, ainda que existentes,

¹ KISSLER E HEIDEMANN. GOVERNANÇA PÚBLICA, NOVO MODELO REGULATÓRIO PARA AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE? *IN* VER. ADM. PÚBLICA, VOL.40, NO 3. RIO DE JANEIRO, MAIO/JUNHO, 2006.

não satisfazem os cidadãos. Segundo os pesquisadores, “as administrações públicas se tornaram mais empresariais, menos onerosas e, em geral, mais eficientes; raramente, porém, mais simpáticas aos cidadãos”.

Sendo assim, ainda que os limites entre órgãos públicos, empresas e cidadãos tenham ganho outros contornos nas últimas décadas, alguns modelos de gestão pública foram baseados em privatizações e terceirizações. Os governos voltaram-se para o mercado, estabelecendo relações mais intensas entre público e privado, sendo o “público” o conceito de esferas de governo e não necessariamente o conceito de “povo”.

Destaca-se que, admitir que governos utilizem instrumentos gerenciais do setor privado empresarial para se tornarem mais eficientes, não implica que os governantes devam adotar os princípios e ética do setor privado. De fato, há inúmeras atividades-meios que podem ser “privatizadas” ou feitas por parcerias público-privadas, mas não se deve esquecer que existem atividades típicas de Estado, que devem ser feitas exclusivamente e somente por funcionários de carreira, concursados. São exemplos, serviços de auditoria e fiscalização, relações internacionais, segurança nacional, dentre outros.

É por isso que os modelos de governança do Século XXI propõem uma administração pública que leve em conta as pessoas, que entenda o “público” como os cidadãos participantes nas políticas de governo. Para isso, é preciso, também, apoiar-se na legislação atual.

ESTATUTO DA CIDADE

No contexto das legislações brasileiras que tratam das cidades, dos sistemas de planejamento e governança tem-se como diretriz principal o Estatuto da Cidade,² que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição Brasileira e é um instrumento legislativo de âmbito federal, que define regras gerais para o desenvolvimento do uso do solo urbano. Prevê, inclusive, a obrigatoriedade dos municípios com mais de 20 mil habitantes de implantar planos diretores participativos. Nesse Estatuto também estão previstas ferramentas cujo intuito principal é a regulação do uso do solo urbano.

Os termos do Estatuto da Cidade dispõem de normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do coletivo, da segurança, do bem estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental. Tem como objetivo principal desenvolver as funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Essa política torna norma a garantia do direito à terra, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura, aos transportes, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para esta geração e para as futuras. Dentre as diretrizes, encontram-se a gestão democrática da cidade, por meio da participação popular, associações e representantes de diferentes segmentos da comunidade na elaboração dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. De acordo com artigo 2º, item III, fazem parte das diretrizes: “*cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social*”.

² LEI Nº 10.257, DE JULHO DE 2001.

Nota-se que esse dispositivo legal contém diretrizes primordiais para implementar linhas gerais para o desenvolvimento urbano e para políticas de governança. Cabe inclusive o reconhecimento de que, em alguns aspectos, existem avanços na forma de se pensar a cidade, principalmente no que diz respeito a alguns instrumentos de regulação urbanística que visam a retenção especulativa de imóveis subutilizados ou não utilizados, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo e a instituição de zonas especiais de interesse social (ZEIS).

Já no âmbito da esfera municipal, foram aprovados pela Câmara Municipal o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo como os principais instrumentos de intervenção urbana. Existe também a Lei Orgânica do Município - a constituição da Cidade de São Paulo -, um documento que contém os princípios mais elementares e abrangentes da sociedade paulistana: igualdade, democracia, transparência no governo e direito à moradia digna. Essa lei surgiu com o intuito de organizar o exercício do poder, fortalecer as instituições democráticas e os direitos das pessoas. Nela também estão muito presentes os princípios de participação popular, transparência e cooperativismo entre as esferas de governo e funcionamento do sistema representativo.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, o Conselho de Representantes deve se organizar por áreas administrativas, conhecidas hoje como subprefeituras, e atuar fiscalizando o processo de planejamento das políticas públicas de âmbito local. Se efetivada, já que até o momento não foi instituída e regulamentada, estabeleceria importante canal de integração da comunidade com as autoridades municipais nas questões enfrentadas no âmbito do planejamento local, viabilizando e garantindo o exercício da cidadania.

É de suma importância, no processo participativo, que os líderes comunitários e regionais acompanhem e discutam na Câmara Municipal o projeto de lei orçamentária anual. Ao poder público, no caso específico desse órgão, cabe a obrigação de divulgar massivamente os locais e dias das audiências públicas. Uma das propostas defendidas para melhoria da qualidade da gestão pública da capital paulista é a obrigatoriedade da veiculação pública, com antecedência, como forma de “convocar” a população via televisão e/ou rádio a participar de audiências

JÁ FOI FEITO

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Quando há participação popular no planejamento da cidade os benefícios são imensos. Em Naga, nas Filipinas, por exemplo, a população foi envolvida em três importantes tomadas de decisões públicas em um projeto de planejamento multissetorial que envolvia a reabilitação do Rio Naga, a modernização do hospital da cidade e a melhoria na gestão dos resíduos da cidade. A adesão e participação dos cidadãos foi tão grande, que atualmente as lideranças locais são peças fundamentais no processo decisório dessa localidade. Já em Quioto, no Japão, a parceria entre moradores, gestores e autoridades locais da cidade de 1,5 milhão de habitantes resultou em um Plano Diretor colaborativo e integrado, atendendo aos diversos interesses, mas em benefício da população.

públicas, desenvolvendo familiaridade e conhecimento com assuntos orçamentários. Saber como funciona o orçamento, quais são as atribuições e competências das subprefeituras e das secretarias é elementar para que os problemas possam ser discutidos e solucionados pertinentemente e para saber quem são realmente os responsáveis pelas atividades da administração pública municipal.

OBRIGATORIEDADE DA VEICULAÇÃO PÚBLICA, COM ANTECEDÊNCIA, COMO FORMA DE “CONVOCAR” A POPULAÇÃO VIA TELEVISÃO E/OU RÁDIO A PARTICIPAR DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, DESENVOLVENDO FAMILIARIDADE E CONHECIMENTO COM ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS

Um dos pontos muito discutidos entre especialistas é a constante diminuição do orçamento destinado às subprefeituras desde 2006, representando uma centralização decisória na prefeitura e consequente perda de autonomia das subprefeituras.

Em 2005, o orçamento destinado às subprefeituras girava em torno de 20% do total destinado ao município, enquanto a previsão para 2011 é de 2,5%. Hoje, os serviços e obras foram centralizados em seis secretarias que receberão cerca de R\$ 15,7 milhões, quase metade de todo o dinheiro destinado à cidade (segundo Orçamento Municipal aprovado pela Câmara para 2011, a prefeitura de São Paulo terá à disposição cerca de R\$ 35 bilhões para gerenciar o funcionamento de toda a cidade).³ A população, no entanto, tem pouquíssimo conhecimento sobre para onde vai o dinheiro público e o que é feito com ele.

Os critérios utilizados na distribuição do orçamento pelas 31 subprefeituras também não atendem a um critério claro. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na alocação de recursos para as subprefeituras, deve-se considerar a densidade demográfica e as necessidades sociais. Porém, os orçamentos das subprefeituras das regiões mais pobres da cidade, como as de M’Boi Mirim, Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar e Itaim Paulista tiveram as maiores reduções no plano orçamentário de 2011. Outras, como Vila Mariana, Mooca e Pinheiros, tiveram elevações expressivas.

PLANEJAMENTO PLURIANUAL

Outro instrumento importante que é pouco disseminado entre a população é o Planejamento Plurianual, que é uma exigência da Constituição Federal de 1988,⁴ cuja finalidade é estabelecer um sistema de planejamento orçamentário num período quadrienal. Sua regulação se dá por três leis: a Lei do Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nele são estabelecidos os objetivos, estratégias e ações da máquina administrativa para os gastos com capital e com custeio. Assim, do Plano Plurianual derivam a LDO e a LOA, porém estas têm periodicidade anual.

³ IN: [HTTP://G1.GLOBO.COM/SAO-PAULO/NOTICIA/2010/10/ORCAMENTO-DAS-SUBPREFEITURAS-DE-SP-E-REDUZIDO.HTML](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/10/orcamento-das-subprefeituras-de-sp-e-reduzido.html), ACESSADO EM MARÇO DE 2011.

⁴ ARTIGO 165.

A ideia do PPA é muito interessante. Sabe-se que a cultura de muitos políticos é o de procurar viabilizar apenas suas obras e, se puder deixar de lado as iniciativas de políticos que exerceram os cargos anteriormente, eles geralmente interrompem as obras herdadas do governo que o antecedeu e dão prioridade apenas às suas agendas políticas. O PPA, válido por quatro anos, não coincide com o período do mandato do político, pois o prazo de vigência vai até o primeiro ano do próximo governo. Ele permite, teoricamente, certa continuidade das políticas públicas, que é um dos maiores problemas na gestão pública, pois transmite os efeitos e os programas de uma administração para outra.

A LDO contém instruções normativas sobre a forma e o conteúdo (inclusive elegendo as prioridades) a serem seguidas para a elaboração da LOA. Atualmente, o Plano Plurianual em vigência é referente aos anos 2010-2013, e foi aprovado na Câmara Municipal em dezembro de 2009, com 62 programas, distribuídos nos eixos do Programa de Metas de 2009-2012 (Agenda 2012), elaborado também pela prefeitura de São Paulo.

Esse Plano de Metas é resultado de intensa mobilização de cerca de 580 organizações que participam da Rede Nossa São Paulo, juntamente com cidadãos que almejam uma cidade mais democrática, menos desigual, mais sustentável e de governança transparente. Pode ser considerado um grande marco da participação da sociedade civil na construção e acompanhamento das diretrizes das políticas públicas municipais.

Em 2008, o projeto foi enviado à Câmara Municipal de São Paulo e aprovado por unanimidade por todos os vereadores presentes, tendo como um dos princípios norteadores fundamentais a divulgação do plano de governo, acompanhamento da população e a coerência com o discurso da sua propaganda eleitoral, através de metas para as 31 sub-prefeituras e os 96 distritos na vigência do seu mandato.

Noventa dias após a posse, o prefeito deve tornar públicas as suas metas por meio das audiências públicas temáticas, regionais, gerais e nas subprefeituras. A iniciativa paulista das organizações da sociedade civil na aprovação desta emenda, que obriga o prefeito a apresentar seu plano de governo para cada área da administração municipal, foi pioneira no Brasil. Depois do sucesso da iniciativa, outros municípios, como Mirassol, Barra Bonita, Taubaté, Penápolis, Araraquara, Ilhabela e Itapeva, no estado de São Paulo; Niterói e Teresópolis, no Rio de Janeiro; Ilhéus e Eunápolis, na Bahia; Formiga e Ipatinga, em Minas Gerais, já aprovaram legislações e emendas constitucionais similares.

Defende-se que se preserve, através do cumprimento da Emenda 30 por parte da prefeitura, o espírito de fazer os políticos cumprir suas promessas e apresentarem programas de governo, na forma de metas que possam estar contidas em leis, que possam ser cobradas e que as autoridades precisem prestar contas.

A Agenda 2012 faz o monitoramento das contas da prefeitura, em torno das 223 grandes metas, mas é insuficiente para acompanhar os objetivos e resultados que se esperam dos órgãos da municipalidade em termos individuais. Propõe-se que cada secretaria municipal, órgão e autarquia municipais, nos primeiros 120 dias de posse do governo eleito, apresente seu programa de ações para os quatro anos de atividades, com propostas e metas quantitativas, com prazos e cronogramas definidos. Os procedimentos da Emenda 30 devem ser adap-

tados em termos de dispositivos legais para que a gestão das secretarias e órgãos passe a ser gerida e monitorada segundo princípios de boa governança. Prestação de contas semestrais em audiências públicas e transparência na gestão devem ser os norteadores das ações das autoridades públicas municipais.

GERENTE

Ainda que existam importantes instrumentos para efetivar a participação social na tomada de decisões estratégicas, no acesso às informações públicas e na garantia da transparência, a ineficiência de tais leis e normas ocorre, em parte, pela falta de preparo e informação da população. Portanto, a educação também entra como peça fundamental para a formação de cidadãos ativos, participativos e críticos.

Não é à toa que se discute o termo “Gerente de Cidade”. Originário do termo “City Manager”, nascido nos Estados Unidos ainda no começo do Século XX, trata-se de uma pessoa preparada para administrar uma localidade ou para liderar um Conselho Gestor do município.

Ainda que pareça estranho, o conceito de Gerente de Cidade nada mais é do que formar pessoas que exerçam a cidadania plena. Hoje, cursos de formação de gerentes de cidades são muito procurados por pessoas ligadas à administração pública, mas a proposta é muito mais ampla e surgiu para que pessoas comuns pudessem estudar e se tornar mais informadas na administração pública para então serem mais participativas. Para isso, é muito importante que regras e diretrizes sejam cumpridas e instrumentos legais sejam formalizados e não fiquem apenas no papel. A Emenda 30, por exemplo, é um importante instrumento pouco cobrado na cidade de São Paulo.

A Câmara Municipal criou recentemente a Escola do Parlamento. Propicia cursos de formação política e cidadania, acessíveis a qualquer pessoa. Sugere-se que esse órgão desenvolva um curso de “Responsabilidades e Obrigações de Ocupantes de Cargos Públicos”, de mais ou menos 150 horas, voltado para informação e capacitação de pessoas que vão ocupar cargos públicos, do poder legislativo e executivo (até o terceiro escalão, não concursados), que envolvam ações de planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas. Essa formação dar-se-ia no tocante à importância da produção legislativa, dos processos participativos e dos procedimentos práticos para identificação das necessidades da população. Defende-se que toda pessoa que exercerá cargo público, do poder executivo (até o terceiro escalão) e do legislativo, seja obrigada a fazer curso ou comprovar que o fez, sujeito à avaliação, sobre responsabilidades e obrigações de pessoas que ocupam cargos públicos.

PROPÕE-SE QUE CADA SECRETARIA MUNICIPAL, ÓRGÃO E AUTARQUIA MUNICIPAIS, NOS PRIMEIROS 120 DIAS DE POSSE DO GOVERNO ELEITO, APRESENTE SEU PROGRAMA DE AÇÕES PARA OS QUATRO ANOS DE ATIVIDADES, COM PROPOSTAS E METAS QUANTITATIVAS, COM PRAZOS E CRONOGRAMAS DEFINIDOS

DEFENDE-SE QUE TODA PESSOA QUE EXERCERÁ CARGO PÚBLICO, DO PODER EXECUTIVO (ATÉ O TERCEIRO ESCALÃO) E DO LEGISLATIVO, SEJA OBRIGADA A FAZER CURSO OU COMPROVAR QUE O FEZ, SUJEITO À AVALIAÇÃO, QUE TENHA COMO CONTEÚDO AS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DE PESSOAS QUE OCUPAM CARGOS PÚBLICOS

Para que uma cidade tenha governabilidade e se desenvolva, a sociedade que criou esse espaço para convívio humano precisa estabelecer suas regras de como pessoas e instituições devem se comportar. Também os valores que são as bases para a definição desses procedimentos que todos devem seguir são importantes – cidade significa civilidade, vale dizer, um novo estágio da humanidade em que os conflitos humanos não são mais resolvidos pela violência, por guerras, por alguém que tem o poder absoluto para decidir a vida das pessoas.

Para isso, no caso brasileiro e paulistano, a existência das leis, que são a formalização de regras e condutas sociais que se fixaram e consolidaram ao longo do tempo ou que foram construídos pela sociedade para que possam disciplinar as condutas sociais que precisam ser regradas devido à dinâmica das mudanças culturais, sociais, são fatores essenciais para a manutenção da vida na cidade.

Funciona assim: há pessoas que fazem as leis (os vereadores), há pessoas que garantem o cumprimento das leis, julgando e fazendo cumprir as condutas sociais sob o prisma das leis (poder judiciário) e a prefeitura (prefeito, secretários, os órgãos municipais), que usa as leis para administrar a cidade. Para que tudo corra bem, as regras que a sociedade fixou para seu funcionamento precisam estar operando bem e de modo eficiente.

Além disso, para que São Paulo tenha um bom modelo de governança, isso é, um conjunto de boas regras e instituições que permitam que os gestores possam administrar a cidade e satisfazer as necessidades dos cidadãos, torna-se necessário que tenha um bom quadro de funcionários públicos. Assim, defende-se que a prefeitura defina um plano de carreira que propicie condições de progresso profissional e humano, tenha procedimentos formalizados e atualização e formação dos funcionários públicos e diretrizes que valorizem o funcionalismo público.

Defende-se que a prefeitura seja sensível às reivindicações da sociedade civil sobre o cumprimento de leis e estabeleça medidas, com prazos, para que todas as leis e suas respectivas regulamentações estejam funcionando e sejam aplicadas a todas as pessoas que usufruem dos benefícios da cidade, inclusive aplicando essa medida para si própria. É bom lembrar que as pessoas que utilizam a capital paulista têm seus direitos, mas também devem ter obrigações. Uma das mais relevantes é que todos são iguais perante a lei e devem cumprir a legislação. Isso faz parte da cidadania. Cobrar a obrigatoriedade dos governantes de cumprir as leis é outra obrigação, pois permite sinalizar diretrizes de boa conduta para toda a sociedade, contribuindo também para uma boa governança da cidade.

Para isso, as mobilizações da população são relevantes para sensibilizar a prefeitura. Isso pode se dar por meio de diálogo franco e direto com as autoridades municipais, com o apoio do poder legislativo e dos vereadores, visto que são os legítimos representantes do povo. Em último caso, pode-se recorrer ao Ministério Público, para que a prefeitura cumpra as leis. De qualquer forma, deve-se recorrer a todos os meios legítimos que a sociedade civil tem à sua disposição para que esse grande patrimônio social e cultural - as boas leis- esteja à disposição de todos, guiando os rumos da cidade.

LEIS QUE “PEGAM” OU NÃO

Infelizmente, no país e também em São Paulo, há um comportamento social que podemos dizer ser algo tipicamente brasileiro: tem lei que pega e que não pega. Muitas leis importantíssimas foram publicadas no Diário Oficial, foram regulamentadas, mas não são seguidas. Para algumas pessoas, a lei não funciona. O que é mais grave, há leis que as próprias autoridades municipais não cumprem. Cabe à sociedade civil cobrar da prefeitura e dos órgãos públicos municipais o cumprimento das leis. Levantamento feito pela Rede Nossa São Paulo, em 2008, mostrou que há algumas legislações importantes que poderiam mudar para melhor a capital paulista, que poderiam já estar funcionando e que por algum motivo não estão sendo aplicadas. A seguir, transcreve-se parte do documento que essa entidade divulgou em 2008:

“Cumprir integralmente a [Lei Orgânica do Município](#), com efetiva utilização de todos os instrumentos de participação cidadã

na administração pública (por exemplo, a institucionalização dos Conselhos de Representantes), assim como os que instituem as consultas populares (plebiscitos, referendos etc.) e os que garantem mecanismos de transparência e os de descentralização complementados pela [Lei Nº 13.399](#), de 01/08/2002.

Cumprir a [Lei Nº 13.430](#), de 13/09/2002, que instituiu o Plano Diretor Estratégico e os Planos Regionais.

Cumprir a [Lei Nº 14.173](#), de 26/06/2006, que estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no município de São Paulo.

Cumprir a [Lei nº 13.949](#), de 21/01/2005, que dispõe sobre a apresentação pública de relatórios de execução orçamentária nas subprefeituras, Tribunal de Contas do Município e Câmara Municipal de São Paulo.”

Outro grande problema de São Paulo, mas que não é privilégio seu, é o número excessivo de leis. São tantas, que poucos sabem tudo o que existe e por isso às vezes não se têm condições de fazer cumprir-las porque a própria prefeitura desconhece as legislações. Do ponto de vista do cidadão, não se pode alegar desconhecimento para não atender o que as leis disciplinam. Por outro lado, o grande número de leis, decretos, regulamentos, instruções e tudo o mais faz com que cidadãos e empresas tenham dificuldade em atender e entender os requisitos legais. Isso pode criar ambiente propício à corrupção e contribui para o mau funcionamento da máquina pública. De vez em quando sai no jornal que alguém “descobriu” uma lei ainda em vigor, que foi instituída há muito, que diz, por exemplo, que as carroças e os animais que as tracionam precisam atender a algum dispositivo legal para poder circular na cidade.

Defende-se que a Câmara Municipal, conjuntamente com o Poder Executivo, faça “consolidações” de leis ou de regulamentações, de modo que facilite a atividade de fiscalização por parte da prefeitura, reduzindo o custo “burocrático”, e também propicie condições para dar mais transparência e informações para pessoas e empresas no cumprimento das leis na capital paulista. A atividade que está sendo feita na Câmara Municipal de consolidar todas as regulamentações (estima-se em milhares) de critérios e definições de funcionamento e aprovação de estabelecimentos comerciais e de serviços na cidade pode ser um bom exemplo.

PLANEJAMENTO

Quem não tem uma viagem dos sonhos? É comum as pessoas planejarem por muito tempo fazer uma viagem que almejam há anos. Primeiro, há o tempo de pesquisar o assunto. Ler a respeito, conversar com outras pessoas. Depois, vem o momento de planejar os detalhes, meio de transporte, passagens, hospedagem, gastos. Há até quem faça uma poupança bancária exclusiva para guardar dinheiro para uma viagem. A administração de uma cidade também poderia ser assim, pensada, estudada, planejada, tudo para realizar e um sonho que pode vir a acontecer daqui a muito tempo.

No entanto, o que se vê hoje são administrações pensadas para quatro anos, ou seja, para um curto prazo, em uma cidade que tem complexidades que só podem ser resolvidas no longo prazo. Refletir sobre a cidade apenas durante o período de mandato faz com que tudo mude a cada quatro anos e nada seja efetivamente resolvido. Não se trata de lamentar o que já passou ou o que deixou de ser feito, mas de afirmar que é preciso pensar a gestão da cidade num horizonte maior, no longo prazo, e isso exige planejamento e, acima de tudo, pessoas competentes e dispostas a mudar o sistema administrativo atual e dar o primeiro passo para um modelo de planejamento que pense nas gerações futuras.

Essa maneira de não olhar para frente vem de um longo processo histórico. Ainda que já se esteja na segunda década do Século XXI, São Paulo não materializa os valores das utopias que cercam a mística das passagens de séculos. Da aspiração de ser cidade global, presente no debate acadêmico dos anos 1990 à perspectiva de poder transformar-se em uma cidade desenvolvida, com qualidade de vida e situando-se na fronteira do desenvolvimento global, ainda se identifica um fosso a atravessar. Essas diferenças de expectativas se materializam na frustração de que a alternância de poder e a plena vigência das instâncias institucionais de gestão e planejamento da cidade fossem de fato suficientes e eficazes para que São Paulo pudesse estar inserido num processo que leve ao bem comum e à genuína atenção às necessidades das pessoas.

A população, segundo diferentes pesquisas, tem a impressão de que pouco se avançou em direção à sua qualidade de vida e à sustentabilidade. Já encerradas em um passado distante, as décadas de intenso fluxo migratório (de outras cidades e estados para São Paulo) e de economia predominantemente industrial, não foram sucedidas pela reflexão profunda a respeito da vocação da metrópole, da melhoria urbana, da atenção às demandas sociais, e muito menos quanto à atenção ao meio ambiente. A locomotiva do progresso nacional não parou para se olhar no espelho nem se permitiu refletir acerca de sua missão – numa época em que isso pode significar a diferença entre um futuro luminoso ou sua estagnação e, na pior das hipóteses, uma paulatina decadência e obsolescência.

Demandas acumuladas, inequidades e desigualdades do desenvolvimento ainda marcam a vida urbana, com a diferença de que a cidade abriga agora novas gerações de paulistanos, filhos e netos daqueles que vieram em nome do progresso, buscando trabalho e participação nesta descomunal construção. Essas décadas não foram, como é dito sobre a economia nacional, perdidas. Antes, espelharam as transformações da sua época, tais como as mudanças demográficas e a dinâmica econômica, oscilando períodos de estagnação e de crescimento.

No entanto, sintomas positivos da modernidade, como maior longevidade da população, menor número de filhos e melhoria dos índices de educação e de consumo da população, coabitam com os efeitos negativos do crescimento desordenado da cidade, que decretou a primazia do automóvel sobre o transporte público e a mobilidade das pessoas. Seria ingênuo caracterizar esse período como tendo tido ausência de planejamento. Talvez seja mais correto dizer que o crescimento econômico e urbano não teve como contrapartida um Estado presente e capaz de enfrentar os poderosos lobbies de alguns setores econômicos e de determinados grupos sociais, que fizeram valer seus interesses. Assim, a crítica à falta de planejamento deve dirigir-se à ausência daquele tipo de planejamento capaz de induzir políticas e minimizar consequências perversas do crescimento, buscando mecanismos de garantir a igualdade e a destinação dos recursos para aqueles que não tiveram voz nem participação nas decisões.

LONGO PRAZO

Propõe-se que o planejamento da cidade seja feito para um período de 12 anos, atualizável a cada início de uma nova gestão municipal em mais quatro anos. Em grego, “dódeka” dá a ideia de 12, por isso esse plano poderia se chamar Plano DodecAnual. Pensar a cidade no longo prazo permite equacionar, solucionar e ter ações para resolver problemas estruturais. Coisas que não são preocupações de um governo. Trata-se um tipo de preocupação “de Estado”, de soluções que dependem de esforços dos paulistanos por vários anos ou até décadas para propor mudanças culturais, de viabilizar os investimentos necessários para reduzir os déficits sociais enormes, gigantescos, e da falta de infraestrutura urbana e ambiental.

A proposta de um Plano DodecAnual, readequado para mais quatro anos adicionais a cada nova gestão da prefeitura, para a cidade de São Paulo, parte da ideia da existência de planos móveis de três gestões consecutivas (12 anos) que seja norteador das políticas públicas. Nesse sistema, o orçamento da gestão de quatro anos deve estar obrigatoriamente inserido dentro das diretrizes de futuro da cidade para os próximos 12 anos.

PROPÕE-SE QUE O PLANEJAMENTO DA CIDADE SEJA FEITO PARA UM PERÍODO DE 12 ANOS, ATUALIZÁVEL A CADA INÍCIO DE UMA NOVA GESTÃO MUNICIPAL EM MAIS QUATRO ANOS. EM GREGO, “DÓDEKA” DÁ A IDEIA DE 12, POR ISSO ESSE PLANO PODERIA SE CHAMAR PLANO DODECANUAL

JÁ FOI FEITO

CURITIBA TEM PLANO DE METAS

Curitiba, capital do Paraná, é um bom exemplo de cidade que pensa no futuro. Lá existe o “Curitiba 2030”,⁵ um plano de metas com planejamento para os próximos 20 anos. Um dos lemas é transformar Curitiba em uma cidade inovadora, com alta qualidade de vida, desenvolvida e sustentável. Se eles seguirem os planos, que já existem, à risca, certamente alcançarão seus ideais.

⁵ [HTTP://WWW.CIDADEINOVADORAS.ORG.BR/CURITIBA2030/](http://www.cidadeinovadoras.org.br/curitiba2030/), ACESSADO EM 18/04/2011.

Ressalta-se a importância da elaboração do primeiro Plano DodecAnual, visto que balizará as políticas para os próximos 12 anos. Deve ser construído através de processos participativos, com debates sobre as visões de cidade desejadas e sonhadas, com propostas e instrumentos que permitam sua concretização. Como deve ter um cronograma anual de execução das principais obras e medidas de caráter estrutural, cada gestão que se apresenta deve cumprir a missão de colaborar com sua parte para que o que a população apontou e decidiu como importante seja concretizado. A discussão desse plano de 12 anos pode ser e estar inserida no debate de elaboração do próximo Plano Diretor, que já é um dispositivo legal obrigatório e que independe de mudanças legislativas (como exige o Plano DodecAnual, que ainda inexistente formalmente).

São Paulo precisa fazer um plano de longo prazo não só para pensar, mas para ter medidas concretas, formalizadas, com recursos orçamentários previstos, para que os anseios dos paulistanos sejam concretizados, visto que muitos dos desejos estão muito longe de ser alcançados e exigem tempo, mudança de cultura, aumento da capacidade de investimento. Outras cidades já fizeram isso e têm planos para um horizonte “distante”: Sydney 2030, Nova York 2030, Chicago 2040. São Paulo pode começar a pensar nisso, por exemplo, tomando por ponto de partida o Plano DodecAnual proposto – São Paulo 2022.

Outra proposta importante nessa agenda é a criação de órgão técnico de planejamento municipal para a Cidade de São Paulo, com modelo de governança que independa dos políticos eleitos e que substitua os Planos de Governo por um Plano de Estado.

JÁ FOI FEITO

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO INTELIGENTE EM PORTLAND

A cidade de Portland, nos Estados Unidos, descobriu uma maneira de crescer sem agredir o meio ambiente. A Estratégia de Crescimento Inteligente é um plano de metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Nessa estratégia, a cidade planeja como reduzir em 80% suas emissões (em relação ao ano de 1990) até o ano de 2050. Muita coisa já começou a ser feita e ganhou destaque no mundo todo, como a estratégia de Desenvolvimento Orientado pelo Trânsito, que melhorou o acesso aos transportes públicos nos bairros e também os transformou em zonas que aliam moradia e trabalho no mesmo lugar. Assim, as pessoas conseguem ter moradia e trabalho próximos. Os resultados são rápidos. O número de milhas de viagens por veículos caiu quase 40% e o uso da bicicleta como meio de transporte triplicou desde o início da década de 1990 e o consumo de gasolina caiu 9%. Tudo graças a uma estratégia de planejamento em longo prazo.

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM MALMO

A criação de departamentos de planejamento e de desenho urbano já tem ocorrido em algumas cidades. Malmo, na Suécia, tem um projeto de desenvolvimento urbano sustentável feito pelo Departamento de Desenho Urbano, criado para planejar a cidade para as próximas décadas do século 21. O departamento desenvolve projetos em distintas regiões da cidade, que acabam virando pilotos para os demais bairros. Como resultados, podem ser vistos ecobairros, como o de Augustenborg e o distrito de Västra Hamnen, cujas propostas sustentáveis melhoram a qualidade de vida dos seus moradores.

Este órgão seria o auxiliador da sociedade e do governo eleito para se pensar e ter horizontes para uma Cidade de São Paulo mais justa e sustentável, desenvolvida e inclusiva. Seria constituído por técnicos e por todos os segmentos da sociedade civil – universidades, centros de pesquisas, entidades representativas da sociedade civil/terceiro setor e do setor privado. Seria o guardião e responsável pelo desenvolvimento, junto com a população, do Plano DodecAnual ou de um plano de longo prazo para São Paulo.

CRIAÇÃO DE ÓRGÃO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO, COM MODELO DE GOVERNANÇA QUE INDEPENDA DOS POLÍTICOS ELEITOS E QUE SUBSTITUA OS PLANOS DE GOVERNO POR UM PLANO DE ESTADO

Já é chegada a hora da cidade de São Paulo adotar princípios de planejamento de longo prazo, começando por projetar a eliminação de mazelas inaceitáveis em uma cidade moderna, como a miséria e a pobreza. Identificados os problemas que precisam ser atacados do dia-a-dia paulistano, se poderá pensar em ações que garantam a sustentabilidade e melhoria na qualidade de vida da população.

Um grande problema da gestão municipal é a articulação das ações entre os diferentes órgãos públicos. Falta a cultura do diálogo e do compartilhamento de objetivos. Parece que cada um faz o que quer. O modelo político vigente auxilia em muito esse tipo de comportamento, visto que muitas vezes as prioridades das administrações dos órgãos estão vinculadas a interesses partidários ou de grupos políticos. Isso se dá tanto entre relacionamentos das secretarias da prefeitura com as esferas estadual e federal, como também com os municípios vizinhos.

Todavia, também ocorre comumente a falta de comunicação entre os próprios órgãos da prefeitura. Isso atrapalha o funcionamento da máquina governamental, impede a boa eficácia das políticas públicas, pois medidas contraditórias, apesar de tomadas por critérios técnicos, podem estar sendo implementadas e os resultados totais para a cidade podem não ser os mais adequados, em termos econômicos, sociais e ambientais.

São exemplos as questões referentes aos resíduos sólidos, que têm decisões tomadas pelas secretarias de Serviços e de Meio Ambiente; um outro é a educação ambiental, que tem diretrizes traçadas pelas secretarias de Educação e também pela do Meio Ambiente.

Dessa maneira, defende-se que a prefeitura desenvolva um modelo de governança interna entre seus órgãos, com diálogo e comunicação obrigatórios, de modo que os conhecimentos temáticos ou regionais específicos de cada pasta possam ser compartilhados com outras instâncias e, assim, fazer com que o planejamento da cidade possa ser feito a partir de informações e propostas que consideram o interesse conjunto das necessidades da população.

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA DESENVOLVA UM MODELO DE GOVERNANÇA INTERNA ENTRE SEUS ÓRGÃOS, COM DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIOS, DE MODO QUE OS CONHECIMENTOS TEMÁTICOS OU REGIONAIS ESPECÍFICOS DE CADA PASTA POSSAM SER COMPARTILHADOS COM OUTRAS INSTÂNCIAS

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Um fator importante para que São Paulo comece a pensar seu futuro, em termos estratégicos, é olhar para sua população. Quantos são hoje seus habitantes e no futuro? Qual é o índice de crescimento populacional? Ainda há gente chegando para trabalhar aqui? Parece haver muitas famílias saindo da capital. Os dados do Censo 2010 revelam que o número de pessoas na capital paulista está crescendo, mas bem menos que antes. Mas como continuam nascendo crianças na capital paulista e a população está crescendo pouco; identifica-se um provável processo migratório. Mas para onde os paulistanos estão indo?

A dinâmica demográfica de São Paulo mostra que a capital paulista está diminuindo seu crescimento populacional – aumentou em média 0,75% ao ano na última década, atingindo a marca de 11.244.369 pessoas em 2010, um acréscimo de 810 mil em 10 anos. As cidades vizinhas da área metropolitana tiveram elevações médias do número de habitantes de 1,25% ao ano, fazendo com que o número de habitantes nas demais 38 cidades tenha atingido 8.428.213 pessoas. No total metropolitano, a quantidade de habitantes passou de 17.878.703, em 2000, para 19.672.582, em 2010.

Em virtude das dinâmicas socioeconômica e urbana, observa-se movimento de mudança do local de moradia de muitos paulistanos para cidades vizinhas na Região Metropolitana e para outros municípios fora dessa área (que não está sendo objeto desta análise, por falta de dados do Censo 2010). A seguir, apresenta-se um quadro que revela como essas 39 cidades da Região Metropolitana de São Paulo tiveram mudanças populacionais no período de 2001 a 2010.

Além de São Paulo, apenas seis cidades da Região Metropolitana (Osasco, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema e Ribeirão Pires) tiveram baixo crescimento demográfico (taxas iguais ou menores que 0,8% ao ano), como acontece com a capital paulista. Totalizaram 2.358.944 pessoas, 28% dos habitantes da área metropolitana, excetuando a capital. Essas cidades que estão crescendo pouco são as que possuem os maiores números de habitan-

TABELA 2. NÚMERO DE CIDADES – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Por taxas anuais de crescimento populacional, por número de habitantes (% ao ano) – período de 2001 a 2010

TAMANHO	ATÉ 0,8%	0,8 - 1,25%	1,25 - 2,0%	2 - 3%	mais 3%	TOTAL
Até 100 mil	-	3	6	4	1	14
100 - 200 mil	2	1	5	-	1	9
200 - 400 mil	2	-	5	2	1	10
400 - 800 mil	2	1	1	-	-	4
Mais 800 mil	1	-	1	-	-	2
Total	7	5	18	6	3	39

Fonte: Dados básicos do Censo de 2010 – construído pelo São Paulo 2022.

TABELA 3. POPULAÇÃO DAS CIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Dados por número de habitantes e taxa de crescimento populacional (% ao ano) – período de 2001 a 2010

TAMANHO	ATE 0,8%	0,8 - 1,25%	1,25 - 2,0%	2 - 3%	mais 3%	TOTAL
Até 100 mil	-	107,217	249,590	197,604	80,920	635,331
100 - 200 mil	262,614	106,033	715,247	-	108,875	1,192,769
200 - 400 mil	755,947	-	1,452,326	445,593	201,023	2,854,889
400 - 800 mil	1,340,383	765,203	417,281	-	-	2,522,867
Mais 800 mil	11,244,369	-	1,222,357	-	-	12,466,726
Total	13,603,313	978,453	4,056,801	643,197	390,818	19,672,582

Fonte: Dados básicos do Censo de 2010 – construído pelo São Paulo 2022.

TABELA 4. AUMENTO POPULACIONAL EM RELAÇÃO ANO 2000 – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Dados por número de habitantes e taxa de crescimento populacional (% ao ano)

TAMANHO	ate 0,8%	0,8 - 1,25%	1,25 - 2,0%	2 - 3%	mais 3%	TOTAL GLOBAL
Até 100 mil	-	9,485	38,782	42,580	20,809	111,656
100 - 200 mil	17,947	10,232	109,518	-	34,047	171,744
200 - 400 mil	54,287	-	204,509	85,516	52,036	396,348
400 - 800 mil	38,459	62,026	53,889	-	-	154,374
Mais 800 mil	810,117	-	149,640	-	-	959,757
Total Global	920,810	81,743	556,338	128,096	106,892	1,793,879

Fonte: Dados básicos do Censo de 2010 – construído pelo São Paulo 2022.

TABELA 5. PORCENTAGEM DO ACRÉSCIMO POPULACIONAL SOBRE POPULAÇÃO DE 2000 – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Dados por tamanho de cidade (em habitantes) e taxa de crescimento populacional (% ao ano)

TAMANHO	ATÉ 0,8%	0,8 - 1,25%	1,25 - 2,0%	2 - 3%	mais 3%	TOTAL
Até 100 mil		8.80%	15.50%	21.50%	25.70%	17.60%
100 - 200 mil	6.80%	9.60%	15.30%		31.30%	14.40%
200 - 400 mil	7.20%		14.10%	19.20%	25.90%	13.90%
400 - 800 mil	2.90%	8.10%	12.90%			6.10%
Mais 800 mil	7.20%		12.20%			7.70%
Total	6.80%	8.40%	13.70%	19.90%	27.40%	9.10%

Fonte: Dados básicos do Censo de 2010 – construído pelo São Paulo 2022.

tes, com exceção de Guarulhos, que aumentou sua população em 1,3% ao ano e atingiu, em 2010, 1.222.357 pessoas.

Esse fenômeno mostra que o crescimento populacional está se concentrando em cidades de menor porte. Os outros 32 municípios tiveram aumentos populacionais mais expressivos. Muitas cidades estão crescendo muito, a taxas superiores a 2% ao ano – são nove cidades - Santana do Parnaíba, Cotia, Mairiporã, Vargem Grande, Pirapora de Bom Jesus, Arujá, Cajamar, Taboão da Serra e Itapevi - que totalizaram 1.034.015 habitantes. O quadro a seguir mostra outros dados populacionais por taxa de crescimento e porte de cidade.

Os crescimentos populacionais de maior expressão - os que estão recebendo os fluxos migratórios de outras cidades - estão se dando nos municípios com até 400 mil habitantes. As tabelas a seguir permitem chegar à essa conclusão.

Esses dados trabalhados do Censo 2010 permitem análises da dinâmica demográfica na Região Metropolitana. Provavelmente está ocorrendo migração das pessoas da capital paulista para alguns municípios vizinhos, principalmente municípios de menor porte habitacional. Isso altera o uso da infraestrutura urbana de São Paulo e também das cidades que acabam recebendo esses contingentes populacionais que, em sua maioria, continua tendo seu trabalho dentro dos limites geográficos na capital paulista.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

Um bom “ponta pé inicial” para a criação de projetos e políticas de longo prazo para a cidade de São Paulo seria a criação de uma Agência de Desenvolvimento, para propor programas, projetos e ações para o desenvolvimento econômico e sustentável, com foco local. Esse órgão poderia trabalhar com ações estratégicas e operacionais em diferentes agendas e diretrizes de atuação. Caberia ao poder público disponibilizar recursos para a sua operação, prevendo recursos dentro do orçamento municipal. A avaliação e monitoramento das ações seriam feitos pela sociedade civil organizada, garantindo transparência nos trabalhos realizados.

JÁ FOI FEITO

PRINCÍPIOS DE MELBOURNE

A cidade de Melbourne, na Austrália, é um excelente exemplo para São Paulo de cidade que soube se desenvolver baseada em projetos estratégicos. Com os “Princípios de Melbourne para cidades sustentáveis”, foram traçados planos regionais de desenvolvimento sustentável com metas para a redução de gases de efeito estufa. As novas edificações agora precisam ser construídas com os mais altos critérios de sustentabilidade e as antigas participam de um programa de adequação para, aos poucos, se tornarem “verdes”. Com isso, Melbourne já reduziu em quase 50% as suas emissões nas últimas duas décadas e nem por isso deixou de crescer. Muito pelo contrário, a cidade se desenvolve cada vez mais, e os moradores têm orgulho da cidade onde vivem.

CRIAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, PARA PROPOR PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL, COM FOCO LOCAL

A Agência de Desenvolvimento serviria como uma base para a formação de polos de crescimento sustentável na cidade. Poderia, por exemplo, colocar em prática planos existentes no Plano de Metas do atual governo que ainda não saíram do papel, como a criação dos Polos de Desenvolvimento Econômico de Itaquera e de Pirituba. Outros polos temáticos poderiam ser criados em áreas como tecnologia, cultura e economia criativa.

São Paulo apresenta muitos problemas, mas o que salta aos olhos é a mobilidade urbana, problema estrutural, que afeta todos os segmentos populacionais – ricos que andam em carros importados com ar condicionado ficam parados no trânsito, a população da periferia tem que atravessar a cidade para ir trabalhar, perdendo também seu valioso tempo dentro de ônibus cheios, desconfortáveis e que ainda poluem muito devido à qualidade do combustível utilizado. A mobilidade também está relacionada com a habitação, visto que, na capital paulista, moradia e emprego não andam de mãos dadas.

Dessa forma, se pudéssemos escolher duas áreas para subsidiar o desenvolvimento de planos de longo prazo para melhorar a qualidade de vida na cidade, a mobilidade urbana e a habitação seriam as prioridades.

Defende-se que a capital paulista crie um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável como base para o desenvolvimento de um planejamento urbano de longo prazo, a fim

de que se possa ter um cronograma de medidas a serem tomadas, de modo estruturado, que contribua para resolver a má qualidade dos transportes e a pouca mobilidade da cidade.

Perto da capital paulista há uma iniciativa que pode inspirar São Paulo. A diretriz de critérios para aprovações de novas edificações (e reformas) em Guarulhos, a partir de montagens de mapas de “ilhas de calor” (áreas com temperaturas médias superiores ao seu entorno, devido à urbanização), as construções propostas em certos bairros precisam estar adaptadas às condições ambientais locais e necessitam de “compensação de impactos ambientais” para ter seus projetos aprovados. Isso promove melhor planejamento do uso do solo urbano e ainda permite controlar os efeitos das mudanças climáticas. Defende-se que São Paulo desenvolva um “mapa de ilha de calor”, que produza informações para o planejamento urbano e direcione a aprovação de novas construções e reformas de edificações, através de critérios ambientais e urbanos.

JÁ FOI FEITO

MOBILIDADE URBANA EM LION

Lyon, na França, também sofria muito com os transportes. Fez um plano para melhorar a cidade baseado em mobilidade sustentável, com efeitos sobre outras áreas do planejamento urbano. Criou o Plano Diretor de Mobilidade Urbana, que envolve os 55 municípios da mesma região. Esse instrumento de planejamento tem efeitos diretos na redução do tráfego motorizado, no desenvolvimento dos transportes públicos, na intermodalidade, no aumento do número de viagens a pé, no desenvolvimento do ciclismo, na movimentação de cargas, na redução dos ruídos nas cidades, mas também tem impactos na diminuição da poluição do ar, no menor consumo de energia, na melhor acessibilidade, na melhoria da qualidade dos espaços públicos, na redução da desigualdade social.

INDICADORES

São Paulo precisa de um órgão que produza informações e indicadores. Uma das atribuições dessa instituição seria a de propiciar dados que permitam pensar em cenários futuros para a cidade, para subsidiar o desenvolvimento de planos de longo prazo, abrangendo mais de duas gestões municipais e, assim, permitindo um horizonte de previsibilidade e ajuste à realidade, que integre um sistema de planejamento dinâmico e flexível, mas que tenha capacidade de incidir sobre os Planos Plurianuais ou em planos de alcance de longo prazo.

Defende-se que a prefeitura paulistana crie um órgão que produza informações e indicadores para subsidiar as atividades de planejamento de longo prazo e gestão da cidade e de todas as outras secretarias e órgãos municipais. Além disso, defende-se que a prefeitura desenvolva legislação apropriada para produção de indicadores de desempenho para todos os serviços públicos que oferece, produzindo esses dados e disponibilizando-os no site da prefeitura.

O planejamento para uma São Paulo melhor passa pelas escolhas das grandes estratégias para o desenvolvimento da cidade. Questões como justiça e inclusão são primordiais para traçar o futuro da cidade. A sustentabilidade também. Exemplos de outros países mostram que há muitos esforços direcionados para criar cidades sustentáveis, sendo que as atividades da economia verde, da economia criativa e da cidade digital têm sido selecionados para fazer parte dos sonhos dos que habitam as cidades. São Paulo não pode ficar para trás.

Para tanto, a prefeitura deve produzir e divulgar alguns indicadores estratégicos, em atenção ao acompanhamento das grandes diretrizes e dos desempenhos dos segmentos prioritários, que possam nortear os caminhos para uma São Paulo mais justa e sustentável. Sugere-se, inicialmente, que os seguintes indicadores básicos sejam calculados e divulgados:

- 1. Pegada ecológica;**
- 2. Pegada empregatícia – quanto de empregos estão sendo gerados pelo padrão de consumo e pelas atividades econômicas, sociais e ambientais que funcionam na capital paulista;**
- 3. Densidade populacional e de área construtiva, por unidade de área ou território;**
- 4. Renda e desigualdade;**
- 5. Qualidade dos rios e das águas;**
- 6. Tempo médio de deslocamento das pessoas na cidade;**
- 7. Qualidade de vida dos paulistanos.**

Defende-se que a prefeitura selecione um conjunto de indicadores chaves de natureza estratégica, os divulgue anualmente, e que sirvam como termômetros para avaliação do desempenho global da cidade, que permita aos cidadãos paulistanos saber para onde a cidade está caminhando.

DESAFIOS DA GESTÃO METROPOLITANA

Ainda que São Paulo seja maior do que muitos países, a cidade não se limita aos seus 11 milhões de habitantes. Todos os dias outros milhões de trabalhadores e estudantes das cidades vizinhas, que configuram a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), passam por ela. Ou seja, a gestão da capital paulista precisa ser pensada, também, sob o olhar metropolitano, levando em conta os atores sociais e econômicos que interferem no dia-a-dia da cidade.

É imprescindível, portanto, que a gestão local articule trabalhos conjuntos com os municípios do entorno para garantir a efetividade de suas ações. A inspeção veicular, por exemplo, foi um avanço na cidade na preocupação com a qualidade do ar, já que os veículos são responsáveis por aproximadamente 90% das emissões de poluentes no ar paulistano. No entanto, enquanto a inspeção estiver limitada apenas à capital, a conquista representará pouco benefício para a cidade, já que boa parte dos veículos que transitam todos os dias pelas ruas congestionadas de São Paulo vem de outros municípios da Região Metropolitana.

O primeiro passo para a gestão metropolitana consiste em uma questão legal: reconhecer a existência da RMSP. Hoje, essa área, que envolve 39 municípios, abriga cerca de 20 milhões de habitantes e é considerada a terceira maior área urbana do planeta, não passa de um referencial, já que legalmente falando, a Região Metropolitana de São Paulo

não existe de fato, é apenas uma discussão. Debates recentes ocorreram em abril de 2011 na Assembleia Legislativa de São Paulo para se decidir a criação da região metropolitana, mas o grande impasse ficou na questão da destinação de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, que será criado caso a RMSP nasça de fato.⁶

Essa consolidação da RMSP, em termos legislativos, com disponibilidade de orçamento, que pode ser a partir do Fundo Metropolitano ou de outra fonte, ajudaria a promover a rearticulação das atividades do planejamento da cidade de São Paulo em termos mais amplos.

DEFENDE-SE QUE O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO DESENVOLVA UMA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, TRATANDO ESSE TERRITÓRIO COMO UMA UNIDADE ADMINISTRATIVA, DE TAL FORMA QUE POSSA RECEBER RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Defende-se que o governo do estado de São Paulo desenvolva uma legislação específica para o desenvolvimento dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, tratando esse território como uma unidade administrativa, de tal forma que possa receber recursos orçamentários. Isso pode fazer com que São Paulo consiga resolver seus problemas urbanos com a ajuda dos municípios vizinhos e também possa auxiliar as outras cidades a melhorar.

⁶ JORNAL DIÁRIO DO GRANDE ABC DE 19/04/2011.

CONSÓRCIO MUNICIPAL

Aliado a esse arranjo legal metropolitano, há o instrumento de criação dos Consórcios Municipais, que poderiam ser utilizados pela prefeitura paulistana em conjunto com algumas cidades vizinhas para resolver problemas conjuntamente.

Frente aos desafios propostos - como desemprego, falta de moradia, ocupações em áreas de risco, baixa qualidade do ensino público, problemas de saneamento, falta de infraestrutura pública de saúde, problemas na gestão dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos -, os consórcios têm se tornado forma frequente para tentar minimizar esses problemas através de uma comunhão de esforços entre municípios que anseiam por dividir iniciativas e investimentos em prol do desenvolvimento de um projeto comum.

Destaca-se que, pelo fato das ações nos consórcios municipais serem tomadas por um conjunto de prefeitos e secretários, os orçamentos a serem alocados tanto podem ser menores como maiores do que as verbas que seriam definidas se a decisão fosse tomada individualmente por cada cidade. Isso dependendo do tipo, natureza e especificidades de cada medida ou intervenção urbana. Todavia, tem-se uma certeza: os resultados em termos de eficácia serão mais permanentes no médio e no longo prazos, serão muito melhores do que os de ações tomadas individualmente pelos prefeitos, pelos efeitos sinérgicos do planejamento conjunto.

Em termos orçamentários, todavia, as cidades vizinhas à capital paulista não podem reclamar muito, pois á relativamente maior volume de recursos, comparados às outras regiões, devido ao tamanho da economia e dos portes populacionais. Vale lembrar que os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, juntos, correspondem a 59% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Concomitantemente ao “tamanho” em termos econômicos, porém, os desafios a enfrentar em termos de déficits sociais são também enormes e significativos.

O contrato de um consórcio pode se dar na forma de pessoas jurídicas de direito público,⁷ combinando esforços e recursos para fins comuns. São organizações de auxílio e co-operação das unidades municipais que fazem parte e objetivam a elaboração de políticas e diretrizes para gerenciamento de planos e programas e realização de obras e serviços de comum interesse. Portanto, não são entidades supramunicipais. Depois de instituídas e registradas, essas entidades devem elaborar estatutos para especificar sua forma de administração (exemplo: Diretoria Executiva, Conselho Consultivo, Conselho Deliberativo e Fiscal) e estrutura obrigatoriamente igualitária.

Quando se trata da concessão de obras públicas ou contratação de serviços, na esfera da administração pública, o consórcio pode ser realizado por empresas através do processo de licitação.⁸ O consórcio entre municípios talvez seja o mais comum na atualidade e corresponde ao consórcio pactuado entre pessoas públicas. Nesse caso, não é necessário que se crie uma nova pessoa jurídica, tão pouco novas estruturas den-

⁷ PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO: UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E AUTARQUIAS.

⁸ CONFORME A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, Nº 8.666/93.

tro da administração pública, mas apenas readequações de estruturas já existentes. Isso se deve à própria característica dos consórcios intermunicipais: são apenas pactos firmados entre “pessoas” de mesma esfera de governo, sejam elas jurídicas de direito público ou de direito privado, mas necessariamente criado por órgão público. No acordo, são estabelecidas as contribuições, funções e disponibilidades (financeiras e humanas) de cada município dentro das questões a que se pretende a articulação territorial.

JÁ FOI FEITO	EXEMPLOS DE CONSÓRCIOS BEM SUCEDIDOS
<p>Santa Catarina é um bom exemplo de consórcios intermunicipais. Em 2006 nasceu o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, que uniu municípios em diferentes regiões do estado para, juntos, solucionar os problemas de saneamento. A divisão das responsabilidades e obrigações dos municípios se deu de acordo com as bacias hidrográficas, que têm se mostrado um ótimo marco para a definição de trabalhos conjuntos, já que os rios passam por diferentes cidades e são responsáveis pelo abastecimento de água e pela qualidade do saneamento. Se a cidade vizinha não trata o seu esgoto, a água do rio que passa para a cidade seguinte pode chegar poluída. Desse pensamento, os municípios que usam o mesmo recurso hídrico encontram soluções para o tratamento de esgoto e abastecimento da população com água de qualidade.</p> <p>Ainda em Santa Catarina, sete municípios da região do Vale do Itajaí se uniram para administrar a gestão de resíduos sólidos. O trabalho foi tão bem sucedido que as administrações públicas passaram a trabalhar em conjunto em outros projetos que envolvem, inclusive, o turismo na região. Ali está o Vale Europeu, que todos os anos atrai milhares de turistas. A sinergia é tão grande, que em parceria com o Clube de Cicloturismo do Brasil, os municípios criaram o circuito de cicloturismo do Vale Europeu. A rota sinalizada foi a primeira definida especialmente para viajantes de bicicleta no Brasil, o que atrai mais turistas e mais recursos e geração de emprego e renda nas cidades envolvidas.</p>	<p>Também na área de consórcio municipal em atividades turísticas, destaca-se a iniciativa no Rio Grande do Sul do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (Condesus). Nasceu para desenvolver as potencialidades turísticas, tomadas pelo conjunto das nove cidades componentes, e promover o desenvolvimento sustentável desse território.</p> <p>Experiências internacionais também podem servir de exemplo para a RMSP, como a da região de Catalunha, na Espanha. O Consórcio Alba-Ter – Coesão Territorial, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade na Bacia Hidrográfica - uniu sete municípios para articularem ações que resolvessem problemas que envolviam o rio Ter. Como o rio passa por essas cidades, todas tinham questões em comum a serem resolvidas na questão de saneamento e gestão dos recursos hídricos. Esses exemplos mostram como as águas podem ser norteadoras do trabalho em conjunto com cidades vizinhas. O problema de um pode ser também o problema do outro e a qualidade das águas que passam pelas cidades é um excelente indicador de qualidade ambiental. Sorocaba, no interior de São Paulo, por exemplo, conseguiu reconquistar o sentido de pertencimentos de seus 600 mil habitantes depois que iniciou a despoluição do Rio Sorocaba e ampliou a sua rede de coleta e tratamento de esgoto. Hoje é comum ver moradores pescando e contentes com a cidade. O rio é um termômetro de vida para as cidades e seus vizinhos. A solução pode ser encontrada de maneira conjunta.</p>

O elemento fundamental na figura dos consórcios é a união, declarada na forma documental e assinado pelos órgãos competentes de cada esfera, entre municípios. Tanto os consórcios quanto os convênios são organizados pelo poder executivo, mas requerem aprovação do poder legislativo. No caso dos consórcios, o orçamento e gastos em geral devem estar previstos no orçamento anual. Uma das distinções básicas entre o consórcio e o convênio é que os consórcios são acordados entre pessoas públicas de mesmo nível de governo, entre entidades de mesma espécie (município com município, estado com estado, entre entidades paraestatais, entre autarquias).

Defende-se que a prefeitura articule com as cidades vizinhas a criação de consórcios intermunicipais para resolver questões nas áreas de mobilidade urbana, recursos hídricos, resíduos sólidos, serviços de saúde e de assistência social, programas e pólos de geração de trabalho e renda. Não se trata de juntar todos os municípios do entorno em todos os assuntos, mas de definir prioridades, reunir cidades relevantes para a solução de cada problema ou conjunto integrado de problemas e assim criar juridicamente os consórcios (ou articulações entre os diversos órgãos públicos) e iniciar os planos estratégicos para implementação dos planos operacionais conjuntos.

O objetivo da proposta é melhorar a vida na capital paulista e nas cidades vizinhas já no curto prazo, visto que os consórcios dependem de boa vontade política dos governantes e que estes podem ser sensibilizados por meio das mobilizações de entidades representativas da sociedade civil e tomar medidas que podem ter resultados quase imediatos em termos de início de planejamento conjunto. Isso é bem diferente da “legalização” da Região Metropolitana de São Paulo, que pode demorar, e das forças políticas que podem interferir no uso dos recursos do Fundo Metropolitano.

PREFEITURA ARTICULE
COM AS CIDADES
VIZINHAS A CRIAÇÃO
DE CONSÓRCIOS
INTERMUNICIPAIS PARA
RESOLVER QUESTÕES NAS
ÁREAS DE MOBILIDADE
URBANA, RECURSOS
HÍDRICOS, RESÍDUOS
SÓLIDOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL, PROGRAMAS E
PÓLOS DE GERAÇÃO DE
TRABALHO E RENDA



DESCENTRALIZAÇÃO

Instâncias locais precisam ser fortalecidas e participar ativamente do planejamento da cidade.

PLANEJAMENTO DESCENTRALIZADO

O caminho para uma nova visão de planejamento que possibilite organizar a atuação pública passa por transformações importantes no plano da governança. No entanto, essas mudanças têm que estar atreladas a uma perspectiva descentralizadora, que fortaleça instâncias locais de tomada de decisão. A política centralizada não está em questão apenas pelo fato dessa forma de gestão ser utilizada em muitas cidades, parecendo que, se há muitos municípios utilizando, isso seria garantia de que seria a melhor. A história mostra que muitas das coisas que eram feitas pelo “modo de antigamente” de fato eram procedimentos que poderiam ter sido feitos de outra maneira e de forma mais eficiente. Ademais, essas visões de administração centralizadas têm sido crescentemente contestadas. Ao não democratizar as decisões, não se garante a voz dos cidadãos e o poder tende a se concentrar, buscando atalhos que reduzam ou evitem os controles administrativos e institucionais.

Nesse sentido a descentralização política e administrativa não é apenas um valor que pode ou não ser adotado, mas é uma diretriz inscrita na Constituição Municipal, a Lei Or-

gânica. E, diga-se, uma diretriz muito razoável ao se pensar em uma cidade com 11 milhões de habitantes, com uma Câmara Municipal de 55 vereadores, ou seja, um vereador para cada 200 mil habitantes – quase o tamanho de uma cidade média do Estado de São Paulo. Vale lembrar que a maioria dos municípios do país tem menos do que esse número de habitantes e câmaras municipais compostas por cerca de 10 vereadores.¹

Além disso, há uma concentração de poder político e econômico nas regiões centrais da capital, onde se concentraram historicamente os maiores investimentos, acarretando uma ainda maior sub-representação das periferias. Por fim, a precariedade dos sistemas de planejamento e de previsão de obras e benfeitorias favorece situações de clientelismo e de troca de votos por benefícios dos que estão no poder a cada legislatura em face da necessidade. O Uruguai tem menos de quatro milhões de habitantes e está dividido em 19 departamentos, incluindo a capital Montevidéu, cuja estrutura de gestão é descentralizada, em centros comunais zonais de até 100 mil habitantes, com participação institucionalizada da população e estrutura de gestão e acompanhamento de projetos.

No caso de São Paulo, trata-se de uma estrutura administrativa onde cada subprefeitura tem jurisdição sobre contingentes populacionais muito expressivos, superiores aos de inúmeras cidades que contam com prefeitos eleitos, câmaras de vereadores e mais de uma dezena de secretarias específicas.

A descentralização objetiva constituir capacidade decisória, de gestão dos projetos e das políticas públicas. Não é razoável, por exemplo, que a gestão dos sistemas educacionais, municipal e estadual, não conte com instâncias intermediárias, interfaces em que as diretrizes centrais são adequadas às particularidades dos territórios, fortalecendo as direções de escola e ampliando a autonomia de gestão e de articulação das unidades às comunidades em que estão instaladas.

A própria dimensão dos problemas de carência de recursos, violência, bullying e deterioração do ambiente educacional deveriam estimular maior autonomia escolar, fortalecendo essas instâncias como nós importantes da rede local (social e governamental), implicada nas soluções de seus problemas. Trabalhar olhando o problema local, com ajuda da rede, possibilita organizar mecanismos de integração de políticas públicas como, por exemplo, o policiamento comunitário e maior utilização escolar em horários alternativos.

Para além das funções de zeladoria e de controle de uso do solo, as subprefeituras foram criadas com a perspectiva de gerir uma parcela significativa do orçamento municipal. Funções como gestão local da educação, saúde

TABELA 6. NÚMERO DE POPULAÇÃO POR SUBPREFEITURA DE SÃO PAULO

Acima de 500 mil habitantes	5 subprefeituras
De 400 mil a 500 mil habitantes	8 subprefeituras
De 300 mil a 400 mil habitantes	4 subprefeituras
De 200 mil a 300 mil habitantes	12 subprefeituras
De 100 mil a 200 mil habitantes	2 subprefeituras

Fonte: Estimativas Seade sobre população recenseada em 2010.

¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE RESOLUÇÃO Nº 21.702, DE 2 DE ABRIL DE 2004.

de e assistência social, ou mesmo habitação, meio ambiente e infraestrutura precisam ter uma dimensão de gestão mais próxima da população. Assim, não se pensa em melhoria da governança municipal sem a recuperação do papel das subprefeituras. O argumento de que as licitações têm custos mais eficientes se forem centralizadas não é evidente, nem tampouco racional, visto que os novos instrumentos tecnológicos de licitação ou pregões por meios eletrônicos - como as compras públicas online - se revelam muito eficientes. A escala da cidade de São Paulo admite processos mais regionalizados, que ainda seriam de enorme vulto e escala, até para padrões internacionais, favorecendo preços razoáveis.

Mas, acima de tudo, a descentralização tem que garantir capacitação institucional para desenvolver processos de mudanças locais. E as equipes têm que ser, por um lado, tecnicamente capazes de respeitar os ritos afetos à coisa pública na gestão de recursos; por outro lado, elas teriam o suporte das respectivas secretarias para trabalhar sem ferir as diretrizes centrais para as áreas.

O caso dos Centros de Educação Unificados (CEU) é um exemplo da demanda por articulações intersetoriais, pois lá estão sediadas a Educação, a Cultura e os Esportes e a concepção norteadora, mais do que a sobreposição de esferas, era a do trabalho conjunto das áreas, de forma matricial.

O dia-a-dia do trabalho das subprefeituras deveria acompanhar a agenda em curso nas dezenas de bairros e assentamentos que as compõem. Particularmente nas áreas periféricas, em regra as mais populosas, os subprefeitos deveriam ser amplamente reconhecidos pela população, serem prestigiados pelos dirigentes municipais e terem baixa rotatividade, a fim de poder atender à enorme expectativa e demandas das respectivas populações. Mas tem ocorrido o contrário, mandatos curtíssimos, perfis estranhos ao cargo (alguns não conhecem a região, outros nem moram na capital paulista) e responsabilidades e perda de recursos orçamentários devido à desarticulação da capacidade de gestão e de execução orçamentária. A própria qualidade da execução orçamentária efetiva ainda é merecedora de estudos, a fim de aferir sua efetividade ao longo dos últimos anos.

ELEIÇÕES

A eleição de subprefeitos e de conselhos de representantes deveria ser admitida como uma solução inteligente e eficaz, pois permitiria, dentro de regras e balizas que não impedissem a unidade da Gestão Municipal, uma maior aderência e maior controle social por parte da população e o estímulo para atingir os objetivos e metas governamentais.

Os conselhos de representantes, por sua vez, seriam essenciais para discutir as demandas e prioridades da região, acompanhar o exercício dos mandatos e contribuir para a mobilização e organização social na ponta, nas regiões, tanto nos períodos de definição das metas e de planejamento das intervenções como em sua execução e acompanhamento.

Independentemente do teor da reforma institucional das subprefeituras, hoje desidratadas e desvirtuadas, uma estratégia central para a constituição de novos padrões de governança local seria a viabilização do desenvolvimento dos Planos de Bairros, ainda sem lei específica, e hoje incipientes devido ao não detalhamento das diretrizes do presente

Plano Diretor Estratégico, que constitui uma das grandes potencialidades não aproveitadas desse instrumento. Aliás, mais que outros dispositivos extremamente relevantes para o controle do crescimento urbano - como as macroáreas, que estabelecem diretrizes de ordenamento urbano compatíveis com as características de cada região da capital -, esse goza de amplo consenso quanto à sua importância, tornando-se matéria passível de proveitosa negociação legislativa.

São Paulo é muito grande e sua população se espalhou por todo o seu território. Os governantes precisam monitorar o que acontece nessa grande cidade para fazer o governo cumprir suas funções de garantir a segurança urbana. Tarefa difícil. As realidades são muito diferentes dentro da cidade: há regiões que vivem em padrões socioeconômicos próximos aos dos países desenvolvidos europeus, por outro lado, há bairros da periferia que têm situações comparáveis aos de países muito pobres, subdesenvolvidos. Do ponto de vista ambiental, há regiões rurais em São Paulo, como Parelheiros e Engenheiro Marsilac - com Mata Atlântica, água limpa, bichos -, como há também locais com pouquíssimas áreas verdes, sem árvores, como Cidade Tiradentes. Têm regiões às margens de represas, mas que não sofrem enchentes, e têm bairros ao longo de pequenos córregos, onde a cada chuva a população ribeirinha fica totalmente em alerta, sob o risco de perder suas casas e suas vidas.

EMERGÊNCIA

O advento dos desastres naturais em outros países, como terremotos e tsunamis, mostrou que os países e as cidades, precisam estar preparados para enfrentar eventos naturais extremos. O Japão e o Chile, que têm uma cultura e uma estrutura social já adaptada para se ajustar aos efeitos de terremotos são exemplo. Quando estes ocorrem, seus impactos e efeitos são minimizados comparativamente a outros países que não têm esses cuidados e infraestrutura, como foi o caso do Haiti, onde o número de mortes foi muito maior.

Esses países desenvolveram estruturas de Centrais de Monitoramento de Emergências, que acompanham tudo o que acontece numa região - como o clima, a temperatura, as chuvas, os níveis dos rios e córregos, com o movimento das pessoas dentro da cidade, o trânsito e os congestionamentos, o fluxo de aviões, monitoramento sísmicos e do movimento das ondas do mar. Através desses sistemas online, os administradores de uma cidade ou de uma região têm informações para tomar decisões para resolver as questões de segurança urbana.

A experiência japonesa com as medidas para enfrentar os efeitos dos terremotos e tsunamis no início do ano de 2011 revelou a importância da sociedade civil no enfrentamento de crises. Os governantes desse país treinaram, capacitaram as entidades locais para poderem enfrentar essas situações, visto que nos casos de grandes desastres naturais, como o que realmente aconteceu, muitas vezes as estradas e pontes são destruídas e o governo central não consegue, como não conseguiu, chegar aos locais para dar os apoios necessários. Aí que entra a importância da mobilização e do conhecimento para enfrentar crises dessas organizações comunitárias e locais, que fornecem as ajudas para as populações atingidas.

Não que São Paulo deva se preparar para enfrentar terremotos ou *tsunamis*, mas a análise dessas experiências mostra que a capital paulista ganharia muito se tivesse uma Central de Emergências altamente equipada com tecnologia de ponta e uma Defesa Civil com recursos e condições para capacitar as entidades locais para enfrentar situações extremas. Com certeza, a população sofreria menos.

Essa Central poderia ser utilizada para acompanhamento dos efeitos das mudanças climáticas sobre a cidade, como, por exemplo, enchentes e queda de encostas e morros, acionamento rápido de equipes de saúde e corpo de bombeiros, orientação dos motoristas e dos transportes públicos no caso de grandes congestionamentos etc.

Defende-se que a prefeitura aperfeiçoe o sistema de Defesa Civil, desenvolvendo uma Central de Monitoramento de Emergências, com infraestrutura, tecnologia e recursos orçamentários adequados para tomar medidas emergenciais e para adotar ações de caráter preventivo.

Enfim, fortalecer as organizações locais é importante e torná-las integrantes dos processos de planejamento da cidade. Os planos de bairros seriam propostas de intervenções participativas, que teriam potencial de reestruturação urbana das centralidades intermediárias das regiões periféricas. Essa proposta poderia ser iniciada pela sua definição, a partir de insumos técnicos e das opiniões da população local, das localidades prioritárias para desenvolvimento dos Planos de Bairros, considerando demandas acumuladas e críticas de mobilidade, habitação, infraestrutura urbana, importância cultural e histórica, potencial de urbanização e adensamento futuros, com vocação residencial e produtiva.

PREFEITURA APERFEIÇOE
O SISTEMA DE DEFESA
CIVIL, DESENVOLVENDO
UMA CENTRAL DE
MONITORAMENTO DE
EMERGÊNCIAS, COM
INFRAESTRUTURA,
TECNOLOGIA E RECURSOS
ORÇAMENTÁRIOS
ADEQUADOS PARA TOMAR
MEDIDAS EMERGENCIAIS
E PARA ADOTAR AÇÕES DE
CARÁTER PREVENTIVO

O processo de desenvolvimento dos Planos de Bairros permitiria definição de prioridades e diretrizes de intervenção em áreas tais como:

- ✓ Reversão de tendências urbanísticas não sustentáveis, como surtos de verticalização sem a necessária infraestrutura.
- ✓ Rearticulação da malha viária das regiões, principalmente conectando bairros e melhorando a acessibilidade.
- ✓ Melhoria e integração da mobilidade dentro e fora do território local.
- ✓ Requalificação de espaços públicos, redefinindo centralidades.

A aplicação da filosofia dos Planos de Bairros poderia já ser implementada e ter resultados práticos, aproveitando intervenções e equipamentos urbanos já consolidados na cidade como elementos integradores e estruturadores, como os CEU ou os terminais de ônibus das periferias, buscando corrigir falhas ou ineficiências de planejamento, gerando novas sinergias espaciais, evidenciando o potencial de reestruturação dos bairros.

Também pode-se dinamizar “bairros” a partir de planejamento, para criar ou desenvolver estruturas que inexistem e que podem ser os futuros elementos iniciais integradores da deflagração da coesão social e da disseminação de práticas comunitárias e criadoras de oportunidades, trabalho e renda.

Seriam propostas construtoras de cidade, com foco em viabilizar o desenvolvimento local, econômico, a geração de empregos, redefinição das condições de mobilidade, melhorias de áreas precárias, oferta de moradias, enfim, a melhoria da qualidade de vida da população local e a revitalização da importância dessas regiões para o conjunto da cidade.

Defende-se que a prefeitura defina uma legislação de um Plano de Bairros para que se possa se ter dotações orçamentárias específicas, de modo a viabilizar propostas efetivas para o desenvolvimento local. Sugere-se, no curto prazo, que se faça uma adaptação desse princípio de desenvolvimento de bairros

**PREFEITURA DEFINA
UMA LEGISLAÇÃO DE UM
PLANO DE BAIROS PARA
QUE SE POSSA SE TER
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
ESPECÍFICAS, DE MODO A
VIABILIZAR PROPOSTAS
EFETIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

utilizando-se o conceito legal de distrito, que poderia ser utilizado como unidade de planejamento, visto que em termos de composição, as subprefeituras nada mais são do que um conjunto de distritos vizinhos. Mais tarde, quando a Lei de Bairros tiver sido instituída, através de consultas públicas, participação da sociedade civil e de grande debate com o poder legislativo, a prefeitura pode implementar operacionalmente, dentro do seu planejamento, as alocações orçamentárias em nível de bairro.

Uma interessante possibilidade seria a de desenvolver editais públicos municipais, previstos nos Planos Diretores Regionais, que permitissem a formulação de propostas de Plano de Bairro, a partir de critérios como vulnerabilidade econômica, social e do meio ambiente. Assim, seria possível estabelecer critérios para o paulatino atendimento de todas as regiões e bairros, ao longo de uma ou duas gestões municipais. É uma proposta alternativa que permite racionalização dos recursos orçamentários e garante preciosos ensinamentos das primeiras intervenções para a execução das seguintes. Um exemplo dessa possibilidade é Perus, que fez um Plano de Bairro específico para sua região, desenvolvido pela comunidade.

Os Planos de Bairros seriam verdadeiros laboratórios de fortalecimento institucional das subprefeituras, tornando-as operativas. Uma medida complexa como a execução desses planos permitiria o desenvolvimento de meios de gestão que possibilitassem a responsabilização sobre processos e o monitoramento dos cronogramas de execução. Seriam mobilizados recursos orçamentários próprios e das secretarias envolvidas, como Educação, Saúde, Habitação e Infraestrutura.

Em certos casos, obedecendo à lógica dos territórios de vida, os planos poderiam envolver mais de uma subprefeitura ou distrito de forma consorciada, integrando processos participativos, audiências públicas, sistemas de coleta de informação e gerenciamento das intervenções. Um exemplo da nova postura requerida quanto às intervenções públicas foi expresso pelo governo federal, ao defender que os programas habitacionais,

tanto do governo federal, como dos governos estaduais, façam o planejamento prévio da demanda por infraestrutura de educação: “Se você prever a demanda potencial de educação, o Ministério da Educação pode entrar simultaneamente (construindo as escolas), enquanto constroem as casas”.²

Trata-se de fortalecer o nível local para implementar ações intersetoriais, envolvendo conjuntos de atores institucionalmente comprometidos com aportes específicos nos processos de requalificação. Os Planos de Bairros não dispensariam as redes de desenvolvimento local, posto que são essas que têm a vivência de todas as experiências realizadas no bairro e também na criação de uma força conjunta diante do poder público, empresas e sociedade civil, auxiliando processos de transformação social que façam diferença para os moradores do bairro. Não é possível deixar de fazer uso da tecnologia social que permitem a parceria de uma rede de associações de moradores e instituições interessadas em promover a melhoria de todas as políticas públicas do bairro, como forma de promover o desenvolvimento local do lugar em um desafio conjunto.

Os planos teriam a responsabilidade de explorar o potencial turístico, o mapeamento e integração dos valores arquitetônicos, históricos, naturais, promovendo a valorização dos ativos intangíveis e melhorando a autoestima das populações residentes. Ademais, essas são fontes de ocupações e renda, contribuindo para o desenvolvimento local.

Outra proposta é que as pessoas possam fazer quase tudo a pé, tendo acesso à escola, ao trabalho e aos equipamentos públicos, como hospitais e áreas de lazer, em um raio de mais ou menos 300 metros de distância. Essa marca é a mesma de algumas cidades europeias. Na Alemanha, uma lei impõe que todos os cidadãos tenham acesso aos estudos, trabalho, serviços públicos e privados, como mercados e restaurantes, em até 2 quilômetros de distância. Foi isso que garantiu que a maioria da população usasse bicicleta e transporte público ao invés do carro, por exemplo.

DEFENDE-SE QUE AS PESSOAS POSSAM FAZER QUASE TUDO A PÉ, TENDO ACESSO À ESCOLA, AO TRABALHO E AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, COMO HOSPITAIS E ÁREAS DE LAZER, EM UM RAIOS DE MAIS OU MENOS 300 METROS DE DISTÂNCIA.

Torna-se difícil pensar nesse esforço de requalificação urbana da cidade de São Paulo sem o reforço institucional da capacidade de planejamento governamental. Quando as diretrizes das intervenções públicas ou privadas que ocorrem na cidade não conseguem impedir consequências nefastas para a mobilidade ou adensamento em áreas despreparadas para receber tais empreendimentos, há um claro sinal da necessidade de sistemas de informação e planejamento capazes de nortear o crescimento, de estabelecer o atendimento das demandas da sociedade, equilibrando o legítimo apetite dos empreendedores, negando autorização para empreendimentos nocivos, e propondo alternativas ou outras soluções técnicas mais duradouras e sustentáveis.

² HADDAD DEFENDE QUE PROGRAMAS HABITACIONAIS TENHAM ESTIMATIVA DE DEMANDA POR ESCOLAS. 26/03/2011, DANIEL MELLO, REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL.

SÃO PAULO DESCENTRALIZADA

Muita gente pode pensar que uma cidade descentralizada seja como dividi-la em dezenas de minicidades independentes. Mas não é nada disso. A valorização dos bairros, com a descentralização de serviços básicos, é a busca pela garantia do acesso aos serviços essenciais, como educação, lazer, trabalho, saúde e transporte.

A vantagem da descentralização, administrativa e de planejamento, é a oferta de serviços para atender às necessidades básicas do dia-a-dia do cidadão. É garantir que as crianças possam ir à escola a pé, que as famílias tenham mais tempo juntas, que as pessoas compartilhem o seu tempo com mais lazer e menos estresse no trânsito. Claro que a cidade deve ter pontos em comum para todos, os patrimônios referenciais tipicamente paulistanos. Ainda mais São Paulo, que oferece atrativos únicos no quesito lazer e cultura. Pode ser que nem todos os bairros tenham teatros, por exemplo, mas todos merecem ter uma biblioteca, um centro cultural e uma pracinha para que as pessoas convivam.

Defende-se que a prefeitura defina um “kit de equipamentos e serviços básicos” que todo o bairro deve ter e que os órgãos municipais devem oferecer, obrigatoriamente. Isso auxilia o acesso aos benefícios que a cidade oferece para seus cidadãos, fortalece o desenvolvimento local e também contribui para redução da demanda por mobilidade.

SUSTENTABILIDADE

Não é de hoje que os vizinhos não se cumprimentam. A vida do paulistano tem se resumido a acordar, gastar horas para chegar ao trabalho ou aos estudos, dedicar muitas horas às atividades diárias e outras tantas voltando para casa. O que sobra são raros momentos para se socializar e descansar. Isso não é uma vida digna.

A descentralização da cidade de São Paulo é uma importante mudança de paradigma para se enxergar a cidade. Trata-se de uma gestão local para a sustentabilidade, valorizando os recursos do território e dos valores comunitários. O Plano Diretor é, talvez, o principal documento estratégico para se organizar a cidade. É ele quem define como, onde e como a cidade deve se desenvolver e é nele, portanto, que deve constar o reconhecimento dos bairros como unidades primeiras de vida dos cidadãos. Para tanto, reconhece a importância do desen-

JÁ FOI FEITO

BAIRRO ECOLÓGICO EM ADELAIDE

A cidade de Adelaide, na Austrália, com 1,3 milhão de habitantes, é um bom exemplo de projetos públicos voltados para os bairros. Por iniciativa dos moradores, transformou-se o bairro de Christie Walk em um bairro ecológico. As casas foram construídas ou reformadas seguindo critérios de sustentabilidade. Todas as residências têm sistema de aquecimento solar e a região foi totalmente arborizada. A iniciativa serviu de exemplo para toda a cidade e os outros bairros começam a se organizar para criar um ambiente agradável e sustentável como o de Christie Walk.

volvimento local por meio dos planos estratégicos regionais, aos quais o dispositivo legal de 2002 não conseguiu garantir operacionalização.

A sustentabilidade é uma palavra-chave para nortear o desenvolvimento e a valorização dos bairros. Crescer sob a ótica da sustentabilidade é proporcionar qualidade de vida. Lugares mais limpos, mais agradáveis, mais silenciosos e arborizados proporcionam maior bem estar aos cidadãos e são princípios norteadores do desenvolvimento sustentável. Aliadas a isso, estão a valorização da economia local e a preservação do meio ambiente.

Claro que pensar em uma cidade mais sustentável e agradável para se viver passa por rever o perfil e a destinação dos gastos públicos. “O dinheiro só tem uma cor, o mesmo dinheiro que é investido em uma economia que usa mais recursos do que o planeta pode nos prover deverá ser usado para investir em tecnologias verdes”. A frase de Pavan Sukhdev, economista sênior do Deutsche Bank e coordenador do estudo “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade”, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), proferida durante visita ao Brasil em 2010,³ deixa claro que os recursos hoje investidos em alternativas pouco ou nada sustentáveis precisam ser repensados e redirecionados para modelos mais saudáveis de vivência em uma grande metrópole.

O dinheiro que banca o dia-a-dia dos cidadãos é fruto da contribuição das pessoas em variados impostos. São os recursos dos cidadãos que viabilizam a vida nas cidades. A maneira como esse dinheiro é investido serve como indicador da qualidade da gestão pública, da visão da sociedade sobre si mesma e sobre o governo e que tudo isso redundando no nível da qualidade de vida oferecida às pessoas.

TRIBUTOS

A lógica do sistema tributário contribui para esse impasse, já que os impostos são arrecadados e distribuídos em âmbitos federal, estadual e municipal. A cidade de São Paulo, pela sua imensidão, contribui fortemente com recursos para os governos federal e estadual, no entanto, essa contribuição não retorna necessariamente na mesma proporção de sua colaboração para outras esferas administrativas.

É muito importante que a população entenda como funciona o sistema tributário e participe mais de discussões de políticas econômicas e fiscais de nível nacional sobre aplicação de recursos e investimentos públicos. Isso permitiria até maior capacidade de reivindicação pública para mais investimentos federais e estaduais na cidade de São Paulo. Dos impostos que os paulistanos pagam, pouco volta do governo federal para a capital paulista. O dinheiro recebido do fundo de participação do município representa menos de 2% da receita total do município. Os repasses estaduais ajudam, mas poderiam ser mais generosos.

O dinheiro que entra e vai para o orçamento dá simplesmente para pagar o custo da máquina pública municipal e sobra pouco para os investimentos. A prefeitura deveria es-

3 COMBATE À POBREZA E GERAÇÃO DE EMPREGOS FORAM O DESTAQUE DO ESTUDO “ECONOMIA VERDE: DA INTENÇÃO À AÇÃO” IN [HTTP://WWW.AMBIENTE.SP.GOV.BR/VERNOTICIA.PHP?ID=1007](http://www.ambiente.sp.gov.br/vernoticia.php?id=1007), ACESSADO EM 19/04/2010.

tar investindo mais para que se possa reduzir os enormes déficits sociais e de infraestrutura, mas o orçamento, que parece grande, não é tanto assim.

Como acontece com empresas, que ficam endividadas pagando juros altos e não conseguem mais ter uma saúde financeira adequada, a prefeitura também tem uma dívida pública com o governo federal expressiva (cerca de R\$ 50 bilhões) e os juros e amortizações (aproximadamente R\$ 3 bilhões/ano), conforme acordo feito com o governo federal na gestão do governo Pitta, são altos e comprometem a capacidade de investimento.

Defende-se que a prefeitura renegocie a dívida pública com o governo federal, de modo a estender o prazo de pagamento e, assim, reduzir o volume de juros pagos anualmente, e que isso acarrete em aumento da capacidade de investimento e de endividamento, de modo a prover o município paulistano de fontes de *funding* adequados para atender seus planos de longo prazo para se tornar uma cidade justa e sustentável.

Frente ao tamanho dos problemas de déficits sociais e de infraestrutura, os recursos orçamentários da Cidade de São Paulo são insuficientes para atender a todas as necessidades. É por isso que o Orçamento Participativo e as Ouvidorias Municipais se tornam importantes. Eles permitem, através da transparência dos processos de escolhas de onde aplicar o dinheiro dos impostos, maior eficácia no direcionamento dos recursos.

São Paulo precisa utilizar todas as fontes de recursos que pode ter acesso, como a redução do custo da dívida, que permite maior “sobra” para os investimentos, as emissões de valores mobiliários, que podem carrear recursos para a formação de infraestrutura em locais específicos da capital e as Parcerias Público-Privadas (PPP), que permitem à prefeitura realizar obras através do uso dos recursos do setor privado, mas com formatação e diretrizes traçadas e definidas pelas autoridades municipais, de modo a controlar e adequar os interesses empresariais às exigências e necessidades da cidade. E também utilizar outros instrumentos urbanos, como as concessões urbanísticas e outros disponibilizados pelo Estatuto da Cidade.

O papel “cobrador” da sociedade civil de acompanhar o processo de alocação dos recursos públicos pode contribuir, desde a lei de diretrizes orçamentárias até o monitoramento dos gastos, através das fiscalizações dos empenhos, a disponibilização *online* dos dados orçamentários, através de site com ferramentas de fácil navegação e entendimento dos gastos e das receitas da prefeitura. São Paulo Cidade Digital, com governo eletrônico no tocante às prestações de contas, significa também Cidade Bem Governada.

Para que a população possa participar melhor do processo de alocação de recursos dentro da cidade, precisa saber quanto a região recebe de dinheiro público. Também a prefeitura teria a vida muito facilitada se soubesse o quanto de recurso está indo para a “ponta” - quanto de dinheiro da educação, da saúde, da assistência social, dos financiamentos habitacionais e tudo o mais – está indo para cada distrito ou bairro. Em virtude da estrutura de informação atual as contas públicas, até a própria prefeitura tem dificuldade em saber, de fato, quanto de dinheiro cada distrito ou bairro está recebendo em termos de recursos públicos municipais.

Defende-se que a prefeitura seja obrigada a divulgar o orçamento (todos os gastos públicos) por região de destino do usuário ou beneficiário (quando possível), por

distrito ou bairro, de modo que possa melhorar a capacidade de planejamento local. Isso pode ser feito através de consolidações das contas das secretarias e dos órgãos, em termos de gastos por distritos ou bairros, ou por mudanças no sistema do plano de contas, alterando a codificação de identificação individual de cada lançamento contábil, de modo a introduzir dois dígitos a mais no código, que seria o número representativo do distrito (são 96 no total).

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA SEJA OBRIGADA A DIVULGAR O ORÇAMENTO POR REGIÃO DE DESTINO DO USUÁRIO OU BENEFICIÁRIO, POR DISTRITO OU BAIRRO

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Outro assunto importante é que o dinheiro dos impostos é para beneficiar a população, que paga por eles. Quanto de recursos está indo para a educação, para a saúde, para a assistência social, para a habitação, para a segurança cidadã e outras necessidades sociais? A sociedade civil precisa saber isso para ver se o dinheiro está sendo canalizado para as reais necessidades da população.

Para que esses serviços possam ser oferecidos, a Prefeitura precisa ter estrutura - uma "máquina pública" -, funcionários, prédios, equipamentos, máquinas e tudo o mais que é preciso governar a cidade. Isso tem custo. Mas quanto de dinheiro é alocado para atividades que não são a finalidade essencial do gasto público? Quanto é o custo da máquina da prefeitura?

Para iniciar o debate, estimou-se, a partir de consolidação dos orçamentos de secretarias e órgãos, o quanto estaria sendo canalizado para atividades que não beneficiam diretamente o cidadão, mas que representem gastos típicos da estrutura interna da gestão municipal. Trata-se apenas de números indicativos e muito simples, sem os rigores científicos e contábeis exigidos para isso, mas que podem contribuir para reflexões sobre o assunto.

Nas tabelas 7 e 8, apresenta-se dados do "peso" dos custos da administração municipal para que as políticas públicas setoriais ou temáticas possam se efetivadas.

Esses dados revelam que, apesar da proporção dos recursos orçamentários destinados ao custo a máquina terem uma queda nos últimos três anos (com o uso desse critério de segmentação do orçamentos dos órgãos), o volume de recursos destinados à prefeitura para gerir a cidade é expressivo - cerca de um terço do orçamento total. A sociedade civil deve estar atenta a isso e se mobilizar para que a própria prefeitura divulgue esses dados, utilizando dados reais, com critérios técnicos, para que a população possa fazer o exercício do controle social das contas públicas.

É possível pensar em uma cidade de São Paulo mais justa e sustentável. Um bom governo é a base e o início de tudo, sem isso não se consegue atender, de modo justo, eficiente e sustentável, às necessidades da população. Os próximos capítulos vão mostrar que os sonhos podem se tornar realidade e que existem maneiras concretas de se transformar a capital paulista, em referência de qualidade de vida e bem estar. Isso exige esforços de todos os setores da sociedade, principalmente dos cidadãos, que têm o direito e a obrigação de engajamento cívico, de se organizar, cobrar e participar das decisões sobre a vida pública.

TABELA 7. ORÇAMENTO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – VALORES ORÇADOS – POR ANO. ÁREAS QUE BENEFICIAM DIRETAMENTE OS CIDADÃOS
Distribuição % do orçamento por secretarias e órgãos

SECRETARIA OU ÓRGÃO	2008	2009	2010
Coordenação de Subprefeituras e 31 Subprefeituras	5.67%	5.28%	4.65%
Transportes, Trânsito e Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	5.92%	6.75%	6.12%
Saúde e Autarquia Hospitalar Municipal	16.30%	18.82%	18.77%
Habitação	3.30%	4.53%	2.70%
Educação	16.43%	18.53%	21.41%
Assistência Social e Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	2.91%	2.69%	3.10%
Cultura e Esportes, Lazer, Recreação	1.80%	1.80%	1.85%
Meio Ambiente, Saneamento Básico e Limpeza Urbana	1.05%	1.05%	2.55%
Serviços, Infraestrutura Urbana, Iluminação Pública, Serviço Funerário	6.55%	6.27%	6.18%
Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Relações Internacionais e Turismo	0.59%	0.50%	0.39%
Total das secretarias e órgãos	60.52%	66.22%	67.74%

Fonte: Dados básicos da prefeitura de São Paulo – calculados pelo São Paulo 2022 (dados preliminares – sujeitos a retificações).

TABELA 8. ORÇAMENTO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – VALORES ORÇADOS – POR ANO. RECURSOS DESTINADOS PARA ÓRGÃOS DE GESTÃO DA CIDADE, DE PLANEJAMENTO E CUSTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL
Distribuição % do orçamento por secretarias e órgãos

SECRETARIA OU ÓRGÃO	2008	2009	2010
Planejamento, Finanças e Participação e Parceria (custo do planejamento e do processo orçamentário)	1.49%	1.32%	1.24%
Desenvolvimento Urbano e Segurança Urbana (custo das atividades de desenvolvimento urbano)	0.99%	0.95%	1.57%
Governo Municipal; Negócios Jurídicos; Modernização, Gestão e Desburocratização; Encargos Gerais do Município (custo do “governo central”)	25.30%	20.20%	16.70%
Previdência Municipal e Hospital do Servidor Municipal (custo das aposentarias e pensões do funcionalismo e de saúde)	9.90%	9.60%	10.68%
Tribunal de Contas, Câmara Municipal e Ouvidoria Geral do Município (custo da “fiscalização” do poder executivo)	1.83%	1.71%	2.09%
Total da máquina governamental	39.48%	33.77%	32.26%

Fonte: Dados básicos da prefeitura de São Paulo – calculados pelo São Paulo 2022 (dados preliminares – sujeitos a retificações).

QUADRO-RESUMO

PROPOSTAS DA CIDADE DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E DESCENTRALIZADA

INTRODUÇÃO

UM NOVO MODELO DE GESTÃO

- ☑ Desenvolver mecanismo para “ouvir” periodicamente (anual ou bianualmente) a população, através de processos de consultas públicas formalmente planejadas e divulgadas, com ampla participação popular;
- ☑ Desenvolver o próximo Plano Diretor através de processos participativos efetivos, em que a população tenha canais formais para expressão de seus desejos, com divulgação obrigatória através das principais mídias e veículos de comunicação;
- ☑ Prestar contas anualmente, em reunião pública com participação popular, para mostrar o grau de cumprimento das metas estipuladas do governo para o ano, apresentação de indicadores de gestão e relatórios de gestão orçamentária da cidade.

PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA COMUNIDADE ORGANIZADA

- ☑ Desenvolver Plano de Bairros, com definição legal de bairros, para que possam ser efetivados planos regionais de desenvolvimento local.

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

- ☑ Ampliar canal de comunicação com os cidadãos por meio de ouvidorias municipais instaladas nas secretarias e autarquias do município;
- ☑ Ter em todos os distritos pontos de acesso gratuito à internet e Wi-Fi pública, na mesma linha do programa Acessa São Paulo, do governo estadual.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

- ☑ Obrigar a Câmara Municipal e a Prefeitura a divulgar em veículos de rádio, TV e outras mídias, com pelos menos duas semanas de antecedência, os dias e horários de audiências públicas que tratam de assuntos orçamentários;
- ☑ Obrigar cada secretaria municipal, órgão e autarquia municipais, nos primeiros 120 dias de posse do governo eleito, a apresentar seu programa de ações para os quatro anos de atividades, com propostas e metas quantitativas, com prazos e cronogramas definidos;
- ☑ Capacitar toda pessoa exercerá cargo público no poder executivo (até o terceiro escalão) e no legislativo, com obrigatoriedade de fazer curso que tenha como conteúdo as responsabilidades e obrigações de pessoas que ocupam cargos públicos;
- ☑ Fazer a prefeitura e seus órgãos cumprir as leis da cidade e também fiscalizar a população para que siga o que a lei determina;
- ☑ Fazer “consolidações” de leis ou de regulamentações, de modo a facilitar tanto a atividade de fiscalização por parte da prefeitura, como propiciar transparência para pessoas e empresas no cumprimento das leis na capital paulista.

PLANEJAMENTO

- ☑ Criar o Plano DodecAnual, com planejamento efetivo da cidade e metas para os 12 anos seguintes, com adequação para os próximos quatro anos a cada nova gestão;
- ☑ Criar órgão técnico de planejamento municipal, com modelo de governança que

independa dos políticos eleitos e que substitua os Planos de Governo por um Plano de Estado;

- ☑ Desenvolver modelo de governança interna para a prefeitura, com diálogo e comunicação obrigatórios entre os órgãos, propiciando condições para melhoria das atividades de planejamento estratégico, temático e regional da cidade.

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

- ☑ Criar uma Agência de Desenvolvimento, que propõe programas, projetos e ações para o desenvolvimento econômico e sustentável, com foco local;
- ☑ Criar um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável como base para o desenvolvimento de um planejamento urbano de longo prazo;
- ☑ Desenvolver um “mapa de ilhas de calor”, que produza informações para o planejamento urbano e direcione a aprovação de novas construções e reformas de edificações, através de uso de critérios ambientais e urbanos;
- ☑ Criar órgão que produza informações e indicadores para a Cidade de São Paulo para subsidiar as atividades de planejamento e gestão da cidade e de todas as outras secretarias e órgãos municipais;
- ☑ Produzir indicadores de desempenho para avaliar todos os serviços públicos que a prefeitura oferece;
- ☑ Produzir um pequeno conjunto de indicadores chaves de natureza estratégica, divulgando-os anualmente, que sirvam como termômetros para avaliação do desempenho da cidade.

DESAFIOS DA GESTÃO METROPOLITANA

- ☑ Desenvolver uma legislação específica para o desenvolvimento dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, tratando esse território como uma unidade administrativa,

de tal forma que possa receber recursos orçamentários;

- ☑ Criar consórcios intermunicipais entre a prefeitura e cidades vizinhas para resolver questões nas áreas de mobilidade urbana, recursos hídricos, resíduos sólidos, serviços de saúde e de assistência social, programas e polos de geração de trabalho e renda.

DESCENTRALIZAÇÃO PLANEJAMENTO DESCENTRALIZADO

- ☑ Criar Central de Monitoramento de Emergências, com infraestrutura, tecnologia e recursos orçamentários adequados para tomar medidas emergenciais e para adotar ações de caráter preventivo;
- ☑ Definir legalmente um Plano de Bairros para que esses locais possam ter dotações orçamentárias específicas, de modo a viabilizar propostas efetivas para o desenvolvimento local.

SÃO PAULO DESCENTRALIZADA

- ☑ Definir a infraestrutura mínima necessária para o desenvolvimento local por meio da definição de um “kit de equipamentos e serviços básicos” que todo o bairro ou distrito deve ter;
- ☑ Negociar com o governo federal para que a dívida municipal tenha o prazo de pagamento estendido, com juros menores, de modo a aumentar a capacidade de investimento da cidade;
- ☑ Divulgar o orçamento municipal por região de destino do usuário ou beneficiário (quando possível), por distrito ou bairro.

*Diário de um paulistano***25**

Janeiro de 2022

Não foi preciso reinventar a roda, ou a pólvora. A primeira coisa foi organizar os dados sobre a cidade. Ter informação sistematizada e disponibilizada. Foi como acender a luz. Para dizê-lo de maneira simples, ficou claro onde estão as mãos de quem, quanto tempo se espera para ser atendido no serviço de saúde, quanto custou o asfalto e assim por diante. Poder consultar diretamente os contratos, ter acesso aos planos nas diversas fases de elaboração tornou os gestores da cidade mais preocupados em fazer direito as coisas. Não que as pessoas não fossem boas, mas a transparência ajudou que ficassem bem melhores.

A outra coisa que mudou é que a gestão foi descentralizada, ou seja, ficou bem mais próxima das pessoas. Não só foram reforçadas as subprefeituras, como passaram a ter uma câmara de representantes, residentes na própria região. Inclusive o próprio subprefeito passou a ser um residente na região e não um político que não conseguiu se eleger e precisa ser confortado. Como a gestão passou a ser feita no local onde moram as pessoas que sofrem os seus impactos, são os interesses desses moradores que passaram a prevalecer. E a aplicação dos recursos ficou mais adequada ao que a comunidade precisa. Nada como ouvir as pessoas para saber o que é realmente necessário.

Outra coisa central é que as regras eleitorais foram mudadas: para cada candidatura, foi fixado o máximo que pode gastar. E agora também tem financiamento público nas eleições. Antes se gastavam fortunas disfarçadas na contabilidade das empresas. Hoje se gasta de maneira clara, em volumes menores. Para o bolso do cidadão, ficou mais leve, mas sobretudo o representante do povo passou a prestar contas para a população e não para a empresa. O setor público voltou a ser público.

No conjunto, o que se viu é que não é tão complicado assim administrar uma cidade: é descentralizar as decisões, assegurar a transparência, garantir as representações da sociedade civil, moralizar o financiamento das campanhas.

Com tudo isso, a prefeitura e os órgãos públicos, de todas as esferas, ficaram mais sensíveis às necessidades da população, aplicando seus recursos humanos, os servidores públicos, usando toda a infraestrutura disponível, naquilo que realmente é imprescindível para que a qualidade de vida dos paulistanos melhore. Eliminaram-se os desperdícios de dinheiro, tanto da má gestão e eliminação dos gastos inúteis, como também com a redução da corrupção nas compras públicas. Tudo isso aconteceu devido a transparência, participação da população e adoção de processos democráticos.

Para os que vivem hoje, 2022, ficou uma reflexão e uma dúvida: por quê antigamente as coisas na capital paulista não andavam? Diziam que era falta de dinheiro para investimento. Que faltavam recursos para atender às “imensas” necessidades.

E agora, então, se descobriu que não era bem o dinheiro que faltava. O que carecia era escolher direito as prioridades e usar o dinheiro para fazer o que a população julga imprescindível e estritamente necessário e com a participação popular no controle desses gastos. Assim, com as mudanças que São Paulo teve nos últimos anos, não são mais os “órgãos” mais importantes dos políticos (como alguns dizem, “os bolsos”) que decidem o que São Paulo quer e precisa, mas é o conjunto das cabeças e dos corações dos cidadãos paulistanos que sinaliza o que a cidade necessita.

Tudo isso que aconteceu em São Paulo, hoje uma cidade democrática e participativa, tornou-se realidade porque nós paulistanos, nos últimos anos, acreditamos e vislumbrávamos que nossa cidade poderia ser melhor. Como dizia Blaise Pascal: “A imaginação tem todos os poderes: ela faz a beleza, a justiça e a felicidade, que são os maiores poderes do mundo.”

SÃO PAULO

2 CIDADE
SAUDÁVEL
CUIDADORA DOS BENS NATURAIS
CONSUMIDORA RESPONSÁVEL

Diário de um paulistano 74 e 131 | Introdução 75 |
Água 77 | Resíduos 95 | Clima 109 | Quadro-resumo 129

Diário de um paulistano

25

Janeiro de 2011

Ter hospital é bom, pois desgraças acontecem. Mas o bom mesmo é não precisar de hospital, pois aí a desgraça já aconteceu. Saúde não é não ter doença, é viver bem. É interessante pensar a cidade assim: como viver melhor? Para já, uma cidade em que uma minoria vive no luxo e no medo, cercando-se de guardas e guaritas, e a maioria sofre na miséria, no transporte lotado, na moradia precária, não é saudável. Riqueza e pobreza extremas são sinais da mesma doença: a doença da desigualdade. Assim, tudo que leva a uma melhor distribuição de renda já nos leva a uma cidade melhor.

Aqui a água ou é demais ou é de menos. As regiões pobres da cidade são inundadas no tempo das chuvas e, no tempo seco, a água é cortada. Será que não dá para equilibrar? Os rios são transformados em esgoto a céu aberto. No córrego canalizado, a água corre mais, inunda mais rápido o bairro seguinte. Onde havia várzea, que absorvia a água, virou asfalto para passar carro. Riachos que eram lazer foram cobertos. Mais asfalto. Aí é preciso construir piscinões, para reter a água. Misturar enchentes, piscinões, cortes de água e esgoto não é saudável. E sai caro para todo mundo.

Viver bem é também ter tempo para viver. Levantar às 04h30 da manhã porque a moradia está numa parte da cidade e o emprego em outra não faz sentido, porque significa horas perdidas no trânsito, quando não se trabalha nem se descansa, e porque não se vê o filho de manhã porque é cedo, nem de noite porque é tarde. Não ter tempo de vida em família, não ter tempo de lazer, viver para pagar prestações, não é saudável. A casa num canto, o emprego e a escola em outros, não faz sentido. Não é viver bem.

E sai caro. Jogamos todo dia um quilo de produtos no lixo por pessoa, em vez de reciclar. A água tem cheiro de cloro, e muitos já compram água. As ruas, em vez de árvores, têm postes e fios. Os espaços livres viraram shopping ou estacionamento. E o carro entope tudo porque o transporte coletivo, esquecido, anda a passo de tartaruga. Aliás, o carro também. Cadê o bom senso?

INTRODUÇÃO

A beleza dos rios, passeios, praças, áreas verdes e ruas é um importante indicador da dimensão estética da cidade. A Cidade de São Paulo precisa ser uma cidade bela, que persuade por si mesma, mostrando a todos seu encantamento e sua face de cidade saudável. Viver em um lugar agradável para morar, criar filhos e envelhecer com bem-estar é fundamental para a saúde da população.

O Bem Natural Comum de uma cidade é formado por um conjunto de elementos providos pela natureza e necessários à vida humana. O manejo e uso desses recursos de modo adequado envolvem garantia da equidade no acesso, além da preservação e proteção da biodiversidade, do clima, do solo e das águas dos mananciais.

Mensurar o impacto humano e conhecer a disponibilidade dos recursos naturais – tanto o que se consome quanto sua capacidade de regeneração e de uso racional – são importantes ferramentas para criação de políticas públicas integradas. O acesso a bens e serviços para todos, sem comprometer o futuro, demanda encorajar a produção e o consumo sustentáveis, as compras públicas verdes e maior responsabilidade na comunicação, na propaganda e na publicidade. Tais diretrizes e práticas já estão acontecendo no planejamento de várias cidades do mundo. São Paulo precisa engrossar o grupo das que dão exemplos.

Além disso, é preciso ter compreensão do processo de utilização dos recursos naturais de forma sistêmica e circular - da extração ao consumo - com os consequentes resíduos gerados, que devem ser reintegrados ao ciclo produtivo e social. Nesse circuito, o papel dos catadores de materiais recicláveis é essencial, além da sua contribuição para disseminação da educação ambiental no cotidiano dos lares. Quando se apoiam catadores, simultaneamente faz-se bem para o meio ambiente e para a sociedade, a partir da inclusão desses trabalhadores na economia.

A capacidade de uso dos recursos naturais do planeta já está no limite. O padrão de emissões de gases de efeito estufa das cidades e das atividades econômicas precisa imediatamente ser modificado por medidas de transição para uma Economia de Baixo Carbono. Megacidades como São Paulo, dado seu porte populacional, magnitude da sua dinâmica econômica e tamanho da sua frota de veículos, ao promoverem boas práticas, podem ajudar a retardar e a amenizar os efeitos das mudanças climáticas e do aquecimento global. Além disso, uma economia que emite menos gases causadores do efeito estufa promove a melhoria da saúde dos habitantes da cidade.

Em suma, o planejamento urbano da Cidade de São Paulo deve prever um desenvolvimento saudável, promovendo bem-estar e qualidade de vida para os cidadãos. Isso envolve uso racional e preservação dos recursos naturais, valorização da cultura, respeito à diversidade, redução das desigualdades sociais e uso dos espaços públicos como locais para a socialização, o convívio, o lazer e as práticas de atividades esportivas. Nas páginas seguintes, são avaliadas e sugeridas medidas relacionadas com a Água, os Resíduos (e o Consumo Sustentável), e o Clima (incluindo Arborização e Construção Sustentável), que podem tornar São Paulo um lugar saudável para se viver.



ISTOCK PHOTOS



ÁGUA

Reconhecer e valorizar os rios e suas margens como eixo integrador para convívio e lazer é o primeiro passo para garantir a qualidade da água na cidade.

Um dos eixos primordiais para se conquistar e alcançar uma cidade saudável é a mudança do paradigma do uso da água. É preciso reconhecer e valorizar esse bem natural comum como essencial para a vida comunitária e à reprodução socioeconômica. Não se pode esquecer que o próprio homem é “Água”, afinal grande parte do corpo humano é composto deste elemento. Ao precisar e depender dela, como então não reconhecê-la como importante para a vida?

A dinâmica da urbanização de São Paulo provocou diluição e até perda do significado cultural da água na vida da metrópole, prevalecendo a ótica meramente utilitarista, ou seja, só ver e sentir que a água existe quando ela falta nas residências. Esqueceu-se que os benefícios, além dos ambientais, proporcionados pelas águas são múltiplos: espirituais, recreativos, estéticos, culturais, que juntos ajudam a construir o sentimento de pertencimento de seus cidadãos e a identidade territorial do município.

Hoje, existe, ainda que discretamente, percepção da necessidade do uso racional da água como um valor, mas não como objeto prioritário no planejamento de políticas públicas municipais e metropolitanas. As políticas devem assumir a responsabilidade pelo uso, pela proteção e pela regeneração dos ecossistemas, em que a água é essencial nesse processo.

Muitas pessoas não sabem que 97% das águas do planeta são salgadas e menos de 1% da quantidade de água disponível pode ser usada para beber. A cada dia, a água torna-se um bem mais escasso e precioso. Racionalizar seu uso nas cidades é fundamental para a sus-

tentabilidade da vida urbana. A forma como municípios aproveitam seus recursos hídricos diz muito sobre seu padrão de desenvolvimento e o tipo de modelo de progresso adotado.

Analogamente à medicina, o corpo da Cidade de São Paulo está doente. Como nos problemas de saúde das pessoas oriundos do sangue, as águas de São Paulo necessitam de tratamentos e de atitudes preventivas. Despoluir, trazer à tona as águas que estão ocultas. Rica em rios, córregos e cursos d'água, mal se sabe da sua existência porque estão por baixo das avenidas e dos prédios. A cidade possui 500 km de córregos canalizados e 3.000 km de pequenas galerias, de até 1,5 metros de diâmetro.

É necessário, e possível, resgatar os rios Tietê, Tamanduateí, Pinheiros, Aricanduva, Cabuçu, Jurubatuba, entre outros rios e córregos da cidade. Igualmente importante é recuperar e preservar os mananciais Guarapiranga e Billings. Em suma, harmonizar meio ambiente e convívio humano, cultura e lazer.

A água é também importante insumo econômico. Se há boa gestão dos recursos hídricos, certamente o desenvolvimento será impulsionado. Ademais, o bom relacionamento da cidade com a água, contribui para redução das doenças através do acesso à água potável e ao saneamento básico.

OCUPAÇÃO DESORDENADA

O rápido crescimento de São Paulo fez com que lugares mais distantes do seu centro histórico fossem ocupados. Surgiram loteamentos clandestinos e favelas em áreas de mananciais e nas margens dos córregos. Ao invés de um ambiente natural, bucólico, saudável e feliz, as áreas das nascentes dos rios e as regiões das represas Guarapiranga e Billings sofreram ocupação desordenada, promotora de derrubada de árvores e do lançamento de lixo e esgoto nos córregos. A falta de saneamento básico nos domicílios próximos aos mananciais contamina as águas que são usadas para o abastecimento da cidade.

O passado condena, mas serve de aprendizado para mudanças no norte que se quer construir. Ainda são insuficientes as políticas metropolitanas focadas na preservação e conservação dos mananciais. São Paulo precisa reforçar a eficiência de programas e medidas que já existem e ampliar bastante o número delas criando novas, a fim de garantir a preservação da qualidade da água e da biodiversidade da região dos mananciais. Esta é uma das diretrizes fundamentais no tocante à água. A sociedade deve assumir esse compromisso para que em 2022 a realidade dos mananciais seja outra, muito melhor.

GARANTIR A PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO DOS MANANCIAIS

As ações devem envolver melhoria do aproveitamento da água extraída e oriunda dos mananciais, pois 26% da água que se retira deles é perdida, deixando de ser consumida. Devem também aumentar a fiscalização sobre a ocupação irregular dessas regiões, que têm tendência de crescimento com a pressão e ocupação habitacional decorrente da periferização urbana. Sobre a população que atualmente reside em áreas de mananciais, devem ser evitadas medidas que implicam sua expulsão pelo governo, sem oferecer contrapartida financeira suficiente para fixação em outros locais com condições dignas,

JÁ FOI FEITO**RIO DEVOLVIDO À POPULAÇÃO EM SEUL**

Fazer as pazes com a água não só é possível, mas já foi realizado por outras cidades. Seul, na Coréia do Sul, recuperou o rio Cheonggyecheon. Destruiu o viaduto que sufocava seu fluxo e o devolveu para a população, com a proposta de ser um elemento agregador do espaço público. O Cheonggyecheon de hoje possui peixes, vegetação nas margens, fontes de iluminação e pontos de visitação. Além disso, em decorrência do processo de despoluição e da reintegração do rio à natureza e ao espaço

urbano, a temperatura na cidade de Seul diminuiu 3,6° C. À primeira vista, pode parecer sonho utópico vir a fazer o mesmo com os rios e córregos da capital paulista. Mas é importante lembrar que Seul também é populosa, com mais de 10 milhões de habitantes, e possui enorme frota de veículos que transitam pela cidade, utilizando muitos viadutos. O ‘minhocão’ local, porém, foi demolido e o rio totalmente despoluído. Tudo isso em apenas quatro anos de obra.

pois não resolve o problema. O governo muitas vezes desloca famílias para lugares distantes do local onde moravam e frequentemente longe do seu trabalho. As pessoas, sem recursos, vão ocupar novamente áreas irregulares, por não ter alternativa, em casas sem saneamento básico, realimentando o ciclo da má qualidade da habitação e de continuidade do aumento das fontes geradoras de poluição.

Os benefícios da preservação dos mananciais estão fortemente associados à proteção de áreas com vegetação. Essa foi uma das razões para a criação de áreas de preservação na cidade, que garantiram a conservação da vegetação nativa em parte das áreas de mananciais e se tornaram importantes ferramentas para a manutenção da biodiversidade em São Paulo.

GESTÃO DOS MANANCIAIS

Dentre os instrumentos de políticas existentes para cuidar dos mananciais de São Paulo, tem-se o Programa de Recuperação de Mananciais (PRM ou “Programa Vida Nova”), o Projeto Oásis e a Operação Defesa das Águas.

O **Programa de Recuperação de Mananciais** é financiado por recursos de origens diversas: municipal, estadual e federal (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Mananciais). Prevê execução de obras de urbanização e saneamento em áreas das bacias Guarapiranga, Billings, Alto Tietê, Cantareira e Cotia, numa área de 1.151 hectares, o que equivale a 2 mil campos de futebol, atendendo população igual à de uma cidade de pequeno porte brasileira - 45 mil famílias. O investimento total chega a R\$ 1,22 bilhão.

O **Projeto Oásis**, uma iniciativa da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, é pioneiro no pagamento por serviços ambientais na Região Metropolitana de São Paulo. O proprietário de terra onde há mananciais é remunerado pela preservação da vegetação e biodiversidade da propriedade – um serviço ambiental que presta ao conservar elementos naturais do manancial: remanescentes da Mata Atlântica, nascentes de água e fauna do entorno.

Esse projeto tem múltiplos benefícios e funções. Os agricultores e proprietários de terra contribuem e trabalham para a conservação do manancial, garantindo o aproveitamento racional e eficiente da água na bacia da Represa Guarapiranga¹, responsável pelo abastecimento de mais de 4 milhões de pessoas na Grande São Paulo. Quando isso acontece, a qualidade da água e do clima da cidade melhora. Ademais, o pagamento por serviços ambientais é uma nova modalidade de inclusão produtiva da economia criativa que se instala no planeta, que deve ser limpa, garantindo a sustentabilidade das cidades.

Com início em 2006, o projeto cadastrou 13 propriedades na região até 2010, que estão ajudando a proteger 82 nascentes. Cada proprietário pode receber até R\$ 370 por hectare/ano, mas o cálculo leva em conta o controle da erosão, a capacidade de produção e armazenamento de água e sua qualidade. Em cinco anos de projeto, os proprietários devem receber um total de R\$ 790 mil em recursos.

A **Operação Defesa das Águas** abrange um conjunto de medidas promovidas pela Prefeitura de São Paulo e pelo Governo do Estado para preservar e recuperar áreas de mananciais e de interesse ambiental, promovendo desenvolvimento local e resgate das áreas públicas. São áreas de atuação os mananciais Guarapiranga, Billings e seu entorno na Zona Sul e as matas, córregos e nascentes, na região da Cantareira, na Zona Norte.

A Operação tem Comitês Gestores que são constituídos pelas subprefeituras, com participação de vários órgãos, estaduais e municipais (Secretarias do Verde e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Habitação, Guarda Civil Metropolitana, Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, dentre outras), responsáveis pelo planejamento local e execução. Os Comitês trabalham de forma preventiva para evitar ocupações irregulares, despejo de entulho e lixo, desmatamento, entre outras ações ilegais que possam ocorrer nos territórios controlados pelo poder público.

A fiscalização integrada cobre 48 perímetros prioritários de controle, que somam mais de 35 milhões de m² (quase 30 parques Ibirapuera). Em três anos de funcionamento, foram obtidos importantes resultados no sentido de coibir a expansão de ocupações irregulares e práticas de danos ambientais. Por exemplo, mais de 32 mil blocos que seriam utilizados em construções irregulares foram apreendidos. Foram fechadas 63 fábricas de blocos e depósitos de materiais, instalados irregularmente nas áreas de proteção ambiental. Foram fechados depósitos clandestinos de lixo, de sucata e de entulho e criadouros de animais. Foram apreendidas dezenas de motosserras, machados e outras ferramentas, utilizadas na prática de crimes ambientais, além de caminhões, tratores e betoneiras utilizados em aterros e obras irregulares.

A prefeitura também investiu na legalização dos loteamentos habitacionais passíveis de regularização e na transferência das famílias de locais impróprios para moradia. Foram licitados 81 projetos habitacionais cujas obras já estão em execução. Representam R\$ 960 milhões em recursos municipais, estaduais e federal com benefício direto para cerca de mais de 240 mil pessoas.

¹ DENTRO DAS DUAS APAS – CAPIVARI-MONOS E BORORÉ-COLÔNIA – EXISTEM PELOS MENOS 300 FAMÍLIAS DE AGRICULTORES.

Além de atuar para impedir o aumento da degradação em áreas de mananciais, a Operação Defesa das Águas age também na sua recuperação. Mais de 140 toneladas de resíduos já foram retiradas da represa da Guarapiranga, num trabalho permanente feito pela Companhia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (Sabesp), pelo Departamento de Limpeza Urbana da prefeitura (Limpurb) e pelas subprefeituras. Este trabalho começará a ser implantado, também, na represa Billings.

Por fim, mas não menos importante, é a oferta de novas opções de esporte e lazer, promovendo desenvolvimento sustentável das regiões antes ocupadas por construções irregulares.

Medidas como o Projeto Oásis, o Programa de Recuperação de Mananciais e a Operação Defesa das Águas devem se tornar mais frequentes, para melhorar o meio ambiente da cidade de São Paulo. Todavia, sem uma visão integrada, nada adianta incentivar tais ações se, por outro lado, há projetos relacionados quase exclusivamente para atender os automóveis, como a ampliação de vias como a Marginal Tietê, obra que continua fomentando a cultura do automóvel e do transporte privado individual. Outro tipo de obra rodoviária preocupante é o rodoanel Mário Covas, que pode permitir a ocupação de extensas áreas dos mananciais até então conservadas, caso não haja estudos bem fundamentados e posterior controle e fiscalização dessa região. O rodoanel atravessa o sistema Cantareira e facilita o acesso da população a áreas remotas, de baixa urbanização. Mas os habitantes de São Paulo estão sendo consultados sobre o planejamento e obras importantes para a cidade?

A gestão dos Mananciais apresenta alto potencial para exercício da democracia participativa, com a colaboração imprescindível da sociedade civil nos **Comitês de Bacias**. Os cidadãos não só têm direitos como deveres em relação aos recursos hídricos. Têm a pos-

ÁGUA E LAZER

As cabeceiras de importantes rios alimentadores das regiões dos mananciais são ainda cercadas e cobertas por vegetação. Ao seu redor, foram criados parques e áreas de preservação ambiental. Criaram-se essas unidades de conservação para garantir o abastecimento de água na cidade e a manutenção da biodiversidade dos mananciais.

As medidas que promovem o uso das áreas de mananciais e dos rios como espaços potenciais de lazer e turismo sustentável na cidade são hoje raríssimas. O que aconteceu com os principais clubes de regata de São Paulo do início do século XX? Hoje, infelizmente, quase todos têm problemas de sobrevivência

financeira e falta de afiliados e seus usos atuais não mais lembram suas origens.

Investir na qualidade da malha hídrica da cidade significa criar condições também para as práticas esportivas aquáticas. Incentivar atletas e competições como a prova “São Paulo a Nado”. A restauração dos vales e margens de corpor d’água promoveria um retorno da relação das pessoas da cidade com suas águas, como acontecia num passado não tão remoto.

A consequência seria a reconstrução do convívio e valorização da diversidade cultural da cidade e dos bairros. Além disso, a cidade não sofreria tanto com o costumeiro êxodo em massa dos paulistanos nos finais de semana.

VOCÊ CONHECE...	A REGIÃO DE ENGENHEIRO MARSILAC?
<p>Marsilac, a 50 quilômetros da Sé, tem cachoeira, índio, floresta e trilhas, mas ainda é São Paulo. Na região, está localizada a Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos, que tem vegetação de Mata Atlântica e abriga nascentes dos rios que dão nome à unidade de conservação. Há infraestrutura de turismo instalada que permite aproveitar o final de semana nas cachoeiras ou em cavalgadas e trilhas,</p>	<p>além do contato com os índios da região. O local é 80% rural, com vários agricultores familiares que produzem alimentos, inclusive orgânicos. O modo como as pessoas podem conhecer essa parte da capital também pode ser uma atividade interessante – há possibilidade de uso da linha de trem, quando se pode usufruir das paisagens naturais da Cidade de São Paulo!</p>

sibilidade de participar ativamente através das consultas públicas ou deliberando ações, quando representante nos assentos destinados à sociedade civil dos Comitês. No Conselho do Meio Ambiente, devem exigir que políticas de desenvolvimento urbano levem em conta a preservação da água.

No novo modelo de governança das bacias hidrográficas, os Comitês de Bacia são elementos chaves, mas não se pode esquecer a capacidade de mobilização das campanhas. As campanhas **Pró-Tietê** e **Abraço na Guarapiranga** alcançaram resultados efetivos. A primeira, capitaneada pela Fundação SOS Mata Atlântica e pela Rádio Eldorado, reuniu 2 milhões de assinaturas clamando a despoluição do rio. Logo depois, em 1993, o governo do estado lançou o projeto de despoluição do rio Tietê, ainda em curso. O Abraço na Guarapiranga, promovido pela Rede de Olho nos Mananciais, tem se apresentado como abrangente mecanismo de mobilização social, que sensibiliza a população para situação de degradação dos mananciais e necessidade de promover preservação das fontes de água da cidade.

Proteger e preservar os recursos hídricos da cidade pressupõem medidas efetivas para aumentar a disponibilidade de água potável, a fim acabar com os rodízios e garantir o abastecimento no longo prazo.

COMBATE AO DESPERDÍCIO

A região das cabeceiras do rio Tietê, onde está a cidade de São Paulo, possui disponibilidade de água de 200m³/habitante/ano, o que aponta para um estresse hídrico severo. A demanda de água por habitante é maior que a capacidade de oferta. Principal responsável por esta situação é o desperdício nos sistemas de distribuição, que segundo os dados do Sistema Nacional de Informação de Saneamento (SNIS), de 2006, chega a 40% no Brasil. Em São Paulo, a perda equivale a um volume de água de aproximadamente 1 bilhão de litros de água por dia, ou seja 1 milhão de caixas d'água/dia, ou 12,3 metros cúbicos por segundo.²

² DE OLHO NOS MANANCIAIS, ISA, 2007.

O QUE SÃO OS COMITÊS DE BACIAS?

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são colegiados previstos na Lei da Política nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal no 9.433/97), que deliberam sobre atividades e políticas públicas que podem afetar a quantidade e a qualidade das águas em suas circunscrições, reconhecendo o poder e legitimidade de defesa de pleitos por parte das instituições residentes na bacia ou daquelas que têm como objetivo sua proteção, facilitando a transparência e a melhoria nas relações entre comunidade,

empresários, ONGs e movimentos sociais. Permitem a inclusão dos principais interessados no processo, criando verdadeiro canal de diálogo e participação cidadã, com responsabilização pessoal, obrigação mútua e cooperação voluntária na gestão dos recursos hídricos da cidade. Ademais, estimula a interconectividade das leituras setoriais (públicas, sociais e acadêmicas) das bacias, premissa fundamental para o estabelecimento da prática contínua do diálogo.

A oferta de água para o consumo final pode melhorar consideravelmente com a redução da perda e com programas de educação ambiental.

Uma das razões para poupar a água é a distribuição desigual da água potável do país. Enquanto a região da Amazônia concentra 5% da população e possui 80% da água potável brasileira, o estado de São Paulo, com cerca de 22% da população, tem apenas 1,6% da água potável do Brasil.

A meta da Sabesp para 2018 é reduzir a perda de água para 13%. Dada a cobertura da sua atuação – atende a cidade de São Paulo e outros 364 municípios dos 645 do estado, fornecendo água a 23 milhões de pessoas e serviço de esgoto a 19 milhões – o alcance dessa meta será um grande ganho para o manejo sustentável das águas da cidade de São Paulo.³ Acompanhando a velocidade de melhora estipulada pela Companhia, espera-se que, em 2022, a perda de água chegue a menos de 10%.

A META DA SABESP PARA 2018 É REDUZIR A PERDA DE ÁGUA PARA 13%. (...) EM 2022, A PERDA DE ÁGUA QUE SEJA DE MENOS DE 10%.

No combate ao desperdício de água, medidas simples, no corriqueiro dia-a-dia do paulistano, são também úteis: fechar a torneira quando estiver escovando os dentes; fechar o chuveiro quando estiver ensaboando o corpo; ao invés de usar mangueira para lavar o carro usar baldes, dentre outras. Pode parecer que são insignificantes para gerar algum efeito, mas no caso da cidade de São Paulo, com mais de 11 milhões de habitantes, se todos implantam ações para o uso racional da água, o impacto pode ser surpreendente.

O consumo médio de água na cidade é alto, o dobro do recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os habitantes e ocupantes da cidade consomem em

³ SABESP, 2009.

média 221 litros por dia. Para abastecer a população residente e suprir as demandas das atividades econômicas em São Paulo, são “produzidos” aproximadamente 3,4 bilhões de litros de água/dia, que são equivalentes a 3,4 milhões de caixas d’água ou 40 metros cúbicos por segundo.⁴

Questão complementar à oferta de água é a distribuição espacial do abastecimento. Em Pinheiros, uma das subprefeituras mais ricas da cidade, a média de consumo de água é de 15,44 m³/habitante/mês, a mais alta. Por outro lado, o distrito de Parelheiros, localizado em uma das subprefeituras mais pobres e região de mananciais, tem consumo médio de 2,16 m³/habitante. O paradoxo é que falta e consome-se pouca água justamente na região em que ela é produzida.⁵

A ÁGUA E O CLIMA

Um dos fatores que afetam a oferta de água potável e para outros usos humanos é o regime das chuvas – sua distribuição espacial, seus volumes e concentrações no tempo, não obstante ocorrerem cidades que utilizam as disponibilidades das águas subterrâneas dos aquíferos locais. As chuvas, antigamente equilibradas, até caracterizavam a imagem da Cidade de São Paulo.

Já há algum tempo, porém, São Paulo deixou de ser a “cidade da garoa” para ser a “cidade do toró”. Hoje, como enfrentar as enchentes, que aumentam em intensidade e frequência devido às mudanças climáticas e ao aquecimento global e à elevação da temperatura da cidade, é mais um item para acrescentar à lista de problemas ambientais da cidade.

Para sobreviver em algumas regiões da capital, famílias têm “kits” contra enchentes: local para estacionar e guardar barcos para poder se locomover nas ruas alagadas, colocar pés com altura ajustável para os móveis não serem cobertos pelas águas das enchentes e, para as casas, “kit” de construção rápida de muros e comportas para que as águas não entrem nas moradias.

JÁ FOI FEITO

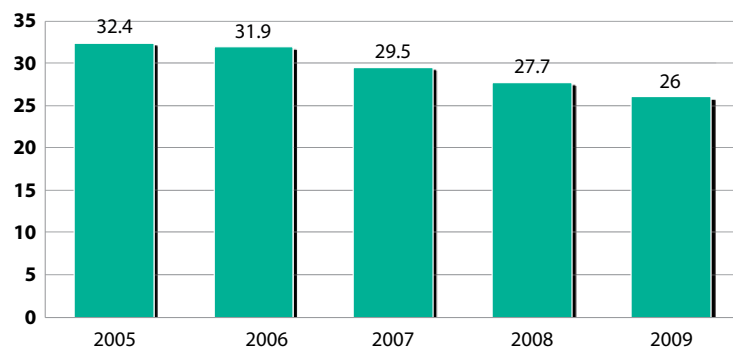
TÓQUIO SEM VAZAMENTOS

Tóquio, no Japão, conseguiu diminuir perdas e equacionar o problema. Seu método de detecção e reparação de vazamentos fez com que a quantidade de água desperdiçada caísse pela metade nos últimos dez anos, de 150 milhões para 68 milhões de m³ de água. Em 2006, a cidade passou a ter a menor taxa do mundo de perda de água no abastecimento, apenas 3,6%. Isso foi possível através da criação de um método de detecção e reparação de vazamentos, além da troca de 99% dos encanamentos da cidade em 10 anos. As ações de redução do desperdício da água geraram para Tóquio uma contenção de custos de cerca de 2 bilhões de ienes (US\$ 30 milhões), via economia em eletricidade, pela diminuição da taxa de vazamentos, mais 20,6 bilhões de ienes (US\$ 310 milhões) devido à economia com prevenção dos vazamentos. As emissões de CO₂ também diminuíram em torno de 73 mil toneladas por ano.

⁴ DE OLHO NOS MANANCIAIS, ISA, 2007.

⁵ OBSERVATÓRIO CIDADÃO, REDE NOSSA SÃO PAULO, 2011.

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE PERDA DE ÁGUA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO Município de São Paulo, 2005 a 2009



Fonte: Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo); Rede Nossa São Paulo. Elaboração: São Paulo 2022.

As enchentes afetam cidades brasileiras de todos os portes e estão relacionadas ao tipo de padrão do uso e ocupação do solo. São Paulo é uma das que sofrem bastante com o problema. A ocupação das áreas de várzeas é a causa principal de enchentes na capital paulista, mas também há moradias em área de risco em encostas de morros, fenômeno mais comum nas cidades litorâneas e naquelas que ocupam regiões serranas, que podem originar grandes tragédias, como aconteceu no verão 2010/2011 nas serras do Rio de Janeiro (Teresópolis, Nova Friburgo e cidades vizinhas).

A cultura da produção do solo urbano paulistano - canalização e retificações nos cursos d'água - reduziu a capacidade da região de infiltrar e reter as águas da chuva. Em outras palavras, o processo de urbanização da cidade de São Paulo não preservou as várzeas dos rios, espaços necessários para a vazão das águas nas cheias. Ao contrário, as várzeas foram ocupadas com avenidas, estradas e habitações. A rima criada para São Paulo foi: **choveu, encheu, perdeu.**

Para minimizar as enchentes, é primordial ter como diretriz para a Cidade de São Paulo para 2022, medidas para liberação dos fundos de vale para que recuperem suas funções naturais para acomodar suas águas e ter medidas altamente restritivas para bloquear seu uso outros fins. É preciso retirar os sistemas viários que ocupam as margens dos rios e criar programas habitacionais para abrigar as pessoas que serão retiradas dessas regiões de risco, em locais próximos aos que ocupavam anteriormente.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Cidades mais populosas e com muita atividade econômica também produzem mais lixo, tanto pelos domicílios como pelas empresas. Sem destinação e tratamen-

MEDIDAS PARA LIBERAÇÃO DOS FUNDOS DE VALE PARA QUE RECUPEREM SUAS FUNÇÕES NATURAIS PARA ACOMODAR SUAS ÁGUAS E TER MEDIDAS ALTAMENTE RESTRITIVAS PARA BLOQUEAR SEU USO PARA OUTROS FINS

to adequado, os resíduos sólidos muitas vezes espalham-se por vias e terrenos baldios da capital paulista. Quando as chuvas chegam, provocam entupimento de bueiros e das galerias pluviais. O problema das enchentes piora. Chegam as inundações.

O lixo mal destinado ou não coletado pode contribuir consideravelmente para a sobrecarga da rede metropolitana de drenagem. Avalia-se que 30% da carga poluidora é lançada diretamente nos corpos d'água das bacias dos rios Tietê e Tamanduateí e do canal do Pinheiros. Muitas pessoas e empresas que poluem os rios poderiam ser multadas, mas a falta de fiscalização favorece a continuidade dessas práticas que revelam falta de civilidade.

Assim, na época das chuvas, carentes de suas várzeas para conter mais água e sem espaço para abrigá-las, o rio invade as áreas urbanizadas. São Paulo tem 30 pontos de alagamento principais e, entra ano e sai ano, o problema se repete. Os moradores sofrem com os alagamentos das chuvas de verão.

No final de 2009, os moradores de Jardim Romano (bairro Pantanal) ficaram conhecidos nacionalmente por terem suas ruas debaixo d'água por meses, decorrente de grande enchente provocada pelas chuvas de verão.

A maior parte dos pontos de alagamento de São Paulo está localizada na periferia da cidade. Todavia, áreas ricas também sofrem com o problema das enchentes - a região da subprefeitura de Pinheiros não consegue escoá-la adequadamente. Dois dos pontos de alagamento mais frequentes da cidade estão situados justamente em áreas nobres dessa parte da capital paulista.

São Paulo parece padecer de esquizofrenia: sofre por falta d'água e ao mesmo tempo com o excesso dela. Esses sintomas revelam os problemas de falta ou de inadequado planejamento urbano. O pior, é que há segmentos populacionais que sofrem com os dois problemas ao mesmo tempo: não conseguem ter água potável todos os dias, além de conviver com as enchentes inundando suas casas durante o verão.

Há indicações de que a canalização dos rios e córregos pode não evitar as inundações e, muitas vezes, podem até agravá-las. As enchentes precisam ser combatidas através de gestão integrada das águas urbanas que envolva: (a) drenagem de águas pluviais, (b) coleta e tratamento dos esgotos, (c) coleta e tratamento dos resíduos sólidos; (d) educação ambiental voltada para o combate à poluição, o uso adequado da água potável e o reuso das águas. Nesta direção, observa-se a experiência europeia de criação da Comissão Internacional para a Proteção do Rio Danúbio (ICPDR).

Em relação à manutenção das áreas protegidas e parques naturais, é importante destacar a experiência recente dos parques lineares, iniciativa promovida pela prefeitura de São Paulo.

Parque linear é um conceito desenvolvido no Plano Diretor Estratégico da Cidade, em 2002, baseado na percepção de que a ampliação das áreas verdes e sem impermeabilização da cidade é uma ação estratégica para melhorar o manejo das águas em São

Paulo. Os parques são apresentados como alternativa para o sistema de drenagem, que evita gastar muitos recursos com piscinões, reduzindo a necessidade de grandes investimentos em obras de infraestrutura e devolvendo aos rios e córregos a possibilidade de sua naturalização, ou seja, que ele volte a ter a função e importância devidas junto à natureza e ao sistema hídrico.

Em outras palavras, tais parques têm por objetivo recuperar fundos de vale e cursos d'água, resgatando seu papel como parte do sistema de drenagem natural e acrescentando-lhes função social. Em síntese, a prefeitura, no processo de ampliação das áreas verdes da cidade, tem implantado parques lineares para melhorar a permeabilidade do solo, minimizar as enchentes, reduzir as áreas de risco pela ocupação de várzeas e proteger os cursos de água. Além de gerar espaço para convívio e para o lazer.

A prefeitura já implantou os seguintes parques lineares: Tiquatira na Zona Leste, Fogo na Zona Norte, Rapadura e Aricanduva na Zona Leste e Parelheiros na Zona Sul.

Uma proposta transversal e de grande alcance ambiental e social para São Paulo, é o aumento do número e a ampliação da extensão dos parques lineares até o ano de 2022, tendo como um de seus importantes subprodutos colaborar no combate às enchentes.

“Nós desaprendemos a conviver com as águas. Achamos que poderíamos enquadrá-la numa ideia de drenagem urbana que foi no caminho de apagar rios e água das paisagens urbanas. Além de criar uma paisagem mais pobre, acabou se mostrando contraproducente”.

DEPOIMENTO DE PAULO PELLEGRINO, PROFESSOR DE ARQUITETURA E PAISAGISMO DA FAU-USP

JÁ FOI FEITO	COMISSÃO DE PROTEÇÃO DO DANÚBIO
<p>O rio Danúbio, que corta nove países da Europa, também sofre com enchentes. Recebe grande volume de poluentes ao longo de seu trajeto pelo continente, oriundos de diferentes fontes – resíduos urbanos (esgotos e outros), orgânicos, agrotóxicos e aqueles produzidos por mineradoras, indústrias de papel e químicas.</p> <p>A Comissão Internacional para a Proteção do Rio Danúbio (ICPDR) trabalha para assegurar utilização sustentável e equilibrada das águas da bacia. Seus principais objetivos são: garantir melhoria da qualidade da água com diminuição da carga poluidora, reduzir consumo de substâncias perigosas, controlar enchentes, melhorar a</p>	<p>navegação, o turismo e a recreação, além de manter as áreas protegidas e os parques naturais.</p> <p>Nessa experiência, foi de suma importância a participação das organizações não governamentais no processo de revitalização. Recentemente, foi criado programa de medidas conjuntas com objetivos até 2015, abrangendo toda bacia do Danúbio, com envolvimento de 6.224 municípios.</p> <p>Se a criação de uma comissão mobilizando a participação de nove países e inúmeros municípios foi possível, São Paulo teria condições de mobilizar cidadãos e especialistas para tratar dos seus rios da bacia do Tietê e também das áreas dos mananciais da Guarapiranga e da Billings.</p>

JÁ FOI FEITO	PRAIA EM PARIS
<p>Desde 2002, já virou tradição o evento Paris Plage, na cidade de Paris, na França, no qual um trecho do rio Sena é transformado em praia artificial entre os meses de julho e agosto, durante o verão europeu.</p> <p>A prefeitura de Paris fecha as bordas do rio aos carros, descarrega toneladas de areia, decora a paisagem com coqueiros gigantes, estende espreguiçadeiras e cadeiras de praia e disponibiliza equipamentos para prática de atividades esportivas. Assim, é feita todo ano uma das praias urbanas mais famosas do mundo. Nos finais de semana são promovidos shows de música.</p>	<p>O resultado é que parisienses e turistas optam por sair com roupas de praia pelas ruas da cidade, escolhem uma das cadeiras especiais para leitura, sentam-se à beira dos guarda-sóis, refrescam-se em duchas, paqueram à sombra das árvores ou cafés. Para os que não abrem mão da internet, há conexões sem fio à disposição. Uma pesquisa mostra que o evento Paris Plage atraiu grande número de estudantes e pessoas que frequentemente não têm condições financeiras para viajar nas férias. Embora esta estrutura seja montada ao longo das margens do rio Sena, pode ser facilmente replicada nas áreas dos piscinões de São Paulo.</p>

PISCINÕES

Ainda que tema polêmico, o piscinão é mais um instrumento disponível para o equilíbrio hidrológico dos rios, auxiliando no combate às enchentes. Alternativas mais eficazes para a drenagem urbana, que valorizem e interajam mais com os recursos naturais e menos com o uso de cimento e concreto precisam ser promovidas, porém uma vez existindo os piscinões, deve-se trabalhar para o melhor aproveitamento possível que se pode fazer deles.

Eles são uma realidade, já foram construídos e apresentam inúmeros problemas. É preciso dar utilidade e sentido ao enorme volume de recursos que foi investido na construção de piscinões pela cidade. No lugar do abandono que se observa em muitos deles, é preciso recuperá-los e potencializá-los.

Os piscinões introduziram na cidade instalações de porte não desprezível. Utilizam espaço na superfície que frequentemente necessita de desapropriações e apresentam, para além dos custos com sua construção, também os relacionados com a implantação de sistemas permanentes para sua operação e manutenção⁶. Em contraponto, lagos localizados em praças poderiam executar as mesmas funções dos piscinões. Apesar de também demandarem altos

ÁGUAS ESCONDIDAS

Onde foram parar as quedas d'água da Cachoeirinha, onde as famílias faziam piquenique? Foram soterradas para dar lugar à avenida Inajar de Souza. Será que na Ponte Rasa ainda existe um rio visível embaixo? Os referenciais naturais da capital paulista parecem não existirem mais. Alguém sabe onde ficam as margens do Rio Pequeno? Essas referências foram canalizadas ou perderam o significado e a beleza com a falta de saneamento e a poluição.

⁶ CESAR NETO, 2009.

investimentos na implantação e funcionamento, são urbanisticamente mais adequados e não propiciam riscos de contaminações⁷.

Mas o que poderia ser feito para melhorar o uso dos piscinões que na existem?

Primeiro, pode-se aumentar sua permeabilidade com criação de áreas verdes e parques naturais no seu entorno. Como consequência, essa medida leva ao aproveitamento dos piscinões como espaços de entretenimento, para práticas esportivas e de convívio com as águas de São Paulo e pode favorecer a mobilização e controle social desses equipamentos. Quando a população ocupa esses espaços, aproveitando para lazer, acaba por exigir da prefeitura o seu gerenciamento adequado: controle da poluição e limpeza após chuvas intensas, evitando seu abandono e alterando a imagem de degradação que provoca em seu entorno.

Em segundo lugar, implantar medidas que promovam aproveitamento sustentável das águas dos piscinões. O reuso da água pode custar menos do que buscar novos mananciais. Infelizmente, no Brasil, o piscinão não é considerado fonte de água, mas apenas um depósito temporário. O reuso sustentável das águas dos piscinões demanda, porém, tratamento adequado do lixo e sedimentos que atualmente acumulam nesses equipamentos quando há enchentes.

Hoje, o acúmulo de carga poluída nos piscinões causa mau cheiro, proliferação de insetos e ratos, o que gera problemas de saúde para a população que vive no seu entorno.

IMAGEM DETURPADA

Pergunte para qualquer paulistano o que é um **córrego** e provavelmente escutará: **“é um rio sujo e mal cheiroso”**. Pode ser até que a pessoa tenha pensado naquele córrego poluído que tem perto da sua casa. Esse imaginário coletivo sobre as águas de São Paulo precisa urgentemente mudar.

A população perdeu boa parte do seu entendimento sobre as águas e o que é a natureza. Poucas pessoas associam córrego com a imagem de um curso d'água que deveria estar límpido. Tal inversão de valores e significados se deu por um processo histórico de acelerado crescimento econômico e populacional sem cuidado com a cidade, com suas pessoas e com sua beleza.

A ideia ultrapassada de “deixar poluir para depois tratar” não pode ser o lema da cidade. Evitar que a poluição seja produzida é o ponto-chave. Mas, se produzida, é preciso um conjunto de políticas de saneamento e destinação de resíduos sólidos adequadas; para tratamento do esgoto e do lixo gerado.

Vale lembrar que quando as águas poluídas transbordam aumenta a propagação de doenças de vetores hídricos: febre tifóide, cólera, disenteria, hepatite, poliomielite, dentre outras. Das doenças diagnosticadas e das internações hospitalares, 80% e 65%, respec-

⁷ RODRIGUES DOS SANTOS, 2011.

tivamente, são causadas por enfermidades decorrentes da poluição da água. Tudo isso poderia ser minimizado ou mesmo eliminado: estima-se que de cada R\$ 1,00 investido em saneamento, poupa-se R\$ 5,00 reais em tratamento de doenças.

SANEAMENTO

A expansão do sistema de saneamento básico – abastecimento de água potável, manejo de água pluvial, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos e controle de pragas ou qualquer tipo de agente patogênico, visando à saúde das comunidades – é uma forma de combater a propagação das doenças de origem hídrica, muitas causadas pelas enchentes, além de promover o bem-estar social.

A falta de rede de esgoto ainda é um grande e crucial problema para diversas regiões da capital paulista. As subprefeituras de Perus, Capela do Socorro e Cidade Ademar possuem ainda 28,22%, 32,60% e 37,80% dos seus domicílios sem ligação a uma rede de esgoto. Por outro lado, o percentual deste indicador para subprefeituras da Sé, de Pinheiros e da Vila Mariana é de 0,75%, 1,28% e 2,74%. Em resumo, o saneamento básico é mais uma área na qual há enorme desigualdade de acesso aos serviços essenciais pela população da capital paulista⁸.

Segundo pesquisa encomendada pelo Instituto Trata Brasil, o estado de São Paulo registrou em 2009 mais de 24 mil internações por doenças gastrointestinais infecciosas, das quais aproximadamente 76% poderiam ter sido evitadas através de medidas de saneamento adequadas. Isso representa 208 vidas que poderiam ter sido preservadas por meio do saneamento básico⁹.

No *ranking* elaborado pelo Instituto Trata Brasil, a cidade de São Paulo ocupa a 22ª posição no tocante ao acesso da população a rede de esgoto, levando em consideração a situação de 81 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes. Nos últimos anos a cidade melhorou bastante, mas o déficit é ainda muito elevado. Entre 2004 e 2008, segundo dados da Sabesp, mais 7% dos domicílios passaram a ter tratamento do esgoto coletado.

A expansão do saneamento básico não só traz benefícios à saúde da população como também econômicos. A pesquisa identificou a seguinte relação: ao ter acesso à rede de esgoto, o paulista aumenta produtividade em 0,8%, permitindo, assim, crescimento da própria renda na mesma proporção. A estimativa é que a massa de salários no estado de São Paulo, que atualmente gira em torno de R\$ 324 bilhões, tenha ganho de R\$ 2,65 bilhões por ano. A valorização imobiliária é outra decorrência do aumento da rede de esgotamento sanitário.

O **Plano Municipal de Saneamento Básico**, elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação, estabelece como meta a universalização dos serviços de saneamento básico em 2018 e baliza as ações da Sabesp na região. Portanto, é um instrumento importante que a população local tem à sua disposição para acompanhar os compromissos contratuais da empresa.

⁸ OBSERVATÓRIO CIDADÃO, REDE NOSSA SÃO PAULO, 2011.

⁹ TRATA BRASIL E FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010.

TABELA 1. ÁREAS CONTAMINADAS
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais
2006, 2007 e 2008

	2006	2007	2008		2006	2007	2008
ARICANDUVA/FORMOSA/ CARRÃO	8	25	30	Ipiranga	28	34	32
Aricanduva	2	7	7	Sacomã	12	15	15
Carrão	3	10	11	ITAIM PAULISTA	0	3	2
Vila Formosa	3	8	12	Itaim Paulista	0	1	1
Butantã	21	31	34	Vila Curuçá	0	2	1
BUTANTÃ	5	9	9	ITAQUERA	4	8	13
Morumbi	5	5	6	Cidade Líder	1	3	4
Raposo Tavares	3	4	4	Itaquera	3	2	5
Rio Pequeno	2	3	4	José Bonifácio	0	0	1
Vila Sônia	6	10	11	Parque do Carmo	0	3	3
CAMPO LIMPO	6	13	10	JABAQUARA	6	7	7
Campo Limpo	0	5	5	Jabaquara	6	7	7
Capão Redondo	3	4	3	JAÇANÃ/TREMembÉ	11	11	14
Vila Andrade	3	4	2	Jaçanã	7	5	9
CAPELA DO SOCORRO	13	13	14	Tremembé	4	6	5
Cidade Dutra	5	5	6	LAPA	50	70	76
Grajaú	3	3	3	Barra Funda	6	6	6
Socorro	5	5	5	Jaguara	0	0	2
CASA VERDE/ CACHOEIRINHA	18	21	21	Jaguaré	8	10	9
Cachoeirinha	4	5	6	Lapa	12	19	22
Casa Verde	6	8	7	Perdizes	11	17	18
Limão	8	8	8	Vila Leopoldina	13	18	19
CIDADE ADEMAR	15	14	15	M'BOI MIRIM	7	6	8
Cidade Ademar	13	12	12	Jardim Ângela	2	1	2
Pedreira	2	2	3	Jardim São Luís	5	5	6
CIDADE TIRADENTES	5	0	5	MOOCA	39	66	67
Cidade Tiradentes	5	0	5	Água Rasa	5	10	9
ERMELINO MATARAZZO	0	1	5	Belém	3	11	13
Ermelino Matarazzo	0	0	4	Brás	1	2	2
Ponte Rasa	0	1	1	Moóca	23	25	24
FREGUESIA/ BRASILÂNDIA	8	7	9	Pari	1	2	3
Brasilândia	3	2	2	Tatuapé	6	16	16
Freguesia do Ó	5	5	7	PARELHEIROS	0	1	1
GUAIANASES	1	1	1	Marsilac	0	0	0
Guaianases	1	1	1	Parelheiros	0	1	1
Lajeado	0	0	0	PENHA	7	17	17
IPIRANGA	55	65	58	Artur Alvim	3	3	3
Cursino	15	16	11	Cangaíba	2	5	3
				Penha	0	7	8
				Vila Matilde	2	2	3
				PERUS	0	2	1

	2006	2007	2008		2006	2007	2008
Anhanguera	0	0	0	Vila Jacuí	1	2	2
Perus	0	2	1	SÉ	45	63	67
PINHEIROS	51	52	62	Bela Vista	5	7	10
Alto de Pinheiros	10	11	10	Bom Retiro	4	6	7
Itaim Bibi	16	18	26	Cambuci	6	8	8
Jardim Paulista	13	12	15	Consolação	3	8	5
Pinheiros	12	11	11	Liberdade	8	8	8
PIRITUBA	13	15	13	República	3	4	4
Jaraguá	2	4	3	Santa Cecília	15	20	21
Pirituba	8	8	8	Sé	1	2	4
São Domingos	3	3	2	VILA MARIA/VILA GUILHERME	33	38	35
SANTANA/TUCURUVI	25	30	30	Vila Guilherme	13	12	12
Mandaqui	3	5	3	Vila Maria	10	15	13
Santana	17	19	22	Vila Medeiros	10	11	10
Tucuruvi	5	6	5	VILA MARIANA	48	58	62
SANTO AMARO	47	57	59	Moema	17	22	19
Campo Belo	9	11	12	Saúde	9	17	21
Campo Grande	18	25	25	Vila Mariana	22	19	22
Santo Amaro	20	21	22	VILA PRUDENTE/ SAPOPEMBA	22	30	27
SÃO MATEUS	4	9	11	São Lucas	5	10	6
Iguatemi	0	3	2	Sapopemba	3	2	5
São Mateus	2	4	5	Vila Prudente	14	18	16
São Rafael	2	2	4	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	566	743	781
SÃO MIGUEL	4	8	7				
Jardim Helena	1	1	1				
São Miguel	2	5	4				

Fonte: SEMPLA/ Infocidade. Cetesb. Relação de Áreas Contaminadas no Estado de São Paulo. Elaboração: São Paulo 2022

Para garantir esta meta, assim como de outras diretrizes, como por exemplo a despoluição de rios e mananciais, a Sabesp terá de oferecer, como contrapartida ao contrato firmado, um investimento em torno de R\$ 825,5 milhões na cidade. Mas esse montante representa apenas 13% das suas receitas líquidas, que foram de R\$ 46,35 bilhões em 2008. A meta é que, até 2022, 100% dos domicílios da capital paulista tenham acesso aos serviços de saneamento básico, com coleta e tratamento de esgotos.

Não adianta, porém, apenas tratar as águas e esgoto gerado internamente na capital paulista se as águas poluídas das cidades limítrofes se comunicam com as águas da cidade de São Paulo e as contaminam. A formação de um Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico poderá ajudar na consecução desse objetivo, principalmente quando se sabe que a Sabesp atua em outros municípios da Região Metropolitana. Experiências de consórcios no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Piauí têm apresentado resultados positivos, com formação de responsabilidade coletiva e eficácia nos resultados.

TABELA 2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS
Município de São Paulo – 1980, 1991, 2000 a 2008

ANO	Número de ligações	Extensão total da rede (2)	Cobertura (3)	Tratamento (4)
1980	582	5,821	44%	n/d
1991	1,321	11,407	75%	n/d
2000	1,775	13,744	89%	64%
2001	1,809	13,613	90%	67%
2002	1,858	13,807	92%	67%
2003	1,911	14,060	93%	66%
2004	1,980	13,751	94%	68%
2005	2,025	13,950	95%	62%
2006	2,075	15,024	96%	65%
2007	2,137	15,298	97%	70%
2008	2,184	15,193	97%	75%

Fonte: SEMPLA/ Infocidade. Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo/SABESP.

Elaboração: São Paulo 2022.

(1) Ligações Faturadas Totais em 1.000 unidades

(2) Em Km

(3) Índice em atendimento dos Domicílios Urbanos em Coleta de Esgotos

(4) Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados

Finalmente não se pode esquecer que é preciso monitorar todas as fontes de águas utilizadas pelos paulistanos: parte das águas que abastecem a cidade é oriunda de poços artesianos. Apenas na Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 3 milhões de habitantes recebem água proveniente de poços profundos¹⁰. Parte dessa água é obtida de forma ilegal e expõe a cidade a sérios problemas ambientais e de saúde.

Um dos riscos para quem se utiliza de poços em São Paulo é escavar uma área contaminada. Segundo a Companhia de Tecnologia Ambiental de São Paulo (Cetesb), o município possui 275 áreas contaminadas, 194 sob investigação e 90 em processo de monitoramento para reabilitação¹¹. Duas delas, estão entre as cinco mais críticas no estado de São Paulo. Localizam-se nos bairros de Jurubatuba (Santo Amaro) e Vila Carioca (Ipiranga). Soma-se ainda o problema das ligações clandestinas de água (“gatos”), que acontecem na maioria das vezes de forma precária, com materiais de pouca durabilidade e segurança e representam grande risco à saúde da população. Isso porque a canalização fica exposta a fontes de contaminação. Em várias localidades, o esgoto corre a céu aberto e próximo aos canos de água.

O consumo de água por esse tipo de ligação clandestina, muitas vezes denominada por “usos sociais”, corresponde a aproximadamente 14% do total da água consumida na cidade, portanto não é pouco, requerendo atenção por parte da gestão hídrica municipal.

¹⁰ [HTTP://SITE.SABESP.COM.BR/SITE/INTERNA/DEFAULT.ASPX?SECAID=104](http://SITE.SABESP.COM.BR/SITE/INTERNA/DEFAULT.ASPX?SECAID=104).

¹¹ [HTTP://WWW.CETESB.SP.GOV.BR/USERFILES/FILE/AREAS-CONTAMINADAS/TOTALIZACAO_AGENCIA.PDF](http://WWW.CETESB.SP.GOV.BR/USERFILES/FILE/AREAS-CONTAMINADAS/TOTALIZACAO_AGENCIA.PDF).



ISTOCK PHOTOS

RESÍDUOS SÓLIDOS

Contar com 100% dos domicílios atendidos por coleta seletiva, com triagem e reaproveitamento dos materiais reciclados, garante benefícios ambientais e econômicos.

A forma de tratamento dado aos resíduos sólidos na cidade de São Paulo influi diretamente na saúde de seus habitantes e na maneira como a cidade se relaciona com seus recursos naturais. O percentual de resíduos sólidos que é reintegrado ao circuito produtivo, ou seja, reaproveitado e reciclado, revela a capacidade da cidade em ser inteligente no manejo dos bens naturais comuns, que são escassos.

Hoje a cidade de São Paulo produz em torno de 17 mil toneladas por dia de resíduos sólidos, incluindo-se, além do coletado em domicílios e empresas, também os resíduos de varrição, bocas de lobo, córregos, piscinões, áreas verdes, entulho e de coleta seletiva¹. Esse montante significa uma produção *per capita* de aproximadamente 1,5 quilo por dia. Definitivamente, não é um volume saudável nem sustentável!

As pessoas estão consumindo demais, jogando fora demais e explorando de menos o potencial de reaproveitamento dos bens e produtos. Com esse padrão de descarte, não há possibilidade de manutenção equilibrada do meio ambiente e dos recursos naturais. O solo fica contaminado com o lixo que é abandonado em terrenos baldios. Os rios cheiram mal e ficam feios por causa dos resíduos espalhados ao longo de suas margens, resultado da inadequação da coleta de lixo, da falta de tratamento de esgoto e saneamento básico. Quando chove mais forte, o lixo largado aos montes pelos quatro cantos da cidade entope bueiros e

¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, 2010.

transforma muitas vezes uma chuva comum em uma enchente perigosa. Rapidamente os córregos transbordam e a população é exposta a vetores transmissores de doenças hídricas.

A proporção desses problemas ambientais, resultantes de um planejamento urbano que se mostrou ineficaz, fica maior quanto maior o consumo e o descarte. Pode-se mudar isso? Pode-se viver com menos? Os orientais dizem que ter menos objetos ajuda na circulação de energia nos lares. E o desperdício de alimentos? É preciso impedir a disseminação dos comportamentos extremos: muita gente passando fome involuntariamente por não ter condições econômicas para uma boa alimentação, ao mesmo tempo em que outros que não comem nem com os olhos, deixando muito das refeições no prato, que depois vai parar na lixeira.

Há solução, já que o modo de vida urbano se caracteriza essencialmente pelo consumo intensivo dos recursos naturais com alto padrão de descarte?

Depende de qual modo de vida urbano os habitantes da cidade querem pactuar. Há inúmeras localidades nas quais os habitantes privilegiaram o consumo consciente, as compras públicas responsáveis, com eficiência no uso dos recursos naturais, principalmente na construção civil, como reaproveitamento dos materiais, dentre outras iniciativas.

Tais diretrizes, além de fazerem bem para o meio ambiente e à saúde da população, fazem bem para o bolso e para o orçamento municipal. Inúmeros gastos são evitados quanto menos se instaura a prática do desperdício. O importante é que há onde se inspirar.

Nova York, nos Estados Unidos, extinguiu o maior lixão do planeta e em seu lugar está criando um parque público. Outras iniciativas inspiradoras vêm de Londres, na Inglaterra, ou de Calgary, no Canadá, que estudaram os principais desequilíbrios na extração dos recursos naturais e elaboraram uma análise extensa da sua pegada ecológica. Cairo, no Egito, recicla e reutiliza 90% dos resíduos domésticos coletados, além de promover assistência integral aos catadores de materiais recicláveis (financiamento de classes de alfabetização e de melhoria da infraestrutura de moradia). Há exemplos de práticas de transformação da realidade da gestão dos resíduos sólidos em vários lugares. São Paulo também vai conseguir chegar lá.

A prefeitura de São Paulo disponibiliza enorme quantidade de recursos humanos, financeiros e materiais para gerir resíduos sólidos na cidade, com indicadores diários como: 102 toneladas de resíduos provenientes da poda de árvores, 13 toneladas da limpeza de boca de lobo, 4 toneladas da limpeza de córregos, 56 toneladas da limpeza dos piscinões, 1.900 toneladas de resíduos da construção civil, 840 toneladas de resíduos dos serviços de saúde. Sem contar os resíduos domiciliares coletados, que todo dia somam mais de 9.000 toneladas.²

Uma boa gestão dos resíduos sólidos começa por ações de educação ambiental, a fim de reduzir e mudar qualitativamente o consumo. Quando se consome muito, não só a produção dos resíduos sólidos aumenta, mas também a exploração dos recursos naturais.

² DEPARTAMENTO DE LIMPEZA URBANA, 2007.

NEM TUDO É LIXO

Tal como é necessário para melhor gestão dos recursos hídricos, ou seja, a mudança do paradigma do uso da água, uma das primeiras coisas que precisa ser modificada para gerar eficiência na gestão dos resíduos sólidos de São Paulo é a revisão do paradigma da destinação dos resíduos. Muitas pessoas não sabem, mas a maior parte dos resíduos, ou quase todo, não é lixo!

A denominação de lixo para aquilo que sobra no processo de produção ou de consumo pode levar as pessoas a ter visões enganosas sobre essa questão. Restos de alimentos, embalagens descartadas, dentre inúmeros resquícios do consumo, quando separados em grupos de materiais secos e úmidos, ou grupos de plásticos, papel, vidro, pilhas, alumínio, matéria orgânica etc., podem ser reaproveitados e reciclados. O que não tem mais como ser aproveitado na cadeia do reuso ou reciclagem, denomina-se rejeito.

Marcar as diferenças de denominação entre aquilo que sobra no processo de produção e consumo e a sobra que não poderá ser reaproveitada é fundamental especialmente para se avançar na construção de um conceito alternativo de limpeza urbana.*

O reaproveitamento do que é jogado fora pelos domicílios, empresas, fábricas, hospitais, escolas e órgãos públicos tem a capacidade de promover benefícios sobre inúmeros aspectos: (a) redução dos gastos públicos, (b) melhoria da qualidade ambiental

(ar, solo, água), (c) geração de emprego e renda para catadores de materiais recicláveis, que reaproveitam os resíduos encaminhando-os para as empresas recicladoras, além de, em muitos casos, transformar essas matérias-primas em artesanato e obras de arte, (d) disseminação de valores que ampliam a consciência sobre a responsabilidade ambiental do ser humano perante os bens naturais comuns.

Do total de 5.565 municípios brasileiros, cerca de 5 mil tratam seus resíduos de maneira inadequada, a céu aberto ou em aterros sem as condições apropriadas. Dos poucos, 10% do total que destinam seus resíduos para aterros sanitários, investem recursos consideráveis para enterrar matéria-prima (Grimberg, 2007). Uma política aquém do que poderia ser feito em relação a uma boa gestão dos resíduos sólidos.

Se o descarte do final do consumo fosse mais bem aproveitado, via reciclagem e reuso, o expressivo volume de recursos que o governo gasta com coleta e transporte dos resíduos, aterros sanitários, incineração – sem contar os prejuízos econômicos decorrentes da poluição da água causada pelo abandono de lixo e saneamento básico inadequado –, poderia ser significativamente cortado, liberando verbas para outros serviços sociais e investimentos prioritários.

* GRIMBERG, 2004.

Medidas simples como recusar embalagens desnecessárias, preferir produtos permanentes ou mais duráveis, não descartáveis, para possibilitar sua reutilização e separação dos materiais para reciclagem, pensar antes de sair jogando produtos fora e depois comprar um novo, precisam fazer parte do dia-a-dia dos habitantes da cidade. No sistema de coleta seletiva, por exemplo, a separação deve ocorrer na fonte geradora, o que estimula a responsabilidade de cada cidadão pelas consequências de seu consumo.

RENDA E CONSUMO

Recentemente, parcela significativa da população brasileira ampliou seu acesso ao mercado consumidor. Pesquisa de 2008 mostra que famílias com renda mensal entre R\$

1.064,00 e R\$ 4.591,00 aumentaram sua participação no total da população brasileira. Passaram de 42% para 52% entre o período de 2002 a 2008. Na Região Metropolitana de São Paulo, embora em nível ligeiramente menor, tal crescimento também foi observado. Essa faixa de renda passou de 48,7% para representar 54,7% da população regional. Pela primeira vez na história do país, com o uso desse conceito, a classe média torna-se maioria na distribuição de renda.

Numa época onde para muitos o status social baseia-se no consumo, o importante não é a qualidade dos produtos – que deve incluir atenção para o impacto ambiental –, mas a quantidade de bens adquiridos. A economia vem sendo movida pelo crescente descarte, com o aumento contínuo da produção para substituir modelos antigos ou não mais úteis, com a vida útil dos bens produzidos progressivamente reduzida.

Ressalta-se que o acesso recente de parcela significativa da população brasileira ao mercado consumidor tem influências sobre a quantidade de recursos naturais utilizados, visto que maior consumo implica maior produção que resulta em demanda maior de consumo de bens naturais. Também tem contribuído para esse fenômeno a expansão de linhas de crédito, já que nos últimos anos as instituições financeiras descobriram o filão das famílias de baixa e média rendas.

O perfil do mercado consumidor da cidade de São Paulo tem ainda uma particularidade. A cidade é hoje o principal centro de consumo de luxo do país, concentrando 70% do segmento brasileiro.³

Um monitoramento constante das estimativas do consumo paulista e paulistano de bens duráveis e não duráveis deve ser parte integrante da política municipal de gestão dos resíduos sólidos. Ajuda a administrar a gestão hoje e planejar cenários possíveis. Não se pode esquecer que a esperança de vida média do brasileiro tem aumentado e tal fato tem consequências sobre o perfil de geração de resíduos sólidos e sobre o nível de qualidade de vida.

Os psicólogos alertam para perigos em termos de saúde mental e emocional quando as relações sociais e valores humanos são baseados primordialmente na aquisição de bens e serviços. Na busca incessante por ampliar o consumo, as famílias abusam da sua credibilidade financeira, que pode vir a se transformar num problema quando não conseguem honrar seus compromissos.

PEGADA ECOLÓGICA

Pode-se avaliar o consumo e seus impactos, através de um indicador: a Pegada Ecológica, que permite calcular a quantidade de recursos naturais renováveis que a população de um determinado local demanda e a capacidade dos ecossistemas em supri-los. Esse instrumento também possibilita identificar gargalhos do consumo, a fim de diminuir as consequências da exploração dos recursos naturais.

³ REVISTA EXAME, 2/12/2009.

Muitas prefeituras, em todas as partes do mundo, estão calculando a Pegada Ecológica para subsidiar seu planejamento de médio e longo prazos. Seus resultados permitem aos governantes visualizar a demanda de capital natural de uma cidade ou região e comparar com a capacidade realmente disponível.

Quando introduzida nos processos decisórios, seu cálculo pode ser uma ferramenta muito útil de planejamento territorial, auxiliando na promoção do desenvolvimento que preserva o meio ambiente, portanto, inevitavelmente menos gerador de rejeitos.

Além disso, a democratização do acesso à população aos resultados do cálculo promove o engajamento comunitário, o controle social no uso dos recursos naturais e a ampliação da consciência da população sobre a relação que quer estabelecer entre consumo, capacidade de carga e oferta local dos recursos naturais das cidades.

Defende-se que a prefeitura calcule a Pegada Ecológica da cidade de São Paulo para avaliação do nível e perfil do consumo, subsidiando políticas de resíduos sólidos e de extração dos recursos naturais. As secretarias do Verde e Meio Ambiente e a de Planejamento poderão ser as responsáveis pelo seu cálculo. A pegada ecológica deverá ser apropriada como importante instrumento para subsidiar o planejamento da gestão dos resíduos sólidos da cidade.

DESPERDÍCIO

Parcela significativa dos resíduos sólidos tem origem no desperdício durante a produção, a distribuição e o consumo dos alimentos. Esse é outro ponto central que precisa ser levado em consideração para a mudança de mentalidade, hábitos e atitudes da sociedade. Não é possível que as pessoas joguem comida fora, com pessoas ainda passando fome no Brasil e na cidade de São Paulo! Produzir alimentos demanda muitos recursos naturais e especialmente e, essencialmente, água.

COMO A PEGADA ECOLÓGICA É CALCULADA

A Pegada Ecológica indica o quanto de espaço no território é necessário para suprir os hábitos de consumo de cada habitante. Foi calculada a partir da constatação de que a Terra possui 11,4 bilhões de hectares de terra e mar produtivos, capazes de fornecer sustento para a população mundial. Se dividir pelos 6,5 bilhões de habitantes do planeta, tem-se uma média de 1,8 hectare por pessoa, para garantir sustentabilidade para as atuais e futuras gerações. Se todos os países do mundo tivessem um padrão de consumo semelhante aos Estados Unidos, por exemplo, seriam necessários 5 planetas como o nosso para sustentar toda a população mundial. A pegada ecológica brasileira é de 2,1 hectares por pessoa.*

* ATLAS DO MEIO AMBIENTE, LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL.

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA CALCULE A PEGADA ECOLÓGICA DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA AVALIAÇÃO DO NÍVEL E PERFIL DO CONSUMO, SUBSIDIANDO POLÍTICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE EXTRAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam comida no mundo. Em torno de 35% de toda a produção agrícola vai para o lixo. Isso significa que mais de 10 milhões de toneladas de alimentos poderiam estar na mesa dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, com renda familiar mensal per capita de até R\$ 70. Segundo dados do Serviço Social do Comércio (Sesc), R\$ 12 bilhões em alimentos são jogados fora diariamente, quantidade suficiente para garantir café da manhã, almoço e jantar para 39 milhões de pessoas. O desperdício de alimentos está presente ao longo de toda a cadeia produtiva: há responsáveis desde a etapa inicial do plantio até a mesa do consumidor. Nessa última etapa, estudo do Instituto Akatu ressalta: uma família brasileira desperdiça em média 20% dos alimentos que compra no período de uma semana. Em valores, isso representa US\$ 1 bilhão, dinheiro suficiente para alimentar 500 mil famílias.⁴

JÁ FOI FEITO

CALGARY QUER REDUZIR SUA PEGADA

A cidade de Calgary, no Canadá, constatou, em 2005, em um estudo da sua Pegada Ecológica, que havia ultrapassado a média canadense per capita em mais de 30%. A partir deste diagnóstico, implantou medidas para redução da sua pegada para que convirja para a média nacional até o ano de 2036, além de elaborar programa de desenvolvimento sustentável para os próximos 100 anos. O plano trabalha para redução do consumo dos recursos naturais pelos moradores e alcançar o status de uma Economia de Baixo Carbono.

O gerenciamento adequado dos alimentos pelo setor agropecuário e a eliminação de maus hábitos alimentares nos domicílios podem auxiliar o combate da fome e da miséria no país. Levantamento da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo mostra que os desperdícios e as perdas no segmento de alimentos ao longo da cadeia produtiva representam 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, uma perda de R\$ 17,25 bilhões de reais no faturamento do setor agropecuário.⁵

SEM DESPERDÍCIO

No combate ao desperdício dos resíduos orgânicos, as feiras livres não podem ser esquecidas. Precisam de atenção porque, caso os alimentos fossem melhor acondicionados e tendo mais cuidados, poderiam estar na mesa das famílias, ou, aqueles que não foram vendidos, serem doados a escolas e centros comunitários. Os alimentos que realmente não podem mais ser consumidos devem ser destinados à compostagem. Para isso, é preciso implantar um programa de educação ambiental para feirantes e distribuidores que estimule o reaproveitamento dos resíduos orgânicos.

Dentre as ações de mudanças de cultura dos feirantes e distribuidores, há o **Programa Banco de Alimentos**, que precisa ser mais difundido. Não só entre este público como

⁴ REVISTA DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, 2009.

⁵ REVISTA DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, 2009.

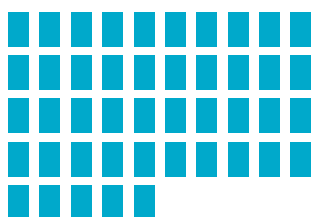
também no comércio, restaurantes e entre toda a população de São Paulo. Criado pela Lei 13.327, de 2002, é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Abastecimento. Tem como objetivo arrecadar doações de toda espécie de alimentos, gêneros alimentícios e bebidas não alcoólicas que são distribuídos para entidades assistenciais sem fins lucrativos cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. A partir da inscrição no programa, as instituições assistenciais cadastradas podem receber sistematicamente os alimentos que compõem as refeições oferecidas aos seus beneficiários (moradores de rua, crianças e idosos de famílias pobres, dentre outros grupos vulneráveis).

ADEQUAR LEGISLAÇÃO

É importante ressaltar a influência, às vezes negativa, da legislação brasileira no melhor aproveitamento e redução dos desperdícios de alimentos. Todo o dia, 10 milhões de refeições diárias são desperdiçadas pelos estabelecimentos comerciais. A Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento é enfática ao afirmar que, como a legislação é rígida, a maioria dos empresários prefere jogar no lixo o excedente, que não é resto, a doar para entidades necessitadas e se responsabilizar por isso.

Pela legislação brasileira, os proprietários dos estabelecimentos são responsáveis pela qualidade da alimentação que oferecem, incluindo as doações. A cidade de São Paulo poderia ser pioneira na revisão desta legislação, elaborando legislação própria que seja mais adequada à realidade de desperdício dos resíduos sólidos; contribuindo para atender às necessidades das famílias que ainda passam fome, sem esquecer de atentar para medidas que considerem a preservação da saúde daqueles que vão receber os alimentos doados.

QUANTO 'COMEMOS' OU 'VESTIMOS ÁGUA'



4500

litros de água por
UM BIFE (300g) BOVINO



1000

litros de água por
UM LITRO DE LEITE



Pensar o custo de água inerente à produção dos bens de consumo deu origem ao conceito de *água virtual* e, por conseguinte, da Pegada Ecológica da Água. As pessoas estão conscientes de que utilizam milhares de litros de água para beber, cozinhar e lavar roupa, todavia, muitas vezes esquecem que muita água é também utilizada na produção, por exemplo, de alimentos, papel, roupas, etc. A pegada da água mensura o volume total de água doce que é utilizada para produzir bens e serviços consumidos por indivíduos e nações.

Deveriam ser promovidas campanhas que estimulem um consumo consciente acerca da necessidade de se adequar equilibradamente as demandas humanas e a extração dos recursos naturais, mostrando a importância de tais medidas para a política de resíduos sólidos. O setor governamental, através da **administração das compras públicas** pode dar o exemplo. Levar em consideração práticas de combate ao desperdício e suas relações com variáveis ambientais, com o objetivo de contribuir para a inclusão social (economia solidária, comércio justo).

PARTICIPAÇÃO DAS ONGS

A sociedade civil organizada, especialmente as organizações não governamentais, tem papel importantíssimo na elaboração das campanhas. Em época de Twitter, redes sociais, dentre outras mídias, as ONGs têm conseguido resultados surpreendentes. Com capilaridade, rapidez e acesso aos cidadãos e a um público consumidor enorme, ativam campanhas de denúncia e de esclarecimentos na internet com sucesso.

Recentemente, o Greenpeace denunciou a Nestlé, porque na produção de chocolates, estava utilizando óleo de dendê proveniente de áreas recém-desmatadas da Indonésia. Dada a enorme repercussão do caso, a empresa anunciou rapidamente que passaria a excluir da sua lista de fornecedores de matérias-primas companhias que possuam ou gerenciem plantações e fazendas que praticam desmatamento, desobedecendo preceitos legais e técnicos.

O **Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo** e outros movimentos sociais podem ser precursores de campanhas similares em relação à geração de resíduos sólidos, denunciando e responsabilizando empresas, fábricas, comércios, que agridem o meio ambiente com a

geração desnecessária dos resíduos. Há indícios da importância das campanhas de mobilização popular para modificar a governança corporativa empresarial.

JÁ FOI FEITO

ESCOLAS EXEMPLARES EM SÃO PAULO

A Escola Municipal Desembargador Amorim Lima, sediada no bairro do Butantã, com os "Vigilantes da Natureza" e a Escola Estadual Paulino Nunes Esposito, sediada no bairro de Palheiros, com seu projeto pedagógico "Educando para a Sustentabilidade na bacia do Guarapiranga", no qual a educação ambiental é tema transversal a todas as práticas educativas, são exemplos no município que dão certo. Iniciativas educacionais deste tipo devem ser ampliadas por todas as escolas da rede de ensino da cidade.

Finalmente, e com ótimos resultados, devem ser mencionadas as campanhas e ações de educação ambiental promovidas **nas escolas**. É muito mais fácil introduzir práticas amigáveis ao meio ambiente em crianças, do que procurar reverter maus hábitos arraigados dos adultos. As crianças têm, ainda, a capacidade de sensibilizar os pais a rever suas culturas, ao voltar para casa e contar sobre suas atividades escolares.

Dos pequenos feijõezinhos que nascem no algodão, do presente do dia das mães que é feito de material reciclado, da árvore de desejos para um mundo

ambientalmente mais saudável, assim vão crescendo paulistanos com melhor formação para o consumo consciente, com menor desperdício e menos depreciação dos recursos naturais.

POLÍTICA DOS "Rs"

O primeiro objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos⁶ foi visto: é imperioso **reduzir** o consumo (desnecessário) e o desperdício. Porém, há mais dois aspectos que integram a "política dos Rs" dos resíduos: **reaproveitamento** e **reciclagem**, que estão umbilicalmente relacionados às medidas de combate das perdas e do desperdício.

Falar em reaproveitamento e reciclagem significa falar em coleta seletiva, com triagem e reutilização dos resíduos. Significa, ainda, valorizar o trabalho realizado pelos catadores de material reciclado.

A coleta seletiva é essencial para a sustentabilidade urbana nos aspectos econômicos, socioambiental e de saúde. Após a adoção de medidas estratégicas visando diminuir a produção de resíduos, reutilizar e recuperar, trocar e doar objetos materiais, a coleta seletiva fecha a cadeia de boas práticas na medida em que é essencial para minimizar o volume dos resíduos, economizar recursos naturais e possibilitar a reciclagem⁷.

Em outras palavras, é um instrumento importante para instaurar um metabolismo urbano saudável em São Paulo, baseado em uma economia de funcionamento circular, reintegradora dos resíduos à cadeia produtiva – em substituição à lógica linear que erroneamente acredita ser viável a economia continuar a se desenvolver baseada em consumo crescente e amplo descarte.

O trabalho dos catadores de matérias recicláveis é importante porque é responsável por coletar e destinar materiais pós-consumo para reciclagem. As garrafas Pet, por exemplo, podem ser utilizadas na fabricação de fibras de tecido inteligentes. As folhas de papel são recicladas e ficam "novinhas". A gama de possibilidades de reaproveitamentos pode ser quase infinita.

JÁ FOI FEITO

LOS ANGELES QUER TER RESÍDUO ZERO

A cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos, mostra o caminho das pedras sobre o que é preciso ser feito. Em 2007, criou o Plano Integrado de Recursos para Resíduos Sólidos, que definiu como meta para 2030 transformar Los Angeles em "cidade de resíduo zero". Segundo o Plano, para o alcance desta meta são necessárias mudanças radicais em três áreas: criação do produto (fabricação e embalagem), uso do produto (energias sustentáveis, produtos reciclados e recicláveis) e eliminação do rejeito (recuperação de recursos ou descarte em aterro). Com a implantação do Plano, já houve redução de 62% dos resíduos despejados nos aterros.

⁶ LEI Nº 12.305/2010.

⁷ BENSEN ET AL, 2010.

Mesmo hoje, com pequena escala de atuação, diariamente o volume de resíduos destinados aos aterros sanitários e depósitos a céu aberto é menor graças ao trabalho dos catadores. Imagina quando passarem a ser beneficiados pela obrigatoriedade da sua participação na cadeia de uso das matérias-primas, depois da regulamentação da **Política Municipal de Resíduos Sólidos**. O volume de resíduos desviado dos aterros será muito maior! Vislumbrar a cidade de São Paulo, em 2022, com redução significativa dos rejeitos, sem a imagem das altas montanhas de “lixo” nos aterros sanitários, pode deixar de ser utópico para ser perfeitamente factível.

A coleta seletiva municipal solidária na capital paulista, através da integração dos catadores de materiais recicláveis, tem sido limitada, com altos custos e desempenho insatisfatório. Do total de resíduos ou lixo coletado (cerca de 10 mil toneladas/dia), cerca de 100 toneladas/dia é destinado à coleta seletiva (cerca de 1%). Esse número se refere apenas ao setor formal (17 centrais de triagem oficiais da prefeitura) e não inclui os catadores⁸.

O orçamento da Secretaria Municipal de Serviços para 2011 é de R\$ 778 milhões para enterrar materiais que poderiam ser aproveitados, mas acabam virando lixo, e apenas R\$ 12 milhões para coleta seletiva. Esta equação precisa ser invertida⁹.

Estabelece-se como meta para 2022 que todos os domicílios estejam atendidos por coleta seletiva, com triagem e reaproveitamento do material reciclado. Isso significa aumentar enormemente a oferta de postos de triagem de material para pelo menos 300 unidades, equivalente a uma cooperativa para cada 35 a 40 mil habitantes.

POLÍTICA TRANSVERSAL

Uma política de resíduos sólidos baseada na coleta seletiva é por natureza transversal a uma série de áreas: conservação dos recursos naturais, reciclagem, reutilização de materiais, saúde pública, proteção ambiental e políticas sociais. Um novo conceito de limpeza urbana inteligente é aquele baseado na coleta seletiva. De preferência com o máximo possível da coleta sendo solidária, porque quando se privilegia o trabalho dos catadores também está se contribuindo para a inclusão social e a redução das desigualdades. Mas afinal, o que está faltando para uma maior atuação dos catadores em São Paulo?

Primeiro é preciso que a prefeitura, seguindo o que disciplina a legislação, dê aos catadores de materiais recicláveis papel de destaque no interior da política municipal de resíduos sólidos. Isso significa investir em capacitação dos para estruturação de cooperativas autônomas e de outras estruturas organizacionais. Significa desenvolver programas que garantam a cessão de áreas públicas para instalação de unidades de triagem de recicláveis e que se garantam os recursos necessários para aquisição de veículos e equipamentos e de toda infraestrutura necessária.

⁸ BENSEN *ET AL*, 2010.

⁹ NOSSA SÃO PAULO NA CÂMARA, NOVEMBRO DE 2010.

JÁ FOI FEITO	NOVA YORK TRANSFORMA LIXÃO EM PARQUE
<p>O maior lixão do planeta, em Nova York, foi desativado e, em seu lugar, está sendo construído um parque que é quase o triplo do famoso Central Park. Desde 1948, quando o lixão de Fresh Kills foi instalado no distrito de Staten Island, os moradores conviviam com uma paisagem de toneladas e toneladas de lixo, que empilhados chegavam a atingir 50 metros de altura, o equivalente à altura da Estátua da Liberdade. Em 2001, o lixão foi fechado. Então, a paisagem composta por mais de</p>	<p>150 milhões de toneladas de detritos – depositados no lixão desde a sua criação – irá ceder lugar às cenas nas quais famílias ocuparão a área para piqueniques, jardins flutuantes, quadras esportivas, canal para canoagem e pedalinhas, torre para observação dos pássaros que voltaram a frequentar o local, área infantil e 65 quilômetros de trilhas para prática de <i>mountain bike</i>. Tudo isso compõem o parque que tem previsão de abertura ao público no final de 2011.</p>

Seguindo iniciativas de municípios do Rio Grande do Sul, a prefeitura paulistana poderia apoiar a implantação de empresas sociais de reciclagem de materiais. Naquele estado, a atuação da Federação dos Recicladores do Rio Grande do Sul não se restringe à coleta, triagem e comercialização dos recicláveis. As associações que participam da Federação atuam também na transformação final dos produtos, como, por exemplo, através dos **Pólos Alternativos de Polímeros** que reciclam plásticos coletados. Esse tipo de iniciativa é importante porque agrega valor aos resíduos coletados, gerando maior volume de renda. Isso é importante porque muitos dos materiais hoje comercializados enquanto simples matérias-primas, como plásticos, papelão, dentre outros, são vendidos, às vezes, a preços muito baixos.

ENVOLVER OUTROS SETORES

A definição da meta em 2022 de ter todos os domicílios atendidos por coleta seletiva, com triagem e reaproveitamento do material reciclado, leva em consideração que cerca de 70% dos resíduos sólidos da cidade provêm dos domicílios¹⁰. Mas isso significa que, paulatinamente, outras instituições e atores, que também geram resíduos, tenham que estar envolvidos. Restaurantes, escolas, hotéis, hospitais, dentre outros, precisam ser responsabilizados pelos resíduos gerados e a coleta seletiva é um mecanismo para tal.

Em novembro de 2010, a prefeitura regulamentou em decreto lei municipal de 2002¹¹, que define, para empresas localizadas na cidade, a obrigatoriedade de recolher o seu próprio lixo, caso produzam quantidade superior a 200 litros diários. Ou seja, as empresas que descartam por dia em torno de dois sacos grandes de resíduos terão que contratar empresa coletora privada. A regulamentação vai além ao oficializar a possibilidade de caçar a licença das empresas que não cumprirem o decreto. Tal

¹⁰ LIMPURB, 2002.

¹¹ LEI Nº 13.478/2002 E DECRETO Nº 51.907/2010.

medida pode ser um estímulo para as empresas reverem seu padrão de geração de resíduos sólidos. Para prédios em que funcionem empresas de serviço, por exemplo, o limite é de mil litros de lixo por dia.

Em resumo, a ideia é que, quanto mais organizada a atividade dos catadores de materiais reciclados e melhor a qualidade dos materiais coletados e doados por todos, maior poderá ser o rendimento desses trabalhadores, que muitas vezes sustentam toda uma família apenas com a coleta, triagem e reciclagem. Investir na coleta seletiva dos resíduos sólidos por intermédio do trabalho dos catadores gera emprego e renda local e faz bem para o meio ambiente, além de ajudar a cidade a ficar mais bela.

Faz bem para a beleza da cidade porque, com coleta seletiva em todos os cantos da cidade, a necessidade dos aterros sanitários tende a ser insignificante. No seu lugar, podem ser criados amplos parques públicos e espaços de lazer.

A cidade de São Paulo possui dois aterros sanitários (Bandeirantes e São João), que já estão desativados – por terem chegado ao limite da capacidade –, e exporta seus resíduos para municípios vizinhos (Guarulhos e Caieiras). Mas isso não significa que elimine a necessidade de promoção do conceito alternativo de limpeza urbana, pautado na geração zero de resíduos sólidos e no fechamento dos aterros sanitários das cidades vizinhas, com a instalação de parques em seu lugar.

De forma paulatina, os aterros sanitários podem ser fechados. Porém, no decorrer desse processo, pode-se aproveitar o potencial para geração de energia (biogás) dos aterros, com venda de créditos de carbono. Já foram realizados dois leilões internacionais dos créditos obtidos pelo funcionamento das usinas de biogás nos aterros Bandeirantes e São João, que levantaram cerca de R\$ 71 milhões¹². Atualmente este recurso é depositado no Fundo Especial de Meio Ambiente (Fema), que repassa o dinheiro, enquanto forma de compensação pelo passivo, para projetos socioambientais nas regiões do entorno dos aterros: Perus, Pirituba, São Mateus e Cidade Tiradentes.

O aproveitamento dos aterros para geração de biogás é igualmente importante para o meio ambiente, pois reduziu em cerca de 20% (estudos recentes parece indicar 15 ou 16%) as emissões de Gases de Efeito Estufa de São Paulo, nos últimos quatro anos, com o funcionamento dessas duas usinas. A geração do gás também reduz 100% do lançamento do gás metano para a atmosfera¹³.

ENTULHOS

Por fim, é necessário destacar dois temas pouco discutidos e conhecidos pela população em São Paulo: melhorar o reaproveitamento dos entulhos e o manejo adequado dos resíduos perigosos.

¹² SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE, 2010.

¹³ SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE, 2010.

A quantidade de entulho hoje que chega aos aterros sanitários é um exemplo de grande desperdício de materiais, pois poderiam ser reaproveitados e reciclados para obras públicas, como calçadas, blocos, tubos para drenagem, areia e brita. A prefeitura está implantando o Plano Municipal de Gestão Sustentável de Entulho, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

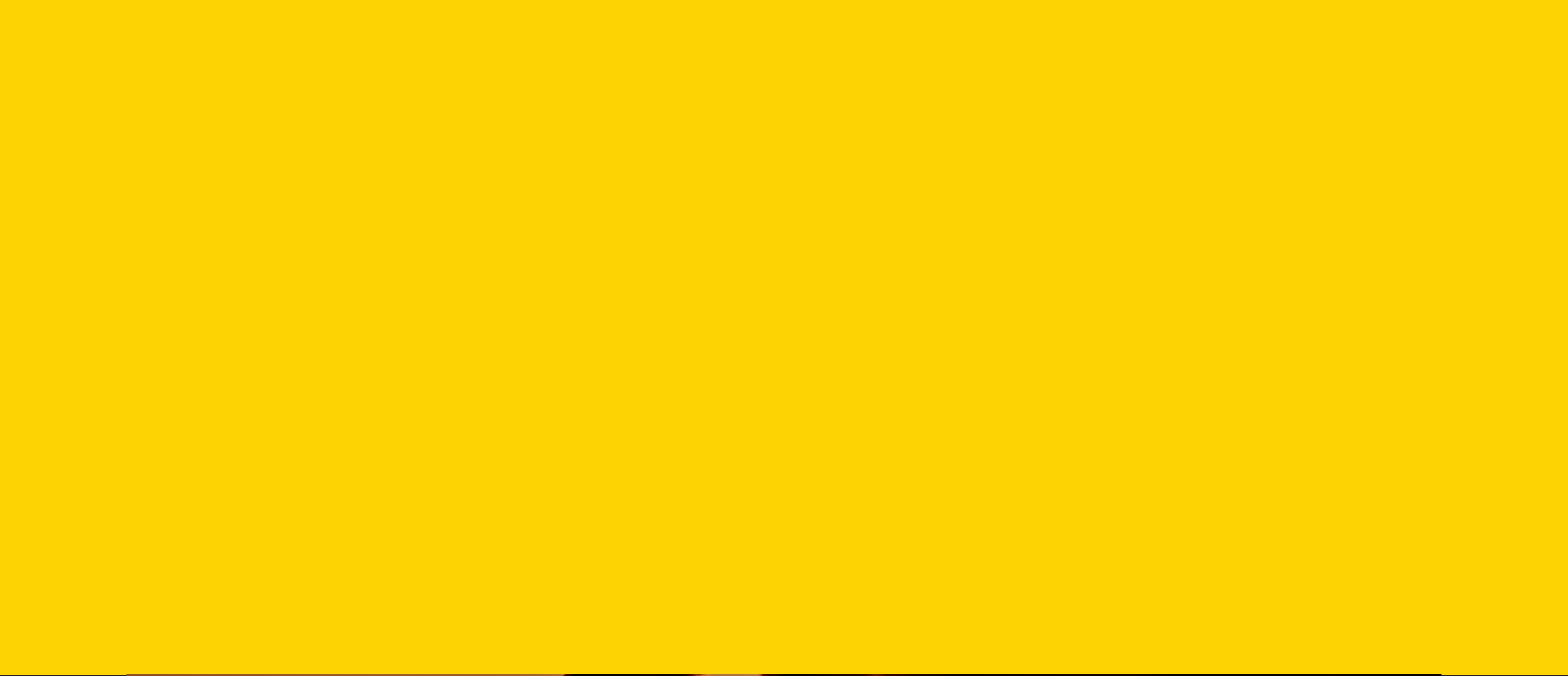
SOLOS CONTAMINADOS

Ou seja, o governo federal já elaborou diretrizes gerais para a política de resíduos sólidos. Resta a cada cidade adequar tais diretrizes à sua realidade local. No caso da de São Paulo, espera-se que o tema dos entulhos seja mais bem trabalhado, em direção à melhoria do seu reaproveitamento, que, no final, ajuda a prefeitura a economizar dinheiro com as obras públicas.

Já os resíduos perigosos, aqueles que podem causar danos à saúde humana e ao meio ambiente, têm causado inúmeros casos de contaminação dos solos da cidade. Os postos de combustível são os primeiros no *ranking* de irregularidades.

Infelizmente, boa parte dos paulistanos desconhece a qualidade ou o estado em termos de contaminação do solo onde pisa. Seja por meio de postos de combustíveis, áreas industriais ou aterros sanitários clandestinos, as formas de poluição do solo se sobrepõem e a própria Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) admite não conhecer todas as áreas contaminadas do estado.

Ainda que seja difícil estimar um número preciso de localidades com solo contaminado, a Cetesb realizou, em 2002, um inventário que identificou 2.279 áreas na capital cujos solos foram contaminados por postos de combustíveis e 382 áreas cujos solos foram contaminados pelas indústrias (O Estado de São Paulo, edição especial, 11 de dezembro de 2010). Esta situação precisa mudar!



ISTOCK PHOTOS



CLIMA

Implantar medidas que promovam condições climáticas adequadas à saúde de seus cidadãos e ao combate ao aquecimento global.

A análise de qualquer realidade climática pressupõe identificação dos processos físicos e humanos que podem afetar as propriedades e características do meio ambiente de uma determinada localidade.

O processo de urbanização intenso e desregulado da cidade de São Paulo, ao modificar o grau de permeabilidade do solo, anteriormente coberto por vegetação, altera os balanços de energia e os fluxos dos recursos hídricos.

O imenso tráfego de veículos, caminhões e ônibus somado ao elevado consumo de energia pelas atividades industriais e econômicas provocam liberação de calor, gases e um conjunto diverso de poluentes.

A concentração em alguns bairros e regiões de São Paulo de edifícios altos e próximos uns dos outros, muitas vezes com ruas estreitas, cria condições propícias para formação de ilhas de calor. Aliada a isso, a pouca quantidade de áreas verdes pode gerar condições para que ocorra elevação da temperatura local.

Existem vários estudos que revelam que há conexão evidente entre condições climáticas e saúde: correlação positiva entre doenças respiratórias e nível de poluição atmosférica, entre doenças cardiovasculares e grau de calor (variação de temperatura) e entre propagação de parasitoses intestinais (diarréia, principalmente) e a frequência das enchentes, ocasionadas por chuvas intensas.

Em cidades e países desenvolvidos, alterações climáticas constituem importante foco de atenção da saúde pública. Se o paulistano não quiser derreter de baixo do sol, não ter dor de barriga ou não ficar de cama por causa da dengue, deve exigir que o governo promova imediatamente, em parceria com a sociedade civil, um conjunto de ações multissetoriais para melhorar sua qualidade de vida e adaptar a cidade para minimizar os efeitos das mudanças climáticas - como os impactos do aumento da temperatura de São Paulo.

As condições atmosféricas inapropriadas de São Paulo contribuem para aumento da poluição, desconforto térmico e aumento das amplitudes térmicas diárias (diferença entre temperatura máxima e mínima), causando impactos negativos para a promoção da saúde humana adequada, especialmente de crianças, idosos, mulheres grávidas, cardíacos e asmáticos. Seus efeitos podem ser percebidos através dos diversos sintomas clínicos e incômodos, chegando a influir na elevação do número de mortes.

Na região central, por exemplo, a capacidade térmica das áreas cobertas por edifício e pavimentação é maior (a pavimentação irradia 50% a mais de calor do que superfícies cobertas por vegetação) e a circulação do ar é menor. Essas condições formam ilhas de calor, intensificadas sob condições de inversão térmica. Há maior risco de mortes por doenças cardiovasculares e respiratórias em áreas nas quais a ilha de calor provoca maior aumento da temperatura.¹

Se previsões sobre aumento das enchentes se confirmarem (ver pág. xxx), doenças infecciosas transmitidas pela água (parasitoses intestinais, hepatites virais, leptospirose e viroses) têm chances de tornarem-se mais frequentes, caso as condições de saneamento básico não sejam melhoradas.

As chuvas, se mais intensas, também criam condições favoráveis para aumento da quantidade de mosquitos transmissores de doenças, como a dengue.

A elevação da temperatura para além da zona de conforto térmico (24°C) pode provocar alterações no sono, na pressão arterial, no nível de estresse e na regulação do sistema endócrino.

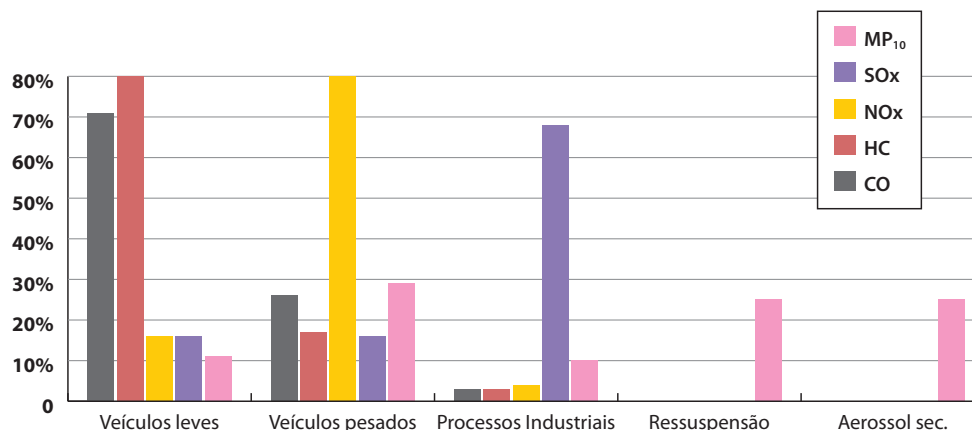
Diante deste diagnóstico, quais medidas precisam ser promovidas para se ter condições climáticas adequadas à vida na cidade, em 2022, no contexto da tendência de aumento da temperatura local e dos reflexos do aquecimento global? Atenção especial deve ser dada à variabilidade climática oriundas dos microclimas existentes em São Paulo.

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DO USO DO TRANSPORTE COLETIVO, BASEADO EM ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

Uma das propostas que pode contribuir para aliviar os efeitos das mudanças climáticas é aumentar a participação do uso do transporte coletivo, baseado em energia limpa e renovável, alternativa à utilização do carro individual, para diminuir a poluição do ar e os efeitos dos gases de efeito estufa.

¹ VULNERABILIDADES DAS MEGACIDADES BRASILEIRAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, SUMÁRIO EXECUTIVO, INPE/UNICAMP/USP/IPT/UNESP-RIO CLARO. JUNHO DE 2010.

GRÁFICO 2. EMISSÕES RELATIVAS DE POLUENTES POR TIPO DE FONTE
Estado de São Paulo – 2009



Extraído de: Relatório da qualidade do ar no Estado de São Paulo 2009. São Paulo: Cetesb, 2010. p. 89

O número de veículos particulares nas ruas da Região Metropolitana de São Paulo é de aproximadamente 5,7 milhões, que corresponde a 21% da frota nacional. Nas ruas, praças e avenidas da capital paulista, circulam em torno de 3 milhões de veículos por dia. Juntos, indústrias e veículos são responsáveis pelo lançamento diário de 6.575 toneladas de poluentes atmosféricos. Isso equivale a 2.400.000 t/ano. Atualmente, os veículos automotores são responsáveis por 40% das emissões de particulados e 31% do dióxido de enxofre (SO₂).²

MOBILIDADE

Com esse padrão de concentração de automotores na cidade, a mobilidade urbana, a qualidade do ar e do som e a saúde mental do cidadão ficam severamente prejudicadas. Frustrado e estressado, o paulistano se vê obrigado a passar muitas horas do seu dia no trânsito,

POLUIÇÃO DO AR EM SÃO PAULO

Material particulado é um conjunto de poluentes constituído de poeira, fumaça e todo tipo de material sólido e líquido que se mantém suspenso na atmosfera, em função do seu pequeno tamanho. Suas principais fontes geradoras são: veículos automotores, processos industriais, queima de biomassa, ressuspensão de poeira do solo. A fumaça e o óxido nítrico (NO₂) estão associados ao material particulado suspenso na atmosfera proveniente dos processos de combustão. Apesar da distribuição desigual da concentração desses poluentes na atmosfera da cidade, com localidades em melhores e piores condições, de forma geral, a maior parte de São Paulo está com níveis de materiais particulados superiores ao limite considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

² VULNERABILIDADES DAS MEGACIDADES BRASILEIRAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, SUMÁRIO EXECUTIVO, INPE/UNICAMP/USP/IPT/UNESP-RIO CLARO. JUNHO DE 2010.

quando poderia estar com a família, os amigos, em uma atividade de lazer ou relaxamento pós-trabalho ou pós-estudo.

Segundo pesquisa sobre mobilidade urbana realizada pela **Rede Nossa São Paulo**, o tempo médio perdido no trânsito por quem mora na cidade é de 2 horas e 42 minutos por dia. Quando a maioria dos habitantes depende ou insiste em utilizar seu carro para se locomover, a cidade fica doente. Aumenta o número de pessoas com doenças respiratórias como consequência da poluição do ar. Também crescem os que sofrem com doenças circulatórias e com as intervenções ortopédicas decorrentes do período prolongado despendido no tráfego, com o motorista na mesma posição, realizando poucos movimentos. Multiplicam-se os acidentes de trânsito.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2004, três mil mortes diárias, das quais 90% delas aconteceram nos países pobres, foram ocasionadas por causa do uso do carro individual³. Além disso, no país, o carro ainda convive mal com pedestres, bicicletas e transporte coletivo. Obriga as pessoas a se protegerem dos fluxos contínuos de veículos, que ocupam os espaços públicos, e da falta de educação no trânsito por parte dos motoristas. Também não se pode esquecer que há problemas de educação de trânsito por parte dos pedestres, que não utilizam as faixas de pedestres. Ir para o trabalho a pé ou de bicicleta faz bem para a saúde física e mental: combate doenças do coração, a obesidade, faz as pessoas se encontrarem mais, se enxergarem, se socializarem, dentre outros inúmeros benefícios.

É inteligente aproveitar espaços disponibilizados pela infraestrutura dos meios de transporte para lazer e entretenimento, como, por exemplo, utilizando áreas livres do metrô e do sistema ferroviário para exposições e apresentações artísticas e culturais, tornando essas modalidades de transporte mais atrativas.

O metrô de São Paulo já adota esta prática em alguma medida, mas poderia fazer mais. Uma programação artística ao longo da noite ou dos horários de pico de demanda, ainda que em poucas estações selecionadas, pode melhorar o fluxo e a qualidade da viagem. Enquanto algumas não podem esperar, outras aproveitam um espetáculo e retornam mais tarde para suas residências, deixando os trens menos cheios.

Deve-se mudar a concepção do deslocamento urbano. Hoje há preferência das classes de maior renda de recorrer ao carro todos os dias. A atuação do setor público pode ajudar

JÁ FOI FEITO

ALUGUEL DE BICICLETA EM PARIS

O programa municipal de aluguel de bicicletas de Paris, na França, com oferta de 20,6 mil delas, registrou nos dois primeiros anos de funcionamento 48 milhões de viagens feitas. Associado a outras medidas (linhas expressas para ônibus, melhoria do tráfego da periferia para o centro etc.), Paris assumiu compromisso de cortar em 40% as emissões de carbono até 2020.

³ ATLAS DO MEIO AMBIENTE, LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2008.

JÁ FOI FEITO**TÁXI HÍBRIDO
EM SÃO FRANCISCO**

Na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, os táxis amarelos se transformaram em verdes. Hoje, mais da metade dos táxis é híbrido ou utiliza gás natural como combustível. A cidade aprovou lei dando às companhias de táxis quatro anos (até 2012) para reduzir emissões de gases em 20% em relação aos níveis de 1990. Com essa medida, o consumo de gasolina e petróleo foi reduzido em aproximadamente 11 milhões de litros por ano e as emissões de gases tiveram queda de 35 mil toneladas ao ano, o equivalente a tirar aproximadamente 4.700 carros das ruas.*

* REDE NOSSA SÃO PAULO & REDE SOCIAL
BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS
E SUSTENTÁVEIS, 2010.

a mudar essa mentalidade. Se esta parcela da população reduzir o uso do carro como meio de locomoção prioritário, a quantidade de veículos nas ruas diminui, reduzindo o tempo de locomoção e contribuindo para redução das emissões de gases de efeito estufa.

O transporte mundial consome 26% da energia total do planeta, ou seja, 1,97 milhão de toneladas equivalente de petróleo, energia não limpa, principal contribuinte para o aquecimento global. A média mundial do consumo por habitante é 0,32 toneladas equivalente de petróleo.⁴

AS VANTAGENS DA BICICLETA

A bicicleta tem muitos atrativos como forma de transporte pessoal: alivia congestionamento, diminui poluição do ar, faz bem para a saúde e é excelente para redução das emissões de carbono.

Dentre outras medidas, a prefeitura pode valer-se de mecanismos fiscais como, por exemplo, taxar o uso excessivo do veículo particular e/ou incentivar a utilização de veículos que consumam energia “limpa” (veículos flex e movidos exclusivamente a álcool ou outras fontes de energias renováveis).

São Paulo está inovando também. Hoje, o primeiro ônibus movido a hidrogênio da América Latina circula no corredor metropolitano São Mateus – Jabaquara. Fabricado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), o ônibus tem emissão zero de poluentes, liberando para atmosfera apenas vapor d’água. Essa medida precisa ser multiplicada: espera-se que em 2022 todos os ônibus sejam movidos a hidrogênio ou outra fonte de energia não poluente ou renovável.

**QUE TODOS OS ÔNIBUS
SEJAM MOVIDOS A
HIDROGÊNIO OU OUTRA
FONTE DE ENERGIA
NÃO POLUENTE OU
RENOVÁVEL**

Deslocar e se locomover faz parte do cotidiano da vida. As cidades precisam ser projetadas para pessoas e não para automóveis. Todavia, esse desafio não é só governamental, mas depende também da conscientização e mobilização dos moradores da cidade. O ideal é que todos estejam envolvidos nas ações e se comprometam com metas, mudança de mentalidade das pessoas que pensam que São Paulo não deve ser uma moradia de automóveis.

⁴ ATLAS DO MEIO AMBIENTE, LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2008.

Por que não instaurar uma economia da comunhão, oferecendo caronas a colegas ou compartilhando táxis, como já acontece em muitas cidades? Isso estimula a formação de laços mais afetivos de sociabilidade e diminui congestionamentos. Nesse sentido, propõe-se que até o ano de 2022 seja implantado sistema de carona solidária dentro do setor público municipal.

PROPÕE-SE QUE ATÉ O ANO DE 2022 SEJA IMPLANTADO SISTEMA DE CARONA SOLIDÁRIA DENTRO DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Por que não abandonar a percepção do carro como símbolo de status, depositário de modas e fantasias, em detrimento de outra compreensão que privilegia a defesa da saúde da cidade e dos seus residentes? Há um dado que salta aos olhos na cidade de São Paulo: bicicleta e carro apresentam velocidades urbanas sensivelmente iguais, de 18 km/h⁵.

A bicicleta tem muitos atrativos como forma de transporte pessoal. Além de aliviar o congestionamento e diminuir a poluição do ar, ela reduz a obesidade, melhora a forma física, não emite dióxido de carbono que prejudica o clima e é acessível, em termos de custo, a milhões de pessoas que não podem ter um carro.

Seis bicicletas podem, normalmente, caber no espaço de rua utilizado por um carro. Para estacionar, a vantagem é ainda maior, pois 20 bicicletas ocupam o espaço de estacionamento de apenas um carro.

A bicicleta não é apenas um meio flexível de transporte. É também o jeito ideal de restaurar o equilíbrio entre as necessidades fisiológicas para o bem estar e os gastos calóricos. Exercícios regulares, como aquele feito na bicicleta da casa ao trabalho, reduzem doenças cardiovasculares, osteoporose, artrite, além de reforçar o sistema imunológico. Poucos métodos de redução das emissões de carbono são tão efetivos quanto substituir um carro por uma bicicleta em viagens curtas⁶.

O **Sistema Ciclovitário do Município de São Paulo (Siclo)** tem por diretrizes gerais: (a) aperfeiçoar e ampliar a infraestrutura ciclovitária, (b) implantar medidas necessárias à inserção da bicicleta no sistema viário de circulação, (c) promover melhoria da qualidade ambiental e urbanística do município, (d) ampliar acessibilidade e mobilidade da , reduzindo o uso do transporte motorizado, (e) promover o desenvolvimento sustentável.

O Sistema prevê ampliação da infraestrutura ciclovitária por meio de construção de ciclovias em vias públicas, terrenos marginais às linhas férreas e rodovias, margens de cursos d'água, parques e espaços naturais e a implantação de estacionamento de bicicletas nos terminais de ônibus, de trens, de metrô ou qualquer outro terminal de transporte coletivo público, bem como prédios, vias e logradouros públicos. Por em ação o que o Siclo propõe é uma forma de incentivar e facilitar à adesão da bicicleta como transporte individual.

⁵ ATLAS DO MEIO AMBIENTE, LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2008.

⁶ BROWN, L. PLANO B 4.0. MOBILIZAÇÃO PARA SALVAR A CIVILIZAÇÃO. SÃO PAULO: NEW CONTENT EDITORA E PRODUTORA, 2009.

EVENTOS EXTREMOS

Como o planeta Terra é um corpo único, com todas as partes ou territórios interligados, o que acontece numa região pode afetar sistemicamente outros lugares, às vezes, até os muito distantes. No tocante aos efeitos climáticos, o estilo de vida, principalmente o dos países desenvolvidos, com seu padrão de emissão de gases de efeito estufa das cidades, contribui para as mudanças climáticas e para o aquecimento global. Nas megacidades, como São Paulo, a predominância do transporte motorizado individual é a grande vilã. Esse perfil de mobilidade urbana precisa ser modificado por duas razões principais: colaborar para o equilíbrio dos ecossistemas do planeta e contribuir para se obter condições climáticas locais para uma vida saudável.

Os eventos climáticos extremos, segundo alguns especialistas, atribuídos ao aquecimento global, têm aumentado em frequência e intensidade nas megacidades. Grande desafio do planejamento urbano atual será adaptar as cidades para sentir de forma mais amena os eventos extremos, o que significa prevenir perdas econômicas e de vidas. No caso da cidade de São Paulo, os dados sugerem que a dinâmica urbana ocorrida nas últimas décadas tem influenciado as mudanças climáticas locais, com formação das ilhas de calor.

As chuvas em São Paulo estão mudando. São Paulo está deixando de ser a “cidade da garoa” para ser a “cidade do toró”. Recente pesquisa intitulada *Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas Globais: Região Metropolitana de São Paulo* traz estimativa de que entre 2070 e 2100 poderá ocorrer elevação média na temperatura da região de 2°C a 3°C, podendo dobrar o número de dias com chuvas intensas (acima de 10 milímetros) na capital paulista.

Segundo esse estudo, totais de chuva acima de 30 mm em um dia têm potencial para causar enchentes e inundações graves. Totais de chuvas acima de 50 mm/dia, praticamente inexistentes antes da década de 1950, passaram a ocorrer de duas a cinco vezes por ano na cidade de São Paulo e devem aumentar sua frequência nas próximas décadas.

A crescente urbanização ocorrida nas periferias da capital paulista concomitantemente com mudanças climáticas na região do entorno da cidade de São Paulo projetam que eventos com grandes volumes de precipitações pluviométricas irão ocorrer com mais frequência no futuro, abarcando cada vez uma área geográfica maior.

Há probabilidade de existir não só aumento da quantidade de enchentes e inundações, mas de enxurradas com alto potencial de arraste, alagamentos e escorregamentos em massa das encostas. Cenários de risco hidrológico dessa natureza expõem as pessoas e seus bens a condições de alto risco⁷.

São Paulo precisa se planejar para amenizar os efeitos dos eventos extremos na cidade. Propor medidas que contribuam para diminuir a propagação das doenças hídricas

⁷ NOBRE ET AL, 2010.

decorrentes das enchentes e daquelas transmitidas por mosquitos, que com a elevação da temperatura têm seu ciclo de reprodução abreviado.

A pesquisa alerta, por exemplo, que com o aumento de precipitações mais intensas, os reservatórios de detenção (piscinões) sofrerão sérios danos se não forem projetados com dispositivos que dificultem a entrada dos sedimentos de fundo e do lixo⁸.

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) feito após o final do verão do período 2009/2010, com uma amostra de 478 empresas, revelou que os impactos econômicos das chuvas fortes significaram, a cada mês chuvoso, uma perda na atividade industrial paulista de R\$ 1,3 bilhão e, quando ocorrem enchentes, o prejuízo mensal é de R\$ 2,1 bilhões, totalizando prejuízos por mês de R\$ 3,4 bilhões.

Essas perdas ocorreram, segundo os entrevistados, devido ao atraso na entrega de produtos, a ausência ou atraso de funcionários e colaboradores no trabalho. Para 39% das empresas, as chuvas no verão acarretam dificuldades no transporte de produtos e provocam atrasos nas entregas. Para quase um quarto da amostra pesquisada, o maior problema foi o atraso ou a falta das pessoas no trabalho, o que dificultou o bom andamento das atividades das empresas.

Esses fenômenos afetam todos os portes de empresas: nas menores, segundo os dados coletados, as perdas médias equivaleram a 7,1% de seu faturamento; nas médias, redução de 5,5% nas receitas e nas empresas grandes, uma média de 4,5% de redução do faturamento.⁹

São Paulo adotou uma medida importantíssima que ajuda a enfrentar os efeitos do aquecimento global. Elaborou uma Política de Mudanças Climáticas própria, definindo e estabelecendo a colaboração de todos os órgãos municipais com objetivo de minimizar as emissões de gases de efeito estufa. O desafio é aglutinar esforços e não deixar a união dessas forças se dissipar no tempo.

Especificamente em relação às medidas associadas ao aumento da intensidade e frequência das enchentes, o estudo coordenado por Carlos Nobre aponta a importância da experiência recente dos Parques Lineares.

Segundo o estudo, os parques lineares contribuem para melhorar a permeabilidade do solo, minimizando enchentes, além de proteger cursos d'água ainda não canalizados. Isso porque, enquanto o orvalho e a chuva dependem do clima da região, o escoamento das águas do sistema hídrico depende do tipo de solo, relevo e presença de vegetação.

Outro exemplo de medida que pode ser adotada é a experiência recente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do estado de São Paulo de alerta sobre as enchentes. Em dezembro de 2010, colocou em teste um sistema de alerta sobre possi-

⁸ VER PÁG. XXX, REMISSÃO PARA PARTE DE RESÍDUOS QUE TRATA DO TEMA.

⁹ IG ECONOMIA, 2011.

bilidade de transbordamento de rios por meio de mensagens via celular (SMS). O primeiro cadastro foi feito pessoalmente por agentes do DAEE, contando com um registro de 200 e 300 pessoas, respectivamente dos córregos Zavuvus e Meninos, na zona sul da capital paulista.

Nem todos os moradores locais são cadastrados, mas uma parcela recebe o aviso e é responsável por difundir aos vizinhos. Esse sistema de alerta encontra-se em fase inicial, mas a meta é que 3.000 pessoas estejam cadastradas para o monitoramento de 10 rios: Meninos, Zavuvus, Três Pontes, Couros, Ribeirão Vermelho, Pirajussara, Juqueri, Oratório, Tamanduteí e Aricanduva. Além da população, também são avisados órgãos como a Defesa Civil estadual, o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), a Central de Zeladorias e o Centro de Controle Operacional Integrado, que tem serviços de monitoramento por imagens da cidade de São Paulo.

Sistemas de alerta são úteis para prevenir desastres ambientais ocasionados pelas chuvas intensas. Considera-se esse sistema um instrumento importante para integrar a ação estratégica composta por medidas de adaptação aos eventos climáticos extremos. Ele deve ser ampliado na cidade de São Paulo, assim como explorar a interação com outras mídias, como o Twitter e outras redes sociais.

As áreas mais vulneráveis economicamente devem ser foco prioritário dos sistemas de alerta. Estudos internacionais mostram que a capacidade de uma comunidade enfrentar adversidades oriundas de desastres ambientais é muito variada e depende de alguns fatores como a qualidade da infraestrutura local e a capacidade institucional das autoridades locais para coordenação e enfrentamento dos desastres. Haiti e Chile são exemplos da disparidade dos efeitos. Afetados por terremotos de níveis semelhantes, o número de vítimas foi muito diferente entre os países.

A população pobre da cidade de São Paulo, quando afetada por eventos climáticos extremos, tem menores condições de lidar com as consequências dos desastres ambientais, principalmente enchentes e deslizamentos de encostas e morros. Suas casas, por terem condições precárias, podem não resistir adequadamente aos impactos. As famílias podem ter grandes dificuldades para reconstruir sua vida material e emocional quando sua casa é destruída pelas enchentes ou algum familiar perde a vida. Também ficam expostas a doenças que aumentam a probabilidade de ocorrência pós-enchentes.

JÁ FOI FEITO

GESTÃO DE RISCOS EM MARSELHA

A cidade de Marselha, na França, é um bom exemplo de como a política de prevenção e gestão de riscos deve funcionar. Baseou sua política no uso de informações e indicadores georreferenciados por meio de sistema cartográfico. A informação chega ao governo local, seus principais colaboradores e a todos os agentes implicados, de forma que possam utilizá-la. O sistema cobre não só a área de riscos naturais, como também riscos tecnológicos, riscos urbanos e riscos sociais. Como consequência, o planejamento e legislação do uso do solo e planejamento e gestão ambiental têm sido norteados por informações desse sistema.*

* REDE NOSSA SÃO PAULO & REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS, 2010.

JÁ FOI FEITO	ALERTA EM AREAL (RJ) EVITOU MORTES
<p>O episódio das enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, revelou experiência que deve ser reconhecida. O prefeito de Areal telefonou para municípios rio acima de sua cidade e descobriu que a água já tomava as áreas urbanas. Diante da informação, colocou o carro de som da prefeitura para circular com um "Alerta Máximo". O anúncio da chuva forte antecedeu em duas horas a chegada da enxurrada à cidade. Os moradores tiveram a chance de se abrigar em localidades mais seguras. Resultado:</p>	<p>foram oitenta casas destruídas, 300 desabrigados, muitos prejuízos materiais, mas ninguém morreu, como ocorreu nos municípios vizinhos. Sistemas de alerta funcionam. As pessoas preservam suas vidas e se protegem. Caso houvesse esse tipo de procedimento e também centrais de emergências plenamente capacitadas, o total de vítimas nessa área do Rio de Janeiro e de outras cidades que sofrem com as chuvas intensas do verão de 2010/2011 poderia ter sido muito menor.</p>

Como proposta para melhoria da gestão da cidade de São Paulo, deve-se **investir recursos para aperfeiçoar a atuação da Defesa Civil e dinamizar o CGE**, tal como ocorre em países desenvolvidos (Japão, Chile, dentre outros). Os investimentos e recursos devem ser focados em aquisição de **novas tecnologias, capacitação de equipes, planejamento**, além do principal, construção de integração e coordenação entre órgãos de todas as esferas públicas e sociedade civil para enfrentar as adversidades dos eventos climáticos e evitar prejuízos materiais e de vida.

Tal estrutura deve propiciar apoio para populações mais vulneráveis social e economicamente, que ocupam áreas de riscos, para enfrentamento dos efeitos dos desastres naturais. Por exemplo, chuvas extremas que podem causar enchentes nos fundos de vale e deslizamentos de encostas e morros. Assim, em 2022 a cidade de São Paulo deve ter uma eficiente Central de Emergências, para enfrentar enchentes e outros eventos naturais, com todo aparato tecnológico e condições financeiras e operacionais para auxiliar famílias que sofrem com problemas como chuvas intensas impactantes sobre suas moradias e vidas.

CHUVA E CALOR

A cidade de São Paulo, com as mudanças climáticas que estão ocorrendo, irá sofrer com o aumento da quantidade e intensidade das chuvas, mas também com elevação da temperatura, que nas últimas décadas só tem aumentado. Em 1887, a temperatura média era em torno de 17,5°C, mas já atingiu valor superior a 21,0°C, em 2002.

EM 2022, A CIDADE DE SÃO PAULO DEVE TER UMA EFICIENTE CENTRAL DE EMERGÊNCIAS, PARA ENFRENTAR ENCHENTES E OUTROS EVENTOS NATURAIS, COM TODO APARATO TECNOLÓGICO E CONDIÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS PARA AUXILIAR FAMÍLIAS QUE SOFREM COM PROBLEMAS COMO CHUVAS INTENSAS IMPACTANTES SOBRE SUAS MORADIAS E VIDAS

Enfermidades relacionadas com calor elevado, como desidratação, agravamento de doenças crônicas, alergias, doenças oculares etc., que afetam mais as crianças, os idosos e as pessoas obesas, precisarão receber maior atenção da saúde pública municipal já num futuro bem próximo.

Outras cidades brasileiras serão afetadas por cenário similar, no entanto, São Paulo tem uma característica peculiar. A elevação da temperatura será sentida de formas distintas pelas diferentes localidades da cidade, consequência do fato de que possui 77 microclimas diferentes.

O estudo do registro das temperaturas máximas e mínimas diárias de três estações meteorológicas situadas em diferentes pontos da cidade, mostrou que as do Mirante de Santana, na Zona Norte, e do IAG-USP, na Zona Oeste, localizam-se em áreas abertas e cobertas por vegetação. A estação Parque Dom Pedro, localizada no centro da cidade, entre os distritos de Sé e Brás, caracteriza-se pela falta de vegetação somada à elevada poluição do ar, provocada pelo intenso tráfego de veículos na região. Verificou-se que a estação Parque Dom Pedro registrou temperaturas máximas de 2°C a 4°C mais elevadas que as das outras duas estações e temperaturas mínimas de 7°C a 8°C mais altas.

O estudo também verificou a correlação entre ilhas de calor e mortalidade. Constatou que há maior risco de mortes por doenças cardiovasculares e respiratórias em áreas em que a ilha de calor é mais intensa. O fato é que o efeito de uma elevação de 1°C em um bairro onde a temperatura média é de 19°C é completamente distinto do efeito da mesma elevação em um bairro com temperatura média de 21°C, com distintas consequências para a saúde das pessoas.

É NECESSÁRIO
REDUZIR AS
DESIGUALDADES
E VARIABILIDADES
CLIMÁTICAS

A variabilidade climática da cidade não se restringe a diferenças decorrentes apenas entre as características dos bairros: intensidade do tráfego, cobertura vegetal, tipo de construção civil predominante – prédios altos ou casas – etc. Também a qualidade da construção afeta a temperatura dos ambientes internos dos imóveis e influi na sensação térmica percebida pelas pessoas. Construções precárias, mal ventiladas e sem isolamento térmico são mais vulneráveis às mudanças climáticas. Em domicílios com estas características, problemas de saúde ocasionados pela elevação de temperatura poderão ser mais frequentes vis-à-vis domicílios com melhores condições de moradia, caso não sejam utilizados mecanismos ativos de conforto térmico, como, por exemplo, aparelhos de ar condicionado ou ventiladores.

Na adaptação e mitigação às mudanças climáticas, a cidade de São Paulo tem que ter em mente que a redução das desigualdades e variabilidades climáticas é necessária!

Foi visto que questão crucial à política municipal de mudanças climáticas de São Paulo é a redução das variabilidades das temperaturas máximas e das amplitudes de temperatura dentro da cidade. Como amenizar os efeitos das mudanças climáticas, que são sentidos de forma diferenciada ao longo da cidade?

Uma das formas mais eficazes e baratas de reduzir esses efeitos é **plantando árvores e criando áreas verdes na cidade**. Em São Paulo, a diferença de temperatura entre uma rua

arborizada e uma sem árvores dentro de um mesmo bairro (numa mesma altitude) pode chegar a $2,5^{\circ}\text{C}^{10}$. Isso porque, quando várias ruas de uma mesma localidade têm poucas árvores, em comparação à quantidade do cimento e asfalto, o efeito do calor se amplifica. Em alguns casos, se a falta de árvores é muito grande, pode ser considerado um fator contribuinte para formação de ilha de calor.

Com a escassez de áreas verdes, a energia solar, que deveria ser absorvida e consumida pela vegetação na fotossíntese, aquece o asfalto e o concreto, elevando a temperatura. A água evapora mais depressa intensificando o regime de chuvas. Aumentar as áreas verdes e conter a mancha urbana são medidas que contribuem para que não se originem ilhas de calor.

Ruas arborizadas contribuem em vários aspectos para condições climáticas adequadas. São mais agradáveis para se andar a pé, reduzindo uso dos automóveis, que emitem gases causadores do efeito estufa. Em dias de precipitação forte, as copas das árvores amenizam o impacto da chuva, retardando e diminuindo o volume de água que escoam para o sistema pluvial. Portanto, árvores ajudam a minimizar efeitos das enchentes, que têm tendência de aumento em quantidade e intensidade com as mudanças climáticas e o aquecimento global. As árvores purificam o ar da cidade, limpando um pouco da poluição. Melhoram o microclima através do sombreamento.

AUMENTAR AS ÁREAS VERDES E CONTER A MANCHA URBANA SÃO MEDIDAS QUE CONTRIBUEM PARA QUE NÃO SE ORIGINEM ILHAS DE CALOR

Outro papel importante da arborização das cidades é seu valor estético e para o convívio social. Faz bem para as pessoas sentir os aromas das flores e ouvir o som do vento batendo nas folhas. As árvores favorecem os encontros das pessoas, a recreação, a integração com a natureza.

Nos últimos anos a cidade está melhorando em termos de arborização. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente criou o Programa de Arborização Urbana, responsável pelo salto de patamar de 20.000 árvores/ano plantadas registradas nos últimos governos para 170.000 árvores/ano. Também está incrementando o número de parques na cidade, através do Programa 100 Parques. Existiam 34 parques municipais em 2005 (15 milhões de m^2), que foram aumentados para 60 no final de 2008 (24 milhões de m^2) e a meta é ter um total de 100 parques e 50 milhões de m^2 de áreas verdes municipais até 2012¹¹.

Os parques públicos fazem bem para o meio ambiente de forma geral, ajudam a equilibrar o clima local e, conforme lembrado pelo prefeito Enrique Peñalosa, da cidade de Bogotá, promovem a democracia na cidade.

Os parques públicos e as áreas verdes na cidade também favorecem o exercício da cidadania, ao passo que as pessoas valorizam, respeitam e cuidam dos bens naturais comuns e ao mesmo tempo desfrutam de seus benefícios, promovendo saúde e bem-estar social.

¹¹ ECOLNEWS, 2010.

¹² MALAGOLI, BAJESTEIRO, WHATELY, 2008.

JÁ FOI FEITO

STUTTGART E GUARULHOS
INVESTEM EM ÁREAS VERDES

A cidade de Stuttgart, na Alemanha, possui experiência interessante com política de áreas verdes. Desde 1938, a legislação de Stuttgart proíbe a obstrução do fluxo de ar que entra na cidade a partir das encostas do seu entorno. Tem planejamento estratégico climático visto como um dos melhores exemplos de gestão de ilhas de calor em todo o mundo.

Mais de 60% da cidade está coberta de árvores e plantas. A paisagem e a topografia da região são utilizadas para garantir ambiente atrativo e confortável para os moradores da cidade. Dessa forma, a aplicação correta de “infraestrutura verde” foi usada para combater o efeito de ilhas de calor urbanas e beneficiou o meio ambiente, contribuindo para melhorar a qualidade do ar e preservar também a biodiversidade.

Outra iniciativa local exemplar de combate aos efeitos das mudanças climáticas e do aquecimento global, mundialmente reconhecido pela Unesco, é o Ilhas Verdes de Guarulhos. O programa é uma iniciativa público-privada

financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e desenvolvida pelo Laboratório de Geoprocessamento da Universidade de Guarulhos, em parceria com a prefeitura municipal. Tem por objetivo minimizar efeitos das mudanças climáticas com a arborização urbana.

Em pouco tempo, um ano, o programa virou lei (Lei 6.551, de agosto de 2009) e suas ações são baseadas em mapas termais, o que potencializa os efeitos positivos no município. As árvores plantadas recebem manutenção e cuidado contínuo durante dois anos, até que se tornem fortes o suficiente para resistirem às agressões do tempo e dos homens. Elas são adubadas, regadas e substituídas caso haja necessidade.

A ideia é que cada árvore plantada funcione como um ar-condicionado natural, cinco vezes mais potente que um ar-condicionado comum ligado ininterruptamente por 24 horas. A arborização é, portanto, um excelente instrumento para prevenir e amenizar as ilhas de calor.

Diferente do que parece, a cidade de São Paulo mais verde do que se imagina! Cerca de 40% de seu território ainda possui áreas com vegetação natural. Sob esta cobertura vegetal, a cidade possui biodiversidade impensável pelo paulistano: mais de 2.000 espécies de flora terrestre, 416 espécies de aranha, 410 espécies de aves, 75 espécies de anfíbios, 92 espécies de mamíferos.

A falta de informação, as distâncias e as poucas alternativas de transporte coletivo para pontos de turismo ecológico contribuem para a pouca familiaridade dos paulistanos com a natureza da Cidade de São Paulo.

Frequentar parques públicos verdes é uma forma de conectar o “Homem Bicho” com uma parte do que é o seu habitat, a natureza. Mas a prefeitura precisa fazer a sua parte: garantir o fácil acesso da população aos parques, **umentando a oferta em todas as partes da cidade**. Garantir equipamentos públicos de qualidade é uma pré-condição. Não basta só inaugurar novos parques. Tem que fazer a manutenção adequada.

Sejam árvores plantadas ao longo das ruas, sejam áreas verdes nos espaços públicos de lazer, sejam espécies de flora nativa preservadas, sejam vegetações de Áreas de Ma-

nanciais e de Proteção Ambiental (Capivari-Monos, Bororé-Colônia, Fazenda do Carmo e Cratera de Colônia), todas são promotoras de serviços ambientais para a cidade, essenciais para preservação e manutenção da biodiversidade.

São “serviços” que proporcionam conforto térmico, elemento essencial para amenizar os efeitos das mudanças climáticas. Auxiliam na renovação dos recursos hídricos em seu ciclo, influenciando e contribuindo para a boa qualidade da água que chega às casas. Garantem abrigo aos pássaros e outras variedades de animais, o que influencia positivamente para o equilíbrio das cadeias alimentares e das pragas e agentes vetores de doenças. Em suma, promovem bem-estar e qualidade de vida para a população e colaboram para a manutenção da vida nos diversos ecossistemas.

Sendo assim, a arborização e formação de áreas verdes devem ser diretrizes da política municipal e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente deve dinamizar e dar continuidade ao Programa de Arborização Urbana. Só não pode esquecer que não basta plantar. É preciso ver o filho crescer. Tal como as árvores, precisa-se criar raízes para que haja condições para uma longevidade saudável para a cidade de São Paulo.

As árvores mais antigas e as que acabaram de nascer demandam, nessas fases, cuidado adicional e especial para sua sobrevivência na cidade. Dentre algumas atenções essenciais, têm-se as podas de correção, adubação e remoção de vegetação parasita. Evitar o uso desnecessário da poda drástica e da poda de rebaixamento, que acabam com o formato da copa e comprometem a estabilidade da árvore. Não cimentar o colo da árvore. Isso prejudica a saúde do tronco e das raízes. A adequação do canteiro da árvore é outro item importante, pois melhora a permeabilidade do solo e o acesso à água pelas raízes.

Espera-se que, em 2022, todas as quadras ou quarteirões da cidade tenham árvores e áreas verdes. Isso significa que o Programa de Arborização Urbana, juntamente com outras iniciativas similares, deve ser instrumento para que se alcance essa meta. Não podem ser apenas os bairros mais ricos os arborizados. Tem que ser todas as ruas da cidade. Vale lembrar que arborizar é uma prática contínua que envolve o ciclo completo da planta. Semear, fazer crescer, fazer viver por muitos anos. O que também contribui para a disseminação da cultura “do cuidar”, que os moradores devem desenvolver nesta cidade em que vivem.

Não menos importante, é o potencial da agricultura urbana. A cidade de São Paulo, por intermédio do Programa de Agricultura Urbana, sob coordenação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, implantou

“A alta qualidade do espaço público para pedestres em geral e os parques em particular são evidências da verdadeira democracia em serviço”. “Parques e espaços públicos também são importantes para uma sociedade democrática porque consistem nos únicos locais onde as pessoas se encontram de igual para igual... Em uma cidade, parques são tão essenciais à saúde física e emocional quanto o fornecimento de água”.

DEPOIMENTO DO PREFEITO ENRIQUE PEÑALOSA, ARTICULADOR DE MEDIDAS QUE REVOLUCIONARAM O USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE

MICROCLIMAS PAULISTANOS

O mosaico dos microclimas de São Paulo reflete uma urbanização e ocupação do solo que foi desigual, que pode ser observada pelo Mapa das Unidades Climáticas Urbanas, do Atlas Ambiental do Município de São Paulo, produzido pelas secretarias municipais do Verde e do Meio Ambiente e do Planejamento. Foi concebido a partir da sobreposição no mapa dos climas naturais os dados de uso e ocupação do solo, informações sobre qualidade do ar, dados resultantes de medições de temperatura *in loco* e imagens de satélite do calor superficial. Fatores como: tipo dominante de construção (vertical ou horizontal), presença de bairros-jardins, predominância de comércio ou indústria, existência de importantes vias de tráfego, favelas, grandes parques ou áreas de proteção ambiental (APAs), foram utilizados como elementos diferenciadores para a definição das Unidades Climáticas. Assim, a cidade foi dividida em quatro grandes unidades climáticas: Unidade Climática Urbana

Central, Unidade Climática Urbana Periférica, Unidade Climática do Urbano Fragmentado, Unidade Climática Não Urbana. A partir destas quatro unidades, ocorreram as subdivisões.

Na Unidade Climática Urbana Central, os principais fatores condicionantes do clima são a densidade de prédios, carros e atividades econômicas. É dentro dela que estão as ilhas de calor.

Na Unidade Climática Urbana Periférica estão as regiões mais afastadas do centro, onde se concentram as favelas e os conjuntos habitacionais populares. Quem vive nesses locais enfrenta principalmente o desconforto térmico.

Na Unidade Climática do Urbano Fragmentado, a ocupação é rarefeita e frequentemente possui um clima mais frio e úmido.

Na Unidade Climática Não Urbana, também há predominância de um clima mais frio e úmido. Esta unidade é constituída apenas pela Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos.

um Núcleo de Agricultura Urbana na subprefeitura da Mooca e prevê a inauguração de mais em outras localidades. No Núcleo da Mooca, participam do cultivo da terra 12 mães cujos filhos são atendidos pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) e 15 portadores de necessidades especiais e problemas mentais do Centro de Convivência e Cooperativa da Mooca (Cecco).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) destaca os benefícios que a Agricultura Urbana pode propiciar para a cidade. Além dos serviços ambientais ofertados, que contribuem para o equilíbrio ecossistêmico, a agricultura urbana é uma atividade econômica competitiva que pode ser escolhida por inúmeros microempreendedores. Especialmente para pessoas com baixa escolaridade e pouco capital, a atividade é uma oportunidade para geração de emprego e renda e pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Antigos lotes desocupados, jardins e canteiros, que muitas vezes são depósitos de lixo, podem ser aproveitados para a prática da agricultura urbana. Uma diretriz relevante para São Paulo até o ano de 2022 é a ampliação dos Núcleos de Agricultura Urbana na cidade. Importantes para manutenção do equilíbrio ambiental, segurança alimentar e nutricional e inclusão social.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Conforme visto, a arborização e as áreas verdes trazem inúmeros benefícios para as cidades, contribuindo para a criação de condições climáticas adequadas e mitigadoras da elevação de temperatura. Também influencia no campo da construção civil (uso da ventilação natural, áreas verdes como amenizadoras de mudanças de temperatura), colaborando para menor consumo de energia elétrica e para deixar as residências, escritórios, ambientes em geral, com um clima mais agradável, sem necessidade de medidas ativas de conforto térmico. Mas não é só a arborização que pode promover benefícios ambientais, outras iniciativas no âmbito da construção civil reduzem a demanda energética, de água e de materiais de construção que são, em última instância, consumidores de recursos naturais.

Em relação à iluminação eficiente, por exemplo, a opção por lâmpadas compactas fluorescentes (CFLs) pode fazer enorme diferença quanto ao consumo de energia elétrica. Esse tipo de lâmpada consome 75% menos energia que as (ultrapassadas) incandescentes. A substituição pode reduzir em três quartos a eletricidade utilizada para a iluminação.

No dia 6 de janeiro de 2011, as Portarias 1007 e 1008 do Ministério das Minas e Energia determinaram que as lâmpadas incandescentes devem ser paulatinamente banidas, obedecendo uma programação progressiva que se inicia em 30/06/2012, com as lâmpadas acima de 151 watts e se completa em 30/06/2016, com as lâmpadas até 25 watts. Todavia, as portarias tratam apenas do marco regulatório. Caberá ao mercado a busca por alternativas tecnológicas para iluminação em larga escala e a preço acessível ao consumidor, de forma a banir o uso de lâmpadas incandescentes.

O Ministério de Minas e Energia estima que com a troca das lâmpadas incandescentes possa ocorrer economia de energia de 10 terawatt-hora (TWh) até 2030, o que representa o consumo de mais de seis milhões de residências.

Outro avanço em termos de iluminação é o diodo de emissão de luz (LED), que usa até 85% menos eletricidade do que o das lâmpadas incandescentes. Apesar de ainda ser uma tecnologia com alto custo inicial, devido à sua maior eficiência e durabilidade, traz resultados compensatórios em médio e longo prazos.

Objetivando economizar energia e para ser um incentivo na redução do custo unitário da lâmpada pelo mercado, até o ano de 2022 a prefeitura deverá ter conseguido trocar todas as lâmpadas usadas pela iluminação pública e pelos sinais de trânsito por tecnologia de diodo de emissão de luz (LED) ou outras de melhor ou igual resultado em termos de eficiência energética.

Do ponto de vista financeiro, tanto com a redução de custos de eletricidade quanto com a reposição, a economia posterior mais do que equilibra e ultrapassa o custo inicial de compra mais elevado. As lâmpadas LED duram 50 vezes mais que as incandescentes tradicionais.

É PRECISO TROCAR TODAS AS LÂMPADAS USADAS PELA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PELOS SINAIS DE TRÂNSITO POR TECNOLOGIA DE LED OU OUTRAS DE MELHOR OU IGUAL RESULTADO EM TERMOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Outra forma de economizar energia é apagar as luzes quando não estão em uso. Já há muitas tecnologias disponíveis no mercado para essa finalidade, como sensores de movimento que apagam as luzes em escritórios, salas de estar, banheiros, halls de entrada e escadas desocupadas. Os sensores e os dimmers podem ser usados também para maximizar o aproveitamento da luz do dia, reduzindo a intensidade da iluminação interna quando houver luz do sol.

Economiza-se energia, ainda, ao melhorar a eficiência dos aparelhos domésticos, por exemplo, das geladeiras. Incentivos através de impostos podem ser criados para encorajar a adoção de tecnologias energeticamente mais eficientes, especialmente pela população mais pobre com maior dificuldade em adquirir aparelhos domésticos de qualidade. O Selo Procel de Economia de Energia (Procel) é um instrumento importante para orientar a aquisição de eletrodomésticos com eficiência energética.

O Selo Procel foi criado em 1993 com o objetivo de orientar o consumidor, indicando os produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética em suas categorias, além de estimular a fabricação e a comercialização de equipamentos eletrodomésticos mais eficientes e competitivos, que minimizem os impactos ambientais.

Construir um prédio sustentável, também chamado de “prédio verde”, pode ficar bem mais em conta do que se imagina. Embora sua construção seja ligeiramente mais cara (estimada em 5%), esse tipo de edifício proporciona economia considerável de recursos, em geral de 30%, de acordo com conclusões do primeiro relatório do programa de eficiência energética em construções que o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (Cebeds) acaba de divulgar¹².

Uma importante conclusão desse relatório foi perceber que o próprio setor da construção civil pensa que os prédios verdes são mais caros do que realmente são. Para modificação dessa percepção, os esclarecimentos devem ser feitos pelos integrantes que dispõem de mais informações dentro da cadeia produtiva da construção, que podem ser os indutores da mudança cultural. Também a regulamentação e os incentivos que o setor governamental pode criar são fundamentais para estimular a construção sustentável.

JÁ FOI FEITO

NOVA YORK E LOS ANGELES ECONOMIZAM COM LED

A cidade de Nova York, nos Estados Unidos, substituiu lâmpadas tradicionais por LED em vários sinais de trânsito e baixou em US\$ 6 milhões sua conta anual de manutenção e eletricidade. Já na cidade americana de Los Angeles, a prefeitura substituiu 140 mil lâmpadas de rua por LED e economizou US\$ 48 milhões dos cidadãos pelos próximos sete anos. Esta última medida representa redução de emissões de carbono equivalente a retirar sete mil carros das estradas.

¹² WBCSD & BCSD PORTUGAL, 2010.

JÁ FOI FEITO	RIO DE JANEIRO SUBSTITUI ELETRODOMÉSTICOS INEFICIENTES
<p>Na cidade do Rio de Janeiro, vários serviços sociais passaram a ser ofertados e legalizados nas áreas de favelas, através da ação integrada das Unidades de Polícia Pacificadora Social (UPP Social). Se por um lado, o morador assume compromisso de começar a pagar sua conta de luz, há contrapartida da Light, concessionária que administra o fornecimento de energia elétrica na cidade, de doar lâmpadas e geladeiras mais eficientes. Novos refrigeradores com módulo econômico de energia são doados pela concessionária, como parte do programa Comunidade Eficiente.</p> <p>O programa ajuda a formalizar o sistema de energia elétrica do Rio de Janeiro e ainda faz bem para o meio ambiente e para o bolso dos moradores.</p> <p>Uma geladeira nova distribuída no âmbito desse programa consome 15,8 KWh por mês, ou seja, um custo de R\$ 5. Por outro lado, uma geladeira com 10 anos de uso e em mau estado de conservação consome 46 KWh por mês,</p>	<p>com custo de R\$ 15. Além da distribuição de geladeiras e lâmpadas, o programa dá dicas sobre uso eficiente de energia e promove reformas de instalações elétricas.</p> <p>A prefeitura de São Paulo poderia aproveitar os resultados positivos dessa iniciativa e propor programa semelhante em parceria com a Eletropaulo.</p> <p>Em termos de eficiência energética, o setor de construção civil pode colaborar na provisão de instalações prediais mais eficientes, que consomem menos energia. Uma simples reforma de um prédio velho e ineficiente pode reduzir o uso de energia, tendo como resultado um corte da conta entre 20% e 50%. Muitas cidades já aprenderam a importância dessa informação e elaboram regulação para o setor, com o objetivo de estimular construções mais sustentáveis em termos de eficiência energética, mas também de uma gama ampla de equipamentos, instalações e sistemas mitigadores que podem colaborar para a redução das emissões de gases de efeito estufa.</p>

Similarmente à iniciativa do governo estadual de São Paulo, que está discutindo (minuta de projeto de lei) a formatação de um programa estadual de construção civil de obras públicas sustentáveis, a prefeitura poderia adotar dentro de suas políticas de compras públicas, iniciativas que, nos projetos e nas licitações, utilizem princípios da construção sustentável. Seria um poderoso instrumento indutor de sustentabilidade dentro da economia paulistana e da cadeia produtiva da construção civil e imobiliária.

O novo relatório Construções Sustentáveis e Iniciativa Imobiliária, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), destaca que a combinação correta entre - regulamentação governamental apropriada, aprimoramento do uso de tecnologias para economia energética e mudança comportamental pode reduzir substancialmente as emissões de dióxido de carbono (CO₂) do setor de construção civil, que representa entre 30% e 40% do uso global de energia.

Ganhando escala, materiais verdes podem se tornar mais baratos num futuro próximo. A chave da questão está em tomar prédios verdes populares o suficiente para transformar em “ultrapassados” aqueles que não estiverem adaptados ao novo padrão ambiental da construção civil verde.

JÁ FOI FEITO**HEIDELBERG FAZ GESTÃO ENERGÉTICA**

A cidade de Heidelberg, na Alemanha, desenvolveu sistema integrado de gestão energética para prédios públicos e uma variedade de projetos de desenvolvimento sustentável. O Plano de Proteção Climática de 2004 e o de Estratégia Energética do mesmo ano estabelecem normas obrigatórias para edifícios que excedem os padrões nacionais estabelecidos. De 1993 a 2004, a cidade conseguiu redução das emissões de CO₂ dos prédios municipais de 35% e das instalações das universidades de 13%.*

* WBCSD & BCSD PORTUGAL, 2010.

Vale lembrar que prédios verdes se tornam mais atraentes aos compradores porque podem ter baixos custos de operação (taxa condominial) e valores maiores de aluguel.

Com a inclusão da temática e da agenda da construção civil sustentável junto à Política Municipal de Mudanças Climáticas, a cidade de São Paulo já está dando sua contribuição para a sustentabilidade. Também se deve atentar para a lei municipal de energia solar. A prefeitura precisa apenas avançar explorando a gama de novos materiais, técnicas e instalações que compõem o espectro tecnológico da construção verde, como: banheiros de compostagem que produzem húmus utilizado na fertilização do terreno ao redor do prédio, mictórios sem água, reciclagem de água de chuva, telhado coberto com plantas para redu-

zir a perda de calor, uso de iluminação natural, células solares elétricas no telhado, aquecedores solares de teto para ambiente e água, ultraisolamentos, uso de ventilação natural, bombas de aquecimento usando calor do solo, janelas revestidas, sensores de movimento para iluminação, sombra solar, uso de materiais reciclados de prédios, adequação do tamanho e da forma do prédio para seu propósito de uso, dentre outras.

TELHADOS VERDES

Analogamente à lei municipal sobre energia solar (nº 14.459, de 2007), que torna obrigatória a instalação do sistema de aquecimento de água por meio do uso de energia solar nas novas edificações da cidade, São Paulo deve criar lei que torne obrigatório até o ano de 2022 que todos os telhados ou coberturas dos edifícios novos e, numa fase posterior, os já construídos, sejam cobertos com áreas verdes. Esta medida, além de ajudar a reduzir a demanda energética dos prédios, com efeitos sobre a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, é útil como estratégia de combate às ilhas de calor.

SÃO PAULO DEVE CRIAR LEI QUE TORNE OBRIGATÓRIO ATÉ 2022 QUE TODOS OS TELHADOS OU COBERTURAS DOS EDIFÍCIOS NOVOS

Os telhados verdes possuem inúmeras vantagens ambientais. As plantas diminuem a temperatura do telhado no verão em mais de 40%, contribuindo para redução do consumo de energia dos equipamentos de ar condicionado do domicílio. Reduzem também os efeitos danosos dos raios ultravioletas, os extremos de temperatura e os efeitos do vento no telhado. Podem mitigar as áreas onde existem ilhas de calor através da evapotranspiração das plantas que estão nos telhados. Também podem reter de 15% a 70% das

JÁ FOI FEITO	JÁ FOI FEITO
HORTAS URBANAS EM NOVA YORK	COTIA TEM EDIFÍCIO CERTIFICADO
<p>Os telhados verdes podem ainda ser utilizados para a produção de hortas urbanas. A prefeitura de Nova York criou subsídios para estimular moradores e empresas a plantarem hortas urbanas no telhado das casas e prédios comerciais. Criou lei que permite abatimento em impostos no valor de até US\$ 100 mil por ano. Em Nova York, 10% da área construída da cidade já foi coberta por jardins verdes.* Escolas e universidades nova-iorquinas têm adotado hortas próprias para abastecer as lanchonetes e cafés.</p> <hr/> <p>* AGÊNCIA ESTADO, 2011.</p>	<p>A agência bancária localizada em Cotia/SP foi a primeira construção brasileira certificada pelo Liderança em Energia e Design Ambiental (LEED), critério norte-americano que avalia edificações ambientalmente sustentáveis. Possui abertura estratégica no teto que favorece a entrada de iluminação natural no meio ambiente. Tem 100% do mobiliário feito de madeira reciclada. Possui placas fotovoltaicas, onde cada uma provê energia para iluminação de um terminal de autoatendimento, dentre outros padrões ambientais em sua construção.*</p> <hr/> <p>* REVISTA INFRA, EDIÇÃO 127.</p>

águas pluviais, reduzindo os picos de enchentes. Nos telhados verdes, a temperatura não passa de 25° C, enquanto que no telhado convencional pode chegar a 60° C. A queda de temperatura com o uso do telhado verde pode variar de 1,7° C até 3,9° C, resultando em redução de 10% nos custos do sistema de ar condicionado. As plantas ajudam ainda a isolar o som. Uma cobertura com 12 centímetros de verde pode reduzir o barulho que vem da rua em até 40 decibéis¹³. Na Alemanha, as cidades de Stuttgart, Dusseldorf e Hamburg e a cidade italiana de Cologne usam telhado verde há mais de 25 anos.

Ricardo Henrique Martins, fundador da ONG Amigos das Árvores de São Paulo, aponta que existem no mercado tecnologias disponíveis de fácil plantio para desenvolvimento de jardins nos topos dos prédios (Skygarden), mas falta mão-de-obra qualificada na cidade que domine a técnica. Portanto, é uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho para muitas pessoas. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente poderia criar cursos profissionalizantes para formação de jardineiros verticais.

Outro instrumento econômico que poderia ser aplicado pela prefeitura de São Paulo é o abatimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de casas e condomínios que destinem parcela dos seus terrenos para áreas verdes, livres de construção. A permeabilização dos terrenos com áreas verdes é também muito útil no combate às enchentes que assolam a cidade.

¹³ TOMAZ, 2005; AGÊNCIA ESTADO, 2011.

QUADRO-RESUMO

PROPOSTAS DA CIDADE SAUDÁVEL, CUIDADORA DOS BENS NATURAIS E CONSUMIDORA RESPONSÁVEL

ÁGUAS

- Promover o retorno da relação das pessoas da cidade com seus rios e córregos
- Trazer à tona rios e córregos submersos através da descanalização
- Aproveitamento dos rios e margens como espaço de convívio social e lazer
- Transformar os rios e córregos em elementos da identidade da cidade de São Paulo
- Melhorar a disponibilidade de água potável de forma a acabar com os rodízios
- Racionalizar o uso da água
- Reduzir a perda de água para menos de 10%
- Combater a distribuição desigual da água potável
- Garantir a preservação da qualidade da água e da biodiversidade da região dos mananciais
- Fortalecimento dos Comitês de Bacia enquanto instrumento de gestão democrática dos mananciais
- Aumentar em número e extensão os Parques Lineares
- Promover a drenagem das águas pluviais como medida de combate às enchentes
- Promover medidas para que os fundos de vale tenham somente função de acomodar as águas das chuvas
- Ter 100% dos domicílios da capital paulista com acesso aos serviços de saneamento básico
- Transformar áreas de piscinões em espaços de lazer
- Promover educação ambiental voltada para o combate à poluição, o uso adequado da água potável e o reuso das águas

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Promover conceito alternativo de limpeza

- urbana no qual lixo e rejeito não são sinônimos
- Promover campanhas de educação ambiental com foco na redução do consumo exagerado e incorporação de práticas de reaproveitamento e reciclagem dos resíduos sólidos no dia-a-dia pelos moradores da cidade
 - Ter 100% dos domicílios atendidos por coleta seletiva com triagem e reaproveitamento dos materiais reciclados
 - Aumentar o número de centrais de triagem de materiais recicláveis para aproximadamente 300
 - Aumentar o percentual de aproveitamento e reciclagem dos resíduos sólidos
 - Reduzir a necessidade dos aterros sanitários (“cidade de resíduo zero”)
 - Fortalecer e formalizar o trabalho dos catadores de material reciclado e promover a capacitação da categoria para estruturação de cooperativas autônomas
 - Ceder de áreas públicas para instalação de unidades de triagem de recicláveis
 - Criar mecanismos de crédito que facilitem a aquisição de veículos, equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho dos catadores de materiais reciclados
 - Criar usinas de beneficiamento de materiais reciclados como forma de aumentar o valor agregado do produto, ampliando a geração de renda do setor e diminuindo o poder de formação de preço do atravessador
 - Promover campanhas educativas junto aos feirantes com foco na redução do desperdício de alimentos
 - Ampliar o potencial do Programa “Banco de Alimentos”
 - Criar legislação municipal que elimine as barreiras na doação de alimentos por estabelecimentos comerciais

- ☑ Calcular a pegada ecológica da cidade de São Paulo, transformando este indicador em importante instrumento para a gestão dos resíduos sólidos

CLIMA

- ☑ Aumentar a participação do uso do transporte coletivo baseado em energia limpa e renovável
- ☑ Promover mudança cultural capaz de sensibilizar as pessoas a abandonar a percepção do carro como símbolo de status, depositário de modas e fantasias
- ☑ Incentivar as pessoas a ir para o trabalho a pé ou de bicicleta
- ☑ Fortalecer e ampliar o Sistema Ciclovitário do município
- ☑ Aproveitar as áreas livres do metrô e sistema ferroviário para exposições e apresentações artísticas e culturais como atrativo ao uso dessa forma de transporte
- ☑ Criar mecanismos fiscais taxem o uso excessivo do veículo particular e/ou incentivar utilização de veículos que consumam energia “limpa”
- ☑ Ter todos os táxis utilizando energia limpa (táxis verdes)
- ☑ Ter todos os ônibus movidos a hidrogênio ou outra fonte de energia não poluente ou renovável
- ☑ Implantar sistema de carona solidária dentro do setor público municipal
- ☑ Desenvolver medidas adaptativas aos efeitos dos eventos climáticos extremos
- ☑ Ampliar e fortalecer o sistema de alerta desenvolvido pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) baseado no envio de mensagens via celular sobre risco de transbordamento de rios
- ☑ Contar com Central de Emergências de Enchentes eficiente
- ☑ Instaurar Política de Prevenção e Gestão de Riscos
- ☑ Promover medidas que reduzam desigualdades e variabilidades climáticas locais
- ☑ Arborizar ruas, calçadas e parques públicos
- ☑ Cuidar e manter as novas árvores plantadas e as mais antigas
- ☑ Instaurar Programa de Ilhas Verdes baseado na experiência da cidade de Guarulhos
- ☑ Ampliar os Núcleos de Agricultura Urbana
- ☑ Inserir padrão socioambiental na construção pública (construção sustentável)
- ☑ Promover eficiência energética da cidade
- ☑ Substituir todas as lâmpadas usadas pela iluminação pública e pelos sinais de trânsito por tecnologia de LED ou tecnologia similar
- ☑ Incentivar aquisição de aparelhos domésticos mais eficientes por intermédio de parcerias público-privadas
- ☑ Criar de lei que torne obrigatório que todos os telhados ou coberturas dos edifícios novos e, numa fase posterior, os já construídos, sejam cobertos com áreas verdes
- ☑ Inserir o tema das alterações climáticas no foco da saúde pública
- ☑ Reduzir a propagação das doenças hídricas decorrentes das enchentes
- ☑ Ter como desafio à Política de Mudanças Climáticas Municipal não deixar que a união de forças construída recentemente se dissipe no tempo.

*Diário de um paulistano***25**

Janeiro de 2011

É bom acordar em 2022. Dez anos parece muito olhando para a frente, mas olhando para trás não parece nada. Olha, resolveram captar e tratar os esgotos. Achavam que ia ser caro, mas para cada real de saneamento, deixaram de gastar quatro com doenças. Liberou dinheiro. Mas o importante, é que o Rio Tieté, está limpo, tem peixe. Juntando o Pinheiros, as represas, até o Tamanduateí, além de riachos recuperados, juntou-se a cidade saudável e o lazer, o prazer da água limpa, dá para levar as crianças. Sai mais barato que o shopping.

Resolveram também mudar a cara da rua. Com galeria sob as calçadas, os fios foram para baixo, as árvores subiram. E com as árvores, voltou o ar mais limpo, a sombra, o clima mais ameno. Descobriram que a cidade tem muito espaço livre, ao longo das ferrovias, em lotes vazios, todos transformados em parques e espaços de lazer. Na realidade, cada bairro, cada subdistrito, começou a organizar de forma mais inteligente o uso dos seus espaços, em função de uma vida mais saudável.

A mudança no transporte foi fundamental. Finalmente decidiram dar prioridade ao metrô, aos corredores de ônibus. Com mais gente no transporte coletivo, as ruas ficaram mais tranquilas, sem ser tudo para carro e estacionamento. A lei ajudou, ao priorizar os veículos elétricos e híbridos, reduzindo o ruído, a poluição do ar, as doenças respiratórias. E mais pessoas têm carro, mas em vez de usarem todos ao mesmo tempo entre casa, trabalho e escola, usam para lazer, compras e viagens. Há espaço para vida inteligente até em automóvel.

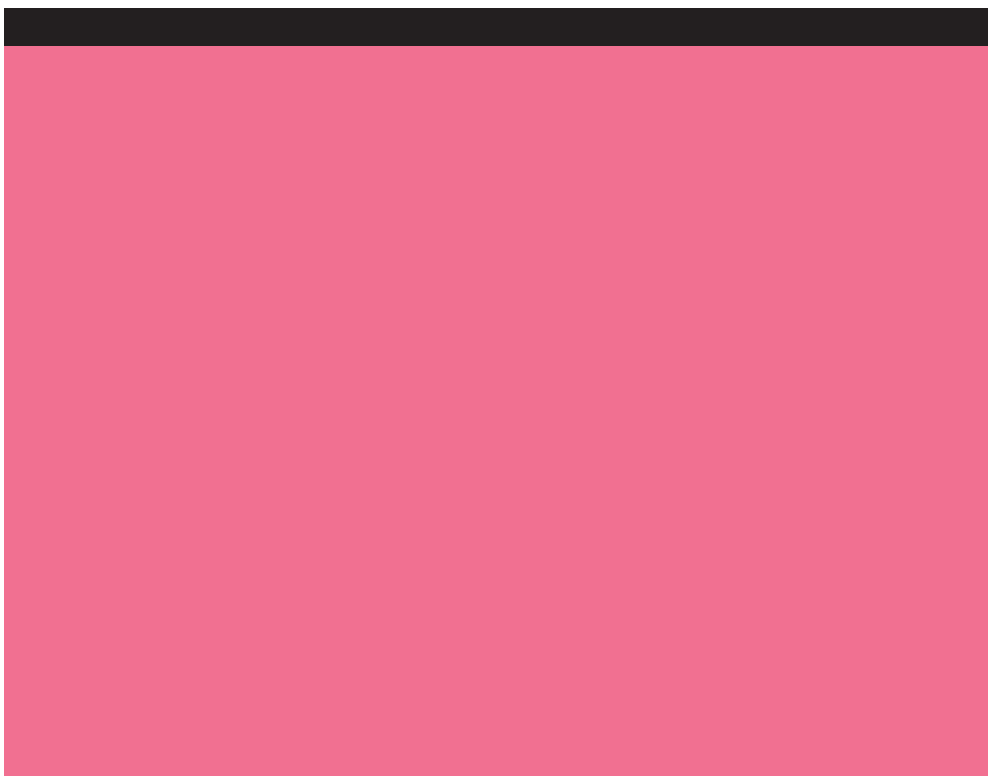
Parece que o bom senso baixou na cidade. Em vez de jogar tantas coisas fora, estamos reciclando. Em vez de consumir mais, estamos consumindo coisas mais úteis, como cultura, conhecimento, convívio. O acesso generalizado à banda larga faz os bits correr, em vez de correrem as pessoas. Viver bem na cidade, afinal, não envolve mais recursos e tantas obras: envolve antes de tudo o seu uso inteligente, em função do bem-estar do nosso cotidiano. Cidade saudável é cidade inteligente.



SÃO PAULO

3 CIDADE
COMPACTA
ÁGIL
POLICÊNTRICA

Diário de um paulistano 134 e 191 |
Introdução 137 | **Plano de bairros** 139 | **Habitação** 149 |
Cidade compacta 161 | **Mobilidade urbana** 169 |
Pedestre, serviços e equipamentos 185 | **Quadro-resumo** 189



Diário de um paulistano

25

Janeiro de 2011

A cidade de São Paulo é imensa. Imagine um lugar com 11 milhões de habitantes, 21 milhões se somar a sua Região Metropolitana. É difícil achar países no planeta que tenham essa população. É muita gente e tudo vivendo amontoadado, tentando ficar perto dos principais serviços públicos que se concentram em poucos lugares.

As ruas estão tomadas por carros, ônibus, caminhões e motos, além das bicicletas, que tentam ganhar algum espaço no trânsito caótico. As calçadas estão esburacadas. Algumas são tão estreitas que os pedestres precisam se espremer para passar, ou andar logo na rua mesmo. Pessoas com problemas de locomoção e idosos, então, que vida difícil! Pouquíssimo acesso para eles. Claro que para suportar todo esse caos, metros e mais metros quadrados de gigantescos terrenos precisam se transformar em estacionamento de veículos. Nesse cenário a cidade vai perdendo sua história, suas origens. Ninguém mais se reúne nas praças – aliás, onde elas estão? Os parques estão lotados, mas com pouca interação, as pessoas não se cumprimentam mais, elas olham para baixo e seguem adiante.

Foi-se o tempo em que os noticiários comemoravam o crescimento da cidade de São Paulo. Sinônimo de desenvolvimento. Mas será que ninguém pensou: “como ficará a cidade quando for grande, imensa?” Pois é, São Paulo cresceu e agora não se sabe ao certo o que fazer com um lugar tão amplo e complexo. Tudo aqui é grande, em todos os sentidos, das coisas boas aos problemas, nada é pequeno por aqui, exceto o espaço.

A área da cidade é mais ou menos de 30 por 50 quilômetros. Pode até parecer grande, mas nessa área tem que caber milhões e milhões de pessoas e os seus carros. A média é de quase um carro para 2,2 habitantes. Resultado: entupimento geral. Tudo anda devagar. Se um dia acharam que muitos carros nas ruas

fosse sinal de desenvolvimento, agora tudo precisa ser repensado. Paramos no tempo, paramos a cidade.

A cidade foi sendo construída sem planejamento. Nasceram mansões nas áreas mais elevadas e mais nobres, avenidas nos vales, favelas nos córregos e nas encostas perigosas. A cidade se espalhou, foi ocupada em todos os cantos, até mesmo naqueles que pareciam impossíveis de serem alcançados. Mas e o conforto? E as necessidades básicas de todos os cidadãos. Isso, infelizmente, não cresceu na mesma proporção que a cidade.

O que vemos hoje são problemas de escassez de água, falta de saneamento nas periferias e áreas de proteção ocupadas ilegalmente, transporte público ineficiente e precário, postos de saúde lotados, rios e mananciais completamente poluídos, o ar difícil de respirar, acidentes de trânsito, enchentes que destroem casas e bairros todos os anos, congestionamentos sem fim, que chegam a centenas de quilômetros, e até mesmo o céu está congestionado, com helicópteros transportando os ricos que têm pressa. Resumindo: São Paulo está caótica e precisa mudar.

As pessoas precisam voltar a ter espírito de pertencimento. Precisam pensar "aqui é a minha cidade e eu quero o melhor para ela". A autoestima do paulistano tem que mudar. Ao invés das pessoas procurarem buscar resolver os seus problemas individualmente, é preciso resgatar o sentido de coletivo e, até mesmo, o sentido de família. Hoje, muita gente acorda ainda de madrugada, gasta duas, três horas no trânsito para chegar ao emprego ou à escola, já trabalha ou estuda cansado e volta para casa sem ter visto o dia passar. No lar, o tempo é de fazer alguma refeição e dormir, para no dia seguinte começar tudo outra vez. Os pais não veem seus filhos crescerem. Os relacionamentos se desgastam. Casais não têm tempo para compartilhar o dia-a-dia. As pessoas se sentem sós, e sozinhas tentam resolver os seus problemas.

Hoje a cidade de São Paulo faz 457 anos, mas mal temos motivos para comemorar. Chegou a hora de fazer alguma coisa pela cidade, de fazer com que os paulistanos não percam mais tempo, o precioso tempo. Afinal, como já dizia o ditado: "o tempo não perdoa o que se faz com ele".

INTRODUÇÃO

São Paulo cresceu depressa e sem planejamento. No início do século passado, São Paulo registrava a marca de 240 mil habitantes e em 2010 já eram 11,2 milhões de pessoas. A cidade não para de crescer, ainda que tenha desacelerado o crescimento populacional nos últimos anos. Hoje, São Paulo precisa de um ajuste estrutural na distribuição das atividades urbanas. A fragmentação da cidade, a segregação social e espacial, a distribuição desigual entre moradia e trabalho, o número expressivo de imóveis e terrenos vazios em áreas com boa infraestrutura de serviços públicos e o crescimento horizontal são desafios que a capital paulista precisa enfrentar com ações coordenadas.

Para isso, é preciso compreender o processo de crescimento de São Paulo, que está diretamente ligado à dinâmica da urbanização brasileira atrelada, por sua vez, ao estímulo da implantação das indústrias no país – sobretudo a partir dos anos 1930. Esse processo, que marcou o início de uma nova etapa do capitalismo brasileiro, teve forte influência na maneira como a cidade cresceu. Isso porque um dos principais estímulos aos investimentos de capitais nacionais e internacionais e o desenvolvimento da indústria se deu pelos baixos salários dos trabalhadores. Com isso, as taxas de lucro da indústria se tornavam maiores do que as dos países desenvolvidos, estimulando esses investimentos.

O “jeitinho brasileiro” de crescimento econômico influenciou a dinâmica populacional, com a atração de muitas pessoas através dos processos migratórios. Esse fato modificou radicalmente a maneira como a cidade de São Paulo ocupa o seu território, já que, com baixos salários, muitos migrantes se viram obrigados a se instalar em regiões periféricas da cidade.

Para buscar reverter esse processo de “espalhamento” e a falta de capacidade dos gestores do município na oferta de infraestrutura e serviços, que originaram a São Paulo de hoje, é preciso tomar medidas que mudem o modelo de governança da capital paulista. É necessário trabalhar no sentido inverso ao que marcou o rápido processo de urbanização da cidade e que desarticulou muitos espaços da vida cotidiana, tornando as relações mais impessoais e, assim, dificultando o desenvolvimento da vida nos bairros.

O ritmo frenético de construção da cidade, de abertura de avenidas e de transformação urbana, não levou em consideração os referenciais históricos que marcavam as lembranças sobre as trajetórias de seus habitantes – muitas vezes articulados em grupos sociais de origem comum (imigrantes, ex-escravos etc.). A cidade rasga bairros com novas avenidas e cria um mecanismo cíclico de surgimento, crescimento e decadência dos bairros, com destaque para os centrais, que são engolidos pela dinâmica da metrópole. Nos locais mais distantes do Centro Histórico, a formação dos bairros começou pelos loteamentos privados, sem infraestrutura, e também com ocupações espontâneas. A melhoria nas suas condições passa, em geral, pela forte mobilização popular e às vezes está vinculada a relações políticas clientelistas. Paradoxalmente, à medida que as melhorias urbanas valorizam essas localidades, antigos moradores se veem ameaçados pelos mecanismos de mercado que acabam por provocar a expulsão daqueles que não podem arcar com a consequente valorização dos imóveis.



PLANO DE BAIROS

É nos bairros que as pessoas vivem e é a partir deles que o planejamento deve ser pensado.

DEFINIÇÃO, ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE BAIROS NA CIDADE

“O Século XIX foi um século de impérios, o Século XX foi um século de estados-nações, o Século XXI será o século das cidades”. A interessante frase do então prefeito de Denver, no estado do Colorado, nos Estados Unidos, Wellington E. Webb, na passagem do Século XX para o XXI, merece uma complementação: “o Século XXI é o século das cidades e dos seus bairros”. Cidades são feitas por bairros e os bairros, por sua vez, são feitos por pessoas. São neles que as pessoas escolhem viver, construir as suas vidas, suas famílias e suas relações sociais. São os bairros que carregam histórias da cidade, cada qual com as suas peculiaridades e influências.

Os bairros da cidade de São Paulo são excelentes exemplos. Muitos são redutos de distintas comunidades imigrantes. O bairro da Liberdade conta em suas ruas a imigração japonesa. O do Bixiga, a chegada dos italianos, o do Bom Retiro, berço da comunidade judaica e, posteriormente, coreana, e muitos outros. Há também a distinção da classe social através dos bairros. Pessoas que vivem nos bairros da Zona Leste e no extremo sul são taxadas como classe média e média baixa. Já as que vivem nas regiões Oeste e Sul, em bairros como Moema, Brooklin e Morumbi, são tachadas como classe média e média alta. Ou seja, muitas vezes, a posição social ou a origem dos paulistanos é definida pelo bairro onde vivem e não necessariamente pelos bens que possuem.

OFERECER MAIS OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, ALÉM DE EQUIPAMENTOS DE LAZER, ENTRETENIMENTO E ÁREAS DE CONVIVÊNCIA

Nesse contexto, o resgate do valor social e histórico dos bairros, como partes de um território maior, que contemple um conjunto amplo e diversificado de funções urbanas (moradia, trabalho, lazer, escolas etc.) é, portanto, essencial para o desenvolvimento de uma cidade mais equilibrada e que ofereça aos seus habitantes melhor qualidade de vida. Isso implica, entre outras coisas, em ter mais tempo para a vida pessoal e perder menos tempo com grandes deslocamentos dentro do município. Ou seja, os bairros precisam oferecer mais oportunidades de geração de emprego e renda, além de equipamentos de lazer, entretenimento e áreas de convivência, garantindo que a maior parte da comunidade permaneça mais tempo no local que escolheu para viver.

Em função dessa evidência, que está diretamente relacionada à gestão do território e à qualidade de vida, é que se torna central e estratégico para São Paulo a **definição, elaboração e implementação dos planos de bairros na cidade**, conforme está previsto no atual Plano Diretor, mas que, infelizmente, não estará provavelmente implementado até o final de sua vigência, em 2012.

Como a proposta demonstra, um primeiro passo fundamental para tal desenvolvimento diz respeito à necessidade de uma definição legal dos bairros na cidade que, por ora, “não são unidades espaciais que possuem territórios definidos. De fato, apesar de reconhecer nos mapas da cidade topônimos identificadores dos bairros, esses não têm uniformidades conforme a fonte cartográfica consultada”¹.

Isso acontece porque, do ponto de vista formal, a divisão político-administrativa da cidade compreende as subprefeituras e os distritos. Nem mesmo as grandes regiões da cidade possuem uma segmentação formal e os bairros padecem não apenas de sua conceituação, mas também convivem com múltiplas definições informais e contraditórias: a dos correios, a dos diversos órgãos públicos, a do mercado imobiliário e até mesmo as que se adequam aos perfis das diferentes faixas etárias.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho complexo. É preciso harmonizar as diferenças existentes entre dinâmicas sociais e formas de se dividir o território – a lógica da circulação é uma, a de oferta de infraestrutura é outra. Assim, a divisão do território exige um difícil processo de acordos e consensos que demandará um pacto entre a sociedade e o Estado. Os olhares por segmentos geográficos ou territoriais, de modo mais adequado, afetam diretamente a qualidade das análises da realidade paulistana através dos indicadores de políticas públicas. Nesse caso, do ponto de vista prático, há o limite inicial estabelecido pelas divisões censitárias: unidades de coleta, agregação e disseminação dos resultados dos sucessivos Censos que são realizados.

¹ SÃO PAULO (CIDADE). DEFINIÇÃO DOS TERRITÓRIOS DAS UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – UDH NA CIDADE DE SÃO PAULO. IN: ATLAS DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO. IMPRENSA OFICIAL: SÃO PAULO, 2007. PÁG. 19.

JÁ FOI FEITO	PORTO QUE É PORTO
<p>O bairro do Porto foi onde a cidade de Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso, nasceu e se desenvolveu. A rica herança cultural, gastronômica e histórica da região nasceu ali. Ao longo dos anos, o bairro passou por um processo triste de degradação e marginalização. Às margens do rio Cuiabá, suas ruas ficaram famosas pela violência e pobreza. Em 2006, a prefeitura, em parceria com a ONG Instituto Usina, lançou o projeto “Porto que é</p>	<p>Porto” com o intuito de resgatar a história do bairro e retomar o sentido de pertencimento que a população tinha com ele. Intervenções artísticas, melhorias no paisagismo, criação do Museu do Rio e campanhas de incentivo para que a população voltasse a frequentar o tradicional Mercado Municipal, presente no bairro, fizeram com que o bairro do Porto voltasse a ser cartão postal de Cuiabá e motivo de orgulho para os cuiabanos.</p>

A dificuldade, então, reside na aplicação de dois princípios distintos, mas que muitas vezes apontam para direções contrárias: a homogeneidade, ou igualdade em toda a extensão do bairro, de um lado, e a identidade local dos bairros, por outro. Isso porque a identidade de um bairro pode apontar para uma heterogeneidade social o que, do ponto de vista estatístico, é ruim, uma vez que os indicadores divulgados, quando não devidamente analisados, podem não corresponder à realidade social da área.

DIVISÕES POSSÍVEIS

Diante das complexidades e impasses existem diferentes alternativas. Um caminho seria trabalhar no âmbito dos 96 distritos já existentes, o que implicaria um planejamento descentralizado e não exigiria tempo e desgaste na definição de bairros. A vantagem dessa medida está em considerar o arcabouço legal existente e a desvantagem reside no fato de que os distritos não consideram unidades de referência da população, como Santa Ifigênia, Acimação, Cerqueira Cesar, Vila Madalena, entre outros. Também como unidades estatísticas, de agregação espacial de informações, apresentam problemas de forte heterogeneidade, como no caso do distrito de Vila Andrade, que abriga áreas muito distintas do ponto de vista socioeconômico.

Outra opção seria a de partir das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra do Censo (AED), que foram retrabalhadas em projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e denominadas Unidades de Desenvolvimento Humano – já devidamente nomeadas e, portanto, apropriáveis pelos técnicos e pela população. Tais áreas têm a grande vantagem de serem unidades censitárias – maiores do que as dos setores censitários e menores do que as dos distritos. Tal fato, em si, já responde à demanda dos requisitos técnicos e de melhor reprodução ou veracidade das estatísticas à realidade socioeconômica, que pode refletir na qualidade e disponibilidade de indicadores.

Finalmente, há a alternativa de se fazer um longo e complexo processo de estudos, propostas e negociações em direção à **Lei de Bairros que delimitasse novos perímetros para essas unidades territoriais**. Se do ponto de vista operacional tal processo apresenta-

se como o ideal, ele possui o risco de se tornar tão difícil e moroso que não permitirá que se chegue rapidamente ao principal: a elaboração e implementação dos planos de bairros.

Sua elaboração e implementação se dará, evidentemente, depois de sua definição. Para isso existem exemplos importantes a serem discutidos. O primeiro a ser destacado é o Plano de Perus, que foi desenvolvido sob coordenação do urbanista Cândido Malta. Esse plano apresenta uma concepção diferenciada na qual trabalha com a ideia de “Planos Locais em Nível do Bairro”. Também organizado e estruturado por processo participativo, o projeto, financiado com recursos de crédito de carbono do Aterro Bandeirantes, pretende reforçar mais o caráter normativo do planejamento, já que todas as propostas, inclusive com suas previsões orçamentárias, foram transformadas em projeto de lei a ser analisado pelo executivo municipal, pelas secretarias e ser votado na Câmara. A ideia é que com isso seria possível garantir a execução e a continuidade dos planos, que são os problemas centrais que impedem a boa eficácia das políticas públicas.

Também merecem destaque os Planos de Ação Habitacional e Urbano, que surgiram no âmbito do Projeto Bairro Legal, para Cidade Tiradentes, Jardim Ângela e Brasilândia, contratado pelo Banco Mundial, por meio da Aliança de Cidades. Foi coordenado pela Secretaria de Habitação do Município de São Paulo e desenvolvido pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Esses planos estão adaptados para serem implantados em bairros periféricos na cidade e mostram a viabilidade e os custos para sua implementação em áreas que são de intervenção prioritária.

Discutir bairros traz também reflexões sobre moradias. Em relação aos planos de ação habitacionais e urbanos, é importante destacar alguns aspectos metodológicos importantes. O próprio conceito de Plano de Ação merece destaque, trazendo a concepção de que a intervenção urbana deve estar fundada em propostas concretas de ação e não em concepções orientadoras de desenvolvimento muito comuns em boa parte dos Planos Diretores considerados tradicionais. Trata-se, portanto, da percepção de que “(...) os planos tradicionais com caráter essencialmente normativo são absolutamente insuficientes para lidar com a dinâmica real de produção de moradias populares”. A premissa é, portanto, focar espaços mais delimitados na cidade e trabalhar na articulação de diversas políticas setoriais considerando “(...) a obrigatoriedade do vínculo entre planejamento e gestão e a implementação de propostas conectadas à realidade local”.²

Outro aspecto central que envolve esse e outros planos na escala local diz respeito à importância de se trabalhar com diagnósticos participativos, já que eles trazem o desafio de se fazer leituras distintas do território, esboçar previsões e estabelecer estratégias e definir propostas de ação. Tudo isso para articular leituras participativas e análises técnicas. Entre os diagnósticos, chama atenção a apresentada no Plano de Cidade Tiradentes, no qual são trabalhados 10 temas “geradores”, selecionados e inspirados a partir da obra

² LABHAB/ FAUUSP. PLANOS DE AÇÃO HABITACIONAL E URBANA – PONTO DE INFLEXÃO DAS POLÍTICAS URBANAS EM SÃO PAULO. IN: LABHAB/ FAUUSP. PROGRAMA BAIRRO LEGAL, PLANO DE AÇÃO HABITACIONAL E URBANO – DIAGNÓSTICO JARDIM ÂNGELA. PÁG. 11.

JÁ FOI FEITO	VIVA SANTA
<p>Santa Teresa é um agradável bairro histórico na cidade do Rio de Janeiro. Casarões históricos reúnem um rico patrimônio histórico, cercados de manifestações culturais e tradicionais restaurantes da capital fluminenses. Mas, além de cartão postal, o bairro mescla cenários de casarões e barracos. São famílias de alto poder aquisitivo vivendo ao lado de população em condições de miséria e pobreza.</p> <p>Para encontrar soluções que melhorassem o ambiente de Santa Teresa, a comunidade se organizou, reuniu-se com o poder público, as empresas do entorno e ONGs que atuam em projetos</p>	<p>no bairro, e elaborou a Agenda 21 de Santa Teresa, chamada “Viva Santa”.</p> <p>Juntas, diversas organizações e a população levantaram as aspirações dos moradores, estabeleceram prioridades, indicaram metas e propuseram ações que pudessem ser implementadas por todos os atores sociais envolvidos e não apenas o governo. Hoje, existe um escritório no local para sediar os eventos e reuniões do Conselho e do Núcleo da Agenda 21. Santa Teresa se tornou um lugar ainda mais agradável de viver. Difícil achar alguém que não tenha orgulho de viver em um dos morros com a vida cultural mais agitada do Rio de Janeiro.</p>

de Paulo Freire. Essa proposta é fundamental por mostrar uma forma mais compreensível para a comunidade do bairro estruturar um plano de ação.

Finalmente, cabe destacar, entre as qualidades dessa iniciativa, os pontos de interação entre políticas setoriais – por exemplo, violência e políticas territoriais – vinculadas às intervenções na estrutura urbana, propriamente ditas. No caso de Cidade Tiradentes, o estudo mostrou haver relação entre a estrutura urbana e o favorecimento de ocorrências de eventos violentos. A intervenção territorial, a partir de planos de bairros, seria uma importante possibilidade de articular e ampliar a eficiência de políticas setoriais.

Outra alternativa que também têm mostrado resultados em cidades do Brasil e do mundo é a **elaboração da Agendas 21** do bairro. Com total participação da comunidade, é traçado um mapa da situação socioambiental do lugar, problemas atuais e metas, que precisam ser trabalhadas em conjunto pelo poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade, fortalecendo as relações e o sentido de pertencimento. A participação social e a valorização do local também podem ser trabalhadas em ações como a **criação do Orçamento Participativo**. A exemplo de outras cidades brasileiras, a participação da comunidade na tomada de decisões sobre os investimentos no bairro faz com que os cidadãos valorizem os equipamentos públicos conquistados.

ESTÍMULO AOS USOS MISTOS

Em 1950, São Paulo ganhou um dos edifícios mais modernos do país. Com arquitetura diferenciada e a proposta de integrar moradias com comércio e atividades de lazer, nasceu o Edifício Copan, no centro da cidade. A construção foi uma verdadeira revolução arquitetônica na cidade e influenciou outras tendências de construção de prédios de usos mistos, ou seja, aqueles que aliam moradia, comércio e serviços públicos, de lazer, entretenimento etc., em um único local.

JÁ FOI FEITO	BJARKE INGELS E OS PRÉDIOS MISTOS DE COPENHAGUE
<p>Quem anda pelas ruas de Copenhague, capital da Dinamarca, se surpreende com edifícios que aliam design moderno, com sustentabilidade e multifuncionalidade. A grande “estrela” dessas construções é o jovem arquiteto Bjarke Ingels, que encontrou nos prédios mistos uma grande prestação de serviço para toda a cidade.</p> <p>“Arquitetos fazem arquitetura para a cidade e para as pessoas”, defende Ingels, que desenha prédios que unem estabelecimentos comerciais e moradias. O detalhe é que todos seguem conceitos ecológicos e têm técnicas como o telhado verde e painéis de energia solar, além de propiciarem</p>	<p>agradáveis espaços públicos para toda a população da capital dinamarquesa.</p> <p>As ideias de Ingels têm ganhado espaço no mundo todo. Desde 2010, o arquiteto tem sido agraciado com os principais prêmios de arquitetura do planeta e o seu último projeto, intitulado “8 House”, é considerado referência mundial em construção de prédios mistos e multifuncionais. São 10 pavimentos, que podem ser percorridos de bicicleta, em uma ciclovia interna dentro do prédio, que parece um parque e concentra grandes empresas, comércio e residências, unidos em um edifício em formato do número oito.</p>

Com o passar das décadas, esse conceito caiu em desuso na cidade. Os prédios mistos passaram a ser considerados obras de escolas antigas de arquitetura. Ganharam espaço os imensos arranha-céus que serviam exclusivamente para uma finalidade: ou moradia, ou atividades comerciais.

O incentivo à construção de prédios mistos, porém, pode contribuir com os bairros, ao criar espaços comunitários e de convivência, com locais multiusos e multifuncionais. No entanto, para essa ideia se concretizar, é necessário permitir uma mudança nos critérios de produção de novos imóveis na capital paulista ou mesmo nos critérios para aprovação de reformas ou *retrofits*.

MUDAR CENÁRIO

A legislação que afeta os empreendimentos imobiliários induz, juntamente com as regras para concessão de financiamento imobiliário, quase sempre, à construção de imóveis com um único uso, seja residencial ou comercial. Isso é ruim, pois ratifica a tendência de existir locais só com moradias e lugares só com escritórios. É preciso mudar esse cenário em São Paulo, fazer com que haja relações diretas, sem muros ou obstáculos, com livre acesso entre todos e para todos os que ocupam os espaços ou bairros da capital paulista.

Os grandes condomínios residenciais (horizontais e verticais) murados, reflexos do clima de insegurança da cidade, contribuem para a construção de uma cidade que não estabelece vínculos de vizinhança e relações sociais mais frequentes. Induzir uma São Paulo mista significa juntar moradias, locais de trabalho, espaços com serviços públicos e privados; passa por ações efetivas para garantir moradia digna com boa inserção na malha urbana, mas também pelo incentivo ao desenvolvimento dos bairros e ruas multifuncionais.

Para isso, deve-se incentivar o aproveitamento misto das edificações verticais na cidade pela revisão da legislação e o incentivo fiscal para estimular espaços multiusos. O poder público pode favorecer essa ocupação permitindo o aproveitamento comercial no andar térreo das edificações ou eliminando, em casos específicos, a necessidade de recuos. Pode-se também incentivar a abertura de espaços comerciais privados como praças no interior de grandes edifícios comerciais. Com isso, aumenta-se a apropriação dos bairros pelas pessoas, intensificam-se as trocas sociais e as interações entre os cidadãos.

INCENTIVAR O APROVEITAMENTO MISTO DAS EDIFICAÇÕES VERTICAIS NA CIDADE PELA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO E O INCENTIVO FISCAL PARA ESTIMULAR ESPAÇOS MULTIUSOS

Ainda nessa linha, pode-se trabalhar com a redução de algumas restrições como, por exemplo, a obrigatoriedade de vagas em garagem na construção de edifícios residenciais. Tal medida tem desestimulado a construção de apartamentos compactos, que procuram um público que não usa necessariamente o carro. Tais empreendimentos teriam um grande papel no que diz respeito às políticas habitacionais voltadas para jovens, por exemplo.

CIDADE POLICÊNTRICA

Para construir uma cidade mais equilibrada, é necessário reconhecer que, a despeito da forte concentração da atividade econômica, São Paulo pode ser considerada uma cidade policêntrica. A partir dessa constatação, é que se pode formular diretrizes estratégicas para **fortalecer a rede de centralidades**.

O conceito de centralidade se relaciona com vários temas relevantes para a cidade - está relacionado à presença de um conjunto de serviços e funções urbanas, à mobilidade ou, mais recentemente, a aglomerados produtivos. Esse olhar mais econômico sobre centralidade sustenta a proposta de uma cidade policêntrica, que pode ser conquistada por meio de duas estratégias: ampliar a integração das centralidades consolidadas, por um lado; e induzir a formação de cadeias produtivas mais complexas, por outro. O privilégio à dimensão econômica se justifica pelo fato de que a desconcentração econômica pode ser um dos eixos fundamentais de transformação da cidade.

Ao se observar o funcionamento do centro expandido de São Paulo, pode-se verificar um padrão diferente do tradicional centro de negócios (ou *central business district*), local que reúne atividades que atendem às mais variadas exigências dos cidadãos. Ao invés disso, constata-se múltiplas centralidades com relações complementares. O centro histórico que pode, grosso modo, ser delimitado pela subprefeitura da Sé, ainda possui grande densidade de empregos e abriga, além de uma forte atividade comercial, importante presença de serviços do setor financeiro (que gravitam em torno da Bovespa/BM&F), boa parte dos serviços intensivos em mão-de-obra (agenciamento em segurança, serviços de limpeza etc.) e um grande contingente de trabalhadores ligados ao setor público.

A região da avenida Paulista, por sua vez, abriga sedes de empresas e entidades financeiras nacionais, serviços ligados às comunicações, além de grande proximidade com o eixo das “ciências da vida”, isto é, um aglomerado espacial que concentra insti-

JÁ FOI FEITO	SANTO ANDRÉ E A CIDADE POLICÊNTRICA
<p>Dados do Sebrae apontam que 49% dos empreendimentos de pequeno e médio portes no Brasil fecham as portas nos três primeiros anos de atuação. Na cidade de Santo André, no ABC Paulista, essa realidade não era diferente. A região central concentrava a maior parte dos principais serviços públicos e privados, fazendo com que a população dos bairros se deslocasse até o Centro para ter acesso ao comércio, às faculdades, aos médicos, aos dentistas etc.</p> <p>Preocupado com a alta concentração de consumidores no Centro, o Sebrae do ABC lançou</p>	<p>o projeto “Cidade Policêntrica”. Durante dois anos, empreendedores de micro e pequenas empresas de quatro bairros com considerável importância econômica foram orientados e capacitados para garantir o bom funcionamento de seus estabelecimentos nos bairros, garantindo que a população utilizasse os seus serviços sem a necessidade de longos deslocamentos.</p> <p>O resultado foi positivo. Durante o período do projeto, a mortalidade de empresas nesses bairros ficou em 5,9%. Muito menor do que a média nacional e a do município.</p>

tuições relacionadas à saúde humana – universidades, hospitais, laboratórios, centros de pesquisa etc.

Considerada a nova centralidade terciária do município, a região próxima à avenida Luís Carlos Berrini/Marginal Pinheiros é ocupada, por sua vez, por sedes de bancos internacionais e empresas ligadas ao setor financeiro, os principais estabelecimentos de prestação de serviços às empresas (advocacia, contabilidade e demais atividades de assessoramento) e sedes de grandes indústrias nacionais e multinacionais. Ou seja, concentra as chamadas funções de comando, sedes administrativas centrais de grandes conglomerados industriais, comerciais e de serviços.

Na porção oeste, há uma articulação de importantes centralidades como Pinheiros, Butantã e Vila Leopoldina. Nessa área, há forte presença de instituições ligadas à pesquisa e à produção de conhecimento, como a Universidade de São Paulo, o Instituto Butantã e o Hospital Israelita Albert Einstein e, por outro lado, empresas relacionadas à mídia e comunicação – redes de TV, empresas de publicidade, produtoras de audiovisual, entre outros.

No caso destas centralidades mais consolidadas, o desafio é articular melhor cada uma delas, por meio de infraestrutura de transporte de massa, para facilitar a fluidez. A importância dessas áreas e das empresas que abrigam devem estar contempladas numa estratégia de desenvolvimento econômico.

SUBCENTROS

Destacam-se, ainda, a existência de núcleos de comércio e serviços em outras regiões, como ao redor de Tatuapé/Alto da Mooca e de Santana, que se constituem em importantes polos geradores de postos de trabalho. Existem, ainda, muitos outros subcentros econômicos. Mais do que descrever cada um deles, é importante verificar que, no anel exterior periférico, as centralidades estão dispostas e estruturadas de outra forma. Os princi-

pais subcentros periféricos estão ora relacionados aos principais pontos de grande fluxo de pessoas da rede de transporte de massa – como terminais de ônibus ou estações de metrô –, ora vinculados à concentração do comércio e serviços.

No primeiro caso, estão marcadas por um imenso fluxo de pessoas, sempre de passagem. Muito em função disso, o setor econômico dominante são as diferentes modalidades do comércio varejista. Diferentemente das centralidades multifuncionais encontradas no núcleo do município, os periféricos são basicamente fundados na atividade comercial. Tal especialização não é desejável do ponto de vista do desenvolvimento local, uma vez que possui baixa capacidade de geração de emprego e renda (em comparação com os serviços e mesmo com as atividades industriais).

ESTRATÉGIA

A indução a outro tipo de desenvolvimento local, fundamental para fortalecer uma cidade policêntrica, que possibilite o crescimento de cadeias produtivas mais complexas e diversificadas, envolve a combinação de uma série de estratégias, como:

- ✓ **Bases de informação e monitoramento da dinâmica econômica das centralidades** – Para definir potenciais competitivos, acompanhar os resultados de políticas e desenvolver ações preventivas são necessárias sistemas de dados e indicadores consistentes e confiáveis;
- ✓ **Melhorias na paisagem urbana, considerando a qualidade da infraestrutura** – Trata-se de um elemento intangível, fundamental para se estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico local;
- ✓ **Fomento aos conselhos locais de desenvolvimento** – Boa parte das ações, estímulos, ideias e projetos vêm da iniciativa privada local. Em função disso, as políticas públicas devem estimular a participação, dando espaço e voz aos conselhos onde a sociedade civil pode ser ouvida;
- ✓ **Políticas de incentivo fiscal** – São instrumentos auxiliares importantes para atrair investimentos e dinamizar a economia local. Devem, no entanto, estar articuladas a um claro projeto de desenvolvimento;
- ✓ **Instituições âncora** – Os projetos locais de desenvolvimento devem estar, sempre que possível, ancorados em instituições ligadas ao conhecimento e à formação de recursos humanos – universidades, escolas técnicas, entre outros.

Para acelerar o processo de desenvolvimento local e provocar mudanças positivas na estrutura socioeconômica de São Paulo, além da proposição de novos planos de desenvolvimento ou de melhorar a potencialização das regiões que já estão se dinamizando, há uma medida, de alcance de curto prazo, que pode auxiliar São Paulo a se tornar, imediatamente, um local melhor para se viver. Trata-se de aproveitar os imóveis vazios e sem função econômica e social, o que exige pouco investimento social ou de esforços da sociedade civil paulistana e tem potencial de **reorganizar a distribuição das atividades urbanas**.



ISTOCK PHOTOS



HABITAÇÃO

O convívio entre população de várias classes sociais em locais com infraestrutura adequada é essencial para uma cidade equilibrada.

REDUZIR OCIOSIDADE URBANA E PROMOVER MORADIA INCLUSIVA EM ÁREAS OCIOSAS

Ao olhar para São Paulo, a maioria das pessoas enxerga uma cidade completamente ocupada, sem espaço para mais nada. Poucos sabem que a capital paulista concentra centenas de prédios vazios: são milhares de metros quadrados ociosos e que poderiam ser aproveitados para promover moradia e áreas de lazer e convivência, principalmente na região central.

Para se alcançar uma reestruturação da cidade, deve-se ter por objetivo uma cidade menos fragmentada e menos segregada socialmente. Para isso, é preciso reduzir o número de imóveis vazios, ou seja, com ociosidade urbana, e promover moradia inclusiva nessas localidades.

Essa é uma boa e rápida alternativa para ampliar o convívio entre distintas classes sociais, **criando bairros mais heterogêneos**, podendo se constituir em uma das principais âncoras para o desenvolvimento de uma cidade do futuro e melhorando a satisfação do cidadão no quesito “Moradia”, avaliado no último IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município de São Paulo), que mede a qualidade de vida do paulistano, com nota média 6,4 (o máximo era 10).

REDUZIR O NÚMERO DE IMÓVEIS VAZIOS, OU SEJA, COM OCIOSIDADE URBANA, E PROMOVER MORADIA INCLUSIVA NESSAS LOCALIDADES

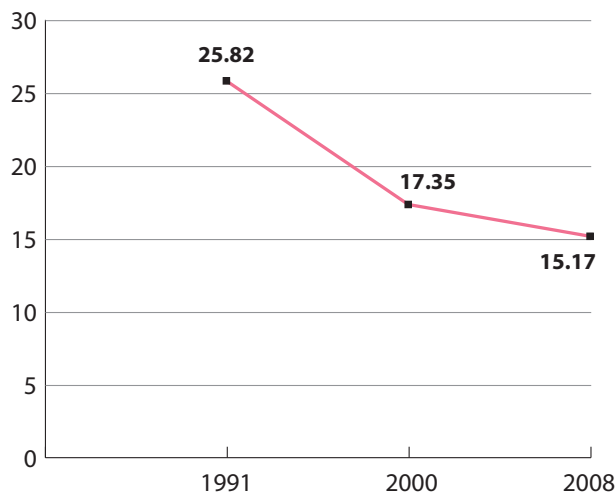
A busca por uma São Paulo mais equilibrada na distribuição espacial dentro da cidade entre moradia e trabalho passa por atrair moradores para o centro, sobretudo os de menor renda. Tal dinâmica, que precisa ser modificada, está intimamente vinculada ao mau aproveitamento de terrenos com boa infraestrutura urbana e pela falta, tanto por parte dos agentes públicos como da sociedade civil, do monitoramento constante das questões ligadas ao cumprimento da função social da propriedade urbana, conforme previsto na Constituição Federal. Conforme o IRBEM, os paulistanos não estão muito satisfeitos com as condições de serviços públicos próximos de suas residências, principalmente no quesito proximidade com o metrô, com nota 5,1.

A busca pela cidade compacta precisa repensar os vazios urbanos não só da capital paulista, mas também ter foco na Grande São Paulo. Para isso, é preciso compreender o processo histórico desse fenômeno, que surgiu na década de 1970. Estudos da época revelavam que cerca de 40% da mancha urbana da capital paulista permanecia ociosa, com muitos imóveis, essencialmente terrenos, à espera da valorização, resultando em uma maior especulação imobiliária. No entanto, com o decorrer dos anos, alguns desses terrenos foram ocupados, tendo o percentual diminuído de 25,82%, em 1991, para 15,17%, em 2008. Os distritos com maior ocorrência percentual de terrenos vagos são: Marsilac (76,52%), Anhanguera (53,31%), Parelheiros (47,68%) e Vila Andrade (45,49%). Os com menor percentual são: Jardim Paulista (1,9%), Bom Retiro e Brás (2,59% cada), Moema (2,67%) e Consolação (2,85%).

Em paralelo à questão dos espaços ociosos, há o problema do “esvaziamento” de edifícios em áreas dotadas de infraestrutura e serviços, formado por um conjunto de prédios não utilizados ou subutilizados.

JÁ FOI FEITO	COMÉRCIO NO CENTRO HISTÓRICO DE CUSCO
<p>A cidade de Cusco, no Peru, é famosa pelo seu riquíssimo patrimônio histórico e cultural e por ser portão de entrada de um dos lugares mais belos e misteriosos do planeta: Macchu Picchu. Apesar de todo o potencial turístico da cidade, desde a década de 1940, o comércio de vendedores ambulantes tomou conta das ruas da cidade. Na região do mercado de São Pedro, ano após ano, as ruas se encheram de ambulantes. Esse tipo de comércio se estendeu para a avenida do Exército, uma das principais da cidade e que foi construída para suportar um intenso tráfego de veículos. No entanto, passar de carro por ali era um verdadeiro caos. Na década de 1980, já eram mais de cinco mil ambulantes. O local se tornou um verdadeiro aglomerado de produtos ilegais, tráfico de drogas,</p>	<p>prostituição e pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. A solução encontrada pela administração pública foi reaproveitar algumas dezenas de edifícios abandonados na região da praça São Pedro para construir centros de comércio popular e alocar os ambulantes, que já estavam organizados em cooperativas e sindicatos. Aos poucos, as ruas do Centro Histórico de Cusco ganharam outros ares. Primeiro, porque prédios decadentes foram revitalizados e viraram casarões históricos, segundo, porque os ambulantes passaram a integrar o comércio legal e justo, melhorando a qualidade de vida de todos. A avenida do Exército, por sua vez, voltou a ser uma das principais vias de circulação de veículos da cidade.</p>

GRÁFICO 1. ÁREAS DOS TERRENOS VAGOS (%)
Município de São Paulo – 1991, 2000 e 2008



Elaboração: São Paulo 2022.

De acordo com um trabalho de campo realizado por Helena Menna Barreto Silva¹, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, no ano de 2008 foram identificados 158 edifícios vagos ou quase vazios em 95 quadras da região central. O mapa abaixo mostra a localização dos prédios inteiramente vazios (sinalizados em vermelho), edifícios nos quais apenas o térreo estava ocupado (em azul) e aqueles que estavam em obras na época do estudo (em verde). Essa porção da área central integra o perímetro da Operação Urbana do Centro, abrangendo também uma parte da Operação Urbana Nova Luz. Foram consideradas como edifícios as construções com três ou mais pavimentos.

Já o estudo de Cotelo (2009)², identificou 105 edifícios inteiramente desocupados com área total de 46.993 m², seis imóveis ocupados por movimentos sem-teto, com área total de 5.524 m², 44 imóveis em que a maioria dos andares encontrava-se desocupada, em uma área de 22.156 m², 101 imóveis com apenas o térreo ocupado, com área de 44.149 m² e 13 terrenos baldios, totalizando 7.224 m². Segundo o trabalho, são 343.102 m² não utilizados ou subutilizados, dos quais a maioria destina-se a imóveis usados exclusivamente para estacionamento (235 imóveis, com um total de 207.443 m²). Para o autor, o problema da ociosidade urbana ocorre, sobretudo, entre os imóveis de uso comercial, em número aproximadamente 10 vezes maior em relação aos de uso residencial e três vezes maior quando comparados com os de uso misto.

1 IN: [HTTP://WWW.USP.BR/FAU/DEPPROJETO/LABHAB/BIBLIOTECA/TEXTOS/SILVA_TRIBUTOS_VAZIOS_CENTROSP.PDF](http://www.usp.br/FAU/DEPPROJETO/LABHAB/BIBLIOTECA/TEXTOS/SILVA_TRIBUTOS_VAZIOS_CENTROSP.PDF), [HTTP://WWW.USP.BR/FAU/DEPPROJETO/LABHAB/BIBLIOTECA/TEXTOS/SILVA_TRIBUTOS_VAZIOS_CENTROSP-ANEXOS.PDF](http://www.usp.br/FAU/DEPPROJETO/LABHAB/BIBLIOTECA/TEXTOS/SILVA_TRIBUTOS_VAZIOS_CENTROSP-ANEXOS.PDF), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

2 IN: [HTTP://WEB.OBSERVATORIODASMETROPOLES.NET/DOWNLOAD/CM_ARTIGOS/CM22_174.PDF](http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm_artigos/cm22_174.pdf), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

Ainda segundo o Coteló, “o fato de que a área dos terrenos utilizados exclusivamente como estacionamentos é duas vezes maior do que a área correspondente a edifícios subocupados é suficiente para esvaziar a importância especificamente de políticas de reforma e requalificação de edifícios para fins residenciais. As dificuldades em orçar obras nessas condições são frequentemente maiores do que realizar orçamentos para prédios novos, uma vez que edifícios antigos apresentam toda sorte de problemas estruturais difíceis de detectar”.

Nesse sentido, uma alternativa apresentada pelos urbanistas é de que a cidade deve incentivar ocupação das regiões centrais, que têm infraestrutura e podem melhorar a

REVERTER O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO E CRIAR SOLUÇÕES PARA A APROXIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS DAS REGIÕES PERIFÉRICAS À REGIÃO CENTRAL

qualidade de vida³ Por meio de programas habitacionais nessas localidades, que objetivem promover a ampliação do acesso da população às áreas com infraestrutura mais adequada, amplia-se a oferta de moradia, diminuindo o déficit habitacional. Reverte-se o processo de esvaziamento e se cria soluções para a aproximação das famílias das regiões periféricas à região central, onde hoje está a maioria das oportunidades de trabalho e estudos⁴.

Conforme dispositivos do Plano Diretor, há instrumentos legais que definem diretrizes de usos e induzem a criação de habitações para a população de baixa renda em áreas próximas ao centro. Um exemplo são as Zonas Especiais de Interesse Social 3

PROMOVER OU AMPLIAR O USO DOS INSTRUMENTOS HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS) OU MERCADO POPULAR (HMP)

(ZEIS 3) – áreas com predominância de terrenos ou edificações subutilizados em regiões dotadas de infraestrutura, serviços urbanos e oferta de empregos. Se há interesse público - expresso por meio da legislação, dos planos regionais ou de lei específica - em investir em habitações dessa natureza, é possível promover ou ampliar o uso dos instrumentos Habitação de Interesse Social (HIS) ou Mercado Popular (HMP), que visam melhorar as condições habitacionais da população. Somente na subprefeitura da Sé, existem 42 áreas classificadas como ZEIS 3.

A HIS é uma moradia promovida pelo poder público ou por parceiros a ele conveniados, que tem como público alvo famílias cuja renda mensal seja igual ou inferior a seis salários mínimos. O tamanho da moradia é padronizado em 50 m², a não ser que as pessoas beneficiadas participem diretamente do processo de construção (nesse caso a área do imóvel pode aumentar). É provida de um sanitário e até uma vaga na garagem. Já a HMP

³ REPORTAGEM DE VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO, INTITULADA “PARA URBANISTAS, CIDADE DEVE INCENTIVAR OCUPAÇÃO DAS REGIÕES CENTRAIS - MAS SÓ PARA QUEM TEM GRANA! ESQUECERAM DE FALAR!”. IN: [HTTP://WWW.CENTROVIVO.ORG/NODE/141](http://www.centrovivo.org/node/141), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

⁴ ERICA DIOGO. “HABITAÇÃO SOCIAL NAS ÁREAS CENTRAIS”. IN: [HTTP://BASE.D-P-H.INFO/PT/FICHES/DPH/FICHE-DPH-6764.HTML](http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6764.html), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

é destinada a um público com uma renda maior, de até 16 salários mínimos, e sua oferta se dá pelo setor privado. As unidades habitacionais, nesse caso, podem ter até 70 m², dois sanitários e até uma vaga na garagem.

Atualmente há uma “reversão” da desvalorização imobiliária das áreas centrais. Segundo algumas interpretações, isso se daria por implementação de medidas que podem ser caracterizadas como uma “nova higienização”, com ações que retiram dessas localidades alguns segmentos populacionais, como moradores de rua, por exemplo. Essas iniciativas seriam influenciadas pela necessidade de identificar áreas com terrenos ou imóveis que possam ser demolidos ou reutilizados para que novas ofertas de moradias possam ser efetuadas, principalmente para atender os interesses das famílias de classe média. Em grande parte, essas medidas decorrem da falta de implementação das diretrizes do Plano Diretor de 2002, que trazem caminhos para a redução do déficit habitacional na capital paulista.

FUNÇÃO RESIDENCIAL

Repensar a função residencial na área central deve ser uma prioridade da política pública, mas algumas ações parecem contrariar essa diretriz. São preocupantes as mudanças de uso de alguns imóveis dessa localidade, quando se direcionam para usos não residenciais. Tal fato é exemplificado através da demolição dos edifícios Mercúrio e São Vito para dar lugar a uma praça em frente ao Mercado Municipal e a um estacionamento subterrâneo. Essas áreas, no entanto, fazem parte de uma ZEIS, o que impede, de acordo com o Plano Diretor vigente, que seja usada para outros fins que não sejam de caráter social.

A “higienização”, segundo o Movimento de Moradia do Centro, começou no final do governo de Paulo Maluf, na década de 1990, com a retirada de meninos e meninas que viviam em situação de rua. Foi no início da gestão de Gilberto Kassab, no entanto, que a política foi retomada com força, tendo agora como alvo, todos os moradores de rua, além de vendedores ambulantes, prostitutas e carroceiros⁵. Esse fato poderá ser agravado com a aproximação dos eventos esportivos no Brasil e com a possível revisão do atual Plano Diretor. O grande gargalo dessa questão é que os cidadãos em situação de risco removidos da região central não têm auxílios que tragam melhoria para as suas qualidades de vida. Pelo contrário, eles acabam se instalando em outras áreas, passam a viver em situação ainda mais deplorável e o problema persiste, mas escondido dos olhos da classe média e dos turistas.

Torna-se necessário que São Paulo aproveite melhor seus espaços, principalmente os que já possuem infraestrutura e dispõem de oferta de serviços públicos e privados. Dinamizar as áreas centrais e outras que podem ser identificadas

PROMOVER AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE CIDADÃOS EM SITUAÇÃO DE RISCO OU DE BAIXA RENDA AO MERCADO DE TRABALHO E AUMENTAR A OFERTA DE MORADIAS POPULARES COM INFRAESTRUTURA DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA ETC.

⁵ REPORTAGEM DO BRASIL DE FATO, DE 16/04/2009, INTITULADA “ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA PRESSIONA POR “HIGIENIZAÇÃO” DO CENTRO DE SÃO PAULO”. IN: [HTTP://WWW.BRASILDEFATO.COM.BR/NODE/1723](http://www.brasildefato.com.br/node/1723), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

como polos fornecedores de ofertas de moradias dignas e de melhoria da qualidade de vida devem ser prioridades governamentais. Portanto, defende-se como diretriz promover ações de reintegração de cidadãos em situação de risco ou de baixa renda ao mercado de trabalho e aumentar a oferta de moradias populares com infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica etc.

PLANO DIRETOR DE 2002

O Plano Diretor da Cidade de São Paulo de 2002 e suas propostas de revisão deixaram de pregar “a desconcentração das atividades econômicas no município” e passaram a facilitar o adensamento em torno de metrô e grandes avenidas. Ao favorecer as construções nessas áreas, a cidade “aproveitará melhor a infraestrutura existente e evitará que as pessoas tenham de se deslocar por longos trajetos”⁶.

Existem instrumentos legais para a implantação dessa proposta. Por exemplo, o artigo 182 da Constituição Federal, que ressalta a importância da função social da propriedade de acordo com o Plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, e institui três instrumentos para o seu cumprimento: parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial progressivo no tempo; e desapropriação com títulos da dívida pública.

Segundo o Plano Diretor de São Paulo, em seu artigo 13, “para os fins estabelecidos no artigo 182 da Constituição da República, não cumprem a função social da propriedade urbana, por não atender às exigências de ordenação da Cidade, terrenos ou glebas totalmente desocupados, ou onde o coeficiente de aproveitamento mínimo não tenha sido atingido, ressalvadas as exceções previstas nesta lei, sendo passíveis, sucessivamente, de parcelamento, edificação e utilização compulsórios, Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo e desapropriação com pagamentos em títulos, com base nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade”⁷.

Essas medidas teriam como efeito estimular a transferência de terrenos daqueles que não querem (ou não tem recursos) para utilizá-los para aqueles que querem (ou têm esses recursos). No entanto, não se pode menosprezar o risco de que essas medidas tenham por efeito a concentração da propriedade em mãos de proprietários mais capitalizados, penalizando apenas aqueles sem renda para investir. Uma vez os terrenos transferidos e concentrados, as lógicas de utilização ou especulação não são facilmente controláveis. Desse modo, a implantação dos instrumentos precisa ser muito criteriosa e claramente vinculada a uma intenção municipal para uma determinada região da cidade.

Do ponto de vista da política habitacional, a maior eficácia do parcelamento ou edificação compulsória seria sua vinculação a zonas onde só se permite a produção de habitações

⁶ REPORTAGEM DE 27/06/2009, INTITULADA “DEBATES DISCUTEM REVISÃO DO PLANO DIRETOR QUE QUER FAZER DE SÃO PAULO UMA ‘CIDADE COMPACTA’”. IN: [HTTP://NOTICIAS.UOL.COM.BR/COTIDIANO/2009/06/27/ULT5772U4504.JHTM](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/27/ULT5772U4504.JHTM), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

⁷ LEI Nº 13.430, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

de interesse social. Imagina-se que a redução do padrão possível de construção nessas zonas reduza as expectativas de preço de venda. Nesse caso, a tendência de esperar para que as medidas fossem suspensas, seria penalizada com o imposto progressivo. A geração de ofertas poderia ser aproveitada pelo setor público, por cooperativas ou pelo setor formal, se tiver interesse em produzir segundo as normas dessas zonas. No entanto, seria fundamental a existência de financiamento habitacional adequado às faixas de renda mais baixa⁸.

IPTU PROGRESSIVO

Dentre os instrumentos citados no artigo 182 da Constituição Federal, merece destaque o IPTU Progressivo no Tempo, que é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade (artigo 7º da Lei 10.257/2001) e que permite ao governo municipal aumentar, progressivamente, o valor da alíquota do IPTU de um imóvel, caso seu proprietário não lhe dê a utilização conforme o previsto no Plano Diretor. A medida consiste em uma espécie de desincentivo aos que mantêm imóveis abandonados, terrenos vazios sem edificação, ou glebas sem utilização e parcelamento, de forma a racionalizar e otimizar a ocupação das cidades.

O objetivo do IPTU Progressivo é combater a especulação imobiliária e induzir a utilização de áreas da cidade já dotadas de infraestrutura urbana, ao invés de promover a ocupação de regiões distantes do centro que exigirão novo investimento público em drenagem, asfalto, iluminação pública, rede de água e esgoto, transporte coletivo e uma série de equipamentos urbanos, como espaços de lazer, escolas, postos de saúde etc.

Em junho de 2010, a Câmara aprovou o projeto de lei que eleva progressivamente a alíquota do IPTU e permite desapropriar imóveis sem uso ou subutilizados em quase toda a região central e em cerca de 700 áreas destinadas a moradias populares. No mês seguinte, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, sancionou a lei que institui o IPTU Progressivo no Tempo para imóveis vazios ou subutilizados nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) da capital.

Essa lei se aplica a áreas dotadas de infraestrutura, localizadas nas ZEIS 2 e 3 e na Operação Urbana Centro. Somente no centro expandido da cidade existem 400 mil imóveis vazios⁹. A prefeitura estima que o novo dispositivo libere até 250 mil imóveis para o mercado e possibilite atender 1 milhão de pessoas¹⁰.

8 HELENA MENNA BARRETO SILVA. "VAZIOS URBANOS – REQUALIFICANDO O PROBLEMA NA GRANDE SÃO PAULO". SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE VAZIOS URBANOS: NOVOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES. IN: [HTTP://WWW.USP.BR/FAU/DEPROJETO/LABHAB/BIBLIOTECA/TEXTOS/SILVA_VAZIOSURBANOS_HMB.PDF](http://www.usp.br/FAU/DEPROJETO/LABHAB/BIBLIOTECA/TEXTOS/SILVA_VAZIOSURBANOS_HMB.PDF), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

9 REPORTAGEM DE 30/06/2010, INTITULADA "SP APROVA SOBRETAXA PARA IMÓVEL VAZIO. PROJETO APROVADO PERMITE DOBRAR IPTU ANUALMENTE E DESAPROPRIAR IMÓVEIS QUE NÃO CUMPREM A FUNÇÃO SOCIAL. OBJETIVOS SÃO ESTIMULAR OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS NA REGIÃO CENTRAL E ERGUER MORADIAS POPULARES EM ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL." IN [HTTP://WWW.CORREIOCIDADANIA.COM.BR/CONTENT/VIEW/3179/9/](http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3179/9/), ACESSADO EM DEZEMBRO DE 2010.

10 REPORTAGEM DE 01/07/2010, INTITULADA "KASSAB SANCIONA LEI DO IPTU PROGRESSIVO PARA IMÓVEIS OCIOSOS EM SÃO PAULO". IN: [HTTP://CASAEIMOVEIS.UOL.COM.BR/ULTIMAS-NOTICIAS/INFOMONEY/2010/07/01/KASSAB-SANCIONA-LEI-DO-IPTU-PROGRESSIVO-PARA-IMOVEIS-OCIOSOS-EM-SAO-PAULO.JHTM](http://casaeimoveis.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2010/07/01/kassab-sanciona-lei-do-iptu-progressivo-para-imoveis-ociosos-em-sao-paulo.jhtm), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

De acordo com a lei, o proprietário será notificado e terá um prazo para regularizar a situação do imóvel. Somente a partir de sua ciência inicia-se o processo do IPTU Progressivo no Tempo. Esta modalidade de IPTU pode ter aumento gradativo ano a ano de até 15% no imposto e até cinco anos de notificações; o imóvel pode também ser desapropriado para função social, indenizando o detentor da propriedade com títulos da dívida pública, que serão pagos em até 10 anos.

Segundo o Instituto Polis, a maior dificuldade que o município irá enfrentar provavelmente será de ordem política. Muitas pessoas ainda acreditam que a propriedade é um direito absoluto e que podem dar a destinação que quiserem a seu imóvel, independentemente de sua postura prejudicar o município como um todo. Além disso, deve-se considerar que um proprietário que mantém um imóvel subutilizado, provavelmente possui outros imóveis e utiliza-se dessa prática para auferir lucros, praticando especulação imobiliária. Para preservar essa situação, muitos proprietários podem recorrer ao Judiciário, impetrando ações que impeçam ou retardem a aplicação do IPTU Progressivo. Para evitar essa possibilidade, é muito importante observar atentamente a legislação, cumprindo todos os procedimentos exigidos, para não correr o risco de sofrer uma anulação da medida por falta de cumprimento de alguma formalidade¹¹.

Instrumentos como o IPTU Progressivo, porém, só serão efetivos se estiverem integrados às políticas e aos programas habitacionais, com seus respectivos aportes de recursos. Para ilustrar essa imprescindibilidade, o Programa de Habitação e Requalificação do Centro – Renova Centro é um bom exemplo.

O pontapé inicial dessa iniciativa foi no início de 2010, quando o prefeito de São Paulo assinou o decreto para desapropriar 53 prédios abandonados na região central. O objetivo é reformar e construir aproximadamente 2.500 unidades habitacionais em parceria com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP). Serão investimentos R\$ 400 milhões.

Os 50 endereços selecionados (até janeiro de 2011) foram eleitos com base em estudo inédito da FAU-USP, feito a pedido da Cohab-SP, que descobriu pelo menos 208 prédios desocupados no centro. Todos os imóveis foram analisados, os donos encontrados e as dívidas analisadas no cadastro de inadimplentes da Prefeitura - em média, cada prédio deve aos cofres públicos R\$ 100 mil de IPTU. Dos 53 imóveis desapropriados, 16% eram hotéis, 61% de uso comercial e 23% eram residenciais. Esses imóveis possuíam débitos de R\$ 8 milhões com a Prefeitura relativos ao IPTU.

Estima-se que existam na cidade cerca de 420 mil imóveis desocupados, entre casas e edifícios, e pelo menos um quinto poderia ser revitalizado e transformado em moradia. Só a prefeitura tem 37 imóveis residenciais ociosos, que estão fechados e sem resultar em rendas ou melhorias para o município.

¹¹ CIBELE FRANZESE. "IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO". IN: [HTTP://WWW.POLIS.ORG.BR/PUBLICACOES/DICAS/DICAS_INTERNA.ASP?CODIGO=91](http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas_interna.asp?codigo=91), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

Segundo o presidente da Cohab-SP, Ricardo Pereira Leite, o perfil das pessoas que ocuparão essas moradias deverá ser analisado com cuidado. “O ideal é conseguirmos atender ao máximo de demandas de todos os segmentos. Vamos levar em conta o local de trabalho, como por exemplo, os funcionários públicos que trabalham no Centro, e a terceira idade”, disse. As novas moradias serão destinadas a famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos e deverão custar entre R\$ 2 mil e R\$ 2,5 mil o m²¹².

O objetivo é trazer de volta para o Centro a população que se mudou para outras regiões, mas que continua trabalhando nas imediações da Sé e da República, onde está a maior parte dos edifícios desapropriados. De 1991 a 2009, 150 mil moradores deixaram o Centro de São Paulo¹³. A Cohab deverá disponibilizar apartamentos de R\$ 40 mil a R\$ 170 mil. O financiamento poderá ser feito por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, que dá subsídio de R\$ 52 mil para habitações destinadas a famílias que ganham até dez salários mínimos (R\$ 4.650)¹⁴.

MORAR NO CENTRO

Outro exemplo de programa e política pública que visa melhorar a ocupação na região central da capital paulista é o Programa Morar no Centro, um conjunto integrado de intervenções municipais coordenadas pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), criado na gestão 2001/2004 com os seguintes objetivos: melhorar as condições de vida dos moradores do Centro; viabilizar moradia adequada para pessoas que moram ou trabalham na região; evitar o processo de expulsão da população mais pobre, que muitas vezes ocorre em políticas de reabilitação de centros urbanos.

Tem como principais diretrizes: priorizar a reforma de prédios vazios; combinar soluções habitacionais com iniciativas de geração de renda; e buscar a diversidade social nos bairros centrais. A prefeitura selecionou 11 imóveis considerados aptos a receber a implantação do programa na modalidade Programa de Locação Social (PLS) e mais 13 na modalidade Programa de Arrendamento Residencial (PAR) dentro desses distritos, com a intenção de instalar moradores de baixa renda e, assim, iniciar uma agenda de incentivo a ocupação desses espaços ociosos com residências¹⁵.

12 NOTÍCIAS DE 25/02/2010, INTITULADA “PROGRAMA DE HABITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO”. IN: [HTTP://WWW.PREFEITURA.SP.GOV.BR/CIDADE/SECRETARIAS/HABITACAO/COHAB/NOTICIAS/?P=15692](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/cohab/noticias/?p=15692), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

13 NOTÍCIA DE 04/02/2010, INTITULADA “PREFEITURA LANÇA PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DO CENTRO DE SP”. IN: [HTTP://G1.GLOBO.COM/NOTICIAS/SAOPAULO/0,,MUL1476697-5605,00-PREFEITURA+LANCA+PROGRAMA+DE+REVITALIZACAO+IMOBILIARIA+DO+CENTRO+DE+SP.HTML](http://g1.globo.com/noticias/saopaulo/0,,MUL1476697-5605,00-PREFEITURA+LANCA+PROGRAMA+DE+REVITALIZACAO+IMOBILIARIA+DO+CENTRO+DE+SP.HTML), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

14 REPORTAGEM DO O ESTADO DE S. PAULO, DE 26/01/2010, INTITULADA “NO CENTRO DE SP, R\$ 400 MILHÕES PARA MORADIA PREFEITURA VAI DESAPROPRIAR E REFORMAR 50 PRÉDIOS PARA CONSTRUIR APARTAMENTOS DE R\$ 40 MIL A R\$ 170 MIL”. IN: [HTTP://WWW.NOSSASAOPAULO.ORG.BR/PORTAL/NODE/9993](http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/9993), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

15 FERNANDO CARDOSO COTELO. “PADRÕES ESPACIAIS DE OCIOSIDADE IMOBILIÁRIA E O PROGRAMA MORAR NO CENTRO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO (2001-2004)”. IN: [HTTP://WEB.OBSERVATORIODASMETROPOLES.NET/DOWNLOAD/CM_ARTIGOS/CM22_174.PDF](http://web.observatoriodasmetrosoles.net/download/cm_artigos/cm22_174.pdf), ACESSADO EM JANEIRO DE 2011.

JÁ FOI FEITO	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR
<p>O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) é uma das maiores unidades de conservação do estado de São Paulo, ocupa 23 municípios em uma área de 315 mil hectares. O parque é um importante agente de preservação da fauna e da flora da Mata Atlântica, além de garantir a qualidade das águas que abastecem a Grande São Paulo, a Baixada Santista e o Litoral Norte.</p> <p>Desde a sua criação, em 1977, o PESM foi alvo de invasões de famílias que, sem condições para viver em áreas urbanas, migraram para áreas do parque e do seu entorno. Esse processo resultou em milhares de pessoas vivendo em situação de risco e degradação ambiental. Em algumas regiões, chegaram a ser registradas mais de 1.200 famílias despejando esgoto diretamente nas águas do PESM. Em 2007, o governo do Estado lançou o maior programa de recuperação de áreas degradadas</p>	<p>do Brasil, o “Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar”. Juntas, as secretarias do Meio Ambiente, da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) produziram um mapa da situação socioambiental de todo o PESM e entorno. Foram identificadas as famílias que precisavam ser removidas e também os locais que já estavam consolidados como áreas urbanas.</p> <p>No primeiro caso, desde 2010, as famílias estão sendo removidas para imóveis da CDHU nas regiões onde já viviam. O interessante é que as moradias construídas seguem critérios de sustentabilidade, com energia solar e sistema de reuso de água. Nas áreas consolidadas como manchas urbanas, serão instalados serviços de saneamento e esgoto, meios de transporte público, escolas, postos de saúde etc.</p>

PROGRAMAS DE ARRENDAMENTO	
<p>O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal é uma linha de financiamento que visa arrendar unidades habitacionais para famílias de baixa renda .</p> <p>O contrato de arrendamento significa que o arrendatário “aluga” a casa ou apartamento com uma opção de compra que só pode ser exercida após o prazo de vigência do contrato (normalmente mais de 15 anos). A palavra aluga está entre aspas porque o arrendamento residencial é uma construção jurídica que não é nem um contrato de aluguel propriamente dito nem uma promessa de compra e venda.</p> <p>O programa estabelece que a tipologia mínima de cada unidade deva ser de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, com área mínima de 37 m², mas é flexível no caso de projetos de requalificação, pois as plantas dos prédios a serem requalificados</p>	<p>ou reformados não são, às vezes, facilmente conversíveis em unidades com as características recomendadas pelas regras gerais do programa. Em sua maioria, os projetos do Programa Morar no Centro contemplavam apartamentos com área menor do que 37 m². O valor máximo por unidade a ser financiada era, em 2004, de R\$40 mil na capital e, posteriormente, R\$ 48 mil . O beneficiário faz um contrato com a Caixa Econômica Federal chamado de Instrumento Particular de Arrendamento Residencial com Opção de Compra. O prazo é de 180 meses (15 anos) e a taxa é de 0,7% do valor do imóvel. Ao final do prazo, o arrendatário pode optar pela devolução, pela compra ou pela renovação do contrato. No caso de desistência ou inadimplência, não tem direito a recuperar os valores pagos a título de arrendamento.</p>

JÁ FOI FEITO	SIDNEY, A CIDADE DAS CIDADES
<p>A cidade de Sidney, na Austrália, saiu na frente ao criar, em 2005, o “Cidade das Cidades: Um plano para o futuro de Sidney”. Trata-se de uma estratégia metropolitana com metas para até 2031, que já estão sendo revistas, estendendo ações para até 2036. O plano visa garantir acesso equitativo da população às infraestruturas e aos serviços da cidade. Uma das</p>	<p>principais estratégias é fortalecer o crescimento no centro urbano, garantindo que os moradores não tenham que se deslocar por mais de uma hora para ir ao trabalho, estudos ou atividades de lazer. Com isso, Sidney revê o papel dos centros urbanos em toda a área metropolitana, abrangendo as cidades vizinhas e envolvendo 4 milhões de habitantes.</p>

A população de São Paulo, porém, não está satisfeita com os planos habitacionais para diferentes faixas de renda. Prova disso é que no IRBEM esse quesito ficou com nota média 4,3. Uma forma da prefeitura induzir a mudança do uso do solo na capital paulista e promover a otimização dos imóveis em seus usos residenciais, comerciais e de serviços é através dos mecanismos fiscais de isenção ou incentivos, para estimular a proatividade dos proprietários de imóveis e terrenos em áreas ociosas. A medida também vale para solucionar problemas com moradores de áreas de risco e áreas de proteção ambiental ocupadas ilegalmente. Para essa agenda, propõem-se diretrizes voltadas para intensificação da fiscalização em áreas protegidas e a regularização da situação de moradores em áreas de risco ou de invasões, ora instalando equipamentos de saneamento e energia, ora removendo as famílias para locais que ofereçam moradia digna e sem ameaças ao meio ambiente.

INTENSIFICAR O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES DO SOLO URBANO

A cidade de São Paulo ainda sofre com sérios problemas de ocupações irregulares em áreas de proteção. Com a alta dos preços dos imóveis, fica cada vez mais difícil o acesso à moradia em regiões centrais e com concentração de emprego, escolas e serviços públicos. Por isso, muitas famílias acabam instalando suas residências em áreas mais afastadas, às vezes próximas ou dentro de áreas de proteção ambiental, como a região da represa de Guarapiranga, um dos principais mananciais da capital paulista.

Uma importante diretriz para a capital paulista, portanto, é intensificar o controle e fiscalização das ocupações do solo urbano, aperfeiçoando o monitoramento da ocupação em áreas de proteção ambiental, que prestam importantíssimos serviços ambientais para a cidade, sobretudo os relacionados ao abastecimento de água e ao conforto climático oferecido pela cobertura vegetal (conforme apresentados na visão de São Paulo como Cidade Saudável). Para não repetir os erros do passado, quando as pessoas que foram morar nas regiões dos mananciais - por falta de alternativa de acesso à moradia no mercado formal de imóveis - foram responsabilizadas pelas ocupações ilegais, é primordial que esse controle se dê a partir da ação preventiva, sobretudo a promotores imobiliários que agem ilegalmente e induzem e se beneficiam economicamente de tais ocupações.



ISTOCK PHOTOS



CIDADE COMPACTA

Contar com trabalho, lazer, estudo e serviços próximos à moradia é essencial à qualidade de vida na cidade.

COMENTÁRIOS SOBRE DENSIDADE DA ESTRUTURA URBANA

Quem já não elogiou a região onde mora ou onde algum conhecido vive com a seguinte justificativa: “fulano mora em um lugar ótimo, próximo de hospital, supermercado, escola, academia, farmácia, próximo de tudo”? Não há dúvidas de que ter acesso a todas as necessidades da vida cotidiana é a melhor opção de lugar para se viver. No entanto, ter condições de viver em lugares com essa estrutura é difícil, pois as regiões beneficiadas com tantas opções de serviços acabam se tornando lugares caros. Quem não tem condições de arcar com esses “custos” tem que mudar para regiões afastadas e periféricas.

A distribuição compacta e equilibrada das diversas atividades urbanas potencializa o aproveitamento das infraestruturas existentes, racionalizando a circulação na cidade e o uso dos serviços e espaços públicos. A indução à compactação e à melhor distribuição das densidades populacionais reduz as distâncias físicas e sociais, incentivando o convívio entre classes sociais, aproximando locais de trabalho, moradia, lazer, cultura, conhecimento e reduzindo a pressão sobre os sistemas de transporte da cidade.

A compactação ou aumento da densidade da estrutura urbana é uma das mais importantes agendas relacionadas à sustentabilidade ambiental. Isso porque metade da população mundial já vive em áreas urbanas e estima-se que, nos próximos 20 anos, essa

marca chegará a 70%. Ou seja, a interação entre a cidade compacta e a sustentabilidade se dá em múltiplos sentidos: pela redução das emissões em função da menor demanda por mobilidade (o setor de transporte é responsável por mais de três quartos das emissões de gases de efeito estufa em São Paulo); na diminuição da pressão de ocupação de áreas de mananciais e áreas verdes no entorno metropolitano; e por tornar mais ágil o fluxo de pessoas e propiciar maior eficiência energética.

O modelo de cidade compacta, acompanhado pelos desenhos urbanos que geram paisagens apreciadas por moradores e turistas, pode ser identificado em cidades como Copenhague e Barcelona. Elas possuem uma alta densidade de infraestrutura e de população em seu território, serviços de transporte público de qualidade e menor consumo de energia per capita. Se tomarmos como exemplo cidades com porte parecido com o de São Paulo, observa-se que a estrutura e a mancha urbana podem apresentar diferentes formas dentro do território.

Essa diferenciação na forma urbana se dá em função de processos históricos e de desenvolvimento urbano que cada cidade adota. A aplicação do modelo de cidade compacta na cidade de São Paulo, e também no Brasil, está relacionada, mais do que às características geográficas do sítio urbano, ao embate entre os interesses da sociedade e os interesses de determinados setores econômicos – especialmente da indústria automobilística, de grandes obras de infraestrutura viária e do setor imobiliário.

INTERESSES PRIVADOS

A formação de São Paulo reflete esse diagnóstico. Mais do que falta de planejamento, as opções tomadas pelos seus governantes ao longo de muitas décadas têm revelado a prevalência dos interesses privados relacionados às essas três atividades econômicas. Acrescentou-se a esse processo resultados indesejados, como a formação de núcleos segregados de segmentos sociais e a falta de diversidade socioeconômica dentro da capital paulista.

Tal dinâmica combinou um conjunto de interesses articulados que produziu um modelo de concentração econômica e espacial da estrutura produtiva; segregação socioespacial - pouca mistura entre classes sociais no espaço; e precariedade nos transportes coletivos, cujo símbolo mais importante é a pequena extensão da rede de metrô na cidade.

JÁ FOI FEITO

BARCELONA COMPACTA

Uma cidade feita para as pessoas. Com esse pensamento, Barcelona, na Espanha, investiu fortemente na formação de uma cidade compacta. Hoje não há um bairro que não seja um mix de trabalho, estudo e moradia. É possível fazer praticamente tudo em um só lugar. Nem por isso a cidade deixa de ser explorada por todos os cantos pelos seus moradores e turistas. Cada bairro tem suas peculiaridades e curiosidades. Se locomover de um lugar para outro é simples, tanto de transporte público quanto a pé ou de bicicleta. Barcelona é um exemplo concreto de que políticas públicas de pequeno e médio prazos podem fazer a diferença. O modelo de cidade compacta foi implantado no início do Século XXI e já mostra resultados muito satisfatórios. Ou seja, é mais uma questão de vontade política e cidadã, do que de tempo.

Um primeiro fator essencial para esse padrão de ocupação do território tem sua origem nos primórdios da industrialização brasileira, em que a cidade de São Paulo tem um papel fundamental. Entre as peculiaridades desse processo estão compensar o caráter tardio de formação do parque industrial com subsídios governamentais – entre eles, os pesados investimentos na indústria de base – e presença de mão-de-obra barata.

Para compatibilizar os custos e a disponibilidade de mão-de-obra e a oferta de moradias próximas às fábricas (as conhecidas “vilas operárias”), algumas empresas optaram por localizar suas plantas fabris em lugares com terrenos baratos, portanto distantes das centralidades urbanas. Esse fator permitiu que os trabalhadores instalassem suas moradias em regiões periféricas e, na maioria das vezes, erguidas com base no princípio da autoconstrução. Como a população que chegava à capital era eminentemente rural, as práticas de mutirão em autoconstrução foram muito utilizadas nesse período¹.

A expansão urbana sobre terras baratas e sem infraestrutura foi benéfica ao segmento imobiliário, na medida que possibilitou a emergência de loteamentos, tanto formais como ilegais, e, ao mesmo tempo, a valorização dos terrenos situados nos anéis intermediários da cidade (entre as indústrias e os subúrbios em formação). Tais áreas eram compradas e retidas para valorização futura, configurando processo que se tornou conhecido como “retenção especulativa de terrenos” ou “especulação imobiliária”. Ao mesmo tempo em que as populações que viviam nos loteamentos irregulares ou ilegais periféricos se mobilizavam para obter um mínimo de infraestrutura, surgia um novo modelo político na cidade: essas mesmas pessoas agora serviam como base para o clientelismo político, em função das necessidades urgentes e da inércia do poder público, que fez surgir a “indústria dos favores”.

Enquanto o processo de urbanização de São Paulo beneficiava os segmentos imobiliário e industrial, outro fato caminhava em paralelo. Tratava-se da articulação entre empreiteiras e indústria automobilística. Tal fenômeno fez com que o poder público investisse prioritariamente nas grandes obras viárias, inibindo investimentos em transporte coletivo, sobretudo no metrô². Esses aportes de recursos, por sua vez, beneficiavam as grandes empreiteiras (pelo alto valor empregado nas obras); a indústria automobilística, já que ao abrir grandes avenidas e inibir o transporte coletivo de massas estimula-se o consumo de automóveis; e os interesses imobiliários, visto que as novas ruas e avenidas estavam articuladas às compras de terrenos para posterior valorização.

As dinâmicas descritas persistem até os dias atuais e têm feito de São Paulo uma cidade com altos índices de concentração espacial da atividade econômica – 75% da atividade produtiva em apenas 5% do território. Travada no ponto de vista da mobilidade e ineficiente do ponto de vista de sua conformação urbana, a proposta da cidade compacta, ágil e policêntrica constitui-se num eixo para articular diferentes estratégias no sentido de produzir um ambiente urbano mais diverso e democrático, além de uma estrutura urbana

¹ DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL. SÃO PAULO: EDUSP, 2004.

² VER LAGONEGRO, M. A. *METRÓPOLE SEM METRÔ: TRANSPORTE PÚBLICO, RODOVIARISMO E POPULISMO EM SÃO PAULO (1955-1965)*. TESE DE DOUTORADO. SÃO PAULO, FAU-USP, 2003.

mais eficiente nos setores energético, econômico e de qualidade de vida e também mais saudável e agradável do ponto de vista estético.

DESAFIOS DAS NOVAS CIDADES

As ideias que justificam a cidade compacta consideram que ela apresenta, e também representa, a capacidade de responder aos desafios das novas cidades. Um dos argumentos é o de que a qualidade de vida está associada muito mais à acessibilidade aos serviços e equipamentos do que ao grau ou quantidade de disponibilidade. Ao equilibrar melhor a distribuição das atividades urbanas, a cidade compacta, ágil e policêntrica propicia condições favoráveis para que sejam assegurados o cumprimento dos objetivos estratégicos para construir uma São Paulo melhor.

O pleno uso das infraestruturas urbanas, desde os transportes coletivos, passando pelos equipamentos públicos até parques e áreas verdes, está apoiado na sua correta distribuição em harmonia com locais de moradia, trabalho, lazer e estudo. A efetiva utilização desses equipamentos, com uso permanente aumenta a segurança dos espaços públicos, uma vez que estão sempre movimentados. Atualmente, a população paulista mostra-se insatisfeita com a segurança em seus bairros, visto que esse temor acarretou nota média para segurança de 4,4 no IRBEM.

A multifuncionalidade da cidade contribui, da mesma forma, para que não fiquem abandonadas vastas zonas durante horários extensos, já que regiões com poucas opções de trabalho, estudo e lazer tendem a fazer o papel de “cidade dormitório”. Quando os bairros têm diversidade de usos, também as suas atividades se estendem ao longo de todo o dia e parte da noite. O aumento da “densidade de atividades” em algumas áreas, principalmente as que estão relacionadas aos principais eixos dotados de sistemas de transportes coletivos, é uma solução que contempla os critérios do desenvolvimento sustentável, na medida em que aumenta a utilidade dessa infraestrutura.

Uma cidade mais equilibrada começa a partir da definição do bairro como unidade básica de vivência. trata-se também da possibilidade de se ter acesso, em 10 minutos a pé, a tudo o que se precisa no dia a dia - escolas, parques, praças, serviços públicos, serviços pessoais, de alimentação etc. - ou, ainda, se espelhar no indicador da União Europeia, que sugere que a população tenha acesso ao transporte público em um raio de até 300 metros de distância de sua residência ou trabalho. Tal proposta marca um contexto urbano, compacto e multifuncional e estabelece também o bairro como unidade de

ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO EM UM RAIOS DE ATÉ 300 METROS DE DISTÂNCIA DE SUA RESIDÊNCIA OU TRABALHO (...) ESTABELECE TAMBÉM O BAIRRO COMO UNIDADE DE VIDA, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO DO TERRITÓRIO.

vida, de planejamento e de gestão do território. É no bairro que se estabelece uma sociabilidade favorável à construção de uma cidadania ativa. No IRBEM de 2010, todos os itens relacionados à proximidade com espaços públicos, de lazer, entretenimento e cultura ficaram com nota média abaixo de 5. Prova de que, atualmente, os paulistanos não estão contentes com a acessibilidade e a distância desses serviços.

A proposta de uma cidade compacta deve articular duas dimensões distintas e igualmente fundamentais da vida urbana, a funcionalidade e a estética. Ela deve ser atrativa não apenas para os planejadores, mas deve sensibilizar os cidadãos e os turistas e estimulá-los a experimentar e vivenciar a cidade. A articulação dessas duas dimensões permite ajustar o funcionamento da cidade aos preceitos de uma boa qualidade do ambiente urbano, unindo os aspectos climáticos aos culturais, econômicos e sociais. Na mesma direção, estão os princípios da melhor qualidade do ar, do conforto térmico e da manutenção em níveis adequados dos ruídos. Deve-se incluir, também, o princípio da salubridade como um elemento fundamental para a qualidade de vida urbana, sobretudo quando vinculada à necessária incidência de raios solares nas residências e em outros locais de convivência, trabalho e lazer.

**ARTICULAR DUAS DIMENSÕES
DISTINTAS E IGUALMENTE
FUNDAMENTAIS DA VIDA
URBANA: A FUNCIONALIDADE
E A ESTÉTICA.**

PROMOVER O APROVEITAMENTO DAS ÁREAS EM REESTRUTURAÇÃO

Mais do que criar uma cidade compacta, com bairros que ofereçam os mais variados serviços e ofertas de moradia, emprego e estudos, é essencial **promover o aproveitamento**

das áreas em reestruturação, como as orlas das antigas ferrovias, a exemplo da Operação Urbana Água Branca ou na Diagonal Sul. A transição produtiva pela qual passa a cidade há cerca de três décadas tem resultado numa mudança importante no uso econômico do território. Ao invés de expressivas áreas para abrigar plantas industriais de grande porte, houve uma desconcentração industrial que demandou espaços de comando da economia ou de sedes administrativas de grandes corporações empresariais, o que fez com que as áreas que antes abrigavam a indústria paulistana passassem por um processo de reestruturação e reconversão de usos.

Como tais áreas estão dispostas nos eixos históricos de industrialização (*ver mapa*), elas dispõem de elementos que tornam a sua localização estratégica para grandes intervenções públicas: centralidade e acessibilidade. Em função disso, diferentes setores da sociedade e dis-

JÁ FOI FEITO

PRAÇA VICTOR CIVITA

No final da rua Sumidouro com a Marginal Pinheiros, ao lado da estação Pinheiros da CPTM, funcionou, entre os anos de 1949 e 1989, uma usina de incineração de lixo tóxico. Desativada, restou ao espaço as estruturas da usina e o solo altamente contaminado.

Vinte anos depois, a área que estava com edificações em ruínas, transformou-se na Praça Vitor Civita, um modelo em reciclagem de lugares em plena capital paulista. No espaço, foram construídas passarelas de madeira para os usuários não entrarem em contato com parte do solo ainda contaminado. A praça tem programação cultural intensa e atividades permanentes de esportes, bem estar e educação ambiental.

O prédio da antiga usina de incineração transformou-se no Museu da Sustentabilidade, com várias atividades e dicas simples e inteligentes sobre como cuidar do planeta.

tintas administrações já apresentaram projetos para essas áreas. O fundamental para o futuro da capital paulista é que até o ano de 2022 seja possível concluir ou pelo menos iniciar projetos já propostos, respeitando os princípios de continuidade administrativa, considerando a necessidade de se abrir espaço para a habitação de interesse social e popular e para a ampla participação e controle da sociedade sobre esses processos.

Como essas áreas em torno das ferrovias estão dentro da malha de transportes urbanos da cidade, as medidas que vierem a ser adotadas já têm a vantagem de não exigir investimentos em muitas obras de infraestrutura. São propostas apresentadas há muito tempo, bem pensadas pelos técnicos, e que podem, em curto prazo, ser implementadas com sucesso.

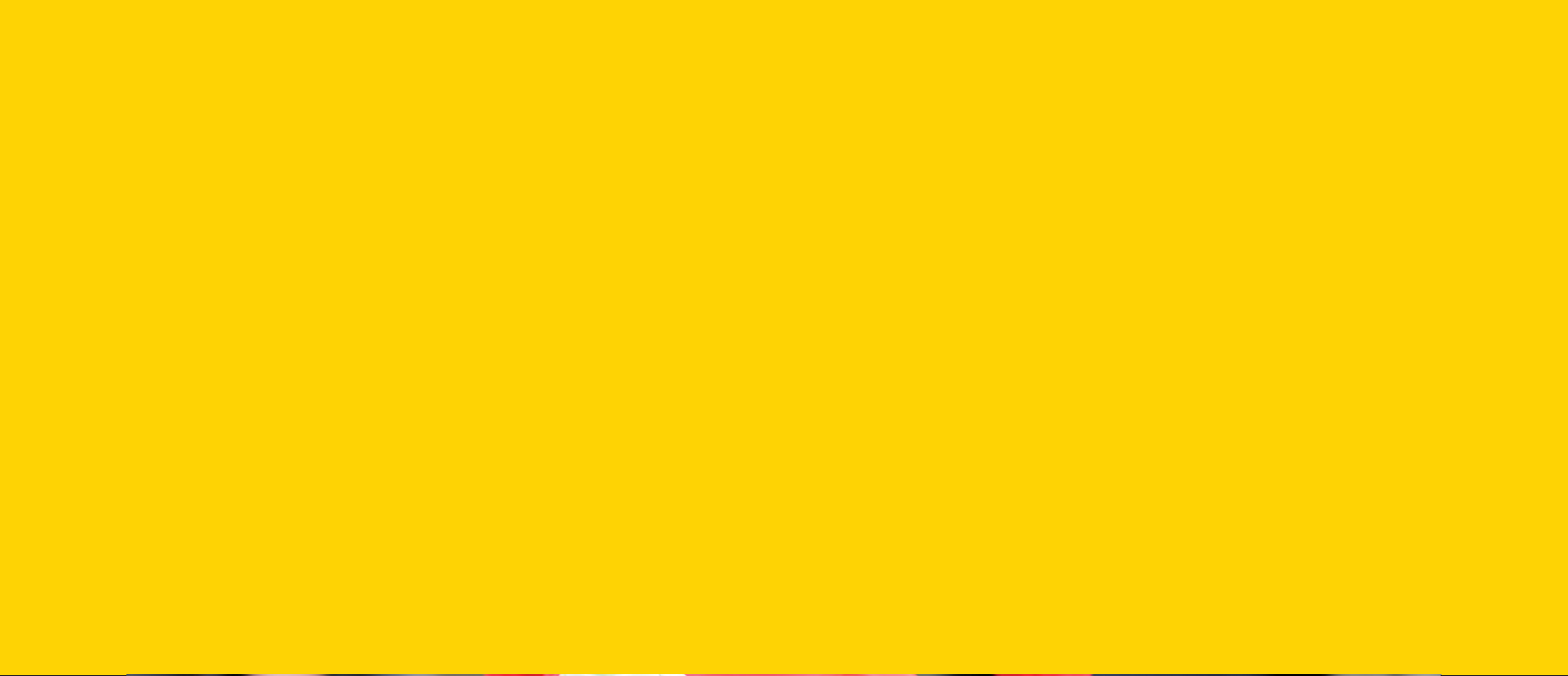
TRIBUTAÇÃO INTELIGENTE

As formas de tributar influem diretamente no desenvolvimento da cidade e podem servir ou não como alternativa para induzir o crescimento de determinada área ou determinado setor. Por isso, é fundamental **promover uma tributação inteligente**, que sirva como instrumento auxiliar das políticas urbanas. Como é amplamente divulgada, a carga tributária brasileira consome parcela significativa do conjunto das riquezas produzidas. Os efeitos dessa ação, infelizmente, são desiguais, conforme o nível de ganho das pessoas.

Os grandes municípios experimentaram, a exemplo de São Paulo, um grande salto nas suas receitas baseadas principalmente no Imposto sobre Serviços (ISS). O IPTU, por outro lado, ainda não foi objeto de grandes esforços de reestruturação, já que a atividade econômica em expansão significou um grande aumento das receitas. Mais do que seu impacto nas finanças públicas, modificar essa tendência traria um grande benefício extrafiscal.

Ao mesmo tempo, a modernização do Cadastro Territorial e Predial de Conservação e Limpeza, com o seu georreferenciamento, seria imprescindível para promover políticas urbanas necessárias para uma cidade compacta, densa e policêntrica, já que permitiria, entre outros aspectos, maior margem para imprimir uma política ativa de incentivos tributários (via IPTU) em direção à sustentabilidade (incentivo à substituição de descargas, por exemplo, para trocas que propiciem maior eficiência energética etc.).

JÁ FOI FEITO	CASAS DINAMARQUESAS VERDES ATÉ 2020
<p>Desde a crise do petróleo na década de 1970, a Dinamarca tem investido em fontes de energias alternativas e renováveis. Somente a energia eólica representa 20% da matriz energética no país. Agora o governo dinamarquês quer mais e a meta é que, até 2020, todas as residências do país possam ser consideradas "verdes", usando 100% de energias renováveis e sistemas de reuso de águas.</p>	<p>Para atingir essa impressionante marca, o país tem criado vários incentivos fiscais com redução ou isenção de impostos para os imóveis que adotem tecnologias sustentáveis. Na Dinamarca, boa parte dos salários precisa ser usada para pagar impostos. Portanto, um incentivo como esse pode ajudar o país a ser verde e o dinamarquês a ter mais dinheiro no bolso. Todos saem ganhando.</p>



ISTOCK PHOTOS



MOBILIDADE URBANA

Transporte coletivo de qualidade e diversificado precisa ser complementado com incentivos também ao deslocamento não motorizado.

VIAGENS EM MODO COLETIVO E SEM MOTOR

É impossível conhecer alguém em São Paulo que nunca tenha tido problemas com o trânsito. De carro, transporte público, moto, a pé ou de bicicleta, todos os paulistanos estão sujeitos a alguma situação estressante nas ruas quando o assunto é mobilidade ou, principalmente, a falta dela.

Não há dúvida de que a cidade precisa mudar a forma de se locomover. O modelo baseado no automóvel já deu, há algum tempo, sinais de esgotamento. A velocidade média de deslocamento se reduz ano a ano. Com isso, o paulistano, sobretudo os mais pobres, gastam horas preciosas de sua vida no trânsito. Esse tempo perdido impacta significativamente a qualidade de vida: menos convívio com os filhos, com a família, menos tempo para o lazer, a cultura, o trabalho etc. Do ponto de vista econômico, tal situação também significa uma limitação considerável – imprevisibilidade nos compromissos profissionais, maior custo logístico, dificuldade em atrair profissionais que não estão dispostos a tamanha perda na sua qualidade de vida.

O mais preocupante é que essa dinâmica está longe de ser revertida. Muito pelo contrário, a cada dia os números são mais desesperadores: a frota de veículos aumenta assustadoramente e os resultados são carros e mais carros enfileirados. Não há mais espaço para os sete milhões de veículos emplacados na capital paulista. Sem contar os que trafegam diariamente na cidade advindos dos municípios da Região Metropolitana ou de

TABELA 1. TOTAL DE VEÍCULOS CADASTRADOS NO DETRAN NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

VEÍCULOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MSP	5.318.888	5.491.811	5.649.318	5.807.160	5.332.582	5.614.084	5.962.512	6.369.581
Automóvel	4.138.231	4.262.898	4.371.827	4.474.719	4.085.729	4.264.015	4.481.172	4.731.894
Ônibus	61.367	63.222	66.719	68.970	60.322	62.003	65.042	41.838
Caminhão	153.477	154.018	153.882	155.503	131.308	134.514	138.615	165.640
Utilitário	502.568	515.830	527.838	544.593	516.573	544.533	579.094	600.553
Moto/Moton.	397.384	428.761	461.188	494.878	490.754	560.098	648.190	756.643
Outros	65.861	67.082	67.684	68.497	47.896	48.921	50.399	73.013

Fonte: Departamento Estadual de Trânsito/Detran.

outras cidades. No IRBEM, tanto o quesito “soluções para diminuir o trânsito” quanto o “prioridade ao transporte coletivo no sistema viário” ficaram com nota média de 4,4.

Ao se analisar a tabela relativa à evolução da frota, chama a atenção o forte incremento ao longo dos anos em todas as categorias, com exceção da frota de ônibus da cidade. Sobretudo com o aquecimento da economia e o aumento do poder aquisitivo dos paulistanos e brasileiros em geral, as vendas de veículos automotores crescem exponencialmente.

É importante pontuar, no entanto, que esse número refere-se aos veículos cadastrados e não, necessariamente, aos que circulam diariamente nas ruas.

Em relação à frota de ônibus, cabe destacar que, além de não ter aumentado no período, ainda apresenta duas situações a serem superadas: precisa avançar no uso de combustíveis que sejam menos nocivos à saúde humana (conforme capítulo cidade saudável e sustentável); e a frota adequada à pessoa com deficiência ainda se restringe a apenas 25% do total.

Também chama a atenção o crescimento da frota de motocicletas. Estas estão vinculadas ao crescimento dos níveis de congestionamento, do incremento no nível da atividade econômica e do relativo baixo custo individual de sua aquisição. O aumento da quantidade das motocicletas revela outro aspecto importante quando se fala na questão da mobilidade urbana: o expressivo número de acidentes de trânsito.

Cabe salientar que pelos critérios de geração de estatísticas de mortes no trânsito, quando a pessoa acidentada morre depois de certo número de dias, os registros atribuem outras causas de morte, que não a causa originária, que é o acidente de trânsito. Resumindo: o número de vítimas fatais em acidentes de trânsito pode ser maior do que o registrado.

No ano de 2009, o perfil das mortes no trânsito de São Paulo revelou que os mais afetados são exatamente pedestres e motociclistas: 43% eram pedestres; 22% eram motociclis-

JÁ FOI FEITO**TRAFFIC CALMING NA EUROPA**

Traffic Calming é um conceito que há décadas tomou conta das ruas da Europa e agora ganha o mundo. Um dos princípios é desencorajar o uso do carro e promover o respeito e a prioridade ao trânsito de pedestres e ciclistas. Nele, uma série de equipamentos é instalada nos mais variados ambientes urbanos – grandes avenidas, ruas residenciais, ruas com escolas, estacionamentos de veículos etc.

Os equipamentos, como lombadas, platôs e sinalizações diferenciadas, visam, principalmente, reduzir a velocidade dos veículos, mas também proporcionar vias mais tranquilas e agradáveis

para a circulação de pessoas e não de veículos motorizados. Com isso, muito mais pessoas passaram a optar pelo transporte em bicicleta ou pelas caminhadas, já que o ambiente para estas práticas tornou-se mais agradável.

Um levantamento em 47 cidades europeias mostrou que a velocidade média reduziu em 100% dos casos, o fluxo de veículos caiu 59,6% e o número de acidentes no trânsito diminuiu 90%.

Atualmente, existem cartilhas que orientam a implantação do sistema *Traffic Calming*. Algumas cidades brasileiras já tiveram iniciativas nesse sentido, como Belo Horizonte e Maringá.

tas; 11% ocupantes – em automóveis, ônibus e caminhões; 3% eram ciclistas¹. Os dados preocupantes podem ser observados também no IRBEM, onde o item “Segurança no Trânsito” atingiu a insatisfatória nota média 3,7 e o item “Respeito ao Pedestre” teve nota 3,6.

Destaca-se que a ONU considera como uma das maiores tragédias dos países em desenvolvimento as mortes no trânsito, tanto que definiu o período entre 2011 a 2020 como a Década de Redução de Acidentes de Trânsito. Defende-se que a prefeitura da capital paulista se engaje no movimento mundial de redução do número de acidentes de trânsito, tomando medidas que venham a contribuir para o atingimento dessa meta recomendada pela Organização das Nações Unidas.

DIFERENTES MODAIS

É notório que, pelo menos nos últimos anos, o discurso rodoviário – aquele que defende os investimentos massivos para beneficiar o transporte individual e que vincula as noções de desenvolvimento e progresso à imagem de grandes obras viárias – perdeu um pouco do seu fôlego, pelo menos de forma direta. Entretanto, entre intenção e gesto há ainda uma grande diferença. Não raro governos apresentarem no discurso a prioridade ao transporte coletivo e, na prática, fazerem o contrário, ou seja, investem recursos volumosos em obras viárias que privilegiam o automóvel. As grandes avenidas, viadutos e pontes ainda são apresentados como símbolos do desenvolvimento da cidade. No entanto, todos são palcos de grandes congestionamentos.

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA DA CAPITAL PAULISTA SE ENGAJE NO MOVIMENTO MUNDIAL DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

¹ PRO-AIM/NOSSA SÃO PAULO.

TRANSPORTE INSUSTENTÁVEL

Em função do poder simbólico que as obras e infraestruturas viárias ainda possuem, é preciso insistir na insustentabilidade dos investimentos que priorizam o transporte individual. Para ilustrar isso, pode-se citar como exemplo o estudo da Agência Nacional dos Transportes que comparou os diferentes modais de transportes segundo critérios distintos:

- ✓ **Espaço** (espaço físico do veículo mais espaço livre para circulação): autos (21 m²); ônibus (54 m²); motos (8 m²). Ocupação média de pessoas nos veículos: auto (1,5); ônibus (30); moto (1,1);
- ✓ **Energia** (consumo em litros de combustível por quilômetro): auto (0,10 l/km); ônibus (0,4 l/km); moto (0,04 l/km);
- ✓ **Custo de acidentes**: o custo médio de um acidente de moto é 2,4 vezes superior ao de um acidente de automóvel². Esta proporção foi aplicada ao custo total estimado pelo Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP para os acidentes com autos e motos em 2008 (R\$ 7,7 bilhões) e ponderada pelas frotas (respectivamente 19,6 e 6 milhões) e pelo total de viagens estimado para cada um dos dois modais em 2008 (respectivamente 15,4 bilhões e 1,6 bilhão)³. O custo estimado dos acidentes com os ônibus (R\$ 1,3 bilhão) foi dividido pelo número de viagens realizadas neste modo em 2008 (12,1 bilhões). Os valores foram atualizados para janeiro de 2010 pela variação do IPCA.

Foram analisados os custos totais vistos como uma combinação de: custo social, que envolve gastos com acidentes de trânsito e emissão de poluentes; custo de desembolso, que compreende tarifas, no caso do ônibus, combustível, no caso de motocicleta, combustível e estacionamento, no caso de automóveis, outros custos, que incluem impostos, taxas, manutenção e depreciação. Os resultados aparecem na tabela 2.

A partir da leitura da tabela é possível destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, o custo social elevado das motocicletas exige políticas e ações efetivas nessa área. A cidade de São Paulo não pode continuar convivendo com a ausência de medidas e regulamentações sobre o uso das motocicletas, sobretudo no tocante ao uso comercial desse veículo. Por outro lado, chama a atenção que o modal de maior custo – automóvel – seja exatamente o que mais cresce como opção preferencial de uso pelos paulistanos. Por fim, destacam-se os ônibus como aquele com menor custo entre os que foram comparados.

Tanto para a qualidade de vida dos paulistanos como para a competitividade econômica de São Paulo, é preciso promover mudanças profundas no campo da mobilidade da capital paulista. Para essa transformação é fundamental **trabalhar na redução da**

² IPEA-ANTP, 2003.

³ SI/ANTP.

TABELA 2. CUSTO COMPARATIVO DE UMA VIAGEM DE 7KM EM CIDADES BRASILEIRAS
Em reais correntes

MODO	SOCIAL	DESEMBOLSO	OUTROS	TOTAL
Ônibus	0,20	0,00	2,17	2,37
Motocicleta	1,87	0,84	0,74	3,45
Automóvel (gasolina)	0,50	2,83	2,23	5,55
Automóvel (álcool)	0,50	2,94	2,39	5,83

Fonte: ANTP. Elaboração: São Paulo 2022.

demanda por mobilidade. Por que é preciso se deslocar quilômetros para ter acesso a um simples serviço público? Por que todo dia é necessário que cerca de dois milhões de pessoas se desloquem da Zona Leste ao Centro da cidade para trabalhar? Duas palavras apontam para uma estratégia que busque uma solução estrutural e impactante na questão da mobilidade urbana: equilíbrio e descentralização.

Equilíbrio porque é preciso melhorar a distribuição das atividades urbanas: moradia, infraestrutura de transporte, atividade econômica, lazer, cultura e educação. Ou seja, se essas atividades estiverem mais próximas da maioria da população, não serão necessários grandes deslocamentos e, logo, a mobilidade paulistana estará mais satisfatória. Já a descentralização é o processo necessário para se atingir melhor equilíbrio. É preciso descentralizar – principalmente a atividade econômica e serviços públicos. Para isso, as tecnologias da informação já fornecem diversas possibilidades, tanto no campo do trabalho como, e principalmente, nos serviços públicos (ver capítulo sobre governança da cidade, pág. xxx).

GESTÃO E INFRAESTRUTURA

A outra face da mobilidade diz respeito aos próprios serviços de transportes na cidade. O uso generalizado e crescente do automóvel se dá, entre outras razões, pela deficiência em promover um transporte público de qualidade. Essa ação é absolutamente estratégica e prioritária na cidade e envolve duas dimensões: gestão e investimentos em infraestrutura.

Gestão porque muitas melhorias podem e devem ser feitas sem envolver, necessariamente, grandes obras. A forma de arrecadar, cobrar e distribuir os recursos, de dar incentivos a cada um dos modais e de fazer política para o transporte em bicicletas são exemplos de medidas que podem melhorar o transporte público. Por outro lado, é preciso sim trabalhar com investimentos – a cidade precisa se aproximar de outras importantes metrópoles em termos de tamanho da malha metroviária. Para tanto, é preciso aumentar significativamente a rede do metrô.

Na proposta apresentada – **ampliar as viagens em modo coletivo** – fala-se do resultado da combinação de uma série de ações. É importante lembrar, contudo, que esses dados lidam com a reversão de uma tendência histórica, registrada pelas pesquisas de Origem e

Destino do Metrô (O&D). Em 1967, ano em que o estudo foi realizado pela primeira vez, as viagens em modo coletivo representavam 68,1% do total das viagens internas motorizadas⁴.

Desde aquela época, essa participação vem caindo: 61% em 1977; 55,8% em 1987; 50,7% em 1997 e 47% na mini O&D de 2002. Conseqüentemente, as viagens motorizadas em modo individual aumentaram sua representatividade: 31,9% em 1967; 39% em 1977; 44,2% em 1987; 49,2% em 1997. Na pesquisa de 2002, o modo individual passou, pela primeira vez, a ter a maior proporção das viagens motorizadas – 53%.

A última pesquisa O&D, feita no ano de 2007, revelou, no entanto, uma pequena mudança na tendência que vinha sendo apontada desde 1967. O modo coletivo voltou a crescer – retornando aos patamares verificados em 1987 – 55,3% do total das viagens motorizadas.

A mudança da tendência observada deve-se, prioritariamente, a um importante ponto de inflexão na política de transportes da cidade que foi, em 2004, a implantação do Sistema Interligado, que teve entre suas principais características a criação do bilhete eletrônico e a integração tarifária das viagens. Essa política, onde a grande vitrine foi o Bilhete Único, pode ser apontada como um dos fatores que levaram ao aumento na utilização do serviço.

O surgimento da integração tarifária e do Bilhete Único trouxe à tona a questão de financiamento do sistema e seus subsídios, pois tornou mais complexo o sistema de remuneração das empresas prestadoras dos serviços de ônibus. Uma conta simples, no entanto, demonstra que a chegada do Bilhete Único trouxe mais racionalidade ao sistema de transportes em ônibus. Antes do Bilhete Único, ou seja, em maio de 2004, a frota de ônibus municipais era de 13,8 mil veículos e eram transportados por dia 4,7 milhões de passageiros. Dois anos depois, em maio de 2006, a cidade já estava habituada e consolidada com a política do Bilhete Único. O resultado é que uma frota praticamente igual, de 13,5 mil ônibus, transportava quase o dobro de passageiros: 8,8 milhões⁵.

Outro aspecto que aponta para a sustentabilidade financeira e maior racionalidade do sistema do Bilhete Único é a comparação entre pessoas pagantes e o total de passageiros. Em maio de 2004, o número de passageiros transportados e o de pagantes era praticamente o mesmo: 4,5 milhões (descontadas algumas gratuidades). Em maio de 2006, a quantidade de passageiros foi para 8,8 milhões e o número de pagantes também cresceu – foi para 6,6 milhões⁶. Ou seja, a integração tarifária aumentou o uso dos ônibus na cidade – mais pessoas transportadas e mais passageiras pagantes para a mesma quantidade de ônibus.

A identificação do principal fator, que tende para uma mudança na mobilidade urbana, avaliado por meio de um indicador de resultado tão importante como o percentual de viagens que são feitas em modo coletivo, chama a atenção para um falso problema que constantemente é colocado no debate sobre políticas de mobilidade. Os investi-

⁴ METRÔ/SMDU-DIPRO.

⁵ SPTRANS, 2007.

⁶ SPTRANS, 2007.

JÁ FOI FEITO**PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE LYON**

Tudo começou com a legislação francesa, que em 1996 determinou que as cidades tivessem planos de mobilidade urbana, visando melhorar a qualidade do ar. Lyon foi a pioneira e, em 1997, já havia implantado o seu Plano Global de Mobilidade.

O governo de Lyon conseguiu integrar os mais diversos modais de transporte, explorando todos os seus potenciais. A cidade foi toda adaptada para ciclistas com sistemas de aluguel de bicicleta e integração com transporte público. Ao todo, são 19 temas que integram a agenda da mobilidade, entre eles o controle de ruídos.

Os resultados são nítidos. Além da melhoria da qualidade do ar, a população de Lyon está satisfeita com a acessibilidade e boa parte da população opta pelo transporte público ou bicicleta nos deslocamentos diários.

mentos e ações relacionadas ao sistema de transportes sobre pneus são, muitas vezes, apontados como solução arcaica e que não irão resolver a questão da mobilidade na cidade. O metrô, por sua vez, permitiria uma solução estrutural nessa agenda. Dessa forma, se oculta o verdadeiro dilema enfrentado pela cidade e nos orçamentos públicos, que é o contraponto entre transporte coletivo e transporte individual.

COLETIVO

Evidentemente que investir na ampliação da estrutura do transporte sobre trilhos é essencial para a melhoria da cidade nos próximos anos. Entretanto, os ônibus serão, ainda por muito tempo, o principal meio pelo qual a população se movimenta. É preciso, portanto, manter a atenção sobre essa modalidade de forma a dignificar aqueles que o utilizam. Nesse sentido, é importante levar em

conta o planejamento já feito para a capital paulista nesse campo, isso é, voltar às atenções para dois planos: o Sistema Interligado, realizado pela Prefeitura de São Paulo, e a proposta para produção do Plano de Mobilidade e Transportes Sustentáveis da Cidade de São Paulo, sugerido à prefeitura através de proposta conjunta de diversas organizações da sociedade civil (com participação da Rede Nossa São Paulo) e da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, através da Comissão Extraordinária de Transportes.

Esse anseio da maioria dos paulistanos de que São Paulo passe a ter um planejamento para a área de transportes e mobilidade sustentável pode ser conquistado. Barcelona, por exemplo, já conseguiu isso. Através de um processo participativo, elaborou o Pacto da Mobilidade, em que realizou um conjunto de propostas integradas de transportes públicos, com especial ênfase para o pedestre e ciclista e para a integração dos diversos modais de transportes. Como resultado desse plano, a quantidade de viagens a pé, que representava 36,4% em 1999, passou para 45,4% em 2007. Esses números também foram possíveis com a associação da política de mobilidade com a formação de uma cidade compacta e policêntrica, ou seja, para se atingir os objetivos de uma São Paulo sustentável é preciso trabalhar a mobilidade e a cidade compacta como temas indissociáveis⁷.

⁷ PLATAFORMA DE CIDADES SUSTENTÁVEIS - [HTTP://WWW.CIDADESSUSTENTAVEIS.ORG.BR/BOAS_PRATICAS/EXIBIR/69](http://www.cidadeessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/69), ACESSO EM 11 DE ABRIL DE 2011.

EFICIÊNCIA NA GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE SOBRE PNEUS

Além de aproveitar melhor os espaços urbanos dentro da capital paulista para que se torne uma cidade compacta, é preciso investir para que seja uma cidade ágil. Ou seja, aperfeiçoar as modalidades de transporte oferecidas aos seus habitantes, visitantes e trabalhadores. Em curto prazo, o sistema que pode ser aperfeiçoado são os ônibus e seus corredores. Daí a importância de melhorar a eficiência na gestão do sistema de transporte sobre pneus para a São Paulo de 2022.

MELHORAR A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE SOBRE PNEUS

Ao analisar as experiências internacionais, é simples verificar os sistemas adotados e os resultados alcançados, na maioria das vezes, com sucesso. É importante salientar que os fatores decisivos para a melhoria na qualidade do transporte coletivo estão na gestão do sistema: nos termos da concessão, na forma de remuneração das concessionárias, nos subsídios, na bilhetagem e integração dos serviços, na racionalização dos percursos e linhas de ônibus.

Alguns aspectos tidos como fundamentais, previstos em diversos planos, mas não devidamente implementados, merecem atenção:

- ✓ **Redesenho de todas as linhas de transportes da cidade**, a partir da concepção articulada de dois subsistemas, local e estrutural, com intuito de eliminar as sobreposições dos serviços. Com isso, aplicam-se os conceitos fundamentais para a sua melhoria:
 - Segmentação dos serviços para a racionalização dos percursos, dos fluxos de viagem e do atendimento a demandas locais;
 - Ligações concentradoras dos fluxos, estabelecendo a 'espinha dorsal' da rede que deverá organizar e orientar a circulação;
 - Rede capilar para atendimento local, distribuída com regularidade e frequência adequadas;
 - Interligação e complementaridade entre serviços modais para a flexibilização e adequação dos serviços.⁸
- ✓ **Implementação de linhas expressas de transporte coletivo**, que saem de determinadas localidades distantes do centro, com pontos na periferia, em direção e com ponto final em áreas centrais estratégicas de integração com metrô ou terminais de ônibus. Para que tenham o resultado de mobilidade es-

⁸ SÃO PAULO (CIDADE). SÃO PAULO INTERLIGADA – O PLANO DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO IMPLANTADO NA GESTÃO 2001-2004. SÃO PAULO: 2004. P. 38.

perada, esses expressos devem ter uma estrutura viária específica ou estarem vinculados à colocação de áreas de ultrapassagem nos corredores de ônibus.

- ✓ **Modernização e adequação da frota de ônibus.** Tanto do ponto de vista da saúde humana, como de conforto e de adequação às diferentes funções, é preciso promover ampla renovação da frota. Para as ruas pequenas nos bairros, ônibus menores e mais ágeis poderão ser úteis; para os corredores, mais ônibus biarticulados etc.
- ✓ **Criação de novas formas de integração tarifária.** A instituição do Bilhete Único foi, sem dúvida, um grande avanço para a mobilidade paulistana. Mas é necessário aprofundar esse sistema, tendo como base modelos de outras cidades como Chicago e Nova Iorque, para aumentar as integrações de uma mesma tarifa (ao longo de todo dia, por exemplo).
- ✓ **Implementação de novos corredores.** A segmentação das vias para uso exclusivo dos ônibus - os corredores de ônibus -, quando acompanhada de reestruturação das linhas, aumenta a previsibilidade, segurança e fluidez do transporte coletivo sobre pneus.

JUSTIÇA SOCIAL URBANA

A melhoria do transporte público em geral, mas com ênfase no sistema de ônibus, tem um forte componente de justiça social urbana. Quando se olha para os resultados da pesquisa O&D, compreende-se esse processo. Segundo a síntese de informações desse estudo, existe correlação entre o aumento da renda mensal familiar e a maior quantidade de viagens por modo individual motorizado. As famílias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com renda maior de R\$ 3.000 utilizam prioritariamente o transporte individual motorizado, enquanto as de renda inferior a esse valor recorrem predominantemente ao transporte coletivo motorizado.

Em função da deficiência no sistema de transporte público, o uso do automóvel, mesmo considerando os níveis crescentes de congestionamento, parece permitir o aumento no nível de mobilidade e diminuição da duração das viagens. Com isso, quanto menor a renda, menor o número e maior o tempo médio de viagens; maior a proporção

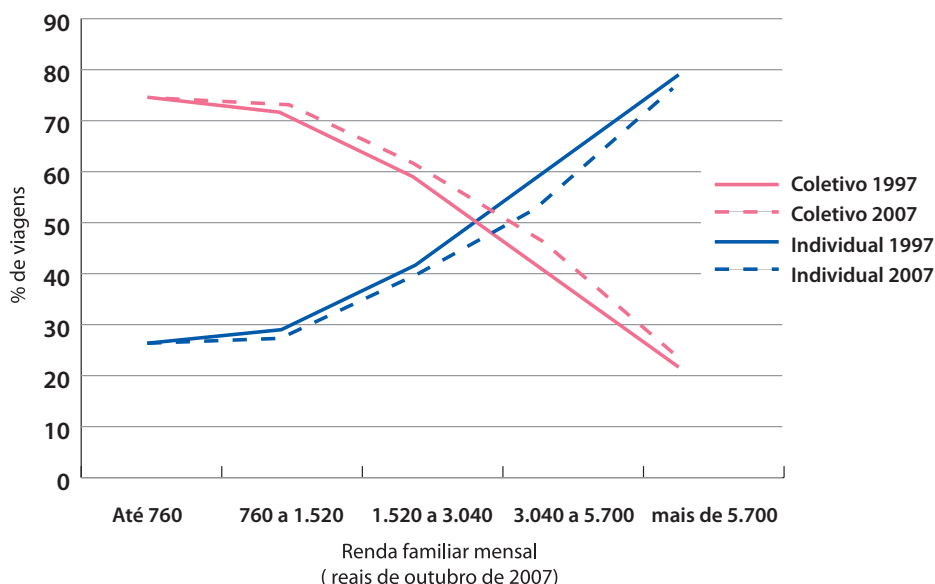
JÁ FOI FEITO

CORREDORES DE CURITIBA

Curitiba pode ser considerada uma das pioneiras no Brasil e no mundo na instalação de corredores inteligentes para o transporte público e no uso dos veículos *Bus Rapid Transit* (BRT). Desde a década de 1970, a capital do Paraná tem vias exclusivas para ônibus articulados e biarticulados e uma inteligente rede integrada de transportes. Hoje são 385 linhas de ônibus, 29 terminais e 351 estações "tubo" que circulam por 81 quilômetros de canaletas exclusivas. Ao todo, os ônibus são responsáveis por dois milhões de viagens por dias úteis. Somente 11 cidades brasileiras têm vias exclusivas para ônibus, mas Curitiba é, certamente, o maior exemplo de sucesso no uso do BRT no Brasil.

GRÁFICO 1. DIVISÃO DAS VIAGENS MOTORIZADAS DIÁRIAS POR RENDA FAMILIAR MENSAL

Região metropolitana de São Paulo – 1997 e 2007



Fonte: Pesquisa Origem e Destino 2007 – Síntese das Informações da Pesquisa Domiciliar (dezembro de 2008).

de viagens cujo motivo principal é o trabalho. Quanto maior a renda, maior o número de viagens, menor o tempo médio das viagens e maior a proporção de viagens cujo motivo principal é lazer.

Destaca-se, entretanto, que algumas pessoas têm a sensação de que andar de carro é sempre muito mais rápido do que usar o transporte coletivo, quando pode ocorrer o contrário. Essa situação pode ser atribuída à má imagem dos ônibus e também à falta de informações. Muitas vezes, ir de ônibus economiza tempo, principalmente quando são linhas que passam por corredores, que, ainda que estejam saturados, circulam mais rápido que os veículos individuais motorizados nas grandes avenidas. Outro fator que pode contribuir para esse quadro é a priorização do conforto, onde o automóvel propicia maior comodidade.

A percepção do sistema de transportes públicos como instrumento de democratização da cidade, do acesso e usufruto de todo o seu patrimônio e da sua intrínseca vinculação com o conceito de justiça social deve sustentar a ideia de priorização dos investimentos públicos nessa área. Como já abordado, a mobilidade de São Paulo não depende do bom desempenho de apenas um dos modais. Todos se complementam e têm seu papel dentro da cidade. Para a classe média, que evita ao máximo o uso do ônibus, por vincular sua imagem à falta de conforto e à pobreza, o melhor sistema é o metrô. Essa modalidade de transporte, juntamente com o ferroviário, é a base da mobilidade das principais cidades do mundo. São Paulo também precisa ter uma rede de metrô condizente com o seu tamanho.

JÁ FOI FEITO	O BRT DE ISTAMBUL
<p>A região metropolitana de Istambul, na Turquia, tem 13 milhões de habitantes e é uma das maiores do mundo. O rápido crescimento populacional trouxe sérias consequências no trânsito, com enormes congestionamentos, transporte público precário e problemas com a qualidade do ar.</p> <p>A solução veio em 2004, com a criação do sistema <i>Bus Rapid Transit</i> (BRT), sistema de ônibus com corredores específicos, paradas em lugares estratégicos, onde é possível percorrer longas distâncias em menos tempo e gastando menos combustível. A obra do BRT foi finalizada em 2007 com 17 quilômetros extensão, ligando o distrito</p>	<p>de Avcilar ao centro da cidade em 14 paradas. Em 2009, já eram 29 quilômetros de extensão e os planos de aumentar a extensão da linha exclusiva não param.</p> <p>Com o BRT, o número de usuários do transporte público nas regiões por onde ele passa dobrou em dois anos. Foi de 250 mil para mais de 500 mil passageiros. Os ônibus circulam a 40 km/h e fazem em 40 minutos o trajeto que normalmente levava duas horas com os ônibus convencionais. O consumo de combustível também caiu, já que o BRT é muito econômico e gasta em média 0,3 litro de combustível por quilômetro rodado por passageiro.</p>

AMPLIAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS

Não há dúvida que uma das principais soluções para a mobilidade urbana de São Paulo é o metrô. Em função do volume de passageiros que transporta e pelo fato de ser em grande parte subterrâneo, ou seja, pela sua alta capacidade, velocidade e poucas intervenções na superfície, é uma importante alternativa que merece prioridade nos investimentos públicos. Assim, a forte necessidade de capitalização de recursos financeiros para a ampliação da rede de metrô, agravada pelo caráter tardio dessa ação, deve ser relativizada. As vantagens que o aumento da extensão do metrô pode trazer para a cidade em muito superam os alegados altos custos do acréscimo da rede do metrô, visto que há expressiva melhora da qualidade do trânsito, redução da perda de tempo das pessoas nos deslocamentos. Tudo isso com impactos positivos nas áreas econômicas e sociais e reflexos positivos sobre o meio ambiente, visto que se reduzem os números de viagens de automóveis, diminuindo a emissão de poluentes.

A ampliação do metrô significa grande mudança na tendência histórica do processo de urbanização e, por isso, irá requerer, além dos planos existentes, uma forte mobilização da sociedade para que as atividades planejadas de mobilidade se concretizem nos orçamentos públicos e nas obras. Só assim será possível garantir uma política de Estado, no médio prazo, que faça com que São Paulo saia dos tímidos 70,6 quilômetros de metrô e se equipare ao tamanho das redes de outras cidades do mundo. Por isso, uma das diretrizes propostas é a ampliação da rede metroviária em mais 100 quilômetros até 2022, ainda assim, a capital paulista estará muito atrás de outras metrópoles, como mostra a tabela abaixo:

PITU 2025

As propostas de ampliação da rede sobre trilhos estão amparadas no Plano Integrado de Transportes Metropolitanos (PITU 2025), do governo do Estado, que inclui a previsão

JÁ FOI FEITO	O METRÔ DE TOULOUSE
<p>Em 2007, a simpática cidade de Toulouse, na França, comemorou a inauguração de sua segunda linha de trem. No entanto, a cidade já tinha motivos para comemorar muito antes da inauguração do novo sistema metroviário.</p> <p>Quando projetado, o metrô foi pensado sob a ótica da mobilidade urbana e da interligação com outros modais sustentáveis, principalmente os não motorizados. Por isso, muito antes dos trilhos ficarem prontos, a cidade ganhou um novo desenho nas ruas, priorizando os trajetos feitos a pé ou de</p>	<p>bicicleta. Foram instalados centenas de paraciclos (locais para estacionar as bicicletas) nas ruas e também nas novas estações. O transporte público de ônibus foi modernizado e interligado com o metrô. O resultado, no primeiro ano com o novo metrô, foi a redução de 12% do tráfego de veículos particulares nos horários de pico da manhã e de 15% nos horários de pico da tarde. O uso da bicicleta aumentou em 10%, já que as pessoas passaram a ter a opção e pedalar até o metrô e contar com um lugar seguro para estacionar a bicicleta.</p>

de duplicar a capacidade da malha funcional do sistema ferroviário da CPTM (em relação à situação de 2005/2006).

Em relação ao Município de São Paulo, especificamente, adicionam-se ao sistema tanto os terminais da SPtrans quanto os da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). Outro aspecto importante no PITU 2025 diz respeito ao Programa Pró-Polos, cuja proposta é articular sistemas municipais, intermunicipais e de longa distância. Com isso, integram-se os percursos de fretamento e os fluxos intraurbanos que podem, ainda, conforme proposta de reestruturação das linhas de ônibus, estarem articulados e complementados por serviços locais de transportes de boa qualidade.

Mesmo as propostas contidas no PITU deixam a desejar em relação às ligações entre bairros periféricos. Por exemplo, para se ir da Vila Cachoeirinha, na Zona Norte, para Pirituba ou Perus, na região noroeste, é necessário ir até o centro, embora sejam bairros próximos. Outro problema é a ligação entre a periferia da Zona Oeste (São Domingos, Jaraguá) com o centro da cidade, que é ainda muito precária. Nessas áreas, existe apenas o trem que atualmente liga Francisco Morato ao Centro e, posteriormente, se os planos forem levados a cabo, será implantado um trem regional ligando São Paulo à Campinas e uma extensão do metrô ligando à Freguesia do Ó. Na Cachoeirinha e nas demais áreas citadas, não há nenhum plano de intervenção proposto, além dos dois terminais de ônibus que já existem. Na Zona Sul, principalmente na porção mais extrema, também se verifica falta de estrutura e de medidas que atendam à demanda da população. O mesmo acontece com as áreas mais longínquas da Zona Leste.

APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HÍDRICO PARA O ABASTECIMENTO E TRANSBORDO

Outra proposta que poderá contribuir para enfrentar os grandes desafios da logística do abastecimento e transbordo metropolitano é a utilização do potencial da rede hídrica paulistana para o transporte de pessoas e cargas. Embora o país tenha a maior

disponibilidade hídrica em termos mundiais, as políticas públicas não incentivam o desenvolvimento desse potencial.

Para analisar essa questão, o Departamento Hidroviário da Secretaria Estadual de Transportes contratou um estudo de viabilidade do anel hidroviário e fez as seguintes observações: “O projeto está detalhado em desenhos, mapas, fotos antigas e croquis de diferentes ângulos e escalas. Propõe a criação de uma rede de navegação nos rios e represas da cidade, com portos, canais e barragens para ordenar o fluxo de balsas e barcos que transportariam passageiros e cargas de baixo valor agregado, como lixo, entulho, terra e lodo. Além do anel hidroviário de 600 km de extensão, que demandaria a construção de dois grandes canais de ligação entre represas, o projeto também prevê a abertura de um porto no centro velho de São Paulo”⁹.

JÁ FOI FEITO

O TREM AQUÁTICO E SOLAR DE BYDGOSZCZ

Um agradável rio cruza o Centro Histórico da cidade de Bydgoszcz, na Polônia. Entre os meses de novembro e abril ele está congelado, mas em maio ele volta a fluir e brilhar e deixa a cidade ainda mais bonita até o final de outubro. Em 2008, a administração da cidade implantou o “Stonecznik”, que significa “Girassol”. Trata-se de um barco movido à energia solar que cruza o Centro Histórico pelo rio. Além de ser um ótimo atrativo turístico, o barco também serviu como uma excelente opção de deslocamento para quem está no centro da cidade. Hoje, o “Girassol” é considerado um marco na renovação do Centro Histórico de Bydgoszcz.

cos que transportariam passageiros e cargas de baixo valor agregado, como lixo, entulho, terra e lodo. Além do anel hidroviário de 600 km de extensão, que demandaria a construção de dois grandes canais de ligação entre represas, o projeto também prevê a abertura de um porto no centro velho de São Paulo”⁹.

A utilização do transporte hidroviário poderá se articular, inicialmente, com o transporte das cargas públicas, ou seja, volumes oriundos de resíduos do tratamento de esgoto (as estações estão, inclusive, localizadas próximas às calhas fluviais), de transporte dos resíduos sólidos e entulhos que resultam das obras públicas. Assim, aliado a uma nova possibilidade de enfrentamento da questão da mobilidade na cidade, o aproveitamento da rede hídrica estabelece outra visão de cidade e da relação dos seus moradores com os rios, que se tornam tanto um meio de circulação como área

de lazer (margens), assim como já acontece em outras cidades no mundo. Um projeto como esse poderia, inclusive, melhorar a percepção do paulistano quanto à preservação dos rios, que no IRBEM teve nota 3,9.

REDUÇÃO DO USO PROFISSIONAL DE MOTOCICLETAS

O crescimento exponencial da frota de motocicletas na cidade de São Paulo, sobretudo seu uso como apoio às atividades econômicas, configura um quadro preocupante em função dos custos sociais – principalmente quando se sabe que, desses acidentes, os próprios motociclistas são as maiores vítimas. Não é aceitável que São Paulo continue considerando que o único custo do uso desse meio de transporte para suporte às suas atividades seja o

⁹ IN [HTTP://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/REVISTA/193/REPORTAGENS/SAO-PAULO-E-O-RIO.HTML](http://revistatrip.uol.com.br/revista/193/reportagens/sao-paulo-e-o-rio.html), ACESSADO EM OUTUBRO DE 2010, SITE DA REVISTA TRIP/ENTREVISTA COM ALEXANDRE DELIJAICOV.

JÁ FOI FEITO	HAJTÁS PAJTÁS, OS BIKE COURIERS DE BUDAPESTE
<p>Em 1993, quando quase ninguém sabia o que era a expressão <i>bike courier</i>, três amigos de Budapeste, na Hungria, se uniram para criar a primeira empresa de entregas de bicicleta da cidade, a Hajtás Pajtás. Hoje, são 160 entregadores, 150 toneladas de CO2 que deixam de ser emitidas na atmosfera e uma referência mundial em mobilidade sustentável até mesmo nos serviços de entrega. Budapeste tem o trânsito tão caótico quanto o</p>	<p>de São Paulo e os serviços de entrega de bicicleta revolucionaram a cidade. Os <i>bike couriers</i> de Budapeste percorrem diariamente a média de 60 km fazendo entregas e dizem não ter problemas com dias chuvosos. Para eles, trabalhar é unir o útil ao agradável e por isso estão sempre contentes, ganhando dinheiro, praticando exercícios, cuidando do meio ambiente e fazendo o que mais gostam: pedalar.</p>

valor do frete. É, na realidade, muito mais do que isso. Para apontar uma solução estrutural e definitiva para os custos sociais embutidos na questão, é preciso atuar em duas frentes.

A primeira diz respeito à **redução da demanda pelo serviço de motoboys**. Não é racional mobilizar um objeto de 100 kg (peso médio de uma motocicleta), mais o do seu ocupante, mais o do combustível para carregar de um ponto a outro da cidade um envelope com menos de 10 gramas.

Existem propostas para reduzir a demanda desses serviços associadas às tecnologias da informação. Assim, devem-se estabelecer estratégias (e aí as empresas, sobretudo as grandes, poderão ter um papel bastante relevante) para reduzir o fluxo de papel entre escritórios. Isso pode não ser fácil, em função de toda a tradição cartorial brasileira. Porém, deverá se desenvolver até 2022 um sistema mais inteligente que racionalize o fluxo de documentos. Entre eles, parece fundamental que se trabalhe com certificação digital de assinaturas, alternativa possível para vários tipos de documentos, que deve contribuir para a redução do uso dos serviços de motoboys. Por outro lado, é possível trabalhar com centrais de serviços que façam a distribuição de documentos entre as principais centralidades da capital, num fluxo regular e periódico entre diferentes pontos (ex: avenidas Paulista e Luís Carlos Berrini).

A segunda frente diz respeito às melhores condições de trabalho para os motociclistas profissionais. Nesse sentido, é imperativo que se caminhe em direção a uma maior regulamentação da atividade. Isso deve envolver maior controle e fiscalização em relação aos equipamentos obrigatórios, condições de trabalho e relações trabalhistas. É preciso uma articulação institucional coordenada pelo poder local. Em contrapartida, deve-se pensar em estratégias que permitam maior segurança no tráfego desses veículos pela cidade – uso de faixas segregadas ou exclusivas e campanhas de educação de trânsito são exemplos. O incentivo à criação de empresas de *bike couriers* também é uma alternativa para reduzir o uso de motocicletas e incentivar o uso da bicicleta, embora só seja viável após a implantação de infraestrutura para a circulação de bicicletas na cidade e uma ampla campanha de educação no trânsito.

TRANSPORTES NÃO MOTORIZADOS COMO ALTERNATIVA DE MOBILIDADE URBANA

Os transportes não motorizados são uma importante alternativa para aprimorar a mobilidade urbana em São Paulo. O uso da bicicleta é, nessa linha, fundamental em diferentes sentidos. De um ponto de vista mais abrangente, as ciclovias ou ciclofaixas planejadas com toda segurança e como resultado de políticas públicas proativas serão um caminho para humanizar o trânsito paulistano. A **maior presença de formas de transporte não motorizadas** nas vias públicas refletirá em uma cidade que respeita os ciclistas e os pedestres, mostrando a importância que se dá à vida das pessoas, o que é a base para o convívio pacífico dos que usam os diversos modais de transportes na cidade.

Na diretriz proposta, valorizar o transporte não motorizado como uma das estratégias fundamentais para encaminhar uma solução estruturadora para a mobilidade na cidade

JÁ FOI FEITO	COPENHAGUE, BOGOTÁ E FREIBURG APOSTAM NAS BICICLETAS
<p>Copenhague, na Dinamarca, tem 340 quilômetros de ciclovias. Toda a cidade está adaptada para os ciclistas e prioriza o uso desse meio de transportes. Nas principais ruas e avenidas há vias exclusivas para o trânsito de bicicletas e sinalização específica para este modal. No metrô, é permitido transportá-la, desde que se compre um bilhete exclusivo para o transporte de bicicleta, opções de estacionamento gratuito estão por toda a cidade e o ciclista tem prioridade sobre os veículos, sendo que o não cumprimento dessa lei resulta em multas severas, fortemente fiscalizadas. Por isso, quase 40% da população de Copenhague usa a bicicleta como meio de transporte todos os dias. Isso representa 500 mil pessoas pedalando para trabalhar ou estudar, sem contar as atividades de lazer, onde a bicicleta é um dos principais meios de transporte para quase 100% da população .</p> <p>Outra boa prática no uso das bicicletas ocorreu em Bogotá, na Colômbia. Essa cidade mudou radicalmente seu sistema de transporte. Juntamente com o TransMilênio, um sistema de corredores exclusivos de ônibus, e a construção de 300 quilômetros de ciclovias fizeram com</p>	<p>que o número de viagens de carros na cidade caísse bastante em comparação com a situação de dez anos atrás. Mais da metade das famílias da capital colombiana (54%) utiliza, hoje, a bicicleta para o trabalho, estudo ou lazer .</p> <p>A Alemanha é considerada um dos melhores países para se andar de bicicleta. Mas se uma única cidade do país tiver que ser escolhida como referência para seu uso como meio de transporte, certamente essa cidade será Freiburg. Desde 1992, a cidade investe em uma série de ações para ser considerada uma cidade sustentável. O bairro de Vauban é o maior exemplo disso, onde 100% da energia das casas é solar. Mas o maior destaque fica para a questão da mobilidade. O trânsito de veículos no centro da cidade não é permitido e o uso de bicicletas foi incentivado com a implantação de 500 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas, além de 5 mil vagas de estacionamentos para bicicletas. Em vários pontos da cidade só é possível chegar a pé, de bicicleta ou de transporte público, muito eficiente, por sinal.</p> <p>Ações como essas fizeram de Freiburg uma das melhores cidades do mundo para se locomover. Usar carro nessa cidade é praticamente dispensável.</p>

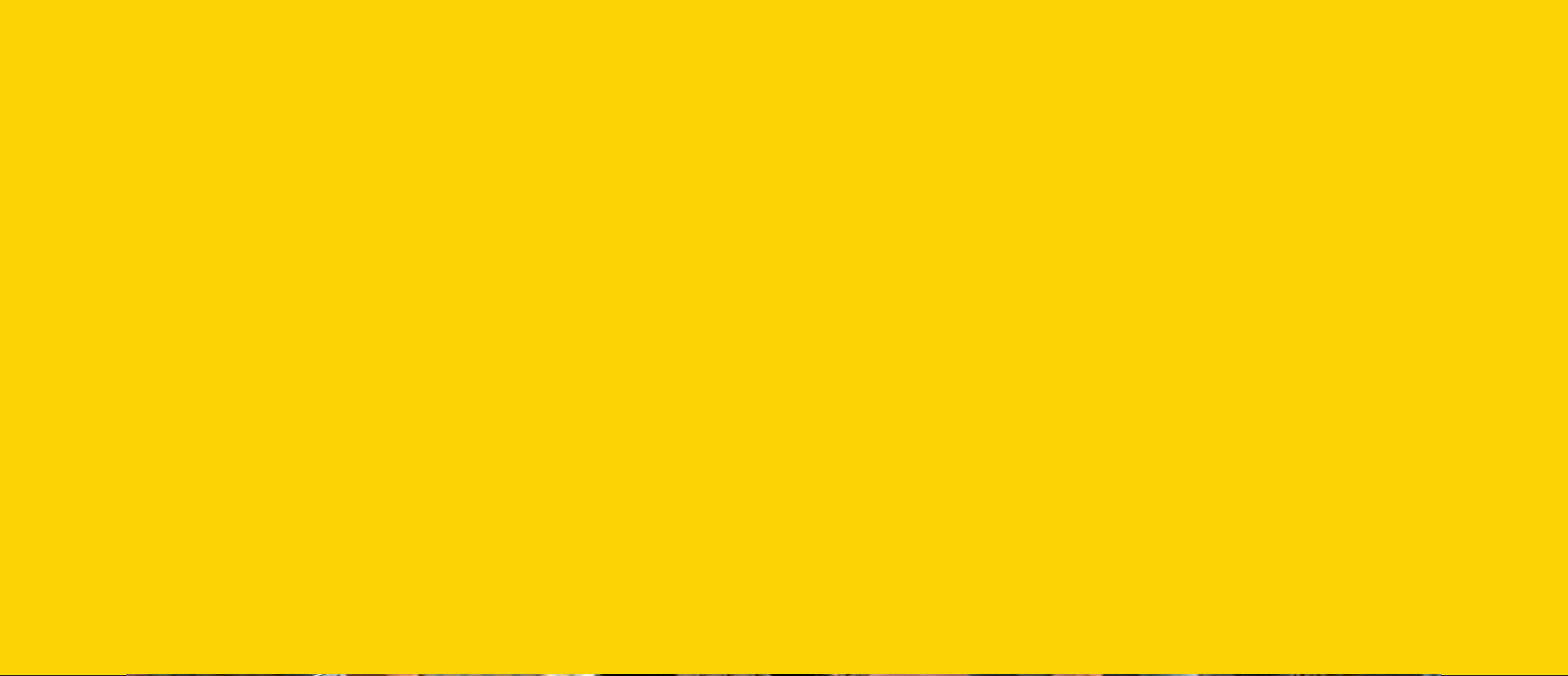
de São Paulo, destaca-se a sua importância na dinâmica dos bairros da cidade e sua relação com, por exemplo, alguns segmentos etários, como jovens em idade escolar.

Para isso é preciso também desconstruir a “teoria” de que o relevo da cidade não é afeito ao transporte por bicicletas. Tal ideia, embora muito forte no imaginário de boa parte dos paulistanos, não se sustenta, como já demonstraram vários trabalhos que trazem rotas para bicicletas em diferentes subprefeituras, conforme o estudo “Diretrizes e Propostas para o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Sustentável de São Paulo”. Esse documento aponta um conjunto detalhado de medidas para o transporte cicloviário e mostra as possibilidades de se desenvolver sistemas estruturais locais e de bairros de ciclovias com distintas finalidades. Uma das mais relevantes prevê acesso aos trens e ao metrô e poderia potencialmente atingir quase três quartos da população que mora a uma distância de cinco quilômetros de alguma estação.

É possível que São Paulo se torne mais amigável aos ciclistas. Em várias partes do mundo já se observam experiências de sucesso no aumento do uso das bicicletas como meio de transporte e também como um modo das pessoas olharem e perceberem a cidade de uma maneira mais humana. Mas as estratégias de incentivo ao uso da bicicleta estão quase sempre atreladas à melhoria do transporte público, à aceitação da bicicleta dentro de vagões específicos do metrô e do trem, à oferta gratuita de bicicletários e paraciclos, principalmente nas estações e terminais de ônibus, à criação de vias exclusivas para bicicletas (ciclovias e ciclofaixas) nas vias de grande movimentos de veículos motorizados, e à educação no trânsito, desmistificando a visão de que lugar de bicicleta é na calçada ou no parque, ou ainda que ela é opção de meio de transporte apenas para os pobres.

Defende-se que a rede de ciclovias tenha pelo menos 400 quilômetros até 2022. É uma meta tímida, visto que os números indicam que há 17 mil quilômetros de vias na cidade.

DEFENDE-SE QUE A
REDE DE CICLOVIAS
TENHA PELO MENOS
400 QUILOMETROS
ATÉ 2022



ISTOCK PHOTOS



PEDESTRE, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Dar condições de mobilidade a pé humaniza a cidade.

A cidade também precisa cuidar melhor dos pedestres. Andar deve ser uma atividade incentivada, como ocorre em muitas cidades onde o caminhar é parte relevante e importante instrumento delineador do planejamento urbano. É preciso lembrar, ainda, que 100% da população é pedestre, uma vez que quando as pessoas não estão dentro de seus veículos particulares ou utilizando o transporte público elas são, necessariamente, pedestres.

REQUALIFICAR AS CALÇADAS DA CIDADE

Se é preciso agir em benefício do planejamento, é fundamental identificar ações e políticas que produzem efeitos irradiadores no sentido de tornar mais humanos os bairros da capital paulista. Definem-se como âncoras desse processo a valorização dos espaços para uso adequado dos seres humanos, materializando-se em medidas de melhoria das calçadas e no acesso a pé aos equipamentos e serviços urbanos na escala do bairro. Atualmente, a maioria das calçadas da cidade, principalmente nas regiões periféricas, é um verdadeiro desestímulo para a circulação a pé. Muitas vezes é necessário caminhar na rua devido à falta de espaço e manutenção.

A implementação de um plano para **requalificar as calçadas da cidade** é, além de um aspecto relacionado à mobilidade urbana, uma ação estruturante para o fortalecimento e melhor qualidade nos bairros. As viagens a pé constituem a essência da vida social no âm-

bito local, permitindo maior interação e trocas sociais, tornando a cidade mais amigável às crianças e aos idosos, enfim, valorizando e favorecendo a humanização da cidade. É na escala humana, ou seja, na porção do espaço que pode ser percorrido a pé, que a população poderá reforçar seus vínculos e relações de vizinhança e praticar uma cidadania ativa, no planejamento e gestão da cidade.

Relegadas ao segundo plano nas intervenções viárias e nos cuidados com a cidade, a importância das calçadas pode ser atestada pelos dados da Pesquisa Origem & Destino, que apontam para um expressivo número de viagens a pé. Isso considerando que o estudo só incluiu viagens que tinham o deslocamento a pé como o meio principal. Foram, portanto, desconsiderados os percursos para pegar um ônibus ou para chegar a uma estação de metrô. Tais viagens têm apresentado um crescimento desde 1977, quando se inicia a série histórica: em 1977 eram 5,9 milhões de viagens; em 1987 eram 10,8 milhões; em 1997, 11 milhões e, em 2007, quase 13 milhões. Segundo a O&D 2007, estudar é o maior motivo das viagens e a razão da escolha é a pequena distância até o destino. Ainda assim, a satisfação da população está longe de ser boa, visto que no IRBEM os itens “Qualidade das Calçadas” e “Respeito ao Pedestre” ficaram com notas médias 3,9 e 3,6, respectivamente, o que mostra a imensa insatisfação da população quanto à atenção dedicada aos pedestres.

A avaliação da população no IRBEM é o reflexo de problemas como o pouco espaço, em função do privilégio dado aos veículos motorizados e ao espaço privado; a falta de iluminação; a presença de muitos obstáculos (difícilmente se consegue andar em uma calçada em linha reta por muito tempo); e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, item que ficou com nota média 3,7 no IRBEM. Nesse último caso, é importante chamar a atenção para o fato de que se trata do grande princípio norteador do planejamento das calçadas. Elas até devem prestar auxílio para melhorar as dinâmicas de drenagem urbana – aumentando a superfície de infiltração da água. Mas tal papel deverá estar sempre subordinado ao princípio da acessibilidade.

Ainda nesse tema, deve-se priorizar num plano de adequação das calçadas os cerca de 600 quilômetros que foram previstos na Agenda 2012, ou seja, no Plano de Metas da Cidade de São Paulo. Trata-se do programa de rotas estratégicas que privilegiam a conexão entre equipamentos de interesse público e a rede de transportes coletivos. Ao mesmo

JÁ FOI FEITO

PEDESTRES DE BOA VISTA

Ninguém imaginava a repercussão que poderia ter uma campanha incentivando os pedestres a erguerem a mão para sinalizar que vão atravessar a rua. Essa simples proposta funcionou em Boa Vista, capital de Roraima. Hoje, as principais avenidas da cidade têm pouquíssimos semáforos e muitas faixas de pedestre. Basta erguer a mão e os carros param e aguardam o pedestre atravessar. O respeito ao pedestre também está nas calçadas. Amplas e com boa manutenção, incentivando os deslocamentos a pé. Mesmo com avenidas largas, ainda é muito comum conhecer roraimenses que preferem andar a pé pela cidade, o que favorece, inclusive, as relações sociais. Tanto é que à noite é difícil achar uma pracinha que não esteja lotada de vizinhos batendo papo.

tempo, é preciso trabalhar com um plano para iluminar as calçadas – por que se iluminam apenas as vias dos automóveis e não os passeios dos pedestres?

Um aspecto central para o desenvolvimento de calçadas livres, abertas e acessíveis diz respeito à regulamentação, ou seja, estabelecer relação com a governança. Muitos dos obstáculos existem em função do uso privado do espaço público. Nem sempre, no entanto, a ocupação do espaço público é ruim. Bancas de jornal, feiras livres, bares com mesas e até o comércio de rua fazem parte dos elementos que dão vida a um bairro. A sua apropriação sem parâmetros claros, porém, é extremamente prejudicial à cidade, dando margem a diversos problemas, entre eles a corrupção. É preciso saber com clareza, sob o risco de se cometer injustiças, quem pode, onde se pode, e como se pode utilizar esses espaços com isonomia.

Outro tema associado à regulamentação das calçadas é o seu uso por empresas de energia e comunicação. Essas, que possuem altas receitas, não pagam pelo uso do espaço público e, pior, implantam suas redes (postes, estruturas de sustentação, cabos, tubos e fiações) de forma caótica e, além de causarem acidentes, contribuem enormemente para a poluição visual da cidade.

Embora não ocasionem os mesmos problemas, a rede subterrânea e suas estruturas de gás, cabos e hidráulica não possui sequer um mapeamento oficial. Nesse sentido, o maior controle e a cobrança pela concessão de uso do espaço público serviriam de base para o financiamento de um projeto de gradual enterramento dos fios e cabos da cidade, orçados em R\$ 8 bilhões, e que devem ser iniciados e implementados parcialmente até 2022. Cabe salientar que o município dispõe de dispositivo legal que obriga o enterramento de fiações e cabos por parte das concessionárias de serviço público, as empresas estatais e as prestadoras de serviço que utilizam cabeamento aéreo. Trata-se do Decreto nº 47.817, de 2006, que, infelizmente, não vem sendo cumprido.

ACESSO EQUITATIVO AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS

À definição dos bairros como unidades de planejamento e gestão do território deve-se seguir a proposição de um conjunto mínimo de equipamentos, ou melhor, da presença de determinados serviços ou funções urbanas. Estabelecer esse conjunto não é uma tarefa fácil, seja em uma área pré-estabelecida (em geral definida a partir de uma distância, por exemplo, 500 metros) ou em relação a uma dada população.

Em primeiro lugar, faltam parâmetros claros sobre distância máxima ou presença de quais equipamentos. Quando existem – em documentos de caráter nacional ou internacional – não levam em consideração as peculiaridades de cada região como, por exemplo, se está inserida em um tecido urbano que abriga funções próximas ou se está numa determinada parte isolada de uma aglomeração urbana maior.

Um segundo aspecto é que a distância não pode ser tomada como uma propriedade física absoluta. No espaço social, a distância sempre possui um valor relativo – que pode ser medido em função do tempo e, portanto, depende do grau de acessibilidade de uma dada localidade. Estar perto do metrô, por exemplo, significa ter acesso em 15 minutos a

uma série de equipamentos. Não se pode confundir o equipamento físico com a presença ou não de determinadas atividades ou serviços urbanos.

Um bom exemplo é o Programa Saúde da Família (ver capítulo da visão de São Paulo como uma Cidade Inclusiva, pág. xxx), que atua preventivamente nas comunidades sem que, necessariamente, precisem estar sustentadas por grandes equipamentos de saúde. Da mesma forma, há que se ter cautela com a crítica a determinadas concentrações de equipamentos e serviços urbanos, como, por exemplo, na região central da cidade. Elas não podem ser vistas como uma manifestação da desigualdade – são antes uma expressão do patrimônio que a capital paulista e seus habitantes construíram ao longo de sua história. A proximidade também é favorável às trocas sociais e interações entre diferentes agentes sociais. São, igualmente, uma possibilidade única de encontro de grupos culturais e espectadores de todas as partes da cidade, de mistura e diversidade social.

Com disponibilidade de transportes, tudo fica perto, tudo pode ser usufruído. Mas sem mobilidade, a vida fica difícil. Mesmo no bairro ao lado, sem transporte, tudo parece longe.

Infelizmente, a capital paulista não dispõe de transportes coletivos 24 horas por dia. Depois da meia noite até o início do dia não há transporte público. Isso atrapalha o desenvolvimento da vida noturna, um grande atrativo para turistas e também para os paulistanos que desejam usufruir dos serviços de entretenimento e lazer propiciados por casas de show, teatros e espaços similares.

Defende-se que São Paulo passe a oferecer transporte coletivo no período noturno. Isso já é oferecido em algumas grandes cidades, onde o metrô e os ônibus funcionam por

DEFENDE-SE QUE SÃO PAULO PASSE A OFERECER TRANSPORTE COLETIVO NO PERÍODO NOTURNO

todo o dia e, no período noturno, com menor periodicidade, de modo a possibilitar os serviços de manutenção e conservação da frota e da infraestrutura.

O grande desafio é promover uma mudança transformadora e profunda nos bairros localizados em condição periférica no Município de São Paulo. Nesse sentido, a ausência de equipamentos sociais e serviços urbanos chama a atenção quando tomados em conjunto.

Dessa forma, a ausência do serviço ou da função pública, em si, não configura necessariamente um problema de enfrentamento prioritário. Isso porque, a sua carência poderá ser suprida como a promoção de ações específicas a partir da rede de equipamentos existentes, sem a necessidade de construção de um novo. Em Sidney, na Austrália, o planejamento prevê como diretriz que todo habitante consiga usufruir os benefícios da cidade - equipamentos e serviços públicos e privados - com tempo máximo de deslocamento e acesso de 30 minutos de uso de transporte público. Por que isso não poderia ser viável na capital paulista?

Algumas iniciativas poderiam já ser efetivadas, como intensificar a programação cultural nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), que dispõem de uma excelente estrutura física e localização estratégica. Junto com isso, é imprescindível que se estructure um sistema de informações públicas, regulares e padronizadas, que deem conta de apresentar indicadores de frequência nas diferentes atividades urbanas (shows, bibliotecas, teatros etc.).

QUADRO-RESUMO

PROPOSTAS DA CIDADE COMPACTA, ÁGIL E POLICÊNTRICA

PLANEJAMENTO URBANO

- Definir, elaborar e implementar os Planos de Bairros
- Estimular o aproveitamento misto das edificações verticais na cidade, pela revisão da legislação e o incentivo fiscal para espaços multiusos
- Reorganizar a distribuição das atividades urbanas
- Fortalecer a rede de centralidades
- Oferecer mais oportunidades de geração de emprego e renda, além de equipamentos de lazer, entretenimento e áreas de convivência
- Dar voz à população nas tomadas de decisão em ações como o orçamento participativo
- Incentivar ações de valorização e do sentido de pertencimento da população com o bairro
- Elaborar, junto com a comunidade, a Agenda 21 dos bairros

HABITAÇÃO

- Reduzir a ociosidade urbana e promover moradia inclusiva em áreas sociais
- Intensificar o controle e fiscalização das ocupações do solo urbano
- Ampliar o convívio entre classes sociais através da formação de bairros mais heterogêneos
- Reverter o processo de esvaziamento de bairros com a promoção e ampliação do acesso da população às áreas com infraestrutura adequada, ampliando a oferta de moradias
- Ampliar a utilização dos mecanismos Habitação de Interesse Social (HIS) e Mercado Popular (HMP) e melhorar as condições habitacionais da população
- Promover ações de reintegração de cidadãos moradores de rua ao mercado de trabalho e

aumentar a oferta de moradias populares com infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica

- Intensificar a fiscalização em áreas de proteção ambiental para acabar com as invasões irregulares
- Regularizar a situação de moradores de áreas de risco ou de invasões, ora instalando equipamentos de saneamento e energia, ora removendo as famílias para locais que ofereçam moradia digna e sem ameaças ao meio ambiente

CIDADE COMPACTA

- Promover o aproveitamento das áreas em reestruturação
- Criar um sistema de tributação inteligente
- Garantir que a população tenha acesso ao transporte público em um raio de até 300 metros de distância de sua residência ou trabalho
- Fornecer equipamentos e serviços públicos a um raio de 300 metros de distância das moradias
- Proporcionar que a maior parte da população ativa trabalhe no mesmo bairro em que reside ou próximo a ele
- Incentivar a instalação de empresas em pequenos centros comerciais nos 96 distritos da cidade de São Paulo
- Aliar a estética e a funcionalidade nos bairros, fazendo com que cidadãos e turistas queiram viver a cidade
- Ampliar a fiscalização e o controle da poluição e dos ruídos, tornando os ambientes urbanos mais agradáveis de conviver
- Incluir o princípio da salubridade como item fundamental para a qualidade de vida urbana

MOBILIDADE URBANA

- Ampliar as viagens em modo coletivo e reduzir o tempo dos deslocamentos
- Ampliar as viagens em modo não motorizado
- Elaborar o Plano de Mobilidade Sustentável da Cidade de São Paulo
- Ampliar os investimentos em transporte público
- Criar incentivos para o uso de bicicleta
- Ampliar a rede de ciclovias para 400 km
- Ampliar a rede de transportes sobre trilhos com a modernização da rede ferroviária e a implantação de mais 100 quilômetros de metrô
- Aumentar a eficiência na gestão do sistema de transporte sobre pneus (ônibus), com o aumento da frota e a construção de corredores exclusivos de ônibus
- Aproveitar o potencial da rede hídrica paulistana para o transporte de pessoas e cargas – construção da hidrovía do anel metropolitano de São Paulo
- Reduzir a demanda pelos serviços de motoboys
- Desenvolver sistema inteligente de fluxo de documentos como a certificação digital
- Melhorar as condições de trabalho dos motociclistas profissionais, intensificando a fiscalização quanto ao uso de equipamentos de segurança e relações de trabalho
- Trabalhar na redução da demanda por mobilidade
- Engajar a prefeitura da capital paulista no

movimento mundial de redução do número de acidentes de trânsito

PEDESTRE, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

- Requalificar as calçadas da cidade, levando em conta o acesso de pessoas com necessidades especiais
- Regularizar e controlar a cobrança pela concessão de uso do espaço público pelas empresas de transmissão de energia e comunicação e usar o valor arrecadado para financiar projeto de enterramento dos fios e cabos da cidade
- Garantir acesso equitativo aos equipamentos e serviços urbanos
- Padronizar os equipamentos e serviços públicos nos bairros
- Intensificar a programação cultural nos Centros Educacionais Unificados (CEUs)
- Estruturar um sistema de informações públicas, regulares e padronizadas que deem conta de apresentar indicadores de frequência nas diferentes atividades urbanas em todos os bairros (shows, bibliotecas, teatros etc.)
- Garantir que os 96 distritos da cidade de São Paulo tenham equipamentos gratuitos de lazer e entretenimento para variadas faixas etárias
- Oferecer transporte coletivo no período noturno

*Diário de um paulistano***25**

Janeiro de 2022

Não sei dizer exatamente quando. Mas, em algum momento os paulistanos começaram a repensar a cidade. A nossa “casa” estava cheia, com 11 milhões de habitantes e um cenário de caos. Repensamos toda a nossa vida cotidiana: a moradia, o trabalho, os estudos e, aos poucos, descobrimos e valorizamos o que estava próximo. Não era preciso nem era bom ficar se deslocando para os quatro cantos da cidade para conseguir viver. Redescobrimos o bairro, o bom e velho bairro.

Podem público e sociedade, juntos, começaram a reorganizar a cidade para que todo o nosso cotidiano coubesse no bairro. Só com isso, ganhamos duas horas por dia, antes desperdiçadas no transporte, e liberamos o dinheiro para outras coisas. Passamos a ter tempo para curtir a família, ir ao cinema, ao teatro, a bares, restaurantes. Deu uma sensação de que voltamos, enfim, a viver.

Durante muito tempo se associou a obtenção de renda com necessidade de mobilidade, pois moradia e trabalho não ficavam próximos. Hoje, com banda larga e a possibilidade de trabalhar em casa com o uso do computador, a moradia também virou local de trabalho.

E a escola? Devidamente equipada e conectada com o conhecimento acumulado na “rede”, passou a ter qualidade, sem que seja preciso buscar em bairros distantes. Para as crianças, ir a pé ou de bicicleta para a escola, voltar junto com crianças vizinhas, combinar brincadeiras em vez de se trancar com a TV, mudou a qualidade de vida. Elas descobriram uma coisa fundamental: a cidade pode ser agradável. Só foi preciso organizar de maneira inteligente o território, ao se resgatar o papel estruturador do planejamento.

Nos últimos anos, muita gente começou a se organizar, bairro por bairro, para buscar qualidade. Descobriram que onde existia espaço subutilizado, em vez de fazer estacionamento, podia ser um belo jardim, parque, área de lazer e convivência. Hoje conhecemos os nossos vizinhos.

Desejamos “bom dia”, pegamos no papo, comemoramos festa junina e Copa do Mundo juntos, na rua. Quando precisamos de ajuda, alguém para cuidar dos nossos filhos, ajudar a olhar o animal de estimação ou dar um suporte com os idosos, podemos contar com os nossos vizinhos.

Já não precisamos daquilo que era muito elogiado há muito tempo atrás: os locais, aliás pouquíssimos lugares frente às necessidades, que eram chamados de “Poupa-Tempo”, que concentravam os serviços oferecidos pelo governo para os cidadãos. No nosso dia-a-dia, os serviços da prefeitura e de outros órgãos estão acessíveis à pé em cada bairro, ou na internet, pois estamos na era da cidade digital, inteligente e conectada.

Para ir aos outros lugares, agora temos um sistema de transportes perto, que nos leva para todos os lugares da cidade. Temos ônibus no bairro e o metrô e os trens estão em toda a capital e são limpos, confortáveis e pontuais. Coisa de metrópole do primeiro mundo! Tudo está integrado. Podemos ir de bicicleta e depois tomar outro transporte. Estamos praticando diariamente nosso direito de ir e vir. Os transportes estão mais rápidos e perde-se menos tempo para se locomover na nossa cidade. Por isso as pessoas usam menos o carro e mais o transporte público e as bicicletas.

São Paulo agora se transformou numa Cidade “Investe-Tempo”. Propicia condições para as pessoas que moram, trabalham, que vêm usufruir seus serviços, possam realmente investir melhor o seu tempo. Aliás, uma aplicação que rende ótimos dividendos para a vida, naquilo que realmente é importante. Não desperdiçamos mais nosso tempo como antigamente – nas filas, no trânsito. Cada bairro funciona como se fosse uma pequena cidade, com tudo que um município pode oferecer de melhor. É bom que a gente consegue viver num clima de cidade de interior, mas tendo à disposição a infraestrutura de uma gigante metrópole.

Como nem tudo na vida se resolve ou se aproveita via conectividade digital, também precisamos nos relacionar diretamente com as pessoas: conversar olho-no-olho, sentir cheiros etc. Isso não dá para fazer em casa ou na internet. Com o tempo “economizado”, podemos ir sem pressa aos lugares, para aproveitar tudo de bom que a cidade oferece: os eventos e espetáculos culturais, a beleza da natureza paulistana, os jantares nos restaurantes com os amigos, enfim, oportunidades de jogar conversa fora com nossos entes queridos. Ter bom humor faz melhorar a vida. Isso até me faz lembrar uma frase do ativista das causas sociais Abade Pierre (1912-2007): “Um sorriso custa menos que a eletricidade, mas proporciona uma luz enorme.”



SÃO PAULO

4 CIDADE INCLUSIVA SEGURA E PRÓSPERA

Diário de um paulistano 194 e 279 | Introdução 195 |
Desigualdade e inclusão social 197 | Quadro-resumo 273



Diário de um paulistano

25

Janeiro de 2011

São Paulo tem tudo para que nela se viva bem. É uma cidade rica, com uma renda anual por pessoa de R\$ 30 mil. Tem inúmeras universidades, um bom clima, uma riqueza imensa de aportes culturais das mais variadas nacionalidades. Mas convive também com uma desigualdade vergonhosa, que desequilibra o conjunto, gera tensões, medos e desesperos nas imensas áreas de miséria. Como se pode equilibrar o desenvolvimento da cidade?

Há pessoas com dinheiro demais, outras de menos. Assegurar um lugar para todos significa garantir que algumas coisas não falem a ninguém. Hoje parece que não há esforço das autoridades paulistanas para inclusão de milhões de pessoas no mundo econômico e da cidadania. O dinheiro dos impostos está indo para aonde?

Há solução para tudo isso. Precisa é ter vontade política. A inclusão não se consegue com milagre, à bala de prata, e sim com políticas integradas. Generalização dos serviços sociais, qualidade do ensino, diversidade e riqueza cultural, inclusão produtiva, desenvolvimento integrado nos bairros e, também, políticas de apoio direto às situações críticas.

Um jovem em cada quatro, na periferia, está fora da escola e sem emprego. Uma mãe em cada quadro sustenta sozinha seus filhos, dividida entre a renda que precisa ganhar e os filhos que precisaria cuidar. Numa cidade onde se vendem apartamentos de R\$ 14 milhões e vestidos de R\$ 30 mil, não haverá meios e coragem para criar uma cidade decente?

Um paulistano pode dormir hoje e sonhar com políticas públicas inclusivas para se conquistar uma São Paulo mais justa e sustentável. Amanhã cedo, o sonho já pode começar a ser concretizado. A futura São Paulo como cidade inclusiva já começa a se tornar realidade com a inclusão desses sonhadores!

INTRODUÇÃO

Cidade da opulência, de padrão de desenvolvimento humano elevado, de riqueza cultural, mas, também, cidade com situações de indignidade humana: fome e miséria, trabalho infantil, população vivendo nas ruas, violência doméstica, condições de vida desumanas da população carcerária, homofobia e racismo, pouca atenção para a acessibilidade das pessoas com deficiência. Como pode existir tamanho paradoxo?

Pode porque, infelizmente, é possível oferecer oportunidades sociais e econômicas para poucos indivíduos e não para todos os muitos, que também fazem parte das diversas São Paulo. Pode porque é fácil enxergar e valorizar a multiplicidade étnica-cultural da cidade, mas também é igualmente fácil ocultar episódios que mostram preconceitos e atitudes de intolerância. Pode porque é possível segregar a cidade, a partir de bairros com prédios murados e policiamento privado, ao mesmo tempo em que inúmeras localidades sofrem com a completa ausência do Estado garantindo bem-estar social e segurança.

Mas essa é a cidade que se quer ter em 2022? Será que a vivência diária da falta de tolerância com a diversidade e com as situações de indignidade humana observadas em São Paulo faz com a vida na cidade seja considerada normal? A cidade de São Paulo em 2022 deve ser *inclusiva, segura e próspera*.

A qualidade do desenvolvimento que se quer para a capital paulista terá de ser medida pela aceleração do processo de redução das desigualdades sociais, promovendo oportunidades para que todos exerçam a cidadania na sua plenitude. A redução das desigualdades passa por apropriação mais justa de tudo o que a cidade produz – as riquezas, o bem estar, a cultura, a sensação de segurança, as condições dignas do habitat.

A reversão desse panorama envolve gestão inteligente e integrada de inúmeras políticas socioeconômicas, das emergenciais às estruturais, além de coragem para viver em liberdade com valorização da heterogeneidade social. Seja qual for a cor da pele, a idade, a opção sexual, o local de nascimento, todos têm o direito de usufruir os benefícios da cidade.

A construção do rico patrimônio material, imaterial e intelectual da cidade de São Paulo é resultado de trabalho ao longo do tempo de várias gerações, da participação efetiva de inúmeras pessoas de regiões e culturas diversas. E o futuro de São Paulo? Como garantir que nesta nova etapa que se configura possa existir uma cidade inclusiva, segura e *próspera*, que construa uma trajetória coletiva mais generosa para com todos os seus habitantes?

As perspectivas são excelentes para o combate às desigualdades. Torna-se necessário, porém, aumentar a oferta de oportunidades educacionais, de renda, de saúde, de habitação, com acréscimo na geração de emprego e renda nesses setores, iniciando um ciclo virtuoso promotor da prosperidade da cidade. Dinamiza-se o mercado de trabalho, com impactos na promoção de qualidade de vida e com múltiplos efeitos positivos para a segurança dos cidadãos da cidade. E São Paulo vai incluindo, incluindo...



ISTOCK PHOTOS



DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Reduzir as desigualdades socioeconômicas é um dos maiores desafios da cidade e requer a valorização da diversidade.

Segundo estudo da consultoria PricewaterhouseCoopers, a capital paulista encontrava-se, em 2010, na 10ª posição no ranking das cidades mais ricas do mundo, podendo chegar a atingir a 6ª posição até 2025. À primeira vista, pode parecer um diagnóstico positivo, mas esconde um problema: a pujança de São Paulo é acompanhada de desigualdade de renda e no acesso às oportunidades sociais.

Dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) revelam existir na cidade 54,02% de famílias pobres no perfil do programa Bolsa Família (renda familiar per capita até R\$ 140,00) e 24,24% no perfil do Cadastro Único (renda familiar per capita até meio salário mínimo, R\$ 272,50).

Da população total, 51% vivem com um padrão de desenvolvimento humano semelhante aos dos países mais pobres e menos desenvolvidos do planeta, ou seja, cujos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são inferiores a 0,5. Somente seis distritos da cidade possuem IDH acima de 0,8, tal como verificado nos indicadores de nações desenvolvidas. São eles: Moema, Morumbi, Jardim Paulista, Pinheiros, Alto de Pinheiros e Itaim Bibi.

Uma reversão dessa conjuntura envolve reconhecer a complexidade da situação de vulnerabilidade social das famílias da cidade e o conjunto de políticas disponíveis, conforme o horizonte de planejamento. Neste documento, o debate em torno da redução das desigualdades e promoção da inclusão social é organizado em cinco eixos:

- 1. ERRADICAR A FOME;**
- 2. REDUZIR A EXCLUSÃO PROMOVIDA PELO MERCADO DE TRABALHO;**
- 3. MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL ÀS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS;**
- 4. ACABAR COM O DÉFICIT HABITACIONAL E GARANTIR PARA 100% DA POPULAÇÃO DA CIDADE O DIREITO À MORADIA DIGNA;**
- 5. MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL AOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.**

Esses eixos consideram a estratégia de redução das desigualdades numa escala multidimensional. No curto prazo, ações assistenciais são justificadas, como os programas de transferência de renda, a fim de eliminar imediatamente a violação de direitos humanos básicos, como por exemplo, o direito à alimentação adequada. Todavia, para romper com o ciclo vicioso de continuidade da desigualdade e da pobreza são requeridas ações estruturais que criem capacidades nas famílias para poderem viver no futuro em uma sociedade mais equitativa, com igualdade de oportunidades, sem ajuda do governo.

A promoção da inclusão social na cidade por meio desses cinco eixos demanda ainda ações direcionadas a grupos específicos, dada a magnitude da sua vulnerabilidade social e daqueles que sofrem violação dos direitos humanos devido à intolerância e ao preconceito social.

ERRADICAR A FOME

Para aumentar a aquisição de alimentos pelas famílias na cidade, a prefeitura precisa:

- a) promover universalização do programa Bolsa Família e da Alimentação Escolar;
- b) ampliar distribuição de alimentos para grupos específicos de maior vulnerabilidade social;
- c) aumentar o número de restaurantes populares e bancos de alimentos;
- d) incentivar o incremento da agricultura urbana;
- e) garantir o bom funcionamento de programas de alimentação do trabalhador¹.

BOLSA FAMÍLIA

O governo federal criou o programa Bolsa Família, mas a responsabilidade pela inclusão das famílias no Cadastro Único para recebimento do benefício e pela administração do programa é da prefeitura². Enquanto vários municípios sofrem com a falta de benefícios, na cidade de São Paulo sobram bolsas. Dados de janeiro de 2011 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) apontam existir 327.188 famílias com direito a receber a bolsa família, mas somente 176.754 famílias estão recebendo. Ou seja, 46% das potenciais bolsas estão sem uso ou utilidade.

O planejamento desejado para a cidade de São Paulo, com horizonte para 2022, é que as famílias não venham a precisar mais de programas de transferência de renda. Mas, num estágio intermediário, o Programa Bolsa Família exerce sua função social na garantia do direito à alimentação e investimento nas gerações futuras por meio do acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação. Essa iniciativa governamental tem ainda ajudado a dinamizar o mercado local ao promover a expansão do consumo.

A expansão do valor total dos benefícios pagos pelo programa entre 2005 e 2006, de R\$ 1,8 bilhão, provocaram crescimento adicional do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de R\$ 43,1 bilhões e de receitas adicionais de impostos de R\$ 12,6 bilhões. Em outras palavras, para cada R\$ 0,04 de benefício a mais do Bolsa Família, o ganho de PIB foi de R\$ 1³.

A universalização do Programa Bolsa Família na cidade é condição indispensável para que até 2022 as famílias tenham conseguido obter meios de sobrevivência econômica por sua própria conta. Dessa forma, defende-se que a prefeitura se esforce no

1 A AGRICULTURA URBANA E BANCO DE ALIMENTOS SÃO ABORDADOS NO CAPÍTULO 2 “CIDADE SAUDÁVEL, CUIDADORA DO MEIO AMBIENTE E CONSUMIDORA RESPONSÁVEL”, SOB O CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS VERDES E REDUÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PELA DIMINUIÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS. AQUI SE RECUPERA A IMPORTÂNCIA DESSES INSTRUMENTOS PARA O COMBATE À FOME, COM UMA BREVE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA, NA CIDADE, DE PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

2 O CADASTRO ÚNICO FOI INSTITUÍDO EM JULHO DE 2001 E TEM POR OBJETIVO RETRATAR A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO DE TODOS OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA QUE É PÚBLICO-ALVO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAIS BRASILEIROS.

3 LANDIM JUNIOR, P.H.; MENEZES FILHO, N.A. OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. RELATÓRIO FINAL. SÃO PAULO, AGOSTO DE 2009. DISPONÍVEL EM WWW.IPC-UNDP.ORG/PUBLICATIONS/MDS/33P.PDF, EM 10 DE OUTUBRO DE 2010.

A UNIVERSALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA QUE ATÉ 2022 AS FAMÍLIAS TENHAM CONSEGUIDO OBTER MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA ECONÔMICA POR SUA PRÓPRIA CONTA

benefício não seja negado pelo governo federal, que é quem aprova os pedidos. Ainda que a família se enquadre no perfil desejado, com informações incompletas ou inconsistentes, o pedido é rejeitado.

Além dessa iniciativa, a cidade de São Paulo dispõe de mais dois programas de transferência de renda: o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal e o Programa Renda Cidadã do Governo do Estado. Um benefício gerado com a criação do Cadastro Único é que ele ajuda a evitar a sobreposição dos vários programas de transferência de renda disponíveis no município, integrando e harmonizando os programas de transferência de renda federais com os programas estaduais e municipais.⁴ Logo, colabora para que os esforços estejam integrados. Melhora a eficiência e possibilita que todas as famílias com baixa renda de uma região possam estar atendidas.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A gestão da alimentação escolar na cidade de São Paulo se dá por meio de terceirização, com contratação de empresas que são responsáveis por todo o processo – da compra do alimento, passando pelo preparo, até chegar ao prato das crianças e dos jovens. A terceirização não seria problema se os custos e qualidade do serviço prestado fossem adequados, porém, muitas vezes não é isso que ocorre. O Ministério Público Estadual já precisou intervir várias vezes na Justiça por causa de denúncias de fraude, superfaturamento, esquema de propinas e

cadastro de todas as potenciais famílias que podem usufruir desse benefício social.

Para tanto, a prefeitura pode criar postos de cadastramento itinerante, realizando mutirões nos diversos bairros. Muitas famílias não conseguem se inscrever quando precisam se deslocar e arcar com os custos das tarifas de transporte. Atenção especial à qualidade do cadastro é requerida para que o pedido de

JÁ FOI FEITO

ATUALIZAÇÃO DE CADASTROS EM IBITIARA

A prefeitura de Ibitiara, na Bahia, estabeleceu parceria estratégica entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde visando à atualização de todos os cadastros válidos, ativos e com beneficiários do Programa Bolsa Família. Os médicos e agentes comunitários do Programa Saúde da Família e os professores, coordenadores, merendeiras e auxiliares de limpeza da rede de ensino participaram desse processo. A prefeitura, como forma de atrair a população local, ofereceu atividades e serviços à população nos dias do cadastramento, tais como: recreação com as crianças, serviços de beleza, aferimento de pressão arterial, teste de diabetes, exibição de filmes, distribuição de lanches. Os locais e datas do cadastramento eram divulgados com 15 dias de antecedência.

⁴ RICARDO PAES DE BARROS – INDICAR QUAL O TRABALHO.

padrão de qualidade inadequado. Relatórios de fiscalização da merenda escolar revelaram problemas como excesso de moscas, alimentos vencidos, dentre outras irregularidades.

Outro problema enfrentado em São Paulo é o corte do número de refeições diárias. Recentemente, as creches, sob o argumento de que foi reduzido o horário escolar de 12 para 10 horas por dia, tiveram uma refeição cortada (café da manhã ou jantar). Embora realmente o horário escolar tenha sido reduzido, as crianças muitas vezes moram longe, acordam em torno de 6 horas da manhã para começarem a se preparar para a ida à escola⁵. O corte da primeira refeição que ocorria às 7 horas, e que passou a ocorrer às 9 horas, pode significar que a criança esteja desde as 6 horas da manhã sem se alimentar.

Espera-se que até 2022 os valores cobrados pelos serviços de alimentação escolar estejam compatíveis com seus custos reais e, em algumas situações, seus gastos sejam reduzidos pela prefeitura, a partir de uma melhor gestão. Para isso, é importante estimular o controle social por parte dos Conselhos de Alimentação Escolar.

ESPERA-SE QUE ATÉ 2022 OS VALORES COBRADOS PELOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ESTEJAM COMPATÍVEIS COM SEUS CUSTOS REAIS E, EM ALGUMAS SITUAÇÕES, SEUS GASTOS SEJAM REDUZIDOS PELA PREFEITURA

A qualidade da alimentação escolar será melhorada, a partir dos parâmetros a serem seguidos: (a) cardápio voltado para redução da desnutrição, da obesidade e do sobrepeso; (b) realização frequente de monitoramento nutricional e controle de qualidade dos produtos; (c) presença maior de frutas, legumes e verduras; (d) introdução de alimentação orgânica.

Outras medidas podem auxiliar no alcance dessas metas: (a) criação de hortas escolares; (b) ações de resgate e valorização da cultura alimentar local; (c) política de estímulo ao professor para sua atuação como mediador da educação alimentar; (d) incorporação na merenda de produtos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária.⁶

ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é um programa de complementação alimentar no qual governo, empresa e trabalhadores partilham responsabilidades. Tem como princípio norteador o atendimento ao trabalhador de baixa renda, melhorando suas condições nutricionais e gerando, conseqüentemente, saúde, bem-estar e maior produtividade no trabalho.

O atendimento prioritário é voltado para os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos mensais. Entretanto, empresas participantes podem incluir no programa os funcionários de renda mais elevada, desde que esteja garantido o aten-

⁵ CONFORME DESTACA A PEDIATRA E PROFESSORA DA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC, DENISE DE OLIVEIRA SCHOEPS.

⁶ A LEI 11.947/09 DETERMINA A UTILIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 30% DOS RECURSOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA COMPRA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR DO TOTAL REPASSADO PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) PARA DESPESAS COM MERENDA ESCOLAR.

dimento da totalidade dos trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos e o benefício não tenha valor inferior àquele concedido aos de rendimento mais elevado, independentemente da duração da jornada de trabalho.

A adesão ao PAT é voluntária. A empresa pode optar por duas modalidades de execução: serviço de alimentação terceirizado ou autogestão. Às pessoas jurídicas que aderem ao programa é facultado deduzir da base tributária as despesas com a alimentação dos trabalhadores até 4% do imposto de renda. A participação financeira do trabalhador no programa está limitada a 20% do custo direto da refeição. A colaboração do estado consiste em renúncia fiscal, mediante a concessão de incentivos fiscais.

O PAT é mais uma alternativa para melhoria da segurança alimentar e nutricional dos moradores da cidade de São Paulo. Por estar focado no trabalhador, acarreta conseqüências positivas para o desenvolvimento e prosperidade da cidade. A produtividade do trabalho tem correlação positiva com a boa alimentação do funcionário.

Dada a magnitude do mercado de trabalho de São Paulo, a ampliação da cobertura do programa pode trazer impactos significativos. Apesar de o programa ter sido criado no Brasil em 1976, muitas empresas ainda desconhecem a sua existência. Espera-se que até 2022, a adesão das empresas de São Paulo a esse programa federal seja bem maior, especialmente nas pequenas e microempresas – que ainda participam muito pouco. Para tal, a prefeitura deve ajudar o governo federal a desenvolver campanhas de esclarecimento e difusão desse programa dentro da capital paulista.

ESPERA-SE QUE ATÉ 2022
A ADESÃO DAS EMPRESAS
AO PAT SEJA BEM MAIOR,
ESPECIALMENTE NAS
PEQUENAS E MICROEMPRESAS
– QUE AINDA PARTICIPAM
MUITO POUCO

especialmente nas pequenas e microempresas – que ainda participam muito pouco. Para tal, a prefeitura deve ajudar o governo federal a desenvolver campanhas de esclarecimento e difusão desse programa dentro da capital paulista.

É importante atrelar ações de educação alimentar ao acesso do trabalhador ao PAT. Alguns estudos apontam evidências de que, no Brasil, trabalhadores de empresas cobertas pelo PAT ou de outras iniciativas similares, que já possuam o perfil de pessoas bem nutridas e pré-obesas, aumentam ainda mais de peso em taxas superiores do que o dos trabalhadores não beneficiários desse programa⁷.

RESTAURANTE POPULAR

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em janeiro de 2011, um trabalhador no estado de São Paulo precisava de 106 horas de trabalho para adquirir uma cesta básica no valor de

⁷ ESTUDOS APONTAM TAMBÉM UM AUMENTO DA OBESIDADE ENTRE A POPULAÇÃO POBRE EM PROPORÇÕES MAIORES DO QUE OCORRE NO RESTANTE DA POPULAÇÃO. OS ESPECIALISTAS APONTAM CAUSAS COMO O FATO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DA MELHORA NO PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS POBRES FAZER COM QUE PASSEM A CONSUMIR MAIS ALIMENTOS, MAS ACABAREM OPTANDO POR ALIMENTOS MAIS BARATOS, EM GERAL MAIS CALÓRICOS. COM A VIOLÊNCIA URBANA, AS MÃES PREFEREM QUE OS FILHOS FIQUEM EM CASA, EM ATIVIDADES MAIS SEDENTÁRIAS. HÁ POUCOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS NAS ÁREAS CARENTES.

R\$ 261,25 (cerca de meio salário mínimo). Isso mostra que os custos de alimentação podem representar boa parte da renda das pessoas que têm baixos rendimentos, o que pode prejudicar seu estado nutricional e sua produtividade no trabalho.

Os restaurantes populares cumprem papel estratégico no acesso à alimentação em centros urbanos, porque possibilitam à população, principalmente de pessoas de menor renda, acesso a alimentação saudável, de qualidade e baixo custo para o trabalhador e família. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) considera o restaurante popular uma medida positiva de combate à fome. Os cardápios balanceados são elaborados por nutricionistas. Alimentos importantes para a saúde e que muitas vezes pesam no orçamento das famílias pobres, como, por exemplo, frutas, verduras e legumes, podem ser consumidos nesses restaurantes.

A cidade de São Paulo oferece refeições balanceadas por meio do Programa Restaurante Popular Bom Prato. É um programa do governo estadual com cobertura na cidade de São Paulo (18 unidades). Entidades filantrópicas e que prestam assistência à população carente realizam convênio de parceria com o governo do estado para oferecer esse benefício à população carente que atendem.

Podem ser parceiras entidades que atendam grande número de pessoas pertencentes ao público-alvo, preferencialmente localizadas próximas às estações de ônibus, trens e metrô e que possuam área mínima de 450 m². A instituição interessada em ter um restaurante popular do programa envia ofício à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, que avalia a viabilidade do pedido.

As refeições totalizam 1.600 calorias e são compostas de arroz, feijão, carne, farinha de mandioca, salada, acompanhamento, suco, sobremesas e pão. Conforme valores fornecidos no site do programa⁸, o custo de cada refeição é R\$ 3,50. O governo do estado subsidia R\$ 2,50. O usuário, portanto, tem acesso a uma refeição completa pagando apenas R\$ 1,00. Menores de seis anos de idade não pagam e o governo estadual assume o custo integral da refeição.

O Programa Restaurante Popular Bom Prato tem uma logística funcional e eficaz porque utiliza entidades filantrópicas como mecanismo para fazer chegar alimentação adequada a baixo custo à população carente que já é tratada pela instituição beneficiada. Essas entidades em geral têm grande capilaridade e atuação muito próxima aos grupos mais vulneráveis (idosos, moradores de rua, crianças, dependentes químicos etc.).

Espera-se que até 2022, a prefeitura de São Paulo implante iniciativa semelhante ou que faça parceria com o governo estadual para ampliação do número de entidades na capital paulista que se beneficiam desse programa na cidade. Tal como as diretrizes da merenda escolar, as refeições dos restaurantes populares devem valorizar a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária.

⁸ INFORMAÇÕES DE FEVEREIRO DE 2011.

REDUZIR A EXCLUSÃO SOCIAL PROMOVIDA PELO MERCADO DE TRABALHO

A participação no mercado de trabalho é a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades modernas e pode constituir ponto de partida de análises sobre inclusão e exclusão social¹.

O programa Bolsa Família é uma conquista importante em termos do direito à renda mínima e à alimentação adequada, mas a forma desejável dos indivíduos obterem meios para sua sobrevivência é pela inserção no mercado de trabalho. A manutenção do emprego e trabalho permite a reprodução socioeconômica sustentável dos indivíduos no tempo. O trabalho no mundo atual é também um elemento importante para socialização humana.

Preocupa o fato de existir no mercado de trabalho da cidade de São Paulo características estruturais nas quais mesmo trabalhadores formais, envolvidos em atividades em tempo integral e que recebem salário mínimo, possam não obter renda suficiente para manter uma vida digna².

Comunicado nº 76, de fevereiro de 2011, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou informações sobre a redução do desemprego no Brasil metropolitano; que não ocorreu de forma homogênea entre todos os desempregados desde 2005. Com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que cobre seis regiões metropolitanas (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife), observou-se que, entre os anos de 2005 e 2010, a taxa de desemprego nos dois decis de menor rendimento não diminuiu, pelo contrário, aumentou 44,2% no 10 decil e 2,6% no 20 decil. Para os demais decis da distribuição pessoal da renda, a taxa de desemprego caiu³.

Em outras palavras, os estratos mais pobres não se beneficiaram da redução do desemprego metropolitano e aumentou ainda mais a desigualdade no mercado de trabalho dessas regiões.

Considerando a condição do trabalhador pobre e não pobre, no período em análise houve aumento da distância entre taxa de desemprego de pobres versus não pobres. Para os trabalhadores pobres, a taxa de desemprego passou de 14,4% para 18,5%. Para não-pobres, passou de 4,5% para 2,8%. Portanto, se em 2005 a diferença entre esses dois grupos era de 9,9%, em 2010 passou para 15,7%.

¹ SCHWARTZMAN, S. AS CAUSAS DA POBREZA. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2004.

² CONFORME DESTACA ROCHA, S. IN *POBREZA NO BRASIL: AFINAL DE QUE SE TRATA?* RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2003. TRABALHADORES EM ATIVIDADES FORMAIS RECEBENDO SALÁRIO MÍNIMO PODEM SER POBRES EM FUNÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE SUA FAMÍLIA COMO, POR EXEMPLO, PRESENÇA DE NÚMERO GRANDE DE CRIANÇAS, E DO BAIXO VALOR DESSE SALÁRIO.

³ DECIL É QUALQUER UM DOS NOVE VALORES QUE DIVIDEM OS DADOS ORDENADOS DE UMA VARIÁVEL EM DEZ PARTES IGUAIS, NESTE CASO A DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS.

Uma provável explicação para esse diagnóstico pode ser a “baixa qualidade” (percepção dos contratantes) de grande parte dos trabalhadores. A má qualificação da mão-de-obra, em descompasso com o nível de desenvolvimento produtivo atingido por uma região e as necessidades do seu mercado, acaba servindo de base à manutenção de elevados níveis de desigualdade na taxa de ocupação e nos rendimentos entre os trabalhadores.

A cidade de São Paulo é um caso extremo dessa realidade. Discute-se a criação de parques tecnológicos como possibilidade para a geração de novos postos de trabalho. Ramos de atividade desses parques, como tecnologia da informação, biotecnologia, eletroeletrônica, química fina, dentre outros, porém, são intensivos em uso de mão-de-obra qualificada e especializada.

No médio e no longo prazos, o investimento público em educação de crianças e jovens de famílias pobres é condição indispensável para que, quando adultos, possam vir a conquistar postos de trabalho de melhor qualificação e remuneração. O fato é que a criação de parques tecnológicos pode e deve ser incrementada em São Paulo até 2022, mas a política pública de promoção do emprego e renda precisa também estar atenta ao perfil da população desempregada. O desafio é como promover oportunidades de trabalho e renda para a população pobre desde já. Ou seja, como reverter mecanismos de exclusão social do mercado de trabalho hoje.

Pode-se argumentar que grande parte da exclusão social promovida pelo mercado de trabalho é determinada por dinâmicas complexas de nível nacional e mundial, todavia, no nível dos governos municipais, há espaço para provisão de um conjunto de políticas locais que podem ter a inclusão produtiva como eixo de atuação. A seguir, apresentam-se algumas orientações de política nesse sentido.

Um primeiro grupo de ações tem origem na transversalidade de iniciativas para criação de uma Cidade Saudável, Inclusiva e Inteligente: expansão da Economia Verde, da Economia Criativa e da Urbanização de Assentamentos Precários deve nortear o planejamento da cidade de São Paulo até 2022, com consequências positivas para a oferta de postos de trabalho e geração de renda, especialmente para atender às necessidades dos trabalhadores mais pobres.

EXPANSÃO DA ECONOMIA VERDE, DA ECONOMIA CRIATIVA E DA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DEVE NORTEAR O PLANEJAMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO ATÉ 2022

A Economia Verde ou Economia de Baixo Carbono se apresenta como proposta de desenvolvimento que busca instituir novos vetores de crescimento econômico e novas fontes de empregabilidade e de soluções. Todos consistentes com a melhoria da qualidade ambiental e baseando-se no reconhecimento de que o atual modelo de produção e consumo de bens e serviços pode estar caminhando para sua insustentabilidade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) organizou um levantamento, que ao mapear o potencial de empregabilidade dos empregos verdes, revelou enorme capacidade de crescimento desse segmento. Seu poder irradiador é expressivo - à medida que os setores que atualmente contribuem para as emissões de gás carbônico e de gases de

efeito estufa vierem a se transformar, haverá mudança em todo o processo produtivo. Hoje, esse grupo de setores é responsável pelo emprego de mais de 5,8 milhões de trabalhadores, que atuam nas áreas de extração mineral e indústrias de base; construção, comercialização e manutenção de edifícios; agricultura e pecuária; caça, pesca e aquicultura; turismo e hotelaria⁴.

O estudo estima que somente as atividades voltadas para o aumento da eficiência energética dos edifícios podem gerar até 3,5 milhões de empregos verdes nos EUA e na Europa antes de 2030. No Brasil, o potencial pode ser grande, pois já em 2008, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), compiladas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, são 2.653.059 trabalhadores formais alocados em atividades como: produção e manejo florestal; geração e distribuição de energias renováveis; saneamento e gestão de resíduos e de riscos ambientais; manutenção, reparação e recuperação de produtos e materiais; transportes coletivos e alternativos ao rodoviário e aeroviário; telecomunicações e teleatendimento.

Na cidade de São Paulo, uma importante iniciativa que poderia ser promovida pela prefeitura é apoiar os catadores de material reciclável⁵. Parte significativa dos catadores vive em situação de pobreza. A colaboração deve ser no sentido de auxílio na formalização da atividade, capacitação profissional, estruturação de cooperativas, criação de infraestrutura necessária à atividade, criação de unidades de triagem e beneficiamento do material coletado. Eliminando a figura do intermediário e do atravessador e aumentando o valor agregado do material coletado, os catadores poderão auferir melhores rendimentos.

Outro exemplo é a expansão das áreas verdes a ser promovida pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Com mais árvores plantadas, aumenta a demanda pela contratação de jardineiros responsáveis pela manutenção. Com capacitação, esse tipo de trabalho pode ser realizado pela população pobre. Este órgão poderia criar também cursos profissionalizantes para formação de jardineiros verticais, para trabalhar nos telhados verdes. Há falta de mão-de-obra qualificada na cidade.

Expandir a limpeza do rio Tietê e de córregos de sua bacia na capital paulista e convocar trabalhadores para programas de despoluição são também exemplos, dentre os vários a cidade tem à sua disposição para geração de postos de trabalho adequados às características do trabalhador pobre, ao mesmo tempo em que melhora enormemente a qualidade ambiental da cidade.

A Economia Criativa é outro ramo que oferece alternativas de emprego e renda para a população pobre. Ela engloba atividades de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam a criatividade, o ativo intelectual e o conhecimento como principais recursos produtivos. A produção de filmes, músicas, videogames, espetáculos de dança e artesanatos são exemplos de produtos oriundos da Economia Criativa.

⁴ MUÇOUÇAH, S. *EMPREGOS VERDES NO BRASIL: QUANTOS SÃO, ONDE ESTÃO E COMO EVOLUIRÃO NOS PRÓXIMOS ANOS* / ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL: OIT, 2009.

⁵ VER CAPÍTULO 2, PÁG. XXX.

O Relatório de Economia Criativa de 2010, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) informa que o investimento na indústria criativa pode gerar empregos, particularmente para os jovens, o empoderamento das mulheres e a promoção social, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Na Inglaterra, a Economia Criativa, que já é bastante desenvolvida e consolidada, é a maior empregadora do país. Em 2006, absorvia 1,3 milhão de pessoas, conforme dados da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Brasil, o setor responde por 1,45% do total de empregos do país e 2,55% dos trabalhadores empregados na cidade de São Paulo estão neste setor, sendo que o número de empregados na Economia Criativa de São Paulo representa 11,09% do total do emprego nacional nessa área (RAIS, 2005).

A criatividade no país também está mais bem remunerada. Dados de 2003 do Cadastro Geral de Empresas do IBGE mostram que um trabalhador empregado em agências de notícias ganhava em média 11 salários mínimos. Empregado em rádio e televisão 7,3 salários mínimos. Enquanto isso, na mesma ocasião, a remuneração média dos trabalhadores brasileiros era de 4 salários mínimos.

Um fator animador é que a Economia Criativa tem conseguido chegar às comunidades carentes através da atuação de organizações não governamentais que lidam com adolescentes e jovens. Nas aulas de teatro, cinema, televisão, música, dança, dentre outras, o jovem se diverte, mas também é qualificado para o mercado de trabalho. Com talento e capacitação, muitos jovens das periferias estão se transformando em músicos e atores profissionais, cinegrafistas, coreógrafos etc. Essas organizações podem, inclusive, virar referência no mercado cultural e empresas passarem a procurá-las para contratação de serviços que geram emprego e renda para os jovens ou para fornecimento de indicação de profissionais a serem contratados.

As mulheres também podem se beneficiar com a Economia Criativa. O artesanato, por exemplo, é um setor que integra esse ramo da economia diretamente relacionado com a cultura e as artes - e é onde as mulheres costumam demonstrar ter grandes habilidades. Além disso, se atividades de Economia Criativa são promovidas no interior dos bairros que residem, as mulheres despendem menos tempo no deslocamento para o trabalho, podendo ficar mais próximas dos cuidados com seus filhos.

Em relação ao artesanato, assim como qualquer produto de origem solidária, um dos entraves para expansão da atividade é a comercialização da produção. Uma forma de apoio que a prefeitura pode promover é institucionalizar espaços de grande circulação de pessoas (praças, terminais de ônibus etc.) para a realização de

JÁ FOI FEITO

CRÉDITO A EMPRESAS CRIATIVAS EM VIENA

Em 2004, a cidade de Viena, na Áustria, lançou um plano com o objetivo de promover e facilitar o crédito a pequenas e médias empresas criativas. Em 2005, com o incentivo, o setor já tinha ultrapassado o número de 100 mil pessoas empregadas.

JÁ FOI FEITO	FORMAÇÃO DE JOVENS NO RIO DE JANEIRO
<p>Em 1986, foi fundado o grupo Nós do Morro, localizado na comunidade do Morro do Vidigal, cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, seu objetivo era propiciar acesso à arte e à cultura para crianças, jovens e adultos da comunidade. Com o passar dos anos, o projeto se consolidou em uma entidade que também oferece cursos de formação em teatro e audiovisual: jogo de cena, jogo de corpo, atividades de contar histórias, percussão, capoeira, preparação corporal, circo,</p>	<p>artes plásticas, literatura dramática, roteiro, direção, fotografia, edição, história do cinema, direção de arte, câmera, produção, dentre outros. Muitos dos jovens que participaram do projeto vivem hoje profissionalmente das artes. Prêmios de melhor ator, melhor direção musical, melhor filme recebidos comprovam a qualidade dos profissionais e firmam a perspectiva de que esses jovens podem vir a ser bem inseridos no mercado de trabalho.</p>

feiras regulares e/ou permanentes, visando o escoamento da produção. Para os artesões e produtores, as feiras são ainda espaços para troca de informações e de aprendizado coletivo.

Em suma, a Economia Criativa oferece oportunidades de trabalho e renda para pessoas mais pobres com a vantagem de atacar dois gargalos estruturais do mercado de trabalho paulista: o desemprego juvenil e o desemprego maior verificado entre as mulheres vis-à-vis ao dos homens.

Para a construção de uma cidade que empregue mais seus habitantes, especialmente os mais desfavorecidos, a prefeitura de São Paulo deve, até 2022, promover incentivos para a Economia Criativa. Tanto no sentido de qualificar a população para atender às demandas crescentes do setor, como oferecer apoios que alavanquem o aumento do número das empresas “criativas”.

A doação de terrenos para construção de galpões de artes comunitárias, a inserção desse ramo de especialização em cursos de qualificação e requalificação profissional, a isenção de alguns impostos ou oferecimento de linhas de crédito específicas, como estímulo às empresas criativas, são alguns exemplos de medidas que podem ser tomadas no nível municipal. O tema Economia Criativa será detalhado no capítulo 5, Cidade Inteligente.

PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE QUE EMPREGUE MAIS SEUS HABITANTES, ESPECIALMENTE OS MAIS DESFAVORECIDOS, A PREFEITURA DE SÃO PAULO DEVE, ATÉ 2022, PROMOVER INCENTIVOS PARA A ECONOMIA CRIATIVA

REAÇÃO EM CADEIA

Para além da promoção da Economia Criativa no interior das comunidades, essas medidas atestam a necessidade de considerá-las como locais que precisam oferecer oportunidades sociais, de geração de trabalho e renda. A urbanização dos assentamentos precários e seu entorno, aliada aos programas de provisão social, fornecem uma gama de postos de trabalho que passam a existir quando essas atividades propostas são implantadas.

É com a construção civil, na qual o Estado é o empregador direto. É com os profissionais que as novas creches e escolas vão demandar. É com o efeito que a valorização e potencialização desses espaços acarretam sobre as atividades do setor privado, que passa a enxergá-los como atrativos para expansão dos seus negócios. O Banco Santander, por exemplo, inaugurou, em 2010, uma agência bancária dentro do Complexo do Alemão, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Alguns dos funcionários contratados pela agência são moradores da comunidade. É fundamental nessas iniciativas, quando possível, aproveitar sempre a disponibilidade da mão-de-obra local.

A urbanização dos assentamentos precários e do seu entorno – conforme será visto em mais detalhes na subseção sobre habitação – empreende, na prática, a promoção do desenvolvimento local desses territórios, no qual uma das dimensões é o desenvolvimento econômico local.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DEVE SER IMPULSIONADO PELA PREFEITURA

Logo, o segundo grupo de orientações de políticas para remover a exclusão social promovida pelo mercado de trabalho paulistano até 2022 é a promoção do desenvolvimento econômico local, a ser impulsionado pela prefeitura.

A abordagem do desenvolvimento local não é restrita a comunidades rurais ou municípios pequenos. No caso da megametrópole paulistana, a perspectiva é como promover o desenvolvimento econômico com inclusão social de todos os *distritos* da cidade, especialmente os da periferia.

O desenvolvimento de cada distrito ou bairro pressupõe a construção de um pacto territorial que parta “de baixo”, baseado em iniciativas planejadas e gerenciadas em nível local, com prazo de execução definido e com identificação e mobilização dos diversos atores em torno de programas estruturantes. O pacto envolve a necessidade de um alto nível de acordo entre instituições, empresas e sociedade civil organizada⁶.

O desenvolvimento econômico local precisa e pode fortalecer a economia solidária, o empreendedorismo, o trabalho das pequenas e médias empresas e a formalização dos negócios nos distritos, fornecendo mais um caminho, dentro das comunidades, para que as pessoas tenham suas necessidades concretizadas.

Para a Comissão para o Setor Privado & Desenvolvimento das Nações Unidas, pequenas e médias empresas são geralmente grandes geradoras de empregos, pois representam as bases da inovação e empreendedorismo. Ao entrarem no mercado e aumentarem a competição, elas impulsionam a eficácia e o crescimento e promovem o desenvolvimento. Já a ausência de pressão competitiva protege as grandes empresas das forças de mercado e inibe a necessidade de inovar e de aumentar sua produtividade.

⁶ COELHO, FRANKLIN DIAS. O MUNICÍPIO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. RIO DE JANEIRO: IBAM, V.41, P.23-33, JAN/MAR., 1994.

Outra vantagem é que pequenas e microempresas são, em geral, menos suscetíveis ao contexto mundial, por dependerem menos da demanda global. No Brasil, os efeitos da crise mundial que assolou os países a partir de 2008 foram pequenos no mercado interno, pois as pequenas e microempresas foram responsáveis pela sustentação do emprego formal no país em 2009. Segundo análise do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), baseada nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), esse setor da economia encerrou 2009 com 1,023 milhão de novas vagas, enquanto as médias e grandes empresas cortaram 28.279 novos postos de trabalho.

Não se pode negligenciar que, apesar das vantagens e benefícios das pequenas e microempresas para geração de trabalho e renda com inclusão social, há um problema sério que afeta o setor: a baixa taxa de sobrevivência das empresas. Muitas firmas são abertas, porém um número bem menor consegue manter seus negócios para além de um ano de existência.

JÁ FOI FEITO	MICROCRÉDITO EM BANGLADESH
<p>O microcrédito é uma política fundamental de combate à pobreza porque liberta os pobres da ação de instituições financeiras que cobram juros muito altos e agiotas, e acredita no potencial do indivíduo em mobilizar recursos para sair da sua condição de pobreza, por meio do autoemprego em algum negócio produtivo.</p> <p>Sua origem é o Grammen Bank, ou Banco do Povo, em Bangladesh, onde seu fundador, o economista Muhammad Yunus, desenvolveu sistema inovador de aval solidário. Embora o sistema original, onde um grupo de pessoas toma o empréstimo e cada um passa a ser o avalista do outro, não tenha tido sucesso no Brasil, a experiência mostra que um sistema de empréstimo com juros baixos colabora para alavancar negócios e retirar da informalidade empreendedores de baixa renda.</p> <p>O governo federal mantém o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) cuja filosofia é que não basta disponibilizar o recurso, mas é necessário também dar orientação financeira a quem o adquire. Entre as experiências mais bem sucedidas estão as do Banco do Nordeste e Banco do Brasil e Santander. No entanto, ainda atendem um número baixo de pessoas.</p> <p>Os empréstimos são em valores compatíveis e podem ser renovados à medida que são quitados.</p>	<p>A relação entre o tomador do empréstimo e o agente de crédito é a maior garantia de sucesso do programa. O agente de crédito é um funcionário da agência de crédito que vai à casa da pessoa interessada no financiamento. Frequentemente, o pobre tem vergonha de entrar num banco e ser mal recebido, afinal, o sistema financeiro tradicional tende a não se interessar por esse perfil de tomador de crédito. Com o agente de crédito é diferente, ele vai à casa da pessoa, levanta informações, conhece de perto a realidade do interessado, avalia a capacidade de pagamento do cliente. É criada uma proximidade entre o cliente pobre e o sistema financeiro.</p> <p>No Grameen Bank, a maioria dos empréstimos concedidos se dá para as mulheres. Na cidade de São Paulo existe a São Paulo Confia, organização de microcrédito que concede pequenos financiamentos produtivos, que aumentam conforme a capacidade de pagamento anterior comprovada e no qual o agente de crédito, além de avaliar e conceder o crédito, também fornece conhecimento básico para gestão do empreendimento, que é outro diferencial que ajuda a melhorar as perspectivas de geração de renda do negócio do empreendedor. Regiões pobres como Jardim Ângela, Perus e Heliópolis contam com unidades de atendimento.</p>

Nesse sentido, a prefeitura deve apoiar a atividade das pequenas e microempresas, especialmente nos seus primeiros anos de vida. Criar espaços como, por exemplo, fóruns e seminários para que os empreendedores construam redes de aprendizado. Criar escolas de negócio para formação e capacitação do talento empresarial local ao longo do tempo. Estabelecer parcerias com as universidades para oferecimento de projetos de incubadoras sociais. Criar linhas de financiamento específicas para o setor.

O microcrédito, que leva em conta, além das condições de pagamento, as relações sociais do tomador, é uma linha de financiamento que se adequa bem às características das pequenas e microempresas e a prefeitura de São Paulo deve ser ator central na construção e consolidação do mercado de microcrédito da cidade.

Nas favelas, por exemplo, existe um comércio local já instalado, mas que apresenta obstáculos para sua expansão, dada à dificuldade de conseguir empréstimos para capital de giro ou para realização de investimentos que ampliem a capacidade produtiva do negócio. Com maior capacidade produtiva, o empresário popular pode auferir maiores rendas pessoais e contratar mais pessoas.

É importante que o estímulo às pequenas e microempresas seja acompanhado da formalização das suas atividades. A informalidade pode obrigar os empreendedores a sempre trabalhar com pequenas escalas, gerando poucas chances de crescimento, já que empresas informais não podem acessar incentivos criados por programas governamentais.

As pequenas e microempresas informais podem, por outro lado, causar distorções no mercado que precisam ser combatidas. As informais podem cobrar preços menores porque não pagam impostos nem cumprem obrigações regulatórias. Com isso, mesmo as empresas formais mais competitivas têm dificuldades de crescimento quando são obrigadas a competir com a informalidade das demais.

As iniciativas de promoção do desenvolvimento local são importantes para produzir melhor distribuição das atividades produtivas no território, incluindo sua potencialização e criação na periferia da cidade. Quando isso ocorre, melhora também a mobilidade da cidade. As pessoas passam a trabalhar perto dos locais de moradia. O desenvolvimento econômico da metrópole não precisa ser sinônimo de concentração produtiva e dos negócios no centro da cidade. A prefeitura pode oferecer incentivos econômicos para que empresas venham a se instalar em condomínios industriais ou de serviços criados nos distritos periféricos.

- ✓ Em suma, como medidas para a consolidação do desenvolvimento econômico local dos distritos da cidade de São Paulo até 2022, a prefeitura precisa:
- ✓ Realizar um diagnóstico das potencialidades de cada distrito;
- ✓ Estimular a distribuição espacial das atividades econômicas e diversificação produtiva;
- ✓ Reformar o ambiente regulatório das atividades econômicas e fortalecer o Estado de Direito;
- ✓ Formalizar a economia;
- ✓ Engajar o setor privado;

- ✓ Investir nas pequenas e microempresas;
- ✓ Criar maior quantidade de opções de financiamento para os empreendedores;
- ✓ Alavancar o mercado de microcrédito;
- ✓ Desenvolver lideranças e habilidades empresariais através da formação e capacitação;
- ✓ Apoiar as parcerias público-privadas para fornecimento de serviços básicos;
- ✓ Aumentar a oferta de emprego para mulheres e jovens.

Um terceiro grupo de ações necessárias para melhorar o funcionamento do mercado de trabalho até 2022 refere-se à qualificação e à requalificação profissional e intermediação de mão-de-obra, que podem ser promovidas diretamente ou com apoio da prefeitura. O foco de atenção deve ser os trabalhadores pobres, que devem ser priorizados na seleção das ações conforme critérios específicos (idade, gênero, tempo afastado do mercado de trabalho, nível de escolaridade, raça, tipo de ocupação etc.).

É importante ter em mente, que a formação profissional não cria empregos, mas pode afetar a empregabilidade dos segmentos excluídos e gerar ganhos salariais e de produtividade⁷. Por isso, é estratégico que os programas de qualificação e requalificação profissional ofereçam treinamento e capacitação justamente para as habilidades que mais estão sendo requeridas no mercado de trabalho, para ampliar as oportunidades de empregabilidade.

A baixa escolaridade pode ser um limitante da inserção produtiva do desempregado pobre, por isso cabe à prefeitura identificar quais postos de trabalho podem absorver esse tipo de perfil da força de trabalho e investir no treinamento da população pobre para esses empregos.

A prefeitura pode oferecer atividades complementares de qualificação profissional aos beneficiários do programa Bolsa Família, apostando na sua capacidade futura de se tornarem autossustentáveis.

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desenvolveu programa de qualificação profissional nas áreas de construção civil e de turismo, voltado aos beneficiários do Bolsa Família – sob contexto do Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq Bolsa Família).

O município, por meio da Secretaria de Assistência Social, do Gestor do Programa Bolsa Família ou do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), precisa encaminhar os

A QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PODEM SER PROMOVIDAS DIRETAMENTE OU COM APOIO DA PREFEITURA

⁷ EDUARDO LUIZ G. RIOS-NETO E ANA MARIA H.C. OLIVEIRA. POLÍTICAS VOLTADAS PARA A POBREZA: O CASO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL IN RICARDO HENRIQUES. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: IPEA, 2000.

beneficiários do programa para procurarem o Sistema Nacional de Emprego (Sine), a fim de se cadastrarem e participarem dos cursos.

Oportunidades concretas como o Planseq Bolsa Família não podem ser dispensadas ou pouco utilizadas pela prefeitura. Ela precisa ser parceira do governo federal indicando beneficiários. Não há custo para a prefeitura e a população pobre é enormemente favorecida com essas oportunidades.

INTERMEDIÇÃO

Em relação aos serviços de intermediação de mão-de-obra, eles têm por objetivo aproximar e facilitar o contato entre os trabalhadores desempregados e as empresas que tenham vagas abertas. Devem incluir serviço especial para segmentos como: pessoas com deficiência que queiram se inserir no mercado de trabalho; oportunidade para que o jovem consiga seu primeiro emprego; colocação das mulheres e afrodescendentes nos postos de trabalho.

Na cidade de São Paulo, a intermediação da mão-de-obra é feita por meio dos Centros de Apoio ao Trabalhador (CAT). O ideal é que estes espaços possam conjugar o maior número de serviços de assistência ao trabalhador no mesmo local e que estejam bem distribuídos espacialmente pela cidade, facilitando a ida do desempregado ao espaço sem onerar suas despesas com custos de transporte.

Uma ação muito útil que deve ser intensificada é a utilização de locais de ampla circulação de pessoas para divulgação das oportunidades de trabalho existentes no CAT, como, por exemplo, anúncios divulgados em televisões localizadas nos vagões de metrô. Assim, o trabalhador desempregado só se desloca para o CAT se ele se adequar ao perfil de alguma vaga oferecida.

A experiência do CAT de instalação de Tenda do Trabalhador itinerante na cidade – que é posto de prestação de serviços similares aos oferecidos pelas unidades fixas – e da descentralização de unidades instaladas em subprefeituras de São Paulo são também medidas que devem ser disseminadas, porque favorece o acesso do trabalhador desempregado às oportunidades oferecidas.

PROPÕE-SE QUE ATÉ 2022 SEJAM CRIADOS PROGRAMAS MUNICIPAIS ESPECÍFICOS PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA AS MULHERES E PARA INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO

Assim sendo, propõe-se que até 2022 sejam criados programas municipais específicos para geração de trabalho e renda para as mulheres e para inserção do jovem no mercado, especialmente quando se refere ao primeiro emprego.

É importante que o jovem conquiste sua primeira experiência de trabalho, pois a sua falta é uma das causas estruturais do desemprego juvenil. Um instrumento que pode aumentar as chances de empregabilidade no primeiro emprego é a qualificação profissional focada nesse público-alvo. Nesse sentido, o Projovem Trabalhador, Jovens Paulistanos e Programa Bolsa Trabalho são programas municipais que devem ser expandidos para que a prefeitura possa atender um número maior de jovens na capital.

O Projovem Trabalhador se destina a jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego, sejam membros de famílias que tenham renda mensal *per capita* de até 1 salário mínimo e que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou o ensino médio. O jovem participa de atividades de qualificação profissional e social, totalizando 350 horas de curso. A iniciativa oferece auxílio financeiro total de R\$ 600,00⁸ e auxílio-transporte; que são diferenciais importantes para atrair e garantir a participação de jovens oriundos de famílias de baixa renda em iniciativas dessa natureza.

O programa municipal Jovens Paulistanos é voltado para jovens a partir dos 16 anos que tenham no mínimo concluído o ensino fundamental, que podem se inscrever em cursos de qualificação profissional diversos de carga horária entre 40 e 80 horas: recepcionista, rotinas administrativas, vendedor de comércio varejista, auxiliar de crédito e cobrança, auxiliar de departamento de pessoal, garçom etc. Também oferece auxílio-transporte.

O programa Bolsa Trabalho é voltado para jovens na faixa etária de 16 até 20 anos, pertencentes a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo e que estejam matriculados em escolas com frequência escolar assídua ou tenham concluído o ensino médio, inclusive profissionalizante. Os jovens recebem uma bolsa por atividades de qualificação e experiência profissional em alguns projetos específicos. Por exemplo, no Restaurante Escola da Câmara Municipal, 60 jovens foram capacitados para prestação de serviços em restaurantes e rede hoteleira. No Crer Ser – Escola de Jardinagem, 24 jovens aprenderam técnicas de paisagismo e jardinagem. Na Aldeia do Futuro – Olhar Jovem, 36 jovens receberam capacitação voltada para produção audiovisual.

O programa Bolsa Trabalho é uma experiência positiva, mas dada a sua escala de beneficiários não tem capacidade para promover grande impacto na reversão da situação do desemprego juvenil de São Paulo. Portanto, precisa ser ampliado, assim como vir a ser uma ação com atividades contínuas. Os projetos mencionados tiveram período limitado de atuação, que não chegou a ultrapassar sete meses.

Concomitante à qualificação do jovem para o primeiro emprego, a prefeitura pode criar incentivos fiscais para que as empresas realizem esse tipo de contratação. A difusão da Lei do Aprendiz (nº 10.097/2000) pelo setor público municipal entre as empresas da cidade também é importante. Segundo a legislação, toda empresa de grande e médio portes deve ter de 5% a 15% de aprendizes em seu quadro de recursos humanos. Os aprendizes são jovens de 14 a 24 anos que realizam experiência profissional na empresa, participam de cursos de formação profissional, sem abandonar a escola.

Uma última observação sobre mercado de trabalho é que a prefeitura não deve inibir as atividades das associações trabalhistas e sindicatos, pelo contrário, deve apoiar, pois elas são importantes para aumentar o poder de negociação dos trabalhadores, que pode resultar em melhores salários e condições de trabalho.

⁸ SEGUNDO INFORMAÇÕES DO SITE DA PREFEITURA EM MARÇO DE 2011.

MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL ÀS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

A rede pública municipal de ensino da cidade é a maior do país, com quase 1 milhão de alunos, 1.975 escolas e mais de 82 mil funcionários. Tais números impressionam, porém, não são garantias por si só de que o sistema educacional da capital paulista seja de qualidade e esteja ausente de limites e desafios.

Uma avaliação do sistema educacional de São Paulo envolve analisar pelo menos quatro aspectos importantes: universalização do ensino; qualidade do aprendizado; equidade de acesso às oportunidades educacionais; base do projeto pedagógico educacional.

Segundo base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, em 2000, a porcentagem de crianças de 7 a 14 e de 10 a 14 anos de idade que estava frequentando a escola na cidade de São Paulo era, respectivamente, de 96,43% e 96,47%. Portanto, já há algum tempo que a universalização do ensino fundamental não é o principal desafio da cidade. Todavia, o mesmo não se pode dizer com relação à universalização dos níveis de ensino creche e pré-escola.

Em 2009, o número de matrículas nas creches (diretas, indiretas e conveniadas) por habitante na faixa etária de zero a três anos de idade era de 17% para a cidade de São Paulo, com os dados mostrando grande desigualdade entre as situações das diversas partes do município. Os piores resultados encontram-se nos distritos Sé, República e Jardim Paulista, com proporção de 4%, 1% e 1% das crianças nesta faixa etária matriculadas, respectivamente. Enquanto o mesmo indicador atinge 53% no distrito de Jaguara, 45% na Barra Funda e 28% na Vila Carrão.

Uma forma alternativa de diagnosticar tal déficit da oferta de creches no município é analisar o indicador demanda de creche, ou seja, porcentagem de matrículas efetivadas sobre total de procura por vagas. Em 2009, para os distritos Jaguara, Guaianases e Vila Prudente, os valores são os melhores da cidade, respectivamente, 91,13%, 88,38%, 86,57%. Mas o valor para a capital como um todo é de 62,24%, sendo que o índice revela situações bem precárias, como no distrito Sé com percentual de 22,18; 25,33%, na Vila Andrade; e 37,04%, no Jardim Ângela (ver Tabela 1).

Em relação ao atendimento educacional nas pré-escolas, a situação melhora um pouco, mas também há déficit relevante nesse nível de ensino. Tomando por referência o indicador sobre o número de matrículas nas pré-escolas por habitante na faixa etária de quatro a seis anos de idade, a cidade de São Paulo apresenta desempenho da ordem de 56% em 2009. Esse valor, no entanto, esconde grande desigualdade: o indicador no pior distrito é 14,8 vezes menor do que o valor observado na melhor região. Enquanto os distritos Sé e Alto de Pinheiros possuem valor de 0,12 e 0,08, respectivamente, os de Consoção (1,18), Bom Retiro (1,06) e São Rafael (0,99) possuem os melhores desempenhos da cidade (ver Tabela 1).

O acesso à Educação Infantil é importante por múltiplos aspectos. É na creche ou pré-escola que os pequenos começarão a se conhecer e a reconhecer o outro, a se res-

TABELA 1. DEMANDA CADASTRADA DE CRECHE E PRÉ-ESCOLA*
Regiões e Subprefeituras de São Paulo, 2007 a 2010

	2007		2008		2009		2010	
	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola
Zona Sul								
Total	29,072	30,398	23,747	6,623	32,454	10,914	40,041	18,861
Campo Limpo	5,349	6,296	5,119	1,430	7,635	2,758	8,887	4,674
Capela do Socorro	5,856	6,032	5,309	1,596	6,563	2,124	8,443	3,707
Cidade Ademar	3,888	3,663	3,083	1,065	4,135	1,905	5,149	3,145
Ipiranga	3,734	2,839	2,066	342	2,619	699	3,574	1,335
Jabaquara	1,523	1,092	1,261	300	1,793	734	2,257	982
M'Boi Mirim	5,990	8,249	5,115	1,285	7,035	1,979	8,280	3,745
Parelheiros	1,179	1,206	1,076	379	1,298	287	1,707	726
Santo Amaro	943	546	414	193	756	344	924	417
Vila Mariana	610	475	304	33	620	84	820	130
Zona Leste								
Total	27,593	27,299	18,392	4,038	22,449	6,384	28,071	11,833
Aricanduva/ Formosa/ Carrão	1,270	818	720	190	932	286	1,211	426
Cidade Tiradentes	1,877	2,965	1,948	380	1,511	408	1,775	606
Ermelino Matarazzo	1,276	1,441	1,055	207	1,231	353	1,478	711
Guaianases	2,450	3,507	1,690	1,012	1,477	918	1,347	1,176
Itaim Paulista	3,581	5,754	2,392	521	3,066	1,048	3,582	1,953
Itaquera	3,962	2,284	2,323	346	2,300	614	3,016	1,244
Mooca	1,142	1,133	600	183	1,073	203	1,512	394
Penha	2,241	1,748	1,864	404	2,294	791	3,195	1,435
Vila Prudente/ Sapopemba	3,080	2,275	1,833	159	2,506	283	3,548	730
São Mateus	3,795	3,169	2,237	252	3,334	702	4,414	1,902
São Miguel	2,919	2,205	1,730	384	2,725	778	2,993	1,256
Zona Norte								
Total	14,990	12,079	11,280	3,245	13,965	4,346	18,557	8,236
Casa Verde/ Cachoeirinha	2,252	1,369	1,320	185	1,725	390	2,246	806
Freguesia/ Brasilândia	3,412	3,428	2,460	1,165	2,590	1,532	4,128	1,762
Jaçanã/ Tremembé	2,359	1,225	1,455	346	2,493	756	2,721	1,875

Fonte: SME-ATP/Centro de Informática. Sistema EOL. Posição em 31 de dezembro.

Para o ano 2010, posição em 25 de junho. Elaboração: SMDU/Dipro.

* Conforme Decreto n. 47.155 de 31 mar. 2006.

	2007		2008		2009		2010	
	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola
Pirituba	2,866	2,940	2,605	859	2,669	853	3,860	1,844
Santana/ Tucuruvi	1,385	705	837	105	1,224	283	1,447	601
Perus	1,210	1,743	1,497	333	1,490	133	1,903	551
Vila Maria/Vila Guilherme	1,506	669	1,106	252	1,774	399	2,252	797
Zona Oeste								
Total	4,946	3,211	2,808	534	3,880	664	5,647	1,036
Butantã	3,040	1,881	1,846	359	2,813	457	3,979	798
Lapa	1,380	1,012	789	133	762	164	1,162	167
Pinheiros	526	318	173	42	305	43	506	71
Centro								
Sé	2,630	2,329	1,380	145	1,959	240	2,658	523

peitar e a respeitar o outro, e a desenvolver suas habilidades e faculdades cognitivas, intelectuais e emocionais.

Uma boa qualidade da Educação Infantil pode fazer diferença no desempenho de aprendizado dos próximos anos do processo educacional. Monitoramento do índice de repetentes na 1ª série do Ensino Fundamental, realizado pela Unesco e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 48 países, **apontou o Brasil como o país com o pior desempenho, com uma maior taxa de 32% de repetência, enquanto na China e na Rússia esse índice é de apenas 1%.**

Na cidade de São Paulo, em 2007, a taxa de reprovação da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental (sob administração da rede pública municipal) foi de 6,8% e a da 5ª à 8ª série foi de 9,2%, valores bem melhores do que os indicadores médios nacionais, mas ainda distantes dos da situação dos países desenvolvidos. Os percentuais menores de reprovação paulistanos podem ter sido influenciados pelo procedimento da progressão continuada adotado pelo governo do estado.

Uma boa qualidade da Educação Infantil tem inúmeras vantagens econômicas. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), em parceria com o Banco Mundial, destaca benefícios econômicos do acesso à Educação Infantil. Um ano de pré-escola resulta em aumento de 2% a 6% nos salários quando adulto. Dois anos de pré-escola para uma criança de família pobre correspondem a um aumento médio de um ano da escolaridade final e 18% a mais no seu poder de compra quando adulto. A mesma pesquisa estima que para cada 1 dólar investido em políticas públicas relacionadas com a primeira infância são economizados 7 dólares no futuro.

O acesso à Educação Infantil também é de importância fundamental para famílias com menor renda que têm nas escolas a principal fonte de alimentos para seus filhos pequenos, através da merenda escolar. Uma nutrição adequada desde cedo é fator favorável para o bom desempenho intelectual e de uma boa saúde no futuro.

Os argumentos anteriores indicam que a inclusão da população de zero a seis anos de idade na Educação Infantil inicia a promoção de um ciclo virtuoso entre inclusão social e prosperidade das pessoas e da cidade. Espera-se que até 2022, todas as crianças de zero a três anos de idade cujos pais necessitem estejam matriculadas em creches e todas as crianças de quatro a seis anos estejam matriculadas em pré-escolas, em estabelecimentos de ensino de qualidade.

Creches e pré-escolas não devem ser apenas locais para que mães deixem seus filhos porque têm de trabalhar e lugares onde as crianças passam o tempo aguardando a etapa de “iniciar o aprendizado” na primeira série do Ensino Fundamental. São, acima de tudo, espaços educativos para que as crianças construam, nessa fase, suas capacidades motora, sensorial, afetiva, social e intelectual, que fazem a diferença na formação de indivíduos mais preparados psicologicamente e emocionalmente para os desafios da vida adulta.

Assim, creches e pré-escolas demandam profissionais com qualificação superior específica para a Educação Infantil, assim como materiais capazes de estimular as crianças, por exemplo, brinquedotecas e livros infantis. Vale lembrar que o direito de brincar faz parte da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959): “A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito”. Grande parte das creches de São Paulo não possui todas essas exigências básicas e imprescindíveis: profissionais com nível superior, brinquedos e livros.

QUE TODAS AS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS DE IDADE ESTEJAM MATRICULADAS EM CRECHES E TODAS AS CRIANÇAS DE QUATRO A SEIS ANOS ESTEJAM MATRICULADAS EM PRÉ-ESCOLAS, EM ESTABELECIMENTOS DE QUALIDADE

CONTRADIÇÃO NOS NÚMEROS

Em geral, os dados sobre a situação educacional da cidade de São Paulo estão defasados em termos temporais e sujeitos à crítica sob o ponto de vista metodológico. Os dados utilizados neste relatório são oficiais, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação/Fundação Seade para o ano de 2009. Todavia, o Movimento Creche para Todos, a partir do Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, realizado a pedido do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CMDCA), identificou déficit de 580 mil vagas, ou seja, existiriam 700 mil crianças em idade de zero a três anos, mas apenas 120 mil frequentariam creches. Por outro lado, segundo estatísticas oficiais das autoridades municipais

paulistanas, a demanda por creches é de apenas 78 mil crianças.

O planejamento e a gestão de uma política pública estão extremamente comprometidos pela ausência de informações capazes de prover um diagnóstico da realidade local. No tocante à oferta e demanda por creches, é necessário procurar compreender os motivos de tamanha divergência entre as estatísticas oficiais e as levantadas pelos movimentos sociais. No nível do sistema educacional como um todo, é válida a definição de metas de aprendizagem que possam ser acompanhadas por meio de indicadores de avaliação, conforme os níveis de ensino, com atenção especial para a equidade econômica, de gênero e étnico-racial.

É importante lembrar que o acesso das crianças à Educação Infantil é garantido pela Constituição Federal de 1988 - o governo municipal, responsável constitucionalmente por essa fase educacional, não faz mais do que a obrigação de cumprir o dispositivo constitucional, ao oferecer vagas para as crianças. Mas parece que a gestão educacional desse nível de ensino ainda se encontra longe do esperado. Recentemente, a prefeitura exigiu que entidades de ensino transferissem suas vagas da pré-escola para as creches, argumentando que o déficit e a pressão por novas vagas são maiores nas creches, mas pode ter esquecido que as crianças crescem e precisam necessariamente “migrar” para outro nível de ensino! Assim, esses déficits vão sendo empurrados para frente.

QUALIDADE

Se, por um lado, a universalização do acesso das crianças e jovens de São Paulo ao Ensino Fundamental e Ensino Médio não é preocupante, o mesmo não se pode dizer com relação à qualidade do ensino. Tomando por análise os resultados anuais da Prova São Paulo de Português e de Matemática, observa-se que no ensino fundamental o desempenho dos alunos da rede municipal é insatisfatório. O máximo a ser obtido é a pontuação de 375 pontos. Em Matemática, o melhor desempenho obtido em 2009 foi na 8ª série do Ensino Fundamental (4º ano do Ciclo II) de 237,3 pontos, o que corresponde a 63% da nota máxima. Em Português, a melhor performance obtida foi também na 8ª série, de 229 pontos, 61% da pontuação máxima.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil e Saeb) com dados sobre rendimento escolar (aprovação); produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). Em 2009, o valor desse índice para a cidade de São Paulo foi de 4,7 para a 4ª série (atual 5º ano) e de 4,2 para a 8ª série (atual 9º ano) de um total de 10. O INEP projetou metas de melhoria. O índice deve atingir em 2021 o valor de 6,2 para o 5º ano e 6 na conclusão do ensino fundamental. Os valores atuais e metas referem-se à rede de ensino municipal.

A diferença de desempenho entre a rede privada e a pública é expressiva. Toma-se, por exemplo, os indicadores de distorção idade-série no ensino fundamental e médio para o ano de 2005, ou seja, porcentagem de alunos com dois anos ou mais de defasagem em relação à idade ideal para a série de ensino correspondente. Na rede pública, a distorção idade-série no ensino fundamental é de 10,77% para o município como um todo, podendo atingir o valor de 13,72%, o pior desempenho, no distrito Jabaquara, e 8,51%, o melhor em Aricanduva. Na rede privada, o valor médio cai para 1,20%, e a situação mais desfavorável encontra-se no distrito da Capela do Socorro (3,15%) e melhor em Jabaquara (0%).

No ensino médio, a desigualdade é ainda maior. A distorção idade-série da rede pública é de 31,73% para a cidade, com pior situação no distrito Cidade Ademar (43,15%) e melhor na Mooca (18,01%), enquanto na rede privada o valor médio do indicador é de 2,14% para São Paulo, com pior desempenho de 5% na Capela do Socorro e melhor em Cidade Ademar, 0%.

Os valores dos indicadores de distorção idade-série do ensino médio superiores ao do ensino fundamental mostram que o sistema de ensino na cidade não está tendo capacida-

de corrigir as defasagens escolares que ocorrem desde o início da vida escolar das crianças, levando esse passivo até os últimos anos do processo educacional. Ainda que o ensino médio seja responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal deve procurar estabelecer sinergias e parcerias com outras esferas administrativas escolares.

A distorção idade-série acarreta inúmeros problemas para a gestão da rede de ensino. Dentre os principais, dificulta o rendimento do conjunto das turmas, porque os professores têm de lidar com alunos de diferentes idades, com expectativas distintas. A taxa de abandono escolar em São Paulo é de 7,09% na rede pública para o ensino médio e de 1,47% para o ensino fundamental, segundo dados de 2005.

Não é à toa, dada à relevância do problema, que o Movimento Todos pela Educação tem entre suas cinco principais metas ter, até 2022, 75% ou mais dos alunos aprendizado adequado à sua série. A cidade de São Paulo tem desempenho bem superior à média brasileira e já está adequada à meta do Movimento Todos pela Educação. Assim, espera-se que, em 2022, a distorção idade-série do ensino fundamental público na cidade seja nula e do ensino médio seja de 15%, valor próximo ao verificado atualmente para o ensino fundamental público.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹ mostrou que escolas com boa infraestrutura, professores preparados e uma hora a mais na carga horária fazem grande diferença no processo de aprendizagem. O trabalho avaliou desempenho de todas as escolas brasileiras de ensino fundamental entre 1998 e 2005 e mensurou o impacto de cada um desses insumos educacionais para a redução da defasagem escolar.

A conclusão da pesquisa é que uma boa prática educacional é fazer os alunos passarem uma hora a mais na escola. No modelo estatístico desenvolvido, aumento na carga horária significou redução de 5,7 pontos percentuais na taxa de distorção idade/série. Esse mesmo impacto foi observado em relação à provisão de melhorias nas condições físicas das escolas, que devem ser promovidas. A criação de uma simples biblioteca significou redução de 1,5 ponto percentual na taxa de distorção idade/série. A diminuição do número de alunos por sala de aula de 40 para 26 levou a um decréscimo de 3,9 pontos percentuais. Dados de 2007 mostram que a rede municipal de ensino de São Paulo possuía turmas com média de 33,8 alunos na faixa da 1ª à 4ª séries e de 34,7 no intervalo de 5ª à 8ª séries.

Recentemente, iniciaram-se uma série de discussões na Câmara Municipal de São Paulo e também por meio de plenárias livres, junto à comunidade escolar, para elaboração do Plano Municipal de Educação de São Paulo. Têm surgido propostas para que, até 2014, metade das crianças que estudam no ensino público fundamental na capital, seja na rede municipal ou estadual, esteja em escolas de tempo integral e que, até 2017, todos os alunos estejam nessa condição.

É preciso que a participação popular e a mobilização social tenham força para aprimorar a política educacional. Atualmente, o município ainda possui 5,42% das escolas com

¹ ESTUDO COORDENADO PELOS PESQUISADORES SERGUEI SOARES E NATÁLIA SÁTYRO.

três turnos escolares, incluindo o das 11 às 15 horas, o chamado “turno da fome”, quando o ideal é que a criança passe o maior número de horas na escola exercendo atividades socioeducativas, extracurriculares e de aprendizado e lazer, de preferência em horário integral. Espera-se que até 2022 todas as crianças e jovens matriculados na rede de ensino público do município estejam em escolas em horário integral.

Essa medida não deve ser percebida como um martírio pelo qual as crianças e jovens devem passar. Uma escola em horário integral pode contemplar atividades variadas e estimulantes: culturais, esportivas, recreativas, artísticas, oficinas de literatura, poesia, línguas, informática, dentre outras. Pode ainda oferecer atendimento mais próximo e exclusivo aos alunos com dificuldades de aprendizado, tudo isso se traduzindo na melhoria do nível educacional dos alunos.

QUE TODAS AS CRIANÇAS E JOVENS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO ESTEJAM EM ESCOLAS EM HORÁRIO INTEGRAL

A pesquisa Educação Integral/Educação Integrada e(m) Tempo Integral: Concepções e Práticas na Educação Brasileira, realizada pela Secretaria de Ação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, foi feita com o objetivo de mapear experiências de ampliação da jornada escolar nos municípios brasileiros. Constatou que o estado de São Paulo perdeu a liderança dentre as unidades da federação com maior número de matrículas no ensino fundamental em horário integral. Saiu do primeiro lugar no ranking (em 2008)

para a nona posição (em 2009). Atualmente, o estado do Rio de Janeiro ocupa a primeira posição. Os projetos Bairro Escola e Escola do Amanhã, realizados respectivamente pelos municípios de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, têm se destacado na promoção de uma escola integral inclusiva e de qualidade.

Espera-se que até 2022, o conceito de Bairro-Escola seja o eixo norteador da Política Municipal de Educação. Ou seja, que gestores das políticas públicas compreendam que aprender é um ato de se conhecer e de intervir no meio e que o desenvolvimento da educação pode ocorrer por meio de parcerias capazes de administrar as potencialidades educativas da comunidade, apostando nas riquezas locais. Essa tecnologia educacional é defendida para a cidade de São Paulo porque já se provou ser possível em outros lugares, com baixos custos, melhorando o desempenho escolar dos alunos e prevenindo os riscos da violência.

Outro programa interessante é o Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude, resultado de parceria entre Unesco e Ministério da Educação. Ele abre as escolas públicas nos finais de semana para os alunos da educação básica e suas comunidades com os objetivos de: promover e ampliar integração entre escola e comunidade; ampliar oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania; contribuir para redução da violência na comunidade escolar.

No final de semana, são oferecidos dois grupos de grandes atividades. Há oficinas de diversas áreas – cultura, artes, esporte e lazer, comunicação, saúde, informática, trabalho, reforço escolar, idiomas, conteúdos variados – definidas a partir de levantamento das necessidades e interesses junto aos moradores. O segundo tipo de oficina tem como eixos

JÁ FOI FEITO**HORÁRIO INTEGRAL EM NOVA IGUAÇU E OUTRAS EXPERIÊNCIAS**

O projeto Bairro Escola oferece educação em horário integral em todas as escolas de ensino fundamental de Nova Iguaçu (RJ). Tem por premissas transformar a comunidade em um ambiente de aprendizado, ultrapassando os limites das salas de aula. O espaço educativo torna-se o território fértil para recebimento de políticas públicas integradas, em torno da Educação. Esta é assumida como uma responsabilidade coletiva, na qual, professores e gestores passam a contar permanentemente com as mais diversas parcerias públicas e privadas, a começar pelas famílias. Seu eixo é o conceito de Cidade Educadora.

O projeto cria uma malha multidisciplinar em que se aproveitam todas as ofertas possíveis em torno da educação. Para sanar a falta de espaços nas escolas para oferecimento das atividades extracurriculares, a prefeitura buscou parcerias com a comunidade, ONGs e empresários da cidade. Locais como igrejas, praças, parques, clubes, academias e universidades, que possuíam espaços ociosos, agora são diariamente usados pelos alunos, depois de transformados em espaços educativos. Esta foi a solução encontrada para a necessidade de ampliar o horário escolar sem precisar aumentar o número de escolas e seus espaços físicos.

ONGs pré-selecionadas participam do oferecimento de atividades extracurriculares, através de assinatura de convênio com a prefeitura. As atividades educacionais em torno da escola incluem reforço escolar, oficinas de esporte, teatro, cinema, artes plásticas, dança, música, informática, prevenção à violência, dentre outras.

O projeto conta ainda com a ajuda de voluntários. Mães de alunos e integrantes do Grupo de Convivência de Idosos, formado por participantes do programa Brasil Alfabetizado, ficam com as crianças principalmente nos turnos intermediários, período em que os alunos almoçam, escovam os dentes, tomam banho e fazem atividades de relaxamento. Todos os voluntários passaram por uma capacitação nas áreas de saúde, cultura e educação.

O Bairro Escola, além de se comprometer com o oferecimento do horário integral no ensino fundamental, foi capaz de criar um sentimento de responsabilidade coletiva pela educação de qualidade das crianças de Nova Iguaçu. Ademais, transformou a “cara” da cidade. Nas ruas estão espalhados murais e avisos com os dizeres: “Bem vindo! Você está entrando numa área Bairro-Escola”. As ruas ficaram mais limpas, foram sinalizadas com faixas de pedestres e muros foram pintados pelo caminho percorrido pelos alunos. Nas ruas comerciais, os lojistas já não expõem mercadorias nas calçadas. A prefeitura aumentou a fiscalização, preocupada em oferecer passeios desobstruídos para garantir o vai-e-vem dos estudantes.

O projeto Bairro Escola é referência para o Ministério da Educação e já serviu de modelo para outras cidades brasileiras, como Campinas e Belo Horizonte. O projeto Escola do Amanhã abrange uma área de 73 favelas do Rio de Janeiro, 150 escolas e 108 mil alunos. É também baseado no conceito de Bairro Educador, em que se mobilizam os potenciais da comunidade para ajudar na educação das crianças. O horário integral foi pensado como forma de fazer com que as crianças ficassem mais tempo longe de ambientes agressivos e violentos. Oferece aulas de artes, esportes e reforço escolar. Procura adotar metodologia mais dinâmica e focada em desfazer certos bloqueios cognitivos das crianças que podem ser consequência da violência local. Os professores e funcionários recebem incentivos em prêmios caso o desempenho das crianças seja melhorado. Os alunos contam com computadores nas salas de aula com softwares apropriados para fixar o aprendizado das matérias de forma lúdica. Os laboratórios de Ciências são também explorados de forma a se constituírem em espaços atrativos, combatendo o desinteresse e o abandono escolar. Mães e avós comunitárias ajudam no cuidado das crianças no período dos recreios e chegam a ir à residência das crianças para entender as razões e reverter à situação, caso elas deixem de frequentar as aulas.

temáticos direitos humanos e cidadania, diversidade e leitura. Tem objetivo de contribuir para reconhecimento e valorização da diversidade cultural comunitária e nacional, enfrentamento da discriminação e do preconceito.

O Programa Escola da Família segue o modelo do Programa Escola Aberta e é coordenado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, com cobertura na cidade de São Paulo. Todavia, frequentemente essa iniciativa tem sofrido retrocessos – cortes de verbas e redução do número de escolas integrantes do programa. De 2007 para 2008, houve diminuição no orçamento do programa de 48%, sob alegação de que não possuía demanda que justificasse a abertura de tantas escolas nos finais de semana.

Essa iniciativa pode ser um poderoso instrumento para propiciar maior interação entre escola e comunidade e instauração de uma cultura de paz nas escolas. Sendo assim, defende-se que o Programa Escola da Família seja transformado numa política educacional pública permanente para a cidade de São Paulo e não programa de governo, sujeito a descontinuidades administrativas.

Bairro-Escola, Escola em Horário Integral e Escola Aberta são práticas educacionais que por suas características não garantem por si só ótimos resultados, todavia, se tiverem o comprometimento com a qualidade do ensino e com a realização de um projeto pedagógico coerente com o modelo de produção de conhecimento moderno e adequado à realidade das crianças, podem ser instrumentos essenciais para a transformação da Cidade de São Paulo numa Cidade Educadora e Amiga do Conhecimento.

Um projeto pedagógico coerente com a realidade das crianças e jovens, capaz de compreender seus interesses é um dos principais desafios das escolas nos dias de hoje. As portas da escola têm de estar abertas para o que acontece no dia-a-dia do aluno, na sua casa, na comunidade, na interação com amigos e vizinhos. Aliás, devem ser escolas sem muros para o conhecimento. Há a necessidade de elaboração de currículos escolares integrados às realidades e às temáticas relacionadas aos modos de vida próprios da comunidade e da localidade, que levem em consideração o direito à diversidade.

Compreender, aceitar, conviver com as diferenças, remete, por sua vez, ao conceito de Escola Plural e Inclusiva, reconhecedora das diversidades humanas como normais e da aprendizagem centrada nas potencialidades das pessoas, ao invés de impor aos alunos métodos e processos pedagógicos preestabelecidos, sem diálogo. Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter – o que incluem as crianças com necessidades especiais².

JOVENS E ADULTOS

É necessário analisar também a situação dos jovens e adultos, que não devem ser re-negados ao abandono por parte do sistema de ensino e das políticas públicas municipais.

3 DIAS DE SÁ, 2011.

Estimativas realizadas com base no número da População Economicamente Ativa (PEA) indicam que mais de um milhão de paulistanos entre 15 e 59 anos não têm o ensino fundamental completo³. Pelos dados do Mapa do Analfabetismo, elaborado pelo Inep, São Paulo é o município brasileiro com maior número de iletrados entre a população com mais de 15 anos de idade: 383 mil pessoas⁴. Para reverter essa situação é necessário um esforço considerável na ampliação das matrículas da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Entre 2002 e 2008, segundo dados do Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação, houve aumento de 64% no número de matrículas nos EJA, ou seja, passou de 71.878 matrículas em 2002 na cidade para 118.154 em 2008. Esse crescimento é positivo, porém aquém da necessidade, quando se toma como referência a informação anterior de que 383 mil pessoas acima de 15 anos de idade do município são iletradas. Outra questão é a distribuição espacial desigual dos estabelecimentos com oferta dessa modalidade de ensino, que precisa estar mais bem espalhada pela cidade. Enquanto na subprefeitura de Campo Limpo há 21 estabelecimentos com 2.663 matrículas registradas, na de Jabaquara há três estabelecimentos com 381 matrículas.

Defende-se o crescimento da oferta de vagas na rede pública municipal para Educação de Jovens e Adultos, como instrumento importante para num primeiro momento erradicar o analfabetismo nessa faixa etária e, em etapa seguinte, promover o acesso às outras etapas do processo educacional, aumentando a escolaridade média dos adultos.

A construção de uma cidade próspera inevitavelmente vai demandar maior qualificação dos recursos humanos e da força de trabalho. Sem medidas focadas na melhoria da escolaridade das pessoas economicamente ativas - que atualmente, em sua maioria, possui poucos anos de estudo - essas parcelas da população podem vir a integrar, no futuro, as estatísticas de exclusão social observadas no mercado de trabalho. A prosperidade só faz sentido para a sociedade paulistana se houver inclusão social e repartição dos frutos por todos os membros da comunidade. Assim, a Educação de Jovens e Adultos é peça fundamental no planejamento da cidade próspera que se quer construir para São Paulo.

AUMENTAR A OFERTA DE VAGAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS É INSTRUMENTO IMPORTANTE PARA ERRADICAR O ANALFABETISMO

estatísticas de exclusão social observadas no mercado de trabalho. A prosperidade só faz sentido para a sociedade paulistana se houver inclusão social e repartição dos frutos por todos os membros da comunidade. Assim, a Educação de Jovens e Adultos é peça fundamental no planejamento da cidade próspera que se quer construir para São Paulo.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), baseados na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), revelam que, ao mesmo tempo em que há aumento do total de trabalhadores com 11 ou mais anos de instrução, há também queda do número de pessoal ocupado nos estratos populacionais com níveis de instrução abaixo de oito anos de estudo.

⁴ A PEA COMPREENDE O POTENCIAL DE MÃO-DE-OBRA COM QUE PODE CONTAR O SETOR PRODUTIVO, ISTO É, A POPULAÇÃO OCUPADA E A POPULAÇÃO DESOCUPADA (AQUELAS PESSOAS QUE NÃO TINHAM TRABALHO, NUM DETERMINADO PERÍODO DE REFERÊNCIA, MAS ESTAVAM DISPOSTAS A TRABALHAR E PARA ISSO TOMARAM MEDIDAS COM ESTE FIM: FORAM A BALCÃO DE EMPREGOS, CONSULTARAM ANÚNCIOS DE VAGAS EM JORNAIS ETC.).

⁵ REDE NOSSA SÃO PAULO, 2011.

TABELA 2. CURSOS E MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL, SEGUNDO CATEGORIA ADMINISTRATIVA E ÁREAS DO CONHECIMENTO Município de São Paulo, 2000, 2004 e 2008

Categoria Administrativa / Áreas do Conhecimento	2000		2004		2008	
	Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
Total	844	314,989	1,494	405,574	2,147	555,614
Agricultura e veterinária	7	2,111	9	2,578	10	2,955
Ciências sociais, negócios e direito	278	163,784	549	195,775	859	263,804
Ciências, matemática e computação	121	28,956	260	42,677	327	58,786
Educação	111	25,269	176	31,865	265	57,045
Engenharia, produção e construção	84	30,795	99	33,922	155	45,948
Humanidades e artes	110	18,144	154	30,078	176	35,644
Saúde e bem-estar social	101	35,896	173	54,030	221	74,603
Serviços	32	10,034	74	14,649	134	16,829
Rede privada	713	279,748	1,348	359,339	2,018	508,036
Agricultura e veterinária	6	1,695	8	2,166	9	2,530
Ciências sociais, negócios e direito	256	155,711	525	186,216	833	253,213
Ciências, matemática e computação	107	24,387	237	36,024	302	51,555
Educação	100	22,855	165	28,695	248	53,166
Engenharia, produção e construção	60	21,959	71	22,632	135	35,142
Humanidades e artes	67	12,142	113	20,810	161	27,742
Saúde e bem-estar social	87	31,311	158	48,968	201	69,183
Serviços	30	9,688	71	13,828	129	15,505
Rede pública	131	35,241	146	46,235	129	47,578
Agricultura e veterinária	1	416	1	412	1	425
Área Básica	-	-	-	-	-	-
Ciências sociais, negócios e direito	22	8,073	24	9,559	26	10,591
Ciências, matemática e computação	14	4,569	23	6,653	25	7,231
Educação	11	2,414	11	3,170	17	3,879
Engenharia, produção e construção	24	8,836	28	11,290	20	10,806
Humanidades e artes	43	6,002	41	9,268	15	7,902
Saúde e bem-estar social	14	4,585	15	5,062	20	5,420
Serviços	2	346	3	821	5	1,324

Fonte: Censos da Educação Superior 2000 a 2008. MEC/Inep/DTDIE.
Elaboração: SMDU/Dipro.

A pesquisa – que cobre regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – constatou que houve redução de 580 mil para 363 mil, no número de pessoas ocupadas com no máximo um ano de instrução – ao longo da série histórica da PME. Esse fenômeno reflete dois aspectos: o número de pessoas sem estudo está se reduzindo devido à mortalidade – já que a maior parte eram pessoas mais velhas que não tiveram oportunidade de estudar – e que os esforços de alfabetização de adultos têm tido algum tipo de resultado.

Em suma, no padrão atual da economia, chega-se a uma etapa na qual o desemprego não pode ser mais combatido ou reduzido apenas com o crescimento econômico. É preciso investir, sobretudo, na qualificação educacional como porta de entrada para o mercado de trabalho. Se a dinâmica econômica tem criado novos postos de trabalho, que demandam aptidões e habilidades que exigem maior nível de conhecimento, por outro lado, tem-se reduzido o número de vagas nas ocupações que solicitam menor escolaridade.

Uma análise da oferta educacional do Ensino Superior na cidade revela que, apesar da quantidade de matrículas ter crescido, esse aumento foi muito maior nos estabelecimentos privados que nos públicos. Entre 2002 e 2008, as matrículas da rede pública passaram de 35.241 para 47.578, ou seja, houve 35% de acréscimo. Na rede privada, a elevação foi de 81%: saiu de 279.748 para 508.036 matrículas.

Esse resultado pode estar em parte relacionado com o que as pesquisas recentes apontam. Estudo do Instituto Data Popular, especializado em mercado emergente no Brasil, revela que, pela primeira vez na década, os jovens de baixa renda são maioria nas faculdades: eles são 73,7% dos universitários. Mostra que os estudantes da classe D, oriundos de famílias que ganham menos de três salários mínimos (R\$ 1.530), ultrapassaram em quantidade o número dos filhos das famílias com maiores rendimentos nos campi universitários. Contribuíram para essa mudança os efeitos do Programa Universidade para Todos (ProUni) e a melhoria da renda dessa faixa da população, que na maior parte paga mensalidade nas universidades particulares.

O acesso da população de menor renda ao ensino superior só poderá ser completamente comemorado se houver condições e garantias de que a qualidade de ensino da rede privada seja semelhante à do sistema público. Caso contrário, pode-se aumentar ainda mais a distância qualitativa entre esses sistemas educacionais, contribuindo para que ocorram diferenciações na percepção de nível de capacitação entre egressos dessas duas redes de ensino superior, podendo prejudicar principalmente os que frequentaram faculdades e universidades particulares, justamente o segmento com menor renda e com situação socioeconômica mais vulnerável.

ACABAR COM O DÉFICIT HABITACIONAL E GARANTIR PARA 100% DA POPULAÇÃO DA CIDADE O DIREITO À MORADIA DIGNA

A desigualdade na cidade de São Paulo assusta pela sua capacidade de se fazer presente em diversas áreas temáticas relacionadas à garantia dos direitos humanos. Com relação à habitação não é diferente. Enorme parcela da população não tem acesso à moradia digna, ou seja, há muitas pessoas vivendo nas ruas ou em domicílios em condições precárias.

Só este fato deveria impor indignação ou vergonha à sociedade paulistana, se o que deseja alcançar é uma cidade próspera e inclusiva. Porém, em relação à situação habitacional de São Paulo, salta aos olhos o diagnóstico de que não faltam moradias. Há muitos domicílios ociosos e que poderiam estar em uso, atendendo suas funções de dar abrigo, propiciando espaços para as famílias viverem.

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação, cerca de 130 mil famílias da cidade de São Paulo não têm onde morar. Ao mesmo tempo, os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 constatam que há 290 mil residências vazias, isto é, sem moradores. Traduzindo a equação, há mais casas vazias do que gente precisando de um lugar para morar! Vale lembrar que, conforme diretriz básica da lei federal do Estatuto da Cidade, os imóveis vazios não cumprem sua função social.

É importante desde o início dessa discussão sobre déficit habitacional esclarecer quais são os parâmetros utilizados para se pensar os desafios habitacionais da cidade. A plataforma Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Desc), da Organização das Nações Unidas, chama atenção para a distinção entre moradia adequada (digna) e moradia construída.

O QUE É UMA MORADIA DIGNA

Pelo direito a uma moradia adequada, entende-se: “Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura. Uma moradia adequada deve conter certos serviços indispensáveis para a saúde, a segurança, a comodidade e a nutrição. Todos os beneficiários do direito a uma moradia adequada devem ter acesso permanente a recursos naturais e comuns, a água potável, a energia para a cozinha, ventilação e iluminação, a instalações sanitárias e de higiene, de armazenamento de alimentos, de eliminação de dejetos, de drenagem e a serviços de emergência”. A moradia adequada envolve ainda facilidades do seu entorno:

“Lugar adequado. A moradia adequada deve encontrar-se em um lugar que permita o acesso às opções de emprego, os serviços de atendimento à saúde, centros de atendimento a crianças, escolas e outros serviços sociais. Isto é particularmente certo em cidades grandes e em zonas rurais onde os custos temporais e financeiros para chegar aos locais de trabalho e voltar para casa podem impor exigências excessivas nos orçamentos das famílias pobres. Por outro lado, a moradia não deve construir-se em lugares contaminados nem na proximidade imediata de fontes de contaminação que ameaçam o direito à saúde dos habitantes”.

O direito à moradia digna representa o direito a um padrão de vida adequado, que não se resume apenas a um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros, para viver em paz, com dignidade e preservação da saúde física e mental.

Dessa forma, o planejamento habitacional da cidade deve atuar sobre dois grandes grupos de público-alvo: aqueles que vivem nas ruas e também aqueles que vivem em algum domicílio, mas que não se pode chamar de moradia adequada: residentes de favelas, cortiços, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, as localizadas em áreas de risco.

Recentemente, a cidade elaborou seu Plano Municipal de Habitação (PMH, 2010), por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação. Tal instrumento constitui importante passo para o planejamento da cidade visto que: foi capaz de definir valores e diretrizes que norteiam a política municipal de habitação (Moradia Digna, Justiça Social, Sustentabilidade Ambiental como Direito à Cidade, Gestão Democrática e Gestão Eficiente dos Recursos Públicos); produziu diagnóstico tendo como marco zero as condições habitacionais de São Paulo em 2009; definiu metas a serem alcançadas até 2024, com referência para os dois grandes grupos de público-alvo mencionados.

Uma apresentação dos principais pontos desse plano é fundamental para se mostrar a importância do exercício de controle social das políticas públicas. O plano funcionará como uma ferramenta analítica útil da sociedade civil organizada para exame crítico as metas estabelecidas e para o acompanhamento da consecução dos objetivos habitacionais.

HISTÓRIA DA CONQUISTA DO DIREITO À MORADIA DIGNA

O direito à moradia digna foi sendo construído ao longo do tempo através de marcos institucionais diversificados (instrumentos jurídicos, de planejamento e por acordos internacionais). A moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo, como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas. Os Estados têm a obrigação de promover e proteger esse direito. No Brasil, o artigo 6º da Constituição Federal garantiu o direito à cidade e o direito à moradia digna como direitos fundamentais do cidadão

brasileiro. Mais tarde o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) criou instrumentos para urbanização e regularização fundiária, por exemplo, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e concessão de uso especial para fins de moradia. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 13.430/2002) incorporou instrumentos definidos no Estatuto da Cidade, estabelecendo a regularização fundiária como mecanismo primordial para o desenvolvimento equilibrado da cidade. Internacionalmente, o Brasil é país signatário do acordo em torno das Metas de Desenvolvimento do Milênio, com o compromisso de reduzir o número de pessoas que vivem em assentamentos precários.

HABITAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Por que é importante a sociedade acompanhar as políticas públicas?

Porque a gestão de uma cidade se faz com a participação de todos no exercício da democracia e porque podem ocorrer retrocessos e a sociedade deve responsabilizar os governantes pelo descumprimento dos compromissos assumidos. No início de 2011, o prefeito Gilberto Kassab alterou 18 metas que deveriam ser concluídas até o final do seu mandato, conforme definidas no Plano de Metas. Nessa mudança, ocorreram reduções em ações de urbanização de favelas, regularização fundiária, recuperação de cortiços e no ordenamento de loteamentos em áreas de mananciais. O número de famílias que seriam beneficiadas pelo programa de urbanização de favelas diminuiu de 120 para 85 mil.

Que instrumento existe para responsabilizar os governantes?

O Plano de Metas foi o primeiro projeto da sociedade civil transformado em lei na cidade, uma iniciativa da Rede Nossa São Paulo. O prefeito deveria transformar a proposta em um plano de metas e cumpri-lo.

O que isso tem haver com o Plano Municipal de Habitação 2010?

É preciso encontrar instrumentos jurídicos que fundamentem as metas do plano em compromissos da gestão pública municipal dos próximos anos. Finalmente, o Plano Diretor Estratégico do Município do ano de 2002 foi uma grande conquista, mas é preciso sua revisão constante, com ampla participação da sociedade.

Segundo o PMH, existem na cidade mais de 800 mil domicílios com características de assentamento precário, distribuídos da seguinte forma: 43,1% em loteamentos, 42,8% em favelas, 9% em cortiços, 2,8% em núcleos urbanizados, 2,3% em conjuntos habitacionais.

Nesses cerca de 890 mil domicílios, há necessidades de adequações das moradias das mais variadas naturezas: regularização fundiária (irregularidade ou ausência da posse), urbanística (redes de infraestrutura insuficientes ou impróprias, existência de área de risco, carência de áreas verdes, equipamentos sociais), características inapropriadas das edificações (seja por falta de condições de segurança, salubridade, conforto, seja por não contar com espaço interno suficiente para cada um dos quatro tipos de função – higienização, preparo dos alimentos, estar e dormir¹).

O segundo grupo de público-alvo prioritário identificado pelo PMH refere-se às famílias que precisam de novas moradias. Enquadram-se todas aquelas necessidades só sanadas via constituição de um novo domicílio – seja pela necessidade de substituir o domicílio existente dada as condições inadequadas de moradia (déficit por substituição), seja pela imprescindibilidade de construir novo domicílio para atender a formação de novas famílias (déficit por incremento).

¹ ALÉM DOS NÚMEROS DA TABELA, A FUNDAÇÃO SEADE APONTA A EXISTÊNCIA DE 161.491 DOMICÍLIOS SEM ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA O EXERCÍCIO DAS QUATRO FUNÇÕES BÁSICAS DO MORAR, QUE PODEM ESTAR LOCALIZADOS DENTRO OU FORA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.

A Tabela 3 apresenta estimativas do PMH para o déficit por substituição da moradia. São necessários 133.291 novos domicílios para substituição dos domicílios localizados em assentamentos precários em São Paulo.

O déficit habitacional por incremento foi calculado pela Fundação Seade para o PMH. Adotou-se metodologia na qual o número de domicílios estimados é uma média ponderada das taxas de chefiás (pessoas responsáveis pelos domicílios) pelas projeções da população para cada período próximo de cinco anos. Assim, o crescimento encontrado para o número total de domicílios é superior ao do aumento do conjunto da população adulta, pois reflete a diminuição da coabitação. Na realidade, se aproxima muito do acréscimo da população de 30 anos ou mais, que ao ficar adulta vai atrás do sonho da casa própria. Ver Tabela 4.

No mapeamento das necessidades habitacionais da cidade, realizado pelo PMH, foram observadas também as situações onde: grupos de famílias coabitam um mesmo domicílio, mas desejam se mudar para uma casa própria (coabitação familiar indesejada); e famílias com falta de condições para arcar com as despesas de moradia.

Dados da Fundação João Pinheiro apontam existir 93.732 famílias em situação de coabitação familiar indesejada. Segundo a Fundação Seade, estimam-se em 162.765 as famílias com renda mensal de até três salários mínimos, que comprometem mais de 30% de sua renda com aluguel. Outra informação importante é que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social estima 13.000 pessoas em situação de rua.

A partir desse diagnóstico, o PMH estabeleceu metas e estratégias por categorias de programas para o horizonte de 2024. Ao Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (favelas, loteamentos irregulares e cortiços) definiu-se a necessidade de adequação de 670 mil domicílios e produção de novas moradias para reassentamento da ordem de 133 mil, abarcando a demanda de R\$ 20 bilhões em recursos. Aos programas de Aluguel Social, 160 mil famílias devem ser beneficiadas por subsídio social ao aluguel (R\$ 5 bilhões) e 13 mil famílias pela Parceria Social (R\$ 200 milhões). Para o Programa Banco de Terras estima-se a necessidade de 38 km² de terreno para construção de 840.031 novas unidades (R\$ 14 bilhões). Para as Zonas Especiais de Interesse Social devem ser reservados 0,38% do território da cidade, ou seja, 17 km².

Os números apresentados pelo PMH são importantes na medida em que dimensionam o tamanho do problema e as demandas financeiras, mas são apenas informações quantitativas. Uma evidência do potencial de consecução dessas metas é avaliá-lo sob o ponto de vista de quanto considera o processo histórico-econômico que levou à formação dos cortiços, favelas, loteamentos irregulares, ocupações de áreas de risco e de mananciais e da população que mora nas ruas.

Ou seja, a constituição dos assentamentos precários é resultado de um processo de dificuldades de integração social dentro da cidade de São Paulo, em que a falta de habitação digna é uma das faces mais perversas. A segregação urbana é uma das dimensões da desigualdade social e ao mesmo tempo elemento promotor da desigualdade.

TABELA 3. DOMICÍLIOS POR TIPO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E POR REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SEHAB

	MANANCAIS ⁽¹⁾	NORTE ⁽¹⁾	SUL ⁽¹⁾	SUDESTE ⁽¹⁾	LESTE ⁽¹⁾	CENTRO ⁽¹⁾	DIFUSO ⁽²⁾	TOTAL	
Favela ⁽¹⁾	54,886	65,696	117,793	64,980	67,072	10,724	0	381,151	42.8
Loteamento ⁽¹⁾	100,031	60,769	44,953	22,739	154,552	0	0	383,044	43.0
Núcleo urbanizado ⁽¹⁾	11,193	7,403	1,973	1,051	2,640	262	0	24,522	2.8
Cortiço ⁽²⁾⁽³⁾	0	0	0	0	0	11,086	69,303	80,389	9.0
Conjunto habitacional ⁽¹⁾	669	8,128	4,657	2,533	3,056	1,659	0	20,702	2.3
Total	166,779	141,996	169,376	91,303	227,320	23,731	69,303	889,808	

Fontes: (1) HABISP, fevereiro 2010, referente às Sub-prefeituras Sé e Mooca; (2) dado obtido a partir do número levantado pela Fundação Seade, do qual foi subtraído o levantamento do HABISP para as sub-prefeituras Sé e Mooca; (3) o valor total de 80.389 domicílios encortiçados é estimado pela Fundação Seade. Elaboração PMH, 2010, página 30

TABELA 4. DÉFICIT POR SUBSTITUIÇÃO DA MORADIA EXISTENTE EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS POR REGIÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO EM 2009.

	MANANCAIS ⁽¹⁾	NORTE ⁽¹⁾	SUL ⁽¹⁾	SUDESTE ⁽¹⁾	LESTE ⁽¹⁾	CENTRO ⁽¹⁾	DIFUSO ⁽²⁾	TOTAL	
Favela ⁽¹⁾	9,958	18,603	30,107	28,165	16,578	6,261	0	109,672	82.28
Loteamento ⁽¹⁾	5,847	1,492	40	0	4,065	0	0	11,444	8.59
Núcleo urbanizado ⁽¹⁾	0	0	0	18	0	0	0	18	0.01
Cortiço ⁽²⁾⁽³⁾	0	0	0	0	0	1,663	10,395	12,058	9.05
Conjunto habitacional ⁽¹⁾	0	0	0	99	0	0	0	99	0.07
Total	15,805	20,095	30,147	28,282	20,643	7,924	10,395	133,291	

Fontes: (1) HABISP, Fevereiro de 2010; (2) Fundação Seade, julho de 2009. Elaboração PMH, 2010, página 35, tabela 3.

Observação 1: O déficit tratado nesta tabela não inclui o déficit de moradias novas para o atendimento do incremento demográfico ou eliminação da coabitação indesejada.

Observação 2: Do total de domicílios em cortiços estimados para o total do município de forma difusa, foram identificados 11.086 na área central (subprefeituras Sé e Mooca), conforme dados cadastrais da HABISP. Desse total, as vistorias realizadas por SEHAB identificaram um déficit de 1.662 novos domicílios, correspondente, em média, a 15% do total, para desadensamento do cortiço.

É necessário reconhecer e interpretar o passado para identificar e atacar as raízes dos problemas, que estão relacionados com a falta ou a ineficácia do planejamento urbano. É preciso adequar o uso do solo, priorizando o atendimento das necessidades sociais por meio de políticas públicas e compatibilizando-o, quando possível, com os interesses econômicos do mercado imobiliário privado. É importante a adesão de uma percepção abrangente da Habitação, que deve estar articulada a outros segmentos das políticas sociais (combate à pobreza, oferta de

ENTENDA OS TERMOS

ALUGUEL SOCIAL: É um recurso de caráter assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia.

PARCERIA SOCIAL: É uma ação conjunta entre a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, concebido como instrumento de apoio socioeconômico a pessoas ou famílias beneficiárias dos programas habitacionais ou de assistência social, para pagamento de aluguéis mensais por período determinado (até 30 meses).

PROGRAMA BANCO DE TERRAS: Compreende o estoque de terras regularizadas, destinado para reordenamento e uso pela política fundiária e de assentamento habitacional.

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: São porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e à produção de Habitações de Interesse Social (HIS) ou do Mercado Popular (HMP), incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

saneamento básico, transporte, lazer, educação, vagas e boas condições no mercado de trabalho, sustentabilidade ambiental etc.).

O contraste paulistano entre “cidade dos ricos” e “cidade dos pobres”, apesar de todo o progresso de São Paulo, se refletiu no espaço e nas condições de moradia. A constituição dos assentamentos precários se deu justamente nas áreas que apresentavam piores indicadores de vulnerabilidade social e violência, e onde a população, predominantemente jovem e sem instrução, tinha e ainda tem menor acesso ao mercado de trabalho.

As chances de inclusão da população moradora de favelas e de loteamentos irregulares no mercado estão reduzidas, restando vagas de menor remuneração. Sem muitos recursos, a principal alternativa habitacional dessas famílias foi autoconstrução ou compra da casa em assentamentos precários e irregulares, de menor valor imobiliário.

As limitações do mercado imobiliário privado em atender a demanda da população de menor renda só vieram reforçar essa situação. A autoconstrução em terrenos ilegais alimentou o processo de falta de oferta de moradias dignas, com consequências na criação de dificuldades de inserção econômica e social dessas pessoas na vida paulistana².

O padrão de urbanização extensivo da cidade forçou a expansão contínua da malha urbana em direção à periferia da cidade. Distantes das áreas de trabalho, sem apoio da oferta de transporte público, carentes de serviços e equipamentos urbanos adequados, com casas em grande parte construídas pelos próprios moradores, essas frentes de expansão configuraram até os anos 1970 a chamada “urbanização sem cidade”³.

² HERLING & FRANÇA.

³ BASEADO EM MEYER, REGINA MARIA PROSPERI, GROSTEIN, MARTA DORA, BIDERMAN, CIRO – SÃO PAULO METRÓPOLE – IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO E EDUSP, SÃO PAULO, 2004.

CIDADE IRREGULAR

Até 1974, a população residente nas favelas de São Paulo não alcançava 72 mil pessoas e representava 1,1% da população municipal. Nesse período, a favela era vista como problema a ser eliminado, banida das paisagens da cidade, e sua remoção era a solução proposta. Porém, muitas das famílias removidas simplesmente migravam de localidade. Sem infraestrutura e apoio do governo, passam a ocupar novos espaços, quase sempre também irregulares.

Aos poucos, de assentamentos provisórios e precários, as favelas e loteamentos irregulares tornaram-se ocupações consolidadas e por vezes irreversíveis. Também há explosão no crescimento e adensamento das favelas. Nem mesmo as áreas dos mananciais foram poupadas e passaram a integrar a expansão da malha urbana da cidade. A precariedade das condições de moradia assim, passam a causar efeitos negativos na área ambiental e nos ecossistemas.

O espraiamento urbano recente da cidade de São Paulo tem ocorrido nas regiões Sul (área de proteção dos mananciais), Leste e Norte (em direção à Serra da Cantareira). Em 2009, dados da Fundação Seade revelam existir 74 núcleos urbanizados e 247 favelas em áreas de proteção dos mananciais.

Uma das respostas públicas para o déficit de moradia da cidade foi construir grandes conjuntos habitacionais, muitos dos quais sem qualidade arquitetônica e urbanística. Todavia, conforme destaca Raquel Ronilk, sob a justificativa de diminuir custos para permitir o acesso à casa própria, a habitação popular produzida pelo poder público foi historicamente construída nas periferias, geralmente em terrenos desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços essenciais e oferta de emprego.

A situação dos moradores das ruas de São Paulo, por sua vez, parece ter sido naturalizada. Somente isso explica a possível negligência por parte das políticas públicas para o crescimento de 57% do número de pessoas que vivem nas ruas, entre o período de 2000 a 2009⁴.

O que falhou? Como essa história poderia ter sido contada de outra forma? Quais os novos caminhos a seguir? Quatro aspectos centrais oferecem alguns nortes para a melhoria habitacional de São Paulo até 2022: fim do “cheque despejo”; urbanização das favelas somada à instauração do Estado de Direitos no lugar da remoção; multissetorialidade e política habitacional; respostas habitacionais diversificadas no lugar da homogeneização.

MELHORIA HABITACIONAL DE SÃO PAULO ATÉ 2022: FIM DO “CHEQUE DESPEJO”; URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS SOMADA À INSTAURAÇÃO DO ESTADO DE DIREITOS NO LUGAR DA REMOÇÃO; MULTISSETORIALIDADE E POLÍTICA HABITACIONAL; RESPOSTAS HABITACIONAIS DIVERSIFICADAS NO LUGAR DA HOMOGENEIZAÇÃO

⁴ DADOS DO CENSO DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO. A SITUAÇÃO DOS MORADORES DE RUA SERÁ TRATADA NA SEGUNDA PARTE DESTE CAPÍTULO.

Quando o imóvel é irregular, muitas vezes se situa em área de risco ou de proteção ambiental. Se as autoridades públicas decidem que essas moradias devam ser retiradas desses locais, os ocupantes são notificados, despejados e os imóveis demolidos. Em geral, o governo paga uma indenização por meio de cheque, conhecido popularmente como “cheque despejo”; ou oferece um auxílio aluguel, cujos valores são sujeitos a críticas e muitas vezes considerados incompatíveis com os custos de moradia. O ideal e recomendável seria incluir essas pessoas em algum programa habitacional.

Essa tradição e sistemática só têm contribuído para que as famílias migrem de uma favela ou área irregular para outros locais similares. É como empurrar o mesmo problema para outro lugar, sem uma medida estrutural efetiva. Ao mesmo tempo, ignora-se que a responsabilidade pela aquisição de uma moradia digna não é apenas uma decisão isolada e unicamente dependente da vontade da família.

Enquanto direito, o Estado deve garantir melhores instrumentos para além do oferecimento de um simples cheque em torno de R\$ 5 mil, que nas atuais circunstâncias fica até difícil para a família conseguir “comprar”, se é assim que se pode considerar, nem que seja ao menos um novo barraco em favela paulistana. Com a remoção, se estimula uma rápida e grande procura por moradias, com reflexos nos preços, que podem variar com muita intensidade e o valor do auxílio pode se revelar insuficiente.

Um dos efeitos das desapropriações é que a quantidade de favelas tem diminuído, mas isso não significa que um número menor de pessoas esteja vivendo nelas. A população que vive em favelas tem crescido a um ritmo quase duas vezes superior ao da média da cidade de São Paulo. Um dos fenômenos observados é o adensamento das favelas, que ocorre em grande parte via verticalização – é comum hoje na capital paulistana encontrar “barracos” de três a quatro andares ou pavimentos.

Na ausência de programa de urbanização das favelas, as condições de moradia com esse maior adensamento ficam ainda piores. É o famoso puxadinho para abrigar número maior de moradores, que coloca em risco a estrutura do imóvel e a segurança das pessoas. É a conformação e consolidação de um local com piores condições de salubridade, que passou a lidar com uma quantidade maior de lixo, dejetos e esgoto lançado a céu aberto.

Na construção de uma melhor política habitacional, espera-se que instrumentos como “cheque despejo” sejam reformulados e, no seu lugar, sejam propostas medidas mais justas e efetivas para atender famílias que precisam abandonar compulsoriamente suas

ESPERA-SE QUE INSTRUMENTOS COMO “CHEQUE DESPEJO” SEJAM REFORMULADOS E, NO SEU LUGAR, SEJAM PROPOSTAS MEDIDAS MAIS JUSTAS E EFETIVAS

moradias. A remoção deve ser automaticamente acompanhada do deslocamento da família para uma moradia digna. Somente assim os objetivos de zerar até 2022 o déficit habitacional e garantir para 100% da população da cidade o direito à moradia digna poderão ser alcançados.

FERRAMENTA PARA CALCULAR PREJUÍZO GERADO POR REMOÇÕES

A Coalizão Internacional do Habitat (HIC) desenvolveu ferramenta que estabelece método de avaliação financeira de bens materiais e imateriais que vão além do custo ou preço da construção em si, incluindo também valor da terra, valor de produção agrícola e de criação, valor de taxas e impostos já pagos, valor do ponto comercial, custo do processo de reassentamento, transporte. Esse instrumento leva inclusive em conta os bens imateriais, como questões de saúde, psicológicas e integração da comunidade.

Para saber mais: <http://www.hic-mena.org/documents/Loss%20Matrix.pdf>

Há estimativa de que cerca de 50 mil famílias serão removidas involuntariamente de seus domicílios até 2015 na cidade. Quase metade das famílias desalojadas será atingida por ações de cunho ambiental. A construção de Parque Linear Várzeas do Tietê, com 107 km² de área, que se constituirá no maior do mundo, vai desalojar 10 mil famílias em oito cidades, incluindo São Paulo, sendo a maior parte na região do Jardim Pantanal (Zona Leste da capital). As remoções forçadas das famílias pobres que residem em locais-alvos de obras públicas não podem estar dissociadas da alocação imediata dessa população em moradias dignas.

É importante identificar sobre quais justificativas os assentamentos precários estão sendo removidos. Às vezes é

necessário retirar uma favela porque ela foi construída em área de risco ou de terreno instável, mas, em muitos casos, as favelas se encontram em terrenos bem localizados, com fácil acesso à cidade e às oportunidades socioeconômicas. Nesse sentido, é tarefa primordial das autoridades municipais o desenvolvimento de sensibilidade social para que essas áreas venham a ser utilizadas prioritariamente para atender às necessidades habitacionais reais da população paulistana, em especial, para melhorar a situação das famílias de menor renda na cidade.

Um primeiro passo é fazer com que as autoridades públicas se apropriem dos territórios que foram dominados por uma cultura da violência, para, em seguida, assegurar e consolidar o controle territorial e da pacificação, como tem sido feito nas áreas das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Na fase de retomada desses espaços, ações de inteligência, repressão e força tácita são requeridas da polícia. Na consolidação, procura-se estreitar vínculos com a comunidade e a articulação institucional sobre o local. Com a manutenção da paz, há preocupação com inserção social dos jovens e adolescentes, egressos dos grupos criminosos ou de sistemas penitenciários e socioeducativos, ao novo território construído.

Em seguida, por intermédio da UPP Social, são desenvolvidas ações de promoção da cidadania e do desenvolvimento social e econômico: credenciamento das famílias nos programas de transferência de renda; crédito educativo; transporte subsidiado; oferta de oportunidades culturais, esportivas e de desenvolvimento de talentos; multiplicação do acesso à informação e inclusão digital; ampliação e aperfeiçoamento dos programas de qualificação e requalificação profissional, com cooperação das empresas no entorno de cada comunidade para absorção da mão-de-obra; aprimoramento dos serviços regulares de conservação ambiental; orientação, apoio

e promoção do acesso a serviços e garantia de direitos pelos grupos vulneráveis (mulheres, orientação sexual, pessoas com deficiência, crianças, idosos, opção religiosa); aperfeiçoamento dos serviços de educação e saúde (UPP Social).

Destacam-se ainda medidas em torno da promoção de justiça social. Uma parceria entre a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça criou o programa Justiça Comunitária. Essa iniciativa baseia-se na democratização do acesso à justiça a partir da participação dos moradores como mediadores dos conflitos. Outras medidas que facilitam o acesso à justiça também estão em curso - Balcão de Direitos; Defensoria Pública da União nas Escolas; Justiça Itinerante; Justiça pelos Jovens; Juizados Especiais e Ônibus da Cidadania - por meio de acordo de cooperação entre o Estado e 13 instituições parceiras.

A UPP e UPP Social confirmam, portanto, a eficácia da abordagem sistêmica e integrada que deve existir na provisão da melhoria das condições habitacionais dos moradores de favelas. Não basta melhorar o espaço interno das casas ou construir novas moradias, é preciso também cuidar da infraestrutura do entorno, que não se limita ao campo da arquitetura e da construção civil, mas inclui principalmente o acesso aos serviços sociais e à segurança pública. Ruas e bairros deixam de ser somente lugares de passagem e onde ficam as moradias, para ser locais de acesso às oportunidades sociais pela população. O foco não é mais o domicílio, mas o território, ou seja, o desenvolvimento territorial das comunidades.

Na prática, em última instância, o que a UPP e UPP Social permitem é a construção de um território dinâmico e próspero com oportunidades de geração de emprego e renda e qualidade de vida para a população local e a cidade. O recrutamento de trabalhadores para as obras é feito no interior da comunidade, o que gera oportunidades de trabalho. O comércio local passa a usufruir de microcrédito para ampliação dos seus negócios. A tarifa social passou a existir para os moradores porque os serviços como luz e água foram legalizados, o que traz benefícios econômicos em termos de arrecadação financeira⁵.

Tais iniciativas podem ser poderosos instrumentos de inclusão social e de criação de oportunidades para melhoria da qualidade de vida da população residente nas favelas e em locais com moradias inadequadas.

A Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Un-Habitat), Anna Tibaijuka, tem chamado atenção para essa correlação positiva entre moradia e desenvolvimento. Para ela, o direito à moradia é excelente

5 A TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA (LEI Nº 12.212/10) ESTABELECE DESCONTO NA CONTA DE LUZ PARA GRUPO DE FAMÍLIAS VULNERÁVEIS COM DETERMINADAS CARACTERÍSTICAS (RENDA PER CAPITA ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO, PRESENÇA DE DOENTES QUE NECESSITAM DE APARELHOS COM ELEVADO CONSUMO DE ENERGIA E COM RENDA PER CAPITA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS, RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC).

JÁ FOI FEITO**PACIFICAÇÃO DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO**

Desde a década de 1990, a intervenção pública nas favelas ganhou caráter de política de Estado. As experiências pioneiras da cidade do Rio de Janeiro com o Programa Favela Bairro e, mais recentemente, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) – aliadas a um conjunto de ações integradas na área social, por meio da UPP Social – têm contribuído para mudar a percepção de como a favela deve ser encarada pela sociedade e pelas políticas públicas.

Com o Programa Favela Bairro a transformação foi no sentido de que a orientação da política deixa de ser em torno da remoção para ter como objetivo a urbanização. Há a provisão de infraestrutura de saneamento, sistema viário, pavimentação de ruas, iluminação, equipamentos educacionais, sociais e culturais, todos de qualidade.

Os programas UPP e UPP Social continuam os caminhos trilhados pelo Favela Bairro, mas vão além de uma intervenção urbanística focada na construção, quando incluem temáticas como redução da pobreza, desenvolvimento humano,

inclusão produtiva, dinamização econômica, diversidade, segurança pública e justiça comunitária em suas ações. Em síntese, retomam o sentido de “República” (do latim, “res pública”, que significa coisa pública) nessas comunidades. Essas duas iniciativas nasceram do compromisso de efetivar a integração territorial e simbólica das áreas pacificadas ao restante da cidade. É o fim da cidade partida entre os moradores do asfalto e do morro. Não há distinção de qualidade entre os bens e serviços oferecidos. Todos são cidadãos que merecem igualmente a excelência na qualidade. Por exemplo, o Conjunto de Favelas do Alemão ganhou sala de cinema 3D.

À primeira vista pode se pensar que se trata de um programa gerido pela Secretaria de Assistência Social ou de Segurança Pública da cidade do Rio de Janeiro, mas ele está locado no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, confirmando que o novo paradigma refere-se a uma nova maneira de se pensar e se planejar o urbanismo das cidades.

ponto de partida para a conquista do direito à cidade e à habitação e desempenha importante papel no desenvolvimento econômico, geração de riqueza e prosperidade. Isso porque, quanto maior o esforço para dar às pessoas uma moradia digna, maior é o impulso dado ao desenvolvimento econômico, especialmente fortalecendo os mais desfavorecidos.

Espera-se que, até 2022, experiências como as da UPP e da UPP Social possam nortear a prefeitura paulistana para propor ações de provisão de moradia e vida digna nas áreas de favelas de São Paulo. Essas iniciativas podem constituir novo paradigma para o urbanismo das cidades, que é pautado na presença do Estado na oferta integrada dos mais variados bens e serviços sociais, que vão conformar não só uma moradia digna, mas um território digno de se viver.

A experiência das UPPs também é relevante devido ao modelo de gestão democrático implantado, que cria um circuito no qual os agentes públicos e privados escutam demandas sinalizadas pelas organizações comunitárias e moradores e há

ESPERA-SE QUE ATÉ 2022 EXPERIÊNCIAS COMO AS DA UPP E DA UPP SOCIAL POSSAM NORTEAR A PREFEITURA PAULISTANA PARA PROPOR AÇÕES DE PROVISÃO DE MORADIA E VIDA DIGNA NAS ÁREAS DE FAVELAS DE SÃO PAULO

articulação entre um conjunto diversificado de instituições da sociedade civil, setor privado e estatal (esfera municipal, estadual e federal) para o atendimento.

Assim, esse modelo das UPPs fornece caminho para melhoria das condições habitacionais da cidade de São Paulo, mas não é a única resposta. Isso porque a melhoria das condições habitacionais envolve uma “cesta de soluções”. Infelizmente, os problemas de moradia na capital paulista não se resumem somente às favelas.

CORTIÇOS

O planejamento urbano precisa requalificar os cortiços e conjuntos habitacionais degradados. Remover a população de áreas de risco, com a imediata alocação das famílias em moradias dignas. Melhorar as condições de saneamento das áreas ocupadas dos mananciais e prevenir novas ocupações no seu entorno. Promover regularização fundiária, jurídica e registrária de conjuntos habitacionais construídos no passado e que até hoje carecem de documentação formal. Programar a construção de novas unidades habitacionais para atender às transformações demográficas (crescimento populacional e constituição de novas chefias).

Em relação à melhoria das condições habitacionais dos cortiços, a Secretaria Municipal de Habitação tem aplicado a Lei Moura (Lei 10.928/91), legislação municipal criada em 1991 que exige padrões mínimos de qualidade nas habitações coletivas de aluguel. A aplicação desse dispositivo é uma iniciativa favorável, mas o problema é que ela pode requerer a interdição e remoção das famílias para outros imóveis de melhor qualidade. Com isso, há o risco de reforçar uma tradição deficiente da política habitacional, que gera a expansão da malha urbana para a periferia da cidade, inclusive em áreas de mananciais.

Quando o imóvel é reformado e as famílias passam a viver em condições mais dignas, o efeito da Lei Moura é positivo. Quando o cortiço não está de acordo com as condições mínimas, o dono tem um prazo para se adaptar, se não ele paga uma multa que varia de R\$ 1.400,00 até R\$ 14.000,00 e o imóvel pode ser interditado. Se assim o for, as famílias recebem uma carta de crédito para adquirir um imóvel em outro lugar. Porém, o valor da carta de crédito é baixo e as famílias tendem a só conseguir comprar um imóvel na periferia da cidade, em geral em assentamentos precários, longe do local de trabalho.

Nos bairros da Sé e Mooca, onde se concentra a maior parte dos cortiços da cidade, a prefeitura vistoriou 1.814 cortiços. Destes, 280 estão em reforma, 66 foram interditados e 723 viraram comércio. Grande parte da população que residia nos cortiços e teve que se mudar trabalhava no centro e arredores.

Espera-se que até 2022, a Lei Moura, que está com pouca aplicabilidade na cidade de São Paulo, deva continuar operando, mas junto a ela devem ser atreladas ações que ofereçam alternativas de moradia digna quando as famílias que moram em cortiços ou moradias coletivas similares são obrigadas a se mudar. Essas alternativas devem levar em consideração a adequação entre local de moradia e lugar de trabalho e entre local

de moradia e acesso às oportunidades econômicas e sociais. O deslocamento das famílias deve ocorrer apenas em último caso. O ideal seria a prefeitura trabalhar em parceria com proprietários dos cortiços pela recuperação e melhoria do imóvel. Muitas famílias vivem há anos nesses imóveis e construíram importantes redes sociais que minimizam os efeitos da pobreza e da vulnerabilidade social.

Outro problema que afeta o centro de São Paulo é a constante interrupção de programas de Habitação de Interesse Social (Programa Ação Centro, Programa Morar no Centro, Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat, Programa de Locação Social etc.). Os movimentos populares ligados ao direito à moradia denunciam as políticas públicas dessa área da cidade que, sob o mote da “revitalização do centro da cidade”, na verdade tem produzido “limpeza social” ou “higienização” (ver Dossiê do Fórum Centro Vivo).

Famílias sem teto são expulsas dos prédios abandonados que foram ocupados. Esses, ao invés de serem recuperados, reconquistando sua função social e constituindo-se em alternativa de moradia para reduzir o passivo habitacional da cidade – conforme atesta o Estatuto da Cidade – muitas vezes são reformados para usos distintos dos habitacionais, ou também são simplesmente derrubados e ficam sem qualquer uso social, contribuindo para a continuidade do déficit de moradias.

Os prédios São Vito e Mercúrio, por exemplo, foram desapropriados e demolidos em 2010. Foram subtraídas 738 unidades habitacionais que poderiam ser recuperadas para moradias populares. Para por abaixo os dois edifícios, a prefeitura gastou cerca de R\$ 20 milhões. Isto significou que o metro quadrado dos 2,5 mil m² de terreno restante pós-demolição ficou em torno de R\$ 8 mil – um dos mais caros da cidade, contribuindo como fator de acréscimo dos custos imobiliários da região do Glicério.

Apesar de a Defensoria Pública ter apresentado ação judicial pedindo o impedimento da demolição, a prefeitura ganhou a disputa e os prédios começaram a ser derrubados. Não foi possível utilizar procedimentos de implosão devido ao risco de estilhaçar os vitrais seculares do Mercado Municipal, localizado proximamente. Então se iniciou longo processo de demolição manual. Será que não teria sido melhor utilizar todo o volume de recursos financeiros para recuperar os edifícios?

Espera-se que, até 2022, o centro de São Paulo esteja todo recuperado. Mas a revitalização não poderá ser pautada unicamente nos valores estéticos e históricos dessa área. Será preciso recuperar primordialmente a função social dessa região como local de moradia, também e inclusive, para famílias de menor renda. Ao invés de demolir, a diretriz será recuperar os prédios, cortiços e imóveis degradados. Em vez de remover, a ideia é fixar a moradia das famílias no centro. Esse é um tema mais do que atual dada às ações em curso de revitalização do centro da cidade, como o Projeto Nova Luz.

**ESPERA-SE QUE ATÉ 2022
O CENTRO DE SÃO PAULO
ESTEJA TODO RECUPERADO(...).
SERÁ PRECISO RECUPERAR
PRIMORDIALMENTE A FUNÇÃO
SOCIAL DESSA REGIÃO COMO
LOCAL DE MORADIA, TAMBÉM E
INCLUSIVE, PARA FAMÍLIAS DE
MENOR RENDA**

A aprovação pela Câmara Municipal de São Paulo de projeto de lei que estabelece o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo⁶ para imóveis vazios e que, também permite a desapropriação de imóveis sem uso ou subutilizados em quase toda a região do centro da cidade e em cerca de 700 Zonas Especiais de Interesse Social, é um grande impulso para consecução da diretriz acima proposta⁷.

A estimativa da prefeitura é que dentro de três anos localidades em torno das praças da Sé, República e Princesa Isabel e dos bairros de Santa Cecília, Barra Funda, Cambuci e Mooca irão abrigar mais de 1 milhão de moradores.

O povoamento do centro contribui para a construção de uma cidade inteligente, pois aproveita equipamentos públicos existentes no seu entorno, como creches, escolas e hospitais. As pessoas melhoram a qualidade de vida porque não precisam acordar tão cedo para cruzar a cidade e chegar ao local de trabalho. Diminuem gastos familiares com transporte e melhora a mobilidade da cidade.

O IPTU progressivo é, ainda, um instrumento útil para coibir a especulação imobiliária, principalmente de terrenos vazios, sem uso econômico ou social, contribuindo com o aumento da oferta de terrenos e controlando de modo mais racional a expansão da malha urbana da cidade. Com isso, também colabora para redução da desigualdade das condições habitacionais da cidade. Para o urbanista Cândido Malta, a ociosidade pode ser considerada o outro lado da falsa escassez no mercado imobiliário. Apesar dos seus méritos, o IPTU progressivo não está isento do risco de que seus resultados possam ser apropriados pelos interesses privados do mercado imobiliário, portanto, a sua aplicabilidade deve ser acompanhada pela sociedade civil e pelos movimentos populares ligados ao direito à moradia.

Espera-se que, até 2022, haja instrumentos de controle social do IPTU progressivo, de forma que seus resultados sejam apropriados em benefício das famílias de menor renda e usados também para implantação de medidas que venham a reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições das famílias que vivem em imóveis precários e em áreas vulneráveis.

**ESPERA-SE QUE ATÉ 2022
HAJA INSTRUMENTOS DE
CONTROLE SOCIAL DO
IPTU PROGRESSIVO**

Apesar das ações de recuperação e melhoria das moradias existentes, o equacionamento da questão habitacional paulistana não poderá, todavia, prescindir de uma estratégia para a construção de novos domicílios, uma vez que não são encontradas apenas situações de inadequação, mas também de déficit expressivo no número de unidades necessárias adicionais. Este déficit cresce à medida que aumenta a remoção da população das áreas de risco e também pelo crescimento vegetativo da população. Para dar conta dessa tarefa serão necessárias medidas para a busca de terrenos,

⁶ LEI Nº 15.234, DE 2010.

⁷ NO PRIMEIRO ANO, HÁ UMA ALÍQUOTA ADICIONAL DE 2%, QUE SOBE PARA 4% NO SEGUNDO, 8% NO TERCEIRO, 16% NO QUARTO E 32% NO QUINTO ANO. SE O GOVERNO TIVER INTERESSE EM CONSTRUIR UM EQUIPAMENTO PÚBLICO NO LOCAL, A DESAPROPRIAÇÃO SERÁ FEITA NO SEXTO ANO, CASO CONTRÁRIO, O ÍNDICE PERMANECERÁ EM 32%.

aproveitamento do parque habitacional existente que se apresenta ocioso em algumas localidades, e criação de incentivos para atrair e viabilizar a oferta de imóveis por parte das construtoras.

Em 2009, o governo federal criou o programa Minha Casa e Minha Vida com o objetivo de auxiliar os municípios brasileiros no enfrentamento do déficit habitacional. Há modalidades de atendimento para três grupos de beneficiários: famílias com renda até três salários mínimos, com rendimento entre três e seis salários mínimos e as com ganhos entre seis e 10 salários mínimos. Para os dois primeiros grupos, o governo definiu a meta nacional de construção de 400 mil unidades para cada um desses públicos-alvos e, para o último, de 200 mil.

As famílias de São Paulo com renda até três salários mínimos poderiam se beneficiar imensamente do Minha Casa Minha Vida. O município concentra grande demanda habitacional nessa faixa de renda. Porém, o programa tem encontrado dificuldades para se desenvolver na cidade em razão do preço relativamente alto dos terrenos, frente aos custos totais das moradias.

Se há possibilidade de financiar até R\$ 60.000,00 na compra da casa própria das famílias de até três salários mínimos, o preço do terreno representa praticamente esse valor. Torna-se quase impossível que as construtoras se interessem pelo programa dentro da capital paulista.

Portanto, em função do programa Minha Casa e Minha Vida, ou para atender iniciativas próprias da administração municipal na provisão de oferta habitacional popular, a prefeitura de São Paulo precisa tomar medidas que venham a contribuir para que os preços dos terrenos sejam compatíveis com os custos das moradias destinadas aos segmentos de menor renda na capital paulista. Para isso, é preciso aumentar o uso de instrumentos como: ZEIS de áreas vazias e mal aproveitadas; parcelamento, edificação e utilização de compulsórios (PEUC); IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública; consórcio imobiliário, dentre outros.

Uma resposta concreta à dificuldade do Programa Minha Casa Minha Vida em atender a população de menor renda pode ser o Mutirão Habitacional. É uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e de organização da comunidade, ou seja, na ajuda mútua, para construção de suas próprias moradias.

São vários os benefícios do Mutirão Habitacional. A participação da população na construção de suas moradias diminui os custos do empreendimento. Em geral, há uma diferença grande de tamanho e preço em favor de moradias construídas por meio de sistema de mutirão. É estimulada a participação das pessoas na gestão do empreendimento, especialmente das mulheres. Há uma identificação da pessoa que constrói a moradia com o produto do seu trabalho, o que propicia uma boa qualidade de

A PREFEITURA DE SÃO PAULO PRECISA TOMAR MEDIDAS QUE VENHAM A CONTRIBUIR PARA QUE OS PREÇOS DOS TERRENOS SEJAM COMPATÍVEIS COM OS CUSTOS DAS MORADIAS DESTINADAS AOS SEGMENTOS DE MENOR RENDA NA CAPITAL PAULISTA

manutenção e uso adequado do imóvel no tempo⁸.

Defende-se que o Mutirão Habitacional seja uma política mais ativa no município, como resposta ao déficit habitacional da cidade e às dificuldades que desestimulam o interesse do setor de construção privado na provisão de moradias populares para os segmentos de menor renda.

DEFENDE-SE QUE O MUTIRÃO HABITACIONAL SEJA UMA POLÍTICA MAIS ATIVA NO MUNICÍPIO, COMO RESPOSTA AO DÉFICIT HABITACIONAL DA CIDADE

Seja na recuperação ou na construção de novas moradias, a excelência da qualidade deve prevalecer no interior do domicílio – a presença dos seguintes itens pode colaborar nesse sentido: piso de cerâmica, revestimento de azulejo, pé direito mais alto, aquecedores solares, medição individualizada de água e luz, sistema estrutural que possibilita a demolição das paredes internas para que o morador redistribua os espaços da maneira que ele desejar, gás natural para abastecimento de fogões e aquecimento de água, dentre outros. Tais parâmetros internos dos domicílios garantem melhor ventilação, iluminação, isolamento acústico, conforto visual e térmico. As novas construções populares também precisam ser flexíveis, para acomodar, quando necessário, as necessidades das pessoas com deficiência.

A recuperação ou construção de novas moradias tem ainda de estar comprometida com a sustentabilidade ambiental. Para contribuir com a conservação de energia e água podem adotar, por exemplo, sistema de captação da água da chuva e energia solar. O chuveiro elétrico consome muita energia. O uso de energia solar tem o benefício adicional de reduzir a conta de luz da população de baixa renda, que também pode ser diminuída com a adoção de lâmpadas e equipamentos de baixo consumo. A madeira utilizada nas construções poderá ser certificada. Os tijolos podem ser ecológicos. Os imóveis e condomínios devem adotar reciclagem dos resíduos sólidos. As moradias populares precisam contar com áreas verdes no seu entorno. O paisagismo ajuda na aclimação do imóvel.

A ocupação das áreas de mananciais por moradias, geralmente com características de assentamentos precários, é reflexo do déficit habitacional da cidade. Assim, medidas como a ampliação da extensão das áreas protegidas e intensificação da coleta e tratamento do volume de esgoto gerado pelas moradias já instaladas nessas localidades são ações importantes para preservação desses ecossistemas. Antes dessas medidas, porém, é preciso atacar a causa do problema. Ou seja, é preciso oferecer moradia adequada em outras localidades por meio da diversidade de soluções aqui defendidas.

Com os efeitos das mudanças climáticas e provável intensificação dos eventos extremos na cidade de São Paulo, principalmente das chuvas intensas, a ocupação habitacional de áreas de mananciais pode acarretar mais uma preocupação à prefeitura com prejuízos

⁸ SAULE JÚNIOR, NELSON; CARDOSO, PATRÍCIA DE MENEZES. O DIREITO À MORADIA NO BRASIL. SÃO PAULO: INSTITUTO PÓLIS, 2005. 160p. MUTIRÃO HABITACIONAL: PROCEDIMENTOS DE GESTÃO/ALEX KENYA ABIKO [E] LEANDRO DE OLIVEIRA COELHO. PORTO ALEGRE: ANTAC, 2006. (RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS HABITARE, v.2).

JÁ FOI FEITO	AUTOGESTÃO EM CIDADE TIRADENTES
<p>O Conjunto Habitacional Paulo Freire localizado em Cidade Tiradentes (na capital paulista) é uma iniciativa de autogestão da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, filiada à União dos Movimentos de Moradia. Essa iniciativa foi assessorada pela Usina-CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), grupo multidisciplinar que presta assessoria a projetos de arquitetura autogestionários. A obra foi integralmente projetada em estrutura metálica e lajes de painel, o que permitiu a pré-fabricação e o uso de guinchos, reduzindo o esforço dos trabalhadores na construção do edifício. O sistema de aço torna independentes a estrutura e a alvenaria, permitindo “plantas livres” com vãos maiores e paredes que podem ser removidas ou alteradas de lugar. Cada família pode configurar os ambientes de acordo com suas</p>	<p>necessidades e preferências. Em muitos aspectos, as tecnologias construtivas em aço também possuem baixo impacto ambiental. Na construção houve atenção especial à segurança do trabalho, com formação de equipes de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e primeiros-socorros, que realizaram diversas atividades pedagógicas, como a de uso correto de ferramentas e equipamentos. Em síntese, essa experiência habitacional reúne quatro características relevantes para moradias populares: preservação do meio ambiente, construções rápidas, flexibilidade de usos internos das unidades e envolvimento da comunidade.</p> <p><i>Informações e foto extraídas de http://www.usinactah.org.br (ver direitos autorais)</i></p>

materiais e de vidas. Isto porque, enquanto os terrenos centrais apresentam relevo mais suavizado, com colinas amplas e largas planícies de inundação, as regiões mais periféricas adquirem, em geral, uma topografia acidentada, com elevada declividade nas encostas e condições mais propícias a escorregamentos e enchentes⁹.

Em suma, nas regiões periféricas, dada as características dos terrenos e das moradias, há maior probabilidade de ocorrência de desastres naturais vis-à-vis as regiões centrais; que podem ser evitados com melhor intervenção na política habitacional e urbanística por parte dos programas geridos pela prefeitura.

Ainda em relação às condições habitacionais da cidade, há necessidade de combater a tendência da prefeitura em tratar as reivindicações dos movimentos populares ligados ao direito à moradia como caso de polícia.

Na construção de uma cidade inclusiva, segura e próspera até 2022, os movimentos populares terão que ser percebidos como parceiros da prefeitura, tendo suas demandas ouvidas e participando ativamente do planejamento habitacional da cidade.

⁹ ERMÍNIA MARICATO, AGOSTINHO TADASHI OGURA, FRANCISCO COMARÚ. CRISE URBANA E PRODUÇÃO DO HABITAT E DOENÇA. IN PAULO SALDIVA ET AL. MEIO AMBIENTE E SAÚDE: O DESAFIO DAS METRÓPOLES. SÃO PAULO: EX-LIBRIS COMUNICAÇÃO INTEGRADA, 2010.

MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL AOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Anterior à discussão sobre a situação de oferta na cidade de São Paulo de estrutura de atendimento no setor de saúde, com especial atenção para a equidade no acesso aos equipamentos e serviços de saúde de qualidade, é importante assinalar quais as premissas básicas e quais propostas se desejam apresentar.

Muitos dos problemas de saúde podem estar relacionados com o padrão de urbanização e modelo socioambiental adotado na gestão da cidade e que contribui para a perpetuação da pobreza compreendida em suas múltiplas dimensões. Os desabamentos de moradias precárias nas encostas dos morros causam perdas de vida e muitas vezes sequelas no estado da saúde por toda a vida. A concentração de automóveis na cidade de São Paulo, com ampla emissão de gases poluidores, aumenta a incidência de doenças pulmonares. A falta de saneamento básico, associada a eventos climáticos extremos de precipitação, ajuda na proliferação de doenças de veiculação hídrica. Sem alimentação adequada, os indivíduos ficam mais frágeis e suscetíveis a adquirir doenças oportunistas.

Não adianta fazer um exame completo para averiguação das condições de saúde da população de São Paulo se a própria cidade não passa pelo mesmo exame. As políticas públicas precisam enfrentar os determinantes sociais da saúde no seu conjunto, que vão além da assistência médica¹.

Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca a importância de uma intervenção nas causas sociais da saúde, com foco na desigualdade. Para a OMS, as desigualdades implicam em uma distribuição desigual dentro e entre sociedades na liberdade para gozar de uma vida próspera e com boa saúde. Isso pode ser constatado nas condições diferenciadas e, muitas vezes, injustas no atendimento na primeira infância e nas diversas etapas da idade escolar, na natureza das condições laborais e de emprego, nas características físicas do ambiente de trabalho e na qualidade do ambiente natural em que as pessoas habitam.

Assim, diferentes grupos terão experiências diferentes relativas às condições materiais, ao apoio psicossocial e às opções comportamentais, que podem torná-los mais ou menos vulneráveis a situações de enfermidades, de doenças ou de precariedade do estado da saúde².

Existem, portanto, dois níveis de intervenção: prevenir doenças através da melhoria da qualidade da infraestrutura e de serviços da cidade, com reflexos sobre a qualidade de vida dos seus moradores, ou seja, atacar as causas das enfermidades; e tratar as doenças quando elas forem identificadas.

1 O VÍDEO PRODUZIDO PELO INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE ILUSTRA A RELAÇÃO ENTRE CIDADE DE SÃO PAULO SAUDÁVEL E SAÚDE DOS SEUS HABITANTES: [HTTP://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=AV8KRMAOB0K](http://www.youtube.com/watch?v=av8krmaob0k)

2 CDSS (2010). REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO PERÍODO DE UMA GERAÇÃO. IGUALDADE NA SAÚDE ATRAVÉS DA AÇÃO SOBRE OS SEUS DETERMINANTES SOCIAIS. RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.

Para uma análise do primeiro nível, o capítulo 2, Cidade Saudável, e alguns apontamentos anteriores deste capítulo oferecem importantes contribuições. Discutimos, por exemplo, a necessidade de moradias que garantam funções básicas de higienização e preparo dos alimentos e a necessidade de urbanização das favelas, com saneamento básico, coleta de lixo, espaços para práticas esportivas e outras melhorias; aspectos com benefícios para a saúde da população.

O segundo nível será abordado aqui. O conjunto de doenças existentes é amplo e demanda intervenções diversificadas e específicas. Assim, esse trabalho não fará uma investigação esmiuçada das formas de tratamento de cada uma e, tampouco, trará um olhar da ciência médica. O foco será o exame da gestão do setor público de saúde da cidade de São Paulo.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE

Na provisão dos serviços e equipamentos de saúde pelos hospitais e unidades básicas, é preciso levantar os prós e contras do novo modelo de gestão adotado pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e que afeta a cidade: as Organizações Sociais de Saúde (OSS).

Foi feita uma investigação do Programa Saúde da Família especialmente por sua importância estratégica, que afeta diretamente o desenvolvimento da atenção básica e que tem gerado melhoria significativa, com reflexos nos indicadores de saúde de todo o país.

Alguns problemas de saúde têm sido mais frequentes na população mais pobre. São eles: desnutrição, obesidade e mortalidade infantis, mortalidade materna, gravidez precoce e AIDS.

A relação entre saúde precária e pobreza é direta e precisa ser bem analisada. Os grupos populacionais mais vulneráveis e pobres geralmente possuem pior saúde e maiores taxas de incidência de doenças.

Há um ciclo de pobreza que deve ser quebrado. As pessoas dependem de condições físicas e de saúde para o trabalho, assim, quando ficam doentes, diminuem a atividade laboral e acabam por não conseguir rendimentos suficientes para sua sobrevivência e da sua família. Por outro lado, quando o Estado não provê um sistema de saúde gratuito e de qualidade, as pessoas pobres e doentes se vêem obrigadas a recorrer a tratamento particular, comprometendo parte considerável dos seus rendimentos. Em ambos os casos, há uma intensificação das situações e magnitude da pobreza.

Na construção de uma Cidade Inclusiva esse ciclo perverso não pode existir. Ademais, conforme atesta o prêmio Nobel de economia Amartya Sen, os setores de saúde e educação têm alto potencial de geração de emprego e renda, com custos relativamente baixos. Investir nessas áreas promove o desenvolvimento, constrói uma Cidade Próspera³.

³ AMARTYA SEN. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2000.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO

A Pesquisa sobre a Satisfação com a Qualidade de Vida na Cidade e Avaliação de Serviços Públicos (Irbem), encomendada pela Rede Nossa São Paulo ao Ibope, revelou que a satisfação média da população paulistana com a área de saúde era de 5,1 em 2010, em uma escala de 1 a 10.

Do conjunto de aspectos sobre a percepção da saúde, os com avaliação mais negativa, por parte dos entrevistados, foram: qualidade e humanização da assistência nos postos e hospitais (72%); tempo médio entre a solicitação e a realização de exames (75%); facilidade para agendar consultas, retornos, exames e resultados (76%); tempo médio entre a solicitação e a realização de procedimentos mais complexos, como cirurgias e exames especializados (79%); tempo médio entre solicitação e realização de consultas (80%).

Os valores entre parênteses correspondem ao percentual de entrevistados que avaliaram esses aspectos com uma nota máxima até 5, numa escala de 1 a 10. Ou seja, 72% do total de entrevistados avaliaram a qualidade e humanização da assistência nos postos e hospitais com notas que variaram de 1 a 5 e apenas 28% com notas que foram superiores a 5.

CAMINHO DE POSSIBILIDADES E DE CONTROVÉRSIAS

Recentemente, na tentativa de sanar as deficiências do sistema de saúde, o governo do estado de São Paulo implantou um novo modelo de gestão dos hospitais e unidades básicas, cujas avaliações têm sido polêmicas: o uso de contratos de gestão por meio de Organizações Sociais de Saúde (OSS), que ficam responsáveis pela administração da unidade de saúde.

Entender como funcionam as OSS e levantar avaliações a seu respeito é estratégico para auxiliar o trabalho dos conselheiros municipais de saúde. Estes, que estão inseridos e acompanhando o dia-a-dia dos hospitais e unidades hospitalares, são os que podem denunciar, pressionar e reivindicar medidas pelo aprimoramento desse modelo, se vier a ter continuidade.

Por exemplo, sob a justificativa da maior eficiência, será que o tempo médio inferior de permanência no leito, verificado no sistema de OSS vis-à-vis o sistema tradicional, é resultado de uma melhor assistência médico-hospitalar, ou se apressa a liberação do paciente porque faltam leitos e/ou é preciso minimizar os custos?

A partir do final da década de 1990, o governo do estado de São Paulo vem realizando a contratação de entidades privadas para administrar hospitais públicos localizados nas regiões onde vivem populações carentes com déficits de cobertura. Esse modelo é baseado em três elementos: uso de parcerias no processo de gestão; assinatura de contratos de gestão entre as instituições parceiras e a Secretaria Estadual de Saúde (SES); e regulação do processo de terceirização dos hospitais pelo governo estadual⁴.

⁴ ANDRE MEDICI E ROBERT MURRAY. DESEMPENHO DE HOSPITAIS E MELHORIAS NA QUALIDADE DE SAÚDE EM SÃO PAULO (BRASIL) E MARYLAND (EUA). EN BREVE. JUNHO DE 2010, Nº 156. WWW.WORLDBANK.ORG/ENBREVE.

Os contratos estão baseados no cumprimento de cinco requisitos básicos: a instituição que concorrer deve apresentar provas de que cumpre todos os requisitos prévios exigidos no processo de licitação; os contratos de gestão especificam o tipo de assistência a ser prestada e os serviços de saúde que serão promovidos, de acordo com metas negociadas e pré-estabelecidas a cada ano; as OSS só podem atender às populações usuárias do SUS; os resultados alcançados são supervisionados e avaliados por um Conselho do Estado vinculado à SES, para verificar o cumprimento das metas estipuladas no contrato; os hospitais sob o regime de OSS devem publicar suas contas e outras informações relevantes para fiscalização e controle no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Além disso, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) revisa as contas e o estado financeiro das OSS.

Dessa forma, os contratos de gestão são instrumentos importantes para aumentar o grau de responsabilidade e transparência no uso dos fundos públicos nas OSS. Os contratos garantem autonomia na administração dos hospitais, para que alcancem níveis elevados de eficiência e efetividade. Estudos do Banco Mundial, que compararam indicadores de desempenho hospitalar entre hospitais sob modelo de OSS e hospitais sobre administração direta tradicional, identificaram ser a primeira modalidade mais eficiente. A gestão dos hospitais via OSS é positiva também porque é baseada em sistema de avaliação de metas de produção de serviços, que ajuda a garantir a qualidade e a satisfação dos usuários⁵.

Para Ligia Bahia, professora especialista em saúde pública, do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), porém, não está ainda comprovado que o modelo de gestão das OSS é uma alternativa mais eficiente do que a administração direta, pois existem poucos estudos sobre o tema. Todavia, ela reconhece que no Estado de São Paulo, diferentemente do observado no Estado do Rio de Janeiro, as OSS melhoraram a qualidade do atendimento.

Por outro lado, a estudiosa alerta para os riscos e problemas relacionados ao modelo das OSS. Em primeiro lugar, se levado adiante, pode contribuir para o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS). Enquanto o SUS busca a padronização, o modelo de administração das OSS leva à fragmentação. Em segundo lugar, o modelo das OSS configura-se como uma possibilidade de sobrepassar o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais, a lei de licitação e compras e a lei de responsabilidade fiscal. A saber, as OSS não têm obrigação de contratar por nenhuma das formas que a legislação propõe; nem pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nem pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Grande parte dos fóruns populares estaduais de saúde é contrária ao modelo de OSS (Paraná, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Londrina). Eles afirmam que as OSS visam o lucro, que é colocado acima da política pública. Denunciam práticas como, por exemplo, a do estado de São Paulo, no qual o serviço de ambulância é pago por quilometro rodado. Dessa forma, as OSS carregam só uma pessoa quando poderiam carregar duas por ambulância.

⁵ MEDICI & MURRAY (2010).

Estudo da Fundação Getúlio Vargas⁶ ressalta que, no modelo de gestão das OSS, o Estado tem que se preparar para o exercício da sua nova função de regulador e supervisor do serviço, que passa a ser executado por outro ator. Experiências internacionais investigadas revelaram que a melhoria observada no atendimento e no serviço oferecido aos usuários está justamente relacionada com a compreensão e adequação do Estado para cumprir seu novo papel.

Em suma, o uso de contratos de gestão por meio de OSS já é uma realidade na cidade de São Paulo, cujos resultados de qualidade precisam ser acompanhados de perto pelos usuários e fóruns populares ligados ao sistema de saúde. Dada sua natureza fragmentada, vai exigir um esforço de controle social maior.

Em qualquer das gestões que venham a ser adotadas, administração direta tradicional ou administração via OSS, a garantia do direito à saúde é prioridade no projeto de Cidade

A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE É PRIORIDADE NO PROJETO DE CIDADE INCLUSIVA QUE SE QUER FORTALECER ATÉ O ANO DE 2022 PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

Inclusiva que se quer fortalecer até o ano de 2022 para a cidade de São Paulo. Isso significa garantia de acesso aos serviços de saúde para toda a população, em todos os níveis de assistência, sem preconceitos e privilégios de qualquer espécie e por meio da oferta de ações articuladas e contínuas de natureza preventiva e curativa, contemplando todos os níveis de complexidade médica.

A melhoria dos serviços e equipamentos de saúde de qualidade não se faz sem que haja, concomitantemente, a redução das desigualdades regionais, como a verificada, em 2009, quando a subprefeitura de Pinheiros tinha 12,82 leitos por mil habitantes, enquanto as de Parelheiros e Perus não contavam com nenhum.

O mesmo é válido para os profissionais de saúde, especialmente os especialistas. Em geral, eles não se sentem atraídos para atuar na periferia de São Paulo. Uma estratégia que poderia ser utilizada pela prefeitura seria oferecer salários mais elevados para quem for trabalhar nessas localidades.

SAÚDE DA FAMÍLIA

O Programa Saúde da Família (PSF), criado em 1994, reorganizou a atenção básica à saúde no Brasil. Ele substituiu a sistemática passada, que era centrada na rede hospitalar, por uma que é pautada na ação de equipes conjuntas de profissionais – médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem, dentista e, principalmente, agente comunitário de saúde – que juntos são responsáveis pelo acompanhamento das condições de saúde de um número definido de famílias, em uma área geográfica delimitada.

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é capacitado para reunir informações de saúde sobre a comunidade onde mora. Pode ser um morador do bairro ou da região onde está

⁶ COORDENADO POR JOSÉ QUINTELLA, 2008.

fixada a equipe do PSF. Dessa forma, tem bom relacionamento com a comunidade, o que ajuda o trabalho. Orientado pelo médico e pelo enfermeiro, o agente vai à casa das pessoas e coleta todo tipo de informação que possa ajudar no diagnóstico da saúde das pessoas da comunidade. Cada agente é responsável pelo acompanhamento de aproximadamente 150 famílias que vivem no seu território de atuação. Em sua maioria, os ACS são mulheres.

O PSF tem várias vantagens para a melhoria da qualidade da saúde. Ajuda a desafogar a rede hospitalar, pois as pessoas não precisam recorrer aos hospitais para tratar de problemas de saúde menos complexos. Permite a integração rápida de ações simples de prevenção, com efeitos significativos. Por exemplo, pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em parceria com pesquisadores da Universidade de Nova York, demonstrou que, para cada 10% de aumento de cobertura do PSF, há uma queda de 4,6% na mortalidade infantil, independentemente de outros fatores. Outra vantagem é que, por estar inserido no interior da comunidade e em contato constante com a realidade de cada família, permite realizar um diagnóstico mais rico do contexto no qual a doença se desenvolve.

A implantação do PSF depende da decisão política da administração municipal, que deve submeter proposta ao Conselho Municipal de Saúde e discutir o assunto com as comunidades a serem beneficiadas.

Defende-se que o PSF é um importante instrumento para garantia do direito à saúde, permitindo provisão de uma atenção básica de qualidade, que tem o benefício de ser também preventivo. Nesse sentido, até 2022, toda a população da cidade de São Paulo deve estar assistida pelo programa. Para isso, a prefeitura precisa imprimir um esforço maior de expansão do PSF para atendimento de tal meta. É necessário sair de um patamar de velocidade de ampliação da cobertura de 3,24% ao ano e alcançar 5,57% nos próximos anos.

Em 2005, a cobertura era de 27% da população. Em 2010, passou para 43,2%; com meta de 44,3% em 2012⁷. A expansão da cobertura deve priorizar as comunidades mais vulneráveis.

O PSF possui um problema estrutural que não é característico somente da cidade de São Paulo, mas a prefeitura pode adotar medidas para saná-lo no nível local: a cultura das escolas de medicina de promoverem um ensino fragmentado e com valorização da especialização, que é contrário à formação de clínica geral que o médico da família necessita. Essa situação precisa ser modificada ou ter medidas complementares.

Em parceria com o Conselho Regional de Medicina do Estado e as universidades e faculdades de medicina, a Secretaria Municipal de Saúde pode promover a formação de um Grupo de Trabalho que discuta e proponha ações junto com essas entidades, como, por exemplo, revisão do currículo das escolas de medicina.

ATÉ 2022, TODA A POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO DEVE ESTAR ASSISTIDA PELO PSF. PARA ISSO, A PREFEITURA PRECISA IMPRIMIR UM ESFORÇO MAIOR DE EXPANSÃO DO PROGRAMA PARA ATENDIMENTO DE TAL META

⁷ DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

MORTALIDADE INFANTIL

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, promover o desenvolvimento humano é criar um ambiente favorável em que as pessoas possam gozar de vidas longas, saudáveis e criativas. Partindo dessa definição, é um contrassenso que, em territórios que se pretendem ser considerados desenvolvidos, se perpetuem as mortes de crianças de até um ano de idade.

O Brasil avançou muito em termos de queda da taxa de mortalidade infantil na última década. A taxa caiu 61,7% entre 1990 e 2010, ou seja, saiu de um nível de 52,04 mortes por mil nascimentos em 1990 para 19,88/mil em 2010. O governo federal concentra esforços de erradicação nas regiões onde esse indicador apresenta ainda valores elevados, como Norte e Nordeste. Atualmente, existe o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste-Amazônia Legal.

A situação da cidade de São Paulo, comparativamente a de outras localidades, é mais favorável. Dados da Fundação Seade revelam que a taxa de mortalidade era de 11,95 mortes por mil nascidos vivos, em 2009. Não obstante esse indicador representar, em relação ao país, um bom desempenho, ainda é quadro preocupante para uma das cidades mais ricas do mundo como São Paulo, já que a taxa nos países desenvolvidos é de 5 mortes por mil nascidos vivos.

Além disso, as regiões que apresentam os piores resultados de mortalidade infantil no município são aquelas que também possuem condições de vulnerabilidade econômica e social mais precária.

O Gráfico 1 mostra que a velocidade da queda na taxa da mortalidade infantil da cidade diminuiu sensivelmente nos últimos anos. Em geral, o maior desafio é melhorar um indicador social quando ele já alcançou quase uma estabilidade ou com redução muito lenta. Portanto, nessa nova etapa, a erradicação da mortalidade infantil na cidade de São Paulo demanda mais do que nunca uma estratégia focada nas suas principais causas e nas regiões mais afetadas. Para isso, é indispensável conhecer detalhadamente as características das circunstâncias.

O perfil da mortalidade infantil em São Paulo é bastante peculiar em relação ao que é verificado nas regiões com maior incidência. Mundialmente, as causas mais frequentes da mortalidade infantil são pneumonia, diarreia e malária. Em São Paulo, as mais comuns são afecções originárias no período perinatal (1ª) e malformação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas (2ª). As mortes relacionadas ao aparelho respiratório e doenças infecciosas e parasitárias ocupam respectivamente o terceiro e o quarto lugares, bem menos representativas. As mortes ocorrem mais entre 0 a 6 dias⁸.

Em 2009, a Secretaria Estadual de Saúde iniciou programa de combate à mortalidade infantil e materna. O programa tem como eixos o investimento em capacitação de médi-

⁸ PERFIL LEVANTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES DO DATASUS WWW.DATASUS.GOV.BR/

TABELA 5. TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL
Município de São Paulo 2004-2008, por nascidos vivos

Distritos	Anos					Média 2004/2008
	2004	2005	2006	2007	2008	
Município de São Paulo	14.0	12.9	12.9	12.5	12.0	12.9
Água Rasa	8.6	10.3	14.3	8.4	8.6	10.1
Alto de Pinheiros	15.7	10.8	5.6	2.7	2.8	7.6
Anhanguera	13.4	16.2	10.7	10.4	18.8	13.9
Aricanduva	6.3	13.5	9.5	15.3	13.3	11.5
Artur Alvim	14.1	11.5	10.9	11.8	14.2	12.5
Barra Funda	12.1	10.3	25.9	4.4	24.5	15.3
Bela Vista	10.7	9.6	10.0	7.4	7.4	9.0
Belém	16.0	12.3	12.8	13.1	15.5	13.9
Bom Retiro	15.7	19.8	17.9	11.0	16.1	16.1
Brás	20.2	21.4	15.7	14.0	14.9	17.2
Brasilândia	14.5	11.3	16.1	14.9	14.8	14.3
Butantã	5.3	7.2	16.8	6.3	4.6	8.0
Cachoeirinha	15.8	13.4	13.3	12.8	9.0	12.9
Cambuci	10.5	18.7	7.3	18.2	19.2	14.7
Campo Belo	17.4	7.6	15.4	2.6	5.4	9.7
Campo Grande	17.7	7.6	15.9	11.3	7.7	12.0
Campo Limpo	11.3	10.4	12.4	13.6	10.6	11.6
Cangaíba	14.2	11.8	10.5	11.8	10.9	11.9
Capão Redondo	14.0	13.4	14.0	12.3	11.3	13.0
Carrão	12.3	13.3	10.6	8.5	10.1	11.0
Casa Verde	13.8	13.0	16.6	13.8	12.1	13.9
Cidade Ademar	15.8	12.7	13.3	14.5	12.9	13.9
Cidade Dutra	22.2	16.7	16.7	17.1	14.2	17.4
Cidade Líder	17.3	14.2	15.8	12.1	10.5	14.0
Cidade Tiradentes	15.3	14.3	16.0	15.3	17.5	15.7
Consolação	10.1	9.1	7.1	19.2	6.7	10.4
Cursino	11.1	9.2	13.5	7.3	8.7	10.0
Ermelino Matarazzo	11.1	19.9	11.9	14.9	14.4	14.4
Freguesia do Ó	11.3	11.4	11.4	13.8	18.8	13.3
Grajaú	15.6	14.8	15.6	17.6	13.4	15.4
Guaianazes	15.1	17.7	14.6	15.4	12.5	15.1
Iguatemi	15.5	15.1	12.1	14.8	9.6	13.4
Ipiranga	8.9	20.4	7.0	6.5	14.7	11.6
Itaim Bibi	4.2	3.2	8.3	5.9	7.4	5.9
Itaim Paulista	13.5	13.1	14.6	15.5	15.6	14.4
Itaquera	18.6	11.4	17.0	10.9	15.9	14.8
Jabaquara	13.0	11.7	8.4	11.9	11.0	11.2
Jaçanã	17.7	11.0	11.5	17.0	12.6	14.0

Fonte: Fundação Seade; Sec retaria Estadual da Saúde; Sec retarias Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

CONTINUA >>

>> CONTINUAÇÃO

Distritos	Anos					Média 2004/2008
	2004	2005	2006	2007	2008	
Jaguara	16.3	5.9	3.1	20.0	21.1	13.2
Jaguapé	13.5	12.0	16.6	11.5	5.5	11.8
Jaraguá	19.7	13.9	19.2	14.0	12.5	15.9
Jardim Ângela	15.2	15.7	13.5	14.2	11.7	14.1
Jardim Helena	13.9	14.7	17.1	9.7	13.1	13.7
Jardim Paulista	6.7	7.2	3.9	7.3	5.9	6.2
Jardim São Luís	16.3	12.8	12.4	12.8	13.8	13.7
José Bonifácio	10.7	19.2	10.1	9.1	8.8	11.4
Lajeado	14.5	15.9	16.5	11.5	13.7	14.4
Lapa	7.8	7.8	4.2	5.4	5.4	6.2
Liberdade	15.3	9.4	8.1	10.3	17.4	12.0
Limão	14.8	11.7	16.0	16.4	9.1	13.6
Mandaqui	16.0	11.8	16.1	4.1	12.5	12.2
Marsilac	22.7	16.8	9.2	39.6	-	17.3
Moema	5.4	13.6	4.9	13.0	7.0	8.8
Moóca	8.7	11.6	4.8	5.7	8.5	7.8
Morumbi	10.5	7.8	7.1	5.0	9.8	8.1
Parelheiros	15.6	11.3	17.3	15.3	13.7	14.6
Pari	17.6	16.1	6.1	8.8	18.6	13.5
Parque do Carmo	15.6	21.7	18.0	19.1	14.4	17.8
Pedreira	8.8	15.5	11.0	10.6	11.2	11.4
Penha	14.7	16.9	10.8	16.6	8.5	13.5
Perdizes	3.8	5.7	6.8	5.7	6.3	5.6
Perus	15.5	14.7	12.4	13.9	10.6	13.4
Pinheiros	11.8	6.4	9.1	7.1	1.5	7.3
Pirituba	14.7	12.7	11.4	16.8	9.2	13.0
Ponte Rasa	10.4	8.6	13.8	13.1	9.2	11.0
Raposo Tavares	9.3	8.5	7.5	5.6	9.9	8.2
República	11.1	12.0	18.3	20.1	10.7	14.3
Rio Pequeno	10.7	9.3	12.6	7.7	10.1	10.1
Sacombã	12.7	13.2	10.4	10.5	11.6	11.7
Santa Cecília	6.8	13.0	19.4	12.4	11.5	12.5
Santana	12.3	5.0	7.3	11.2	9.1	9.0
Santo Amaro	10.9	12.3	15.2	6.7	8.9	10.8
São Domingos	14.1	19.6	12.9	15.4	16.3	15.7
São Lucas	10.3	10.2	8.4	13.2	7.9	10.1
São Mateus	18.0	18.3	10.7	13.0	11.4	14.4
São Miguel	19.5	9.9	18.4	14.7	12.1	15.0
São Rafael	12.7	10.8	14.6	14.3	11.6	12.8
Sapopemba	13.6	13.4	14.3	13.6	13.1	13.6

Fonte: Fundação Seade; Sec retaria Estadual da Saúde; Sec retarias Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

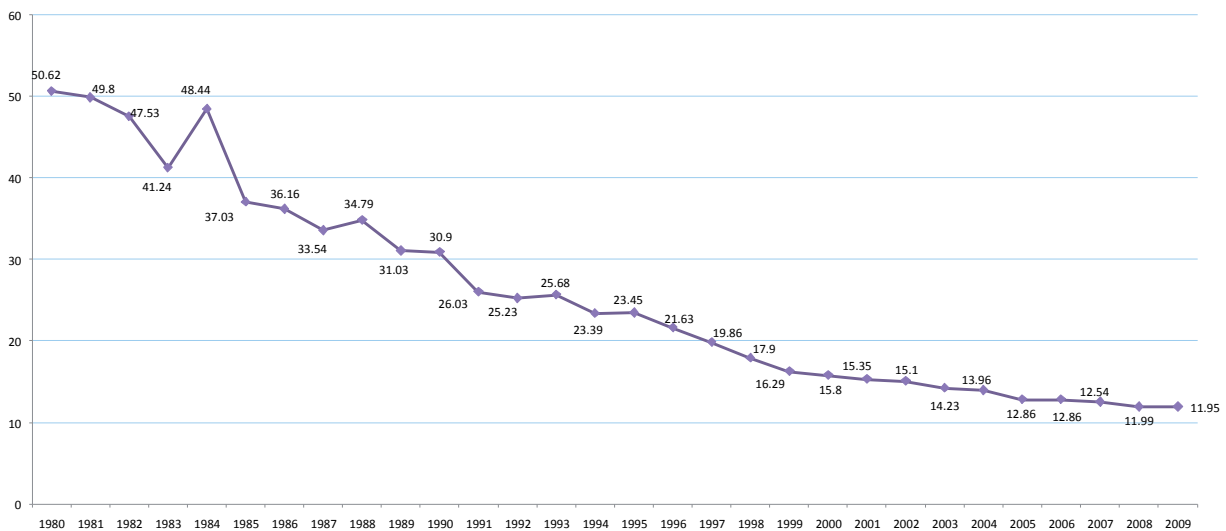
CONTINUA >>

>> CONTINUAÇÃO

Distritos	Anos					Média 2004/2008
	2004	2005	2006	2007	2008	
Saúde	10.5	10.7	7.0	8.4	13.0	9.9
Sé	14.0	7.1	10.0	7.8	3.7	8.6
Socorro	9.5	7.7	7.9	13.7	8.8	9.5
Tatuapé	17.6	10.5	10.0	7.2	8.0	10.7
Tremembé	13.9	13.1	10.4	12.6	13.1	12.6
Tucuruvi	5.8	12.2	13.3	8.9	9.4	9.8
Vila Andrade	16.5	9.6	12.8	8.2	9.6	11.3
Vila Curuçá	16.7	14.4	13.3	14.6	15.8	15.0
Vila Formosa	17.2	10.5	8.0	7.9	9.5	10.7
Vila Guilherme	11.1	13.7	6.7	12.4	6.6	10.0
Vila Jacuí	14.3	11.6	11.7	12.3	16.7	13.3
Vila Leopoldina	16.0	2.2	3.8	3.8	5.7	6.1
Vila Maria	14.3	10.9	8.5	13.0	11.4	11.6
Vila Mariana	10.9	9.4	12.2	11.8	7.3	10.3
Vila Matilde	13.5	11.8	11.5	12.3	15.6	12.9
Vila Medeiros	18.1	15.4	13.6	11.5	14.3	14.7
Vila Prudente	13.6	10.2	12.0	8.5	11.0	11.1
Vila Sônia	11.0	6.0	7.7	11.3	6.0	8.4

Fonte: Fundação Seade; Secretaria Estadual da Saúde; Secretarias Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

GRÁFICO 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
Por mil nascidos vivos, município de São Paulo, 1980 a 2009



Fonte: IMP/Seade. Elaboração: São Paulo 2022.

cos e enfermeiras que atuam nas maternidades públicas, aquisição de equipamentos para melhoria da assistência hospitalar e distribuição de materiais de orientação às gestantes e aos municípios paulistas.

A prefeitura de São Paulo deve atuar em estreita parceria com o Governo do Estado, com o objetivo de reduzir a taxa de mortalidade infantil da cidade até 2022 para o patamar de 5 por mil nascidos vivos, valor verificado atualmente nos países desenvolvidos e que também representa o melhor valor observado na cidade hoje - na subprefeitura de Pinheiros.

Na primeira semana após o parto, deve se intensificar os cuidados com o recém-nascido e a mãe, período em que se concentram os óbitos. Para melhorar o atendimento e reforçar ao vínculo entre mãe e recém-nascido, as unidades básicas de saúde, os hospitais e as maternidades devem: realizar avaliação da mulher e do recém-nascido, atenta à saúde mental da parturiente; promover orientação e apoio ao aleitamento materno; aplicar as vacinas necessárias à mãe e ao recém-nascido; (d) realizar o teste do pezinho; promover orientação para contracepção; realizar agendamento de consulta futura da mãe e do bebê. Essas são as orientações do Ministério da Saúde reunidas na estratégia denominada “Primeira Semana: Saúde Integral”, que a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo deve seguir.

Outro compromisso prioritário que a Secretaria deve garantir é que existam leitos para as parturientes e leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para mãe e neonatal, com equipe especializada. Na Maternidade do Hospital Interlagos (Zona Sul), referência na cidade de São Paulo e uma das maiores do município, em fevereiro de 2011, grávidas com bolsa rompida ficaram mais de seis horas nos corredores esperando atendimento e leito. Familiares às vezes precisam chamar a polícia para conseguir internar a grávida, porque o hospital não quer receber. O Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros (Zona Leste) atende um grande número de gravidez de risco, com casos de média e alta complexidade, mas não possui UTI para as mães. Situações como essas precisam ser eliminadas pela Secretaria Municipal de Saúde, para melhorar a eficiência no combate à mortalidade infantil e materna na cidade.

REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL DA CIDADE ATÉ 2022 PARA O PATAMAR DE 5 POR MIL NASCIDOS VIVOS, VALOR VERIFICADO ATUALMENTE NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

MORTALIDADE MATERNA

Por morte materna, compreende-se o falecimento de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela.

A taxa de mortalidade materna da cidade de São Paulo não é das mais elevadas do país, mas sua perpetuação no tempo preocupa, revelando uma incapacidade do sistema de saúde de lidar com o problema (Ver Gráfico 2). Dados da Fundação Seade, para 2009, revelam uma taxa de 53,34 mortes por 100 mil nascidos vivos de mães residentes.

A qualidade do registro desse tipo de óbito tem melhorado bastante ao longo do tempo em todas as regiões do país, o que pode explicar em parte a elevação da taxa nos anos

JÁ FOI FEITO	MÉTODO MÃE CANGURU
<p>O Método Mãe Canguru é um tipo de humanização e assistência neonatal, desenvolvido na Colômbia, a partir da década de 1970, que implica no contato precoce pele a pele entre a mãe e o bebê prematuro, pelo tempo que quiserem. O bebê prematuro permanece “amarrado” ao corpo da mãe, ou do pai. O método possui inúmeras vantagens. A “colonização” do recém-nascido com a flora da própria mãe diminui o risco de infecção hospitalar. Promove a aceleração da velocidade de crescimento do bebê. Melhora a termorregulação, o padrão respiratório e o desenvolvimento neuropsicomotor do recém-nascido. Estabelece melhor vínculo afetivo entre a mãe e o recém-</p>	<p>nascido, com efeitos sobre intensificação da lactação e prolongamento do aleitamento materno. É um método simples e de baixo custo. Na cidade de São Paulo, o Hospital Maternidade Escola de Vila Nova Cachoeirinha, foi habilitado, em 2004, como Centro de Capacitação para o Método Mãe Canguru, sendo o único da rede pública do município de São Paulo a ter essa habilitação. A prefeitura deve utilizar o conhecimento acumulado pelo Hospital da Vila Nova Cachoeirinha para capacitação da rede hospitalar do município, que deve disponibilizar esse método. Esse procedimento é um forte aliado no combate à mortalidade infantil.</p>

recentes. Todavia, a melhora no registro é acompanhada da intensificação da incidência desse problema de saúde pública, como é observado na cidade de São Paulo. Os piores resultados estão localizados nas subprefeituras de Itaim Paulista (172,92 mortes por 100 mil nascidos vivos), São Mateus (143,18), Cidade Tiradentes (136,39), Guaianases (127,25), Jaçanã/Tremembé (115,85) e Lapa (114,48)⁹.

A mortalidade materna é uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres que precisa ser impedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Principalmente porque pode ser evitável em 92% dos casos.

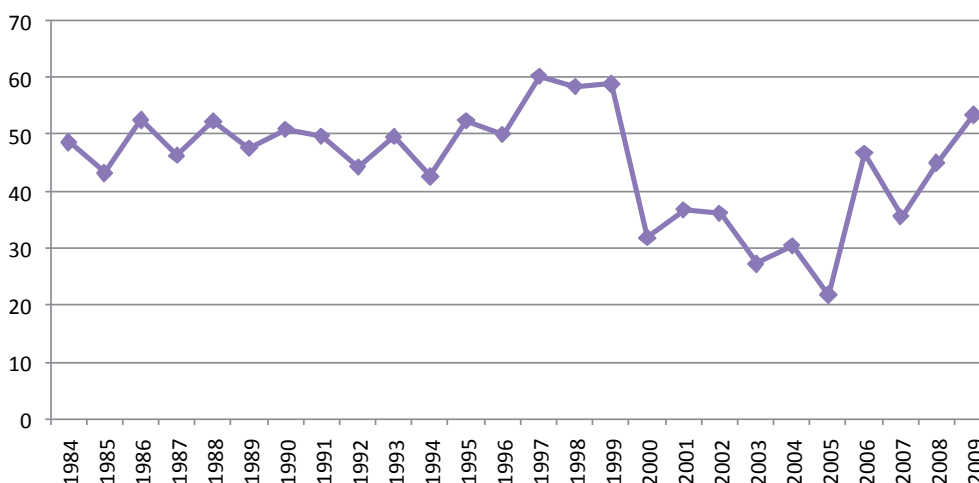
O combate à mortalidade materna envolve o fortalecimento da atenção pré-natal e a assistência ao parto. As ações devem integrar todos os níveis de atendimento: promoção, prevenção e assistência à saúde da gestante e do recém-nascido, desde os serviços ambulatoriais básicos aos hospitalares para situações de alto risco.

O Manual Técnico do Ministério da Saúde sobre Pré-Natal e Puerpério/Atenção Qualificada e Humanizada define como parâmetro ideal, que a gestante tenha no mínimo seis consultas pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo trimestre e três no terceiro trimestre da gestação, a fim de evitar a descontinuidade no acompanhamento.

Dados da Secretaria Municipal de Saúde mostram que, em 2009, existiam na cidade 2.320 gestantes que não realizaram nenhuma consulta pré-natal, 7.245 que realizaram de uma a três consultas e 33.797 mulheres que realizaram de quatro a seis consultas.

⁹ DADOS DE 2009, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (PRO-AIM).

GRÁFICO 2. TAXA DA MORTALIDADE MATERNA
 Por cem mil nascidos vivos de mães residentes,
 município de São Paulo, 1984-2009



Fonte: Seade/Secretaria Municipal de Saúde. Elaboração: São Paulo 2022.

Como forma de combate à mortalidade materna e também infantil, a prefeitura deve garantir que todas as gestantes realizem no mínimo seis consultas do tipo pré-natal. Para isso, campanhas públicas de esclarecimento das mulheres devem apontar a importância dessas consultas. A prefeitura pode articular a participação do PSF, para acompanhamento da grávida em toda a gestação e período pós-parto.

COMO FORMA DE COMBATE À MORTALIDADE MATERNA E TAMBÉM INFANTIL, A PREFEITURA DEVE GARANTIR QUE TODAS AS GESTANTES REALIZEM NO MÍNIMO SEIS CONSULTAS DO TIPO PRÉ-NATAL

O Ministério da Saúde, por meio do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, define ainda que a mãe deve ser assistida por mais uma consulta até 42 dias após o parto.

Além disso, um pré-natal bem feito é importante na redução do baixo peso ao nascer, que é um fator de risco para a mortalidade neonatal e infantil. Dados de 2009, do Sistema de Informações de Nascidos Vivos, da Secretaria Municipal de Saúde, mostram que 9,76% das crianças nascidas vivas na cidade tinham menos de 2,5 kg.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência é um problema social que atinge principalmente a classe social mais carente e de menor escolaridade, sendo na maioria das vezes não planejada. Suas conseqüências podem aumentar as situações de pobreza, quando, por exemplo, mães e pais jovens abandonam as escolas para cuidar dos filhos ou trabalhar. Também é comum as adolescentes grávidas serem discriminadas e abandonadas pelas famílias.

A intervenção sobre o problema envolve uma perspectiva integrada. Uma das razões para ser um objeto da saúde pública é que a prematuridade e o baixo peso ao nascer ocorrem mais em filhos de adolescentes do que de mulheres adultas. Logo, é necessário um modelo de atenção diferenciado para as adolescentes grávidas. A saúde pública também é responsável pelo planejamento familiar e pela saúde reprodutiva da mulher, que tem direito ao acesso a métodos anticoncepcionais e informações de orientação sexual independente da sua idade.

Uma ação importante que a prefeitura, via secretaria de Saúde e de Educação, deve realizar visando à redução da gravidez indesejada na adolescência é, em parceria com o governo do estado, promover educação sexual contínua e transversal nas escolas. No entanto, na avaliação de alguns especialistas, a experiência passada revela que as escolas paulistanas precisam reorientar sua pedagogia para ter melhores resultados.

O sistema escolar tende apenas repassar informações sobre métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis, sem, no entanto, promover espaços de reflexão entre os adolescentes, para que possam discutir os relacionamentos, as emoções, os valores, os tabus, as crenças e o seu cotidiano.

Não é por falta de informação que as adolescentes engravidam. Pesquisa conduzida pela Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com jovens atendidas na Casa do Adolescente de Pinheiros, revelou que mais da metade das mães adolescentes tinham pelo menos oito anos de estudo.

Em suma, uma orientação sexual adequada abrange o desenvolvimento sexual compreendido por múltiplas dimensões: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. O ideal é que não exista um momento específico para se falar sobre sexo nas escolas. Seja na educação física ou nas classes de artes, se o assunto surgir, o professor deve estar preparado para abordá-lo. Decorre daí a importância de que todos os profissionais da rede escolar recebam capacitação.

O treinamento é essencial porque muitos adultos ainda se sentem constrangidos com o assunto, incluindo o caso dos profissionais de educação. Também, independente da formação cultural, essas pessoas devem ser orientadas para promover uma educação sexual libertadora, que permita ao jovem capacidade de escolha com responsabilidade, eliminando sentimentos de culpa.

Embora a educação sexual promovida nas escolas seja extremamente importante para redução da taxa de gravidez precoce, ela não elimina a demanda de que o contexto psicossocial dos lares onde ocorre a gravidez indesejada da adolescente seja compreendido e trabalhado. O envolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e da equipe do Programa Saúde da Família é útil para a abordagem familiar que essa temática exige.

É comum uma dupla reincidência da gravidez precoce indesejada nos lares pobres. Adolescentes engravidam mais de uma vez e mães que foram mães adolescentes no passado, veem a sua história, que é contada agora por suas filhas adolescentes.

Para o combate à gravidez precoce, a prefeitura de São Paulo deve envolver diferentes secretárias e órgãos municipais e estaduais. Em 2009, o percentual de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos, era de 12,73% na cidade de São Paulo, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde.

Subprefeituras de localidades mais carentes, como Parelheiros, Cidade Tiradentes e São Miguel, apresentavam taxas ainda mais superiores, respectivamente, 18,93%; 18,58%; 17,69%. Especialmente nessas regiões, é preciso oferecer estrutura assistencial adequada, que dê apoio para que as mães e pais adolescentes não abandonem os estudos, que garanta a provisão de segurança alimentar e nutricional e, que, no caso de abandono familiar, a mãe e o bebê sejam recebidos por Casas de Acolhida.

A distribuição de preservativos é uma medida simples que pode ajudar no combate à gravidez precoce, além da sua função preventiva a doenças sexualmente transmissíveis. Contudo, o modelo de distribuição precisa ser revisto. Geralmente, o sistema de saúde exige preenchimento de cadastro para a sua retirada gratuita, que poderia ser menos burocratizada. No caso do público jovem, está em andamento uma ação piloto promovida pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS, que é a instalação de máquinas de camisinhas nas escolas.

Alguns setores da sociedade são contra. Acham que a escola já está sobrecarregada de responsabilidades e que a distribuição pode incentivar o ingresso do jovem na vida sexual cada vez mais cedo. No entanto, a medida do Ministério da Saúde é baseada em pesquisa feita em parceria com a Unicef, que constatou que os jovens entre 13 e 19 anos têm vida sexual ativa, mas encontram dificuldade de acesso ao preservativo. Diante desse diagnóstico, o Ministério defende que preservativos poderiam ser disponibilizados em todo e qualquer lugar e não exclusivamente nos equipamentos de saúde.

Nas máquinas, os adolescentes do ensino médio digitam uma senha e retiram o seu preservativo. Cada escola decide onde vai instalar a sua, mas a ideia é que fiquem em locais onde os alunos possam retirar sua camisinha com discrição, como nos banheiros. As escolas não são obrigadas a receber a máquina, mas a escola que aceitar a oferta do Ministério da Saúde deve promover campanhas e discussões sobre educação sexual.

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo pode também ampliar a distribuição e incentivar o uso da camisinha feminina em todas as faixas etárias, o que dá maior autonomia à mulher. Conforme será visto a seguir, a incidência de AIDS entre as mulheres tem crescido na cidade e precisa ser combatida.

AIDS

Segundo Boletim Epidemiológico Preliminar do Estado de São Paulo 2010, entre o período de 1980 até 2010, 75.526 casos notificados de AIDS foram contabilizados na capital. O número de registros tem caído bastante ao longo do tempo, mas, ainda assim, somente em 2010, 572 novos informes foram oficializados na cidade.

Diferentemente do que ocorria no início da disseminação dessa doença, a taxa de incidência da contaminação significativamente superior entre os homens em relação à das mulheres não é mais a realidade. Em 1980, no Brasil, a razão de sexo dos casos de AIDS era de 15,1, a favor do masculino. Em 2008, esse valor já tinha caído para 1,5¹⁰.

O processo de “feminilização” da AIDS preocupa em razão do contexto sobre o qual o tema recebe atenção por parte da população em geral e o perfil das mulheres infectadas. Com o surgimento de novos medicamentos e tratamentos para a doença, que ampliaram a expectativa e qualidade de vida do infectado, a AIDS parou de preocupar tanto as pessoas. Deixou de ser considerada uma enfermidade apavorante e que mata, com reflexos no afrouxamento das atitudes de prevenção por parte da população, contribuindo para continuidade de sua disseminação.

O crescimento da AIDS entre as mulheres toca numa questão delicada, que é a disseminação da doença entre as mulheres monogâmicas com relação estável, especialmente dentre as donas de casa. Não há uma cultura de uso de preservativo nesse perfil de relação e o debate do assunto pelo casal nem sempre é fácil de ser introduzido pela mulher.

Dados da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (Pro-Aim) revelam que, enquanto o número de homens que morreram em decorrência da AIDS reduziu de 1.750, em 1991, para 647, em 2009, no caso das mulheres, o número de mortes aumentou de 297 para 323. Uma medida imediata que deve ser tomada é a realização de contínuas campanhas em massa, que informem sobre o problema e incentivem as mulheres a procurarem as unidades de saúde para realização de exame de AIDS.

No caso de mães infectadas, é possível que o bebê nasça saudável quando recebe tratamento adequado, mas, para isso, é preciso identificar o quanto antes a doença na mãe. O exame de AIDS deve, portanto, fazer parte da rotina do pré-natal.

Para melhor planejamento do tratamento da enfermidade, um primeiro passo é conhecer o tamanho do problema, ou seja, ampliar o conhecimento sobre o número de mulheres infectadas na cidade. Quanto mais cedo a AIDS for diagnosticada, aumentam-se as chances de eficácia do tratamento e de manutenção da qualidade de vida do paciente.

As campanhas devem envolver muitas e diversificadas parcerias, com organizações não governamentais, escolas, empresas, unidades do PSF, órgãos de classe, visando atingir mulheres de diferentes idades e condições sociais. Tais instituições podem ajudar na distribuição de cartilhas e informativos ou mesmo sediar grupos de discussão ou atividades socioeducativas, como peças de teatro, que abordem de forma lúdica e mais participativa o tema entre as mulheres.

Como decorrência das campanhas, a Secretaria Municipal de Saúde deve se preparar para poder atender ao provável aumento da procura por esses exames.

10 A RAZÃO DE SEXO É CALCULADA DIVIDINDO-SE O NÚMERO DE CASOS DE AIDS EM HOMENS PELO NÚMERO DE CASOS EM MULHERES, DIAGNOSTICADOS EM UM ANO DETERMINADO, POSSIBILITANDO AVALIAR QUAL SEXO É PREDOMINANTE.

Embora no período recente a AIDS esteja atingindo mais as mulheres, a falta de prevenção à doença é ainda verificada em outros perfis, por exemplo, entre homens heterossexuais e bissexuais, profissionais do sexo, usuários de drogas, população carcerária. A intensificação das ações de prevenção sobre as mulheres não significa que os demais públicos devam ser esquecidos.

Em termos de gestão pública, num segundo momento, quando a doença já existe, a Secretaria Municipal de Saúde tem responsabilidade pelo atendimento digno do paciente. Isso significa que as unidades de saúde devem ter leitos disponíveis e equipe especializada. O poder público municipal também tem de garantir o fornecimento ininterrupto de medicamentos antirretrovirais a 100% das pessoas que vivem com AIDS. É importante facilitar o seu acesso, com pontos de distribuição em todos os distritos da cidade.

Na verdade, a distribuição gratuita de medicamentos é uma medida que contribui para reduzir os custos com internação, ao mesmo tempo em que promove o direito ao tratamento. A prefeitura de São Paulo precisa estar articulada com os programas federais de assistência farmacêutica e promover uma boa gestão da distribuição gratuita dos remédios, sem risco de falta de estoque.

DESNUTRIÇÃO INFANTIL E OBESIDADE

À primeira vista pode parecer contraditório, mas a desnutrição infantil e a obesidade são dois problemas de saúde pública que podem ocorrer simultaneamente em uma mesma comunidade carente.

O primeiro tem relação com a insuficiência de alimentos e no segundo, embora ocorra o acesso à alimentação, essa não se dá de forma adequada. A falta de recursos é o denominador comum. A insuficiência de renda dificulta a aquisição de alimentos adequados em termos nutricionais e a população pobre, com acesso a renda limitada, tende a consumir alimentos mais baratos, que promovem uma saciedade imediata, mas que são menos saudáveis e intensamente calóricos. Soma-se ao segundo caso a pouca disponibilidade de equipamentos, oportunidades e serviços de atividades físico-esportivas nas comunidades mais carentes.

A desnutrição infantil no Brasil caiu drasticamente nos últimos anos, muito em parte em função da atuação de organizações não-governamentais, que atuaram diretamente no monitoramento do peso das crianças em sistema de rede social comunitária. A Pastoral da Criança teve papel fundamental nesse sentido¹¹.

11 A PASTORAL DA CRIANÇA DESENVOLVEU NACIONALMENTE UMA AMPLA REDE COMUNITÁRIA BASEADA EM VOLUNTÁRIOS, EM SUA MAIORIA MULHERES, QUE REALIZAM AÇÕES DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, EM GRANDE PARTE POR MEIO DE VISITAS DOMICILIARES EM ESTRITO CONTATO COM AS FAMÍLIAS POBRES. SÃO MAIS DE 261 MIL PESSOAS ACOMPANHANDO MAIS DE 1,8 MILHÃO DE CRIANÇAS E 95 MIL GESTANTES, EM MAIS DE 42 MIL COMUNIDADES DE 4.066 MUNICÍPIOS BRASILEIROS (WWW.PASTORALDACRIANCA.ORG.BR). A MULTIMISTURA DE FARELO DE ALIMENTOS, UM COMPOSTO ALIMENTAR DESENVOLVIDO PELA PASTORAL DA CRIANÇA, DE ALTO VALOR NUTRITIVO E BAIXO CUSTO, É OFERECIDO PARA AS CRIANÇAS DESNUTRIDAS, COM ÓTIMOS RESULTADOS NO COMBATE À DESNUTRIÇÃO INFANTIL.

JÁ FOI FEITO	ACADEMIA DA CIDADE EM RECIFE
<p>De Recife, em Pernambuco, vem mais uma experiência a ser seguida: o Programa Academia da Cidade. O destaque dessa experiência é o reconhecimento do professor de Educação Física como profissional integrante do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>Segundo informações da Secretaria de Saúde de Recife, o programa foi instituído para requalificar espaços públicos, atrair a população para o uso desses locais, estabelecer maior diálogo com a rede de saúde e, principalmente, concretizar uma nova realidade, que inclui os profissionais de educação física em programas de saúde. Essa iniciativa, criada em 2002, realiza cerca de 30 mil atendimentos por mês, em 19 pólos espalhados por toda cidade (praças, parques e à beira-mar), que oferecem gratuitamente atividades físicas monitoradas.</p>	<p>Longe de ser uma iniciativa localizada, pretende ser uma mudança de paradigma no interior do sistema de saúde, que já investiu em torno de R\$ 11 milhões na requalificação e construção dos pólos, recursos humanos e equipamentos técnicos. A prefeitura recifense sancionou em lei criando um total de 120 cargos para profissionais de educação física.</p> <p>Defende-se que o modelo de Academia da Cidade de Recife seja seguido pela prefeitura de São Paulo. Não significa espalhar pólos gratuitos de práticas físico-esportivas pela cidade, o que por vezes existe, mas estabelecer interlocução entre os profissionais de Educação Física com o sistema municipal de saúde. As comunidades carentes devem ser privilegiadas no estabelecimento de ações conjuntas das áreas de saúde e de esportes nesses pólos.</p>

No nível local, a Associação para a Saúde/Núcleo Paulista tem experiência na recuperação nutricional de crianças moradoras de favelas de São Paulo. Um dos seus projetos é a instalação de unidades no interior das comunidades, que prestam atendimento a crianças desnutridas em regime de semi-internato, denominadas de Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren). Na prática, essas unidades aliam sistema de educação infantil (creche) a métodos e cuidados voltados para a recuperação de crianças diagnosticadas com desnutrição.

O ambulatório é especializado em identificação de estados de desnutrição. Ao ser identificado que a criança está desnutrida, adotam-se medidas para que ela possa ser tratada em regime de semi-internato e é imediatamente matriculada na creche. O cronograma de atividades estabelece o prazo médio de 24 meses para que a criança atinja peso e estatura saudáveis compatíveis com a sua idade.

A metodologia de trabalho fundamenta-se na necessidade de estabelecer um vínculo de confiança entre a equipe e a família da criança. São realizadas visitas domiciliares periódicas às famílias assistidas. As equipes das unidades são interdisciplinares, com profissionais de áreas diversas: pediatra, enfermeiro, nutricionista, psicólogo, assistente social e pedagogo.

Recentemente, a prefeitura de São Paulo realizou convênio de parceria com a Associação para Saúde, para instalação de uma unidade do Cren na Vila Jacuí (Zona Leste). Prevê atendimento educacional e nutricional a 60 crianças na faixa etária de zero a cinco anos e 11 meses de idade, sendo que 20 devem ter até um ano e 11 meses.

Defende-se que essa parceria de apoio às crianças desnutridas e suas famílias seja expandida, de forma que até 2022, ao menos uma unidade do CREN ou de modelo similar exista em cada favela da cidade e em todas as comunidades consideradas vulneráveis da capital paulista. Ainda que a desnutrição infantil tenha diminuído bastante no Brasil e na cidade de São Paulo, ela demanda um monitoramento e tratamento contínuos.

A iniciativa do Cren é também importante para prevenção da obesidade futura, já que crianças desnutridas são mais propensas a desenvolver, na vida adulta, obesidade, colesterol alto, diabetes e pressão alta.

PROMOVER ESPAÇOS PÚBLICOS SEGUROS BASEADOS NA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA

A partir da década de 1990, a segurança pública passou a ser considerada problema fundamental e principal desafio ao Estado de Direito no Brasil. À medida que o sentimento de insegurança generalizado entre os cidadãos se difundiu, o tema ganhou enorme visibilidade, com presença nos debates tanto de especialistas como do público em geral.

As administrações municipais, em parte preocupadas com o reflexo desse sentimento entre a população em geral e, principalmente, entre seus eleitores, se viram obrigadas a internalizar o tema nas agendas de políticas e ações, abrindo novas possibilidades de intervenção no nível comunitário e de estabelecimento de parcerias entre as esferas municipal, estadual e federal. A saber, a gestão da segurança pública é constitucionalmente uma atribuição dos estados.

Do ponto de vista da vida urbana, a sensação de insegurança contribui para o esvaziamento do espaço público, da rua, da cidade e, sobretudo, do convívio e das trocas socioculturais geradas em ambientes públicos. Enquanto prevalecer tal sensação, pode-se dizer que a valorização do bairro, do trânsito a pé e da vida cultural de São Paulo pode estar comprometida.

Do ponto de vista da administração da segurança pública, a percepção de insegurança precisa ser modificada, porque os estudos e evidências apontam que o combate à violência passa por um trabalho de parceria entre a polícia e a população. Todavia, se a população não confia na polícia, surgem entraves a um trabalho cooperativo que, por sua vez, dificulta o sucesso nas operações da polícia, num ciclo vicioso negativo.

A seguir, são apresentadas orientações de políticas consideradas prioritárias para a construção de uma cidade inclusiva, segura e próspera até 2022. Tais

PERCEPÇÃO SOCIAL

Pesquisa sobre a Percepção Social a cerca da Segurança realizada pelo IPEA revelou que, na região Sudeste, 78,4% dos entrevistados têm muito medo de ser assassinado; apenas 3% confiam na polícia (militar e civil); e 10,4% consideram ótimo o atendimento prestado por ela.*

* [HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR/PORTAL/IMAGES/STORIES/PDFS/SIPS/110330_SIPS_SEGURANAPUBLICA.PDF](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/sips/110330_sips_seguranapublica.pdf)

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Considera-se que as instituições policiais não podem, sozinhas, dar conta da segurança pública. Isso porque o fenômeno da violência e da criminalidade é extremamente complexo, multifacetado e dinâmico, exigindo abordagem integrada, multissetorial e que envolva a sociedade como um todo na busca de soluções efetivas e sustentáveis. Iniciativas que acionem apenas as instituições policiais ou de justiça criminal pecam por serem pontuais, muitas vezes desarticuladas, e que intervêm sobre o resultado do problema, ao invés de atacar as causas enraizadas no contexto social e individual que levam aos atos de violência. Muitos dos crimes envolvem articulações em redes por parte dos infratores, que extrapolam o espaço e competência do município, necessitando um esforço coletivo de inteligência e de trabalho de combate entre organizações de todo o território brasileiro. O caso mais evidente é o tráfico de drogas. A segurança pública deve ser compreendida como reflexo do desenvolvimento social, econômico e político, portanto, quando algumas dessas dimensões estão inadequadamente desenvolvidas, há possibilidade de efeitos sobre a insegurança social. Diante dessa perspectiva, o poder

público passa a adotar uma postura proativa e o foco se amplia do combate unicamente ao bandido para a promoção da qualidade de vida do cidadão. Experiência nesse sentido é o projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que tem ação complementar e integrada por meio da provisão de serviços sociais públicos através da UPP Social.

A política de segurança pública deve abandonar uma prática tradicional que concentra esforços na repressão ao crime e passar a adotar uma abordagem focada na prevenção, redução e controle da criminalidade.

É preciso construir uma cultura de paz e de justiça social pela sociedade. A solução arranjada pela elite da cidade de se enclausurar em condomínios gradeados, com uso intensivo de segurança privada, contribui para aumentar a segregação social em São Paulo e para fugir de debates mais amplos que façam o problema da segurança pública emergir para uma discussão em que todos os setores da sociedade estejam comprometidos com a busca de soluções. Nesse sentido, pode-se considerar que não é a polícia que deve ser refundada, mas a sociedade como um todo.

diretrizes se baseiam em cinco princípios norteadores¹² sobre a concepção de segurança pública que se quer para a capital paulista.

PROVISÃO DE ESTATÍSTICAS, DIAGNÓSTICOS E MONITORAMENTO PARA GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Informações sobre inseguranças, fatores de risco e de proteção, além do progresso e do impacto de políticas, programas e ações são subsídios essenciais para o desenvolvimento de políticas municipais de segurança pública.

¹² VER PRINCÍPIOS NORTEADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA, P. XXX.

É uma área que, em termos de sistema de dados, padece de problemas: defasagem temporal, diferentes metodologias operacionais para definição de indicadores e para coleta de informações, abrangência espacial precária e com impossibilidade de análises com outros recortes geográficos.

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA DE SÃO PAULO DESENVOLVA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE, COM A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS COM REGISTRO DE INDICADORES OS MAIS DIVERSOS POSSÍVEIS

Defende-se que a prefeitura de São Paulo desenvolva uma política de segurança pública eficiente, com a construção de uma base de dados com registro de indicadores os

mais diversos possíveis – para identificar as principais tipologias e matrizes criminais (homicídio, posse de entorpecentes, tráfico de entorpecentes, furto de veículos, roubo de veículos, sequestros, delinquência juvenil, violência doméstica etc.) – que venha a ser mantida ao longo do tempo.

O objetivo é que a segurança pública venha a ser uma política de Estado ao invés de política de governo, na qual, paulatinamente, a administração municipal possa ter ao seu dispor um diagnóstico mais rico para subsidiar seus programas de ação e monitorar o

alcance de objetivos e metas estabelecidos. A construção dessa base de dados com o mais variado conjunto de informações é fundamental para fugir-se do risco da generalização.

É importante que a unidade de análise contemple os distritos de São Paulo. Essa medida permite uma primeira aproximação aos padrões espaciais de violência e insegurança na cidade, que *in loco*, por meio de equipes multidisciplinares, podem ser investigados com maior precisão acerca de suas causas e dos seus contextos sociais. Ademais, mapas georreferenciados, que podem ser construídos a partir das informações no nível dos distritos, permitem à prefeitura deslocar o patrulhamento para as áreas de maior criminalidade.

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INTELIGÊNCIA

Conforme defende a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o centro de inteligência deve ser elemento constituinte de um projeto de modernização da polícia civil. Isso porque ele viabiliza o funcionamento de um único sistema informatizado, congregando todos os bancos de dados existentes, devidamente interconectados, rejeitando

DEFENDE-SE QUE O SISTEMA DE POLÍCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO SEJA ORGANIZADO EM TORNO DE UM CENTRO DE INTELIGÊNCIA ATIVO

a co-existência de programas paralelos que acarretem na fragmentação ou compartimentalização de dados e saberes. Deve ser, portanto, a base técnica de uma política permanente de análise estratégica, planejamento e adoção de medidas de execução tático-operativas pelas unidades de polícia de ponta.

O centro de inteligência é um dos grandes responsáveis pelo padrão de eficiência da polícia em termos de prevenção e combate ao crime. Defende-se que o sistema de polícia da cidade de São Paulo seja organizado em torno de um centro de inteligência ativo, a atuar em quatro níveis de ação: ensino e pesquisa (Academia de Polícia), administração tático-operativa, administração logística, correição.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA

Uma medida simples e direta é que os profissionais da segurança sejam valorizados por meio do oferecimento de melhores condições de trabalho, aperfeiçoamento e capacitação profissional e de remuneração, compatível com as peculiaridades e a relevância da atividade que exercem. Em 2010, o Estado de São Paulo encontrava-se em 26º lugar no ranking das 27 unidades da federação que pagavam a pior remuneração para um policial em início de carreira; no exercício de atividades de menor complexidade (R\$ 1.432,00).

A baixa remuneração pode ser um estímulo para o policial fazer dupla jornada de trabalho, por exemplo, oferecendo serviços de segurança informal no âmbito privado, sobrecarregando mental e psiquicamente o profissional que já vive, por conta da natureza do seu ofício, sob estresse.

O oferecimento de melhores condições de trabalho também objetiva diminuir o estresse desnecessário do profissional quando se vê diante de exposição da sua vida pessoal a situações de insegurança, porque a estrutura da polícia muitas vezes pode não oferecer as mínimas condições adequadas. Exemplo disso são situações como, num confronto, o bandido apresentar-se bem mais equipado e com melhor armamento ou o carcereiro ser diariamente exposto a risco de rebelião por falta de infraestrutura adequada dos. A provisão de melhores condições de trabalho não envolve apenas a infraestrutura e equipamentos, mas a formação técnica que os profissionais devem receber para o exercício da sua atividade.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), coordenado pelo Ministério da Justiça, oferece oportunidades de formação e valorização dos profissionais de segurança por meio de duas iniciativas: Bolsa-Formação e Rede de Educação à Distância. A prefeitura e governo do estado de São Paulo devem aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Pronasci, firmando parceria com o governo federal e orientando seus profissionais em como ter acesso às iniciativas ofertadas.

O programa Bolsa-Formação foi criado para incentivar a qualificação profissional e contribuir com a redução das disparidades salariais. Os profissionais que receberem até R\$ 1,4 mil (policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários e peritos) ganham bolsa de R\$ 180 a R\$ 400. Para ter acesso ao incentivo, o interessado deverá participar a cada 12 meses de cursos de qualificação profissional que são oferecidos ou reconhecidos pelo Ministério da Justiça.

Por meio da Rede de Educação à Distância, policiais civis, militares, peritos, bombeiros e agentes penitenciários são capacitados em temas como direitos humanos e cidadania, tráfico de pessoas, criminalidade e prevenção, uso moderado da força e combate à lavagem de dinheiro. A capacitação ocorre em telecentros onde os profissionais têm acesso a computador e às transmissões da TV corporativa de educação em segurança pública.

OS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA DEVEM SER VALORIZADOS POR MEIO DO OFERECIMENTO DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DE REMUNERAÇÃO

A valorização do profissional da segurança pública se dá também no campo do status social. Muitos profissionais sentem-se desmotivados ou prejudicados por preconceito da sociedade, que considera toda a categoria corrupta. Conforme as pesquisas de percepção apontam, a maioria da população não confia nos policiais.

A reversão desse sentimento pode ser obtida por meio de campanhas públicas, que divulguem práticas e comportamentos de sucesso de profissionais honestos, dedicados e comprometidos com a corporação e com a sociedade paulistana. A ideia central a ser trabalhada é que apenas uma parte da corporação pode estar corrompida e, como em qualquer profissão, generalizações são injustas. Associado a essa ideia, é importante infor-

PARA COMBATER
A CORRUPÇÃO,
DEFENDE-SE O
FORTALECIMENTO
DAS CORREGEDORIAS
DA POLÍCIA CIVIL
E MILITAR E DA
OUVIDORIA DA
POLÍCIA DO ESTADO

mar medidas que estão sendo tomadas no sentido de combate à corrupção – apontando uma recusa a esse comportamento e informando que o sistema de segurança pública trabalha empenhado nessa mudança de direção.

A imprensa e organizações do terceiro setor devem ser parceiros nesse esforço promovido pelas campanhas. Outra ideia é a realização de premiações, como já faz o Instituto Sou da Paz com o prêmio Polícia Cidadã, de reconhecimento de boas práticas policiais.

Outra medida positiva para reverter essa percepção negativa do sistema policial é o aumento do policiamento comunitário, que se baseia numa maior interação entre a corporação policial e a população. Esse maior contato pode desfazer ideias pré-concebidas da população em relação à polícia e estimular o estabelecimento de relações de confiança. O policial comunitário recebe treinamento em direitos humanos, ética e cidadania.

ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO

O combate à corrupção é estratégico para a modernização da polícia e para uma melhor relação com a sociedade. Para combater a corrupção, defende-se o fortalecimento das Corregedorias da Polícia Civil e Militar e da Ouvidoria da Polícia do Estado, que atuam como órgãos de controle interno das corporações policiais. Essa medida é sugerida pelo Pronasci.

DEFENDE-SE QUE O
MODELO DE POLÍCIA
COMUNITÁRIA DEVE
SER TOMADO COMO
REFERÊNCIA PARA O
DESENVOLVIMENTO
DE UMA POLÍTICA DE
SEGURANÇA CIDADÃ

Essas corregedorias precisam ser ativas no recebimento de denúncias de atos ilegais e arbitrários cometidos pelos policiais civis e militares e, especialmente, garantir agilidade no julgamento e na transparência dos resultados. A divulgação dessas informações permite o controle social desses órgãos por parte da sociedade civil e auxilia o combate à impunidade.

Além do aperfeiçoamento e do papel mais ativo desses órgãos, é importante fortalecer o papel da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, que é mais um meio de recebimento de denúncias e, principalmente, um canal para recebimento de demandas que podem ser acolhidas pelo sistema de segurança, numa efetiva parceria entre sociedade civil e setor público para construção de espaços públicos mais seguros.

JÁ FOI FEITO	JUVENTUDE E POLÍCIA
<p>Projeto inovador promovido pela ONG AfroReggae, o Juventude e Polícia estabeleceu parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. A ONG do Rio de Janeiro, com experiência em intervenção cultural junto a moradores jovens de favelas dominadas pelo tráfico, passou a aplicar sua metodologia com os policiais de Minas Gerais. Os policiais participam de workshops de percussão, grafite, vídeo, circo, dança e teatro. Realizam apresentações de shows dentro dos batalhões e foi criada uma banda de policiais capacitados a se apresentarem em público, como forma de valorizar a iniciativa dos policiais que forem treinados. O projeto parte do pressuposto de que as relações entre a polícia e os jovens, sobretudo</p>	<p>os jovens dos aglomerados e das periferias das grandes cidades, são conflituosas e quase sempre baseadas em estereótipos de ambas as partes. Portanto, tem como objetivo, por meio de expressões artísticas que são próprias da juventude, reduzir as barreiras que possam existir entre o policial e o jovem, estabelecendo um diálogo entre “cultura do policial” e “cultura do jovem”. Ao mesmo tempo, busca produzir uma nova imagem da polícia, associada positivamente à cultura e à arte e dissociada dos estereótipos de violência e discriminação e produzir uma nova imagem dos jovens moradores de aglomerados e favelas dissociada dos estereótipos da criminalidade.</p>

AMPLIAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Defende-se que o modelo de polícia comunitária deve ser tomado como referência para o desenvolvimento de uma política de segurança cidadã, porque estreita os laços entre polícia e sociedade e atua em conjunto com os moradores dos bairros. O policial assume novas responsabilidades no sentido de dialogar com a comunidade e, com isso, pode passar a entender as causas dos problemas, para além de uma ação repressora focada em prender criminosos.

Grande vantagem desse modelo é que valoriza os princípios dos direitos humanos, portanto, reduz consideravelmente a incidência de violações aos direitos do cidadão. Isso porque sua prática permite a instauração de controles internos informais à atuação da polícia, por meio da maior aproximação com os moradores, que podem acompanhar de perto as ações da polícia em sua localidade.

Para ser efetivo no combate à criminalidade, o modelo do policiamento comunitário exige utilização de um grande número de policiais, uma estrutura mais flexível por parte da polícia, que favoreça a autonomia do policial na resolução dos problemas, uma ação permanente no tempo e a baixa rotatividade dos policiais em cada bairro, de forma que a confiança seja estabelecida com a comunidade e que esta passe a colaborar no desfecho dos crimes.

PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos e, portanto, precisa ser combatida. Inclui diferentes manifestações como: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, prostituição forçada, tráfico de mulheres, mutilação genital, violência racial.

Estudos revelam que, além do ato da violência em si (agressão física e/ou sexual e/ou psicológica), podem ocorrer diversas repercussões e influências para a saúde das mulheres, como abuso de drogas e álcool, queixas vagas, cefaleia, distúrbios gastrointestinais, depressão, suicídio e outros sofrimentos psíquicos, que aumentam a gravidade desse problema social.

Frequentemente, o alto consumo de álcool pelo parceiro e a exposição de crianças à violência doméstica (no papel de vítima ou de testemunha) aparecem como fatores associados à violência conjugal física contra a mulher.

A Lei Maria da Penha¹³ aparece como marco na mudança do combate à violência contra a mulher, tratando o ato de violência em suas especificidades. Ela foi criada para proteger as mulheres agredidas por pessoas com quem possuem forte relação afetiva (maridos, pais, namorados, irmãos), aumentando a pena de lesão corporal leve, em casos de violência doméstica, para até três anos. Também tirou a necessidade de a vítima manter a queixa contra o agressor durante o julgamento, criou juizados especiais e diminuiu o tempo entre a investigação policial e a decisão da Justiça. Tudo isso para permitir que os agressores sejam afastados das vítimas antes de as agressões se agravarem ainda mais e oferecer garantias suficientes para que as mulheres se sintam mais protegidas para fazer as denúncias.

Esse dispositivo legal é uma importantíssima conquista, mas precisa ser acompanhada de uma rede de apoio que possa receber as denúncias e prosseguir nos trâmites de julgamento, garantindo a integridade física e moral da mulher agredida. Na prática, essa rede de apoio deve ser constituída pelas delegacias especializadas, a Delegacia de Defesa da Mulher e por Centros de Referência à Mulher.

Para o enfrentamento adequado da questão na cidade, é preciso ampliar a estrutura de atendimento e prevenção da violência contra a mulher. Hoje, são apenas nove Delegacias de Defesa da Mulher distribuídas no município de São Paulo, sendo que apenas

JÁ FOI FEITO

MODELO DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA JAPONÊS

Em 1999, a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Polícia Nacional do Japão realizaram intercâmbio técnico na área de segurança comunitária, coordenado pela Agência de Cooperação Técnica do Japão, para implantar as bases comunitárias inspiradas no sistema japonês de segurança pública do Koban e do Chuzaisho. O policial, que trabalha numa comunidade específica, visita os moradores e as empresas da área de sua responsabilidade, escuta as opiniões e queixas de seus habitantes, bem como os orienta como prevenir crimes e acidentes. Alguns policiais publicam folhetos de informação, feitos no horário de sua folga. Tais documentos têm por objetivo transmitir à população os incidentes ocorridos na área e as medidas preventivas que podem ser adotadas, ações dignas de nota protagonizadas pelos habitantes da região, entre outras informações que possam contribuir para a manutenção da segurança local.

13 LEI Nº 11.340/2006.

uma, localizada na subprefeitura da Sé, funciona 24 horas todos os dias, enquanto as demais funcionam somente nos dias úteis em horário comercial. Nota-se que nas áreas M'Boi Mirim e Campo Limpo, de maior ocorrência de casos de agressões em 2010, não há delegacia especializada.

Defende-se que o número de Delegacias de Defesa da Mulher na cidade seja aumentado, tendo como prioridade as áreas onde ocorrem mais frequentemente essas agressões, operando 24 horas por dia durante toda a semana. Além disso, deve-se realizar um planejamento para que essas delegacias estejam bem distribuídas por toda a capital paulista, de modo a facilitar o atendimento das mulheres e o acolhimento das denúncias.

Ação complementar é a realização de campanhas sobre violência contra a mulher, que devem esclarecer sobre a Lei Maria da Penha e como a vítima deve proceder no caso da agressão. As campanhas precisam ser claras e didáticas.

DEFENDE-SE QUE O NÚMERO DE DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER NA CIDADE SEJA AUMENTADO, TENDO COMO PRIORIDADE AS ÁREAS ONDE OCORREM MAIS FREQUENTEMENTE ESSAS AGRESSÕES, OPERANDO 24 HORAS POR DIA DURANTE TODA A SEMANA

Devido à sua capilaridade e proximidade com as pessoas dos bairros, muitas organizações não governamentais já construíram relação de confiança com os membros da comunidade, adquirindo experiência na mediação de conflitos locais. Essas instituições, portanto, podem ser parceiras importantes na divulgação das campanhas e agregar valor a elas quando, além de informar, proporem debates em torno do tema.

A violência contra a mulher é decorrente de valores assentados na órbita familiar e afetiva, que precisam ser revistos tanto pela mulher como pelo homem: subordinação feminina, complacência com o crime passional, ausência da percepção da violação do direito humano.

Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada. Para o enfrentamento de uma cultura machista e patriarcal, são necessárias políticas públicas intersetoriais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos.

Logo, a prevenção da violência contra a mulher passa pela construção de uma sociedade não sexista, voltada à igualdade, e a escola tem papel importante, pois desde cedo podem ser promovidos esses valores entre os educandos. A questão precisa ser um tema transversal ao ensino, tratada no dia-a-dia das relações sociais estabelecidas entre alunos e alunas, tentando fazer chegar esses diálogos até o seio da família.

Os profissionais da Rede de Assistência Social e de Saúde também devem ser capacitados para a identificação de casos de violência contra a mulher no decorrer da sua atividade profissional, prestação de apoio psicossocial e encaminhamento legal e jurídico da vítima agredida.

COMBATER A HOMOFOBIA

A valorização da diversidade e a tolerância em relação às diferenças têm como pressuposto o respeito à liberdade nas escolhas e orientações relacionadas às opções sexuais. É preciso mobilizar toda a sociedade paulistana para que a cidade aprenda a conviver e respeitar as diferenças de preferências sexuais, em direção a construção de uma cultura de paz. Isso passa pela ampliação da estrutura de acolhimento e encaminhamento de denúncias, por campanhas de conscientização e pela participação das organizações GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis) nos processos de planejamento da cidade.

Segundo o relatório anual de assassinatos de homossexuais, divulgado em 2011 pelo Grupo Gay da Bahia, em média, dois homossexuais são assassinados por dia no Brasil. Uma pesquisa realizada em 2005, com 721 frequentadores da Parada Gay em São Paulo, revelou que 65,7% já tinham sofrido algum tipo de agressão (verbal, física, chantagens e extorsões, violência sexual). Tais dados fundamentam o que vem ser uma reivindicação do Movimento GLBT, que é a criminalização da homofobia.

Defende-se a ampliação do alcance do trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, hoje com atendimento único no distrito da Sé, com a criação de postos de atendimento em outras localidades. Esse centro tem como objetivo receber as denúncias de discriminação sexual, que serão encaminhadas à Secretaria da Justiça. É importante destacar que não basta encaminhar as denúncias, mas garantir que não haverá impunidade no processo de investigação e julgamento.

DEFENDE-SE A AMPLIAÇÃO DO ALCANCE DO TRABALHO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS E COMBATE À HOMOFOBIA, HOJE COM ATENDIMENTO ÚNICO NO DISTRITO DA SÉ, COM A CRIAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO EM OUTRAS LOCALIDADES

Paralelo a essa iniciativa, devem estar associadas campanhas de conscientização na cidade para atuar sobre a segunda dimensão do problema: a prevenção da criminalização. A Secretaria Municipal de Participação e Parceria, por meio da Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual, vem realizando, em parceria com o Centro de Combate à Homofobia, palestras em entidades e empresas com o fim de sensibilizar o olhar para a diversidade sexual e para melhorar o atendimento do público LGBT. Essa ação deve ser incentivada, ampliando seu campo de atuação. Segundo informações do portal da prefeitura, no primeiro semestre de 2010, foram sensibilizadas apenas 555 pessoas, número muito pequeno dada a dimensão populacional da cidade.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE SÃO PAULO

A melhoria das condições do sistema penitenciário é necessária por duas razões principais. Primeiro, a população carcerária tem que ser reconhecida como pessoa humana, que ela é anterior à sua condição de preso. Isso significa admitir que este é detentor de direitos humanos que não podem ser violados. Em segundo lugar, a falência em que se

encontra o sistema penitenciário brasileiro, especialmente o paulista, transforma a cadeia em espaço de reprodução da criminalidade e violência, no lugar da sua função social, que é a recuperação do preso para o reingresso na sociedade.

Das dez situações mais degradantes noticiadas em unidades prisionais masculinas administradas pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, três encontram-se na capital paulista. O caso mais grave é o Centro de Detenção Provisória 4 de Pinheiros, na Zona Oeste da capital, considerado o mais lotado do estado, com taxa de superlotação superior a 200%.

Os desafios na melhoria do sistema penitenciário da cidade são variados. Inicialmente, conforme os especialistas apontam, não existem diretrizes claras para o setor, porque a sociedade não enfrenta o problema e prefere fugir do debate da questão. Em segundo lugar, o montante de investimentos financeiros e humanos requeridos para provisão de melhores condições do sistema esbarra na incapacidade do judiciário em julgar as ações penais em um ritmo adequado. Há uma entrada muito maior de prisioneiros do que saída, o que obriga a ampliação considerável de recursos que devem ser injetados continuamente no sistema penitenciário.

Defende-se que seja desenvolvido um Programa de Diretrizes Básicas para Garantia de Qualidade do Sistema Penitenciário Paulista, como primeira iniciativa. Assim, essa proposta deve ser o início de um debate que venha nortear princípios que possam basear as políticas do setor. Pode ser um instrumento apropriado pela sociedade civil para o exercício de controle social.

DEFENDE-SE QUE SEJA DESENVOLVIDO UM PROGRAMA DE DIRETRIZES BÁSICAS PARA GARANTIA DE QUALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA

Deve contemplar a definição de parâmetros e metas capazes de avaliar a qualidade do sistema no tocante a informações prioritárias: densidade das celas; provisão de acesso à saúde pelos presos; capacidade de reinserção social e produtiva do egresso, por meio de oferta de programas de qualificação profissional; reaparelhamento de escolas penitenciárias; capacitação dos profissionais do sistema focada no fortalecimento de princípios de humanização da pena, reinserção social e segurança cidadã; isolamento de presos considerados perigosos.

Também se propõe como diretriz que seja resgatado o papel de articulação e de diálogo entre todos os envolvidos na área de segurança cidadã por parte do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Esse espaço de discussão deve propor, ainda, o debate da necessidade e eficácia das penas alternativas e do regime semiaberto; como resposta à concentração de presos nas cadeias.

Tais medidas atendem ao cumprimento da Lei de Execução Penal, ao disponibilizar estabelecimentos adequados a cada tipo de pena e regime. Estrategicamente parece ser mais produtivo priorizar gastos na estruturação de serviços especializados de monitoramento de condenados a penas alternativas do que na ampliação do número de cadeias e celas. Toda-

via, é um tema que deve ser debatido por toda a sociedade, que deve estar preparada para receber um indivíduo em processo de recuperação social e que depende fundamentalmente da maior abertura e empenho dos sistemas judiciários e executivos estaduais e municipais.

AMPLIAR O USO DA JUSTIÇA COMUNITÁRIA

A Justiça Comunitária¹⁴ atende ao objetivo de construção de uma cultura da paz na cidade, à medida que promove o aprendizado comunitário na mediação de conflitos, que são inerentes a qualquer sociedade, mas as soluções precisam ser incentivadas por meio de negociações pacíficas. Ao mesmo tempo, surge como resposta ao esgotamento de formas tradicionais de resolução de disputas que perpassam a figura do Estado-Juiz. Ajuda a desafogar o sistema judiciário e o próprio sistema penitenciário, quando promove soluções que evitam disputas judiciais ou até mesmo a continuidade desses incidentes.

O Ministério da Justiça, por meio do Programa Pronasci, considera a Justiça Comunitária elemento estratégico na construção de territórios de paz e, para tal, tem estimulado a criação de núcleos em todo o Brasil, provendo apoio técnico e financeiro.

Conforme informações do Pronasci, no modelo de Justiça Comunitária, moradores das comunidades são capacitados para atuar em quatro categorias de funções: educação e conscientização em direitos; articulação de redes sociais para atendimento dos cidadãos nos serviços públicos existentes na comunidade ou região; mediação comunitária, por intermédio da aplicação de técnicas específicas, atuando como facilitador para que as próprias partes envolvidas encontrem uma solução pacífica e consensual dos seus conflitos; realização de encaminhamentos para atendimento jurídico dos casos não resolvidos pela mediação comunitária.

Os moradores interessados se apresentam voluntariamente ao programa, não são remunerados e devem assumir compromisso com o sigilo do processo. Ou seja, tudo que for discutido em uma mediação não poderá ser usado como prova contra ninguém, a não ser que haja a comunicação de crime cometido contra adolescente, criança ou idoso.

A atuação dos agentes de mediação comunitária, como são chamados os moradores que participam do programa, é permanentemente monitorada e avaliada por equipe técnica formada por assistentes sociais, psicólogos, advogados e servidores de apoio administrativo.

DEFENDE-SE QUE SEJAM CRIADOS NÚCLEOS DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA EM TODOS OS DISTRITOS DE SÃO PAULO ATÉ 2022

A Justiça Comunitária não tem a intenção de substituir a atuação do Poder Judiciário, mas de estimular que a comunidade se organize e passe a ter autonomia para resolver seus próprios conflitos. Incentiva o empoderamento e emancipação social dos indivíduos, além de possuir vantagens para criação de territórios

de paz. Por essa razão, defende-se que sejam criados Núcleos de Justiça Comunitária em todos os distritos de São Paulo até 2022.

¹⁴ MODALIDADE DE JUSTIÇA FEITA A PARTIR DE MEDIADORES SELECIONADOS NAS COMUNIDADES ONDE SE ENCONTRAM LOCAIS PARA EXERCÍCIO DA JUSTIÇA (GERALMENTE DEFINIDOS PELAS DEFENSORIAS PÚBLICAS).

PROMOVER A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS POR MEIO SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, COM FOCO NO OFERECIMENTO DE OPORTUNIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS PARA OS JOVENS

Quando as pessoas se apropriam dos territórios, há maior chance de interação entre convivência e manutenção da segurança social. Por exemplo, espaços públicos que favorecem a circulação de pessoas por meio de ruas iluminadas ou equipamentos culturais e esportivos de uso permanente tendem a apresentar menores índices de criminalidade. Nesse sentido, a urbanização e a oferta de serviços e equipamentos públicos para conter a violência nas comunidades são medidas que podem ser extremamente efetivas. De forma contrária, mas sob mesma linha de raciocínio, a urbanização desordenada somada às incapacidades da região em gerar emprego e renda adequados têm produzido o aumento e manutenção da insegurança e criminalidade nos grandes conglomerados populacionais e nas periferias urbanas.

Portanto, defende-se que a urbanização planejada do espaço público - com oferta adequada de serviços e equipamentos públicos, articulada por meio da prefeitura, principalmente no território das favelas e nos bairros da periferia paulistana - é uma medida que deve integrar a política de segurança pública da cidade.

Especial atenção deve ser dada à provisão de equipamentos culturais e esportivos que possam ser utilizados pelos adolescentes e jovens fora do tempo da escola. Tais infraestruturas e serviços devem ser acompanhados de atividades orientadas por projeto pedagógico que transforme e valorize o jovem em sujeitos sociais.

Estudos apontam que o aliciamento do jovem para a rede de tráfico de drogas, em geral tem menos a ver com a remuneração monetária obtida e mais com a dimensão simbólica de reconhecimento social desse jovem. Muitas vezes, quando ele pega numa arma é a primeira vez que é enxergado literalmente pela sociedade. Existem, porém, maneiras mais exitosas de produzir o mesmo efeito. Descobrir um talento artístico/cultural ou esportivo também promove plateia, admiração e empoderamento social, além de fortalecimento da autoestima.

ENVOLVER A PREFEITURA NA MELHORIA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ

Geralmente quando se discute medidas na área da segurança, tanto por parte da população como de autoridades municipais paulistanas, quase exclusivamente se pensa em ações e propostas na alçada das polícias militar e civil, sob responsabilidade do governo do estado de São Paulo.

Mas o que a prefeitura e a sociedade civil da capital paulista podem fazer para melhorar a área de segurança cidadã? Qual é o papel do município na política de segurança? Como deve exercer essa função?

Com certeza, além das articulações que gestores paulistanos devem fazer com o governo do estado e com instâncias intermunicipais e metropolitanas - que já ocorrem, mas que poderiam ser aperfeiçoadas e agilizadas -, a prefeitura pode propor um conjunto de

medidas de caráter preventivo para a segurança na cidade, que podem e estão ao alcance de suas competências administrativas. Isso é importante, porque a prefeitura está mais próxima da sociedade paulistana e ter melhor ciência das necessidades da população do que o governo do estado ou autoridades federais.

Assim, como diretriz para até 2022, a prefeitura deve adotar medidas de caráter preventivo na área de segurança cidadã, com políticas públicas integradas que venham a contribuir para reduzir a violência e promover a cultura de paz.

PREFEITURA DEVE ADOTAR MEDIDAS DE CARÁTER PREVENTIVO NA ÁREA DE SEGURANÇA CIDADÃ, COM POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS QUE VENHAM A CONTRIBUIR PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA E PROMOVER A CULTURA DE PAZ

Nesse sentido, as medidas podem abranger ações nas seguintes áreas:

- ✓ Fazer integração, atendendo aos princípios constitucionais do Brasil como unidade federativa, entre as diversas esferas administrativas, visto que questões de segurança na capital paulista devem ser analisadas sob o contexto integrado dos municípios que compõem a Região Metropolitana e, também, as interlocuções desse conjunto de cidades com as esferas estadual e federal.
- ✓ Estipular ações que promovam a educação em segurança, com foco nos direitos e nas obrigações, de forma a dotar os cidadãos dos elementos que propiciem uma convivência segura e saudável. Essas iniciativas devem permear todas as atividades dos órgãos públicos que tenham relacionamento direto ou indireto com o tema da segurança cidadã. Também deve incluir, nesses programas, a educação de trânsito ou de mobilidade urbana, problema relevante nas cidades, segundo estudos da ONU, que escolheram o período de 2011 a 2020 como a década de combate à violência ou das vítimas de acidentes de trânsito.
- ✓ Fortalecer o sistema de garantias da criança e do adolescente, de modo a preservar seus direitos, criando condições para que tenham ambiente seguro e protegido. Essas medidas são importantíssimas, pois resguardam as crianças, um público muito vulnerável, e contribuem para que se tornem adultos que possam realizar plenamente todas as suas potencialidades.
- ✓ Realizar ações conjuntas entre a prefeitura e o poder judiciário, com medidas que promovam descentralização no atendimento aos direitos de segurança e proteção, aumentando e multiplicando a infraestrutura de fóruns e tribunais para resolução de conflitos e julgamento.
- ✓ Ter medidas de orientação e proteção especialmente dedicadas à violência doméstica, um dos problemas mais frequentes na cidade de São Paulo e, infelizmente, pouco discutido. Elaborar propostas de ações práticas para reduzir o número dessas situações e realizar trabalhos de conciliação e aconselhamento entre as partes envolvidas.

QUADRO-RESUMO

PROPOSTAS DA CIDADE INCLUSIVA, SEGURA E PRÓSPERA

ERRADICAR A FOME

- Utilizar e aprimorar o Cadastro Único como fonte de informação para integração dos programas de transferência de renda existentes no município evitando sobreposição de benefícios em uma mesma família.
- Realizar mutirão de cadastramento (programas de transferência de renda) itinerante nos bairros.
- Universalizar o programa Bolsa Família.
- Aprimorar a gestão da alimentação escolar com qualidade e custos compatíveis, seja terceirizada ou não.
- Promover o exercício do controle social por parte dos Conselhos de Alimentação Escolar.
- Ampliar o número de hortas escolares.
- Ter o professor como mediador da educação alimentar e nutricional.
- Incorporar na merenda escolar produtos oriundos da agricultura familiar e da Economia Solidária.
- Promover, conjuntamente com o governo federal, campanhas de esclarecimento e difusão do Programa Federal de Alimentação do Trabalhador (PAT) entre as empresas da capital, especialmente as e pequenas e microempresas, com o objetivo de aumentar a adesão das empresas ao programa.
- Ampliar o número de Restaurantes Populares, que devem estar localizados em bairros de concentração da população vulnerável.

REDUZIR A EXCLUSÃO SOCIAL PROMOVIDA PELO MERCADO DE TRABALHO

- Promover crescimento e desenvolvimento econômico com capacidade de geração de trabalho e renda para a população de menor renda.

- Expandir a Economia Verde, que tem potencial para oferecer postos de trabalho para a população com menor renda.
- Expandir a Economia Criativa, que tem potencial para oferecer postos de trabalho para a população com menor renda, especialmente para jovens e mulheres.
- Inserir as atividades da Economia Criativa em cursos de qualificação e requalificação profissional.
- Isentar de impostos como incentivo à expansão das atividades das empresas criativas já existentes e para criação de novas, priorizando as que oferecem oportunidades de trabalho para a população com menor renda.
- Oferecer linha de crédito específica para empresas criativas, priorizando as que oferecem oportunidades de trabalho para a população com menor renda.
- Doar terrenos para criação de Galpões de Artes Comunitárias nos bairros.
- Apoiar atividades de organizações não-governamentais que oferecem cursos de formação profissional nas áreas artística e cultural para jovens de comunidades carentes.
- Desenvolver atividades de artesanato para mulheres de áreas carentes como meio de geração de emprego e renda.
- Apoiar a cessão e institucionalização de espaços para realização de feiras regulares e permanentes, visando à venda de produtos artesanais e solidários.
- Expandir os serviços de urbanização nos assentamentos precários e seu entorno, que geram uma série de demandas ocupacionais que podem ser preenchidas pela população local.
- Apropriar-se dos princípios de desenvolvimento local para promoção do desenvolvimento econômico e social inclusivo

no nível de todos os distritos da cidade, especialmente os da periferia.

- ☑ Realizar diagnóstico sobre potencialidades econômicas de cada distrito para programas de geração de trabalho e renda.
- ☑ Melhorar a distribuição das atividades produtivas no território, espalhando postos de trabalho para fora do centro da cidade.
- ☑ Promover a diversificação produtiva.
- ☑ Criar Condomínios Industriais ou de Serviços nos distritos periféricos.
- ☑ Reformar e aprimorar o ambiente regulatório municipal e seu relacionamento com outras esferas administrativas, com o objetivo de estimular a expansão econômica com geração de postos de trabalho.
- ☑ Criar incentivos para formalização da economia.
- ☑ Engajar o setor privado nos desafios do desenvolvimento socioeconômico inclusivo.
- ☑ Promover o empreendedorismo e a economia solidária.
- ☑ Investir nas pequenas e médias empresas.
- ☑ Criar maior quantidade de opções de financiamento para os empreendedores.
- ☑ Ampliar o microcrédito produtivo.
- ☑ Desenvolver lideranças e habilidades empresariais através da formação e capacitação.
- ☑ Criar espaços como fóruns e seminários para que os empreendedores construam redes de aprendizado.
- ☑ Criar escolas de negócios para formação e capacitação do talento empresarial local ao longo do tempo.
- ☑ Estabelecer parcerias com as universidades para oferecimento de projetos de incubadoras sociais.
- ☑ Aumentar a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissional na cidade.
- ☑ Ter como foco dos cursos de qualificação profissional o ensino das habilidades que estão sendo mais requeridas no mercado, visando aumentar as chances de empregabilidade daqueles que passarem pelos cursos.
- ☑ Priorizar no preenchimento das vagas dos

cursos de qualificação profissional a seguinte clientela: jovens, mulheres, afrodescendentes, pessoas maiores de 40 anos de idade, pessoas com baixa escolaridade, pessoas há bastante tempo desempregadas.

- ☑ Oferecer atividades complementares de qualificação profissional aos beneficiários do programa Bolsa Família.
- ☑ Indicar beneficiários do programa Bolsa Família para participação em programa de qualificação profissional, gerido pelo governo federal, voltado a este público: o Planseq Bolsa Família.
- ☑ Ampliar os serviços de intermediação de mão-de-obra.
- ☑ Dedicar atenção especial às pessoas com deficiência, afrodescendentes, mulheres e jovens nos serviços de intermediação de mão-de-obra.
- ☑ Espalhar Centros de Apoio ao Trabalhador (CAT) pela cidade.
- ☑ Intensificar a experiência do CAT de instalar Tenda do Trabalhador itinerante.
- ☑ Intensificar a utilização de locais de grande circulação de pessoas para divulgar oportunidades de trabalho existentes no CAT.
- ☑ Ampliar os programas municipais de qualificação profissional voltados para o Primeiro Emprego do jovem (Projovem Trabalhador, Jovens Paulistanos e Programa Bolsa Trabalho).
- ☑ Criar incentivos fiscais para que as empresas aumentem a contratação de jovens sem experiência (Primeiro Emprego).
- ☑ Difusão da Lei do Aprendiz (Nº 10.097/2000) pela prefeitura entre as empresas da cidade.
- ☑ Fortalecer as atividades das associações trabalhistas e sindicatos.

MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL ÀS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

- ☑ Atender toda demanda de creche e pré-escola por estabelecimentos de ensino de qualidade.

- ☑ Valorizar a creche e a pré-escola como espaços educativos importantes para a formação para a vida e o aprendizado.
- ☑ Dotar as creches e pré-escolas de infraestruturas necessárias e imprescindíveis: profissionais com formação superior específica, brinquedotecas, livros infantis, dentre outros.
- ☑ Melhorar a qualidade do aprendizado do ensino fundamental e ensino médio.
- ☑ Reduzir a taxa de distorção idade-série do ensino fundamental e ensino médio.
- ☑ Reduzir a taxa de abandono escolar.
- ☑ Ultrapassar a meta definida pelo INEP para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
- ☑ Equiparar a qualidade entre os sistemas de ensino privado e público.
- ☑ Eliminar o viés locacional da qualidade da escola (desigualdade espacial conforme a subprefeitura escolhida).
- ☑ Melhorar as condições físicas das escolas.
- ☑ Diminuir o tamanho das turmas em salas de aula.
- ☑ Ter todas as escolas com horário integral.
- ☑ Ampliar a interação entre escola e comunidade.
- ☑ Ter o conceito de Bairro-Escola como eixo norteador da Política Municipal de Educação.
- ☑ Transformar o Programa Escola da Família em uma política educacional pública permanente para a cidade.
- ☑ Promover Escolas Inclusivas com valorização da Diversidade.
- ☑ Dotar as escolas de capacidade para atender alunos com necessidades especiais.
- ☑ Aumentar a oferta de vagas da Educação de Jovens e Adultos até erradicar o analfabetismo dos jovens e adultos.
- ☑ Garantir que o Ensino Superior Privado tenha a mesma qualidade do Ensino Superior Público.
- ☑ Estabelecer parcerias com a Secretaria Estadual de Educação visando melhoria de qualidade do ensino em todos os níveis educacionais; sejam eles de responsabilidade do Governo do Estado ou da Prefeitura.
- ☑ Melhorar a qualidade das informações

quantitativas e qualitativas sobre o sistema de ensino da cidade.

- ☑ Aprimorar o sistema de avaliação da rede de ensino municipal, com acompanhamento de metas e indicadores, especialmente referentes à qualidade do aprendizado e equidade no acesso às oportunidades educacionais.

ACABAR COM O DÉFICIT HABITACIONAL E GARANTIR PARA 100% DA POPULAÇÃO DA CIDADE O DIREITO À MORADIA DIGNA

- ☑ Garantir o direito à moradia digna e o direito à cidade.
- ☑ Adotar percepção abrangente da Habitação, que deve estar articulada a outros segmentos das políticas públicas e sociais.
- ☑ Dotar o entorno das moradias de oportunidades sociais: postos de trabalho, creches, escolas, hospitais, áreas de lazer etc.
- ☑ Orientar a política habitacional para a provisão de uma “cesta de soluções”.
- ☑ Extinguir a visão de política habitacional baseada na construção de grandes conjuntos habitacionais, sem qualidade arquitetônica e urbanística, afastados da cidade.
- ☑ Dar uso social às 290 mil residências vazias existentes na cidade.
- ☑ Intensificar a cobrança do IPTU progressivo.
- ☑ Eliminar a prática do “cheque despejo”.
- ☑ Fixar a família em uma moradia adequada em caso de toda e qualquer remoção forçada.
- ☑ Requalificar os cortiços e conjuntos habitacionais degradados.
- ☑ Intensificar o uso da Lei Moura (Lei 10.928/91) sem, no entanto, ocasionar o aumento do número de famílias removidas dos cortiços.
- ☑ Revitalizar o centro da cidade, primordialmente, com a recuperação da função de moradia desta localidade.
- ☑ Acabar com a constante interrupção de programas de Habitação de Interesse Social.
- ☑ Ter os moradores de rua como público-alvo da política habitacional.

- ☑ Instaurar o sentido de “república” nas favelas, baseando-se na experiência da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e UPP Social da cidade do Rio de Janeiro.
- ☑ Aproveitar mais o potencial do Mutirão Habitacional para construção de moradias populares.
- ☑ Conter a periferização da malha urbana.
- ☑ Ter uma política habitacional ativa como resposta à ocupação crescente das áreas de mananciais por moradias precárias.
- ☑ Recuperar ou construir novas moradias com compromisso com a sustentabilidade ambiental.
- ☑ Recuperação ou construir novas moradias a partir de padrões de qualidade que atendam as funções de higienização, preparo dos alimentos, estar e dormir dos domicílios.
- ☑ Incentivar o Controle Social da política habitacional.
- ☑ Acabar com a criminalização dos movimentos populares que lutam pelo direito à moradia.

MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL AOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

- ☑ Intensificar o monitoramento dos resultados, em termos de qualidade, dos serviços de saúde prestados, por hospitais e unidades básicas que adotam modelo de gestão baseado na contratação de Organizações Sociais de Saúde (OSS).
- ☑ Garantir o direito à saúde para todos, com o acesso aos serviços de saúde para toda a população, em todos os níveis de assistência, sem preconceitos e privilégios, e por meio da oferta de ações articuladas e contínuas de natureza preventiva e curativa, contemplando todos os níveis de complexidade médica.
- ☑ Reduzir as desigualdades regionais em termos de oferta de infraestrutura e equipamentos de saúde pública de qualidade.
- ☑ Oferecer salários mais elevados, como estratégia para atrair profissionais de saúde,

- principalmente especialistas, para a periferia.
- Ampliar a velocidade de expansão da cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) de 3,24% para 5,57% ao ano, de forma a ter até 2022 toda a população da cidade atendida por esse serviço.
- ☑ Formar um Grupo de Trabalho, em parceria com o Conselho Estadual de Medicina e as universidades e faculdades, para discutir e propor medidas para reverter a formação fragmentada e com valorização da especialização, que tende a existir no ensino da Medicina, e que é contrária às necessidades do médico de família.
- ☑ Reduzir a taxa de mortalidade infantil da cidade ao patamar de 5 por mil nascidos vivos, valor verificado atualmente nos países desenvolvidos e na subprefeitura de Pinheiros.
- ☑ Ampliar a capacitação de médicos e enfermeiras que atuam nas maternidades públicas.
- ☑ Intensificar os cuidados com o recém nascido e a mãe na primeira semana após o parto.
- ☑ Realizar avaliação da mulher e do recém-nascido, atenta à saúde mental da parturiente.
- ☑ Promover orientação e apoio ao aleitamento materno.
- ☑ Aplicar as vacinas necessárias à mãe e ao recém-nascido.
- ☑ Realizar agendamento de consulta futura da mãe e do bebê recém-nascido.
- ☑ Garantir a disponibilidade de leitos para as parturientes e leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para mãe e neonatal em todas as maternidades públicas.
- ☑ Utilizar o conhecimento acumulado pelo Hospital da Vila Nova Cachoeirinha no método Mãe Canguru, para capacitação de toda rede hospitalar do município, que deve disponibilizar o método.
- ☑ Fortalecer a atenção pré-natal e a assistência ao parto como estratégia de combate à mortalidade materna.
- ☑ Garantir que a grávida tenha no mínimo seis consultas pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo

trimestre e três no terceiro trimestre da gestação, a fim de evitar a descontinuidade no acompanhamento.

- ☑ Realizar campanhas públicas de esclarecimento para as mulheres sobre a importância do pré-natal.
- ☑ Promover educação sexual contínua e transversal nas escolas como estratégia para redução da gravidez precoce.
- ☑ Reorientar pedagogicamente a educação sexual nas escolas para promover espaços de reflexão entre os adolescentes, de forma que possam discutir os relacionamentos, as emoções, valores, tabus, crenças e o seu cotidiano; para além apenas de informar sobre métodos anticonceptivos e doenças sexualmente transmissíveis.
- ☑ Capacitar todos os profissionais das escolas em educação sexual.
- ☑ Envolver os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e a equipe do Programa Saúde da Família para compreender e trabalhar o contexto psicossocial dos lares onde ocorre gravidez indesejada de adolescente.
- ☑ Oferecer estrutura assistencial adequada, que dê apoio para que mães e pais adolescentes não abandonem os estudos, que garanta a provisão de segurança alimentar e nutricional e, que, no caso de abandono familiar, a mãe e o bebê sejam recebidos por Casas de Acolhida.
- ☑ Desburocratizar o modelo de distribuição de preservativos.
- ☑ Em parceria com o Ministério da Saúde, instalar nas escolas públicas máquinas que distribuem preservativos gratuitamente para o aluno do ensino médio.
- ☑ Ampliar a distribuição e incentivar o uso da camisinha feminina em todas as faixas etárias.
- ☑ Realizar contínuas campanhas de massa, com o máximo de entidades parceiras envolvidas, que informem sobre o problema da feminilização da AIDS e incentivem as mulheres a procurarem as unidades de saúde para realização de exame de AIDS.
- ☑ Ter o exame de AIDS como rotina do pré-natal.

- ☑ Cuidar dos demais perfis de pessoas que podem ser contaminadas pela AIDS.
- ☑ Ter nos hospitais e unidades de saúde leitos disponíveis e equipe especializada para tratamento dos pacientes com AIDS.
- ☑ Facilitar o acesso, de modo ininterrupto, para todos os portadores de AIDS à distribuição gratuita de medicamentos, com pontos de distribuição em todos os distritos da cidade. Essa medida deve ser feita com uma articulação entre a Prefeitura e os órgãos federais relacionadas à saúde.
- ☑ Ter em cada favela da cidade e em todas as comunidades consideradas vulneráveis, uma unidade do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren) ou modelo similar, como estratégia de combate a desnutrição infantil.
- ☑ Replicar o modelo de Academia da Cidade de Recife (Pernambuco), que reconhece o professor de Educação Física como profissional do SUS e, assim, promove uma interlocução entre atividades físico-esportivas oferecidas em pólos da cidade e combate à obesidade.

PROPOSTAS DE SEGURANÇA

- ☑ Construir uma base de dados com registro de indicadores de segurança diversos para identificar as principais tipologias e matrizes criminais, para subsidiar a formulação e monitoramento do desempenho da política de segurança pública ativa na cidade;
- ☑ Criar e fortalecer um centro de inteligência da Polícia;
- ☑ Valorizar os profissionais da segurança por meio do oferecimento de melhores condições de trabalho, aperfeiçoamento e capacitação profissional e remuneração;
- ☑ Aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Pronasci, firmando parceria com o governo federal e orientando os profissionais atuantes na cidade em como ter acesso às iniciativas da Bolsa-Formação e Rede de Educação à Distância;
- ☑ Promover campanhas públicas e premiações,

que divulguem práticas e comportamentos de sucesso de profissionais da segurança pública honestos, dedicados e comprometidos com a corporação e com a sociedade paulistana;

- Promover o enfrentamento da corrupção;
- Fortalecer o trabalho das Corregedorias da Polícia Civil e Militar e da Ouvidoria da Polícia do Estado;
- Ampliar o policiamento comunitário que deve ser tomado como referência para o desenvolvimento de uma política de segurança cidadã
- Prevenir e combater a violência contra a mulher;
- Ampliar o número de Delegacias de Defesa da Mulher na cidade, tendo como prioridade as áreas onde ocorrem mais frequentemente as agressões, operando 24 horas por dia durante toda a semana;
- Realizar campanhas sobre violência contra a mulher, que devem esclarecer sobre a Lei Maria da Penha e como a vítima deve proceder no caso da agressão;
- Articular o tema da violência contra a mulher à construção de uma sociedade não sexista voltada à igualdade, como transversal à educação promovida na rede de ensino;
- Capacitar os profissionais da Rede de Assistência Social e de Saúde para a identificação de casos de violência contra a mulher no decorrer da sua atividade profissional, prestando apoio psicossocial e encaminhamento legal e jurídico da vítima agredida;
- Combater a homofobia;
- Ampliar o alcance do trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, hoje com atendimento único no distrito da Sé, com a criação de postos de atendimento em outras localidades;
- Intensificar o número de palestras promovidas pela Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual, em parceria com o Centro de Combate à Homofobia, junto a entidades e empresas, com o fim de sensibilizar o olhar para a diversidade sexual e para melhorar o atendimento do público LGBT;
- Desenvolver um Programa de Diretrizes Básicas para Garantia de Qualidade do Sistema Penitenciário Paulista;
- Resgatar o papel de articulação e de diálogo entre todos os envolvidos na área de segurança cidadã por parte do Fórum Metropolitano de Segurança Pública;
- Promover debate público sobre necessidade e eficácia das penas alternativas e do regime semiaberto;
- Ampliar o uso da Justiça Comunitária;
- Promover a ocupação de espaços públicos por meio da urbanização, oferta de serviços e equipamentos públicos, para atender às necessidades de práticas esportivas e culturais dos jovens;
- Adotar medidas de caráter preventivo na área de segurança cidadã, com políticas públicas integradas que venham a contribuir para reduzir a violência e promover a cultura de paz.

*Diário de um paulistano***25**

Janeiro de 2022

Algo mudou nesta cidade. Por alguma razão misteriosa se deram conta que um sorriso de criança feliz é uma medida melhor do progresso do que o número e altura dos viadutos. São Paulo parece que entendeu que há uma época para crescer e outra para melhorar. Melhor distribuição de renda, melhor trânsito, melhor convívio, melhor segurança, melhor acesso à cultura. Uma cidade que já não precisa esconder as suas desgraças nos rincões, pintar falsas fachadas de prosperidade.

Deram-se conta de que uma cidade para todos gera felicidade para todos, não só para os que estavam excluídos. Hoje, não tem mais flanelinha – estão todos nas escolas, com futuro produtivo. Já não morrem motoqueiros diariamente na rua, pois se deram conta que assinaturas e documentos também viajam pela internet. Isso também porque há cidadania no trânsito, diferentemente de antigamente. As empresas passaram a levar a sério as creches. O apoio integrado às mães chefes de família existe em todos os bairros. Os idosos já não ficam isolados, na sala de espera: participam do desenvolvimento do seu entorno residencial. Aliás, os idosos já são cada vez mais.

Finalmente, parece que o bom senso chegou à área da segurança. Separaram rigorosamente a pequena criminalidade social, ligada a jovens excluídos e sem perspectivas, e passaram a tratá-la por meio de políticas sociais. O sistema de segurança deixou de ser de contenção violenta para se concentrar na redução dos ambientes de violência. Menos jovens desesperados e com faltas de perspectivas econômicas e sociais significam fontes reduzidas de recrutamento para o crime organizado, este sim enfrentado agora por sistemas integrados de inteligência colaborativa das principais agências de segurança.

Tudo isto custou dinheiro? Sem dúvida, nada é de graça. Os milionários, inclusive, passaram a pagar um IPTU maior. E hoje com o melhor uso dos recursos dos impostos, parece que a cidade tem muito mais dinheiro que antes. Mas valeu a pena. Sempre sai muito mais barato mexer nas

causas do que arcar com as consequências. Medidas preventivas mostraram-se muito mais baratas, econômica e socialmente.

E ao assegurar a inclusão produtiva de quem era supostamente o problema, inverteu-se a equação: agora é fator de progresso. Mas o que mudou mesmo, foi a cultura, a visão das pessoas, que entenderam que não se trata de se safar sozinho, de resolver apenas o problema individualmente. Trata-se de organizar uma vida decente para todos.

Lembrando aquela estória da menininha que, andando pela praia, vendo um monte de estrelinhas do mar ficando presas nas areias, morrendo, após o refluxo das ondas, preocupadamente pegava uma por uma e as ia devolvendo para o mar. Não dava para salvar todas as estrelas-do-mar, mas para as que ela salvou, essa ação fez a diferença.

Uma outra estória complementa: aquela do passarinho que, vendo um incêndio no bosque, pegava algumas gotas de água em seu bico e as jogava para conter o fogo. Todos diziam que era um trabalho inútil, pois era uma ação insignificante. E o passarinho respondia: estou fazendo a minha parte. Se todos fizerem a sua parte, é possível apagar o fogo!

Hoje, fazemos nossa parte, todos estão incluídos e participando da vida da cidade. Agora, todos construímos uma São Paulo melhor!



SÃO PAULO

5 CIDADE
EDUCADORA
CRIATIVA E
CONECTADA

Diário de um paulistano 284 e 331 | Introdução 287
| Economia criativa 289 | Banda larga 311 |
Sistema de ensino 319 | Quadro-resumo 328



Diário de um paulistano

25

Janeiro de 2011

Como a economia da capital paulista funciona hoje? São Paulo se tornou um canal de integração, relacionamento e distribuição da riqueza de uma imensa bacia econômica que envolve vários estados. Aqui se faz compras na rua 25 de Março para revender no Maranhão, se busca dinheiro na avenida Paulista, envia-se a produção agrícola do Estado para ser redistribuída no Ceasa. Nós, da capital paulista, não produzimos muita coisa de alimentos, mas somos nós que levamos a cesta de compras com frutas, legumes e outras mercadorias, para que os outros possam escolher o que querem comprar. Não obstante ser elo importante na cadeia econômica e referência para os negócios, há uma dúvida: será que esse modo da cidade ganhar dinheiro, que é o de funcionar como um grande distribuidor, é sustentável? Parece ser lucrativo, mas pode estar com horizonte de tempo limitado.

No centro da mudança está o aumento radical do conhecimento como fator de produção em todas as áreas da economia. Agora, o principal valor de um produto está no conhecimento incorporado, muito mais do que na matéria-prima e no esforço físico. E o conhecimento viaja na velocidade da luz, gratuitamente, na internet. A conectividade online de todos os agentes da economia está mudando o mundo da produção e a função econômica do território. Produtores e consumidores se conectam online. São Paulo está se atrasando, agarrada em modelo ultrapassado.

Enquanto o mundo evolui para a conectividade, o WiFi ou WiMax urbano, estamos presos em modelos de negócios na área de telecomunicações que, relativamente a outros países, tem altos custos. O conhecimento pode viajar na velocidade da luz, mas é travado pelo emaranhado jurídico de proibições, oligopólios, direitos ditos autorais, quando são de intermediários. O mundo está caminhando para a geração "4G", "5G" e mais G's. São Paulo parece não saber o que são esses "Gs".

É hoje, será que as escolas paulistanas estão no caminho da sociedade do século XXI? Nas escolas, estuda-se o que diz a professora e o livro-texto, mas o conhecimento atualizado está nas nuvens, disponível online. São Paulo é o maior centro de economia criativa da América do Sul, mas a academia e os centros de pesquisa se comportam como arquipélagos, não como meio científico articulado.

A cultura, cuja importância compreende-se cada vez mais, nos empurra programas pasteurizados em que somos receptores passivos – cultura do sofá – com telas cada vez mais sofisticadas para uma sociedade de espectadores – e gerando uma obsessão consumista. Trabalhar, assistir, comprar, e trabalhar mais para pagar. Em vez de fomentar a cultura da criatividade, gera-se a cultura da receptividade, dominada por grandes grupos. Será que a sociedade paulistana não se comporta ainda hoje como se estivesse no século passado? A compreensão de como a sociedade do conhecimento opera pode se tornar um instrumento de liberação da criatividade. Será que os cidadãos de São Paulo, os que se dedicam à cultura, às artes, à criatividade, podem ajudar a fazer essa transformação?

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, elementos como o capital, o trabalho e os recursos naturais foram importantes forças condutoras do desenvolvimento. Neste século isso mudou, é a informação e a criatividade que têm oferecido vantagens competitivas. A economia criativa e do conhecimento permitem que territórios possam se tornar prósperos, ainda que não possuam muito capital, trabalho ou recursos naturais. Mas não existe mágica, é necessário investir nos recursos humanos, criar um ambiente propício à inovação e à imaginação e promover um padrão alternativo de apropriação e difusão do conhecimento, no lugar da perspectiva privada e circunscrita.

O Relatório sobre Economia Criativa 2010, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), traz subsídios que fortalecem essa ideia. Conforme o documento, em 2008, a deflagração da crise financeira e econômica mundial provocou queda na demanda global, com contração de 12% no comércio internacional. As exportações mundiais de bens e serviços criativos, porém, continuaram crescendo, alcançando em 2008 o patamar de US\$ 592 bilhões, mais do que o dobro verificado em 2002. Em outras palavras, teve uma taxa de crescimento anual de 14% durante seis anos ininterruptos.

O dinamismo mundial da economia criativa é evidente, mas há também uma segunda faceta: são os países e cidades desenvolvidas que mais produzem e comercializam no mercado internacional – o eixo que se destaca é o comércio norte-norte. Isso não significa, contudo, que economias como a brasileira não devam investir no setor, pelo contrário, o relatório destaca que há enorme potencial de geração de emprego e renda, que oferece oportunidades para remover obstáculos e entraves ao desenvolvimento social e econômico. O que faltaria aos países em desenvolvimento é dar o pontapé inicial para melhorar a capacidade criativa e identificar os setores inventivos de maior potencial para expansão local. Para tal, recomenda-se implantar um conjunto de políticas transversais e integradas, como propostas que a cidade de São Paulo deve promover.

A participação da economia criativa no total de empregos na cidade é de 2,55%. Já existe, portanto, uma economia em atividade, mesmo que nenhuma política específica e coordenada tenha sido gerada. Imagine quando ela vier a existir, contribuindo para a construção de uma cidade que além de criativa, é inclusiva e próspera. O significado de inclusiva e próspera, por sua vez, compreende a necessidade de democratizar a produção e disseminação do conhecimento e da informação.

A economia do conhecimento se faz agregando pessoas em redes, por isso oferece oportunidades participativas e públicas para os indivíduos. Cresce à medida que aumenta o seu uso. Mas para isso, é fundamental ampliar a infraestrutura de rede e banda larga de qualidade para todos na cidade de São Paulo, sem custos privados excessivos, de preferência de graça. De forma similar, no campo da economia criativa, a “concorrência” entre agentes criativos, em vez de saturar o mercado, atrai e estimula a atuação de novos empreendedores. Nos dois eixos, é importante remover os entraves aos fluxos de ideias, para garantir agilidade no curso das informações. Por fim, tem-se que a promoção de uma economia criativa e do conhecimento vibrantes não se faz sem a formação de pessoas.

ECONOMIA CRIATIVA

Novas tecnologias propiciam o desenvolvimento a partir da diversidade cultural e são uma oportunidade de crescimento para a cidade

QUE INVENÇÃO É ESSA?¹

A pesar de ser um conceito mais conhecido a partir da experiência inglesa, sua origem mais remota é o projeto Creative Nation, elaborado pela Austrália, em 1994. O projeto, fazendo uso da expressão indústrias criativas, destacava a importância do trabalho criativo, das tecnologias como parceiras da política cultural, e sua contribuição para a economia.

Em 1997, a expressão ganha força, quando o governo do Reino Unido, visando uma requalificação da economia inglesa no mercado internacional, com vantagens competitivas, forma um grupo de trabalho multissetorial, tinha entre suas principais atribuições analisar as contas nacionais, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais. Deste trabalho resultou a identificação de 13 setores de maior potencial, composto por indústrias criativas, que eram entendidas como: *indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individual e que apresentam um potencial para criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual.*

1 O CONTEÚDO SOBRE ECONOMIA CRIATIVA FOI BASEADO E EXTRAÍDO DE ANA CARLA FONSECA REIS. ECONOMIA CRIATIVA: COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. SÃO PAULO: ITAÚ CULTURAL, 2008.

A partir de então, a expressão ganhou o mundo e o conceito britânico, incluindo as indústrias criativas selecionadas, foi replicado para países extremamente diversos da Inglaterra. Hoje a definição encontra-se em disputa e é alvo de inúmeras revisões. O termo economia criativa pode ser sintetizado em quatro abordagens básicas:

- Sobre a abordagem de **Indústrias Criativas** há um conjunto de setores econômicos específicos, cuja seleção é variável segundo a região ou país. Na Inglaterra, as indústrias criativas representativas são: propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, software de lazer, música, artes do espetáculo, edição, serviços de computação e software, rádio e TV. Em outros países, dada a sua particularidade cultural, pode ainda incluir turismo, gastronomia, folclore.
- A segunda abordagem, **Economia Criativa**, reconhece as indústrias criativas como catalisadoras e fornecedoras de valores intangíveis a outras formas de organização de processos, relações e dinâmicas econômicas de setores diversos. Pode ser no desenho de cosméticos que utilizam os saberes locais ou em equipamentos e artigos esportivos que comunicam a marca de um território.
- A visão de **Cidades e Espaços Criativos** congrega diferentes perspectivas. Defende-se a sua construção como estratégia para combater as desigualdades e violência e atrair talentos e investimentos para revitalização de áreas degradadas. Há as experiências de constituição de *clusters criativos*, por exemplo, o cluster multimídia de Montreal, no Canadá. Há também iniciativas de reestruturação do tecido econômico urbano a partir da valorização das especificidades locais, por exemplo, a Feira de Literatura Internacional de Paraty (Flip), em Paraty, no Rio de Janeiro.
- A **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento** valoriza a criatividade individual. A formalização de pequenos negócios e a eliminação de barreiras aos empreendimentos criativos são motores para ampliar oportunidades de geração de trabalho e renda. Essa perspectiva também extingue o paradigma no qual a diversidade cultural era percebida como entrave ao desenvolvimento.

CRIATIVIDADE E PRODUTIVIDADE

Em 2005, a pesquisa “The Flight of the Creative Class”, dos professores Richard Florida e Irene Tinaglia, da Carnegie Mellon University em Pittsburgh, nos Estados Unidos, identificou os 10 principais países em termos do Índice Global de Criatividade, criado por esses estudiosos. São eles: Suécia, Japão, Finlândia, Estados Unidos, Suíça, Dinamarca, Islândia, Holanda, Noruega e Alemanha. A pesquisa abrangeu a investigação da

situação de 45 países e o Brasil ficou na 43ª posição. Comparando os resultados dessa pesquisa com um estudo sobre produtividade, elaborado pela Federação de Empresas do Estado de São Paulo, tem-se que a lista dos cinco países mais bem colocados em termos de produtividade (Estados Unidos, Suécia, Suíça, Japão e Cingapura) é muito próxima daquela que ranqueou os mais bem colocados conforme o Índice Global de Criatividade.

DIRETRIZES DE POLÍTICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE CRIATIVA

DIRETRIZ 1. Conforme destaca o Relatório sobre Economia Criativa (Pnud & Unc-tad, 2010), ela não é unilateral, envolve uma multiplicidade de dimensões que contribuem para a economia, a sociedade, a cultura e o desenvolvimento sustentável, sob inúmeras maneiras. Portanto, um programa municipal de incentivo à economia criativa na cidade de São Paulo deve levar em consideração essa abundância de aspectos que ela abarca – para explorar todo o seu potencial. Segundo o relatório, existem quatro dimensões chaves à economia criativa:

1. DIMENSÃO ECONÔMICA

- Em vários países, a economia criativa tem crescido a um ritmo mais rápido do que os demais setores econômicos.
- A economia criativa está profundamente enraizada nas economias nacionais: produz benefícios econômicos, gera empregos, promove diversificação econômica, gera receitas, estimula o comércio e a inovação, ajuda a revitalizar zonas urbanas degradadas, a desenvolver zonas rurais remotas e promove a conservação do ambiente e do patrimônio cultural.

VOCÊ SABIA?

A China, país que em 2010 tornou-se a segunda economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, investe há tempos em elementos da Economia Criativa e do Conhecimento: pesquisa e desenvolvimento, design.

Sábia decisão! Por se tratar de economia baseada em recursos que são inesgotáveis, se renovam e se multiplicam com o uso, a economia criativa e do conhecimento é uma das soluções possíveis para um futuro sustentável. Afinal, os recursos naturais são finitos, mas cultura, conhecimento e criatividade são recursos ilimitados (ainda mais se aliados aos infinitos bits das novas tecnologias).

A saber, esse país constituiu sua primeira faculdade de design há 23 anos e hoje possui 400 escolas, formando 10 mil alunos por ano.

2. DIMENSÃO SOCIAL

- O potencial de criação de empregos das indústrias criativas pode ser importante em termos políticos, especialmente nos países em desenvolvimento.
- A qualidade dos empregos gerados pela economia criativa pode proporcionar maiores níveis de satisfação dos trabalhadores, em comparação aos de outras ocupações, por causa do compromisso e do sentido de envolvimento cultural promovido entre os participantes.
- No nível comunitário, a economia criativa inclui atividades culturais que podem ser importantes na interação entre os diversos grupos sociais de uma localidade, contribuindo para a coesão social. Comunidades que são atormentadas por tensões e conflitos sociais de vários tipos podem ser reunidas através da participação dos seus membros em atividades culturais compartilhadas.

- Iniciativas como programas de artes comunitários favorecem a construção de capital social, aumentando a capacidade e a motivação das pessoas para se engajar na vida comunitária.
- Habilidades criativas estimuladas localmente podem ser proveitosamente empregadas em indústrias criativas.
- Como muitas mulheres trabalham na produção de artesanato, áreas relacionadas à moda e à organização de atividades culturais, a economia criativa pode desempenhar um papel catalisador na promoção do equilíbrio de gênero junto ao mercado de trabalho, particularmente nos países em desenvolvimento.
- A economia criativa pode facilitar maior absorção pela economia nacional formal de algumas categorias de trabalhadores talentosos envolvidos em atividades criativas, mas que são geralmente marginalizados e relegados para o setor informal da economia.
- Atividades culturais e artísticas têm demonstrado ser bem-sucedidas para o envolvimento de jovens em trabalhos produtivos que, caso contrário, estariam desempregados e talvez sob risco de condutas e atitudes antissociais.
- A unidade de negócios no setor criativo é geralmente muito pequena, em sua maioria formada por empresas familiares. Isso significa que o produto é originado por muitas e variadas unidades e a produção é em grande parte de pequena escala. Nesse sentido, as indústrias criativas são particularmente adequadas para ajudar na regeneração produtiva de comunidades e na sustentabilidade de sociedade tradicionais.
- Qualquer estratégia que utilize a cultura como meio para o desenvolvimento econômico e para o empoderamento local tem a capacidade de atingir todos os membros da comunidade, afetando suas vidas de diferentes formas, independente da condição socioeconômica dos indivíduos.
- A atividade criativa contribui para a saúde individual e o bem-estar psicológico.

3. DIMENSÃO SUSTENTÁVEL

- O capital cultural tangível e intangível de uma comunidade, de uma nação ou região do mundo é algo que deve ser preservado para as futuras gerações, tais como os recursos naturais e os ecossistemas que precisam ser salvaguardados para garantir continuação da vida humana no planeta.
- É cada vez mais reconhecido que o conceito de sustentabilidade tem um alcance maior, para além da sua simples aplicação em relação ao meio ambiente.
- O desenvolvimento deve proporcionar a equidade no acesso à produção cultural, participação e diversão para todos os membros da comunidade, em condições justas e não discriminatórias. Em particular, deve ser dada atenção especial ao acesso dos indivíduos mais pobres da sociedade às ofertas culturais.

JÁ FOI FEITO	SIDNEY VERDE, GLOBAL E CONECTADA
<p>A cidade de Sydney, na Austrália, apostou num plano municipal para o ano de 2030 que é baseado na Economia Criativa. Segundo essa iniciativa, Sydney será definida por três adjetivos: verde, global e conectada. A criatividade consiste em articular essas potencialidades e qualidades da cidade, integrando-as de modo a que se alcance a promoção da melhoria de qualidade de vida das pessoas. Investimentos em indústrias e infraestrutura verdes, redução de gases de efeito estufa e proteção da fauna e flora locais formam a parte “verde”. Por outro lado, Sidney quer se tornar a principal cidade da Austrália para negócios, turismo, tecnologia e inovação, a fim de se tornar uma cidade ainda mais global. No quesito verde, até 2010, a prefeitura diminuiu suas emissões de carbono em 17% e iniciou</p>	<p>programas de descentralização da geração de energia, de reciclagem e armazenamento de água, além de estimular a eficiência energética em prédios. Planos de reurbanização de áreas degradadas e de conexão de áreas periféricas com o centro da cidade, além de iniciativas culturais, muitas delas relacionadas aos aborígenes, já estão em andamento para tornar a cidade mais conectada, tanto física quanto culturalmente.*</p> <hr/> <p>* FONTE: REDE NOSSA SÃO PAULO & REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. PLATAFORMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. SÃO PAULO: GRÁFICA INTERFILL, 2010. DISPONÍVEL EM 25 DE MARÇO DE 2011 IN WWW.CIDADESSUSTENTAVEIS.ORG.BR.</p>

- Há preocupação em garantir que as gerações futuras terão acesso aos recursos culturais, como forma de conhecer a sua identidade cultural, o que requer preocupação em proteger e reforçar o capital tangível e principalmente o intangível de uma nação.

4. DIMENSÃO CULTURAL

- As atividades culturais dão origem tanto ao valor econômico como ao valor cultural. Esse último é que vai fornecer contribuições distintas aos indivíduos, economia e sociedade por meio dos produtos culturais.
- Conforme o processo de globalização se intensifica, o valor da diversidade cultural passa a ser mais bem definido e o papel das indústrias criativas para promoção da diversidade é mais compreendido e valorizado.
- A diversidade é uma dimensão cultural da economia criativa que se tornou mais proeminente nos últimos anos.

DIRETRIZ 2. A economia criativa se estende em uma ampla gama de áreas de responsabilidade política e de administração pública. Embora muitos governos criem departamentos e unidades especializados para lidar com indústrias criativas, quase todas as áreas do governo têm algum tipo de interação com esse setor: desenvolvimento econômico, mercado de trabalho, comunicação e tecnologia, cultura, turismo, educa-

ção, assistência social etc. A promoção da economia criativa deve ser compreendida como um objetivo transversal das várias secretarias e órgãos públicos, o que demanda um esforço de implantação de uma ação intersetorial por parte da prefeitura, articulado com outras esferas administrativas. Portanto, para assegurar uma política ativa que estimule a economia criativa na cidade de São Paulo, ainda que exista um órgão próprio, responsável por este objetivo, deve-se priorizar a disseminação da economia criativa em todos os órgãos e iniciativas governamentais paulistanas.

DIRETRIZ 3. É necessário criar mecanismos institucionais de coordenação para as ações de promoção da economia criativa na cidade. A natureza multidimensional e transversal das indústrias criativas representa uma tendência forte para as estratégias de políticas virem a se tornar fragmentadas. Na ausência de coordenação, há o risco de que os resultados das políticas promovidas sejam contraditórios em seus impactos. Dessa forma, reuniões sistemáticas entre as diversas secretarias envolvidas com a temática da economia criativa devem ser uma prática corrente para troca de informações e construção de uma agenda de trabalho compartilhada.

DIRETRIZ 4. Devem ser desenvolvidos mecanismos que propiciem o diálogo entre os múltiplos atores interessados na economia criativa. A prefeitura pode articular o esforço de construção desse diálogo por meio de dois instrumentos: criação de fóruns e seminários e constituição e fortalecimento de conselhos. Os fóruns e seminários são espaços importantes para troca de informações e formação de redes. Devem agregar não apenas especialistas e acadêmicos, mas principalmente artistas, profissionais e empresários das indústrias criativas, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte. Em relação à construção de conselhos, em novembro de 2010, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de São Paulo realizaram o fórum “A Economia Criativa e a Educação” e lançaram, na ocasião, a criação do Conselho de Economia Criativa.

DIRETRIZ 5. Elaboração de um diagnóstico com informações quantitativas e qualitativas sobre o setor da economia criativa na cidade de São Paulo. Segundo o Relatório sobre Economia Criativa, a formulação de estratégias de política para promover o desenvolvimento da economia criativa no nível local, nacional ou internacional não pode ser realizada no vácuo de informações. Três grupos de dados são essenciais para a formulação da estratégia de política: compreensão sistemática da estrutura da economia criativa – quem são os atores e empreendedores chave, como eles se relacionam entre si, e como o setor criativo se relaciona com os demais setores da economia; análise sobre o funcionamento da economia criativa; estatísticas abrangentes para avaliação da contribuição do setor criativo para geração de emprego, comércio e crescimento econômico da cidade de São Paulo.

Para aumentar a produção de conhecimento e dados estatísticos sobre a economia criativa da cidade, a prefeitura pode, por exemplo, realizar parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), doando recursos para realiza-

PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA, A PREFEITURA PODE, POR EXEMPLO, REALIZAR PARCERIA COM A FAPESP, DOANDO RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EDITAIS DE PESQUISA FOCADOS NO TEMA

ção de editais de pesquisa focados no tema. Dessa forma, busca-se sanar o mais breve possível a pouca disponibilidade de informações indispensáveis à formulação de políticas para o setor e, no médio e no longo prazos, potencializar a construção e manutenção de grupos de estudos que poderão fornecer, de maneira sistemática no tempo informações sobre o setor.

A Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados de São Paulo (Seade) já criou uma classificação oficial no país para mensuração da Economia Criativa. O objetivo é fornecer informações para políticas que incentivem e apoiem o desenvolvimento das indústrias criativas, de maneira semelhante ao que fez o governo inglês, quando criou um ministério para apoiar o setor na década de 1990.

DIRETRIZ 6. Conforme visto anteriormente, ainda que nenhuma política específica para promoção da economia criativa em seu conjunto, tenha sido promovida na cidade de São Paulo, o setor responde por 2,5% do emprego na cidade, confirmando as boas perspectivas de crescimento dessa atividade na capital paulista.

ALGUNS NÚMEROS DO POTENCIAL DA ECONOMIA CRIATIVA JÁ EXISTENTE EM SÃO PAULO²

TURISMO DE NEGÓCIOS – São Paulo concentra 75% do mercado brasileiro de feiras de negócios e gera receita de mais de R\$ 4 bilhões ao ano com esse mercado, sendo o 12º destino do mundo para eventos internacionais. No município, é realizado um evento a cada seis minutos e uma feira de negócios a cada três dias.

EVENTOS ESPORTIVOS – A cidade é a única que sedia dois dos maiores eventos automobilísticos do mundo: o Grande Prêmio de Fórmula 1, desde 1972, e a prova São Paulo 300 de Fórmula Indy, cuja primeira edição foi realizada em 2010. Em 2014, dois estádios paulistanos poderão receber jogos da Copa do Mundo de Futebol. São Paulo promove também a Corrida Internacional de São Silvestre, a mais famosa corrida de rua do Brasil e que também atrai esportistas do exterior.

GASTRONOMIA – A diversidade da gastronomia paulistana se deve aos seus 12,5 mil restaurantes, que servem 52 tipos de cozinha, além dos cerca de 15 mil bares espalhados pela cidade. O município possui mais restaurantes do que cidades como Paris e Londres.

Todavia, esses resultados não excluem a necessidade da prefeitura vir a ser o ator fundamental a fomentar e articular a economia criativa em São Paulo, por meio de alguns instrumentos integrados, como por exemplo:

- Oferecimento de incentivos fiscais para fixação de indústrias criativas na cidade;

É NECESSÁRIO QUE A PREFEITURA SEJA O ATOR FUNDAMENTAL A FOMENTAR E ARTICULAR A ECONOMIA CRIATIVA EM SÃO PAULO, POR MEIO DE INSTRUMENTOS INTEGRADOS

² FONTE: [HTTP://WWW.SLIDESHARE.NET/ESJUNIOR/SO-PAULO-EM-NMEROS](http://www.slideshare.net/esjunior/so-paulo-em-nmeros).

- Ampliação do número e abrangência de editais, leis de incentivo e de fomento para todos os ramos da economia criativa, para além dos tradicionais setores de cinema, dança e teatro, que são comumente contemplados pela Secretaria Municipal de Cultura;
- Construção de centros culturais comunitários em cada distrito, que têm o potencial de democratizar o acesso à cultura, ao mesmo tempo em que são geradas ocupações e rendas para os profissionais desse segmento;
- Mecanismos para aumento da oferta de linhas de crédito específicas; (e) articulação com entidades como Sebrae e Senac para oferecimento de cursos profissionalizantes voltados à área;
- Doação de terrenos que venham instaurar clusters de indústrias criativas; (g) programa de incubadora tecnológica de indústrias criativas;
- Busca de parcerias com universidades e faculdades para oferta de cursos de graduação e de matérias que atendam às demandas do mercado criativo;
- Formulação e operacionalização de arcabouços institucionais regulatórios.

Tais exemplos de instrumentos a serem promovidos pela prefeitura atendem às expectativas apontadas pelas oito direções de políticas para a economia criativa, defendidas pela Unctad:

- Criar infraestrutura;
- Promover financiamento e investimentos;
- Criar mecanismos institucionais;
- Adaptar o sistema educacional e estimular formação contínua;
- Estabelecer estratégias de exportação;
- Criar e aplicar legislação de propriedade intelectual e do trabalho para proteção dos direitos do criador ou artista;
- Facilitar arranjos produtivos criativos (clusters);
- Criar instrumentos eficazes de avaliação e coleta de dados.

Tal conjunto de orientações políticas envolve papéis e funções diferenciadas do governo, profissionais criativos e sociedade civil, conforme destaca a Unctad. Às autoridades governamentais, cabem articular políticas públicas que estimulem capacidades criativas otimizadoras da relação entre artes, criação e negócios. Aos profissionais criativos, familiarizem-se com práticas de empreendimento cultural e reforçar habilidades vocacionais e

o seu conhecimento de direitos. À sociedade civil, capacidade de facilitar alianças estratégicas e redes (*networking*) entre as partes interessadas.

É importante destacar que, em termos econômicos, apesar das evidências quanto à contribuição e à rentabilidade da economia criativa, se identifica uma “falha de mercado” que demanda apoio institucional do Estado, ainda que somente num primeiro estágio. O Estado tem papel estratégico de promover a partilha do risco, com formas e instrumentos modernos de políticas públicas. Alguns investidores privados podem se afastar do setor da economia criativa porque não percebem o negócio como capaz de criar valor e o veem como um processo comportando demasiados riscos que desconhecem e temem assumir.

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS

É nesse sentido que a função das incubadoras tecnológicas pode ter impacto fundamental para atrair empreendedores ao setor, com redução da sua aversão ao risco, e propiciar condições para o sucesso do negócio, isso quando se oferece estrutura de apoio durante o período de aprendizado.

Uma incubadora de empresas é uma forma interessante de estímulo ao empreendedorismo na medida em que fortalece e prepara pequenas empresas para sobreviver no mercado. Ela busca oferecer às pequenas empresas apoio estratégico durante os primeiros anos de existência por meio de suportes diversos (infraestrutura, serviços básicos, assessoria, qualificação e *networking*).

JÁ FOI FEITO	INCUBADORAS RIO CRIATIVO
<p>O estado do Rio de Janeiro criou em 2010 o projeto piloto Incubadoras Rio Criativo, que é parte integrante do Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa do Estado. São dois núcleos: um com sede na cidade do Rio de Janeiro e outro em São João do Meriti, município da Baixada Fluminense. Juntos abrigarão 24 empreendimentos no campo da Economia Criativa (16 na capital e 8 na Baixada). Também há incubação à distância para outras quatro propostas, totalizando 28 empreendimentos que serão escolhidos por meio de edital. Durante o processo de seleção, que está em curso, são oferecidas consultorias individuais. Também há oferecimento de capacitação em empreendedorismo e inovação, por meio de cursos. Segundo o projeto, objetiva-se estimular a consolidação de empreendimentos criativos no Estado. Entre os serviços oferecidos aos</p>	<p>empreendedores selecionados estão consultorias na elaboração de planos de negócios, planejamento estratégico, assessoria jurídica e de imprensa, entre outras. Além disso, os contemplados ganharão um espaço físico nas incubadoras para sediar seus empreendimentos por até 18 meses.</p> <p>O projeto é coordenado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e sua execução fica a cargo do Instituto Gênesis, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Conta com parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja), Sebrae RJ, Prefeitura do Rio, RioFilme e Prefeitura de São João de Meriti.</p>

As empresas podem, por um período temporário, ter acesso gratuito a salas individuais e coletivas, laboratórios, auditórios, bibliotecas, salas de reunião, telefonia, acesso à *web*, assessoria gerencial, contábil, jurídica e de desenvolvimento do negócio, treinamentos e cursos, contatos de nível com entidades governamentais e investidores, participação em eventos de divulgação de empresas, fóruns etc.

O modelo das incubadoras de empresas existe no Brasil desde a década de 1980 e abrange experiências em inúmeros segmentos econômicos e sociais. Recentemente, surgiram alguns casos de iniciativas de incubadoras tecnológicas criativas, que deveriam ser ampliados.

Como diretriz prática de política para fomento e fortalecimento da economia criativa na cidade de São Paulo a prefeitura deve aproveitar a experiência do Rio de Janeiro e criar programa similar de incubadora tecnológica para empresas criativas, com a criação de núcleos na cidade, contemplando especialmente a periferia, numa estratégia de promoção do desenvolvimento local com inclusão social.

A PREFEITURA DEVE APROVEITAR A EXPERIÊNCIA DO RIO DE JANEIRO E CRIAR PROGRAMA SIMILAR DE INCUBADORA TECNOLÓGICA PARA EMPRESAS CRIATIVAS, COM A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS NA CIDADE, CONTEMPLANDO ESPECIALMENTE A PERIFERIA

A economia criativa é um ramo promissor para a geração de emprego e renda e dinamização da atividade econômica das cidades, mas é importante lembrar que ela, em geral, demanda mão-de-obra mais especializada. Ou seja, ao mesmo tempo em que remunera mais o profissional criativo vis-à-vis aos demais, o profissional criativo tem escolaridade maior e qualificações específicas e particulares. Assim, o Estado tem papel fundamental de planejar a forma com que a economia criativa pode também oferecer oportunidades, através de programas de capacitação, para o restante da população mais vulnerável. No médio e no longo prazos e preciso educação pública e formação de qualidade, pautadas na criação de capacidades para a inovação.

No curto prazo, quatro diretrizes práticas de políticas são sugeridas enquanto perspectivas de integração da população vulnerável às oportunidades oferecidas pela economia criativa, a partir de: formação de *clusters* criativos e projetos com valorização do turismo histórico-cultural nos distritos; fortalecimento da atividade de turismo na cidade com foco no turista estrangeiro; criação de centros culturais de juventude; criação de cooperativas de artesanato para geração de trabalho e renda feminina.

DIRETRIZ 7. Um *cluster* criativo envolve várias concepções com vantagens para a construção de uma São Paulo inteligente, ágil e compacta. Isso porque uma das interpretações básicas para um *cluster* criativo é a de um lugar para viver assim como para trabalhar, onde os produtos culturais são ao mesmo tempo consumidos e produzidos. Portanto, as pessoas não precisam se deslocar entre local de trabalho e casa; pelo contrário, é o adensamento entre elas, seja no espaço da vida ou da profissão, que promove a troca de ideias e estimula a formação de um campo fértil para a criação. No *cluster* criativo, se pretende consolidar um espaço comum de colaboração de redes sociais e profissionais estáveis para geração, intercâmbio e transferência de inovações e novos conhecimentos.

Um desses modelos mais notável e baseado no tripé conhecimento-tecnologia-criatividade é o do Vale do Silício, localizado na Califórnia, Estados Unidos. O Vale do Silício congrega várias empresas que estão hoje entre as maiores do mundo: Apple, Intel, Microsoft, Google, Facebook, dentre outras.

Os especialistas apontam que a constituição de um *cluster* criativo como o do Vale do Silício exigiu aportes e investimentos para além do *hardware* (construção de estradas, saneamento básico etc.). Ou seja, a infraestrutura para a criatividade, numa analogia, é uma combinação do *hardware* e do *software*, incluindo a estrutura mental propícia e o ambiente fértil para a inovação. O *software* inclui: força de trabalho altamente qualificada e flexível; pensadores, criadores e executores dinâmicos; fortes ligações de comunicação interna e com o mundo exterior; cultura global empreendedora aplicada para fins sociais e econômicos.

No Vale do Silício, a região está baseada em um equilíbrio dinâmico e tenso, que constantemente precisa se readequar à realidade e às novas demandas da sociedade, e faz isso através de uma combinação de cooperação e competição simultânea entre as empresas.

Indaga-se: o modelo do Vale do Silício está muito longe da realidade paulista? Será que teria capacidade de ser altamente inclusivo, com perspectivas de geração de trabalho e renda para as comunidades carentes?

O que se defende para a capital paulista é a construção de clusters e espaços criativos baseados em conhecimento e tecnologias da informação, em atividades culturais, em moda e design, em turismo cultural e o que a imaginação permitir. Quanto mais diversificada a gama de possibilidades, maior a probabilidade de inserção de um número ampliado de profissionais e empreendedores criativos.

CONSTRUÇÃO DE CLUSTERS E ESPAÇOS CRIATIVOS BASEADOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, EM ATIVIDADES CULTURAIS, EM MODA E DESIGN, EM TURISMO CULTURAL

Também não se pode negar que São Paulo está entre as mais ricas do mundo e concentra, mesmo que de modo limitado, um grupo de profissionais altamente qualificados que se adequariam a cargos em empresas como as do Vale do Silício. Ademais, na capital paulista se localiza a Universidade de São Paulo (USP), oferecendo cursos compatíveis aos padrões de excelência de escolas internacionais de re-

nome. No nível privado, há ampla disponibilidade de tecnologias da informação. Portanto, imaginar a implantação de um “Vale do Silício” em terras paulistanas até 2022 não é uma utopia. A própria empresa Google já possui escritório na cidade.

Com a participação do Estado, especialmente da prefeitura, regulando o mercado, oferecendo incentivos e garantindo os direitos de propriedade dos negócios criativos, há chances de se aumentar e fortalecer a economia criativa da cidade. A constituição de um *cluster* criativo só tem a contribuir para a integração do trabalho em rede das empresas criativas de ponta.

O importante a observar é que o modelo de “*cluster* do Vale do Silício” não é incompatível com o de outras experiências que oferecem perspectivas econômicas para a po-

pulação menos escolarizada. Além disso, existem efeitos indiretos que essas iniciativas podem gerar, como suprir as necessidades de prestação de serviços (limpeza, segurança, motorista etc.), que pode ser atendida pela população menos qualificada e que, com a criação de *clusters* em larga escala, podem não ser desprezíveis. Daí decorre a importância de que essas iniciativas estejam bem distribuídas pela cidade, com o objetivo de oferecer oportunidades de trabalho além do Centro Expandido de São Paulo, alcançando os extremos da periferia paulistana.

JÁ FOI FEITO	JAZZ & BLUES EM GUARAMIRANGA E LITERATURA EM PARATY
<p>A experiência do Festival de Jazz & Blues no interior do Ceará, da cidade de Guaramiranga, é um contraponto interessante ao modelo do Vale do Silício, porque revela o potencial de iniciativas criativas de média e pequena escalas para recuperar áreas degradadas ou promover o desenvolvimento social comunitário, sem a dependência de altíssimos recursos financeiros ou de tecnologia e de horizontes de médio e longo prazos.</p> <p>A antropóloga Raquel Galhena, sócia fundadora da produtora Via de Comunicação, viu nessa cidade o palco para a criação do festival, que já alcançou 11 edições. Escolheu o Carnaval, na qual o estado do Ceará não tinha tradição de folia, e a cidade de Guaramiranga, a 100 quilômetros da capital Fortaleza, município de 5 mil habitantes estagnado economicamente desde o declínio do café. O município tinha apenas uma rua pavimentada e dois teatros, resquícios da oligarquia cearense que, no passado, subia a serra no verão para aproveitar o clima mais ameno.</p> <p>Em 11 edições, o festival selou encontros de músicos de qualidade, de Stanley Jordan a Jean-Jacques Milteau, com músicos nacionais como Egberto Gismonti, Hermeto Pascoal, Ivan Lins e participação de talentos regionais.</p> <p>Em 2005, o festival gerou mais de R\$ 3 milhões de receitas para a cidade, o que corresponde a dez meses de arrecadação em impostos. Atualmente quase a metade da população trabalha na cadeia produtiva do turismo cultural e ecológico que, por sua vez, gerou a revitalização e o aprimoramento dos serviços públicos.</p>	<p><i>“No primeiro ano, ou hospedava o público ou os músicos. Não tinha leito suficiente. Também não tinha onde comer, só uma Kombi que vendia hot dog. Hoje tem restaurante italiano, alemão, gaúcho, várias pousadas. E agora a gente contrata cada vez mais mão-de-obra local.”</i></p> <p>RACHEL GALHENA, IDEALIZADORA DO FESTIVAL DE JAZZ & BLUES DE GUARAMIRANGA*</p> <p>Na mesma linha da experiência do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, tem-se a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), cidade localizada no Estado do Rio de Janeiro. A Flip, criada em 2003, aproveitou um potencial pré-existente de turismo da região, que explorava a beleza natural e o patrimônio histórico da época do ouro, alavancando-o ainda mais, ao colocar o município no circuito internacional da literatura.</p> <p>Anualmente, a Flip recebe importantes escritores que, por meio de palestras, debates e lançamentos, atraem um público que gera renda para a cidade, dinamizando a economia local, com efeitos o ano todo. As edições mais recentes variaram de 10 mil até 25 mil. Outro diferencial da Flip é que ela envolve 90% dos estudantes da região em atividades culturais, que desde o seu início foram apropriadas e desenvolvidas pela comunidade local.</p> <hr/> <p>* INFORMAÇÕES E DEPOIMENTO EXTRAÍDOS DA REPORTAGEM ALÉM DA IMAGINAÇÃO. HTTP://PAGINA22.COM.BR/INDEX.PHP/2010/05/ALEM-DA-IMAGINACAO/.</p>

A expansão de distritos industriais criativos na cidade pode promover uma apropriação mais inteligente do território. À medida que as pessoas vierem a morar em torno dos *clusters* e não mais distante dos locais de trabalho, uma série de serviços irá ser demandada para atender às necessidades do dia a dia dos moradores (comércio, educação, entretenimento etc.). Áreas degradadas podem ser recuperadas por um modelo de urbanização baseado em alto padrão de qualidade de vida, com geração de oportunidades econômicas locais.

Hoje, a resistência das pessoas mais qualificadas em morar fora da área central não é uma questão de localização geográfica apenas, mas de oportunidades socioeconômicas que os demais distritos oferecem. Conforme essa realidade se transforma, com a presença de melhores empresas para trabalhar, oferecendo bom salário e elevado nível de satisfação na realização de um trabalho criativo, o poder de atração vai ser invertido – quem não quer trabalhar e morar num lugar dinâmico?

Segundo a especialista Ana Carla Fonseca Reis³, os exemplos bem-sucedidos em um contexto não são imediatamente transportáveis para outro, não obstante, tenham elementos comuns e fundamentais aos diversos casos, independente da localização ou do porte da cidade, conforme listados a seguir:

- A organização de um projeto cultural como catalisador de um programa complexo, transformador e transversal a diferentes setores (economia, meio ambiente, turismo, educação);
- O reconhecimento da necessidade de uma transformação profunda, motivada por uma situação de crise econômica e social (estagnação econômica, violência, desesperança, baixa autoestima), em cumplicidade com uma determinação inequívoca de sobrepujar obstáculos;
- A apropriação do programa pela comunidade, ainda que inicialmente não seja ela a protagonista;
- A identificação de traços distintivos (ainda que latentes) da cultura local, cuja originalidade é percebida e apreciada pelo olhar de quem é de fora. Com isso, quebra-se a falsa dicotomia entre preservação da cultura local e abertura para o turismo e se garante a continuidade do turismo mesmo fora dos períodos de realização do projeto;
- O apelo a um turista qualificado, que entende a cidade como a casa de sua anfitriã e procura conhecê-la e vivenciá-la com respeito;
- A aliança entre as instituições públicas, privadas e do terceiro setor, com governança claramente definida, não importando qual dos três tenha se destacado no início desse processo de transformação;

3 ANA CARLA FONSECA REIS. *ECONOMIA CRIATIVA: COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO*. SÃO PAULO: ITAÚ CULTURAL, 2008.

- O investimento na qualificação dos recursos locais, na capacitação de crianças e jovens e na organização de atividades de conscientização e expansão da capacidade de raciocínio da comunidade;
- A visão de que a sustentabilidade cultural local é dependente de sua sustentabilidade econômica. Isso não equivale a dizer que o valor de mercado se sobreponha aos valores culturais, mas sim que as duas esferas são complementares e necessárias para que a comunidade tenha a possibilidade de fazer suas próprias escolhas;
- O combustível cultural de altíssima octanagem que se dá pelo rompimento das fronteiras entre erudito e popular, externo e local, grande nome e jovem talento.

Esses pontos comuns ajudam a refletir quais elementos um projeto cultural a ser implantado em cada distrito ou bairro da cidade de São Paulo, coordenado pela prefeitura, em parceria com entidades do setor privado e terceiro setor, o projeto demandaria. Tais experiências culturais bem sucedidas de cidades de pequeno porte podem ser adaptadas ou inspiradoras de iniciativas tendo como unidade de planejamento os distritos ou bairros da capital paulista.

IDENTIDADES TERRITORIAIS

São Paulo precisa recuperar suas identidades locais territoriais, que podem ser no nível dos bairros e distritos, para além da perspectiva homogeneizadora de megametrópole, que esconde as mais de 70 nacionalidades que estão presentes na cidade, assim como os moradores indígenas. É preciso também dar reconhecimento e lugar de destaque à cultura urbana, como detentora do seu valor, capaz de atrair o olhar e o interesse do turista estrangeiro, tal como cidades como Londres e Nova York conseguem fazer. Se lá fora valorizam os nossos artistas urbanos, por que os paulistanos não o fazem? Não se pode esquecer que essa cultura urbana também atrai a atenção de paulistas de outros municípios e dos brasileiros de outros estados.

As diferentes identidades se refletem em produtos e serviços culturais que podem ser explorados comercialmente. Como primeiro passo, a prefeitura pode realizar um mapeamento das expressões culturais que existem nos distritos ou bairros da cidade, além de identificar quais são as infraestruturas necessárias para alavancá-las comercial e economicamente e selecionar possíveis parceiros e investidores para a criação de polos criativos nesses locais.

Em termos de estrutura financeira, a estratégia deve ser tripartite. A prefeitura pode oferecer cessão de espaços, crédito e subsídio para construção de centros culturais, negócios criativos, eventos e festivais. O setor privado pode ser atraído por meio de incentivos fiscais (Lei Rouanet e similares) para ser investidor e parceiro cadastrado na prefeitura. Os empreendedores que receberem apoio devem garantir o oferecimento de bens e serviços culturais de qualidade e com preços acessíveis, capazes de atrair visitantes.

Em termos de centros culturais, embora possam ser oferecidos cursos gratuitos para a comunidade, é importante que o eixo norteador de suas atividades seja a busca pela autossustentabilidade.

Em cada distrito ou bairro, podem ser lançados concursos que estimulem moradores e artistas da região a pensar e refletir a sua identidade local. O concurso poderá ser um instrumento de consulta ao mesmo tempo em que mobiliza e engaja a comunidade no processo.

DEFENDE-SE QUE A CIDADE DE SÃO PAULO TENHA IMPLEMENTADO, ATÉ 2022, ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA ATRAVÉS DE PROGRAMAS QUE explorem o potencial de turismo cultural de cada distrito ou bairro, a partir da sua identidade cultural

Defende-se que a Cidade de São Paulo tenha implementado, até 2022, estratégia para promoção da economia criativa através de programas que explorem o potencial de turismo cultural de cada distrito ou bairro, a partir da sua identidade cultural.

Defende-se que São Paulo promova a “Semana da Nacionalidade”, à semelhança de experiência existente no Canadá. Em semanas específicas do ano,

conforme calendário oficial da cidade, a cultura dos paulistanos que têm origem numa nacionalidade e etnia seria comemorada em um bairro ou distrito. Assim, só lembrando rapidamente dentre as principais nacionalidades presentes em São Paulo, poder-se-ia ter a semana dos italianos, dos alemães, dos espanhóis, dos portugueses, dos japoneses, dos

DEFENDE-SE QUE SÃO PAULO PROMOVA A “SEMANA DA NACIONALIDADE”

bolivianos, dentre outros. Nessa ocasião, haveria, por exemplo, apresentação da cultura através da culinária, das expressões artísticas, feiras, exposições etc., que também serviriam para a cidade agradecer a contribuição de cada imigrante estrangeiro que transformou São Paulo numa cidade multicultural, ressaltando o papel relevante desse povo/país/nação/etnia na conformação da cidade. Esse tipo de evento pode atrair turistas de todos os cantos do Brasil e também do mundo.

Pode-se também adequar essa proposta para criar a “Semana dos Estados”, visto que São Paulo recebe migrantes de todas as unidades da federação brasileira. É sabido que algumas áreas da Zona Leste apresentam muitos migrantes nordestinos. Assim, poder-se-ia criar, nos bairros dessa região, a Semana da Bahia, a Semana do Ceará, a Semana de Pernambuco, dentre outros, para comemorar e agradecer as contribuições desses brasileiros para o desenvolvimento da capital paulista.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Por conta dessa diversidade migratória, que gerou a criação da cidade por muitas mãos, o patrimônio histórico de São Paulo é riquíssimo e precisa ser explorado, tanto pelo estrangeiro como pelo paulistano. O Pátio do Colégio é o marco inicial do nascimento da cidade, onde se criou o primeiro núcleo para fins de catequização de indígenas do planalto, através do padre Manuel da Nóbrega e o então noviço José de Anchieta, jesuíta encaminhado ao Brasil a mando de Portugal. A Catedral da Sé é um dos maiores templos neogóticos do mundo, realização do arquiteto alemão Maximilian Emil Hehl, que se inspirou nas grandes catedrais medievais da Europa. Todos os mosaicos, esculturas e mobiliários que compõem a igreja foram trazidos por navio da Itália. O Largo de São Francisco é palco

de um dos primeiros cursos jurídicos criado no Brasil, ainda no século XVIII. Mas muitos paulistanos desconhecem fisicamente e a história desses locais. São poucos os que já visitaram e receberam informações educativas. No caso do turista de outras cidades e do exterior, a situação não é muito diferente.

Defende-se que a prefeitura aperfeiçoe os programas existentes para que os visitantes da capital paulista possam conhecer seus locais históricos e os patrimônios culturais paulistanos. Isso pode ocorrer através de atividades integradas, coordenadas pela prefeitura, com participação de agências de viagens, da rede hoteleira, dos organizadores de eventos e feiras, das empresas de transporte, instituições da área educacional e cultural, enfim todos os que estão relacionados com a tarefa de satisfazer as necessidades das pessoas que visitam e querem usufruir os benefícios da cidade na área cultural e do patrimônio histórico.

APERFEIÇOAR PROGRAMAS EXISTENTES PARA QUE OS VISITANTES DA CAPITAL PAULISTA POSSAM CONHECER SEUS LOCAIS HISTÓRICOS E OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS PAULISTANOS

No nível local, as escolas podem ter um papel importantíssimo, ao formar os paulistanos, incentivando o conhecimento do município e promovendo excursões com os alunos para esses espaços. É interessante que a História da cidade seja ensinada, de forma concreta, na rede de ensino. Conhecê-las potencializaria a cidadania e a possibilidade de valorização do patrimônio histórico. Essas iniciativas podem estar vinculadas às atividades e aos programas relacionados ao atendimento das necessidades de turistas de outras cidades e dos turistas estrangeiros, pois os estudantes e jovens podem ser monitores dos pontos de informação turística espalhados pela cidade.

Dessa forma, defende-se que haja uma interlocução entre a rede de ensino na capital paulista e os órgãos da prefeitura relacionados com a organização de atendimento aos turistas, de modo que os estudantes da rede escolar, devidamente capacitados, sejam contratados como monitores dos pontos de informações turísticas sobre a cidade. Essa iniciativa promove o conhecimento de São Paulo pelos seus cidadãos, além de gerar trabalho e renda, tanto do ponto de vista direto para os jovens, como fomentando a atividade turística na cidade, trazendo receitas para o município.

ESTUDANTES DA REDE ESCOLAR, DEVIDAMENTE CAPACITADOS, PODEM SER CONTRATADOS COMO MONITORES DOS PONTOS DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS SOBRE A CIDADE

DIRETRIZ 8. Anteriormente, mencionou-se a necessidade de atrair o turista estrangeiro para a cidade. Essa afirmação é baseada no diagnóstico apresentado no Boletim Semestral 1/2010 do Observatório de Turismo da Cidade de São Paulo, que revela que, em 2010, somente 16,3% dos turistas eram estrangeiros. Há, portanto, um potencial a explorar em torno do perfil do turismo atual da cidade.

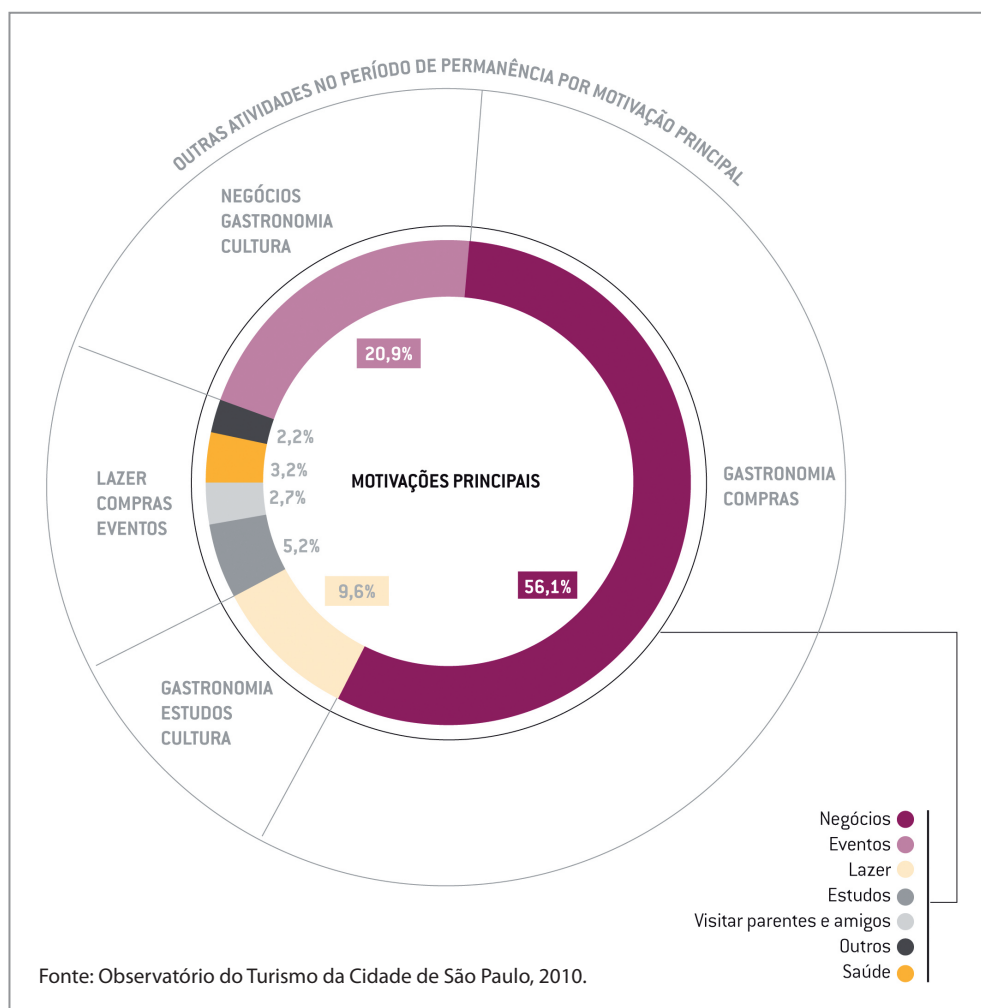
É importante destacar que, entre 2009 e 2010, esse número cresceu 7,4%, mas ainda assim seu desempenho pode ser melhorado. Esse documento constatou que majorita-

riamente os turistas estrangeiros hospedam-se em estabelecimentos de categoria de luxo, enquanto os turistas nacionais pernoitam em hotéis de categoria econômica ou médio padrão. Dessa forma, do ponto de vista econômico e de volume de dinheiro gasto, o turista estrangeiro é muito bem vindo porque tem potencial para trazer recursos financeiros para a cidade.

Vale lembrar que o Relatório de Economia Criativa destaca que os principais motores da economia criativa mundial são o turismo, a tecnologia e a demanda por produtos criativos.

O turismo em São Paulo, somente por meio da sua rede hoteleira e de restaurantes, oferece excelentes perspectivas de ocupação para a população de escolaridade menos elevada. Precisa ser alavancado!

MOTIVAÇÕES DE VISITA A SÃO PAULO E OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS Primeiro semestre, 2010



CIDADES ATENDIDAS POR VOOS DIRETOS PARTINDO DE SÃO PAULO Primeiro semestre, 2010

1. <i>Amsterdã</i>	13. <i>Cidade do Leste</i>	25. <i>Los Angeles</i>	37. <i>Porto</i>
2. <i>Aruba</i>	14. <i>Cidade do México</i>	26. <i>Luanda</i>	38. <i>Punta Cana</i>
3. <i>Assunção</i>	15. <i>Dallas</i>	27. <i>Madri</i>	39. <i>Roma</i>
4. <i>Atlanta</i>	16. <i>Dubai</i>	28. <i>Miami</i>	40. <i>Santa Cruz de la Sierra</i>
5. <i>Barcelona</i>	17. <i>Frankfurt</i>	29. <i>Milão</i>	41. <i>Santiago do Chile</i>
6. <i>Bridgetown</i>	18. <i>Houston</i>	30. <i>Montevideo</i>	42. <i>Seoul</i>
7. <i>Beijing</i>	19. <i>Istambul</i>	31. <i>Munique</i>	43. <i>Tel Aviv</i>
8. <i>Bogotá</i>	20. <i>Johanesburgo</i>	32. <i>Nagoya</i>	44. <i>Tóquio</i>
9. <i>Boston</i>	21. <i>La Paz</i>	33. <i>Nova Iorque</i>	45. <i>Toronto</i>
10. <i>Buenos Aires</i>	22. <i>Lima</i>	34. <i>Orlando</i>	46. <i>Ushuaia</i>
11. <i>Caracas</i>	23. <i>Lisboa</i>	35. <i>Cidade do Panamá</i>	47. <i>Washington</i>
12. <i>Chicago</i>	24. <i>Londres</i>	36. <i>Paris</i>	48. <i>Zurique</i>

Fonte: Panrotas/Observatório do Turismo da Cidade de São Paulo, 2010.

O setor de turismo ainda tem a vantagem de prover uma arrecadação de impostos significativa. Em 2010, o setor de Turismo, Eventos e Similares, segundo o Boletim do Observatório, arrecadou R\$ 76,3 milhões.

Tanto para os turistas internacionais quanto para os nacionais, a principal motivação da visita a São Paulo identificada no Boletim foi negócios (56,1%), seguida por eventos (20,9%), lazer (9,6%), estudos (5,2%), saúde (3,2%), visita a parentes e amigos (2,7%), outros (gastronomia, compras e cultura (2,2).

O que se observa é que se, por um lado, a cidade acumula expertise no turismo de negócios e eventos, por outro, é pouco competente para atrair turistas por motivos culturais e de lazer, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Esse gargalo precisa ser atacado pela prefeitura se a construção de uma cidade criativa é o que se pretende alcançar até 2022.

Para atrair o turista estrangeiro, a prefeitura pode desenvolver campanhas que venham a circular no exterior, além de estimular a participação de empresas de turismo paulistas em feiras de negócios internacionais do setor. O aproveitamento da capilaridade das mídias sociais e internet pode ser um elemento diferencial para ampla difusão das campanhas turísticas.

Em feiras de negócios e eventos organizados na cidade, pode-se construir uma parceria na qual o turista, no momento da inscrição do evento, receba folder informativo (impresso ou digital) produzido pela Secretaria Municipal de Turismo, com opções turísticas de São Paulo. Pode-se pensar, inclusive, na provisão de incentivo financeiro oferecido pela prefeitura, que ofereça descontos em hotéis para o visitante que resolver fazer à famosa “esticadinha” do evento, para curtir um final de semana na cidade. A lógica é que esses incentivos governamentais não são custos, mas dinheiro investido que retorna aos cofres públicos em forma de impostos e contribuição na expansão do emprego e renda da cidade.

É preciso apenas alinhar o foco da demanda, porque a infraestrutura necessária para receber o turista já existe. A rede hoteleira trabalha com uma taxa de ocupação que variou de 52,0% em 2004 até 66,3% em 2010 (dados do Boletim 1/2010), portanto, imediatamente não é necessário investimentos para construir mais hotéis. O número de destinos internacionais atendidos por voos diretos partindo de São Paulo aumentou de 28, em 2005, para 48, em 2010. No entanto, frente às novas demandas da Copa do Mundo e das Olimpíadas que o país acolherá, com impactos na capital paulista, há indícios que a capacidade hoteleira e a infraestrutura aeroportuária tenham que ser expandidas.

Um turista, seja ele nacional ou estrangeiro, acaba, na prática, sendo um divulgador voluntário do local que visita, quando se apaixona. É uma rede que se pretende construir: atrair mais turistas que vão trazer novos turistas. A *priori* pode parecer um bem fútil e consumista, mas o *souvenir*, aquela lembrança do local visitado que se leva como memória para a casa ou para presentear um amigo, é um meio eficiente de divulgar a paixão pela cidade. Sua confecção pode ser feita por meio de cooperativas comunitárias de artesanato que a prefeitura pode fomentar.

DIRETRIZ 9. A prefeitura paulistana deve estimular o fomento do cooperativismo, enquanto estratégia de geração de renda para as mulheres. O artesanato solidário pode ser escolhido como atividade principal e deve estar baseado na valorização da responsabilidade socioambiental com sustentabilidade do negócio.

Isso significa que a iniciativa deve fugir da lógica que se instalou em alguns programas de combate à pobreza, de reunir mulheres desempregadas e ensiná-las a produzir qualquer coisa, quase que apenas para ocupar o seu tempo e tendo como impacto o aumento da autoestima das mulheres e, às vezes, alguma geração de renda.

Não é isso que está sendo defendido. O que se propõe é que a prefeitura formule um programa baseado na constituição de uma rede de negócios artesanais na cidade, que produza e escoe no mercado produtos de qualidade, diferenciados, exclusivos e com alta agregação de valor.

Pesquisas de mercado sobre o perfil do produto a ser desenvolvido, público consumidor, somado ao investimento em design são requeridas. Ferramentas de divulgação – site, catálogos, showroom, eventos – além da mediação das negociações cliente-artesão e formação de rede de relacionamento para estabelecimento de parcerias e alianças comerciais, devem ser incluídas no programa e no plano de negócio, elaborado conjuntamente entre as cooperativas e os órgãos municipais. Além disso, é preciso capacitar as mulheres para ser produtoras e também gestoras, que em etapa posterior ao apoio inicial da prefeitura, deve vir a ser transformada em uma cooperativa própria, formalizada e gerenciada pelo grupo de mulheres.

Algumas entidades já possuem experiência em artesanato solidário, por exemplo, Artesol e Sebrae. Essas instituições podem ser contratadas pelas autoridades paulistanas para desenvolver um programa para a cidade. A ideia é que se promova o fomento de negócios de artesanato cooperativo para as mulheres, principalmente as desem-

pregadas, que após etapa de capacitação em múltiplos aspectos (produção, comercialização, gestão etc.), se apropriem do empreendimento como um negócio próprio, que evolua para ser administrado por elas, não mais dependendo de tutoria externa da prefeitura ou de outras organizações.

O objetivo final é que as cooperativas criadas e depois mantidas no tempo se constituam em atividade principal das mulheres, gerando renda de forma significativa, no lugar de uma mera complementação da renda familiar, sem impacto econômico na melhoria da qualidade de vida.

DIRETRIZ 10. No campo das ações envolvendo cultura e juventude, as manifestações ativas de grupos e organizações juvenis de todo o Brasil revelam existir enorme potencialidade para estimular processos educativos, abrindo caminhos para o crescimento pessoal dos jovens e sua inserção social e econômica no mercado de trabalho por meio da cultura. Os jovens têm facilidade para compreender a linguagem artística e se sentem atraídos por ela. Portanto, a prefeitura deve explorar esse caminho, por meio da criação de centros de juventude, tal o Centro Cultural da Juventude (CCJ), na Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo, equipamento público sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura.

Segundo a Secretaria, o CCJ é o maior centro público dedicado aos interesses da juventude paulistana. São 8.000 metros quadrados, reunindo biblioteca, anfiteatro, teatro de arena, sala de projetos, internet livre em banda larga, laboratório de idiomas, laboratório de pesquisas, estúdio para gravações musicais, ilhas de edição de vídeo e de áudio, ateliê de artes plásticas, sala de oficinas e galeria para exposições, além de uma ampla área de convivência.

Defende-se que a prefeitura crie novos centros culturais em todos os distritos ou bairros para a juventude, aproveitando a experiência da CCJ existente na Cachoeirinha. A ampliação dessa iniciativa deve ter como critério a priorização dos bairros periféricos e mais vulneráveis de São Paulo.

DEFENDE-SE QUE A PREFEITURA CRIE NOVOS CENTROS CULTURAIS EM TODOS OS DISTRITOS OU BAIRROS PARA A JUVENTUDE, APROVEITANDO A EXPERIÊNCIA DA CCJ EXISTENTE NA CACHOEIRINHA

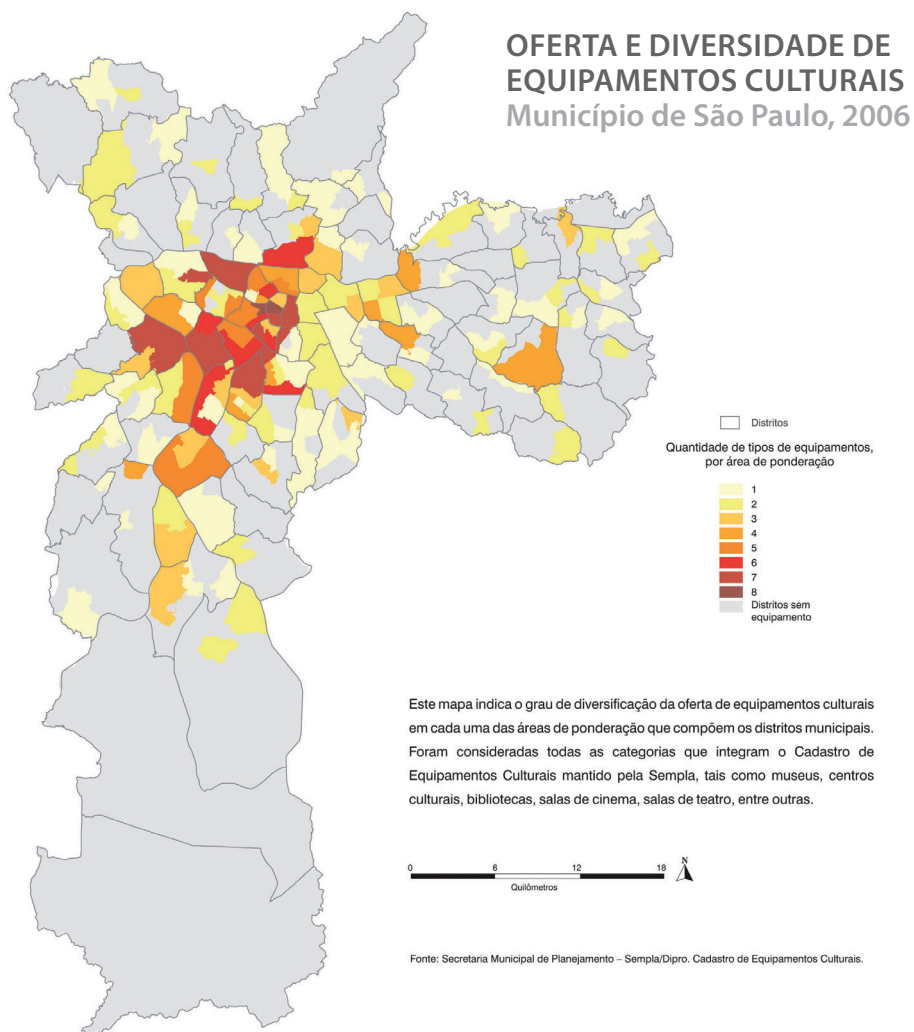
É claro que os esforços devem ser coordenados, ou seja, é importante que cada região possua oferta de atividades culturais com foco na juventude, mas algumas iniciativas já podem estar em curso, por exemplo, por meio de parceria com entidades do terceiro setor, como o programa Ponto de Cultura, do Ministério da Cultura. Esta iniciativa realiza convênios com entidades que desenvolvem ações de impacto socio-cultural em suas comunidades, com aportes financeiros de até R\$ 185 mil por parte do governo federal.

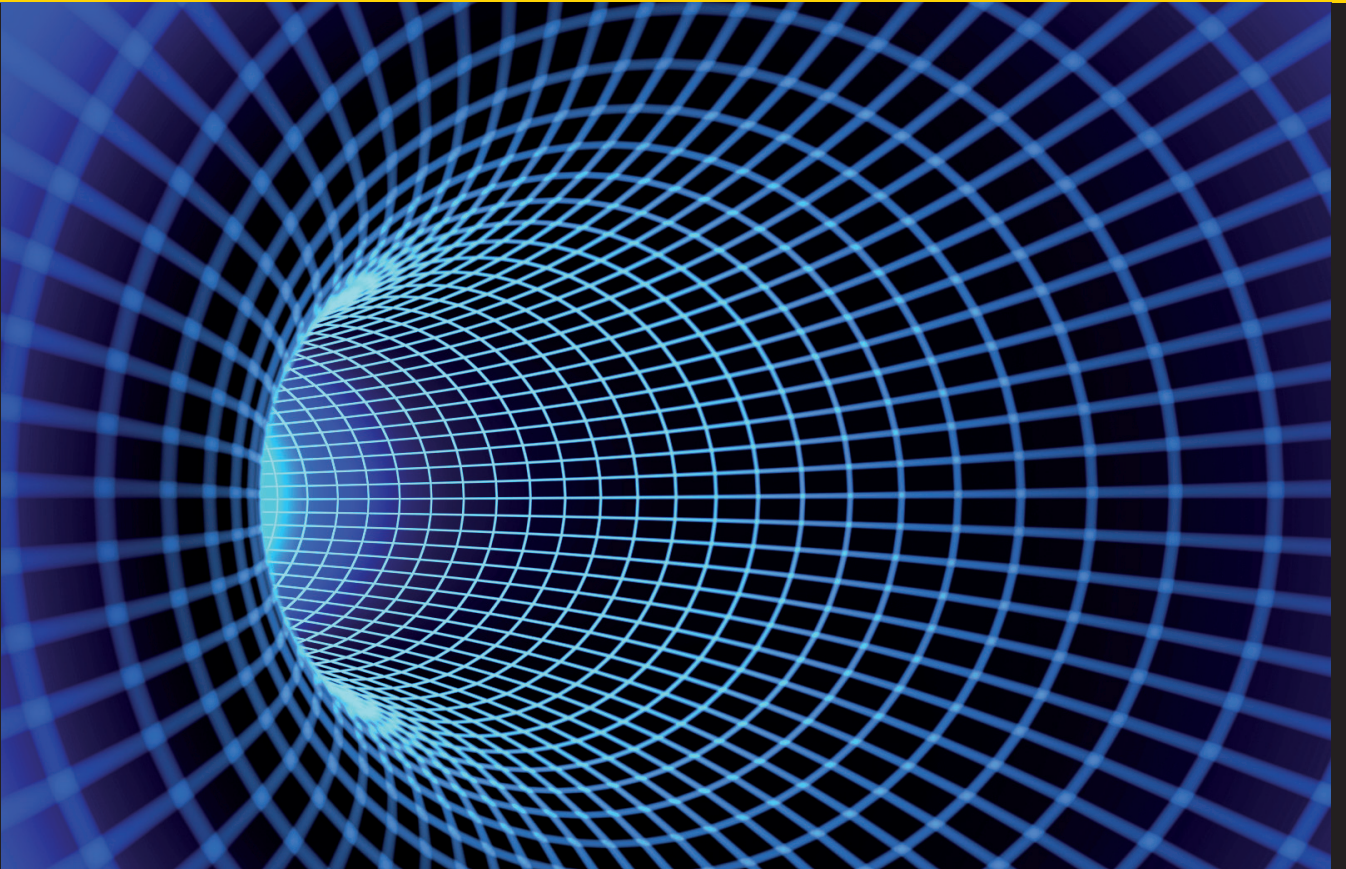
Nesse sentido, um mapeamento da oferta de atividades culturais nos bairros, contrastando a demanda e a quantidade de matrículas oferecidas aos jovens, por grupos de atividades culturais, é estratégico para uma gestão eficiente dos recursos emprega-

dos, evitando a sobreposição de ações, ao mesmo tempo em que outras localidades possam ficar menos assistidas. A tabela da p. 333 é uma evidência dessa realidade no tocante aos pontos de cultura.

É importante que os centros de juventude contemplem três funções principais: espaços socioeducativos, formação profissional e provisão de acesso à cultura. Em relação ao último item, as atividades promovidas nos centros com os jovens podem ser orientadas para a criação de espetáculos, shows, apresentações de dança, dentre outras atividades, que seriam ofertadas para a comunidade nos finais de semana, construindo um modelo de provisão de cultura popular e gratuita de qualidade em toda a cidade.

Essa medida contribuiria para reverter o padrão de distribuição espacial desigual dos equipamentos culturais na cidade que, pela história do desenvolvimento urbano de São Paulo e as escolhas feitas pelo setor privado, priorizaram investimentos em áreas onde há maior poder aquisitivo.





ISTOCK PHOTOS



BANDA LARGA

O acesso a uma rede de banda larga de qualidade e gratuita a todos é uma forma de democratizar o conhecimento na cidade.

As características da economia criativa revelam ser este um setor altamente estimulado quando há ambiente propício à inovação. Mas esta não surge do nada, a criação e difusão do conhecimento, especialmente quando se dá em rede, são pré-condições fundamentais para sua geração. Ou seja, a economia criativa está relacionada à forma com que o conhecimento é produzido e circula. Na verdade, todos os setores da economia e da sociedade moderna se beneficiam se as tecnologias da informação e comunicação (TIC) estão disponíveis para todos, norteados o desenvolvimento de processos sociais e econômicos.

Fala-se atualmente na Revolução do Conhecimento, muito mais poderosa do que qualquer “Revolução Industrial” produzida anteriormente. De forma sintética, o que está acontecendo é o maior e mais rápido uso do conhecimento, em geral, para fins de desenvolvimento. Conhecimento compreendido em todos os sentidos: educação, treinamento de recursos humanos, ciência&tecnologia (tecnologias genéricas e específicas), engenharia de produtos e processos, informação, design, marketing, métodos modernos de gestão, logística.

Ao mesmo tempo, há redução constante e drástica dos custos de transportes e comunicações e, em geral, dos custos das transações, numa velocidade nunca vista. Tem-se, também, o avanço da valorização do capital humano, decorrente das maiores exigências de qualificação da mão-de-obra demandada por empresas e organizações e do efeito integrador das TIC. O caso mais emblemático de economia e sociedade

baseadas no conhecimento é o da Coreia do Sul. Mas China e Índia, percebendo esse potencial, têm procurado investir nesse padrão de desenvolvimento. Em novembro de 2001 e novembro de 2004, respectivamente, iniciaram programas de transição para uma Economia do Conhecimento¹.

No caso de São Paulo, tal como nas economias desenvolvidas, o conhecimento torna-se fundamental para os objetivos de construção de uma cidade criativa e inteligente, que é o que se quer para o horizonte de 2022. Para isso, será preciso garantir a criação de infraestrutura de comunicação, de espaços digitais e de ferramentas públicas, que possam promover a solução de problemas de gestão da cidade e resolvam questões que afligem ou inquietam o cotidiano das pessoas, de forma simples e eficaz. Se hoje grande parte do conhecimento circula por meio da internet, é mais do que urgente promover a conectividade dos paulistanos a esse grande sistema de compartilhamento de informações propiciado por essa tecnologia.

Os impactos econômicos e em termos de melhoria da gestão pública, quando uma internet de qualidade está acessível para todos, têm sido debatidos a partir de vários estudos. Uma pesquisa de opinião realizada pela empresa Siemens, com base em 15 cidades de 12 países, comprovou que uma melhor oferta de internet é percebida por empresas, cidadãos e governantes como propiciadora de aumento de competitividade das empresas, melhora da administração pública e, indiretamente, da qualidade de vida dos cidadãos. A saber, esse trabalho foi baseado em entrevistas com 240 gestores municipais, 2.250 cidadãos e 300 empresários.

Dos empresários entrevistados, 77% afirmaram que uma rede de alta velocidade é a principal tecnologia a atrair o setor privado a procura de novos empreendimentos, percentual superior ao daqueles que afirmaram ser o principal atrativo a provisão de coberturas totais do território por banda larga (65%). Logo, a velocidade importa muito e, baseando-se nessa informação, a proposta de universalização do acesso à rede de banda larga defendida para São Paulo tem de estar pautada em princípio de qualidade que, além de preço acessível, valorize também a agilidade na conexão.

Segundo o ponto do interesse empresarial, também identificaram-se anseios de que as TIC sejam um meio de melhorar o relacionamento com o poder público, principalmente por intermédio do aumento da eficiência da gestão municipal. O maior desejo de 61% dos entrevistados é o de se relacionar com um governo mais rápido e com regras mais simples para aprovação e concessão de licenças.

No tocante à qualidade da conexão, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) afirma que o problema decorre do baixo nível de competição entre poucas operadoras, que concentram os serviços em todo o país, mais a elevada carga tributária. Esses fatores refletem no preço e no pequeno estímulo para melhorar a qualidade do

¹ JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO. O BRASIL E A ECONOMIA DO CONHECIMENTO – O MODELO DO TRIPÉ E O AMBIENTE INSTITUCIONAL. XVII FÓRUM NACIONAL CHINA E ÍNDIA COMO DESAFIO E EXEMPLO E A REAÇÃO DO BRASIL... PARA CIMA. RIO DE JANEIRO, MAIO DE 2005. ESTUDOS E PESQUISA Nº 108. INAE – INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS.

serviço. Em 2009, o gasto médio do brasileiro com banda larga representava 4,58% da renda mensal *per capita*. Na Rússia, o indicador era 1,68%. A diferença é ainda maior em comparação com os países desenvolvidos, onde a relação está em 0,5%. Isso significa que o serviço é quase dez vezes mais caro no Brasil se comparado a outros países. Apenas 12 milhões de domicílios (21% da população brasileira) têm banda larga e, em 54% dos domicílios com banda larga, a velocidade de acesso é predominantemente menor ou igual a 1 Mbps².

Estudo alternativo realizado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicação e Tecnologia da Informação (CPqD), reforça essas evidências ao estimar que o atraso em relação a uma rede de acesso universal, causa uma perda de Produto Interno Bruto (PIB), em termos globais, em torno de US\$ 3,4 trilhões. Para o Brasil, cujo PIB representa cerca de 2% do produto bruto mundial, isso representa algo da ordem de US\$ 100 bilhões de perda de PIB por ano de atraso.

Por conta disso, a proposta de ampliar a infraestrutura de rede e banda larga de qualidade de forma democrática para toda a cidade é, na realidade, um instrumento para promoção de duas subpropostas integradas: tornar São Paulo uma cidade digital e aprimorar o sistema de governo eletrônico da administração municipal.

O conceito de Cidade Digital disseminou-se a partir do conhecimento da experiência da cidade de Piraí, no interior do Estado do Rio de Janeiro, que virou referência nacional e internacional. Será visto que Cidade Digital não se obtém apenas por meio da provisão de infraestrutura física de rede e banda larga. Há todo um processo pedagógico e político envolvido, de forma que esta “rede” possa efetivamente promover uma revolução no modo de vida da cidade.

Em relação ao modelo de governo eletrônico, acredita-se que deve ser baseado não apenas na oferta de informação fácil, acessível e transparente para a população, mas na maior interação entre o cidadão e os serviços públicos (inclusive influenciando alguns serviços privados) que são geridos pela prefeitura, por meio da tecnologia da informação. Exemplificando, na cidade de Issy-les-Moulineaux, na França, os pais conseguem conversar com seus filhos nas creches por meio de webcam e as certidões de casamento e nascimento são emitidas digitalmente.

A construção de uma Cidade Digital, ao mesmo tempo em que demanda vontade política e esforço governamental municipal, é um desafio coletivo, que deve envolver o comprometimento de todos os setores da sociedade para o seu sucesso. A criação de um Conselho Gestor é crucial e instrumental para a criação de um projeto de inclusão digital compartilhado, tal como feito na experiência de Piraí. A prefeitura paulistana precisará desenvolver ainda capacidade de articulação institucional.

No caso da cidade de São Paulo, dada sua extensão e densidade populacional, as autoridades municipais poderão ser as principais articuladoras da inclusão digital, mas

² MEGABIT POR SEGUNTO.

JÁ FOI FEITO	CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE DIGITAL EM PIRAI
<p>Um dos grandes diferenciais da experiência do Pirai – Município Digital é que surgiu no bojo de um processo de intervenção planejada de recuperação econômica da cidade. Nesse sentido, o acesso à internet voltado para promoção do desenvolvimento econômico local, com foco nas pessoas e no incentivo do caráter produtivo do território. A concepção adotada por essa prefeitura foi harmonizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. A inclusão digital é um dos elos entre essas duas dimensões do desenvolvimento.</p> <p>Em 1997, os gestores desse município elaboraram o Programa de Desenvolvimento Local de Pirai (PDL), como resposta à queda da produção agropecuária e à privatização da empresa de energia elétrica Light, uma das principais fontes de geração de emprego e renda do município por várias décadas. A venda da empresa de energia elétrica representou de uma só vez a eliminação de cerca de 1.200 postos de trabalho, que movimentavam a economia local por meio de comércio, serviços, hospedagem etc., com severas consequências para a arrecadação da receita municipal.</p> <p>De forma bem sintética, o PDL teve início com a elaboração do Perfil Econômico Municipal (PEM), que identificou as potencialidades locais. A partir do seu conhecimento, três eixos de ação foram estipulados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Programa de Geração de Renda, Emprego e Desenvolvimento do Comércio, Indústrias e Serviços – com a criação de Condomínio Industrial; b) Programa de Promoção do Trabalho e Renda da Área Rural – com projeto de Pólo de Piscicultura; c) Programa de Promoção do Trabalho e Renda com Fomento do Cooperativismo – com meta de criação de uma cooperativa solidária em cada bairro, para absorção da população excluída do mercado de trabalho.* <p>O PDL alcançou excelentes êxitos na recuperação socioeconômica da cidade e em 2001 teve seu mérito reconhecido, conquistando o prêmio Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas.</p>	<p>Em junho de 2002 foi formalizado um convênio entre a prefeitura e a Universidade Federal Fluminense (UFF) para o desenvolvimento de um projeto no campo educacional e daí para frente o programa Pirai – Município Digital só veio a crescer, abrangendo outras áreas para além da educacional. Desde o início do programa, a prefeitura incentivou o compromisso de toda a comunidade, dos gestores locais, passando pelo empresariado e pela sociedade civil. Para isso foi fundamental o papel do Conselho da Cidade, criado com o objetivo de acompanhar a execução do Plano Diretor da Cidade Digital de Pirai. O principal objetivo do programa Pirai Digital é a democratização do acesso aos meios de informação e comunicação, gerando oportunidades de desenvolvimento econômico e social, ampliando os horizontes da cidade através da utilização e gestão do conhecimento, da implantação de uma rede de transmissão de voz e dados, além das tecnologias de informação e comunicação, que permitem acesso à internet de banda larga. Foi elaborada uma estrutura de gestão que combinou a participação da comunidade na elaboração e acompanhamento das diretrizes gerais dos pilares do programa: governo (pirai.gov), comunidades (pirai.org), empresas (pirai.com) e escolas (pirai.edu).</p> <p>Algumas iniciativas ilustram o caráter inovador das ações operadas por meio do pirai.gov: implantação do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) desenvolvido segundo o conceito de cidade digital, por meio do financiamento obtido pelo BNDES; com integração de todos os setores da administração municipal em uma só rede de dados; produção de informações e serviços on-line</p> <hr/> <p><small>*PARA SABER MAIS A RESPEITO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PIRAI VER LESSANDRA DA SILVA. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PIRAI IN HÉLIO BATISTA BARBOZA & PETER SPINK (ORG.). 20 EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA. SÃO PAULO: PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA. 2002.</small></p>

JÁ FOI FEITO	CONTINUAÇÃO
<p>de maneira fácil, rápida e personalizada através de portal da cidade; implantação de quiosques digitais para o oferecimento de informações e serviços aos cidadãos; implantação de um sistema de informação geográfica, integrando a base de dados tributária com a de urbanismo, obras públicas e meio ambiente (e-geo); plano de informatização de todos os centros de assistência médica que permita a gestão unificada da rede (e-saude).</p> <p>O pirai.org conta com dois componentes: Projeto Difunde e Projeto Coopera. No primeiro há a instalação de terminais de acesso à internet e recursos multimídia em edifícios públicos, bibliotecas, centros culturais, zona rural e bairros desfavorecidos. Envolve também ações de formação e capacitação de recursos humanos de setores vulneráveis da população.</p> <p>No segundo, procura-se facilitar o acesso rápido e de qualidade da informação e do conhecimento pelas organizações sindicais, dadas suas funções de exercício características.</p> <p>No âmbito do pirai.com, o objetivo principal é integrar as empresas na constituição de uma rede de infraestrutura de telecomunicações, como patrimônio da comunidade, segundo uma perspectiva de responsabilidade social junto ao processo de inclusão digital. Procura-se sensibilizar as empresas, comércio e comunidade para compartilhar responsabilidades do programa Pirai Digital e no levantamento de fundos para operacionalização do mesmo.</p> <p>No âmbito do pirai.edu, o objetivo principal é estender a sociedade da informação e do conhecimento principalmente à comunidade escolar, que se dá não apenas por meio da infraestrutura física de rede de computadores e internet, mas principalmente por meio de um projeto pedagógico que “ensine a navegar”. São construídas propostas de perspectiva multidisciplinar, favorecendo uma metodologia de projetos de aprendizado e de criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Envolve uma série de projetos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Biblioteca: criar um catálogo coletivo da rede de bibliotecas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Culturalnet: favorecer a aplicação da informática a atividades culturais; • Projeto Infoescola: formar o professor para o uso adequado das novas tecnologias, suas aplicações didáticas; • Projeto Acesso Capaz: incorporar os portadores de necessidades especiais à sociedade da informação; • Projeto e-Profissão: contribuir para a formação profissional do cidadão mediante o uso das novas TICs; • Projeto Pedagógico Navegar é Necessário, Viver Também: favorecer ações de inclusão digital nas escolas e comunidades do entorno, democratizando o acesso a TICs. • Projeto e-Formação: desenvolver conteúdos necessários à formação de funcionários públicos, mediante a utilização das novas TICs com vistas à modernização e melhoria do serviço público. <p>Um exemplo concreto de formação de ambientes virtuais de aprendizagem é o estabelecimento de parceria entre a prefeitura e o CEDERJ (Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro), que permitiu o oferecimento de cursos de graduação à distância por meio de pólo criado em Pirai: Administração, licenciatura em Ciências Biológicas, licenciatura em História, licenciatura em Matemática, licenciatura em Pedagogia, licenciatura em Química, técnico de Sistemas de Computação.</p> <p>O aluno conta com material didático especialmente elaborado para atender às necessidades do ensino à distância, além de apoio de tutoria presencial nos próprios pólos e à distância, por meio de telefone (0800) ou pela internet.</p> <p>Ao nível do ensino básico, a prefeitura deu ponta pé inicial a partir do Centro Integrado de Educação Pública Rosa da Conceição Guedes, cujos 400 alunos receberam um notebook pessoal com softwares educacionais e acesso à internet. Essa iniciativa está prevista para ser estendida ao longo do tempo para outras escolas do município.</p>

o estabelecimento de parcerias público-privadas podem ser necessárias - visto o porte dos investimentos - no levantamento de recursos, formação de infraestrutura e conhecimentos especializados para implantação de rede de banda larga adequada à realidade do município, a conectar toda cidade. A experiência de Pirai, por exemplo, envolveu universidades, empresariado, governo federal, em várias de suas etapas.

Em segundo lugar, a inclusão digital não é o mesmo que criar telecentros comunitários ou dar acesso à rede de computadores e internet. Ela precisa abarcar diferentes dimensões de um território (governamental, empresarial, educacional, cidadã), orientando a apropriação do conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento econômico do município e das pessoas. No caso de Pirai, o projeto foi estruturado em quatro pilares: GOV, EDU, COM, ORG, contemplando cada uma das quatro dimensões.

Em terceiro lugar, não basta conectar as pessoas em rede por meio de computadores, é preciso ensiná-las a extrair o melhor aproveitamento do conhecimento e informação que nela está disponível. Em outras palavras, o acesso a computador e internet tem de ser acompanhado de projeto pedagógico que, por exemplo, ensine os alunos da rede pública a pesquisar ou que capacite os funcionários públicos a ampliar suas habilidades nos processos de gestão da administração pública informatizada. Nesse último caso, frente à gestão pública que valorize a governança eletrônica.

O padrão de governança eletrônica que se defende para a cidade de São Paulo deve ir além da ênfase na disseminação de informações e democratização das ações públicas. A ideia é que não basta comunicar, as TIC introduzidas também devem possibilitar que serviços públicos possam ser prestados por meio delas, facilitando a vida do cidadão, empresariado e da própria prefeitura, porque melhora a eficiência dos seus processos de gestão.

Em outras palavras, numa tipologia acerca dos estágios do serviço de governo eletrônico, o que se defende para a cidade de São Paulo é o estágio Virtual/Totalmente Integrado, no qual há total integração dos serviços de governo eletrônico por meio de uma agência virtual, sem fronteiras entre organismos governamentais³.

Outra grande possibilidade que deve estar acoplada à perspectiva de governança eletrônica é a introdução de fóruns públicos virtuais. Mas é preciso que o resultado das discussões dos fóruns tenha consequências sobre o processo de tomada de decisão em organizações políticas reais, para não minguar a pré-disposição da sociedade em participar.

3 TIPOLOGIA EXTRAÍDA DE SANTOS JÚNIOR & REIS DE OLIVEIRA (X). OS DEMAIS ESTÁGIOS SÃO EMERGENTE (PRESENÇA NA WEB COM INFORMAÇÕES BÁSICAS, LIMITADAS E ESTÁTICAS), INFORMACIONAL AVANÇADO (FORNECIMENTO DINÂMICO DE INFORMAÇÕES, USANDO MEIOS COMO GEORREFERENCIAMENTO DE DADOS, ANIMAÇÃO POR MEIO DE IMAGENS, ENTRE OUTROS ASPECTOS), INTERATIVO (POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO, MEDIANTE A QUAL OS USUÁRIOS PODEM OBTER FORMULÁRIOS, CERTIDÕES E OUTROS INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS), TRANSACIONAL (USUÁRIOS PODEM PAGAR SERVIÇOS E TAXAS, OU CONDUZIR TRANSAÇÕES FINANCEIRAS ON-LINE, COM INTERAÇÃO COM O SISTEMA BANCÁRIO).

Destaca-se que o governo do estado de São Paulo acompanha o uso de internet na gestão de políticas públicas municipais e criou o Índice Geral de Qualidade de Websites Municipais (IGQWM), que utiliza dados que têm as seguintes amplitudes: e-serviços, e-administração, e-democracia. De modo geral, o estágio das prefeituras paulistas é muito incipiente no tocante ao uso da internet e de “governo eletrônico”, incluindo também a cidade de São Paulo nesse diagnóstico. Se compararmos com sites de cidades como Nova York ou Paris, vê-se que os municípios paulistas, a prefeitura paulistana, precisam avançar muito⁴.

⁴ [HTTP://WWW.MUNICIPIOSNAWEB.SP.GOV.BR/PORTAL/INDEX.HTML](http://www.municipiosnaweb.sp.gov.br/portal/index.html).



ISTOCK PHOTOS

SISTEMA DE ENSINO

Para atender aos desafios da sociedade do conhecimento e da economia criativa é preciso haver mudanças no sistema de ensino.

Um desempenho satisfatório na promoção do desenvolvimento baseado na economia criativa e do conhecimento é altamente correlacionado com a qualidade dos recursos humanos. Há evidências que mostram que as sociedades que mais cresceram fundamentadas nesses dois pilares investiram massivamente em educação, desde os primeiros níveis de ensino. O caso mais paradigmático é o da Coreia do Sul. Em três décadas (1970-2000), o número de alunos no ensino superior multiplicou-se 12 vezes nesse país. Lá, os jovens permanecem estudando 12 anos ou mais em horário integral.

Nesse tipo de sociedade do conhecimento, com uma ampla gama de tecnologias e dispositivos que multiplicam exponencialmente a circulação da informação e valorizam a inovação como competência, o papel do professor, a metodologia de ensino, enfim, tudo se transforma.

Visto que a promoção do desenvolvimento de São Paulo baseado na economia do conhecimento e criativa é diretriz para o planejamento da cidade até 2022, não há como fugir da discussão de como o sistema de ensino deve atuar pedagogicamente.

se o mercado de trabalho valoriza competências que o sistema de ensino, particularmente o ensino público, não promove nos alunos, o resultado pode vir a ser o aumento das disparidades individuais, com consequências sobre a capacidade de obter renda e os meios de inserção social. É preciso atenção a esse aspecto, porque o sentido da apropriação da revolução tecnológica que se quer em São Paulo é o do resgate da cidadania dos grupos marginalizados e não o aprofundamento de ilhas de exclusão.

Para o filósofo Pierre Lévy, em decorrência da *cybercultura*, os sistemas de educação estão acumulando novas obrigações de quantidade, diversidade e velocidade de evolução dos saberes. Na visão do filósofo, a demanda por formação não só está passando por um grande crescimento quantitativo, como também está sofrendo profunda mutação qualitativa, no sentido de crescente necessidade de diversificação e personalização. Uma consequência é que os indivíduos suportam cada vez menos acompanhar cursos uniformes ou rígidos, que não correspondem às suas reais necessidades e à especificidade de suas trajetórias de vida.

Pelo lado do professor, a sua função deixa de ser replicar o conhecimento adquirido para os alunos. Seu ofício deve deslocar-se para o incentivo para aprender a pensar, no lugar da memorização. Sua atividade é voltada para acompanhamento e gerenciamento dos aprendizados: incitação ao intercâmbio dos saberes, mediação relacional e simbólica, pilotagem personalizada dos percursos de aprendizado individual, enfim, um grande animador para o aprendizado.

Com o novo paradigma de “leitura”, da navegação, em oposição ao do “curso”, associado a uma comunidade que se conecta em rede, a produção de conhecimento e do aprendizado torna-se cooperativa e o professor se torna um orquestrador desse processo, do qual também participa. Para Lévy, os professores aprendem simultaneamente aos estudantes e atualizam continuamente tanto seus saberes disciplinares quanto suas competências pedagógicas.

A distinção entre ensino presencial e à distância deixa de fazer sentido à medida que suportes multimídias interativos progressivamente se integram a formas tradicionais de ensino. Outra distinção que se torna ultrapassada é a da divisão do aprendizado em turnos, se o conhecimento é compreendido como um processo contínuo e interativo entre as variadas temáticas disciplinares.

De forma sucinta, há ainda em alguns países, incluindo o Brasil, um descompasso entre o formato e a metodologia de ensino e a realidade, que precisa ser modificado. Por exemplo, dividir o horário da escola em frações de aula é fortemente influenciado pelo modelo fordista de produção do século XIX. A prioridade na aprendizagem por recepção dos conteúdos era possível numa sociedade onde o conhecimento era limitado e circunscrito à esfera local. Com a globalização e a internet, faz-se necessário uma aprendizagem por descoberta, onde o aluno navega e desvenda múltiplos assuntos, conforme seus interesses. Numa sociedade moderna que valoriza a criatividade e o empreendedorismo, a repreensão ao erro tem de ser abandonada. O professor deve estimular no aluno a experimentação e a prática de múltiplos caminhos e o risco de errar faz parte do processo de aprender.

Frente ao contexto social exposto, são debatidas a seguir algumas orientações de políticas para a construção de uma cidade educadora e inteligente.

1. SÃO PAULO DEVE ADOTAR POLÍTICAS PARA QUE A EDUCAÇÃO TENHA SENTIDO PARA OS PAULISTANOS.

Uma educação inteligente para a cidade deve ser capaz de desenvolver nos indivíduos quatro competências principais: *aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser; aprender a conviver*¹.

A educação enfrenta o desafio de conciliar uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar em profundidade um número reduzido de assuntos. Também não existe mais a dicotomia entre tempo para aprender e tempo para trabalhar. O exercício da profissão vai demandar uma educação continuada ao longo da vida. A lógica da valorização dos saberes/diplomas dá lugar à valorização de competências/ações, sejam elas obtidas por meios formais ou informais. Por isso, desenvolver a capacidade no indivíduo de aprender a conhecer, não se perdendo no emaranhado de informações e de conhecimentos disponíveis na sociedade, torna-se papel estratégico da educação.

Não basta, porém, aprender a conhecer; é preciso aprender a fazer, ou seja, aplicar os conhecimentos adquiridos em uma atividade prática. Nesse campo de formação, é importante a prática do trabalho em grupo, pois é cada vez mais frequente que conhecimentos, bens e produtos sejam produzidos por intermédio da participação em trabalhos com equipes multidisciplinares. Portanto, a educação deve ser capaz de prover um núcleo central de conhecimento a cada profissional, conforme sua especialização e área de interesse, mas, também, promover a sua flexibilidade para transitar por várias áreas e disciplinas, na resolução de problemas complexos e sistêmicos da vida contemporânea.

Aprender a fazer significa ainda que uma inovação possa ter maior impacto quando possa ser transformada, de forma generalizada, em benefício da sociedade. Uma boa ideia só se tornar boa quando produz instrumentos concretos que modificam de forma ampliada os processos e o dia a dia das pessoas. A educação precisa, além de formar pessoas conscientes, formar profissionais para pensar e concretizar inovações.

Aprender a ser está diretamente relacionado ao papel da educação na construção de cidadãos ativos. Ela deve propiciar o incremento da capacidade de autonomia e discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um projeto comum e coletivo. A ideia é que o indivíduo, para atuar em sociedade, precisa ter uma boa compreensão de si mesmo: seus valores, sua imaginação, seu raciocínio, suas capacidades físicas, sua facilidade de comunicar-se com os outros. Tais dimensões são formadas no interior de cada indivíduo por meio do processo educativo principalmente no seio da família, auxiliado pela escola, que é importante desde a educação Infantil.

Aprender para conviver significa que a educação tem compromisso em promover o conhecimento a respeito do outro, sua cultura, história, tradição e espiritualidade. Além do conhecimento, envolve aprender a conviver com a diversidade, em direção à promoção de uma cultura de paz. A escola tem papel na difusão de valores como: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta, re-descobrir a solidariedade.

¹ INSPIRADO NO RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI PARA A UNESCO.

2. DEFENDE-SE A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL PAULISTANA PARA QUE SÃO PAULO CAMINHE PARA SE INSERIR NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO DO SÉCULO XXI.

Diante do sentido da educação anteriormente exposto, e sendo o professor o mediador entre o aluno e o sistema de aprendizado – para a vida em sociedade e a vida no trabalho – tem-se que o docente tem função social importantíssima, por vezes menosprezada e ignorada. Uma das diretrizes mais básicas para construção de uma cidade inteligente e educadora de São Paulo, até 2022, é a revalorização do status do professor.

Em muitos países, os professores são recrutados entre os melhores alunos das faculdades, sendo capacitados e escolhidos especialmente para exercer a função da docência, profissão muito valorizada nessas sociedades, como acontece na Finlândia, na Coreia e no Japão, por exemplo.

Há grandes chances de que os professores paulistanos, hoje desvalorizados, se motivem, garantindo a qualidade do ensino e transformando aluno em cidadão. A motivação é o elo que vai conectar a interação entre o aluno e o professor. O sentido da educação exposto precisa de aproximação, carinho, transferência, comprometimento e dedicação, na relação entre o professor e o aluno. Desmotivado, a tendência é que a contribuição do professor se limite a uma preparação apenas instrumental.

O salário tem sido uma das principais queixas dos professores. A prefeitura de São Paulo pode dar o exemplo, ampliando significativamente o piso salarial, não só dos docentes, como de todos os profissionais da educação. Mas é importante ter em mente que a motivação passa por outras dimensões: garantia de infraestrutura e condições técnicas para exercício da profissão, plano de carreira, formação continuada, ambiente de trabalho seguro, jornada de trabalho adequada, entre outras.

FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada do professor, numa sociedade que se modifica a todo instante, somada ao fato de hoje ele assumir uma série de novas responsabilidades, é importante para garantir a qualidade do ensino. Os conhecimentos que adquiriu na graduação anos atrás podem estar demasiadamente afastados dessa nova realidade.

Conforme destaca Isabel de Almeida², o professor de hoje precisa aprender a conviver mais intensamente com os interesses e pensamento dos alunos e pais no cotidiano escolar. Tem sido solicitado a participar mais ativamente nas definições dos rumos pedagógicos e políticos da escola, a definir recortes adequados no universo de conhecimentos a serem trabalhados em suas aulas, a gerir projetos de trabalho, a romper com a cultura de isolamento profissional, ampliando a convivência com colegas em horários de discussões coletivas e nos trabalhos em projetos, a debater e reivindicar condições que permitam

² [HTTP://WWW.UNEMAT-NET.BR/PROF/FOTO_P_DOWNLOADS/FOT_1355ALMEIDA_-_FOUMAU_CONTUA_DE_PUOFESSOUES_PDF.PDF](http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/fot_1355ALMEIDA_-_FOUMAU_CONTUA_DE_PUOFESSOUES_PDF.PDF).

viabilizar a essência do próprio trabalho. Capacidades para essa gama de atribuições precisam ser promovidas nos educadores, por meio de formação profissional.

No tocante às TIC, pode haver um desnível geracional, ou seja, os alunos são mais familiarizados com as novas tecnologias do que os seus professores. Dessa forma, iniciativas como a do *Professor em Rede*, do governo do estado de São Paulo, que busca promover a inclusão digital com programas focados em formação continuada e capacitação para uso de novas ferramentas pedagógicas, são interessantes. Fazem parte dessa iniciativa a formação à distância dos professores, a oferta de contas de e-mail institucional, a capacitação em tecnologia e a aquisição de computadores subsidiados. Os alunos da rede estadual do ensino também passam a ter acesso à conta de e-mail institucional, estimulando a melhoria da comunicação dentro da rede escolar. A prefeitura de São Paulo poderia seguir a experiência do governo do Estado e criar o programa “Professor Municipal em Rede”, auxiliando a capacitação dos docentes no tocante ao conhecimento de metodologias e tecnologias de inclusão digital.

Conforme já visto, não basta munir professores e alunos de computadores e ferramentas multimídias para fins de aprendizado virtual. Isso só é obtido se houver um projeto pedagógico e o educador tiver recebido formação adequada.

Na sociedade do conhecimento, Há a necessidade de se reafirmar o sentido de aprendizagem, compreendido por um projeto que deve necessariamente ter um autor, uma intencionalidade e um planejamento, sujeito a correções de rumo ao longo do caminho, por meio de constantes avaliações de processo. Esse sistema de aprendizagem centrado no aluno, com o professor assumindo meramente o papel de facilitar e prestar assistência é uma compreensão errônea e limitante (Elia, 2008)³.

Com a abundância de informação em rede, o professor torna-se um gestor da heterogeneidade. Nem tudo que está disponível na internet é realmente relevante e com qualidade de conteúdo para ser material de trabalho do aluno. O docente tem o papel de fomentar a capacidade crítica, de discernimento e de seleção da informação entre os estudantes, assim como ensinar metodologias para a “navegação”. O papel formador da educação está em produzir novos conhecimentos a partir do que já existe.

**CRIAR O PROGRAMA
“PROFESSOR MUNICIPAL
EM REDE”, AUXILIANDO
A CAPACITAÇÃO DOS
DOCENTES NO TOCANTE
AO CONHECIMENTO
DE METODOLOGIAS
E TECNOLOGIAS DE
INCLUSÃO DIGITAL**

³ [HTTP://WWW.BR-IE.ORG/PUB/INDEX.PHP/WIE/ARTICLE/VIEWFILE/980/966](http://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/viewFile/980/966).

3. SÃO PAULO DEVE PROMOVER MEDIDAS PARA AUMENTAR O NÚMERO DE ESCOLAS E CURSOS QUE UTILIZAM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD), PRINCIPALMENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS PESSOAS QUE MORAM NOS BAIRROS DISTANTES DO CENTRO OU DE UNIVERSIDADES.

A educação à distância em instituições de ensino superior é uma prática recente no Brasil. Os primeiros cursos foram ofertados em 1997, mas o credenciamento oficial por parte do Ministério da Educação das disciplinas de graduação ocorre a partir de 1999. Suas vantagens são múltiplas: pode atender um público muito maior e mais variado que os cursos presenciais; amplia possibilidades de ensino para pessoas portadoras de necessidades especiais que têm mobilidade física limitada; atende às necessidades das pessoas ocupadas que demandam flexibilidade de horário; e pode estimular uma autodisciplina por parte do aluno maior do que em cursos presenciais, refletindo na qualidade do aprendizado.

O número de instituições de ensino que oferecem EaD cresceu enormemente no Brasil. Em 1999 eram apenas cinco organizações, em 2010 já eram 640, concentrando-se na região Sudeste (71%). O Ministério da Educação, preocupado com o ritmo de expansão e com a qualidade do ensino que está sendo oferecido, vem supervisionando o setor de perto. Como resultado dessa medida, 1.337 polos de EaD foram fechados por apresentar irregularidades diversas, tais como ausência de coordenadores, falta de laboratórios de informática e até mesmo de bibliotecas⁴. Em outras palavras, esse segmento vem sendo monitorado e, portanto, não deve haver resistência para aproveitamento da potencialidade que tem a oferecer.

Dois argumentos colocam abaixo o preconceito em relação à EaD. Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação no interior do sistema de ensino presencial, a própria distinção entre ensino à distância e ensino tradicional perde sentido. O aprendizado virtual sob orientação do professor tanto acontece na sala de aula em horários rígidos ou fora dela em horários flexíveis. O aluno do curso presencial, no final das contas, acaba acessando um computador com web para realização dos trabalhos escolares e pesquisas.

Em segundo lugar, a EaD oferece oportunidades de democratização do ensino, especialmente no nível superior, infinitamente maiores, mas é preci-

JÁ FOI FEITO

DEMOCRATIZAÇÃO DAS AULAS DO MIT

O Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos, coloca à disposição de quem possa interessar, sem necessidade de nenhum tipo de cadastro, um conjunto de materiais de aulas contendo notas de leitura, situações-problemas, exercícios de laboratório, vídeos e apresentações produzidas pelos professores. Há inclusive material traduzido, disponibilizado em espanhol, português, chinês, persa, turco e tailandês.*

* [HTTP://OCW.MIT.EDU/OCWWWEB/WEB/COURSES/LANG/BR/BR.HTM](http://ocw.mit.edu/ocwwweb/web/courses/lang/br/br.htm)

⁴ [HTTP://WWW.SENACUNIVERSOED.COM.BR/EADBOLETIMRIGHT.PHP?ID_FIELD_TREE=65](http://www.senacuniversoead.com.br/EADBOLETIMRIGHT.PHP?ID_FIELD_TREE=65).

JÁ FOI FEITO	MASSIFICAÇÃO NO CANADÁ
<p>Um exemplo de EaD vem do Canadá. Nesse país existem universidades como a de Athabasca, em que todos os 600 cursos são à distância. Um consórcio de 13 universidades e escolas profissionalizantes, chamado Canadian Virtual University oferece dois mil cursos. Na cidade de Ontário, o OntarioLearn.com, uma associação de 22 escolas profissionalizantes, oferece 400 cursos on-line. O país foi um dos primeiros do mundo a implantar a EaD de maneira massiva, já em fins do século XIX, quando ainda usava material impresso enviado pelo correio. A EaD foi uma solução encontrada para levar o ensino a áreas de</p>	<p>difícil acesso, como as do Norte do país, e servia aos propósitos de oferecer à população condições iguais para o desenvolvimento. Essa iniciativa canadense pode fomentar medidas para promover medidas educacionais de EaD na capital paulista para atender regiões distantes, como as do extremo sul da cidade, como Parelheiros e Engenheiro Marsilac. Localizadas em áreas de mananciais, apresentam restrições no tocante à oferta de infraestrutura urbana que afetam a mobilidade das pessoas que moram nessas localidades, refletindo na dificuldade de acesso aos benefícios dos serviços públicos urbanos da capital paulista.</p>

so que as vagas oferecidas sejam em sua maioria originárias na rede pública. Para quem precisa trabalhar de dia e participa de curso à distância privado, o impacto na ampliação das oportunidades dos indivíduos já tem sido enorme. Se houver cursos públicos, abarcarão número maior de interessados e poderá ser promovida uma verdadeira revolução tecnológica no mercado de trabalho e dinamismo produtivo da cidade de São Paulo. A EaD deve ser percebida como um instrumento promissor na construção de iniciativas e políticas para a justiça social.

Uma barreira apontada pelos especialistas, que limita a expansão da EaD, é o custo elevado da produção do material didático, softwares, conteúdos em formato de mídia, porque demanda profissionais especializados e ainda há poucos no mercado, que cobram caro pelo serviço. Todavia, conforme a demanda aumente, a maior escala de produção e o aumento da competitividade entre os profissionais poderá baratear esse custo.

Os gestores municipais, em parceria com outras esferas governamentais, deve articular a ampliação da rede de ensino de EaD, sensibilizando as universidades públicas e privadas para uma oferta maior. Outro papel precursor da prefeitura deve ser a promoção do debate em torno da democratização dos conhecimentos produzidos nas universidades.

4. SÃO PAULO DEVE FOMENTAR O USO DE METODOLOGIAS DE ENSINO INOVADORAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A criatividade é importante na constituição dos sujeitos e pode ser formada na escola, quando são promovidas ações com o objetivo de desencadear o desejo de aprender, experimentar, fazer coisas diferentes e inventivas.

Uma das premissas básicas para que uma metodologia de ensino estimule a criatividade nas crianças e jovens é compreender a singularidade do ser humano. Em termos práticos, significa que os estudantes entre si podem ter diferentes níveis de capacidade de aprendizado, diferentes interesses e preferências e diferentes histórias de vida.

O modelo de conteúdos programáticos fechados e restritos, de aulas pré-moldadas não flexíveis para se abrir ao inesperado colocado pelo aluno, tem poucas chances de estimular a criatividade nas crianças. Pelo contrário, o que se observa é um desinteresse do aluno, que percebe o que está fora dos muros da escola “muito mais maneiro” e seu objetivo é tirar nota mínima necessária para passar de ano.

Há experiências educacionais inspiradoras para a promoção de um ensino inovador e criativo no ambiente da rede de ensino municipal de São Paulo, como as de Porto, em Portugal, e de Araraquara, aqui mesmo, no estado de São Paulo.. O que as destaca é a capacidade de tratar os estudantes de forma heterogênea, com metodologias que extrapolam o ambiente da sala de aula.

JÁ FOI FEITO	ESCOLA DA PONTE
<p>A Escola da Ponte, localizada em Vila das Aves, cidade do Porto em Portugal, é uma referência internacional em termos de educação. Nesse local, não existem turmas separadas por idade ou escolaridade, nem lugar fixo ou sala de aula. Os alunos são organizados em grupos a partir de interesses comuns, reúnem-se com o professor em grandes galpões e desenvolvem programas de trabalho de 15 dias. Avaliam o que aprendem e formam novos grupos, reiniciando o ciclo de aprendizado.</p> <p>A escola considera que as necessidades individuais e específicas de cada educando deverão ser atendidas singularmente, já que as características particulares de cada aluno implicam formas próprias de apreensão da realidade. Nesse sentido, todo aluno tem necessidades educativas especiais, manifestando-se em formas de aprendizagem sociais e cognitivas diversas. Busca descobrir e valorizar a cultura de que ele é portador, ajudando-o</p>	<p>a se descobrir em interação com os outros. Há uma mesma plataforma curricular para todos os alunos, mas que deverá ser desenvolvida de modo diferente por cada um, pois todos os alunos são percebidos como diferentes. Conforme é mencionado no projeto pedagógico da Escola da Ponte, os conteúdos deverão estar muito próximos da estrutura cognitiva dos alunos, bem como dos seus interesses e expectativas de conhecimento. O professor é percebido como um orientador educativo, abandonando o conceito de docência, no qual ele é envolvido numa lógica instrutiva centrada em práticas tradicionais de ensino, que deveria dirigir o acesso dos alunos a um conhecimento codificado e predeterminado.*</p> <hr/> <p>* HTTP://WWW.ESCOLADAPONTE.COM.PT/DOCUMENTOS/CONCURSOS/PROJECTO.PDF.</p>

Não obstante a introdução das novas TICs no sistema de ensino, estas não eliminam a necessidade de que a escola também promova práticas educacionais baseadas em vivências e resultados da experiência humana.

Defende-se que a prefeitura identifique algumas escolas que tenham experiências pedagógicas que permitam aos alunos estarem inseridos na sociedade do conhecimento, na economia criativa e do mundo digital, e desenvolva projetos para que essas boas práticas possam ser replicadas por toda a rede municipal, respeitadas as especificidades locais.

JÁ FOI FEITO	ESCOLA DO CAMPO EM ARARAQUARA*
<p>As escolas rurais de Araraquara, interior paulista, desenvolveram proposta pedagógica na qual os currículos são formulados a partir de temas obtidos junto à comunidade escolar. Os assuntos geradores são trabalhados em atividades de classe, mas principalmente em atividades de campo. Uma das iniciativas criadas na Escola Hermínio Pagotto para promover a integração entre teoria e prática é a cozinha experimental. Nela os alunos preparam um prato que é sugerido pelo professor ou alunos. Para cada receita, são trabalhados conceitos de matemática (fração, operações aritméticas etc.), história e geografia (origem do prato, cultura etc.), biologia (leguminosas, raízes, tubérculos etc.). A língua portuguesa é trabalhada numa aula posterior, na qual os alunos relatam o processo de preparação do prato. Na Escola Eugênio Trovatti foi construído um galinheiro por demanda dos próprios alunos,</p>	<p>responsáveis por alimentar as aves e por recolher os ovos. Para aproveitar melhor a atividade, foi proposto aos alunos um estudo sobre sua viabilidade econômica, uma vez que envolve gastos com compra de ração, manutenção da estrutura, entre outros aspectos, bem como disponibilizada uma cópia da nota fiscal ao professor de matemática para ser trabalhada com os educandos. A prática democrática é também incentivada entre os alunos, principalmente no grêmio escolar. A mobilização dos estudantes é tão forte que a construção de quadra de esportes foi uma resposta às suas demandas.</p> <hr/> <p>* HTTP://WWW.EAESP.FGVSP.BR/SUBPORTAIS/CEAPG/ACERVO%20VIRTUAL/CADERNOS/EXPERI%6C3%AANCIAS/2004/015PROGRAMA_ESCOLA_DO_CAMPO.PDF.</p>

QUADRO-RESUMO

PROPOSTAS DA CIDADE EDUCADORA, CRIATIVA E CONECTADA

ECONOMIA CRIATIVA

- Promover a economia criativa como estratégia de desenvolvimento
- Criar um programa municipal para desenvolvimento e fortalecimento da economia criativa que reconheça e valorize suas múltiplas dimensões (social, econômica, cultural e sustentável)
- Desenvolver mecanismos institucionais de coordenação para as ações de promoção da economia criativa na cidade, que deve ser uma ação intersetorial promovida por parte da prefeitura
- Criar fóruns, seminários e conselhos que propiciem o diálogo entre os múltiplos atores interessados na economia criativa da cidade
- Elaborar um diagnóstico com informações quantitativas e qualitativas sobre o setor da economia criativa na cidade de São Paulo
- Concretizar parceria com a Fapesp, doando recursos para realização de editais de pesquisa focados no tema da economia criativa
- Oferecer incentivos fiscais para fixação de indústrias criativas na cidade
- Ampliar o número e abrangência de editais, leis de incentivo e de fomento para todos os ramos da economia criativa, além dos tradicionais setores de cinema, dança e teatro, que são comumente contemplados pela Secretaria Municipal de Cultura
- Construir centros culturais comunitários em cada distrito
- Criar mecanismos para aumento da oferta de linhas de crédito específicas ao setor da economia criativa
- Promover articulação com entidades como Sebrae e Senac para oferecimento de cursos profissionalizantes voltados ao setor da economia criativa
- Doar terrenos para instaurar clusters industriais
- Criar programa de incubadora tecnológica de indústrias criativas com núcleos distribuídos por toda a cidade
- Promover parcerias com universidades e faculdades para oferta de cursos de graduação e de matérias que atendam às demandas do mercado criativo
- Formular e operacionalizar arcabouços institucionais regulatórios
- Criar e aplicar legislação de propriedade intelectual e do trabalho para proteção dos direitos do criador ou artista
- Construir clusters e espaços criativos de variadas naturezas, com capacidade de absorção tanto da população mais qualificada como especialmente da de menor escolaridade, principalmente fora do Centro Expandido de São Paulo, a fim de oferecer oportunidades de desenvolvimento local para a periferia da cidade
- Realizar um mapeamento das expressões culturais que existem nos distritos ou bairros da cidade, além de identificar quais são as infraestruturas necessárias para alavancá-las comercial e economicamente, e selecionar possíveis parceiros e investidores para a criação de polos criativos nesses locais
- Lançar concursos que estimulem moradores e artistas da região a pensar e refletir a sua identidade local
- Desenvolver projeto cultural a ser implantado em cada distrito ou bairro da cidade que recupere as identidades locais territoriais
- Valorizar a cultura urbana da cidade
- Explorar o potencial de turismo cultural e histórico de cada bairro

- ☑ Promover cronograma de eventos em torno da “Semana da Nacionalidade”, na qual uma nacionalidade ou etnia é escolhida para comemoração e apresentação da sua culinária, expressões artísticas e exposições nos bairros, com aproveitamento comercial do evento
- ☑ Ensinar a História da cidade de São Paulo na rede de ensino, como estímulo à valorização do patrimônio histórico de São Paulo
- ☑ Capacitar os estudantes para que sejam contratados pela prefeitura como monitores turísticos
- ☑ Desenvolver campanhas com foco na atração do turista estrangeiro, pouco expressivo na cidade
- ☑ Provisão de incentivo financeiro oferecido pela prefeitura em forma de desconto na rede hoteleira para que o turista de negócios ou eventos amplie sua estadia nos finais de semana para conhecer a cidade
- ☑ Formular um programa de cooperativismo baseado na constituição de uma rede de negócios artesanais na cidade, que produza e escoe no mercado produtos de qualidade, diferenciados, exclusivos e com alta agregação de valor, como fonte de geração de renda para mulheres
- ☑ Capacitar mulheres em produção e gestão de forma a assumirem a administração das cooperativas como negócio próprio e autossustentável
- ☑ Ampliar a experiência do Centro Cultural da Juventude (CCJ), existente em Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo, para todos os bairros da cidade
- ☑ Promover por meio dos Centros de Cultura da Juventude espetáculos, shows e atividades culturais gratuitas para a comunidade nos finais de semana
- ☑ Tornar São Paulo uma cidade digital tendo por referência o modelo promovido na cidade de Pirajá, interior do Rio de Janeiro, que articula a inclusão digital ao desenvolvimento local e contempla múltiplas dimensões: governamental, empresarial, educacional, cidadã
- ☑ Criar um conselho para formular, executar e monitorar Plano Diretor para construção de Cidade Digital de São Paulo
- ☑ Aprimorar o sistema de governo eletrônico da administração municipal
- ☑ Tornar transparentes as ações do poder público
- ☑ Modernizar os serviços da administração local integrando todos os setores em uma única rede
- ☑ Tornar mais ágeis os procedimentos entre a administração local e o cidadão
- ☑ Promover a participação pública nos processos de decisão com estímulo a constituição de Fóruns Virtuais
- ☑ Promover o acesso à informação e aos conteúdos governamentais
- ☑ Promover o acesso a serviços públicos online
- ☑ Melhorar a acessibilidade dos cidadãos com necessidades especiais por meio da informatização de serviços públicos
- ☑ Articular colaborações entre entidades e empresas que possuam vínculo local (loterias, bancos, associações etc.) para prestação de serviços públicos.
- ☑ Implantar quiosques digitais para oferecer informações e serviços aos cidadãos em locais de grande circulação
- ☑ Implantar sistema de telefonia pela internet na rede pública e instalar telefone público com VoIP em todos os bairros, para que a comunidade possa fazer ligações para a prefeitura através do código 0800
- ☑ Desenvolver novos conteúdos digitais com o objetivo de ampliar a cultura, a formação profissional e as oportunidades de trabalho para os cidadãos
- ☑ Estender a sociedade da informação e do conhecimento à comunidade escolar
- ☑ Sensibilizar empresas, comércio

BANDA LARGA

- ☑ Ampliar a infraestrutura de rede de banda larga de qualidade de forma democrática para toda a cidade

e comunidade para compartilhar responsabilidades na construção da Cidade Digital e no levantamento de fundos para operacionalização da mesma

SISTEMA DE ENSINO

- Promover educação inteligente para a cidade capaz de desenvolver nos indivíduos quatro competências principais: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser; aprender a conviver
- Promover programas de valorização e qualificação do professor da rede municipal paulistana
- Promover programas de formação continuada do professor adequada aos desafios da sociedade do conhecimento
- Criar o programa “Professor Municipal em Rede”, auxiliando a capacitação dos docentes no tocante ao conhecimento de metodologias e tecnologias de inclusão digital
- Promover medidas para aumentar o número de escolas e cursos que utilizam educação à distância (EaD), principalmente para atender às necessidades das pessoas que moram nos bairros distantes do centro ou de universidades
- Fomentar o uso de Metodologias de Ensino Inovadoras nas escolas da rede municipal de ensino. Identificar escolas que tenham experiências pedagógicas que permitam aos alunos estarem inseridos na sociedade do conhecimento, na economia criativa e do mundo digital e replicar essas boas práticas pela rede municipal de ensino

*Diário de um paulistano***25**

Janeiro de 2022

Estamos em 2022. O acesso ao conhecimento foi liberado. Em vez de planos de altos custos das assinaturas de serviços de internet e banda larga, temos a conectividade sem fio, sobretudo, nas periferias. São Paulo acordou para a economia da criatividade e se dotou das infraestruturas correspondentes.

O livre acesso ao conhecimento descentralizou a criatividade. Em vez de ensinar e decorar o comprimento do rio Nilo, os professores ensinam como navegar na imensidão do conhecimento disponível na internet. Em vez de fatias de 50 minutos de aula, trabalham por problemas, de forma contínua, o tempo que for necessário. Em vez de decorar conhecimentos fragmentados em disciplinas, articulam visões de maneira inovadora. A evasão escolar caiu drasticamente, não pela merenda escolar, mas porque o ensino passou a fazer sentido.

A cultura não é mais vista como propriedade de quem produz o suporte material e que se assiste no sofá. A criatividade passou a ser direito de cada um. A Academia e os centros de pesquisa passaram a se articular online em processos colaborativos de criação, como começado na década passada, pelo MIT nos Estados Unidos e em outros centros de pesquisa.

Os órgãos governamentais de fato agora são públicos, atendem aos anseios e necessidades da coletividade. Com a mudança cultural que ocorreu nos últimos anos e com os benefícios da tecnologia de banda larga universalizada, agora sabemos como o dinheiro de nossos impostos está sendo aplicado ou como os órgãos e os servidores públicos estão trabalhando. Agora, perdemos menos tempo para ter acesso aos serviços médicos, aos serviços sociais e culturais, e outros que a cidade nos oferece. Enfim, os governantes se conscientizaram de que estão a serviço da sociedade e não o contrário. A liberação da criatividade, a articulação em rede com o resto do mundo, a potencialização da inovação cultural, a generalização de processos colaborativos transformou a cidade em poderoso nóculo de irradiação de conhecimento. São Paulo é agora uma cidade inteligente!



**32 INDICADORES
PARA SÃO PAULO**



INDICADORES

	TEMA ESTRATÉGICO	META PARA 2022
1	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO PAULISTANO	Ter a qualidade de vida dos paulistanos e da cidade medidas pelo IRBEM atingindo nota média de 7 (em 2010: nota 5)
2	TER UM PLANO DE 12 ANOS PARA A CIDADE	Ter atualizado 3 vezes o Plano Urbano de 12 Anos de São Paulo – Plano Dodecanual (em 2013, em 2017, em 2021)
3	AUMENTAR O ORÇAMENTO DAS SUBPREFEITURAS	Canalizar pelo menos 25% do orçamento total anual do município para os orçamentos específicos das subprefeituras até o ano de 2012, 50% até 2016, 70% até 2022
4	ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE BAIRROS PARA TODA A CIDADE	Ter pelo menos 96 Planos de Bairros (ou distritos) implementados
5	REALIZAR PLANOS CONJUNTOS COM CIDADES VIZINHAS	Ter funcionando planejamentos urbanos da cidade de São Paulo com municípios vizinhos, feitos por consórcios intermunicipais metropolitanos, nas áreas de mobilidade e transportes, meio ambiente, geração de trabalho e renda, políticas de inclusão social, desenvolvimento de <i>clusters</i> de economia verde e economia criativa
6	DESENVOLVIMENTO LOCAL – KIT DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS OBRIGATÓRIOS PERTO DA MORADIA	Ter um kit básico de serviços públicos nos 96 distritos: NEPB – Número de Equipamentos/Serviços Públicos Básicos (pelo menos 1 unidade de UBS, creche, escola, centro cultural, centro triagem e reciclagem etc.), na proporção de 1 NEPB por 50 mil habitantes. Ter 225 NEPB.
7	DESPOLUIÇÃO DE RIOS E MARGENS	Ter pelo menos 70 km de margens e rios despoluídos de afluentes do rio Tietê e de rios/córregos que desaguam na Guarapiranga/Billings, com uso comunitário e de convívio humano
8	OFERTA UNIVERSAL DE ÁGUA POTÁVEL, DE FORMA CONTÍNUA	Ter 100% dos domicílios com oferta de água potável e ter zero domicílios que sofrem rodízio de água
9	TER TODOS OS PRÉDIOS PÚBLICOS COM PRINCÍPIOS DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	Ter 100% das edificações públicas com uso de tecnologia de construção sustentável (eficiência energética, reuso de água etc.) até 2016

	TEMA ESTRATÉGICO	META PARA 2022
10	TER TODAS AS COMPRAS MUNICIPAIS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	Ter 100% de práticas de compras públicas municipais sustentáveis de todo o material de custeio da prefeitura até 2012
11	TER 100% DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO LIXO	Implantar 300 centrais de triagem de resíduos sólidos – em média 10 por subprefeitura (em 2010: 17 centrais)
12	TER TODO O TRANSPORTE COLETIVO USANDO ENERGIA RENOVÁVEL	Ter 100% dos veículos de transportes coletivos com uso de energia limpa ou renovável
13	MELHORAR A QUALIDADE DAS CALÇADAS	Ter 100% das calçadas conservadas e de acordo com a legislação
14	DIMINUIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO NA CIDADE	Reduzir o tempo médio de deslocamento das pessoas na cidade de 2h42 em 2010 para 1h50 (redução de 30%)
15	MELHORAR A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Ter 100% dos veículos de transportes públicos adaptados para pessoas com deficiência
16	AUMENTAR O Nº DE CORREDORES EXCLUSIVOS DE ÔNIBUS	Ter pelo menos 400 quilômetros de corredores exclusivos de ônibus
17	AUMENTAR A REDE DE METRÔ	Ter pelo menos mais 50 km de metrô (conceito de metrô pesado), atingindo rede de pelo menos 120 km (sem contar monotrilho ou similares)
18	REDUZIR MORTES NO TRÂNSITO	Ter no máximo 6,9 mortes no trânsito por 100 mil habitantes por subprefeitura (em 2009: 10,91)
19	DIMINUIR MORTES POR DOENÇAS RESPIRATÓRIAS	Ter no máximo 44 mortes por doenças respiratórias por 100 mil habitantes (em 2009: 74,27)
20	ELIMINAR O DÉFICIT HABITACIONAL	Eliminar o déficit habitacional
21	GERAR MAIS TRABALHO E FONTES DE RENDA	Ter programas de geração de trabalho e renda em todos os distritos com relação empregos/população baixa para alcançar no mínimo 15% na proporção empregos/moradores
22	MELHORAR A RENDA DAS FAMÍLIAS COM BAIXÍSSIMA RENDA (NÍVEL DE MISÉRIA)	Zerar o número de famílias com renda per capita menor do que 1/4 de salário mínimo

INDICADORES

	TEMA ESTRATÉGICO	META PARA 2022
23	ATENDER 100% DA DEMANDA DE CRECHES E PRÉ-ESCOLA	Atender 100% das crianças que procuram vagas em creches e pré-escolas
24	MELHORAR O APRENDIZADO DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, COM NOTAS DO IDEB MAIOR	Aumentar em 10% na rede pública municipal as atuais notas do IDEB, atingindo a meta revisada para 6,8 (em 2010: 4,7)
25	TORNAR O ENSINO MÉDIO MAIS ATRATIVO	Ter o indicador de distorção série-idade do ensino médio de no máximo 21% por subprefeitura (em 2005: 31,73%)
26	DIMINUIR O DESEMPREGO ENTRE JOVENS	Reduzir a diferença entre o índice de desemprego entre os jovens (16 a 25 anos) e o índice de desemprego da cidade para menos de 5%. Em 2008: 16,45% (jovens); cidade (13,23%), diferença de 24%
27	REDUZIR A GRAVIDEZ PRECOCE	Ter indicador de gravidez precoce de no máximo 6,2% de crianças nascidas de mães com menos de 19 anos por subprefeitura (em 2009: 12,73)
28	MELHORAR A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Ter zero internações nos serviços de saúde devido a agressões a crianças (em 2007: 146,85)
29	REDUZIR O NÚMERO DE CRIMES VIOLENTOS FATAIS	Ter no máximo 11 crimes violentos fatais por 100 mil habitantes por subprefeitura (em 2006: 22,6)
30	AUMENTAR O NÚMERO DE CENTROS CULTURAIS	Ter pelo menos 3 equipamentos culturais por 100 mil habitantes por subprefeitura (com dados básicos de 2009)
31	CRIAR E DESENVOLVER CLUSTERS DE ECONOMIA CRIATIVA E TECNOLÓGICOS	Desenvolver pelo menos 30 <i>clusters</i> de indústria criativa e de empresas de tecnologia, com pelo menos 50 empresas ou organizações participantes cada uma, totalizando no mínimo 1.500 empresas, maior parte na periferia
32	UNIVERSALIZAR A BANDA LARGA	Ter 100% dos domicílios na capital paulista com acesso e uso de banda larga para se chegar à Cidade Digital

REALIZAÇÃO

